

Programa Interuniversitário de Doutoramento em História

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa,
Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)

Maria José da Cunha Porém Reis

Orientadores: Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá e

Professor Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História especialidade
em Sociedades e Poderes

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida

Vogais:

- Doutor Francisco Chacón Jiménez
- Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
- Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá
- Doutora Maria João Mendes Vaz
- Doutora Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis
- Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro

Agradecimentos

Gostaria de escrever um texto que fosse simultaneamente um agradecimento e uma homenagem a todos aqueles que tornaram isto possível: os meus pais, os meus professores e os meus amigos. Mas como nunca conseguiria convocar as palavras adequadas, ir-me-ei limitar a nomeá-los.

Aos meus pais, a quem tudo devo, que me amaram incondicionalmente e que me quiseram sempre uma criatura amante da verdade e do saber, exigente, amiga dos amigos e dos animais.

A todos os meus professores, desde os que me ensinaram a ler, a escrever, a contar e a pensar, aos que me inculcaram o gosto pela história, pela investigação e que me muniram de instrumentos que tornaram isso possível, até aos orientadores desta tese (Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá e Professor Doutor Nuno Gonçalo Monteiro) que, com paciência infinita, sugeriram, repararam e apontaram pistas. De qualquer maneira todos os erros desta tese só a mim dizem respeito porque a teimosia e a ignorância serão sempre minhas companheiras.

Aos meus amigos de sempre, generosos e disponíveis, são um exemplo que procuro seguir.

Quero também deixar uma enorme palavra de agradecimento aos técnicos e funcionários do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia na pessoa do seu diretor, Dr. Francisco d'Orey Manoel e ao diretor da minha escola, Dr. António Rodrigo Pinto da Cruz. Aos primeiros pela disponibilidade e ajuda constantes, ao segundo, pelo incentivo, apoio e compreensão.

Resumo/abstract/palavras chave

Através dos bilhetes e outros objectos, na generalidade conhecidos como *Sinais*, deixados com as crianças no momento em que foram entregues na *Roda* da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1790 e 1870, pretende-se compreender as razões para esse abandono do ponto de vista de quem o pratica. Isto é, interessa-nos estudar o abandono das crianças, comumente conhecidas como *expostos* ou *enjeitados*, do ponto de vista da mãe, do pai, de ambos e das famílias. Neste espaço de tempo, mais de cento e sessenta mil crianças deram entrada na SCML. Quase metade trazia um *sinhal* que as individualizava das restantes. O que dizem os bilhetes, as preocupações que denunciam, as esperanças que verbalizam, os pedidos que formulam, as descrições que fazem, as razões que invocam, dão a estes pequenos documentos uma relevância extraordinária. Pela primeira vez, iremos olhar para estes documentos com um duplo enfoque: a) o que dizem e b) o que dizem ou querem dizer para além do que está objectivamente escrito e através desse olhar compreender os acontecimentos e a sociedade portuguesa do tempo.

Through the little written scarp of paper and other objects, generally known as *Tokens*, left with the children in the moment they were left at Lisbon's Santa Casa da Misericórdia foundling wheel between 1790 and 1870, we want to understand the reasons of those who abandoned the children. It is of our interest, to study children's abandonment, usually known as *foundlings* or *abandoned*, by mothers's, fathers's, both or the families's point of view. In these years more than one hundred sixty thousand children entered SCML. Almost half brought a *Token* that distinguished them from others. What these papers say, the concerns they denounce, the descriptions they make, the reasons they evoke, give these little documents an extraordinary relevance. For the first time, we will look at them focusing on: a) what they say; b) what they say or what they want to say beyond what is written in order to understand the events and the portuguese XIX century's society.

Palavras chave: assistência, exposto, sinal, Misericórdias, “Roda”.

Key words: assistance, foundling, token, Misericórdias, “Wheel”

Abreviaturas

SCML: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

HRTS: Hospital Real de Todos os Santos

HRSJ: Hospital Real de S. José

CML: Câmara Municipal de Lisboa

AHSCML: Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ÍNDICE

Introdução	1
1 Os expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)	
1. Porque se abandonaram as crianças	20
2. A sociedade portuguesa oitocentista	28
2.1 Os acontecimentos políticos	28
2.2 Os “franceses” e as guerras	29
2.3 As transformações económicas	33
2.4 As transformações demográficas	34
2.4.1 A população de Lisboa	40
2.5 As atitudes e os comportamentos	42
2.6 A recomposição social: as novas elites e alguns dos velhos “valores”	48
3. O quadro legal da assistência aos expostos em Portugal	50
3.1 Antes da “Roda”	50
3.2 A “Roda”	54
3.3 A lei de setembro de 1836	58
3.4 A lei de 21 de novembro de 1867	59
4. A cronologia dos sinais de expostos da SCML	61
5. A SCML, o município de Lisboa e a criação dos expostos	62
6. O percurso dos expostos dentro da SCML	64
6.1 Sair ou não sair: eis a questão	69
6.2 O controlo da SCML	71
2 Os sinais dos expostos da SCML (1790-1870)	
1. Os quantitativos	74
2. Os sinais eles próprios	81
3. Os sinais das crianças expostas na SCML	87
3.1 De suporte em papel	90
3.1.1 Os documentos oficiais	90
3.1.2 Os documentos privados	93
3.1.3 Os bilhetes lacónicos	115
3.1.4 Os bilhetes telegráficos	116
3.1.5 Os bilhetes longos	117
3.1.6 Os bilhetes bem escritos	118
3.1.7 Os bilhetes “populares”	121

3.1.8	Os “profissionais” da escrita	122
3.2	De suporte têxtil	124
3.3	De outros materiais	128
3.4	Combinações	129
3.5	Os sinais orais	130
3.6	Os sinais originais	133

3 O que dizem os sinais das crianças expostas na SCML

1.	Informações	135
1.1	O nome	137
1.2	A data do nascimento	138
1.3	O batismo	138
1.4	A data de entrada	139
1.5	A idade	140
1.6	O enxoval	141
1.6.1	Sapatos, botins, meias, calças e bonés	149
1.7	Sinalização de características físicas das crianças	151
1.8	As doenças e as deformidades	153
1.8.1	As mutilações	158
1.9	A alimentação	158
1.10	As razões do abandono	160
1.11	A família e a filiação	167
1.12	As crianças legítimas, ilegítimas e as outras	168
1.13	Os gémeos	169
1.14	As profissões dos pais	170
1.15	O papel das comadres/parteiras	171
1.16	Os rapazes das orelhas furadas	174
1.17	Os estrangeiros	175
1.18	Informações diversas	176
2.	Promessas	178
2.1	<i>Hade ser recolhido</i>	183
3.	Pedidos	185
3.1	O nome	186
3.2	O batismo	186
3.3	As amas	187
3.4	O tratamento	188
3.5	A saúde	189
3.6	As madrinhas e os padrinhos	190
3.7	<i>Que não se troque</i>	192
3.8	Pedidos diversos	193
4.	Formas de nomear as crianças	195
5.	A idade à entrada	197

6.	As horas do abandono/as horas de entrada	200
7.	“Perdidos” e achados	202
8.	Os nomes e a importância de um nome	207
8.1	A legislação sobre nomes	209
8.2	Os nomes das crianças expostas na SCML	211
8.3	Tipo de nomes	212
8.4	Os nomes mais utilizados	214
8.5	Os nomes e os santos	216
8.6	Os nomes e os lugares	217
8.7	Diz-me como te chamas, dir-te-ei quem és?	218
8.8	Pedro, Miguel, Carlota Joaquina e os outros	220
8.9	Quem pede	221
8.10	Nome: do património herdado ao nome atribuído pela SCML	222
8.11	Nomes e trocadilhos	225
8.12	Uma certa igualdade nos nomes?	226
8.13	Nomes e cédulas	228
8.14	Diferenças de género nos nomes?	230

4

O que dizem, não dizendo: as entrelinhas

1.	Mundos de silêncio, de anonimato e de clandestinidade?	231
2.	Antes de o serem, já o eram: a premeditação	240
3.	<i>De pozita-se, Entrega-se, É lançado</i>	241
4.	<i>Tenho/temos tensão de tirar</i>	242
5.	Redes de influência	242
6.	Legítimos, ilegítimos ou pobres?	247
7.	Afectos? Muitos	253
8.	Desinteresse ou amor?	258
9.	O peso das circunstâncias e dos vastos motivos	259
10.	Recuperados e adoptados: vontade, banalidade ou impossível?	261
11.	Abandonar: banalização do ato, facilidade ou excepção?	263
12.	Tirados a prazo	264
13.	Os códigos	265
14.	Sinais exteriores de riqueza e condição social	265
15.	Mãe, pai e pais	269
15.1	À espera do pai	278
16.	Muitos e descartáveis: mobilidade?	279
17.	Pressão para influenciar a SCML e o serviço das amas	281
18.	Abandonar: inclusão ou exclusão social?	286
18.1	O abandono como mecanismo de inclusão	289
18.2	Mecanismos de inclusão	291
18.3	A educação	294
19.	A múltipla sinalização	295

19.1	Onde e o seu significado	298
20.	<i>Filho de huma filha desta caza</i>	299
21.	Os sinais de mudança	300
21.1	No vestuário e os novos consumos	300
21.2	Na quantificação	301
22.	Verdades e mentiras	304
23.	A honra, as honras e a desonra	305
24.	Saber-se-ia cá fora o que se passava lá dentro?	306
25.	O mundo ao contrário	307
Conclusões		309
Anexos		312
Fontes e bibliografia		339

Introdução

“Esta menina não vai batizada Porselheão Maria Joaquina, naceo hoje terça fª 12 do corente mês de Janeiro pellas aves marias; hadese procurar mais breve que puder ser por esta dª menina; E o sinal que leva he hum tira bulante branco, atado em hum orela de baetão alvadio que vai servindo de sinto, Lisboa 12 do corrente mês de janeiro Quando se for buscar esta menina hadese levar hum escrito feito como este emtudo e portudo feito.”¹

“Este bilhete accompanha uma menina que nasceu ao meio dia do dia 12 de Janeiro de 1870 = pedesse para que se lhe ponha no baptismo o nome de Anna = leva vestido um casaco rocho, um lenço na cabeça e touca = coeiros = pertendese ir buscalla =

Lxª 12 de Janeiro 1870

R. C. O.:”²

Oitenta anos separam estes dois textos. Aparentemente nada os distingue a não ser uma melhoria na caligrafia e na construção gramatical do segundo em relação ao primeiro. Tudo o resto é muito semelhante: desde o conteúdo à ordem de enunciação dos temas que informam ambos os textos: a data de nascimento, o batismo, o nome, a descrição do enxoval e uma promessa.

Estes dois pequenos textos foram deixados junto a duas crianças que deram entrada na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), uma no dia 12 de janeiro de 1790, pelas 19 horas e a outra a 12 de janeiro de 1870 às seis e meia da tarde conforme consta nos respectivos livros de assentos e registo de entrada e baptismo. No primeiro caso, pelo pequeno papel que consigo trazia, sabemos que a criança, *Maria Joaquina*, nasceu nesse mesmo dia “pellas aves marias” e portanto foi entregue no dia do seu nascimento. Alguém a entregou anonimamente na “Roda”. Era originária de Lisboa (só poderia ser de Lisboa dado o espaço curto de tempo entre o nascimento e a entrada na SCML), foi entregue a uma ama da Portela e morreu no mesmo ano, em dezembro, sem que ninguém, apesar da promessa expressa de o fazer, se tenha apresentado para cumprir o prometido.

No segundo caso, a menina, *Anna/Elmana*, nasceu ao meio dia e deu entrada na SCML pelas seis e meia da tarde do mesmo dia e também se pretendia ir buscá-la. Tal não aconteceu. Morreu na ama um mês após ter dado entrada na instituição (19/02/1870). Enquanto a promessa de ir futuramente recuperar a criança tem, no caso de *Maria Joaquina*, um tom muito afirmativo, no caso de *Anna/Elmana* não passa de uma hipótese, de uma mera pretensão que a morte em ambos os casos, mesmo que essa vontade fosse real, não deixou cumprir.

Ambas são originárias de Lisboa mas em relação ao pedido de nome a ser dado no momento do batismo há uma diferença substancial: *Maria Joaquina* foi batizada com o nome pedido, mas *Anna* não teve a mesma sorte sendo batizada com um menos comum *Elmana*.

¹ Ver Sinal nº 42 de 1790.

² Ver Sinal nº 119 de 1870.

Maria Joaquina e *Anna/Elmana* foram entregues na “Roda” da SCML. A “Roda” era um dispositivo cilíndrico implantado numa parede dos conventos que rodava sobre um eixo e com uma abertura que permitia às freiras que viviam em clausura contactar o mundo exterior. Nesse dispositivo colocavam-se alimentos, cartas, etc., e virando a abertura para dentro permitia que as freiras recebessem o que aí havia sido colocado sem manterem contacto visual com o depositante. Este dispositivo deu origem em nome e função à “Roda” dos expostos. O mecanismo era o mesmo, o *modus operandi* semelhante. Depositava-se a criança na abertura do cilindro, girava-se para dentro, tocava-se o sino e alguém, do lado de dentro iria saber que mais uma criança ali estava para ser recolhida. Quem abandonava nunca seria visto por quem recolhia. Muitas crianças, milhares de crianças, os expostos ou enjeitados, foram deste modo abandonados e entregues na SCML.

Algumas delas, cerca de metade, tal como *Maria Joaquina* e *Anna/Elmana*, traziam consigo no momento da entrada um bilhete, uma fita, o que quer que fosse, que permitiria individualizar a criança entre todas as outras e iria servir de garantia que aquela era a criança entregue e que posteriormente se queria ir buscar. No caso em apreço “(...) Quando se for buscar esta menina hadese levar hum escrito feito como este emtudo e portudo feito.” Tratava-se de um “sinal”, de uma prova, de uma marca identificadora, da qual o abandonante ficava com uma parte para poder comprovar posteriormente a justeza da sua pretensão. *Maria Joaquina* trazia um sinal duplo: um bilhete e segundo o mesmo, uma tira de pano “atado em hum orelo de baetão alvadio que vai servindo de sinto”. A tira de pano desapareceu mas o bilhete existe. Em alguns casos, as fitas, os recortes e os fios ainda existem apenas aos bilhetes, mas não foi este o caso.

De *Anna/Elmana* só restou uma meia folha de papel pautada que continha alguns elementos únicos e originais: letras maiúsculas no final do texto, certamente para lhe dar um realce que o individualizasse dos restantes.

Propomo-nos estudar o abandono das crianças na SCML durante 80 anos (1790-1870) tomando como objecto de análise a documentação escrita e outros objectos deixados por quem abandona, o que requer, à partida, cuidados suplementares do ponto de vista metodológico. Para um adulto, abandonar uma criança, um recém-nascido completamente dependente de cuidados básicos fundamentais para a sua sobrevivência, embora um acto relativamente banal e socialmente aceite no período em estudo, não deixava de representar um corte e uma desvinculação, mesmo que, por vezes, prometidamente temporária.

Desde já se esclareça que a nossa linha de investigação não toma os sinais como signos e o seu estudo sistematizado. A semiótica não é a abordagem fundamental neste trabalho. A tradição disciplinar da autora entronca vigorosamente no campo historiográfico da demografia, da história social e das mentalidades. No entanto, alguns conceitos operativos de “sinais” e de “signos” podem ter alguma pertinência. Entenderemos “sinais”

como marcas distintivas que servem para identificar ou distinguir alguma coisa ou pessoa dos demais³.

Repare-se que os “sinais” são objectos ou gestos que representam ou caracterizam outras coisas. Por isso são sempre seguidos da preposição *de*. Sinais de alguma coisa. Neste caso *sinais de expostos*.

Neste estudo optámos por um texto em que as fontes estão muito presentes e através das mesmas propomo-nos relatar factos e compreender diversos aspectos da sociedade da época. Deste modo evita-se um texto essencialmente descritivo, privilegiando a análise e a interpretação.

“Ler sinais” dos expostos tem um duplo sentido: ler porque de ler objetivamente se trata, mas é muito mais do que isso. É “ler” para além do que está escrito, é “ler” as entrelinhas, é “ler” as pistas e os sinais para uma interpretação mais alargada que vá para além do texto literal. É desvendar os meandros e os códigos sociais, religiosos, comportamentais, entre outros, que passam por estes bilhetes, fitas, fios... É dar um sentido e um significado a testemunhos que ultrapassam o objectivo original da sua criação. Criados para serem lidos pelos responsáveis da SCML, com informações várias, pedidos, promessas e justificações, hoje revelam-nos vidas e histórias pessoais de gente comum que se resguardou no anonimato e escreveu o que lhe ia na alma ou o que era suposto e expectável que se dissesse naquelas circunstâncias. Ou mandou escrever. Tanto faz.

Estas palavras nunca nos falarão se não forem escutadas, perguntadas, tiradas ao seu silêncio dos arquivos, convocadas para nos trazerem uma memória viva do passado. Para através delas tentarmos compreender os gestos, os dramas, as dores e os desgostos. Neste labirinto onde as convenções sociais se cruzam com a verdade e esta com a sinceridade, ou melhor, onde as convenções se podem sobrepor a ambas ainda para mais se a verdade e a sinceridade forem mediadas por agentes vários (padres, parteiras, familiares), os testemunhos deixados revelam uma teia complexa de cumplicidades e aceitação que respondia aos interesses de todos os envolvidos.

Escrever a pedido de alguém que o não sabe fazer, é permitir ao outro a construção de uma “história” que pode não corresponder à verdade. E se quem escreve estava de algum modo comprometido com o caso, querendo proteger-se a si próprio, os amigos ou algum familiar?

E mesmo que os bilhetes tenham sido escritos pelos progenitores, os dramas, as tristezas, os desgostos e as dores que chegaram até nós, criaram textos com um tempo próprio que refletem costumes, formas de conduta e códigos sociais variáveis conforme a época.

Que fique muito claro: este trabalho não é sobre as crianças expostas na SCML. Não tem como objecto o ponto de vista de quem recebe as crianças, nem os quantitativos,

³ Sobre esta temática dos sinais e dos signos, ver, por exemplo António Fidalgo e Anabela Gradim, *Manual de Semiótica*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2004/2005.

nem o género e muito menos questões organizacionais. Movemo-nos noutra quadrante. Nesta engrenagem da criação dos expostos quem recebe, como recebe, quantos recebe, quantos morreram, quantos sobreviveram e destes qual foi o futuro, qual a origem geográfica das crianças, a origem social e geográfica das mães bem como o seu papel, não são questões prioritárias, embora nunca possam ser completamente ignoradas.

Pretendemos perceber quem abandona e porque abandona através de escritos e outros sinais deixados com as crianças. Quais os motivos enunciados para justificar o acto, o modo como se enuncia a questão, como se tratam as crianças revelando a importância ou não destas na família. Interessam-nos as preocupações, os pedidos, as informações e as promessas. É neste jogo de verdade e talvez mentira, da omissão e da declaração, que se pretendem distinguir as razões que podem ser socialmente enunciadas e aquelas sobre as quais cai um pano que as esconde. Trata-se de focar a nossa atenção não nas instituições ou nas crianças, mas nos protagonistas que levam a cabo o abandono e as suas relações com o abandonado e com a instituição que o recolhe. E o que se escreve e como se escreve deixa antever, de modo involuntário, um mundo que se quer esconder mas que não obstante revela relacionamentos, origens, causas, motivações, afectos, interesses, ansiedades, ambiguidades e preocupações.

Mas estaremos perante que *famílias*? Sem querermos fazer a história do seu conceito e como este evoluiu⁴, sempre se poderá apontar que os modelos de família (nuclear, alargada, complexa, etc.) responderam a condicionamentos bem definidos, quer sejam de carácter político e económico, quer sejam de carácter cultural, religioso e social.

Na Roma antiga, por exemplo, entendia-se por *família* o conjunto de pessoas dependentes do poder de um só homem (*paterfamilias*), desde os escravos, os serviçais, os filhos (que podiam ao nascer serem aceites ou recusados pelo pai), a mulher, isto é, todos os que viviam sob o mesmo teto. António Hespanha encontra no século XVIII semelhanças com este modelo: “(...) «Família» era, no entanto, uma palavra de contornos muito vastos, nela se incluindo *agnados* e *cognados*, mas ainda criados, escravos e até bens (...)”.⁵

Contudo, as famílias nucleares não serão uma invenção da modernidade e da industrialização e não estarão na linha directa da evolução das famílias alargadas e complexas. Famílias nucleares sempre as terá havido, principalmente desde a Idade Média. Em Portugal, parece ter existido uma diferenciação entre o norte e o sul do país no que toca a esses modelos. Assim, no norte teria havido uma tendência para o predomínio das famílias alargadas, enquanto no sul seriam predominantes as famílias nucleares. Mais do que evolutivos, os diversos modelos de família coexistiram com preponderância de um ou de outro conforme as geografias e os condicionamentos de ordem política, religiosa, social, económica, etc.

⁴ Sobre esta temática ver António Manuel Hespanha e Maria Engrácia Leandro com «Carne de uma só carne...» e «Transformações da família...», respectivamente.

⁵ Ver António Manuel Hespanha «Carne de uma só carne...», p. 967. Esclareça-se que os *agnados* são os parentes pertencentes à linha paterna e os *cognados* os parentes pertencentes à linha materna.

Todavia, isto não significa que aquilo que hoje entendemos como famílias nucleares (pai, mãe e filhos não independentes) possa ser transposto directamente para os modelos do passado. No passado as funções e as tarefas dos elementos da família eram substancialmente diferentes da actualidade principalmente se tivermos presente as relações entre ambos os membros do casal e entre estes e os filhos. Genericamente, o que singulariza as famílias nucleares dos séculos XVIII e XIX, particularmente este último, das famílias nucleares dos séculos precedentes, é a introdução de dois valores que irão ser estruturantes na caracterização da vida familiar: a privacidade e a afeição pelos filhos⁶.

O sentimento da infância e da família desenvolveram-se simultaneamente, principalmente entre as camadas burguesas. Afectos e interesses para e pelas crianças sempre os houve, embora expressos de modo diferente consoante as “(...) épocas, contextos e pertenças sociais (...)”⁷. Interessa-nos, pois, compreender dentro deste contexto tão diverso e em mutação, *as famílias* e as suas razões para abandonar os filhos.

Muito claramente o objectivo deste trabalho é estudar o abandono na primeira pessoa⁸, tomando por objecto de estudo os testemunhos que os protagonistas deixaram, escritos ou não escritos, mas nos quais se expressaram vivências que importa compreender para entendermos o quadro mental e social em que se movimentava a larga maioria da população. Trata-se de uma espécie de espelho distorcido que mostra uma ficção ou uma verdadeira imagem dos indivíduos protagonistas do acto de abandonar. É refazer através destes pequenos papéis a multiplicidade de vidas e perceber um quotidiano de pobreza e de miséria de largos sectores da sociedade portuguesa. Mas também compreender os meandros menos claros de pedidos, de trocas de favores entre a instituição que recebe e quem abandona.

Embora muitos dos escritos não fossem elaborados pelos pais (dadas as taxas de analfabetismo da maioria da população), nem por isso deixaremos de estar perante o abandono em *discurso directo* porque muitos deles são escritos no pressuposto do *Dizerão*: “(...) Remeto hum Menino dizerão q nasseo honte treze e q lhepoze Joze Çancho Espinheiro (...)”⁹. Isto é, quem escreve, com mais ou menos informações, explicações, pedidos ou promessas, fê-lo a pedido, escrevendo o que lhe é transmitido e solicitado, embora genericamente obedeçam a uma escrita padronizada e essa circunstância possa ser denunciadora de quanto o acto era vulgar e banal na medida em que tanta gente escreve praticamente a mesma coisa, usa os mesmos argumentos, dá as mesmas informações, solicita os mesmos serviços.

Alguns destes pequenos documentos contêm uma carga dramática que nos permite antever o conflito de consciência por que passavam os autores do abandono, a dor e a

⁶ Sobre a influência do Cristianismo e da Igreja católica nos casamentos e na formação da família, ver M^a Engrácia Leandro, «Transformações...», pp. 60-62.

⁷ Idem, p. 64.

⁸ Sobre este assunto Isabel dos Guimarães Sá esclarece: “(...) os bilhetes de expostos são a única fonte directa sobre a mentalidade dos utentes do sistema de abandono (...)”. Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação...*, p. 234.

⁹ Ver Sinal n^o 316 de 1793.

tristeza que uma separação, sempre dita temporária, provocava. Mas apesar da dor e da tristeza, também vemos a facilidade com que largos sectores utilizavam esta possibilidade para resolver os seus problemas económicos ou sociais.

Noutros casos verificamos como o abandono na “Roda” se apresentava como solução para crianças que ninguém queria, nem os próprios familiares nem as famílias que as tinham acolhido temporariamente. E é espantoso olharmos para a frieza, podemos dizer desumanidade, frontalidade, sinceridade e facilidade com que se colocava num papel as razões para tornar aquela criança descartável, inútil àquela família que agora a abandonava.

Pelos sinais deixados com as crianças no momento do abandono, pode-se partir para estudos mais vastos como sejam o estudo da evolução dos consumos, das modas e das cores.

Através destes pequenos registos com carácter tão subjectivo produzidos de forma anónima e não sujeitos a qualquer escrutínio público e por isso portadores de uma enorme liberdade que pode chegar à não verdade, cabe-nos analisar aquilo que os autores dos escritos quiseram deixar expresso, porque mesmo que contenham inverdades, mentiras deliberadas, involuntárias ou inconscientes (que nunca poderemos provar que o eram) aquela era a “verdade” que se queria construir e divulgar porque os bilhetes eram, em última análise mesmo que isso não fosse objectivamente expresso, sempre dirigidos a alguém (neste caso a SCML).

E se não era a “verdade” o que se escrevia nos bilhetes, ou não toda a “verdade”, ou esta era escondida e insinuada em figuras retóricas mais ou menos elaboradas, aquela era a “verdade” em que se queria ou fingia acreditar. E então a “verdade” deve ser substituída por “sinceridade” não no sentido actual da mesma, mas num sentido mais lato e abrangente de uma verdade que mesmo não o sendo é nela que se acredita. Aquela era a verdade de quem escrevia que pode não corresponder à realidade vivida. Não será por acaso que alguns autores consideram a “verdade” como “(...) un concepto extraordinariamente ambiguo (...)”¹⁰. Mesmo que se considere que o conteúdo dos bilhetes fazia parte da construção de vidas ficcionadas, feitas através de mentiras voluntárias ou involuntárias ou mesmo inconscientes, esse era o universo que se queria construir e validar como certo, para si e para os outros.

Há que ter também em conta um outro aspecto que é determinante para compreendermos estes testemunhos. Como adiante desenvolveremos, as emoções e os afectos têm uma história¹¹. Devemos sempre evitar anacronismos e ter cuidados redobrados porque o significado das palavras no passado pode não ter o mesmo significado no presente¹². Para além disso, as normas e os gestos também têm uma história,

¹⁰ Ver Emilio Lledó, *El silencio...*, p. 54.

¹¹ Sem querer entrar em explicações científicas da área das neurociências, entenderemos *emoção/emoções* como um conceito largo e utilizá-lo-emos no conceito abrangente que lhe dá a língua inglesa. Ver Damien Boquet e Piroska Nagy, *Une histoire...*, p.11.

¹² Ver, por exemplo, o significado da palavra *nostalgia*. Criada em 1688 com uma conotação médica, referente a uma doença, só passa ter a conotação que hoje se lhe atribui no início do século XX. Ver Susan J. Matt, «Recovering the Invisible. Methods for the Historical Study of the Emotions», MATT, Susan J.;

significados diversos da actualidade que variaram conforme os protagonistas e os tempos. Por isso a “verdade” e a “sinceridade” dos bilhetes que até nós chegaram devem ser lidos tendo em conta estas variações e condicionalismos.

Por todas as razões já enunciadas, neste trabalho os verbos serão muitas vezes conjugados na sua forma condicional. O material que tratamos não permite uma aproximação objectiva, inequívoca e unívoca. Não se tratam de dados estatísticos, de números, de textos formais. Tratam-se de textos “com gente dentro”, escritos por gente que estava de fora, direta ou indiretamente envolvida, que utiliza estratégias e estratagemas para permanecer na obscuridade e dar para si e para o acto que pratica uma justificação válida e justa aos olhos de quem passa a tomar conta da criança.

A este estudo interessa, sobretudo, esta perspectiva: o abandono visto pelo registo expresso nos documentos, sejam eles escritos ou não. Porque os objectos “falam” e alguns têm conotações religiosas ou pagãs, com simbologias próprias reveladores de comportamentos colectivos e individuais.

Estes sinais dão corpo a segredos familiares, partilhados ou não por outros membros da família ou por quem interveio na altura do parto e posterior entrega da criança: contam histórias numa linguagem, a mais das vezes simples e muito próxima da oralidade, dão explicações ou fazem confissões que se quer que o interlocutor aceite como verdadeiras.

Mas os bilhetes não “falam” só pelo seu conteúdo escrito: as marcas materiais são fundamentais para entendermos afectos e preocupações. Os recortes, os desenhos, os sublinhados, os picotados, as molduras feitas em tinta, funcionam como uma outra linguagem para o outro entender ou convencê-lo, neste caso a instituição que acolhe, da força dos seus argumentos, da sua verdade, das suas boas intenções. Ou seja, os escritos têm uma “verdade” própria que importa analisar partindo de um princípio básico: aqueles bilhetes e objectos têm de ser aceites como documentos produzidos em determinados contextos e cabe-nos a nós produzir sobre eles uma interpretação que possa dar sentido à sua criação inicial. Mais ainda, cumpre-nos entendê-los tendo em conta as convenções sociais dominantes na época a que dizem respeito e como estas podem colidir com as emoções pessoais, secundarizados em função da ideia de decoro. Expor socialmente um “deslize” sexual que deu fruto tem consequências diferentes tendo em conta os protagonistas.

Se se tratar de uma rapariga oriunda de famílias conceituadas socialmente a quem o nascimento de um filho ilegítimo faz perigar toda a construção social da família sobre a

STEARNS Peter N., ed. de, *Doing emotions history*, Urbana, Chicago and Springfield, University of Illinois Press, 2014, pp. 41-53. E Camilo Castelo Branco, a propósito da palavra “brisas” tem uma passagem muito curiosa sobre o significado das mesmas. Um poeta que integrou num poema palavras como “flores”, “aromas”, “gorgeios”, “múrmurios” e “brisas”, Camilo diz: “(...) As brisas são posteriores (...) Começaram a bafejar os poetas portugueses quando Garrett as trouxe de França em 1832. Antes disso eram termo de náutica (...)”, in Camilo Castelo Branco, “A viúva do enforcado”, Mem-Martins, *Novelas do Minho*, Publicações Europa-América, p. 144.

qual também recairá a reprovação social, é muito diferente se a mesma rapariga pertencer às classes populares e a pobreza for uma realidade quotidiana. Em ambos os casos a opção pelo abandono do recém nascido é uma solução que a todos convém: aos primeiros porque se esconde um “pecadilho” e a jovem mãe não é desvalorizada no mercado dos possíveis pretendentes a um casamento; aos segundos, uma vez que se livram de mais uma boca para alimentar.

Mais uma vez estamos perante convenções sociais e regras de decoro que são diferentes conforme as protagonistas. Neste jogo de aparências e bons costumes, no que é ou não é socialmente aceitável, as mulheres são sempre penalizadas e culpabilizadas embora, por razões diferentes, ambas recorram à mesma solução.

Perguntar-se-á qual o papel do pai da criança na decisão do abandono. Sem querer alongarmo-nos sobre os papéis masculinos e sobre as emoções socialmente aceites, sempre diremos que o seu papel deve ter variado, conforme se tratasse de uma criança fruto de relações casuais, clandestinas ou socialmente inaceitáveis, principalmente se envolvessem diferenças sociais intransponíveis para a época. Nestes casos, o pai pode ter tido um papel activo e incentivador do abandono porque o nascimento de uma criança indesejada podia criar graves problemas. Assim aquele nascimento seria um problema essencialmente feminino que a mulher deveria resolver conforme lhe fosse mais favorável, ignorando o pai e demitindo-se este de qualquer responsabilidade. Se a aceitação dos filhos dependia sempre da sua boa vontade, ainda mais dela dependia se as crianças fossem fruto de relações clandestinas.

Noutras circunstâncias os pais demonstram grande interesse pelo filho que abandonam e os bilhetes escritos pelo seu próprio punho são disso testemunho, como iremos ver.

Por ser anónimo e clandestino, colocar-se-á sempre a dúvida em saber se o abandono das crianças é um assunto que diz essencialmente respeito às mulheres. A resposta nunca poderá ser encontrada. Os testemunhos iconográficos apontam nesse sentido, mas estes também podem ser uma construção plástica com vista a remeter para o universo feminino uma responsabilidade não partilhada. A ausência praticamente total dos homens nesse tipo de representação, remete-os para a sombra de onde alguns talvez pressionassem e empurassem as mulheres para a prática do acto do abandono. A legislação europeia foi sempre moldada segundo padrões que faziam recair a responsabilidade da maternidade sobre as mulheres¹³.

Uma sociedade construída sobre ideais que valorizam a submissão das mulheres, que lhes nega uma sexualidade activa antes do casamento (as que a têm correm riscos acrescidos de serem rejeitadas e apontadas socialmente como mulheres fáceis e não dignas

¹³ Em 1794, segundo o código civil prussiano, o pai deveria contribuir para o sustento do filho, independentemente de estar ou não casado com a mãe e mesmo que esta vivesse com outro homem. Em 1854 a lei foi alterada profundamente sendo mais favorável aos homens e menos favorável para com a mulheres. Em Itália a situação era semelhante. Ver Bonnie S. Anderson e Judith P. Zinsser, *Historia de las mujeres...*, vol. 2, p. 279.

de um compromisso de casamento), não será difícil de supor que, nesse caso, se se juntar à ilegitimidade a pobreza, para muitas mulheres que se veem sós com uma criança para alimentar, sem recursos, sem apoios familiares, rejeitadas social e familiarmente, só lhes restasse entregar a criança, desfazendo-se de um fardo que eram incapazes de tratar por falta de condições económicas¹⁴.

Quem na prática abandonava as crianças? No caso dos filhos legítimos de famílias pobres, seriam as mães, conscientes da incapacidade de dar de comer a mais uma boca, a abandonar o próprio filho? Já será mais difícil de imaginar uma mãe solteira, mas com recursos económicos a ser ela própria a abandonar a criança. Não era necessário expor-se dessa maneira a riscos que poderiam fazer perigar a sua reputação sendo reconhecida. Para isso existiam as parteiras e as comadres que terão um papel fundamental na resolução do problema entregando elas próprias as crianças que haviam ajudado a nascer.

Há bilhetes escritos por pais invocando para o abandono a morte, a doença, ou a falta de leite da mãe. Exceptuando a causa de morte, é provável que a decisão do abandono fosse de ambos os progenitores, se as causas invocadas forem verdadeiras...

Há, pois, que distinguir dois momentos diferentes: um primeiro e inicial que diz respeito à decisão de abandonar e um segundo momento depois da decisão tomada, quem levava a efeito o acto. Se no primeiro momento a decisão pode ser a de dois se se tratar de um casal legalmente constituído ou não, ou pela mulher ou pelos seus familiares se se tratar de uma mulher solteira, no segundo momento, estamos em crer que o acto é praticado sobretudo pelas mulheres, sendo ou não as próprias mães.

Mas que papéis estavam reservados às mulheres oitocentistas? Há diferenças entre mulheres de origem citadina e mulheres de origem rural, de mulheres de estratos sociais favorecidos e de mulheres de estratos populares. Mas para todas o casamento era o objectivo fundamental. A legislação portuguesa nos seus textos fundamentais, nomeadamente os constitucionais, atribui às mulheres um papel menor. Mesmo que os textos legais fossem eivados de ideais progressistas no que toca ao papel das mulheres, estas esbarrariam num factor de enorme peso e determinante nas suas vivências: uma mentalidade que minorizava o seu papel.

Muitas mulheres das zonas rurais eram recrutadas como criadas para servir em casas nas vilas e nas cidades mais próximas ou mesmo longe da sua origem geográfica. A estas mulheres estava reservada uma vida de dificuldades, possíveis vítimas de abusos por parte dos patrões, abdicando das suas vidas¹⁵, dos seus sonhos para se dedicarem a uma família que não a sua, servindo patrões e amos. Por um deslize eram muitas vezes colocadas na rua, às vezes com uma criança nos braços ou a caminho, a quem as patroas

¹⁴ Em boa verdade, a sexualidade fora do casamento era negada a todos, homens e mulheres. O casamento legalizava a sexualidade activa que tinha por finalidade a procriação. Mas as mulheres eram sempre mais penalizadas nesse contexto.

¹⁵ Ainda muito recentemente, o jornal *Expresso* publicou uma crónica que versava exactamente o papel de uma empregada doméstica numa família tradicional portuguesa na segunda metade do século XX. Ver no jornal *Expresso* de 20 de dezembro de 2014 a crónica de M^a Filomena Mónica.

não perdoavam a ousadia de terem sido obrigadas a cair na tentação de acreditar em promessas de vidas menos difíceis.

O que restava a estas mulheres, mães solteiras? Quais as possibilidades de sobrevivência? Na segunda metade do século XIX, para algumas o trabalho fabril seria uma solução e a entrega da criança a uma ama e, na pior das hipóteses, a entrega na “Roda”¹⁶.

É evidente que algumas das questões quantitativas não podem ser descuradas porque as ocorrências do abandono não são imunes a factores conjunturais vários, sejam de ordem política ou de ordem económica, nem aos valores e códigos sociais da sociedade portuguesa oitocentista. Que sociedade é esta que na prática facilita o abandono, já que este não era penalizado senão em função do lugar e do modo como se abandonava? Que sociedade é esta que penaliza as mulheres solteiras com filhos? Estamos perante que famílias? Qual o peso da ideologia da religião católica? Qual o peso dos servidores domésticos na cidade de Lisboa e dos abusos dos amos? Que movimentos populacionais houve decorrentes de invasões, guerras e golpes tornando a cidade um palco de trânsito de soldados? Que reflexos tiveram todos estes fenómenos no abandono de crianças?

Dada a impossibilidade de analisar em tempo útil os mais de 77 mil sinais existentes no arquivo da SCML que constituem um dos maiores espólios conhecidos¹⁷, a opção pelo método da amostragem aleatória revelou-se uma opção válida porque permitiu sondar todos os anos do período compreendido entre 1790 e 1870. Para além da questão do tempo que levaria a analisar todo o corpo documental, esse trabalho ciclópico não traria mais-valia à investigação porque os bilhetes se repetem no conteúdo bem como nas suas características discursivas. Assim, foram analisados cerca de 10% dos sinais de cada ano, num total aproximado de 7600 documentos.

Na realidade foram analisados 7589 sinais correspondentes a 7610 crianças.

Esta pequena imprecisão dos números prende-se com o facto de o número total de crianças expostas e o número de sinais ser ainda difícil de determinar com rigor. Só uma contagem minuciosa de ambos, permitirá chegar a um número exacto. Não basta contabilizar tomando como certo o número final de registo em cada ano. Os enganos do escrivão a numerar o registo das crianças entradas, ou um único registo que se refere a duas crianças (quando se trata de gémeos) não é invulgar. Isto pode distorcer muito

¹⁶ Há estudos que afirmam que no século XIX, enviar crianças para fora do lar para serem entregues a amas externas foi uma tendência que decaiu entre as classes abastadas, mas em contrapartida foi uma solução utilizada maioritariamente pelas mulheres mais pobres das zonas urbanas que se viam a braços com um trabalho fabril e horários que dificultavam as suas tarefas maternas. Em Portugal faltam estudos que comprovem ou não esta tendência, embora se deva desde logo ter em conta a especificidade portuguesa: a tardia e fraca industrialização e os índices de feminização do trabalho fabril. Ver Fanny Fay-Sallois, *Les nourrices à Paris...*, p. 237.

¹⁷ O número de crianças que eram portadoras de um “sinal” tem variações regionais, nacionais e temporais. Muitos deles foram apensos ao registo de entrada da criança a que dizia respeito, outros foram transcritos para esse mesmo registo e desapareceram. Contudo, a coleção de “sinais” da SCML é um dos maiores espólios preservados na actualidade. A professora Casimira Grandi, uma especialista no tema dos expostos em Itália, afirma não conhecer nenhuma outra coleção desta magnitude.

ligeiramente os números mas não põe em causa a validade da amostra. Em 1854, ao exposto registado com o número 1679 não se seguiu o registo 1680 mas sim, por engano, o registo número 1780. Isto tão só significa que se tomássemos como verdadeiro o número de registo no final desse ano, estaríamos a contabilizar mais cem crianças que, na realidade, não existiram. Também há assentos de expostos que afirmam que no momento da entrada, estes traziam um bilhete mas este desapareceu da documentação. Ou porque se extraviou, perdeu-se, estragou-se. Há também casos de o mesmo bilhete ser partilhado por gémeos e trigémeos.

Para além da possibilidade de sondar todo o período, a amostragem aleatória possibilitou uma indagação mais minuciosa, sobre as transformações que se verificaram neste período. São 80 anos que operam a viragem do Antigo Regime para o liberalismo e a sua implantação violenta na sociedade portuguesa. As invasões estrangeiras decorrentes das transformações que se viviam na Europa, as movimentações internas das populações em fuga, os períodos de maior carência económica, o crescimento da cidade de Lisboa na segunda metade do século XIX, enfim, os sinais reveladores duma sociedade em transformação e em ebulição encontram eco nos bilhetes dos expostos. É espantoso verificá-lo através de pequenos textos cuja finalidade última não era a de testemunhar essas mesmas transformações.

Perante um número tão significativo de documentos, colocaram-se questões metodológicas simples, que tem a ver com as estratégias e formas de abordagem mais adequadas no sentido de rentabilizar um acervo tão rico e significativo. Entre estudar todos os sinais fazendo cortes, por exemplo de 5 anos, isto é, analisando todos os sinais do mesmo ano (por exemplo 1790, 1795...), optou-se, como atrás se disse, pela análise aleatória de 10% dos sinais de todos os anos, o que nos pareceu ser a opção mais válida, porque deste modo todo o período foi sondado, não deixando para trás anos decisivos coincidentes com acontecimentos políticos marcantes do século XIX: as invasões, a revolução de 1820, a instabilidade de golpes e contragolpes que se lhe seguiu, a guerra civil, etc.

Foi criada uma base de dados com o objectivo de extrair resultados que nos permitissem um conhecimento quantitativo no imediato e posteriormente possibilitassem uma análise qualitativa dos dados obtidos. Assim, a dita base engloba campos de preenchimento com as características formais dos documentos (cor e tamanho do papel utilizado, timbrado ou não, tipo e cor do material de escrita, recortes, etc.) e outros que permitirão uma análise mais abrangente e quanto possível objectiva. Antes de analisarmos os campos criados, deve-se esclarecer que o seu preenchimento combina os dados constantes dos bilhetes com aqueles que foram registados à margem do livro de registo de entradas e baptismos dos expostos¹⁸.

¹⁸ Estas informações tais como data da morte, recuperações, adopções e casamentos também são dados que só foram possíveis de obter cruzando o sinal com o registo de entrada e baptismo da criança onde esse tipo de informação era colocado à margem.

A base de dados inicia-se com a identificação do exposto a quem aquele sinal diz respeito. Todos os sinais têm o número de entrada do exposto colocado pelo escrivão, geralmente no verso do escrito, no momento do registo da criança. Assim não existe qualquer dúvida a quem pertence aquele sinal. Com base nos dados dos bilhetes escritos e nos outros “sinais” criou-se para cada um deles uma ficha com os seguintes campos: nome, sexo e cor. No que toca ao nome atribuído à criança distinguiu-se se foi posto pela Santa Casa, se o pedido formulado no bilhete foi respeitado, se o nome já vinha indicado em qualquer documento oficial ou, se apesar de pedido no bilhete, a SCML o alterou.

Também foi criado um campo para a origem geográfica da criança e um outro para definir a sua condição: se legítima, se natural, se ilegítima, se desconhecida. Algumas vezes a origem da criança tem uma referência genérica (*hé de Lisboa*), ou o bilhete é datado de Lisboa¹⁹ mas também há especificações a nível das freguesias da cidade²⁰. As informações sobre o batismo também foram contempladas: se baptizada, não baptizada e em caso afirmativo por quem, ou se esta informação é omissa.

Alguns bilhetes referiam ainda a data e a hora de nascimento e a data e a hora de entrada e para elas também foram criadas duas entradas. Quando estas duas informações vêm mencionados nos bilhetes permitem inferir claramente a idade das crianças no momento do abandono, quando esta não vinha expressa no bilhete. De qualquer modo, também foi criado um campo para a idade da criança.

Para finalizar este primeiro painel com dados identificativos, criámos um campo para a data e local da morte (na ama, na SCML, no Hospital). O cruzamento destes dois últimos campos (idade e data da morte) permitirá calcular taxas de mortalidade. Obviamente que estas duas últimas informações (local e data da morte) não constavam do bilhete mas sim do registo da criança no respectivo livro de entradas e baptismos.

Num segundo painel, procurámos saber qual foi o futuro daquela criança em caso de sobrevivência. Assim, criámos campos para datas de recuperação ou adopção²¹. Em ambos os casos, criou-se um campo para a data em que tal ocorreu. No caso de se estar perante uma recuperação familiar, preencher-se-ão os campos referentes às profissões do pai e da mãe, ao seu estado civil. Por vezes, por ter sobrevivido à voragem da Roda, a criança, já um jovem adulto, era emancipado tendo em vista o casamento. Para além do registo das datas desses acontecimentos, criaram-se campos para o nome do conjugue, a sua profissão e local do casamento. Este segundo painel permitir-nos-á verificar se as

¹⁹ “Este minino q vai para Santa Caza Naseo a tres de Forbro dia de São Braz Leva hu Coero velho ecannado he por matilha huma Sahiha De xita he vai por baltizar se lhe porra hum nome Bras Lisboa 3 de Fobero de 1808”. Ver Sinal nº 170 de 1808.

²⁰ “27 de Ganeiro de 1845 dia de S Goão Grezostimo naseu heste menio he entregue na Santa Caza da mezericordia no dia 7 de Março do dito anno de 1845 pelas 5 horas da tarde Senaes huma fita asetinada Branca pregada no peito da Camiza nasido na freguezia dos angos (...)”. Ver Sinal nº 471 de 1845.

²¹ Há uma diferença entre ser adoptado ou ser recuperado. Embora a adopção nestes tempos nada tenha a ver com o conceito legal de adopção que hoje lhe atribuímos, ser adoptado significava sempre pertencer a uma família que não a sua família biológica, a maioria das vezes a família da ama que o tinha criado. Ser recuperado significava voltar à família biológica (pais) ou na ausência desta a um familiar próximo (só a mãe, só o pai, avós ou tios).

promessas formuladas de ir resgatar a criança à SCML foram ou não cumpridas e qual a importância das mesmas.

Depois deste trabalho inicial de identificação e do conhecimento do percurso de vida da criança, a maioria das vezes muito curto e breve, passámos à análise formal dos sinais. Que tipo de sinal (papel, têxtil, metal ou outro ou ainda combinação de vários). Se de papel, que tipo (manuscrito, impresso ou outro); a origem (oficial ou particular); quem escreve o bilhete (desconhecido, o pai, a mãe, outro familiar ou a parteira); a cor do papel (branco, azul, verde...); o tamanho (meia folha A4, uma folha A4, recorte de papel, etc); papel timbrado ou não timbrado; papel recortado e em caso afirmativo que tipo de recorte (ondas, bicos, losangos, etc.).

Se se trata de um sinal de natureza têxtil é necessário anotar a sua morfologia (fita, galão, retalho, cinto, roupa bordada, etc.)²²; onde vinha colocado na criança (atado na perna, no braço, no peito...); a localização actual (alfinetado ao bilhete, desaparecido); as cores; os materiais²³; o tamanho e a existência ou não de recortes nas peças de modo a transformá-las em peças únicas e individualizadoras daquela criança.

Sobre os sinais de metal, mais raros, mas mesmo assim presentes, devemos analisar o tipo (cruz, bola, figa, santos ...); o material (ouro, prata, pérolas, coral, osso...); a localização na criança e a localização actual²⁴.

Os mais comuns são os sinais escritos. E sobre estes houve que criar campos de análise mais específicos e minuciosos. Assim, fizémos uma primeira abordagem formal: quem escreve (o pai, a mãe, um desconhecido...); que domínio da língua revela (péssimo, deficiente, cuidado...); prosa ou verso; material de escrita (tinta, lápis); língua (português, espanhol, francês). Depois passou-se a uma análise do conteúdo: que informações traz o bilhete, que pedidos ou recomendações formula, que promessas faz, que razões dá para justificar o abandono, como se refere a quem se abandona (menino, menina, exposto...). E no caso de conter promessas, quais e se estas foram ou não cumpridas.

O enxoval que acompanhava a criança era um factor identificativo que bastas vezes é referenciado nos bilhetes: a quantidade de peças que o compunham (abundante, diversificado ou escasso), a qualidade (rico, usado, novo ou velho), as cores e os materiais que o compunham²⁵. No registo de entrada das crianças consta a descrição da roupa de que eram portadoras no momento de entrada e há uma coincidência quase total entre ambas as descrições.

²² O tipo de sinal de natureza têxtil apresenta uma miríade de opções que analisaremos posteriormente.

²³ O estudo dos materiais será um campo a explorar se tivermos em conta a divulgação de novos materiais associados a novos consumos que o século XIX proporcionou, conforme se vai avançando nos anos.

²⁴ É entre este tipo de sinais que a mais-valia do cruzamento dos dados dos sinais com os dados do registo de entradas se torna mais valioso. Alguns objectos de ouro ou prata que vêm descritos nos bilhetes que acompanhavam as crianças desapareceram ou porque nunca tiveram existência real, ou porque nunca chegaram à SCML, ou porque foram perdidos/desviados por quem entregava a criança na instituição. Também se podem ter perdido ou desviado dentro da SCML.

²⁵ Através da análise dos enxovais, para além de detectarmos modas e gostos dominantes, também podemos ver indícios da origem social do exposto. Os enxovais eram a mais das vezes escassos, mesmo muito escassos, constando de peças usadas, velhas e recicladas.

Há outro tipo de informação que nos permite perceber quais as doenças mais comuns das crianças e para isso foi criado um campo para “tipos de doenças ou patologias” e um outro para informações de ordem física (características físicas, orelhas furadas, freio cortado, hábitos alimentares). Finalmente criou-se um campo na base de dados para assinalar as hipotéticas formas de pressão para influenciar a SCML com vista a um melhor tratamento da criança. As mais das vezes essas formas de pressão são subtis e passam pelo tratamento reverencial aos administradores dos expostos da SCML ou pelas informações, verdadeiras ou não, sobre a origem social da criança, normalmente uma origem rica ou nobre que se explicita ou insinua.

Mais do que se diz nos bilhetes deixados com a criança no momento do abandono, a sua análise permite-nos “ler” para além do óbvio. Permitir-nos-á perceber o quadro dos comportamentos sociais em relação às crianças e em relação ao novo modelo familiar que se irá impor ao longo do século XIX, perceber as modas, os usos e costumes, as mudanças da malha urbana da cidade de Lisboa, bem como a especialização de certas áreas com funções económicas muito vincadas²⁶, as alterações legislativas que legitimam mudanças, possibilitar-nos-á, certamente, ter uma imagem muito nítida da miséria de muitos que se viam obrigados a abandonar os seus filhos como estratégia de sobrevivência, sua e das crianças.

O cruzamento de diversas variáveis poderá dar indicações seguras para perceber se a pobreza era a condicionante determinante ou se eram os códigos sociais que condenavam as mães solteiras, desvalorizadas no mercado matrimonial, num contexto em que se ia impondo um novo modelo de família menos alargada, cada vez mais burguesa. Mais à frente faremos referência, ainda que breve, à nova composição da sociedade portuguesa saída da revolução liberal.

Há uma questão que desde logo se deve esclarecer, que se prende com os conceitos de “exposto”, “enjeitado” e “abandonado” e a sua verdadeira dimensão. O jurista António Joaquim Gouveia Pinto, (1777-1833) que se debruçou largamente sobre a condição das crianças abandonadas, define “exposto” e “enjeitado” como crianças legítimas ou ilegítimas nascidas de pais incógnitos abandonadas nas ruas, nas Rodas, à porta de particulares “(...) fora do estado de se poder conduzir, com o fim de se descarregarem da sua criação, ou para evitar a vergonha que lhes pode causar seu nascimento”²⁷. O “abandonado” seria uma criança filha de pais conhecidos que se “(...) acha em desamparo, entregue à comiseração pública, ou por morte dos pais, sua ausência, doença, prisão e pobreza”²⁸.

²⁶ Um exemplo muito concreto é o facto da freguesia de Alcântara ter uma presença assinalável na origem geográfica dos expostos na década de 60 do século XIX à qual não será alheio o surto de desenvolvimento industrial que a área conheceu nessa mesma altura e a dificuldade que as mulheres tinham em cuidar dos seus filhos, por incompatibilidade com a sua função de operárias fabris, agravada ainda no caso de mulheres solteiras que tinham de prover ao seu próprio sustento.

²⁷ In *Exame Critico e Historico...*, p. 16.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 16.

Na prática isto significa que uma criança exposta seria uma criança de quem não se conheceriam os progenitores e estaria assim no grau zero da sua genealogia. Caso sobrevivesse, abrir-se-ia uma nova linha familiar dando origem a uma nova árvore genealógica. No entanto, uma coisa é o estatuto jurídico, outra é a realidade da exposição das crianças. Algumas crianças entradas na SCML têm referências familiares claras, nomes dos progenitores e dos avós maternos e paternos, moradas ou, no caso das crianças nascidas na Enfermaria de Santa Bárbara, posteriormente remetidas para a Roda da SCML, embora filhas de pai incógnito, conhecia-se a identidade da mãe, mesmo que esta tivesse morrido no parto. Tomando como chave da definição ser um exposto sempre filho de pais incógnitos, então algumas crianças entradas na SCML, legalmente não o seriam por se conhecer a identidade dos pais ou pelo menos a da mãe. Neste caso estaríamos juridicamente perante uma criança abandonada e não exposta. De qualquer modo, o que há a salientar é que qualquer que seja a categoria jurídica que defina estas crianças, entrar na “Roda” não tinha consequências práticas a nível do tratamento. Veja-se este caso: “ Este Menino Næço a 20 dezbrº de 1831 e foi Batizado em o dia 29 do mesmo mes pos=se Por nome João Manoel Rodrigues padrinhos forão hum tio do mesmo menino por nome João Manoel Rez Madrinha Nossa Senhora, e a Mai hé Maria Emilia da Conceição Filho eColito, mas o paii hé Joze Fran.co Rodrigues (...)”²⁹. A todas as crianças foram aplicados os mesmos procedimentos e a todas foi aplicado o termo “exposto/a”. E a sua sorte também não variou conforme o estatuto apresentado. A morte foi o destino final da grande maioria.

As crianças abandonadas, na época são denominadas “enjeitados”, uma palavra que semanticamente evoca a negação, a recusa, aquilo ou aqueles que não se quer(em), aqueles a quem é negada a amamentação, aqueles que não se reconhecem como seus, aqueles que se expulsam do seio materno, uma palavra próxima da animalidade (as gatas enjeitam as crias, por exemplo). Por razões desconhecidas também passaram a ser denominadas “expostos”. Expostos a quê? Também aqui a palavra evoca um mundo de tragédias. Expostos à sorte de ter (ou não) uma boa ama, expostos à sorte de sobreviver às inclemências do tempo, às trocas de amas, às viagens de ida e volta, à má e escassa alimentação, à doença. Nesta lotaria da sorte, a carta mais usada foi a morte.

No original, a palavra “exposto” deriva do latim *expositus*, particípio presente do verbo *exponere* (exportar)³⁰ que significa ser enviado a terceiras pessoas que não a família, o que representa passar a responsabilidade da criação da esfera privada à pública, significava cortar os laços com a família biológica e com os laços de solidariedade que possivelmente existiriam entre os seus membros. Será curioso ver a denominação destas crianças em outras línguas: “Foundlings” em língua inglesa; “enfants trouvés” em francês; “trovatelli” em italiano. Nestas três línguas a palavra que designa estas crianças remete para aquele que é encontrado. Isto é, a designação tem origem *a posteriori* e do ponto de vista de quem encontra a criança. Em espanhol a palavra mais utilizada é “expósito”, isto é, crianças

²⁹ Ver Sinal nº 239 de 1831.

³⁰ Ver *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, p. 1653.

expostas ao tempo, ao frio, às condições atmosféricas, aos perigos, à caridade alheia, à indefinição e à vulnerabilidade.

Em Portugal, a palavra “exposto” só se irá vulgarizar no século XIX, mas as duas formas, “enjeitado” e “exposto”, permanecerão e terão utilização, embora o uso da primeira permaneça entre os círculos mais populares, a segunda passa a ser o termo oficial, principalmente nos textos legais e regulamentares. A língua portuguesa, quando utiliza a palavra “enjeitado” remete para uma condição que valoriza simbolicamente as razões do abandono, que define e sublinha uma condição: aquele que é rejeitado, aquele que ninguém quer, aquele com quem ninguém se importa. Trata-se de um estatuto de menoridade e de inferioridade que a língua consagra e dissemina.

O tema do abandono de crianças tem sido objecto de muitos estudos e por isso há uma imensa bibliografia científica sobre o assunto, tanto a nível nacional, como internacional. Mas a perspectiva aqui proposta, não são sobretudo os quantitativos, nem o “depois” do abandono. Focalizar-nos-emos no “antes”. Quem decidiu, como decidiu, que razões são invocadas para justificar o seu acto tendo por base os sinais, escritos ou outros, que fizeram acompanhar a criança que se abandona.

As historiografias de língua portuguesa, espanhola, francesa e italiana têm uma produção avultada sobre o tema. A historiografia de língua inglesa é mais modesta, talvez porque o fenómeno do abandono não tivesse tido nos países anglófonos a mesma dimensão que teve nos países do sul da Europa (Portugal, Espanha, França, Itália). Há inúmeros estudos que se debruçam sobre esta temática nas metrópoles e nas colónias do Novo Mundo colonizadas pelos europeus (Brasil, Peru, Argentina, Canadá), por isso há uma grande produção em língua portuguesa, espanhola e francesa cobrindo os vários aspectos do abandono: as questões institucionais, os quantitativos, a mortalidade, etc.³¹

No entanto, no Brasil, por exemplo, a grandeza dos números do abandono de recém-nascidos nunca teve paralelo com os números do abandono na Europa no século XIX. Para a “Roda” do Rio de Janeiro conhecem-se os números: entre 1738 e 1888 foram abandonadas 47.255 crianças³².

O interesse por esta temática tem congregado os esforços de demógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos que se têm reunido para debater o assunto e trazer à luz um melhor e maior conhecimento sobre o fenómeno nas suas diversas vertentes. Com grande impulso a partir da década de 70 do século XX, nele se destacando a escola

³¹ O Brasil, por exemplo, tem uma vasta bibliografia sobre o assunto. Para além de inúmeras teses de mestrado e de doutoramento apresentadas nas universidades brasileiras, destacam-se vários autores que têm desenvolvido o tema da infância em geral e do abandono em particular de forma permanente. De entre estes: Maria Luiza Marcílio, Renato Pinto Venâncio e Renato Franco. Este último autor, por exemplo, para além de outras obras publicadas, apresentou uma tese de doutoramento em 2011 à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência da Universidade de S. Paulo sobre o papel das misericórdias na protecção aos mais pobres e deserdados da sorte.

³² Ver Esther Maria de Magalhães Arantes, «Arquivo e Memória...», p. 9. Esta autora defende que a questão no Brasil não se punha ao nível do abandono das crianças mas sobretudo ao nível da ilegitimidade da filiação. De qualquer modo, o Brasil só aboliu a “Roda” em 1927 embora algumas continuassem em funcionamento, como a “Roda” da cidade de S. Paulo, que só encerrou em 1940.

francesa da Nova História, foram publicadas obras de referência impossíveis de contornar quer a nível nacional, quer a nível internacional. No primeiro caso destacamos o III Congresso da *Asociación de Demografía Histórica* do qual resultou a publicação de um excelente livro de actas³³ onde colaboraram os melhores especialistas portugueses sobre o tema, e um colóquio internacional realizado em Itália cujas intervenções também foram publicadas³⁴, no qual também colaboraram especialistas portugueses a par de outros europeus. Revistas científicas de renome do domínio da História ou da demografia histórica fizeram sair volumes monotemáticos apresentando o que de mais recente se fazia sobre o tema³⁵.

Além disso, devemos ter em conta inúmeros estudos, uns de carácter nacional, outros regionais e locais, alargando perspectivas, não focando apenas os quantitativos dos expostos, mas a toda a problemática envolvente (sistema de amas, questões organizacionais, adopções, sobrevivência, recuperações, legislação, assistência, etc.)³⁶. Não devemos esquecer as monografias regionais que em Portugal, um pouco por toda a parte, vão dando a conhecer essa realidade³⁷ e as teses de mestrado ou de doutoramento de reconhecidos especialistas na matéria, muitas vezes ponto de partida para trabalhos de âmbito cada vez mais alargado a temáticas subjacentes³⁸.

Embora a abundância de obras publicadas seja notável, faltam trabalhos de carácter nacional uma vez que os estudos parciais estão dispersos por épocas diferentes, impedindo análises globais; essas limitações só podem ser superadas com estudos concertados de modo a obter-se uma perspectiva global da questão. Por exemplo, em Portugal conhecem-se os quantitativos nacionais do fenómeno antes de 1864, data do primeiro recenseamento geral da população? E depois dessa data, mesmo tendo em conta as melhorias nos sistemas de inquirição e de tratamento dos dados, temos um conhecimento abrangente do fenómeno? Em ambos os casos, a resposta é negativa³⁹.

³³ Vicente Pérez Moreda (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

³⁴ *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991.

³⁵ Neste caso podemos citar dois números da revista *Annales de Démographie Historique*, um de 1973, intitulado «Enfant et Sociétés» e outro mais recente de 2007, vol. 2, intitulado «Les enfants abandonnés. Institutions et parcours individuels».

³⁶ A título de exemplo para estudos de carácter nacional, podemos nomear David I. Kertzer, *Sacrificed for honor. Italian infant abandonment and politics of reproductive control*, Boston, Beacon Press, 1993; ou León Carlos Alvarez Santaló, *Marginación social y mentalidad en Andalucía Occidental: Expósitos en Sevilla (1613-1910)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1980, para estudos de carácter regional.

³⁷ Neste âmbito podemos nomear Sebastião Matos, «Os expostos da Roda em Esposende», *Esposende, Boletim Cultural de Esposende*, 1983, pp. 39-90 ou Maria de Fátima Reis, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.

³⁸ Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, F.C.G. e JNICT, 1995 ou Teodoro Afonso da Ponte, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, ICS, Universidade do Minho, 2004. No primeiro caso, esta investigadora tem uma vastíssima bibliografia sobre o tema bem como sobre *assistência*, o que a torna incontornável para qualquer abordagem a estas temáticas.

³⁹ No entanto, devemos referir que o interesse por esta temática não se esgota na bibliografia publicada. Artigos de jornais e exposições variadas, têm-lhe dado relevância e tem feito a sua divulgação entre a opinião pública. A nível nacional, destacamos as exposições que foram promovidas pela SCML (*Sinais de Expostos*

Propomo-nos contar as vidas daqueles e daquelas que queriam manter o anonimato, mas que deixaram pistas claras sobre os mundos a que pertenciam. Desejamos, através dos pequenos bilhetes, contar histórias e através delas ver o fluir da história do país. É nosso propósito claro perceber dores, afectos, comportamentos masculinos e femininos relacionados com o abandono de um recém-nascido. Compreender como um recurso posto ao serviço de todos para cuidar de crianças pobres também foi utilizado e se deixou utilizar para resolver conveniências e questões de ordem social com a convivência, muitas vezes clara, da instituição. À “Roda” não chegaram unicamente as crianças deserdadas da sorte, as ilegítimas, as pobres ou aquelas que congregavam em si simultaneamente estas três condições, aquelas que eram oriundas de famílias pobres; pela “Roda” também passaram crianças oriundas de estratos menos desfavorecidos por quem houve quem intercedesse, como iremos verificar. Há testemunhos claros de pedidos para crianças que seriam, certamente, um embaraço para os progenitores a quem foi autorizada a entrada na SCML, talvez para salvar aparências e solucionar um nascimento indesejado.

Será uma tarefa difícil se tivermos em conta que raramente os bilhetes foram escritos pelos próprios que abandonavam, que havia uma intermediação entre os pais, ou só a mãe, e a instituição acolhedora, que a grande maioria da população era analfabeta e que os bilhetes e tal como qualquer carta dirigida a alguém, aqui dirigida ao pessoal da SCML que estava afecto a este serviço, obedecia a determinados formalismos que, por vezes, não foram descurados. Mas se esses papéis escritos pelos próprios ou ditados a alguém ou inventados por parteiras, padres, familiares ou qualquer profissional da escrita a quem se confiam tristezas, desejos e dramas, involutariamente não deixam de denunciar como a população encarava o abandono e como se relacionava com as crianças que se abandonavam.

A existência ou não do amor do maternal, se este foi uma construção social moderna, se havia ou não tempo para criar laços e nós com as crianças que se entregavam, muitas vezes logo a seguir ao nascimento, são questões em aberto. De qualquer modo, em alguns casos não há dúvidas pelo testemunho de alguns bilhetes que o século XIX evidencia, pelo menos em determinados sectores sociais, o apreço pela vida das crianças e o apego que às mesmas era votado.

O abandono era anónimo, era um lavar de mãos, era acreditar ou querer acreditar que se estava a dar uma hipótese à criança de melhor vida e a garantir a sua sobrevivência. Era transferir para outros responsabilidades que não se queriam ou não se podiam assumir.

Os bilhetes não são para serem levados à letra, porque anónimos como são reproduzem verdades ou inverdades que se querem fazer crer serem verdades. Mas se não podem ser sobrevalorizados como verdades únicas, também não devem ser subestimados

em 1987, *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* em 2001 e *Visitação, O Arquivo: Memório e Promessa* em 2014). A nível internacional citaremos, a título de exemplo, uma exposição realizada em França, Rouen, em 2008 (*Les enfants du Secret. Enfants trouvés du XVIIe siècle à nos jours*) e outra em Londres promovida pelo Foundling Museum em 2013 (*Hope, Fate and Charity*). De todas elas foram publicados excelentes catálogos que aliam documentos gráficos com textos de especialistas na matéria.

porque mesmo as inverdades que se escrevem, são-no tendo como referenciais culturais e mentais que é necessário descodificar e integrar no contexto da época.

Todos os estudos sobre os bilhetes referem o seu carácter estereotipado e que quase sempre apresentam as mesmas informações (nome, baptismo, pedidos, promessas, etc). No entanto, este é o primeiro grande corpo documental a ser explorado e a época a que se refere não é de menor importância: os finais do século XVIII e quase todo século XIX, isto é, desde a institucionalização oficial do sistema das “Rodas” até às mudanças profundas neste sector da assistência com o fim das mesmas e do abandono anónimo.

Este trabalho terá duas partes distintas. Numa primeira parte, pretende-se fazer o enquadramento do fenómeno do abandono no Portugal oitocentista, conhecer os quantitativos (de expostos e de sinais), a tipologia dos mesmos e o que dizem; numa segunda parte, perceber para além do que está objectivamente escrito, ler as entrelinhas, compreender as estratégias, as pressões e os argumentos utilizados para a SCML aceitar “aquela” criança e de preferência que lhe desse um tratamento privilegiado em relação às outras crianças que passavam pela instituição.

Como iremos ver, é um pouco do Portugal oitocentista que irá passar debaixo dos nossos olhos e talvez nos surpreendam a actualidade de alguns fenómenos e sobretudo algumas práticas que, em alguns casos, chegaram até muito próximo de nós.

Por último, gostaríamos de expressar um desejo que hoje é uma questão que está muito na ordem do dia: construir um texto, uma bela narrativa, uma narrativa poética, no dizer de Rui Bebiano⁴⁰, que permita simultaneamente descodificar, interpretar e sobretudo integrar esse passado e essa memória através de uma linguagem atraente e rigorosa e que deste modo possa atingir um número cada vez maior de cidadãos. E trazer ao conhecimento da comunidade uma realidade que ainda hoje é desconhecida por muitos e que para outros parece pertencer a um passado já muito longínquo.

⁴⁰ Ver Rui Bebiano “Sobre a história como poética”, p. 13. Sobre este intenso debate da “história cientista” e a história como narrativa, ver artigo de Maria de Fátima Bonifácio «A narrativa na “época pós-histórica”», *Análise Social*, Vol. XXXIV, 1999, pp. 11-28.

1. Os expostos da SCML (1790-1870)

1. Porque se abandonam as crianças

O fenómeno do abandono das crianças recém-nascidas, acontecimento que hoje choca a consciência individual e colectiva, foi um acontecimento banal na Europa até pelo menos ao século XIX⁴¹. Apesar das variantes regionais e nacionais, o fenómeno não deixou de crescer ao longo dos anos para atingir o seu auge, no que toca a Portugal, no século XIX. O modo como os poderes instituídos trataram estas questões variou conforme o quadrante geográfico que coincide com a predominância ou não do catolicismo. Assim, à vocação assistencialista da Europa do Sul, maioritariamente católica, nos países onde o protestantismo é dominante privilegiou-se a responsabilidade individual embora sob a tutela das autoridades locais.

Aparentemente poderíamos pensar estar perante diferenças no modo como se encara a questão baseadas em princípios religiosos. Longe disso, porque radicam em questões de ordenamento jurídico. No caso inglês impunha-se o critério da localidade, isto é, cada comunidade era responsável pela criação das crianças abandonadas correspondentes à sua área de jurisdição, o que desincentivava a criação de dispositivos que facilitassem o abandono porque este representava uma despesa para as autoridades locais. E muito menos contribuir para um sistema geral para sustentar instituições fora da sua área geográfica de jurisdição. No caso de Londres, o Hospital dos Expostos (London Foundling Hospital) recebeu as primeiras crianças em 1741. Entre essa data e 1756, a admissão era restrita a crianças até dois meses de idade. Inclusivamente, em 1742, o hospital instituiu o sistema da lotaria nas admissões (bola branca – admitido, bola preta – não admitido). Neste período as admissões foram muito reduzidas. Entre 1756 e 1760, dado o apoio financeiro ao hospital pelo Parlamento inglês, há uma recepção geral de crianças. A partir dessa data, o sistema de entrada passa pela petição, nomeadamente da mãe. E se até 1760 se privilegiava o anonimato porque a identidade da mãe não ficava registada no hospital, a partir de então, com o sistema de petição, o anonimato terminou⁴².

O caso de Londres é um argumento forte para os autores que defendem que a existência de instituições que recebem de forma indiscriminada as crianças é uma das

⁴¹ Mas estará assim tão longe de nós? Praticamente, todos os dias os meios de comunicação social noticiam abandonos, infanticídios e, em alguns países, a possibilidade de repor em funcionamento novas “Rodas”, mais modernas, mas com a mesma finalidade: abandonar crianças. No entanto, pese embora estas situações dramáticas, hoje o fenómeno do abandono não tem qualquer tipo de comparação com o abandono a que foram sujeitas as crianças durante o século XIX. Nem do ponto de vista quantitativo, nem dos mecanismos de apoio às crianças e às respectivas famílias. Contudo, a questão ainda se coloca de tal modo que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa publicou a Resolução 1624 de 2008 com o título *Prévenir la première des violences faites aux enfants: l'abandon à la naissance*.

⁴² Ver *Threads of feeling, the London Foundling Hospital's textile tokens, 1740-1770*, pp. 11-17. Sobre o mesmo assunto deve ver-se o artigo de Jessica A. Sheetz-Nguyen, «Calculus of Respectability: defining the world of Foundling Hospital. Women and children in Victorian London», *Annales de Démographie Historique*, 2007, nº 2, pp. 13-36.

causas que origina o aumento nos números do abandono. Quando em Londres o regime de entradas foi livre, o aumento do número de abandonos foi notório. Quando se passou para uma política de admissões mais apertada e o abandono deixou de ser anónimo, exigindo-se o registo do nome da mãe, o número desceu para patamares pouco significativos. Entre 1741 e 1756, o hospital londrino recebeu uma média de 200 crianças por ano. Entre 1756 e 1760, anos da “recepção geral”, o hospital recebeu cerca de 4000 crianças por ano. É certo que entre a data da fundação e 1756, só entraram crianças oriundas da cidade e que nos quatro anos seguintes, cerca de metade das crianças tinha origem em regiões fora da cidade de Londres.

Em suma, é o princípio da responsabilidade individual que sustenta o sistema protestante, a que no caso da Inglaterra, se junta um sistema de assistência baseado na paróquia, que recusa não residentes.

O modelo protestante privilegia o laço entre mãe e filho sob a supervisão do Estado, limitando as instituições específicas para a criação de expostos e, simultaneamente, restringindo a entrada de crianças em favor da responsabilidade individual. O sistema católico favorece o anonimato com as “Rodas” que impediam o escândalo e preservavam a família. Este sistema não condena o abandono em si. Condena e criminaliza o abandono se este for feito em locais que não as “Rodas”. Estas teriam como objectivo primeiro salvar as crianças, que antes da sua criação pelo Estado e disseminação pelo território nacional, eram abandonadas ao tempo, na rua, em locais ermos, à porta de edifícios públicos, à porta das igrejas, de particulares, dando-lhes uma hipótese de sobrevivência que de outro modo não teriam. No entanto, rapidamente a “Roda” serviu para responder a nascimentos indesejáveis, legítimos ou ilegítimos, salvando honras familiares, estatutos sociais, mães solteiras, progenitores pobres, etc.

As razões para o abandono das crianças são múltiplas e tanto podem entroncar em razões de ordem moral e do que é socialmente aceite, como nas mudanças estruturais das sociedades europeias, particularmente nos finais do século XVIII e no século XIX. Sobre o assunto, dada a natureza anónima do abandono, será sempre difícil ter certezas. Poder-se-ão colocar hipóteses, encontrar aproximações entre variáveis económicas e o abandono, mas dificilmente chegaremos a verdades absolutas.

Se alguns autores privilegiam a pobreza como factor determinante para o abandono, outros encontram na ilegitimidade uma das razões fortes que conduzem a esse desfecho. Outros ainda encontram diferenças entre os anos ditos “normais” e os anos de crise económica, de crises de abastecimento, de guerras, de epidemias e dificuldades várias. Enquanto nos anos ditos “normais” as crianças abandonadas seriam maioritariamente crianças ilegítimas, nos anos de crise e de dificuldades o número de crianças abandonadas por pobreza igualam ou mesmo superam as que foram abandonadas por ilegitimidade⁴³.

Assim, o aumento da população dos finais do século XVIII e durante o século XIX, a pressão económica derivada da industrialização que obriga à deslocação de populações, que

⁴³ Ver Eulalia Torrubia Balagué, *Marginación y Pobreza...*, p. 114.

desfaz laços de ajuda entre os membros da mesma família e eventuais factores psicológicos como seja a cultura popular que aceita o abandono como um acto vulgar, poderão ser vistos como uma amálgama de razões que justificam o abandono em massa de crianças e a sua maior incidência no século XIX.

De qualquer modo, parece existir uma aparente contradição: se por um lado, o abandono das crianças pode significar a sua desvalorização, por outro assiste-se a uma cada vez maior preocupação para com elas que, simultaneamente, vão adquirindo importância, sobretudo em certos sectores da sociedade.

No entanto, o argumento económico como justificação fundamental do abandono, materializado na falta de recursos de largos sectores da população tem tantos defensores como detratores. Os estudos sobre a Itália, nomeadamente sobre a Lombardia e a sua capital Milão, uma das regiões mais ricas de Itália no século XIX sugerem que não deveria ter uma das mais altas taxas de abandono. Na realidade tem⁴⁴. Na mesma linha de pensamento embora noutra vertente, será encarar o abandono como uma estratégia de controlo de nascimentos *a posteriori*, como uma forma de diminuir o número de filhos numa época em que o controlo da fertilidade não tinha mecanismos seguros para a evitar. Com as severas sanções da Igreja católica contra o aborto e o infanticídio, abandonar uma criança significava menos bocas para alimentar e contribuiria assim para melhorar a qualidade de vida dos progenitores. No fundo, tartar-se-ia do ponto de vista das famílias, da forma de assegurar uma vida melhor através da limitação do número de crianças no agregado familiar.

Este argumento peca, quanto a nós, por partir do princípio de que as crianças teriam uma família, que seriam legítimas. O que é muito duvidoso. Edward Shorter, na sua obra clássica *Naissance de la famille moderne*⁴⁵, argumenta que os cuidados maternos foram uma invenção da modernidade e que durante séculos, nas sociedades tradicionais, as crianças eram tratadas com indiferença e que a alta mortalidade, longe de causar indiferença, era resultado dessa mesma indiferença. Morria-se porque não se era cuidado. Por isso abandonar seria um acto normal, vulgar, sem custos emocionais para quem abandonava. Esta posição de E. Shorter suscitou inúmeras críticas, de Rachel Fuchs a David Ransel, passando por Lola Lamsfus⁴⁶.

Há, no entanto, um aspecto que deve ser frisado: a ideologia e a prática da Igreja católica no que ao abandono de crianças diz respeito. Havia para a Igreja Católica um princípio fundamental: todas as crianças deveriam ser batizadas para assegurar a salvação da alma. Noutra vertente, a honra da família era um valor a preservar e só aos casais casados pela Igreja era permitida uma sexualidade activa com o objectivo da procriação. Relações extra-conjugais eram condenadas por não obedecerem a esta normativa, e faziam recair sobre as mulheres e as respectivas famílias a desonra, a crítica e a despromoção

⁴⁴ Ver David I. Kertzer, *Sacrificed for honor. Italian infant abandonment...*, p. 75.

⁴⁵ Existe uma tradução portuguesa desta obra intitulada *A Formação da Família Moderna*, edição Terramar, 1995. No entanto, devido a algumas ligeirizas desta edição, consultámos a versão francesa.

⁴⁶ Idem, pp. 176-178.

social, ilibando os homens de outra responsabilidade que não zelar pelas mulheres das suas famílias, mas não as das famílias dos outros. A pressão para as mães solteiras abandonarem a prova do «pecado», não seria só feita pelos padres mas também pelos irmãos, pais e vizinhos.

Perguntar-se-á o porquê destas atitudes face à ilegitimidade. Quanto a nós juntam-se dois factores de enorme peso : por um lado a Igreja quer controlar e regularizar o casamento como único veículo para legalizar uma nova família; por outro o papel do Estado, onde os valores da família burguesa se irão impor ao longo do século XIX, desresponsabilizando os homens da criação dos seus filhos ilegítimos e pelo contrário, penalizando e isolando as mães solteiras.

Embora no século XIX, as mães solteiras comecem a ser vistas mais como vítimas das circunstâncias, de promessas não cumpridas⁴⁷ e aparecerem como dignas de conforto e apoio, de tal modo que a iconografia da época as representa tristes e inspiradoras de dó e de compaixão. Esta aparente contradição (estigmatização e compaixão pelas mães solteiras), coexistia com a crescente vitimização que a literatura romântica delas divulgou.

O crescimento populacional das cidades europeias no século XIX, a mobilidade das populações que enfrentam novas condições de vida nas cidades, onde o trabalho fabril dificilmente permite satisfazer as obrigações da maternidade (mais grave ainda se se tratar de uma operária solteira), o desenraizamento social, a pauperização destas populações remetidas para bairros insalubres, para habitações sem condições, tornavam difícil criar (mais uma) criança.

Até 1740 a população europeia cresceu muito lentamente, com taxas de mortalidade e de natalidade altas. Nascia-se muito, mas também se morria muito. A taxa de mortalidade infantil (até um ano de idade) era particularmente alta. Estamos perante aquilo a que se convencionou caracterizar como o antigo modelo demográfico das populações europeias. Com diferentes datas e ritmos, a partir de 1750 a taxa de crescimento destas populações sofreu uma aceleração de tal modo intensa que se passou de 120-140 milhões de almas em 1750 para 180-190 milhões meio século mais tarde. Em 1850 a população europeia já andaria por volta de 266 milhões e em 1900 terá atingido os 401 milhões⁴⁸. Trata-se de um crescimento sustentado, acumulativo e nunca visto, caracterizado sobretudo pela diminuição das taxas de mortalidade, quer a geral, quer a infantil. Estamos perante aquilo que os demógrafos caracterizaram como o novo modelo demográfico.

O crescimento desigual da população na Europa, mais intenso e notório nos países que passaram por mudanças profundas na sua estrutura produtiva (à revolução industrial

⁴⁷ No Portugal do século XX, até pelo menos à segunda metade, principalmente nas comunidades rurais, era frequente justificar uma mãe solteira como alguém que tinha sido “enganada”. Este verbo significava uma vida sexual activa em troca de uma promessa de casamento não concretizada. Estas mulheres, só com alguma dose de sorte, teriam acesso ao casamento com outro homem.

⁴⁸ Ver André Armengaud, «La población europea, 1700-1914», *Historia económica de Europa* (3). *La Revolución industrial*, ed. de Carlo M. Cipolla, p. 28-30. Portugal não terá ficado imune a este aumento. Segundo o mesmo autor, a população portuguesa passou de 3,1 milhões no ano de 1800 para 4,2 milhões em 1867.

correspondeu um forte crescimento da população urbana), originou profundas transformações na hierarquização dos países em termos de importância e poder, mas sobretudo conduziu a uma hierarquização das cidades europeias em termos populacionais.

Por volta de 1800 só havia na Europa 23 cidades que superavam os 100.000 habitantes. Cem anos mais tarde já eram 123 cidades que tinham superado essa cifra. As capitais europeias (Londres, Paris, Viena, Berlim) crescem entre os 340%, a primeira, e os 872% a última⁴⁹. Este crescimento das cidades originou a natural expansão geográfica das mesmas, o crescimento dos subúrbios respectivos, facilitado com a melhoria dos transportes, nomeadamente o comboio, que em Portugal será inaugurado em 1856 com o troço Lisboa-Carregado.

O crescimento urbano colocou problemas vários: condições de vida degradantes, bairros miseráveis, abastecimento de água e esgotos deficientes, iluminação inexistente ou de má qualidade, problemas de saúde pública, nomeadamente a tuberculose e periódicas epidemias de cólera, questões de segurança (crime) que a chegada de novos imigrantes agravou, levando as autoridades públicas a intervir no sentido de melhorar as condições de vida nas cidades. A literatura tem muitos exemplos desta vivência citadina e da condição de vida destes novos habitantes⁵⁰.

Mas as cidades não cresceram unicamente devido ao aumento natural da população. As deslocações das populações dos campos para os centros urbanos, onde se encontram empregos disponíveis, quer nas fábricas, quer noutros sectores, é um movimento notório no século XIX. Ao emprego fabril, quer para homens, quer para mulheres, juntam-se outros sectores fundamentais ao bom funcionamento das cidades: empregados de limpeza, de transportes, criados e criadas, costureiras e alfaiates, comerciantes e varinas.

As taxas de mortalidade tiveram uma queda acentuada devido ao enfraquecimento dessa tríade que durante séculos tinha dizimado as populações europeias: a fome, a guerra e a doença. Não desapareceram de todo, mas tornaram-se mais espaçadas, tornando possível a vitória da vida sobre a morte. Uma melhor alimentação, sem precedentes na história da Europa, porque a produção agrícola aumentou, permitiu aos europeus uma maior resistência às doenças e enfrentá-las com melhores condições. Os avanços na medicina, nomeadamente a generalização das vacinas no século XIX, explicam a descida acentuada das taxas de mortalidade. Contudo este quadro tem variações acentuadas a nível europeu e deve-se aplicar com prudência, uma vez que muitas regiões da Europa não passaram por estas transformações, ou estas verificaram-se muito mais tarde ou com menor intensidade.

A diminuição da taxa de mortalidade também influenciou a taxa de natalidade porque permitiu a existência de um maior número de casais estáveis. A esperança de vida

⁴⁹ Idem, p. 33.

⁵⁰ As obras de Charles Dickens, em especial “Tempos difíceis” e “David Copperfield”, ilustram as condições de vida de vastos sectores da sociedade inglesa no século XIX.

também foi aumentando paulatinamente ao longo do século XIX e foi esta conjugação que tornou possível aumentar a taxa de natalidade⁵¹.

A descida lenta da taxa de natalidade na Europa durante o século XIX é compensada pela descida rápida e acentuada das taxas de mortalidade geral, da infantil e da dos jovens. Tal como a taxa de mortalidade, a taxa de natalidade teve variantes significativas: manteve-se alta nos países do sul da Europa, baixa na Europa Central e particularmente baixa em França, sendo inferior nas cidades e mais alta nas zonas rurais. Podem-se apontar factores de ordem económica e social para esta descida geral: o maior número de filhos sobreviventes, a educação das mulheres e o seu novo papel na sociedade, a descrentização e a perda de influência da Igreja na vida íntima dos seus crentes.

Perguntar-se-á qual o papel do controlo voluntário dos nascimentos. A resposta a esta questão é muito difícil de dar porque será sempre inconclusiva e insatisfatória. Há indícios que em certas cidades, em certos países, em certos grupos sociais se fazia esse controlo, mas não seria uma prática generalizada ao comum dos europeus e particularmente das mulheres europeias, ainda para mais naqueles países onde a força e o poder da igreja católica impunha códigos rígidos de moral sexual, condenando as relações antes do casamento e só aceitando o acto sexual com objectivo da procriação.

Certamente que houve mulheres que tentaram controlar a sua fecundidade através de métodos tradicionais que poucos resultados práticos teriam e que em alguns casos punham em causa a sua própria vida. Assunto de mulheres, a transmissão e conhecimento desses métodos faziam-se de mulher para mulher, algumas das quais comadres e parteiras. Desde a utilização de ervas e beberagens várias, exercícios físicos violentos, banhos escaldantes, purgas, laxantes e sangrias, tudo foi utilizado. E se nada disto resultasse, recorria-se a raspagens do útero utilizando um objecto metálico de modo a extrair o feto e a placenta. Este método, pelo seu carácter violento e intrusivo podia causar infeções e hemorragias pondo em risco a vida da mulher. Um dos métodos mais utilizados porque se acreditava impedir uma nova gravidez, era prolongar no tempo o aleitamento das crianças⁵².

Se nada resultasse, o que fazer com crianças indesejadas? Como lidar com mais uma boca para alimentar? Como assumir uma criança se essa criança nasceu de uma relação ilegítima? Que soluções restam a uma mulher solteira e pobre que necessita de trabalhar, seja na fábrica, seja em qualquer outra ocupação, com uma criança para cuidar e alimentar?

As criadas domésticas seriam um grupo particularmente vulnerável. Vítimas dos empregadores e de outros criados, uma gravidez significava o despedimento, o desamparo, a pobreza e a dificuldade em se sustentar a si própria, quanto mais uma criança. As “Rodas” espalhadas pelo país responderam a esta necessidade, a esta procura. Ainda há

⁵¹Ver André Armengaud, «La población europea, 1700-1914», *Historia económica de Europa* (3). *La Revolución industrial*, ed. de Carlo M. Cipolla, p. 49.

⁵² Sobre métodos contraceptivos naturais (utilização de chá e ervas várias), há vastas referências bibliográficas. Ver, por exemplo, Arián Jacinto Alarcón Marquez, *Los expósitos...*, pp. 29-30.

que provar a hipótese segundo a qual a limitação voluntária dos nascimentos só se terá generalizado quando as “Rodas” fecharam as portas e os hospícios começaram a aceitar apenas crianças com progenitores conhecidos.

Em Portugal, segundo Joel Serrão citando Marino Miguel Franzini, *Notícias Estatísticas sobre a Extensão e População do Reino de Portugal e Ilhas do Oceano Atlântico*, no período compreendido entre 1815 e 1819 só em Lisboa nasceram 37.472 crianças: 10.286 ilegítimas (o que representa 27,4% do total dos nascimentos) e 27.196 legítimas⁵³. Para o Porto, no mesmo período, o autor apresenta valores em que os nascimentos ilegítimos superam os legítimos: 8.807 dos primeiros contra 8.511 dos segundos. Tal situação parece justificar-se pela chegada de expostos da Província do Minho, muito populosa, para “a respectiva capital”⁵⁴. Contudo não há números para as crianças expostas. Parece que o autor as integrou no número das crianças ilegítimas o que não corresponderá de todo à situação real. Nem todos os expostos seriam crianças ilegítimas...

O mesmo autor refere ainda que em 1860, a nível nacional, as crianças ilegítimas representavam 18,8% do total dos nascimentos e que dois anos mais tarde esse número tinha subido para 20,3%. Em 1862 realizaram-se no distrito de Lisboa 14.966 batismos. Destes, 11.041 correspondiam a crianças legítimas, 34 a legitimadas, 761 a filhos naturais e 3.130 a crianças expostas, o que significa 20,9% do total dos nascimentos⁵⁵. Também aqui, apesar da fonte ser diferente, há questões a considerar: a categoria *Ilegítimos* não existe, a não ser que estes estivessem considerados na categoria dos *expostos*. Ou os *Ilegítimos* estariam integradas nos *Naturais*? De qualquer modo, não parece haver dúvida do aumento das taxas de ilegitimidade ao longo do século XIX que coincidem com o aumento do número de expostos, embora nos pareça ser abusivo fazer uma relação direta entre ilegitimidade e exposição. Haverá crianças expostas legítimas assim como crianças ilegítimas que não foram expostas.

É evidente que há diferenças regionais: taxas mais elevadas em Lisboa e no litoral norte, a que possivelmente não será alheia a emigração, do que no sul do país. Em 1862, por exemplo, nos distritos de Beja e de Faro as crianças expostas representavam 8,2 e 11,3%, respectivamente⁵⁶. Voltaremos a este assunto quando analisarmos os comportamentos demográficos na cidade de Lisboa.

Ao longo do século XIX, o número de crianças abandonadas na “Roda” da SCML não parou de crescer. Entre o princípio do século XIX e 1870 houve um aumento de entradas de cerca de 80% (em 1800 entraram 1.586 crianças, 2.879 em 1870). O ritmo de crescimento natural da população, quer do país, quer de Lisboa não justifica estes valores. Porquê então estes números? Talvez porque a “Roda” da SCML funcionasse como pólo de

⁵³ Ver Joel Serrão, «A situação da mulher oitocentista», *A mulher na sociedade portuguesa...*, pp. 338-339.

⁵⁴ In Joel Serrão, *Fontes da Demografia ...*, p. 101.

⁵⁵ Idem, p. 180. A fonte utilizada pelo autor são os *Mapas estatísticos do baptizados, casamentos e óbitos que houve em cada uma das dioceses do Continente do Reino no ano de 1860* e os *Mapas estatísticos dos baptizados, casamentos e óbitos que houve no Reino de Portugal e Ilhas Adjacentes durante o ano de 1862*.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 180.

atração de abandono de vastas regiões da linha do Tejo, da zona de Setúbal e das regiões mais a oeste da capital, porque os municípios desejavam descartar-se de uma responsabilidade financeira que teria poucos ganhos (a maioria das crianças morria), porque abandonar na “Roda” da SCML seria levar para longe uma “queda” e um “pecado” e escondê-los da comunidade de origem, porque se consideraria que a SCML teria maiores e melhores possibilidades de criar as crianças que lhe eram entregues.

A “Roda” da SCML irá receber as crianças filhas de pais pobres, de mães solteiras, de mulheres (e que mulheres?) que irão dar à luz na Enfermaria de Sta Bárbara, gente que irá estabelecer-se em Lisboa, particularmente na segunda metade do século XIX. E se havia uma instituição que recebia as crianças, porque não utilizá-la? E se essa instituição tinha o prestígio da SCML, também se poderá entender o abandono como um sinal de confiança na instituição. Entrega-se a criança na esperança que a caridade cristã a seguir faça o resto: cuide e salve a criança de uma vida de miséria e de dificuldades como a que teria se continuasse a cargo da família biológica.

Que profissões tinham os pais destas crianças? O abandono é anónimo, as informações deixadas nos bilhetes são escassas, mas mesmo assim, daqueles que se conhecem as profissões, parece apontar para os ofícios, nomeadamente sapateiros “O nome do Pai Manoel Mendes da Lus Capateiro (...)”⁵⁷, criados de servir “Vai este menino chamado Francisco Lourenço que já está batizado que naseo a 4 de Novembro de 1791 Filho de Romão Lourenço e de Maria Justina criados de servir muitos pobres (...)”⁵⁸, alfaiates⁵⁹, soldados “(...) he filha de Joze Gomes Soldo de Artilharia e de maria da Piadade, os quaes por falta de meios, e seu pai nesta ocazião, ter que Marchar para o Algarve (...)”⁶⁰. Não será muito ousado pensar-se, que exceptuando os casos de ilegitimidade devido a relações extramatrimoniais entre casais de esferas sociais diferentes, a maioria das crianças legítimas seriam filhas de pais que exerciam actividades ligadas aos ofícios e à criadagem doméstica.

A guerra, as convulsões políticas, o desemprego agravaram as condições gerais da população e das crianças em particular: “ahi Vai eçe Menino q nasceo a dezaceis de Janeiro entrou no dia dezacete hadece Chamar Antonio Sua Mai não tem Leite para o Criar e seu Pai homem Official sem ter q fazer pello seu Oficio e por iço Pede a V Ex^a Como Pai dos Expostos q haja de ter Compaixão afim de o mandar para huma ama boa”⁶¹.

Poderemos afirmar que o abandono das crianças prende-se com questões económicas agravadas pelas consequências dos períodos de guerra. É que uma criança representava mais uma boca para alimentar, um encargo económico, sobretudo durante a infância, período em que era improdutivo⁶². Se se juntar a estas causas a circunstância da

⁵⁷ Ver Sinal nº 373 de 1840.

⁵⁸ Ver Sinal nº 28 de 1792.

⁵⁹ Segundo uma certidão do padre da freguesia de N^a Sr^a da Pena da cidade de Lisboa, dizendo que a criança era filha de Jose Ignacio Ribeiro e de sua mulher Joaquina Thereza Rosa moradores nas Travessas do Campo de Santa Anna, junto ao Matadouro. O pai seria oficial de alfaiate.

⁶⁰ Ver Sinal nº 1817 de 1848.

⁶¹ Ver Sinal nº 92 de 1842.

⁶² Ver Esteban Mira Caballos, *Expósitos en Tierra...*, p. 364.

ilegitimidade, poderemos compreender que para uma mulher solteira, a “Roda” seria uma alternativa a considerar.

2. A sociedade portuguesa oitocentista

2.1 Os acontecimentos políticos

“Entrão para a Santa caza da miziricordia dois meninos gemmios por batizarem em dia de papascoa q se contão 18 de abril de tarde de 1824 nasidos em 14 de febrero do dito Anno naturais da freguezia de santos Belho filhos de Manoel marques i de Maria Joaquina Resevidos na mesma freguezia desta sidade de Lisbou pois os ditos pais por serem muito provezinhos i por os não poder criar he a razão por q se valem da Santa Caridade da santa Caza ate ver se deus lhe meios dos poder hir buscar i pede os ditos emfelizes pais q lhe ponhão no seu Batismo o nome de Antonio a hum i a outro Joaq.m para saber como os andem procurar os ditos meninos vão saus de moléstia vão magrinhos mas hede fome porq tem porq tem padecido munta na sidade (...)”⁶³.

Este bilhete é a todos os títulos muito significativo das dificuldades que os lisboetas e os mais desfavorecidas passaram na década de 20 do século XIX e para melhor compreendermos o fenómeno do abandono das crianças, dever-se-á proceder uma análise, ainda que breve, das principais linhas de força da sociedade portuguesa de oitocentos, quer sob o ponto de vista da política, da estrutura económica e da demografia. E se um quadro nacional genérico é importante, ainda mais será compreender as dinâmicas populacionais e o crescimento urbano de Lisboa, de modo a contextualizar a temática em estudo.

Para Portugal, a primeira década do século XIX foi um período que poderemos considerar de enorme instabilidade com consequências que irão ultrapassar largamente esse marco cronológico. O bloqueio económico decretado por Napoleão para “vergar” a Inglaterra, apanha Portugal nesse fogo cruzado que se irá posicionar do lado da Grã-Bretanha um dos seus principais parceiros económicos. Este facto originará a invasão do país pelas tropas napoleónicas e pelas tropas inglesas, estas justificando a sua presença como uma ajuda a um país amigo. São por demais conhecidas as consequências destas presenças: no imediato uma guerra e a ida da família real portuguesa para o Brasil (e as consequências que isso teve para a colónia e para a metrópole), a destruição de campos e infraestruturas, a mobilização e a fuga de populações, as pilhagens (tanto de franceses como de ingleses) e a desarticulação do já de si débil tecido produtivo.

Este cenário de guerra com o seu cortejo de destruição e pobreza seria mais facilmente recuperável se não tivessem existido os tratados de 1808 (abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, nome inglês para a perda do exclusivo colonial português) e o de 1810 (que beneficiava os produtos ingleses em detrimento dos portugueses nomeadamente nos portos brasileiros). Estes tratados revelaram-se nefastos

⁶³ Ver Sinal nº 506 de 1824. Ver Apêndice, Estampa 1.

para a economia portuguesa, agravando a conjuntura económica na metrópole⁶⁴. Ao desmoronamento do comércio colonial, sendo o Brasil, de longe, o nosso principal mercado, junta-se a guerra na Europa entre franceses e ingleses o que irá contribuir para as dificuldades do comércio externo português, devido às dificuldades de circulação e ao encerramento de portos. Apesar de alguma recuperação após 1814, os acontecimentos que se seguiram na metrópole em nada contribuíram para a sua consolidação.

Todos os estudos são unânimes nesse sentido: as primeiras décadas do século XIX são muito gravosas para a economia nacional⁶⁵.

A revolução de 1820 e a implantação do liberalismo, os golpes e os contragolpes que se lhe seguiram, contribuíram para manter o clima de instabilidade que irá desembocar numa guerra civil entre liberais e absolutistas. O fim da guerra civil não significou o apaziguamento social e a estabilidade política. A década de 30 continuou na onda da instabilidade a que não faltou uma revolução em 1836 e o clima de confronto político entre vintistas/setembristas e cartistas: “(...) Os Pais desta infeliz menina q se achão hoje destetuidos demeios p.r motivos de partidos politicos, não só lhe custa adequerir oAlim.to p^a aSua propria conçervação, e de dois felhinhos mais q tem (...)”⁶⁶. Este bilhete foca de modo não intencional alguns dos graves problemas que Portugal vivia na altura: o confronto político, as dificuldades da população e uma pobreza envergonhada, fruto das transformações sociais que se operavam no Portugal oitocentista.

Na década de 40 ainda existem focos de tensão que dão origem a movimentos populares e à intervenções do exército. De todos estes factos os bilhetes deixados com as crianças continuam a dar testemunho: “Huma viuva que teve a infelecidade de perder seu Marido na lucta que acabou, manda para a Sta Caza da Mizericordia de Lx^a huma Menina que nasceu no dia 7 de Setembro de 1847 Na freguezia de B, a grande distancia de Lisboa (...)”⁶⁷.

2.2 Os “franceses” e as guerras

As invasões francesas e as suas consequências no quotidiano das populações e os reflexos que tiveram nos bilhetes merecem uma abordagem mais detalhada porque revelam o impacto das mesmas nas populações afectadas.

Os bilhetes deixados com as crianças, refletem-nos direta ou indiretamente, seja nos nomes solicitados, seja no apoio aos franceses ou na sua condenação clara como invasores, seja na menção da origem geográfica da criança e a razão porque se abandonava (ausência do pai a servir no exército, por exemplo). Vejamos: em 24 de novembro de 1808 foi deixado na SCML um menino que “(...) nasceu honte pelas cinco horas da manhã: leva hum vestido de riscadinho roixo, huma fita azul na cintura, huma touquinha branca com folhos, hum coeiro branco, huma toalinha e camizinha com sua tira, deve chamar-se

⁶⁴ Sobre esta temática ver Miriam Halpern Pereira, *Revolução, finanças, dependência externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1ª ed., 1979.

⁶⁵ Ver Jorge Pedreira, «O processo económico», *História Contemporânea de Portugal*, vol. 1, pp. 123-162.

⁶⁶ Ver Sinal nº 780 de 1839. Ver Apêndice, Estampa 2.

⁶⁷ Ver Sinal nº 1750 de 1847. Ver Apêndice, Estampa 3.

Fran.co Maria de Campos. Pede-se encarecidamente, e por tudo qto há de mais sagrado, aos Snr.es da Sana Caza da Mizericordia, q queirão tomar cuidado deste Minino, e das Amas, e Lugar p^a onde se der a criar, na esperança de q seu Pai, q foi com sua Alteza o Principe Nosso Senhor p^a a America, hade compensar tudo q.do vier (...)”⁶⁸. Neste caso o pai seguiu para o Brasil com a família real, mas a presença dos franceses em território nacional suscitou sentimentos de franca revolta contra os invasores, a par de apoio velado e não declarado. Atentemos em alguns exemplos de bilhetes que reflectem estas ambivalências: “(...) Hese menino está batizado com o nome de Joze seus pais são cazados mas porestarem doentes e não terem com q o mandarem criar omandão p^a a mezericordia com tenção q podendo ovão tirar dando os sinais de q he cobrado e do fato q leva pois os Francezes forão a cauza disto (...)”⁶⁹. Os franceses são claramente responsabilizados pela situação de pobreza e de doença em que se encontravam os pais. Num outro bilhete, quem o escreveu não hesitou em classificar os franceses como “(...) aquelles Malvados inimigos da franca me cauzarão esta pobreza (...)”⁷⁰.

Estas justificações anti-francesas também podem ser vistas como argumento para sugerir um tratamento privilegiado da criança. Seria aproveitar essa onda que certamente seria partilhada pela instituição que recebe, dada a fama anti-clerical que os franceses arrastavam consigo.

As deslocções das populações fugidas à guerra originaram muitos refugiados em Lisboa, onde se encontrariam em condições muito precárias, sem meios de subsistência que permitissem sustentar um filho: “(...) por se acharem os Pais refogiados de sua caza p^a L.xa e juntam.te terem outra criança de catorze mezes q he mto doente, e por estarem robados de todo e não terem alimentos alguns se sojeitão a esta ação (...)”⁷¹. Os exemplos são múltiplos. Embora a condenação dos franceses fosse geral e apontada como causa de pobreza e de abandono dos filhos, também houve quem, por pequenos indícios, de forma indirecta e subreptícia, os homenageasse através da atribuição de um nome: “Para essa Sta Caza vai hua menina que se hade chamar Ignacia Paris (...)”⁷². Um bilhete escrito num pequeno postal cortado ao meio com um barco onde flambeia a bandeira francesa (vermelha, branca e azul) também foi utilizado para entregar a criança na SCML⁷³.

É de salientar que a deslocação das populações coincidentes com as invasões estrangeiras apresenta características específicas. As crianças abandonadas na SCML não são, em geral, recém-nascidas: “Em u dia 27 do d^o Mês de Junho de 1805 Emtra Para Esta Santa Caza Maria Joaquina Filha de Josefa Jacinta de Idade de treze Mezes Naceo Em pescigeiro de Sima termo da vila da Bemsseloza bispado da guarda Freguezia de S. Simão”⁷⁴. Esta outra do “termo de Leria Joze da silva não tem pai nem mai da freguezia

⁶⁸ Ver Sinal n^o 1580 de 1808. Ver Apêndice, Estampa 4.

⁶⁹ Ver Sinal n^o 1484 de 1808. Ver Apêndice, Estampa 5.

⁷⁰ Ver Sinal n^o 1356 de 1810.

⁷¹ Ver Sinal n^o 802 de 1811. Ver Apêndice, Estampa 6.

⁷² Ver Sinal n^o 1253 de 1811.

⁷³ Ver Sinal n^o 458 de 1809. Ver Apêndice, Estampa 7.

⁷⁴ Ver Sinal n^o 846 de 1805.

regueira de pontes!.”⁷⁵. Esta criança tem 2 anos. Ambas morreram pouco depois da entrada na instituição. Aliás, no momento da entrega, sobre esta última criança ficou registado que vinha “quase morrendo”.

Talvez nestes períodos de guerras e confrontos militares, as crianças abandonadas fossem maioritariamente legítimas. Entregues à SCML porque as mães, sózinhas, com os homens envolvidos nas manobras militares, não conseguem levar a cabo a sua criação, porque estão numa situação de desenraizamento geográfico, em fuga aos invasores, porque têm mais filhos para cuidar, porque a situação do país é de penúria e de dificuldades gerais: “Este Menino he filho de gente cazada mando sua mai por Nesta Santa Caza de misericordia porq tem muntos e pela desgracia q socedeo Na Vila de Santarem seu pai não aparece não se cebe se he morto o vivo assim em se esta balecendo outra ves sua mai o procurara o q pede he q o dem aqm o trate com caridade isto pede pelo amor de Ds o menino tem dois anos se chamase Joaquim Ignacio”⁷⁶. Esta mãe decidida, aparentemente separou-se do filho para lhe dar uma hipótese de sobrevivência. Em vão. Joaquim Ignacio morreu no mês seguinte.

Com idades que nada têm a ver com a generalidade das crianças entradas na SCML, algumas destas crianças, para além de mais velhas, possivelmente legítimas, andariam perdidas e vagabundeavam pela cidade: “Ahi vai hesa Manina chamada Josefa vitoria q ce achou perdida cuja idade he de tres anos pouco mais ou menos cujos fatinhos são o seguintes. Saia de xitta emcarnada com o xão branco e roupinhas tambem de xita da mesma cor da saia camizinha vestida de algodão Botinzinhos de curdão Calsados Cabelinhos loiros clara e gordinha (...) hoje 17 de julho de 1811”⁷⁷. Na realidade a criança entrou nesse mesmo dia na SCML como o confirma o respectivo assento.

Voltemos às deslocações das populações. Mesmo que os estudos demográficos que existem para este período o não confirmassem, aí estão os bilhetes deixados nas crianças para as evidenciar: Santarém, Leiria, Alcobaça, (“Vai Francisco de Matos filho de Antonio de Matos, e sua mulher Maria Roza, o menino tem trez mezes e vai pela repentina molestia q deo em sua maY q veio de Alcobasa fugida dos Franceses e agora pela suan pobreza q a acompanha e malina com q se acha no Hospital não pode alimentallo; cuja May logo q melhore, se D.s o permitir, o irá procurar (...)”⁷⁸, quase podemos reconstituir a passagem dos franceses pelo país. Orfãos de pai e mãe, muitos chegam à cidade em situações deploráveis, doentes e famintos:

“Este menino chamase Manoel he batizado he filho de luiz dos ssantos e de sua Molher Joaquina Maria neto pela parte do pai de Antº dos ssantos do val do grou e neto pela parte da Mai de Joze Ant.es da eira velha Foi nasido no dito Lugar a eira velha Frgª de São Miguel das Colmeias trº de Lrª os Pais deste menino fugirão pª esta terra com elle pª amor dos fransezes Agora estão no espital Rial se elles viverem elles o procuraram e sse

⁷⁵ Ver Sinal nº 664 de 1811.

⁷⁶ Ver Sinal nº 1626 de 1810. Ver Apêndice, Estampa 8.

⁷⁷ Ver Sinal nº 1215 de 1811.

⁷⁸ Ver Sinal nº 545 de 1811. Ver Apêndice, Estampa 9.

elles morrerem elle viver aparesendo com estas clarezas podera ser erdeiro dos Bens q ficarem de seus pais hoje 23 de marso de 1811”⁷⁹. Segundo o assento Manoel tem 14 meses quando deu entrada na SCML. Nasceu em Leiria e na companhia dos pais veio para a capital fugido aos franceses. Estes estão hospitalizados e dão uma informação verdadeiramente inusitada: se morrerem querem que o filho herde os seus bens. Em boa verdade, eles próprios colocam em dúvida a sobrevivência do filho, mas não deixam de ter este gesto. Também foi escusado. Dos próprios pais nada sabemos. Mas Manoel morreu no primeiro dia de abril do mesmo ano.

Mesmo as frases estabelecidas e usadas para terminar missivas reflectem os acontecimentos políticos: “(...) P. a V Ex^a que pelo bom exito das nossas Armas lhe conceda a Graça implorada (...)”⁸⁰. Mais uma vez, um discurso patriótico. Tentando uma empatia com a SCML para colher melhores frutos, neste caso um tratamento preferencial para aquela criança.

Leiria, Aljubarrota, Santarém, Pernes, Ferreira do Zêzere, Coruche são cidades ou vilas onde foram baptizadas algumas crianças que posteriormente deram entrada na SCML. As datas da entrada destas crianças correspondem praticamente ao período da 3^a invasão francesa (1810-1811), quando os franceses comandados por Massena entraram pela Beira Alta com destino a Lisboa, esta defendida a norte pelas fortificações que ficaram conhecidas como as *Linhas de Torres* (Vedras).

Entre Outubro de 1810 e Março de 1811, o general Massena estabeleceu o seu quartel general em Santarém e esta será uma região devastada pela guerra com consequências dramáticas para a população⁸¹: “este emgeitado he da Roda da V^a de Ferr^a do Zezere e a Ma handa dezertada por mor de dos francezes não temcaza nem quem a comode i ista com mta naçecidade este menino xamase An.to eiselmo a todo o tempo sera procurado hoje 14 de Janr^o de 1811”⁸².

As deslocções das populações e as suas dificuldades não se esgotaram com a saída dos franceses do território nacional. Em 1812 um membro da irmandade utiliza os seus conhecimentos no sentido de pedir a admissão de uma criança de 7 anos alegando motivos de pobreza e ser órfã de pai mas sobretudo atendendo ao perigo “q corre o geniro femenino” visto a mãe ser pedinte, a criança acompanhá-la e deste modo “aprendendo o que a inusenssia não sabe”⁸³. A criança havia sido baptizada em Aljubarrota de onde era originária a família. A saída dos franceses não significou, pois, o regresso à paz. Ainda em 1812 é abandonada uma menina “(...) da Idade de quinze Mezes chamace Bernardina Roza Baptizada na freguezia de N. Sr^a da porificação do Lugar da Sapataria Esta Menina

⁷⁹ Ver Sinal n^o 596 de 1811. Ver Apêndice, Estampa 10.

⁸⁰ Ver Sinal n^o 1626 de 1810.

⁸⁰ Ver Sinal n^o 1215 de 1811.

⁸⁰ Ver Sinal n^o 545 de 1811.

⁸⁰ Ver Sinal n^o 596 de 1811.

⁸⁰ Ver Sinal n^o 89 de 1808.

⁸¹ Sobre o assunto, ver, por exemplo, Rui Ramos, «Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820) in *História de Portugal...*, pp. 439-446.

⁸² Ver Sinal n^o 84 de 1811.

⁸³ Ver Sinal n^o 852 de 1812.

hade ser procurada por Seu Pay o cujo se acha no Exercito da defeza de portugal Lisboa 12 de Agosto de 1812”⁸⁴.

A guerra civil entre absolutistas e liberais (1832-1834) também se pode acompanhar pelos bilhetes deixados com as crianças: “(...) ha Mai Mando prasanta Cáza por Não poder ha Guentar – e por estar Muito do Ente Sobre ho parto Seu pai Não Seacha Com Meio de puder Mandar Criar porque handa nas hobras Melitáres Enão lhe pagão (...)”⁸⁵. Uma outra também foi entregue na SCML porque o pai “(...) Antonio Joaq.m Lima Voluntario Realista (...)”⁸⁶ se encontrava ausente.

Por vezes, mesmo sem nomear a guerra, percebe-se que esta é o motivo da ausência dos homens: “entra para a S^a Caza da miziricordia a 12 de maio huma Menina que nasceu a 21 de abril ainda não esta Batizadahadese xamar Praxedes Anjalina vei por sua Mai estar em prigo de vida i seu Pai estar no exzerçito i he pobre não pode mandala Criar mas no fim do anno virçe buscar ouje – 12 de maio de - 1834”⁸⁷.

Na realidade as manobras militares devem ter contribuído para o aumento da exposição de crianças. De um modo direto porque os pais partiram para a guerra e as condições existentes propiciavam o abandono sobretudo em caso de doença da mãe; indiretamente, porque a mobilização e a passagem dos soldados e os aquartelamentos militares na cidade devem ter deixado fruto...

2.3 As transformações económicas

Se as transformações a nível político foram assinaláveis, as que se processaram a nível económico e demográfico, sobretudo na segunda metade do século, irão também ser marcantes. Tudo aponta para “(...) profundas transformações na paisagem económica, provocadas pelos fenómenos da emigração, do crescimento urbano e da industrialização, estes últimos estreitamente ligados entre si. (...)”⁸⁸.

E também aqui os bilhetes dão testemunho dessas mudanças, quer nas razões explícitas que se dão para justificar o abandono, quer nas informações indiretas que proporcionam. Quase se poderia “contar” uma história de Portugal através destes pequenos documentos.

A nível económico, entre 1790 e 1870, Portugal foi palco de mudanças significativas. A perda do Brasil e as consequências que tal acarretou para a economia nacional, acrescida da instabilidade militar e política da primeira metade do século XIX, tornaram ainda mais visível o afastamento do país dos modelos de desenvolvimento económico protagonizado pelos países do norte da Europa, nomeadamente a Grã-Bretanha onde o arranque da Revolução Industrial, articulando indústria e agricultura com uma rede

⁸⁴ Ver Sinal nº 1052 de 1812.

⁸⁵ Ver Sinal nº 1619 de 1832. Ver Apêndice, Estampa 11.

⁸⁶ Ver Sinal nº 1416 de 1832.

⁸⁷ Ver Sinal nº 622 de 1834.

⁸⁸ In Teresa Rodrigues Veiga, *A população portuguesa...*, p. 49.

eficaz de transportes, contribuiu para a criação de um novo modelo de desenvolvimento, que Portugal não pode ou não conseguiu acompanhar⁸⁹.

Apesar dos esforços de modernização que a legislação de Mouzinho da Silveira representou, bem como as medidas tomadas durante o período do *Setembrismo*, o salto para o desenvolvimento industrial só se irá concretizar na segunda metade do século XIX e mesmo assim com grandes constrangimentos e dificuldades.

2.4 As transformações demográficas

O crescente número de crianças entregues na SCML não poderá deixar de estar também intimamente ligado com o aumento da população portuguesa em geral e o da cidade de Lisboa em particular. Entre 1798⁹⁰ e 1878⁹¹ (os anos mais próximos das datas do nosso estudo), a população de Portugal continental passou de 2 971 770 para 4 303 664 habitantes. Podendo ser considerado um crescimento tímido se comparado com outros países europeus, não deixa de representar um acréscimo embora, segundo os demógrafos, o novo modelo demográfico clássico (descida acentuada da taxa de mortalidade e manutenção ou ligeira quebra da taxa de natalidade) só tenha verdadeiramente expressão em Portugal no século XX⁹². Lisboa cresce devido ao aumento natural da população mas também, e sobretudo, por ser um pólo de atração de populações oriundas do interior e das zonas limítrofes.

No entanto, o crescimento populacional de Lisboa foi “pouco significativo até meados da década de 60”⁹³, apresentando um crescimento mais robusto após esta data, só acelerando a partir da década de 80. Comparando com o Porto, o crescimento demográfico de Lisboa foi mais modesto e tímido, tendo em conta os números do princípio e do fim do século XIX para as duas cidades⁹⁴.

Assim, Lisboa que em 1801 teria 164.731 almas, 199.412 em 1864 e 242.297 em 1878, irá acelerar o seu crescimento nas décadas seguintes⁹⁵. A esta concentração populacional não deveria ser alheio a maior facilidade nas deslocações, nomeadamente o comboio, sobretudo a partir da década de 60. Aliás o comboio surge referenciado nos bilhetes, particularmente nos anos finais deste estudo, como um meio facilitador para visitar a criança que se abandona: “(...) pesso reparo para q seja dado a boa ama, ó dentro de Lisboa ó perto p^a q se possa hir de comboio ver ubem ó má criação (...)”⁹⁶.

⁸⁹ Há uma vasta bibliografia sobre o tema. Ver, por exemplo, Nuno Gonçalo Monteiro, «A viragem do século (1777-1807)», *História de Portugal*, pp. 409-435 e Jorge Pedreira, «O processo económico», *História Contemporânea de Portugal...*, vol. 2, pp. 111-157.

⁹⁰ In Teresa Ferreira Rodrigues (coord. de), *História da população...*, p. 253.

⁹¹ Idem, p. 329.

⁹² “(...) em Portugal nunca ocorreu uma revolução demográfica tal como ela é definida em termos clássicos (...) os níveis de natalidade e a mortalidade, ambos elevados, mativeram uma relação próxima entre si (...)”, idem, pp. 327-328.

⁹³ Idem, ibidem, p. 354.

⁹⁴ Idem, ibidem, pp. 350-351.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 350.

⁹⁶ Ver Sinal nº 1895 de 1870.

A taxa de mortalidade, embora com variações regionais⁹⁷, tende a diminuir ao longo do século XIX em resultado de diversas variáveis, tais como as melhorias ao nível da prevenção e dos avanços científicos (vacinação) e a tendência para desaparecerem as crises de sobremortalidade⁹⁸. Às epidemias juntam-se as crises alimentares (que a partir da 2ª metade do século XIX tendem a desaparecer)⁹⁹. Há notícias de vacinação na SCML pelo menos desde a década de 1840.

No entanto, se no início do século XIX a taxa de mortalidade geral se situava, genericamente, nos 33,3‰, na viragem para o século XX esta tinha descido para 20,6‰. A taxa de mortalidade infantil atinge valores muito superiores à taxa de mortalidade geral e a taxa de mortalidade das crianças expostas não tem comparação com nenhuma das duas, dado os valores altíssimos que atinge, embora também aqui as diversidades regionais sejam dignas de registo¹⁰⁰. No início do século XIX, a taxa de mortalidade infantil podia atingir uns assustadores 414,1‰ em algumas comarcas do reino. Estes valores devem-se a más formações do feto, a doenças epidémicas, a má alimentação, a falta de higiene, a falta de cuidados (principalmente se as mães trabalham) etc. A mortalidade infantil tem picos muito acentuados: o do verão em consequência das doenças do foro intestinal, provocadas por águas estagnadas e falta de limpeza; o do inverno provocado por problemas relacionados com o aparelho respiratório. Na viragem para o século XX, a taxa de mortalidade infantil ainda era superior a 200‰ em vários distritos, nomeadamente Lisboa¹⁰¹. A este número não devia ser alheia a mortalidade dos expostos da SCML que, depois de uma breve estadia na instituição, eram enviados para as amas que se espalhavam por todo o distrito de Lisboa, desde Alenquer a Torres Vedras. As crianças expostas na “Roda” da SCML podiam morrer na posse das amas, mas muitas regressaram à instituição já muito doentes ou mesmo moribundas porque uma larga fatia das que regressaram morreu no dia ou dias seguintes à sua devolução.

Segundo Teresa Rodrigues, a taxa de mortalidade infantil era mais baixa no concelho de Lisboa do que nos concelhos que faziam parte do distrito. Segundo a autora isso fica a dever-se à saída dos expostos para as amas do distrito, onde acabariam por morrer¹⁰². No entanto, pensamos que só um estudo mais aprofundado desta variável (TMI), permitirá chegar a conclusões válidas. Porque se é certo que os expostos saíam da “Roda” da SCML (e morreriam nas amas espalhadas pelo distrito), também é certo que muitos aí regressavam para morrer.

Houve anos que devem ter sido trágicos para as crianças da SCML. Nos anos de 1832 e 1833 muitas crianças têm averbado que a causa da morte foi “contágio”. Certamente os problemas decorrentes da guerra, das dificuldades de abastecimento, da

⁹⁷ In Miriam Halpern Pereira, *Demografia e desenvolvimento...*, pp. 95-100.

⁹⁸ Todo o século XIX foi percorrido por epidemias variadas: paludismo, cólera, febre amarela e tifoide, tifo exantemático, varíola, gripe, difteria, rubéola, escarlatina, etc.

⁹⁹ Segundo Miriam Halpern Pereira, a última crise alimentar grave data de 1856-57.

¹⁰⁰ Sobre as taxas de mortalidade infantil, ver Teresa Ferreira Rodrigues, coord. de, *História da População...*, pp. 376-377.

¹⁰¹ In Teresa Rodrigues Veiga, *A população portuguesa...*, p. 107.

¹⁰² Idem, p. 106.

pouca e da má alimentação, devem ter concorrido para picos de mortalidade mais notórios entre os mais frágeis e onde a aglomeração de crianças podia agravar os surtos de doença.

Convém determo-nos nesta outra variável demográfica já referida anteriormente: a taxa de natalidade e nela qual era o peso das crianças cujo nascimento era considerado ilegítimo. Alguns autores fazem uma relação directa entre ilegitimidade e abandono. Parece-nos que se trata de uma questão que deverá ser vista com muito cuidado e que requer estudos mais profundos e abrangentes. Nem todas as crianças ilegítimas seriam abandonadas como nem todas as legítimas permaneceriam na família biológica. Há, desde logo, uma impossibilidade difícil de ultrapassar: se o abandono era anónimo, nunca saberemos a origem da maioria das crianças (se filhas legítimas e abandonadas por pobreza ou qualquer outra razão; se ilegítimas e abandonadas por questões de pobreza ou por códigos sociais estreitos sempre condenatórios de mulheres solteiras). Muitas crianças, legítimas ou ilegítimas, foram deixadas na SCML e as razões invocadas são comuns: pobreza, doença, ausência de um dos progenitores. Contudo, a larga maioria da população é pobre (miserável, até) e essa condição tanto toca as crianças legítimas como as ilegítimas.

No caso das crianças expostas na SCML, cerca de metade era portadora de um bilhete em que alguns dão informações sobre o assunto. E as restantes? As que traziam bilhete mas omitiram a questão? E as que não trouxeram qualquer tipo de sinal? Por isso há que ser muito cuidadoso em estabelecer relações fáceis e redutoras de causa-efeito.

Todos os estudos apontam para o aumento da ilegitimidade e do abandono desde finais do século XVIII, embora com diferenças significativas: maior taxa a norte do que no sul; maior nos centros urbanos de Lisboa e Porto (cujas “Rodas” recebiam crianças de um vasto círculo geográfico); também maior nos bairros populares¹⁰³.

Em 1799 entrou uma criança com o seguinte bilhete: “P^a essa roda vai hum menino filho de gente q são espença para cazar, vai baptizado, chama-se Antonio Joaq-m Simoens, e leva por sinal hum manguito encarnado, e outro amarello, cor de Camurça, os quais seguardarão p^a signal, pois ca ficão os Irmãos p^a pr elles a todo tempo se procurar, os coeiros são pardos”¹⁰⁴. Neste caso, a ilegitimidade é clara e justifica o abandono.

Mas em 1795, uma criança tinha sido entregue por manifesta pobreza dos pais: “esta menina he já batizada e se chama Ignez M^a Alz. E he f^a de gente cazada e nasceo em Jan.ro do prez.te anno de 1795, e se entrega por falta de leite, e não ter poses p^a se md.ar criar, (...)”¹⁰⁵. Os exemplos poder-se-iam multiplicar. Isto é, a relação ilegitimidade/abandono não é directa, clara e inequívoca. Outros factores o explicam.

De qualquer modo, a taxa de ilegitimidade seria maior nas grandes cidades, atingindo valores máximos em Lisboa por volta de 1850. Segundo Rui Cascão, em 1860 as

¹⁰³ Ver Teresa Ferreira Rodrigues, coord. de, *História da População...*, p. 389.

¹⁰⁴ Ver Sinal nº 952 de 1799.

¹⁰⁵ Ver Sinal nº 707 de 1795.

crianças ilegítimas e expostas representavam 15,8% do total das crianças baptizadas¹⁰⁶. A esta circunstância não deverá ser alheio o nascimento de crianças filhas de mulheres solteiras dos concelhos e regiões limítrofes que procuravam na cidade o anonimato que não teriam nas suas aldeias e vilas de origem. O anonimato da cidade favorece o abandono e, posteriormente, uma possível reconstrução das vidas destas mulheres. Sem o filho, mais facilmente se integravam no mercado do trabalho e, quiçá, no do casamento.

Sobre o conceito de ilegitimidade, Isabel dos Guimarães Sá considera que entre as crianças ilegítimas há várias categorias: naturais e espúrias. As crianças naturais seriam fruto de *coito ilícito* e as espúrias de *coito danado*¹⁰⁷. O *coito ilícito* seria praticado por indivíduos sobre os quais não havia qualquer constrangimento de origem canónica. No *coito danado* esses impedimentos existiriam porque os intervenientes ou seriam parentes entre si, ou um dos intervenientes seria casado ou tinha uma ordem sacra.

Outros autores consideram que a ilegitimidade pode ter origem em crianças nascidas de vários tipos de relações entre os progenitores: filhos “naturais”, crianças nascidas de pais que futuramente poderiam casar e assim legitimar os filhos que de uma inicial condição de ilegítimos passariam a legítimos; filhos “espúrios”, filhos nascidos de relações incestuosas, de relações adúlteras onde não se vislumbrava uma hipótese de regularizar a situação marital dos progenitores, de relações onde havia uma acentuada diferença social entre ambos os membros do casal que impedia a realização do casamento; e ainda os filhos “sacrílegos”, crianças filhos de eclesiásticos, homens que tinham feito votos de castidade e de celibato permanente mas que caíram na tentação, esquecendo os votos e a condição de celibatário que à época significava impossibilidade de deixar descendência. Seja qual fosse a sua origem, “(...) todos estes tipos de relações produzem potencialmente crianças contabilizadas como ilegítimas.”¹⁰⁸

Há uma outra variável a ter em conta: as migrações, internas ou externas. Os movimentos de deslocação interna de populações foram comuns no século XIX. As razões são variadas: a fuga das populações face aos invasores estrangeiros, as migrações sazonais (que se mantiveram durante grande parte até ao século XX) e, na segunda metade do século XIX, a industrialização que tornou as cidades num foco atrativo onde se tinha maior facilidade de arranjar trabalho nas fábricas. Migram os mais pobres, os mais desfavorecidos. As mulheres solteiras são uma força de trabalho importante, quer como operárias fabris, mas também como criadas, costureiras, amas, lavadeiras, peixeiras, etc.

O número de operárias fabris seria muito reduzido. Segundo alguns autores, em 1890, as operárias de Lisboa representavam só 14,6% do conjunto dos operários que por sua vez apresentavam também números modestos em relação à população activa¹⁰⁹. Nos

¹⁰⁶ In Rui Cascão, *Demografia e sociedade*, p. 429. No entanto, como já referimos, há que ter em conta que crianças ilegítimas e crianças expostas podem não formar um binómio direto.

¹⁰⁷ Ver Isabel dos Guimarães Sá, *Abandono de crianças...*, p. 79.

¹⁰⁸ Ver Joaquim Ramos de Carvalho, *As sexualidades*, p. 109-111.

¹⁰⁹ Sobre o assunto ver, por exemplo, Jorge Pedreira, «População e Sociedade», *História Contemporânea de Portugal*, vol. 2, pp. 186-187 e Virginia do Rosário Baptista, *As mulheres no mundo do trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, dissertação de Mestrado apresentada no ISCTE em 15 de dezembro de 1998.

anos anteriores o seu número ainda seria mais diminuto. De qualquer modo há que referir que a sua repartição pelos sectores fabris era variável: em maior número no sector tabaqueiro, pior remuneradas e, obviamente, sem qualquer função ou cargo especializado.

Estas movimentações internas da população em fuga aos invasores, também podem ser interpretadas como fugas a epidemias que grassavam no país e que contribuíram, certamente, para explicar as crises de sobremortalidade e a disseminação da doença pelo território nacional¹¹⁰.

Mas Portugal não foi uma região de onde só se saiu. Também é um país para onde se entrou. No século XIX, a comunidade galega era assinalável, nomeadamente nos principais centros urbanos do litoral (Lisboa, Porto e Setúbal). São famosos os aguadeiros galegos na cidade de Lisboa¹¹¹. Mas a comunidade estrangeira em Portugal não era só composta de galegos. Italianos, alemães, franceses e ingleses também estavam estabelecidos em Lisboa, embora o seu estatuto social e profissional diferisse dos naturais da Galiza. Nunca saberemos o impacto destas comunidades no abandono de crianças porque devemos ter em conta que Lisboa era um movimentado porto de mar, frequentado por marinheiros de diversas nacionalidades que deverão ter deixado semente... “hoje 15 dagosto de 1828 Vai p^a Sta Caza hum menino hade chamar Carllos Com Cinais vestido de risquadinho azul e branco Coeiro de baeta branca Fita na Centura de cetim Cor de ganga de pontinha lavrados He Françes ”¹¹². Será este um desses casos?

Para além destas movimentações internas da população, há que referir a emigração, sobretudo para o Brasil. Apesar desta variável não ser imune a conjunturas externas e internas, (a guerra do Brasil com o Paraguai e a instabilidade política em Portugal na 1^a metade do século XIX, por exemplo, são factores de dissuasão e de dificuldades para a saída), a emigração cresce ao longo do século, particularmente a partir de 1850. Até 1870, estima-se que tenham emigrado 10 mil portugueses por ano, apesar de nos primeiros decénios do século o volume poder ter sido menor. De qualquer modo, são cálculos difíceis de fazer, ainda mais se tivermos em conta a emigração clandestina, valor sobre o qual só se pode fazer uma estimativa. Mas não foi só o Brasil o destino procurado pelos portugueses. Em 1863 solicita-se à SCML a criação de uma menina porque para além de já haver mais quatro filhos para criar, a mãe não o pode fazer porque não tem leite e o pai “(...) bai de passagem para Luanda Capital de Angola (...) que bai ber se pelo seu Oficio de Marecineiro pode adequerir meios para poder alimentar sua Mulher e filhos (...)”¹¹³.

Difícilmente saberemos quais eram os pais emigrados porque muitos bilhetes dão como razão para o abandono o “pai fora” ou “auzencia de seu pai”: “(...) porq seu Pay está

¹¹⁰ Ver Rui Cascão, *Demografia e Sociedade*, pp. 431-439.

¹¹¹ Estima-se que em 1801, seriam mais de 22 mil. In Teresa Rodrigues Veiga, *A população portuguesa...*, p. 130.

¹¹² Ver Sinal nº 1040 de 1828. Ver Apêndice, Estampa 12.

¹¹³ Ver Sinal nº 1812 de 1863.

fora da terra e emchegando logo hade hir tiralo e pagar a despeza (...)”¹¹⁴. Fora da terra? Fora de Lisboa? Fora do reino?

De qualquer modo, o factor emigração tem de ser visto com cuidado porque a idade dos emigrantes, principalmente para o Brasil, seria baixa e isso tem consequências na estrutura da população e posteriormente nas taxas de natalidade geral na metrópole. No entanto, a saída de portugueses para o estrangeiro é real e tem visibilidade nas razões apresentadas para justificar o abandono das crianças.

Como se viu, a população portuguesa aumentou ao longo do século XIX. A de Lisboa, embora a um ritmo próprio, também. Mas o aumento do número de crianças expostas não cresceu na mesma proporção da população. As razões para o aumento crescente dos números do abandono ao longo do século, terão que ver com o aumento da população, com a disponibilidade de um serviço de acolhimento anónimo, com as dificuldades económicas que penalizavam mais os menos favorecidos e com a chegada de crianças que não eram originárias de Lisboa mas das regiões limítrofes.

Poder-se-ia pensar que o período de maiores dificuldades económicas (alta dos preços dos cereais, dificuldades de abastecimento com consequências diretas no quotidiano da população, na sua sobrevivência e nas taxas de mortalidade, geral e infantil), foram exclusivas da primeira metade do século XIX tendo em conta os acontecimentos políticos, militares e diplomáticos que aconteceram nesse período.

No entanto, as crises e flutuações económicas estenderam-se à segunda metade do século¹¹⁵. Por isso, as causas invocadas para o abandono das crianças (pobreza, dificuldades várias, fome) são transversais a todo o período estudado. Esse tipo de causas pode ter formulações diversas, umas mais claras do que outras, mas por todas passa a pobreza: “Este menino ainda não está baptizado: nasceo aos sette de Julho de mil settecentos noventa ehum. Seos pays Manoel Francisco Galrão e Anna Maria os quais por se acharem em summa pobreza Rogão à Santa Caza da Mizericordia o faça batizar com o nome de Claudio Benedicto Galrão. Leva este signal para o procurarem com aoutra metade cortada deste, o qual tem a mesma declaração Lisboa 7 de Julho de 1791 (...) Declaração qe he filho de Legitimo Matrimonio dos dittos Paes recebidos na Freguezia de N Snr^a da Encarnação (...)”¹¹⁶.

¹¹⁴ Ver Sinal nº 1232 de 1798.

¹¹⁵ Há abundante bibliografia sobre o assunto: Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Arcádia, 1977, pp. 117-195; Miriam Halpern Pereira, «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX», *Análise Social*, vol. VII, nº 25-26, 1969, pp. 85-117; Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Lisboa, A Regra do Jogo, Lisboa, 1981; Fernando Taveira da Fonseca, «Flutuações e crises económicas», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 5, ed. do Círculo de Leitores, pp. 393-407; Jorge M. Pedreira, «O processo económico», *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, dir. de António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, vol. 2, Prisa edições, 2011, pp. 111-157; Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Munch Miranda, *História económica de Portugal, 1143-2010*, Esfera dos Livros, 1ª ed., 2011, pp. 289-363, entre outros.

¹¹⁶ Ver Sinal nº 717 de 1791. Ver Apêndice, Estampa 13.

Em 1833 uma menina nascida a “(...) vinte i dois do mês dagosto do anno de mile i outo sentos i trinta e tres foi batizada a vinte i hum do mês de Setembro entra p^a Santa caza da mizicordia no primeiro doutubro do mesmo anno Leva de sinal huma fita de setim verde atado no braco drito filha de pas cazados por falta de teres adam p^a a santa caza p^a se criar (...) imilia maria da conceição”¹¹⁷. Em 1865 é uma dúbia “estrema neçeição” que justifica o abandono: “Pedeçe por ispeçial fabor que este Menino fique com u Nome de Pedro Estifania de Deos Este Menino bai ó desamparo mas não por maldade sim por estrema neçeição ice Leva este Lindo Nome hé por que seu Pai tem serteza que u primeiro Rei do Mundo hoje na companhia do Altiçimo pedira pela boa sorte deste inoçentinho”¹¹⁸. Dúbia porque a “necessidade” de abandonar a criança poder-se-ia prender com questões de pobreza material, mas eventualmente para salvaguardar questões de carácter social ou moral.

1.4.1 A população de Lisboa

Antes de prosseguirmos detenhamo-nos na composição social de Lisboa, exactamente em meados do século. Que cidade é Lisboa em termos demográficos? Terão ocorrido transformações no tecido demográfico que justificam esta curva ascendente do abandono? O primeiro recenseamento geral da população data de 1864 e dá informações preciosas sobre a composição demográfica da população lisboeta. Por outro lado, há uma vasta bibliografia que documenta o aumento do número de criados(as) nas casas da nobreza e dos eclesiásticos mais proeminentes.

Lisboa, “(...) que em meados do século XVIII ainda se encontrava entre as dez maiores da Europa (...)”¹¹⁹, centro fulcral do grande comércio mundial pelas suas ligações ao Oriente e a África, mas sobretudo ao Novo Mundo, perde população no início do século XIX, particularmente após 1807 com a ida da família real para o Brasil e a consequente perda de influência e de importância da cidade. A chegada dos franceses deve ter tido consequências nas comunidades de estrangeiros instalados em Lisboa, nomeadamente na comunidade inglesa que se ausentou, para já não falar na mortalidade que uma guerra traz consigo, bem como nas dificuldades de abastecimento, e as doenças e epidemias a que dão origem, matando os mais frágeis e os menos protegidos.

Como já vimos a população de Lisboa passou de 164.731 habitantes em 1801 para 199.412 em 1864 e 242.297 em 1878. Pelos números apresentados, o crescimento demográfico de Lisboa foi débil na primeira metade do século, a que não serão alheias as vicissitudes políticas e militares, mas recupera na segunda metade do século, de tal modo que se torna num polo de atração para populações dos concelhos vizinhos e não só.

A industrialização, nomeadamente de zonas como Alcântara ou Xabregas requeria uma mão de obra abundante, tanto de homens como de mulheres, quer para o trabalho fabril, quer para trabalho doméstico, criados e criadas, lavadeiras, amas e costureiras. Este aumento da população tem reflexos no número de fogos (que aumentou ao longo do século

¹¹⁷ Ver Sinal nº 1459 de 1833.

¹¹⁸ Ver Sinal nº 1374 de 1865.

¹¹⁹ Ver Magda Pinheiro, *Biografia de Lisboa*, p. 183.

XIX), bem como no número de pessoas por fogo. Em 1801 a dimensão média dos fogos era de 3,8 e em 1864 de 4,2¹²⁰. A justificação deste crescimento prender-se-á com o aumento da esperança da vida e com a chegada de familiares que procuravam na cidade uma hipótese para mudar de vida.

A cidade deixava muito a desejar no que toca a questões de salubridade e higiene pública: despejos e falta de iluminação na via pública (só iniciada em 1848 com a instalação de candeeiros a gás no Chiado), falta de redes de esgotos e falta de rede pública de abastecimento de água aos domicílios. Lisboa percorreu um longo caminho até debelar os grandes surtos de epidemias que regularmente a assolavam e a pôr em prática um plano de melhoramentos, quer otimizando o que já existia, quer abrindo novas praças, ruas, jardins e edifícios que trouxeram à cidade melhores condições de higiene e de habitabilidade.

A fundação de fábricas, em maior número na segunda metade do século XIX, onde “(...) o vale de Alcântara e o vale de Chelas começavam a afirmar-se como zonas industriais (...)”¹²¹, não excluía o sistema de oficina que ainda se mantinha dominante. Mas, quer fosse trabalho nas grandes unidades fabris, quer fosse em oficinas, significou que o número de operários aumentou, o que originou uma cidade habitada e repartida por bairros, onde nuns viviam os pobres e noutros os mais ricos. Bairros antigos como Alfama, onde as casas seriam mais pequenas e mais baratas, seriam habitados por gente pobre, enquanto a baixa pombalina se manterá como centro de comércio. Nascerão novos bairros e outras zonas que irão ser determinantes no tecido produtivo da cidade. É dentro desta dinâmica que nascerão novos bairros como a Estefânia e Campo de Ourique, entre outros¹²².

Tabernas e retiros eram frequentes, locais onde se consumia vinho barato e frequentados por gente pobre. José Malhoa representa bem nas suas telas este ambiente de tabernas, fado e pobreza¹²³. Mas também há uma Lisboa marginal, nomeadamente de prostitutas, que segundo alguns autores rondaria as mil mulheres na década de 40 do século XIX¹²⁴. Mulheres oriundas de meios muito pobres, muitas delas antigas criadas despedidas por razões diversas, estão espalhadas pela cidade com maior incidência na baixa e zona ribeirinha, zona de acostagem de barcos e marinheiros. Serão estas mulheres as maiores utilizadoras da Enfermaria de Sta Bárbara do Hospital Real de Todos os Santos e depois Hospital de S. José, onde nascerão os seus filhos que irão ser depois conduzidos para a “Roda” da SCML como expostos e enjeitados? Não devemos esquecer, que a medicalização dos partos e os nascimentos em ambiente hospitalar, só se divulga em

¹²⁰ Idem, p. 350.

¹²¹ Ver Magda Pinheiro, *Biografia de Lisboa*, p. 239.

¹²² Ver Nuno Teotónio Pereira, «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930...»

¹²³ Embora de uma época mais tardia, *O Fado* é um documento ilustrativo deste ambiente. Mas este mundo que cruza tabernas e operários não é monopólio de Lisboa. Em Alenquer, por exemplo, a vila que sofreu um forte impulso industrializador a partir da década de 80 do século XIX com uma considerável população operária, consequência de 3 grandes unidades fabris em laboração, tinha mais de 40 tabernas e lugares onde se vendia vinho, ponto de encontro dos operários após o período de trabalho. Muitos destes estabelecimentos estavam situados nas proximidades das fábricas.

¹²⁴ Ver Magda Pinheiro, *Biografia de Lisboa*, p. 235.

Portugal muito tardiamente e já no século XX. Nasciam no hospital os pobres, aqueles que não tinham hipótese de pagar a uma comadre, a uma parteira que ajudasse nesse momento da chegada de uma nova criatura ao mundo.

Criados e criadas, varinas e vendedeiras, aguadeiros e costureiras, galegos e portugueses, povoavam a paisagem citadina, sobre os quais existe uma farta iconografia representando estes tipos populares que deram à cidade um cariz próprio e mostram a pobreza e as dificuldades com que se debatiam vastos sectores da população.

2.5 As atitudes e os comportamentos

Para uma compreensão mais abrangente do fenómeno do abandono, sempre crescente ao longo do século XIX até ao encerramento das rodas (décadas de 60/70), devemos atender às mudanças ao nível dos comportamentos pessoais e colectivos no abandono das crianças. Num texto recente, Isabel dos Guimarães Sá defende que o aumento dos números do abandono nas “Rodas” se explica também porque estas eram sustentadas pelo erário público, achando-se a população no direito de as utilizar e usufruir como um recurso posto à sua disposição¹²⁵.

No século XIX, dentro dos condicionalismos conhecidos, a burguesia portuguesa foi-se afirmando e impondo códigos, valores e comportamentos sociais que se irão difundir durante todo o século. O papel da mulher, a função do casamento e da família, as alterações na estrutura desta última (passagem da família alargada para a família nuclear¹²⁶) teve como instrumento poderoso de divulgação a imprensa, a educação e a difusão dos manuais de civildade que pretendiam impor um modelo de família, de moral e definir muito claramente o papel de cada um dos seus membros na família e na sociedade. O papel da mulher, valorizado sobretudo nas vertentes de esposa e de mãe, a importância de uma sexualidade limitada ao casamento e o controlo da igreja católica dos comportamentos individuais, desvalorizavam as mães solteiras e os casais formados sem terem vínculos oficiais e legalmente reconhecidos.

A família e as mulheres irão ser concebidas como esteios de uma nova sociedade em contraponto aos valores e modelos veiculados pelos grupos privilegiados da sociedade de Antigo Regime. Passará a contar a família como local onde se desenvolverão afetos e projectos, chefiada pelos homens, contraponto de calma e de serenidade em contraste com a turbulência e aceleração da vida para além das paredes do lar. Às linhagens e ao que estas representam como estratégia elitista de manutenção e perpetuação das famílias nobres de sangue, ir-se-á impor uma alternativa: a família burguesa com códigos morais e de conduta que irão atribuir a cada um dos seus membros um papel específico¹²⁷.

¹²⁵ Ver Isabel dos Guimarães Sá, *As idades...*, p. 149.

¹²⁶ Diversos estudos apontam para diversidades regionais e para a coexistência de diversos modelos de família durante o século XIX. Ver Irene Vaquinhas, *A família...*, p. 130.

¹²⁷ A questão da nobilitação dos grupos burgueses durante o liberalismo português, a aquisição de sinais exteriores distintivos de ascensão social, não impede que a aproximação aos valores tradicionais exclua a lógica de construção de um novo grupo com identidade e interesses próprios.

Como vimos, às mulheres continuam a estar reservados papéis de esposas e mães e a educação formal ou não formal que tivessem, teria exactamente como objectivo o bom cumprimento dessas metas, particularmente a educação das crianças nos primeiros anos de vida. Este modelo ir-se-á lentamente impor como modelo a seguir por todas as mulheres. Não devem trabalhar fora de casa; cuidar do marido e dos filhos é a sua tarefa prioritária e única. Ao chefe da família está reservado o sustento da mesma e a não necessidade de uma mulher trabalhar fora de casa seria um indicador de desafogo e riqueza por parte do marido. Mulheres de pele branca, sinónimo de não exposição ao tempo, à ardência do sol, ao trabalho do campo serão o protótipo da beleza feminina¹²⁸.

Neste quadro que restava às mulheres que viviam para além deste modelo idílico? Que saída tinham as mulheres que engravidavam, a quem os homens haviam “enganado” com promessas de casamento a troco de uma sexualidade activa? Para estas o abandono da criança apresentava-se como a solução. Para outras seria uma medida transitória enquanto não houvesse um desfecho socialmente aceite (o casamento). Nesta perspectiva, um nascimento fora do casamento é um factor com muito peso no momento de decidir o que fazer com a criança: “Ai vai hesta Minina Ja vai batizada tem por nome Maria da Conceição nascida a dois do mes de marco (...) adecer procurada a ceu tempo qeu ceu pai i cua Mai isteja recebida (...)”¹²⁹. Tomando como certa a vontade implícita de recuperar a criança após os pais terem resolvido a sua situação matrimonial, este foi mais um caso em que a morte tornou impossível cumprir a promessa porque esta criança morreu uma semana após a sua entrada na SCML.

Mesmo quando há promessas de pagar despesas e há um claro compromisso dos pais (pois ambos são nomeados no bilhete o que é pouco comum) em ir resgatar a criança, a morte, quinze dias após a entrega na SCML, tornou a promessa vã: “esta minina he imcoberta mais seo pai tem tesão de tirar pagar dispeza pois esta minina não vai batizada soa mai e pai dezeija q se xame agostinha pois naseo no seo dia q foi vinte oito do ano de mil 8 sentos vinte (...)”¹³⁰.

O aumento sempre crescente do abandono durante o século XIX até ao encerramento das “Rodas” e o seu posterior decréscimo (optando-se a partir daí pelos subsídios às mães), é uma alteração que é coincidente com a mudança de estratégia por parte do Estado. Se inicialmente as “Rodas” serviam para proteger a honra das mulheres e simultaneamente salvar a vida das crianças (vistas como futuros cidadãos fundamentais para o desenvolvimento do país), o seu fim e a sua substituição pelos Hospícios pode também ser encarada como uma lógica economicista: as “Rodas” representavam pesados encargos financeiros sem o devido retorno porque graças à sua ineficácia, não conseguiam evitar as altas taxas de mortalidade entre as crianças.

¹²⁸ Durante o século XIX a moda de veranejar na praia foi um uso que se irá impor particularmente durante a segunda metade. No entanto ainda haverá um longo caminho a percorrer até as peles morenas serem sinónimos de ócio, moda e desafogo económico.

¹²⁹ Ver Sinal nº 508 de 1839. Neste caso estaremos perante um filho “natural”, nascido de pais que poderiam casar e assim proceder à sua legitimação posterior. Sobre este tema ver Joaquim Ramos de Carvalho, *As sexualidades...*, pp. 108-129.

¹³⁰ Ver Sinal nº 1208 de 1820. Ver Apêndice, Estampa 14.

A diminuição do número de crianças abandonadas (porque o sistema de anonimato terminou), a opção pelo subsídio às mães e a permanência da criança na sua família biológica parecem ser acompanhadas, segundo alguns autores, por um aumento do número de abortos como consequência da extinção das “Rodas”: “(...) o aborto, que, tanto quanto parece, aumentou de forma sensível em Lisboa durante a década de 80. (...)”¹³¹. Irene Vaquinhas partilha do mesmo ponto de vista: “(...) consideram-no [o aborto] como essencialmente urbano e assinalam o seu aumento na sequência da extinção das rodas. (...)”¹³².

Todavia, estas alterações práticas e institucionais não podem ser vistas só sob a óptica das finanças. O sentimento de “infância”, e das crianças em geral, foi-se alterando ao longo do século. Se nos séculos precedentes nascer-se rapariga, ainda para mais, numa família pobre, significava um encargo para esta (o trabalho feminino era mais desvalorizado do que o trabalho masculino, para além do dote que necessariamente esta haveria de levar na altura do casamento), lentamente as crianças adquiriram um novo estatuto e na relação dos pais com os filhos cria-se um mundo de afectos que valoriza a infância, preocupa-se com ela e com o seu futuro. Em 1839 um bilhete escrito pelos pais ou por alguém a seu mando é muito revelador, quer dos motivos do abandono, quer do que esperam da instituição para com a criança que agora abandonam: “(...) e de dois felinhos mais q tem, como de penozo lhe seria ver mais hum treçeiro sem lhe poder ademenstrar os secorros q lhe são proprios; então forçozam.te se vé obrigado de arrancar de seus braços sua Cazae estimadissima filha, p^a avir depositar neste sublime azilo, aonde espera q pella probidade, zello, e caridade, e mais sirconstancias q concorrem nas pessoas na Ademenstração dos m.mos infelizes, seja recebida com alguma destinção, atendendo a q seus pais forão de alguma representação. Pois tão depreça tanhão algum respiro immediatam.te avem buscar, Obrigando-se á Satisfação de toda a dispeza q tenha feito (...)”¹³³. Neste caso, a “estimadissima filha” morreu no ano seguinte sem que ninguém se tivesse apresentado para a levar de novo para casa. Este bilhete também é curioso pela mobilidade social que deixa antever: “seus pais forão de alguma representação”. Será verdade? Que circunstâncias terão levado ao evoluir negativo da sua situação? Têm mais filhos para criar, é certo, mas as transformações sociais deste período podem explicar este abandono? Também revela conhecimentos da instituição, pedindo um tratamento de privilégio para a criança numa atitude que é simultaneamente uma forma de pressão com um toque de subserviência em relação à instituição acolhedora.

Em 1860 uma criança trazia consigo um bilhete onde os pais revelam um imenso carinho pelo filho que abandonam: “Augusto Vas ser abandonado a alheios cuidados deixando coberto da magua os corações de teus Pais; mas jurote querido filho que regressaras á Casa Paterna em igual dia de 1861 Dia do Coração de Jesus - 15 de Junho 1860 Artigos de vistuario Coeiro de baitilha branca – um Vestido de Chita, com signaes

¹³¹ In Rui Cascão, *Demografia e sociedade*, p. 430.

¹³² In Irene Vaquinhas, *A família, “essa pátria em miniatura”*, p. 135.

¹³³ Ver Sinal nº 780 de 1839.

Redondo. –um Dois lencinhos brancos de Cambraia -”¹³⁴. Neste bilhete é dirigido à própria criança, o que é uma raridade porque só muito esporadicamente os escritos apresentam esta característica. Desconhece-se o que aconteceu ao “querido filho”.

E o facto de alguns serem tratados por “infeliz menina” ou “infeliz victima” é revelador da tristeza provocada pela separação e pelo destino que a maioria tinha e que deveria ser do conhecimento geral: “Real caza da Mezericordia Remeto à Real Caridade de S. Mag.de esta emfelis que nasceu pelas 9 horas da Manhaindo p^a esta Sta Caza com os dizeres e Signaes Seguintes Vai por batizar e devece chamar Joaq.m Joze Betamcort Leva vestido huma camiza de algodão guarnecida com hum folho de casa de Lavor huma fralda de algodão dois coeiros de baeta, hum verde - outro- emcarnado guarnecidas de xita branca hum sinto de seda sinxento hum vestido de chita branca com raminhos emcarnados huma, touca e hum laço de fita branca com lavor cor de Roza antiga P^a ser reclamada a emfelis victima quando seus pais venção os grandes obstáculos que as separão (...)”¹³⁵.

A alteração no tecido produtivo e a crescente industrialização na segunda metade do século XIX, a par da mudança a nível dos transportes e das comunicações e do crescimento da população urbana, tiveram impacto no abandono das crianças, como é visível através do peso que as crianças oriundas da freguesia de Alcântara passaram a ter no número das crianças acolhidas na SCML. O trabalho feminino nas fábricas não permitia, sobretudo se se tratasse de uma mãe solteira, cuidar de uma criança, ou ter proventos que permitissem arranjar uma ama que cuidasse da criança enquanto a mãe se ausentava na sua jornada de trabalho, normalmente longa. Na década de 60 do século XIX, são inúmeras as crianças provenientes da freguesia de S. Pedro de Alcântara. Na generalidade vêm referenciadas com o nome dos progenitores e/ou com a respectiva morada. Como explicar esta identificação total ou parcial da origem da criança? Haveria na zona quem se dedicasse à tarefa de escrever estes bilhetes? Quem o fazia tinha esse padrão de texto? Estaremos perante uniões de facto, de concubinato na linguagem da época, aceites e respeitadas pela comunidade quando se tratavam das classes trabalhadoras que não tinham meios económicos para concretizar um casamento religioso? Em 1863 é entregue na SCML uma criança da “(...) Feregezia d’Alcantra no beco dos contrabandistas á praça d’Armas 8. (...)”¹³⁶. Em 1864 “Nasceu este menino a quatro horas e maia da tarde do dia 31 de Agosto de 1864 e entregue no 1º de Setembro do mesmo anno deve chamar-se Raimundo Ferreira filho de Pedro Ferreira e Anna Maria morador na Rua direita de Sto Amaro Freguezia de S. Pedro em Alcantara”¹³⁷ e em 1870 “Nasceu Esta Menina no dia 27 de Agosto de 1870 pelas 3 oras da tarde filha ligitima de Cazemiro Eugenio da Silva e de Joana Imilia da Silva moradores na traveça do pimenta Nº 20, Loje Freguezia de S. Pedro Em Alcantra (...)”¹³⁸. Este último é muito curioso pela referência da morada: tratar-se-ia de uma família das classes populares que vivia numa divisão situada numa loja? Ou

¹³⁴ Ver Sinal nº 1320 de 1860. Ver Apêndice, Estampa 15.

¹³⁵ Ver Sinal nº 1134 de 1831.

¹³⁶ Ver Sinal nº 1563 de 1863.

¹³⁷ Ver Sinal nº 1877 de 1864.

¹³⁸ Ver Sinal nº 1915 de 1870.

seria uma família de pequenos industriais ou mesmo artesãos especializados que exerciam uma actividade industrial?

Tentámos perceber a importância do Vale de Alcântara neste contexto. Assim, fizémos o levantamento do número de casamentos na dita freguesia em 1790, 1860 e 1870. A primeira data coincide com o início do nosso estudo; a segunda por se considerar como uma data de viragem no desenvolvimento industrial da cidade e a terceira por ser o ano limite da nossa pesquisa. O número de casamentos, que em 1790 foi de 63, passou a 41 em 1860 e para 52 em 1870. A diminuição do número de casamentos entre 1790 e 1870 pode estar relacionada com a constituição de casais que não passavam pelo vínculo oficial do casamento católico.

Nas três datas sondadas, os nubentes eram maioritariamente oriundos de outras freguesias. Mais os noivos do que as noivas. Em 1790 a quase totalidade dos noivos era de fora da freguesia (95,2%), enquanto para as noivas o número era de 73%. Em 1860 e 1870 a percentagem de noivos extra freguesia baixou para a casa dos 70% (75,6% em 1860 e 71,2%, respectivamente). A origem das noivas também desceu: em 1860, 65,8% eram originárias de fora desta freguesia e em 1870 eram 61,5%. Não só noivos de outras freguesias, como noivos estrangeiros, espanhóis, (especialmente galegos), mas também italianos e franceses. Estes dados parecem indiciar a freguesia como um pólo atrativo para novas populações, com novas ofertas de trabalho para os novos casais¹³⁹.

Os estrangeiros, nomeadamente os franceses, seriam possivelmente técnicos fabris especializados pois alguns vêm referenciados como moradores na Fábrica de Lanífcios¹⁴⁰. Em 1860, as profissões dos noivos estavam ligadas a actividades em pequenas oficinas tais como tanoeiros, sapateiros, carpinteiro, “trabalhador”, mas também pedreiros, charuteiros, fabricantes, criados, cocheiro da *Companhia do Omnibus*, fabricantes e soldados. Em 1870 o leque de profissões alarga-se: para além das já enunciadas, aparecem os proprietários, os negociantes, taberneiros, caixeiros, funileiros, “dorguistas”, logistas, serralheiros, alfaiates, tecelões, operários em fábrica, empregado público, etc.

A grande diferença entre 1860 e 1870 é o aumento do número de profissões e a sua diversificação que reflectem o aumento da população e caracterizam o seu tecido económico. Destaca-se uma nova profissão: o operário fabril, a par do empregado público.

Obviamente que muitos nubentes não sabem ler nem escrever porque não assinam o respectivo assento. Mas entre 1860 e 1870 há um salto qualitativo assinalável. Em 1860, dos 41 casamentos realizados só vinte noivos assinaram (48,8%) enquanto entre as noivas só quatro o fizeram (9,8%). Em 1870 o quadro é substancialmente melhor. Dos noivos 59,6% assinou o seu registo de casamento, enquanto as noivas passaram de uns modestos 9,8% em 1860 para uns esperançosos 48% em 1870. Tudo aponta para um crescimento e diversificação das actividades económicas da freguesia de S. Pedro de Alcântara.

¹³⁹ Ver PT/ADLSB/PRQ/PLSB02/002/C12 e PT/ADLSB/PRQ/PLSB02/002/dC22.

¹⁴⁰ Ver assento de casamento nº 31 de 1 de setembro de 1860.

Procedemos de igual modo em relação aos batismos. Neste caso, também sondámos os mesmos anos (1790, 1860 e 1870). O número de batismos desceu de 263 em 1790 para números muito semelhantes nas outras duas datas: 174 batismos em 1860 contra 170 em 1870. O que é significativo é o aumento do número de batismos de crianças ilegítimas que subiu de 2,3% em 1790 para 12,1% em 1860 e para 16,5% em 1870¹⁴¹.

As profissões dos pais das crianças batizadas em 1870 confirmam o dinamismo desta freguesia. Desde negociantes da família Burnay e membros da nobreza, no caso os Marqueses da Ribeira Grande, moradores no Palácio da Junqueira, passando por fabricantes, trabalhadores e taberneiros, todos estão registados como progenitores das 170 crianças batizadas nesse ano na freguesia. Mas todas foram batizadas ou como *legítimas* ou como *naturais*, independentemente do vínculo legal dos pais. Por exemplo, Amélia, nascida a 12 de novembro de 1869, batizada a 6 de fevereiro de 1870, filha de pais solteiros que viviam juntos, o pai fogueiro, foi batizada na condição de filha natural do casal. Por outro lado, Maria, nascida a 11 de março de 1870, batizada a 20 de junho do mesmo ano, filha de mãe solteira e pai incógnito também foi registada como filha natural.

Nesse ano, das 28 crianças registadas como naturais, só 4 eram filhas de pais incógnitos. As restantes 24 tinham pais que apesar de solteiros ou viúvos/as, coabitavam. Todos estes pais solteiros tinham profissões manuais: operários da Fábrica do tabaco, fogueiros, criados de servir, fabricantes, pedreiros, sapateiros, charuteiros, oficial de abridor, militares de baixa patente, “artista”. Tal como nos casamentos, as profissões revelam os tempos da indústria que se viviam na zona: serralheiro, fogueiro, guarda-livros, torneiro, fabricante...

Não sabemos se algumas destas crianças batizadas na freguesia de S. Pedro de Alcântara, naturais ou legítimas, acabaram por entrar na “Roda” da SCML. O que sabemos é que crianças não batizadas nesta freguesia, apesar de aí terem nascido, tiveram esse destino: “Esta menina Nasceu no dia 20 de Novembro as 9 horas da noite percente a freguezia de são Pedro de Alcantra. Pede para onde quer q ella for seja bem recomendada; fato q leva 2 Coeiros de baeta azul ropinhas 2 hum branca i outros azul de Caça de lã Risca Branca outra de Silvados Toca de Caca branco Lenco de três pontas: inda não esta batizada Peço VS q quando Batizar esta menina q se chame Dionizia 20 de Novembro de 1860”¹⁴².

Mas a relação entre trabalho na fábrica e trabalho feminino não é exclusiva da freguesia de São Pedro de Alcântara. Um atestado do padre da paróquia da Arrentela, concelho do Seixal, é muito claro quanto à família daquela criança: era filho de Henriqueta Maria, solteira, tecedeira, 16 anos, moradora no Largo da Praça, filha legítima de José Maria e de Carlota Joaquina e que deu à luz uma criança a 3 de Outubro, às 7 da manhã segundo informações de Vicencia M^a, casada, moradora na Travessa do Campo, que a

¹⁴¹ Ver PT/ADLSB/PRQ/PLSB02/005/dB1 e PT/ADLSB/PRQ/PLSB02/005/dB11.

¹⁴² Ver Sinal nº 2408 de 1860.

assistiu como parteira mas que “não está no caso de o poder crear, por lhe faltarem os meios, e precisar do trabalho para se sustentar”¹⁴³.

Este exemplo é muito claro quanto à razão do abandono. Para poder trabalhar, para se poder sustentar, uma mãe solteira precisa de abandonar o filho porque o trabalho fabril e a maternidade eram inconciliáveis.

Em meados do século XIX, uma casa de família abastada tinha que ter pelo menos 3 criados: um(a) cozinheiro(a), uma criada de dentro e uma ama no caso de haver crianças¹⁴⁴. Ter criados era um sinal exterior de riqueza que marcava de forma simbólica o estatuto do dono da casa. Era de conhecimento geral, o assédio sexual de que esse pessoal foi vítima: dos patrões ou dos filhos dos patrões, quer no registo de relações clandestinas, quer no registo da iniciação sexual dos rapazes. E este tipo de abuso não seria só entre o pessoal doméstico. Outras mulheres dele foram vítimas, tendo como consequência o nascimento de mais uma criança que a mãe não podia cuidar, ou porque a dona da casa a despediu por motivos óbvios, ou porque o trabalho fabril era incompatível com a maternidade. Assim se explica que muitas prostitutas tivessem tido como profissão anterior o trabalho doméstico. Quantas das crianças nascidas na Enfermaria de Santa Bárbara, no Hospital Real de S. José não eram filhas de mulheres sós, a quem um filho punha em risco a própria subsistência? Quem eram essas mulheres que davam à luz no Hospital? Tendo em conta que a maioria dos partos se faziam em casa com a ajuda de parteiras, comadres e familiares, os partos realizados no hospital são predominantemente de mulheres sós, solteiras, sem família, algumas delas, talvez, prostitutas¹⁴⁵. As informações das certidões que acompanhavam estas crianças oriundas do HRSJ são parcas e obedecem a uma linguagem administrativa que pouco diferiu ao longo dos anos: “Na tarde do dia 27 de Março de 1790 nasceo na enfermaria de Sbarbara deste Hospital real hum menino filho de pays incognitos que seremete para essa Real Caza da Roda para nela secriar (...)”¹⁴⁶. Num outro, apesar de dado como filho de pais incógnitos, a mãe pede o nome: “Na tarde do dia 29 de Abril de 1791 nasceo na Enfermaria de S.Barbara hum menino filho de pays incognitos que seremete para essa Real Caza da Roda, para nella se baptizar, e criar com o nome de Pedro Martir; por assim o pedir sua May. Hospital Real era ud supra (...)”¹⁴⁷.

2.6 A recomposição social: as novas elites e alguns dos “velhos” valores

¹⁴³ Ver Sinal nº 2119 de 1869.

¹⁴⁴ Sobre as funções de cada um deles ver Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães, «Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa», *História da Vida Privada em Portugal* ..., p. 212.

¹⁴⁵ Na realidade não sabemos quem eram as mulheres assistidas na Enfermaria de Sta Bárbara.

¹⁴⁶ Ver Sinal nº 355 de 1790.

¹⁴⁷ Ver Sinal nº 444 de 1791. Ver Apêndice, Estampa 16.

A sociedade portuguesa oitocentista irá passar por um processo lento de recomposição social do qual avulta a afirmação de uma nova classe da qual irão sair as futuras elites políticas: a classe média¹⁴⁸.

Não cabe neste trabalho detalhar as vicissitudes deste processo que passou pela instabilidade na 1ª metade do século XIX, impedindo a consolidação e crescimento da classe burguesa só possível a partir da *Regeneração*. Também não nos focaremos nas dificuldades da criação de uma sociedade com um novo cariz, com a passagem da condição de súbdito à de cidadão e as implicações jurídicas que tal implicava como seja a igualdade perante a lei e o fim de uma sociedade de ordens baseada nos privilégios de nascimento¹⁴⁹. De qualquer modo, com as especificidades e dificuldades muito próprias, a burguesia (cujos critérios de definição alguns autores continuam a questionar)¹⁵⁰ irá ter um papel preponderante na sociedade oitocentista (particularmente na segunda metade do século) substituindo a aristocracia, em declínio devido ao seu endividamento que se vinha acentuando desde meados do reinado de D. João V. A revolução de 1820 e a legislação que esta produziu, contribuíram ainda mais para este declínio e para a emergência de um novo grupo social “(...) credor e aproveitando-se dessa situação para aumentar a sua riqueza”¹⁵¹. O aumento numérico deste grupo não suscita dúvidas. As dúvidas prendem-se com a grandeza dos números.

A. H. de Oliveira Marques através dos números apresentados por Marino Miguel Franzini para 1816 e nos números de Gerardo Pery para a década de 60, estima que por volta de 1820 a burguesia nacional representasse 8% da população total. Nesta composição seriam maioritárias as profissões liberais, os funcionários públicos e só 1/10 desses 8% seriam homens de negócio e mercadores. Em 1867 a situação seria inversa: a percentagem da burguesia duplicou e os grupos anteriormente minoritários passaram a maioritários¹⁵². Apesar destes números sofrerem contestação, é inegável o aumento numérico da burguesia, e em 1890, segundo o recenseamento da população desse ano, este grupo é avaliado com um peso de 12 a 14% na população geral do país, embora com números muito diferentes para Lisboa e Porto onde já representaria cerca de 30% da população citadina.

O fascínio pelos valores da velha nobreza tradicional não desapareceu. A grande nobreza pode ter entrado em decadência e não ter podido acompanhar os novos tempos e a eles adaptar-se, mas as novas elites burguesas irão adquirir títulos de nobreza que, aliás, não param de crescer ao longo do século XIX: 68 em 1807, 302 em 1825 e 600 em 1885

¹⁴⁸ Sobre uma definição de *classe média*, ver Jorge Pedreira, «População e Sociedade», *História Contemporânea...*, vol. 2, p. 182. Contudo, alguns autores continuam a encontrar dificuldades em definir o conceito de *burguesia*.

¹⁴⁹ Sobre este assunto ver Irene Vaquinhas e Rui Cascão, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa» e Fernando Taveira da Fonseca, «Elites e classes médias», *História de Portugal*, vol. V, pp. 441-477; Nuno Gonçalo Monteiro, «População e Sociedade», *História Contemporânea de Portugal*, vol. 1, pp. 165-199 e «O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos», *Análise Social*, nº 116-117, 1992, pp. 263-283.

¹⁵⁰ Ver Irene Vaquinhas e Rui Cascão, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», p. 441.

¹⁵¹ Fernando Taveira da Fonseca, *idem*, p. 463.

¹⁵² Ver A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, p. 121.

dando azo a vasta literatura satírica e maldizente e, inclusivamente, a adágios populares que chegaram até nós (*Foge cão que te fazem barão. Para onde se me fazem visconde?*). Esta necessidade de nobilitação pode entender-se de dois modos: por um lado, a necessidade da classe média se aproximar dos valores que considera serem os valores tradicionais do respeito e da distinção social (os da fidalguia) e por outro afastar-se das classes populares, com as quais tem de conviver, mas que despreza.

A política de casamentos entre descendentes de grandes casas nobres e a nova aristocracia do dinheiro é uma realidade que a ambas as partes convém. Aos primeiros o acesso a fortunas que não tinham, aos segundos um reconhecimento social e uma distinção que de outra forma seriam difíceis de alcançar.

É neste quadro de mudanças, mas também de prevalências que o domínio de um determinado conceito de *família* se irá impôr, bem como as funções e os papéis de cada um dos seus membros: o que deveria ser e o que era expectável que fosse. E tudo o que pudesse fazer perigar este modelo, quer em termos de comportamentos colectivos, quer em termos de comportamentos individuais, seria banido e condenado socialmente. Com papeis muito bem definidos quer para mulheres, quer para os homens, a mãe solteira sem pai para dar ao filho fazia perigar um modelo de família que se queria impôr: mãe, pai e filhos legítimos. Uma mãe solteira também punha em causa a finalidade última do casamento: a procriação e uma sexualidade em consonância com os preceitos da moral católica.

3. O quadro legal da assistência aos expostos em Portugal

3.1 Antes das “Rodas”

Façamos um breve resumo da assistência a estas crianças em Portugal. As questões relacionadas com a saúde pública conheceram novas preocupações em meados do século XIV devido a uma conjuntura própria e de fácil explicação¹⁵³: a pauperização geral da população saída do rescaldo da grande peste, o aumento de vagabundos e pedintes que afluíam às cidades, nomeadamente a Lisboa, na esperança de encontrar soluções para a sua periclitante situação. Perante este quadro, os poderes públicos tiveram de encontrar respostas para uma situação que tendia a agravar-se, inclusivamente do ponto de vista da segurança de pessoas e bens. É dentro deste contexto que no século XV se cria o primeiro grande hospital português: O Hospital Real de Todos os Santos. Este hospital foi fundado em 1492 por D. João II que em 1479 havia pedido autorização ao Papa Sisto IV, que lhe concedeu através da bula *Ex debito Solitudinis*, para fundar um grande hospital em Lisboa, “(...) concentrando nele os bens das cerca de 43 instituições de assistência

¹⁵³ No que toca ao cuidado com as crianças abandonadas, há já diversos “hospitais de expostos” fundados por iniciativa das rainhas portuguesas, nomeadamente na segunda metade do século XIII em Lisboa, em 1273 por iniciativa da rainha D. Beatriz (Hospital dos Meninos Orfãos), mulher de Afonso III e em 1321 em Santarém e 1325 em Coimbra, ambos por iniciativa da rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis. Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças...*, p. 67.

Sobre o Hospital dos Inocentes de Santarém ver Luís Silveira *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa: - O exemplo do Hospital dos Inocentes de Santarém*, dissertação de mestrado apresentada na Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

existentes em Lisboa e arredores (...) ¹⁵⁴. O hospital recebeu os primeiros doentes em 1502. A criação de grandes hospitais centrais insere-se num movimento mais alargado do centralismo régio e em toda a Europa houve um movimento semelhante de modo a dar uma melhor resposta às necessidades da população. Digamos que as instituições de caridade são reorganizadas pelos poderes régios. O Rei ou o Príncipe como pai de todos os seus súbditos deve zelar pelo bem-estar do seu reino, da sua cidade, ou do seu território. Trata-se de uma questão de paternalismo: é a benevolência do poder cimeiro que deve velar por todos os habitantes do Reino. Mas nem sempre foi uma questão de regime monárquico, de principados ou da realeza: a sereníssima república de Veneza ou as corporações da lã e da seda que governavam Florença nos inícios do século XV assumiram também esta tarefa.

Estes novos hospitais dependentes do rei tinham dotações próprias, acrescidas dos rendimentos dos pequenos hospitais neles incorporados. O novo hospital de Lisboa, construído em cruz latina, tinha várias enfermarias (três) e mais outras duas afastadas das primeiras, para tratar doentes com sífilis, uma para homens e outra para mulheres; desde o seu início o hospital também tinha um “criandário” destinado a receber crianças enjeitadas. Esta secção do hospital “(...) ficava situada na extremidade nascente do lado sul, com entrada pela Rua da Betesga (...)” ¹⁵⁵.

Assim o novo hospital incorporou o Hospital dos Meninos Orfãos. Em 1504, D. Manuel I dotou o HRTS de um *Regimento*. A grande novidade deste regulamento é a criação de um quadro de pessoal a ser preenchido por leigos e de nomeação régia. Também estabelece as funções das diversas categorias profissionais, vencimentos e regalias.

Por razões ainda pouco conhecidas, D. João III, em 8 de março de 1530, entregou a sua administração à Congregação dos padres de São João Evangelista, os chamados padres lóios ¹⁵⁶. A Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista foi fundada em Portugal na 1ª metade do século XIV e era também conhecida como Congregação dos Lóios por lhes ter sido doada a Igreja de Santo Elói em Lisboa. Durante 34 anos esta Congregação administrou o HRTS. Mas alegando que as funções retiravam tempo precioso aos seus membros, a congregação pediu a D. Sebastião a dispensa de tais funções e em 28

¹⁵⁴ Irisalva Moita, *V Centenário do Hospital Real de Todos os Santos*, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, Lisboa, 1992, p. 7.

¹⁵⁵ Irisalva Moita, *op. cit.*, p. 33. O Hospital estava localizado entre a actual Igreja de S. Domingos e a Rua da Betesga com a entrada principal pela Praça do Rossio. Depois do terramoto de 1755 e do incêndio que devastou a cidade, o hospital sofreu graves danos. Os doentes foram colocados provisoriamente em barracas no Rossio ou nas cocheiras do Palácio do Conde de Castelo-Melhor (Restauradores) até se fazerem obras que remediassem os danos. O hospital voltou a funcionar após 1763. Depois de muitas hesitações entre o restauro completo ou a sua mudança para outro local, optou-se por esta última solução. E em 1775 o Hospital Real de Todos os Santos é transferido para o Colégio de Santo Antão-o-Novo que estava devoluto desde a expulsão dos Jesuítas. Como o rei D. José teve um papel importante quer na transferência, quer nas obras de adaptação do antigo colégio para hospital, este passou a chamar-se Hospital Real de S. José.

¹⁵⁶ Os membros desta congregação usavam hábitos de cor azul arroxeadada. Aliás essa cor passou também a ser usada pelo pessoal menor do hospital, passando este a ser conhecido pelos “homens de azul”. Ver Germano de Sousa, *História da medicina portuguesa...*, p. 92.

de agosto de 1564 houve nova mudança: a administração foi transferida para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa onde se manterá até 1834¹⁵⁷.

As Misericórdias, fundadas sob patrocínio régio e que podem ser vistas também como um elemento fundamental da reestruturação da assistência em Portugal, tiveram uma rápida multiplicação, quer na metrópole, quer disseminadas pelo império. A primeira a ser criada foi a Misericórdia de Lisboa, em 1498. Embora as diferentes misericórdias fossem autónomas, tinham uma estrutura comum porque muitas delas utilizaram o *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa como modelo para regular o seu funcionamento¹⁵⁸. Isto é, algumas Misericórdias criaram *Compromissos* decalcando o de Lisboa embora com adaptações locais, mas noutras vilas e cidades adoptou-se o *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa.

As misericórdias tornar-se-ão instituições muito poderosas, principalmente ao longo da Idade Moderna, quer pelos serviços que prestavam, quer pela proteção régia que gozavam, quer pelo património que adquiriram. Tornar-se-ão um palco privilegiado onde as elites locais adquiriram visibilidade, originando conflitos que em algumas situações obrigaram à intervenção régia¹⁵⁹.

Em meados do século XVI, a ruptura religiosa da Europa originou caminhos diferentes no que toca à visão da sustentabilidade dos novos sistemas de apoio social. O Concílio de Trento reafirmou a autoridade da Igreja católica em quase todas as áreas de apoio social e é neste quadro que, a par da adesão às orientações tridentinas, a Coroa continua a proteger as santas casas da misericórdia, criadas antes de Trento, e cujo estatuto de confrarias sob proteção régia, o Rei conseguiu assegurar no Concílio através do seu embaixador. Foi numa das últimas sessões do Concílio de Trento, em 16 de Setembro de 1562, que Portugal conseguiu obter esta excepção. Facto a realçar, tanto mais que a partir do Concílio todas as confrarias teriam que estar submetidas às regulamentações eclesiásticas, através das quais a Igreja controlava o seu número e actividades¹⁶⁰. A reorganização da caridade sob os auspícios régios, tendência que já se detecta desde finais da Idade Média, explica que D. João III quisesse eximir as misericórdias do controlo eclesiástico e colocá-las sob o estatuto de confrarias leigas sob proteção régia. O papel destas instituições na protecção e nos cuidados prestados aos mais fracos e doentes é a matriz da sua criação. Contudo, as Misericórdias apresentam essa característica de grande importância: estão fora do controlo da Igreja e, pelo contrário, estão sob protecção real. Para além de estarem unicamente sob protecção régia, estas novas instituições eram em larga medida auto-suficientes em termos de financiamento.

¹⁵⁷ Ver Mário Carmona, *O Hospital Real...*, pp. 194-195 e Victor Ribeiro, *A Santa Casa...*, p. 89.

¹⁵⁸ O *Compromisso* é um regulamento, a lei base para o funcionamento destas instituições.

¹⁵⁹ Sobre este tema das misericórdias há vasta bibliografia. Isabel dos Guimarães Sá, José Pedro Paiva, Laurinda Abreu, M^a Antónia Lopes, entre outros, são incontornáveis para o estudo desta temática, nomeadamente os primeiros com a coordenação científica da *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

¹⁶⁰ Ver Isabel dos Guimarães Sá, «Shaping social space ...» in *Portuguese Studies*, vol. 13, 1997, pp. 211-212.

Um dos meios de autofinanciamento é a transferência para as obras assistenciais das ofertas e legados feitos às Santas Casas para as missas com objectivo de livrar as almas do Purgatório. Todos (quer o Rei e o Papa, quer a sociedade em geral) consideravam tão meritório rezar pelas almas dos mortos como tratar do corpo dos vivos.

A importância adquirida pelas Misericórdias explica-se por várias razões: por um lado a importância que a “caridade” adquiriu após o Concílio de Trento como via fundamental para a salvação da alma e para o alcance da vida eterna e os mecanismos que eram necessários para a pôr em prática (as 14 obras de misericórdia, salomonicamente divididas em 7 obras espirituais e outras tantas corporais)¹⁶¹, mas sobretudo porque as misericórdias passaram a ter condições favoráveis para exercer esta caridade institucionalizada¹⁶².

A tutela do novo hospital e consequente a criação dos expostos passou para a SCML em 1564. Todavia já anteriormente, em 14 de Março de 1543, através duma Carta Régia, se recomendava à Confraria da Misericórdia de Lisboa que cuidasse dos enjeitados que estavam a cargo do Hospital Real de Todos os Santos e assim a criação das crianças expostas de Lisboa passou para o âmbito das competências da SCML. Mas nem sempre foi assim.

Em Portugal, durante toda a Idade Média segundo as Ordenações Afonsinas, é obrigação dos pais cuidar da criação dos filhos, incluindo os ilegítimos¹⁶³. No entanto, convém referir, que o volume de exposição de crianças nestas épocas não era comparável aos quantitativos atingidos nos séculos XVIII e XIX.

As Ordenações Manuelinas (de 1521 até 1603) são muito claras no seu articulado quanto à responsabilidade da criação das crianças: primeiro os pais, depois os parentes e na impossibilidade destes assumirem essas responsabilidades deveriam ser os hospitais ou hospícios e finalmente, numa sequência lógica, os municípios (Câmaras Municipais). A criação das Misericórdias originou que nos grandes centros urbanos se estabelecessem acordos de princípio entre as duas instituições de modo a transferir a administração dos expostos para a responsabilidade das Misericórdias, embora as Câmaras devessem financiar a sua criação. Em Lisboa, são recorrentes as queixas da SCML sobre a falta de verbas para fazer face às despesas com a criação dos expostos. O mesmo acontece com as queixas da SCML relativamente ao incumprimento das obrigações financeiras da Câmara de Lisboa¹⁶⁴. No caso de Lisboa, essa transferência fazia ainda mais sentido, uma vez que,

¹⁶¹ Estas obras de misericórdia deixaram de estar claramente enunciadas nos Compromissos das mesmas a partir da 2ª metade do século XVI. Ver Isabel dos Guimarães Sá, «Catholic charity in perspective: the social life...», *e-JPH*, vol. 2, nº 1, 2004, p. 10.

¹⁶² Sobre a temática das “Misericórdias” consultar, nomeadamente, a obra incontornável de Isabel dos Guimarães Sá e Mª Antónia Lopes.

¹⁶³ Sobre os textos legais acerca da assistência aos expostos desde o século XV ao século XIX, ver Isabel dos Guimarães Sá, «Child abandonment ... », pp 76-78.

¹⁶⁴ O serviço de assistência aos expostos estava completamente dependente das finanças dos poderes locais que tinham que lançar impostos à população para sustentar esse serviço o que originava uma notória má vontade da população contra este sector. No século XVIII a falta de recursos levou à criação das lotarias para fazer face às necessidades financeiras deste serviço. Assim, a primeira lotaria data de 1721, embora a

como se já disse, o Hospital Real de Todos os Santos passou em 1564 para a tutela da SCML.

É nesta compilação de leis (Ordenações Manuelinas) que aparece pela primeira vez mencionada a palavra “engeitado”, a palavra na língua portuguesa mais comum na época para designar uma criança abandonada.

As Ordenações Filipinas (1603) pouco acrescentam ao que já estava estabelecido, a não ser uma autorização para os concelhos lançarem, em caso de necessidade, impostos extra aos munícipes com vista à criação dos expostos. Esta autorização é tanto mais importante porque se tratava de uma isenção que não estava contemplada em mais nenhuma situação. Isto é, qualquer outro imposto extra teria que ter o aval de entidades superiores, no caso o corregedor da comarca¹⁶⁵.

Criadas à custa do erário público, as obrigações das Câmaras terminavam quando as crianças atingiam os sete anos. Chegadas a essa idade, as que sobreviviam, eram entregues aos Juízes dos Orfãos que tinham como única responsabilidade encaminhá-las para o mercado de trabalho ou encontrar-lhes uma família que se dispusesse a recebê-las. Nesta situação eram considerados orfãs e legítimas. Quando atingissem a idade de 20 anos, eram consideradas maiores e emancipadas, cessando quaisquer responsabilidades do Estado para com elas.

3.2 A “Roda”

Abandonadas em locais ermos, à porta das igrejas ou à porta de particulares, as crianças também podiam ser abandonadas nas “Rodas”¹⁶⁶. Afinal o que eram as “Rodas”? Normalmente nos conventos, principalmente nos de clausura, havia um único meio de comunicação entre o exterior e o interior do convento. Tratava-se de uma janela onde havia sido montado um mecanismo cilíndrico com uma abertura que rodava sobre um eixo central permitindo, quando rodada a abertura para o exterior, colocar comida, roupa ou outros objectos. Depois era só rodar a abertura para dentro e dentro do convento recebia-se o que havia sido deixado sem haver qualquer contacto pessoal com o exterior. Isto é, quem estava dentro nunca conhecia quem tinha estado do lado de fora¹⁶⁷. Esta era a função original das “Rodas”: contacto entre os conventos e o exterior.

Mas se as rodas conventuais tinham esta função, também passaram a ser utilizadas como local onde por vezes se abandonavam anonimamente as crianças. Seria o local ideal: havia a certeza de que iriam ser rapidamente recolhidas e tratadas sem os perigos de um abandono isolado, preservando o anonimato de quem praticava o acto.

primeira lotaria oficial patrocinada pela SCML data de 1783, cujos proventos destinavam-se especificamente a acudir às necessidades dos expostos e dos doentes.

¹⁶⁵ Sobre este legislação ver Isabel dos Guimarães Sá, *Abandono de crianças...*, p. 78.

¹⁶⁶ Entre 1790 e 1870 foram entregues na SCML várias crianças que tinham sido encontradas ou à porta de um particular ou mesmo na estrada. Ver Sinais nº 1636 e 1684 de 1813. No primeiro caso trata-se de uma criança oriunda da Caparica e no segundo do Arranhó.

¹⁶⁷ Ainda hoje, por exemplo, no Convento dos Cardeais, em Lisboa, é possível observar o dito mecanismo.

Pelas mais variadas razões, como a inoperância do sistema de criação dos expostos e os seus baixos resultados devido a altíssimas taxas de mortalidade (razões que entroncam numa lógica mercantilista e populacionista), as possíveis novas sensibilidades sociais para com as crianças, a prática de infanticídios objectivos ou práticas diferidas que a isso conduziam (como abandonar as crianças à beira da estrada, ao sabor das condições climáticas e dos animais), nos finais do século XVIII e no século XIX o Estado vai reformular por completo este sector da administração.

Em 10 de maio de 1783, a Intendência Geral da Polícia publica uma Ordem Circular que determina a abertura de Casas da Roda nos municípios onde estas não existiam, respeitando o anonimato de quem abandonava. As “Rodas”, que não podem ser confundidas com as “Rodas” existentes nos conventos, já existiam a funcionar no reino. Pina Manique pretendeu, assim, generalizar a todo o território um sistema já existente.

Esta Ordem Circular que não se aplicava unicamente à metrópole, mas abrangia também as colónias, apresentando uma fundamentação de acordo com os ideais iluministas da época: a riqueza das nações estava no número dos seus habitantes e o abandono e a morte de tantas crianças originava o despovoamento do reino e em consequência a pobreza e o seu enfraquecimento no contexto das nações. As “Rodas” passariam a ser um instrumento fundamental para evitar o abandono e a morte das crianças. O abandono passaria a ter uma cobertura legal porque passaria a ser anónimo. Aliás, passou-se a penalizar o local do abandono se não fosse feito na “Roda”, mas não o próprio abandono.

Mais uma vez se reforça a ausência tutelar da Igreja no que toca à assistência dos expostos. Após 1783, com a descentralização institucional, mais se acentua tal prática¹⁶⁸. Cada comarca passou a ter a obrigação de mandar mapas anuais com o número dos seus expostos à Intendência Geral da Polícia de modo a que este serviço do Estado supervisionasse o andamento da assistência deste sector da população. A descentralização levada a efeito pelo Intendente Pina Manique, entende-se dentro de um quadro que visava melhorar esse sector e responsabilizar as entidades municipais por um serviço que o Estado não tinha meios para centralizar.

A “Roda” passa a ter um triplo sentido: por um lado era o cilindro aberto que rodava em torno de um eixo vertical que permitia o abandono da criança de forma anónima. Ao rodar sobre o eixo, a “Roda” colocava dentro do convento a criança preservando o anonimato do abandonante; por outro lado, o abandono anónimo, agora perfeitamente legalizado e institucionalizado em casas para o efeito criadas por força da ordem circular de 10/5/1783 toma o nome da estrutura que durante séculos o permitiu. Finalmente, a “Roda” passou a ser entendida como a instituição/serviço que se encarregava da criação destas crianças, desde as amas, à administração, enfim, todo o sistema que sustentava este serviço da administração pública. Deste modo a “Roda” passou a ser um

¹⁶⁸ Em França, a “Roda” só se generalizou após 1811. Ver Vicente Pérez Moreda, «La infancia abandonada...», p. 123. M^{te} Antónia Lopes não tem dúvidas em afirmar que “(...) Portugal foi pioneiro no panorama europeu, porque conjugava a proliferação de receptáculos, a grande uniformidade institucional e financeira e a fiscalização (...)”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, p. 156.

serviço do Estado, perdendo definitivamente o carácter religioso e caritativo que tinha até então.

Constata-se que o aumento das exposições coincide com a criação das “Rodas” que facilitaram e legitimaram o abandono das crianças. No entanto, ainda não está claramente estabelecida a relação directa entre a fundação da “Roda” e o aumento das exposições. Alguns autores parecem apontar para a hipótese de não se tratar de mera coincidência mas sim um sinal claro do funcionamento de um mecanismo de oferta/procura. Nesta linha de pensamento destaca-se, entre outros, o historiador Volker Hunecke¹⁶⁹. Até meados do século XVIII, o número de exposições nada tem a ver com os números que se atingirão posteriormente. Entre meados do século XVIII e meados do século seguinte, todos os estudos conhecidos apontam para um acréscimo substancial neste número¹⁷⁰. Alguns autores defendem que esse crescimento se deve ao abandono de crianças legítimas filhas de pais pobres, quando anteriormente seriam abandonadas maioritariamente as crianças ilegítimas. Também se pode explicar pelo “desvio” para a “Roda” de crianças que antes da sua fundação teriam como destino a eliminação pura e simples. Mas não nos podemos esquecer de que este período também será um período de crescimento demográfico e que em Portugal, o início do século XIX é muito difícil para a população: invasões estrangeiras, guerras várias entre as quais uma guerra civil, enfim, as lutas liberais e o cortejo de dificuldades que consigo arrastou não pode deixar de ter consequências no abandono de crianças.

Mesmo que a sorte dos abandonados na “Roda” não fosse brilhante devido às sempre altas taxas de mortalidade, embora muito diferentes de país para país, variando entre 60% e 95% e de região para região (em Portugal, de 98,3% para Setúbal e 59,9% para Loulé)¹⁷¹, esta apresentava-se como uma solução menos cruel para quem era abandonado em locais ermos com poucos dias de vida (por vezes escassas horas) e representava, simultaneamente, a esperança de uma melhor vida. A lei de Pina Manique visava também evitar longas viagens até às localidades onde existissem “Rodas” e as trágicas consequências que estas podiam trazer para corpos tão frágeis em condições de transporte inomináveis. Apesar das determinações da Ordem Circular de 1783, a criação de “Rodas” pelas diferentes comarcas do Reino não teve o sucesso que a Intendência da Polícia esperaria, de tal modo que um Ofício da mesma datado de 5 de Junho de 1800 determinava que os concelhos deveriam providenciar no sentido de arranjar uma casa apropriada e contratar uma pessoa que pudesse receber as crianças a qualquer hora do dia ou da noite. Mas há casos onde a criação da “Roda” se fez muito mais tarde¹⁷².

¹⁶⁹ Ver Volker Hunecke, «Les enfants trouvés: contexte européen et cas milanais (XVIIIe-XIXe siècles)», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXXII, 1985, pp. 3-29.

¹⁷⁰ Vicente Pérez Moreda classifica este intervalo de tempo como o “(...) periodo más extraordinario en la historia de la infancia abandonada. (...)”, *op. cit.*, p. 124.

¹⁷¹ Ver Laurinda Abreu, «The Évora foundlings...», pp. 47-48.

¹⁷² Apesar das ordens superiores emanadas da Intendência Geral de Polícia, a “Roda” em Alenquer, por exemplo, só foi criada em 1819 como se pode depreender pelo *Registo da carta que deu a Câmara desta Villa ao Governo pedindo a S. Mag. a graça de lhe conceder meios para o estabelecimento de huma Roda de expostas em a mesma* datada de 30 de Janeiro de 1819. O primeiro registo de expostos deste município data exactamente de Março desse ano. Ver M^a José Reis, *Crianças abandonadas e expostas...*, p. 36-37.

A “Roda” passa a ser entendida por alguns como um recurso. Em 1834 “Nasceu em 24 d’Abril d1834, e foi Baptizado em 27 do m.mo mez, na Igreja d’Sta Catharina do Monte Senaes, Com o nome d’Joze, Fº d’Joze Glv Serra e de Maria Clementina, e foi padrinho Jozé que por sobre nome não perca e madrinha Anna, e por se acharem em grande indigência e gravemente enferma a Mai do dº Joze, lanção mão d’este recurso (...)”¹⁷³. Isto é, a “Roda” apresenta-se como a solução, como uma espécie de Segurança Social *avant la lettre* à qual se recorre em caso de necessidade, de impossibilidade de criarem as crianças, seja por pobreza dos pais, por doença da mãe, por falta de leite, etc.

A recolha destas crianças obedecia a uma ritualização que era comum a todas as crianças abandonadas: a maioria era abandonada a coberto da noite ou às primeiras horas da manhã¹⁷⁴, e logo que eram recebidas pela ama encarregue desse serviço (Ama Rodeira), eram limpas, alimentadas, registadas com pormenor (desde a roupa que traziam vestida, até à transcrição total ou parcial de algum bilhete que consigo transportassem na altura do abandono, algum sinal físico, objectos ou outros artefactos que as individualizassem). No dia seguinte, ou nesse dia ainda, seriam baptizadas (só não o seriam se houvesse a certeza que a criança já tivesse recebido esse sacramento atestado através de certidão emitida por um padre) e enviadas para amas externas que as criavam até aos seis/sete anos, dependendo da legislação em vigor. Para isso era necessário haver uma rede de amas externas disponíveis. Apesar de ser um sector que beneficiou de privilégios régios, as amas nem sempre abundaram e também são conhecidos os casos de fraude ou negligência por elas praticados. Ser entregue a uma ama externa era considerado essencial para a sobrevivência da criança: quanto mais tempo permanecesse na casa de acolhimento, menores seriam as hipóteses de sobreviver: a falta de leite, os problemas de aglomeração facilitadores do contágio de doenças, contribuíam para uma maior mortalidade das crianças.

No momento do abandono, a criança podia levar um “sinal”. Mas afinal o que são “sinais” dos expostos? Qual o seu objectivo? De um modo geral podemos definir estes “sinais” como objetos, escritos ou não, entregues no acto de abandono da criança com a finalidade de fornecer indicações e individualizar aquela criança do conjunto das crianças a cargo da “Roda”. Entendemos, pois, por “sinais” todas as evidências que acompanhavam a criança no momento do abandono. É certo que a grande maioria dos “sinais” eram bilhetes escritos, fossem elaborados por entidades oficiais (párocos, regedores, juízes, polícia) ou por privados. A seguir a estes bilhetes, aparecem os elementos têxteis (em muito menor número) e só depois os outros tipos de materiais.

Futuramente, esse mesmo “sinal” servia como elemento identificador no momento da recuperação. Quem se apresentasse para recuperar a criança (pais, pai, mãe, outros familiares e até procuradores) teria uma prova irrefutável de que a criança que reclamava era a mesma que tinha abandonado. Mas os “sinais” não tinham unicamente essa função de reconhecimento futuro. No momento de abandono serviam para dar informações à

¹⁷³ Ver Sinal nº 599 de 1834.

¹⁷⁴ As crianças que entraram na SCML não correspondem totalmente a este padrão horário, como iremos ver.

instituição: se estava ou não baptizado¹⁷⁵, qual o nome que desejavam que tivesse¹⁷⁶. Talvez os nomes mais “estranhos” e “extravagantes” funcionassem também como um sinal dentro do próprio “sinal”. Seria um modo de individualizar a criança através de um nome pouco conhecido e utilizado. Seria uma espécie de documento de identificação. Se se tratava de um nome acompanhado de apelidos sonantes, talvez fosse uma estratégia para impressionar quem recebia a criança de modo a tentar um tratamento preferencial ou mais cuidadoso. Para além da informação do baptismo e do pedido do nome, os “sinais” davam, por vezes, informações sobre os motivos do abandono, se se tratava de uma criança legítima ou ilegítima e também faziam, por vezes, pedidos reveladores de atitudes e de cuidado: que fosse criado com carinho, que fosse entregue a uma boa ama, que a ama não fosse de fora da localidade onde se expunha a criança¹⁷⁷.

A criação e implantação do novo sistema de assistência às crianças proposto por Pina Manique não significa que tenha terminado o abandono às portas das igrejas, de particulares ou em locais ermos. Os registos na SCML dão conta de entrada de crianças trazidas por particulares que as encontraram numa rua, num beco, numas escadas de igreja ou mesmo recolhidas e enviadas pela polícia.

3.3 A Lei de 19 de setembro de 1836

Esta lei representa um marco fundamental no que toca à criação dos expostos: à excepção de Lisboa, onde as crianças continuavam a cargo da SCML, essa responsabilidade foi transferida para as autoridades civis (artº 7 da referida lei). Mais uma vez estamos perante a criação de estruturas do Estado liberal conducentes ao reforço da supremacia do Estado no que toca à protecção dos mais fracos e necessitados. A nova lei de carácter centralizador determinava que as despesas com os expostos das “Rodas” passassem a ser geridas pelas Juntas Gerais de Distrito criadas em 1835, que designariam “(...) á vista dos orçamentos, a quantia com que cada hum dos Concelhos de Districto deve concorrer para a manutenção dos Expostos”¹⁷⁸ independentemente do seu número. A responsabilidade da criação dos expostos passa a ser não de um só município mas de todos os municípios que compõem o distrito. Este sistema também nunca resultou: ou as Câmaras alegavam que não queriam pagar a sustentação dos expostos dos outros, ou atrasavam-se no pagamento, o que se refletia negativamente nos pagamentos às amas. Mas não deixou de constituir uma tentativa legal de uniformização de procedimentos.

¹⁷⁵ Como já se disse, a questão do baptismo era uma questão muito importante. Talvez a mais importante. Dada a religiosidade das populações, nenhuma criança poderia morrer sem ter sido baptizada. Seria o limbo e a condenação eterna. Este seria um aspecto em que ambas as partes, quem abandona e quem recolhe, estavam de acordo: ambas dão ao baptismo uma importância fulcral na vida da criança.

¹⁷⁶ Os nomes podem ser tão comuns e “santificáveis” como António, Manuel, José, Maria da Fé como exóticos e exuberantes como Praxedas, Umbelina, Napoleão, etc.

¹⁷⁷ Nestes casos parece haver uma intenção de acompanhar o percurso da criança. Sabemos alguma vez se este tipo de pedido não escondia uma falsa exposição? Isto é, seriam as crianças filhas de mulheres que depois se apresentavam à SCML como amas, recebendo um salário pela sua criação?

¹⁷⁸ Ver artº 2 da lei de 19 de Setembro de 1836, publicada no *Diário do Governo* de 20 de Setembro, nº 223. Estas questões foram regulamentadas posteriormente pelo *Código Administrativo* de 1842, nomeadamente nos artigos 133 VII, 216 VII e VIII e 248 IV.

No sentido de fazer diminuir o número de crianças abandonadas foi publicada a Portaria de 4 de Julho de 1838 com o objectivo de obrigar todas as mulheres solteiras ou viúvas que estivessem grávidas e que fossem consideradas não recatadas, a declararem essa gravidez de modo a serem vigiadas e impedindo-as assim de abandonarem a criança quando esta nascesse. Já o Alvará de 18 de Outubro de 1806 tinha determinado o mesmo¹⁷⁹. Aparentemente nada disto resultou. O abandono de crianças manteve-se e, inclusivamente, iria atingir valores nunca antes registados. Se houve participações e denúncias de mulheres grávidas, chegaram até nós muito poucas. Não se tratou de uma inovação nacional. Em França o sistema da participação e de denúncia de mulheres grávidas funcionou com o intuito, oficial, de desincentivar o infanticídio.

O Código Administrativo de 1842 de Costa Cabral integra no seu articulado o que já estava estipulado. O artigo 133 determina que a criação dos expostos estava entre as despesas obrigatórias das Câmaras Municipais consoante “(...) a quota que for arbitrada na conformidade das leis para a sustentação dos expostos (...)”.

O Código Penal de 1852 refere muito claramente que a exposição de crianças em local não apropriado era considerada crime. Isto é, a lei criminalizava o abandono que não fosse efetuado nas “Rodas”, tentando impedir o abandono em locais ermos onde as hipóteses de sobrevivência seriam praticamente nulas, ou à porta de particulares causando-lhes constrangimentos e embaraços. Na prática, continua a não se penalizar o acto de abandono mas como e onde se abandona¹⁸⁰.

Vejamos, de modo breve, o percurso destas crianças. Depois de entregues a uma ama de leite, esta deveria cuidar delas por um período que variou ao longo do tempo: um ano, dezoito meses ou dois anos. Depois deste período, passavam para as amas de seco que se encarregariam da sua criação até aos 7 anos. A partir desta idade, as Câmaras descartavam qualquer responsabilidade sobre estas crianças, então remetidas para o Juiz dos Órfãos que lhes deveria nomear um tutor e colocá-las no mercado de trabalho a troco de alimentação, vestuário e alojamento¹⁸¹. As amas que os tinham criado tinham preferência como empregadoras. Caso não as quisessem, e tal como acontecia com os órfãos pobres, o juiz respetivo mandava afixar editais para publicitar a arrematação das crianças. Quando chegassem aos 20 anos atingiam a idade da emancipação.

3.4 A Lei de 21 de novembro de 1867

Em meados do século XIX, a elevada taxa de mortalidade das crianças entregues nas “Rodas” suscita protestos dos mais variados quadrantes: os médicos apelam

¹⁷⁹ O Alvará de 18 de Outubro de 1806, artº 8, determinava a obrigação das mães solteiras darem conta do parto: “(...) as justiças effectivamente obriguem as mulheres solteiras que se souber andarem pejadas, a dar conta do parto, e a criarem o filho sendo possível (...)”. Ver António Joaquim de Gouveia Pinto, *Compilação das providências, que a bem da criação e da educação dos Expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos da legislação pátria*, Lisboa, Impressão Regia, 1820, p. 223.

¹⁸⁰ Ver Título IV, cap. I, secção 4ª, art. 345, nº 1, 2 e 3 do *Código Penal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4ª ed., 1867.

¹⁸¹ Após os 12 anos de idade já havia direito a uma remuneração pecuniária. Entre os 7 e os 12 anos, as crianças trabalhavam em troca do seu sustento.

vigorosamente ao fim destas¹⁸² e os parlamentares dão voz às queixas dos municípios sempre confrontados com a falta de verbas para a manutenção deste serviço, com a má vontade das populações e com as queixas das amas. É discutida a razão da existência da “Roda” e as suas consequências.

O debate, que fora incipiente no início e crescera ao longo da primeira metade do século XIX, torna-se aceso entre os defensores da manutenção da “Roda” e os que a contestavam e propunham o seu encerramento. Ambas as partes esgrimem argumentos com os segundos a defenderem que a existência da “Roda” incentiva a desmoralização, os maus costumes, a concubinação, a prostituição, o desregramento sexual, o laxismo e a irresponsabilidade dos pais no que toca à criação dos filhos. Os primeiros, por seu turno, defendiam que a “Roda” constituía um mal menor. Com ela, as crianças teriam uma hipótese, ainda que muito frágil, de sobrevivência e de uma melhor vida. Confrontam-se os que são favoráveis à extinção das “Rodas” e os que defendem a sua manutenção como factor de protecção dos valores morais da família burguesa e protector de gente que teve “deslizes” (mais ou menos voluntários e isolados) que poderiam arrastar para a desgraça a honra e o bom nome das famílias. Este debate desembocou na lei de 21 de novembro de 1867 que proibia o abandono de crianças e cria os Hospícios em substituição das “Rodas”. O decreto será revogado no ano seguinte, mas não se voltou ao sistema anterior¹⁸³. Aliás, o encerramento das “Rodas” apresenta desfaseamentos temporais em relação ao decreto: as “Rodas” do distrito de Lisboa encerraram entre 1864 e 1871 (a de Alenquer, por exemplo, encerrou em 1865 e a da SCML em 1870, mais concretamente em 1 de Dezembro de 1870)¹⁸⁴.

No caso da SCML, a “Roda” era conhecida como *Casa da Roda*. Simbolicamente, após o seu encerramento passou a chamar-se *Casa da aceitação*¹⁸⁵. É muito curiosa esta mudança. Como as admissões deixaram de ser anónimas e optou-se preferencialmente pelos subsídios às mães, mantendo as crianças no seio familiar, a *Casa da Roda* mudou de nome. Depois de longos anos em que todas as crianças entravam ser qualquer tipo de restrições, agora a sua entrada na SCML dependia da sua aceitação, ou não. Isto é, a um regime liberal de entregas, passa-se para um regime em que o abandono não depende do desejo de quem abandona mas da aceitação de quem recebe.

É uma alteração significativa. O acto de abandonar deixa de depender do próprio para a decisão final ficar nas mãos de uma entidade.

¹⁸² Em 1851 o Dr. Thomaz de Carvalho, Provedor da SCML afirmava num artigo publicado na *Gazeta Médica* que a “(...) a roda é um açougue de creanças (...)”, citado em Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história), 1498-1898*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1902, pp. 405-406.

¹⁸³ Decreto-lei de 20 de Março de 1868.

¹⁸⁴ Sobre a data de encerramento das Rodas, ver M^a Helena Vilas-Boas e Alvim, «Notas à margem de um livro de termos de grávidas», Separata da *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, 1987, p. 302 e M^a Antónia Lopes, «Os pobres e a assistência pública», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, pp. 503-507.

¹⁸⁵ Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 411.

Genericamente, esta nova lei estabelece que caberia às Juntas Gerais de Distrito designar as localidades onde se fundarão os Hospícios. Relembra que a criação das crianças, legítimas ou ilegítimas, é uma obrigação dos pais sempre que a filiação seja provada. Apesar da diminuição acentuada do abandono anónimo, este continuou, e continuaram a entrar nos Hospícios crianças das quais se desconheciam quaisquer referências familiares. O pendor restritivo do abandono irá ser acompanhado por uma outra vertente: a atribuição de subsídios de lactação às mães com dificuldades, de modo a manter as crianças na família e evitar o seu abandono no Hospício.

Esta lei irá ser acompanhada de regulamentos específicos para os diversos distritos de modo a operacionalizar o funcionamento dos hospícios¹⁸⁶. De um modo geral, são textos que regulamentam a lei de 21/11/1867 e especificam todo o percurso da criança desde a sua entrada na instituição até à maioridade. Mas “Rodas” ou “Hospícios”, a nomenclatura manteve-se: a ama interna que recebia a criança no primeiro momento continuou a chamar-se “ama rodeira” e, inclusivamente, em alguns concelhos a nova instituição de acolhimento funcionava onde anteriormente tinha funcionado a “Roda”. Talvez a sorte das crianças que passaram pelos hospícios tenha sido menos dramática mas trata-se de uma questão em aberto.

Para a cidade de Lisboa há um estudo recente sobre o número de crianças entradas na SCML como expostas entre 1850 e 1903. A autora conclui que “(...) entre 1871-1903, o número de exposições ronda c. 10% do valor médio de 1850-1870 (...)”¹⁸⁷ e questiona se o fim da exposição anónima incrementou ou não o aborto clandestino, que segundo a autora foi uma tendência sentida na Europa católica¹⁸⁸.

4. A cronologia dos sinais dos expostos da SCML

Apesar de haver registos de entrada de expostos na SCML desde 1657 nos quais se alude à existência dos sinais de que as crianças eram portadoras no momento de entrada na SCML, devido ao terramoto de 1755 e subsequente incêndio, muita dessa documentação desapareceu. Mesmo antes dessa data houve incêndios vários e, ou ardendo na voragem do fogo, ou eliminada por ser considerada inútil, a documentação de facto desapareceu. Muitas ocorrências invalidaram os préstimos desses documentos: as crianças morreram, ou foram resgatadas. Ainda há a considerar que se tratava de materiais frágeis que se foram degradando ao longo dos anos, acabando por ter um destino nefasto. Assim, até 1790 não há evidências físicas destes materiais.

Contudo, entre 1790 e 1926 há um acervo monumental e contínuo dos sinais dos expostos. No entanto, a nossa cronologia baliza-se entre duas datas: a primeira (1790) por

¹⁸⁶ Para o distrito de Lisboa existem 3 Regulamentos: um de 13/7/1870, outro de 25/7/1879, o terceiro de 20/5/1880. Existe um outro Regulamento de 5/1/1888, mas de âmbito diferente. Os 3 primeiros destinam-se exclusivamente ao Distrito de Lisboa e têm origem na respectiva Junta Geral. O último abrange todo o território nacional e é emanado do Conselho de Ministros.

¹⁸⁷ Ver Joana Catarina Vieira Paulino, «Os expostos em números. Uma análise quantitativa...», p. 190.

¹⁸⁸ Idem, p. 191.

ser o primeiro ano em que os sinais têm existência física e a última (1870) por ser o ano do encerramento da Roda da SCML. A partir de então o abandono e exposição de crianças deixou de ter um carácter anónimo e o sistema foi substituído pela petição dos pais e mães que desejavam apoio para a criação dos filhos, ao mesmo tempo que as mães eram cada vez mais encorajadas a cuidar deles. Assim, o número de crianças abandonadas anonimamente na SCML caiu de forma drástica e abrupta¹⁸⁹.

O início do estudo em 1790 tem, quanto a nós, uma vantagem acrescida: estamos em finais do século XVIII e daí em diante o país passará por transformações de monta que lhe moldarão definitivamente o percurso: as invasões estrangeiras, o fim do Brasil e tudo o que este representava em termos económicos e depois políticos, a instauração do liberalismo... Digamos que 1790 é um marco privilegiado para assistirmos ao desfile de acontecimentos, por vezes dramáticos, da história do país.

5. A SCML, o Município de Lisboa e a criação dos expostos

A partir de meados do século XVI, as crianças expostas da cidade de Lisboa passam a estar a cargo da SCML porque tendo esta a seu cargo o HRTS e tendo o Hospital dos Meninos Orfãos nele sido incorporado, entendia a Câmara que a SCML tinha assumido a criação dos expostos. Pareceria uma questão simples mas que o não foi e que arrastou a SCML e o Município para um longo litígio sobre quem deveria assumir as despesas com tal serviço. Evidentemente que a Câmara da cidade de Lisboa defendia que essa obrigação cabia à SCML, como administradora do HRTS. A SCML tentou descartar-se dessa responsabilidade escudando-se em dificuldades financeiras e na lei do Reino, que como vimos, determinava que fossem os municípios a responsabilizar-se por essas crianças, quando todas as hipóteses anteriores se tivessem esgotado. Deve realçar-se que no Compromisso da SCML “(...) não ha disposição alguma com referencia aos expostos (...)”¹⁹⁰.

O montante das despesas das Misericórdias com expostos e doentes que estas alegavam ser sempre volumoso, deve ser visto com rigor porque, segundo alguns especialistas, “Quanto menores eram os critérios de selecção, maior era o número de assistidos e menos valiosa a assistência per capita.(...)”¹⁹¹. Isto é, os maiores apoios financeiros eram dados a indivíduos para quem era necessário manter o estatuto social. Seriam em menor número mas seriam os que financeiramente eram mais beneficiados, enquanto os pobres, doentes e expostos, em maior número mas também eram “(...) os pobres mais baratos (...)”¹⁹², os que receberiam menos.

¹⁸⁹ A partir de 1870, o número de crianças entradas na SCML caiu para menos de metade dos números atingidos durante toda a década de 60. Ver *Inventário da Criação dos Expostos...*, p. 47.

¹⁹⁰ Ver Costa Goodolphim, *As Misericórdias*, pp. 72-73. Este autor refere ainda que em muitas localidades havia impostos especiais para a sustentação destas crianças. Em Setúbal os impostos sobre a exportação de sal e em Coimbra “(...) nas sizas sonegadas, e no terço do real de agua.”

¹⁹¹ Ver Isabel dos Guimarães Sá, *Estatuto social e discriminação...*, p. 328.

¹⁹² Idem, p. 328.

Este embate entre misericórdias e Câmaras não foi monopólio de Lisboa. Noutras cidades do reino, o mesmo aconteceu. Em Lisboa, em 23 de Junho de 1647 ambas as partes chegaram a acordo: a SCML administraria o sector mas a Câmara contribuiria financeiramente com 600\$000 réis anuais, independentemente do número de expostos aumentar ou diminuir. Esse valor foi elevado para 2000\$000 réis por decisão régia confirmada em carta de 31 de Janeiro de 1775.

Os rendimentos da SCML para suportar a criação das crianças expostas eram também aumentados com taxas variadas e ainda com os proventos provenientes de uma lotaria criada por decreto datado de 18 de Dezembro de 1783, cujos lucros deveriam ser divididos pelo serviço dos expostos, mas também canalizados para o Hospital de S. José e ainda pela Academia das Ciências, o que não será de estranhar dado o ambiente das Luzes que também influenciou o país.

Contudo, as dificuldades financeiras para sustentar o número cada vez maior de crianças que entravam na SCML eram recorrentes e chegava a levar à falta de pagamento às amas e “(...) Na epocha de 1842 mais se salientaram estes factos (...). Cuidava-se era de milicia para sustentar as instituições. (...) a 17 de dezembro d’este anno, uma ama á porta da Misericordia [dizia]: - Os soldados andam pagos, enquanto nós morremos á mingua!”¹⁹³.

Uma vez decidido que a criação dos expostos seria da responsabilidade da SCML, esta organizou-se internamente para melhor responder às solicitações deste serviço: é criada a *Mesa dos Enjeitados* ou *Mesa dos Santos Innocentes* em 1657 que em 1768 foi anexada à Mesa da Misericórdia por razões que se prendem com uma maior racionalidade e boa gestão deste ramo da assistência.

Em 1775 há uma mudança importante na criação dos expostos pela SCML: se até aí a responsabilidade da instituição se estendia até aos 9 anos, devido ao seu número cada vez maior e à consequente subida dos gastos que tal acarretava, a idade de criação dos expostos a cargo da SCML desceu para os 7 anos.

Esta diminuição do número de anos que a SCML prestava auxílio a estas crianças também terá a ver com outras razões. Por um lado, algumas crianças aos 9 anos já teriam entrado no mundo laboral, auferindo de algum rendimento e mesmo assim ainda continuariam a ser auxiliadas pela Misericórdia; por outro, as que ainda o não tinham feito poderiam não o querer fazer porque contavam com o auxílio da SCML. Esta considerava que assim sendo, poderia estar a fomentar a ociosidade porque tendo a certeza que aufeririam do dito auxílio, as crianças ou não entravam no mundo do trabalho ou o abandonariam para viver às suas custas.

Então qual o futuro dos heróis que atingiam os 7 anos de idade? Seriam entregues aos Juizes dos Orfãos que deveriam providenciar no sentido de os distribuir por quem os quisesse aceitar, se as amas que os haviam criado não os quisessem manter. Caso o

¹⁹³ Ver Costa Goodolphim, *As Misericórdias*, p. 77.

desejassem, poderiam fazê-lo, pois tinham prioridade sobre quaisquer outros pretendentes, mas a partir de então não receberiam qualquer salário. Para salvaguardar a honra das raparigas expostas e de forma a impedir que posteriormente caíssem na prostituição, o auxílio às raparigas poderia estender-se para além dos 7 anos, o que para os rapazes constituía a data definitiva a partir da qual a SCML cessava as suas responsabilidades.

A partir deste momento eram considerados órfãos, mas filhos legítimos. A idade de emancipação era diferente em ambas as categorias: 20 anos para os expostos, 25 para os efectivamente órfãos.

6. O percurso dos expostos dentro da SCML

O percurso das crianças dentro da SCML não diferiria de modo substancial do que acontecia noutras instituições com a mesma finalidade. Logo que entrava na SCML, a criança era entregue à ama rodeira que a limpava, vestia e alimentava para de imediato, ou no dia seguinte, dependendo da hora da entrada, ser batizada. Depois passavam às amas internas, cujo número variava segundo as necessidades, que as aleitavam e delas cuidavam até serem enviadas para as amas externas.

O batismo ministrado na SCML tinha um carácter solene, realizado na Igreja, numa pia baptismal pelo padre que estivesse ao serviço da “Roda”: “(...) não hia Baptizada e como he de costume Batizaremse na Sta Caza p.r tanto sepede e roga a V. Ex^a selhe ponha o nome Getrudes (...)”¹⁹⁴. Nos casos em que existia uma certidão devidamente assinada por um clérigo onde este atestava que aquela criança já tinha recebido os santos óleos, dispensava-se este procedimento. Aliás, só se considerava a criança batizada se esta fosse acompanhada de uma certidão onde constasse o nome do padre, a respectiva assinatura, e a igreja onde tinha sido feito e registado o batismo. Caso contrário, mesmo que o bilhete dissesse que a criança estava batizada, esta seria novamente batizada “solenemente” (sub conditione), para precaver a possibilidade de ter sido batizada antes, porque os sacramentos não podem ser recebidos em duplicado.

O ato era registado em livro próprio. Do dito registo constavam elementos preciosos para entendermos a trajectória da criança. A primeira informação era relativa ao nome da criança. Ficava registada com o nome “da Casa” se atribuído pela SCML; da “Roda” se se tratava de um nome solicitado oralmente no momento da entrega por quem conduzia a criança; ou ainda “do escrito” se se mantivesse o nome referenciado no bilhete que acompanhava a criança. Os elementos restantes eram: a data e hora de entrada; a roupa com que vinha vestido, a(s) cor(es), o(s) material(ais); os sinais físicos específicos, caso os houvesse; o estado de saúde, se digno de registo; a idade (neste caso refugiando-se quase sempre num vago “recém-nascido”); se trazia sinal, que tipo de sinal e onde este vinha colocado¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Ver Sinal nº 870 de 1818.

¹⁹⁵ É deste modo que se verifica que existiriam mais sinais do que aqueles que têm hoje existência física. O desaparecimento dos mesmos, principalmente se se tratavam de objectos caros ou preciosos, podem nem

Por fim, o registo fazia constar o nome do padrinho e da madrinha esta, com algumas exceções, quase sempre Nossa Senhora nas suas múltiplas variantes (Nossa Senhora da Piedade, das Almas, do Pilar, da Penha de França, da Conceição, do Monte do Carmo, do Rosário, das Desamparadas, do Sobreiro, da Madre de Deus, da Atalaia) e terminava com as assinaturas do padre que realizou o batismo e o Mordomo dos expostos, bem como da data.

Este registo da criança nos livros de *Entrada e Baptismo* era sempre posterior ao respectivo baptismo: “No dia 19 de Janeiro de 1850 entrou pela Roda para esta Real Casa dos Expostos às tres horas da tarde um Menino com os signaes seguintes, camiza d’algodão, duas fraldas de estôpa (...). Foi solennemente baptizado com o nome de Sebastião por mim abaixo assignado, não obstante pedirem no bilhete que trazia o nome d’Arnardo; padrinho Jose Maria de Lima; ama Francisca Maria; e para constar fiz este termo. (...)”¹⁹⁶. O texto do assento pouco variou ao longo dos anos. E mesmo as crianças que entravam mortas eram registadas. Depois destes preparativos, as crianças estavam prontas para viajar para as amas externas que poderiam viver a dezenas de quilómetros de Lisboa (Alenquer, Leiria, Alcobaça, etc.).

A este corpo principal do registo há que acrescentar as informações das margens: o nome, a cor da pele (quando se tratava de “pardo”, “mulato” ou “preto”), o nome da ama a quem foi entregue e em caso de devolução à SCML e ter sido enviado para nova ama¹⁹⁷, o respectivo nome e data, a data da morte e onde esta ocorreu (na ama, na SCML, outro local), a entrega aos pais/mãe/pai, com a respectiva data, fiadores, profissões de todos os intervenientes, moradas e assinaturas (para quem as pudesse fazer), pagamento ou não das despesas e em caso de não pagamento a justificação e nos casos de sobrevivência mais prolongada, regista-se a emancipação e respectiva data, o casamento (onde, quando e com quem), a sua contratação como doméstica indicando o nome e morada da patroa, e por vezes anotando até uma fuga¹⁹⁸.

A partir de 1835, estabeleceu-se que as crianças deveriam usar um colar ao pescoço com um selo onde constava o seu número de entrada. Este colar deveria acompanhar sempre a criança até aos 7 anos, tempo de criação da responsabilidade da SCML e nunca poderia ser tirado. Este sistema foi criado para impedir fraudes por parte das amas e para as crianças não correrem o risco de serem trocadas¹⁹⁹. Aquando da entrega às amas, as crianças eram vestidas de novo e era-lhes fornecido um pequeno enxoval composto por

nunca ter entrado na SCML. E apesar de virem descritos nos bilhetes que acompanhavam as crianças, podem ter desaparecido, ou por perda durante a deslocação para a SCML, ou terem sido desviados por quem trazia a criança.

¹⁹⁶ Ver assento nº 121 de 1850.

¹⁹⁷ Muitas vezes quando a ama o entregava na SCML, a criança morria pouco tempo depois o que faz supor que era a doença que originava o retorno da criança de modo a ama livrar-se do ónus duma morte e da desvalorização profissional que tal podia acarretar.

¹⁹⁸ Apesar de haver livros de registo específicos de entrega dos expostos às amas (criação de leite e criação de seco) e aos pais, os livros de entrada e batismo continham o essencial desses dados.

¹⁹⁹ Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 143. No início do século XX este sistema foi substituído por uma pulseira de prata com o respectivo número de entrada, a qual era selada com um alicate específico para esse efeito, e que também em caso algum podia ser retirada. Na SCML existe uma coleção de pulseiras e o respectivo alicate.

duas camisas, dois coeiros, uma envolta, um covado de baeta, roupinhas e touca. Aos seis meses da criação de leite, tornava-se a dar-lhe outro vestuário²⁰⁰.

A SCML dispunha de pessoal próprio para manter este serviço em funcionamento: duas amas rodeiras, que recolhiam as crianças depois do seu abandono na “Roda” ser anunciado através de uma campainha. Mas quem entregava as crianças na SCML? Os familiares, a mãe? O pai? Os pais? As mulheres que recolhiam as crianças nas ruas? Por vezes eram as próprias parteiras que haviam realizado o parto: “(...) he conduzida pela comadre Thereza de Jezus (...)”²⁰¹.

Procurava-se que o tempo de estadia na SCML fosse curto, de modo a evitar aglomerações de crianças e a maior possibilidade de contágio e consequente mortalidade. Segundo Victor Ribeiro, em 1833 a SCML tinha a seu cargo, à volta de 6000 expostos. Nesse mesmo ano entraram 1754 e morreram 2218 devido “(...) a epidemia reinante do cholera morbus. (...)”²⁰². Aliás o mesmo autor refere as condições em que viviam as crianças nas instalações da SCML, que desde 1768 estava instalada num edifício que anteriormente tinha pertencido à Companhia de Jesus, expulsa do país, segundo o autor, no ano anterior²⁰³. Dado o seu número sempre crescente não havia acomodações suficientes para albergar as crianças. A necessidade de terem de dormir no chão, a falta de janelas e a falta de renovação do ar, a falta de asseio, aliada aos atrasos no pagamento do salário das amas quer internas, quer externas, originava uma alta mortalidade. Com vista a obviar estes problemas foram feitas obras significativas no edifício.

As amas externas ficariam responsáveis pelas crianças durante o tempo restante da criação, sendo o primeiro ano e meio constituído por uma criação de leite que se poderia estender até aos 2 anos, caso a saúde da criança o justificasse. O preço pago às amas pela criação de leite era superior aquele que era pago às amas de criação de seco.

A escolha de amas de regiões tão distantes de Lisboa, talvez se possa prender com dois problemas: por um lado, a escassez de amas na cidade dado o número crescente de crianças; por outro as amas disponíveis na cidade prefeririam trabalhar para particulares onde auferiam um salário superior ao praticado pela instituição. Nas regiões da província, este trabalho representaria um acréscimo aos poucos rendimentos das amas, bem como permitiria um menor controlo da instituição, apesar dos esforços que esta fez para contrariar esta tendência, procurando verificar a qualidade das amas e dos respectivos serviços.

²⁰⁰ Ver António Joaquim de Gouveia Pinto, *Exame crítico e historico obre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto Patria como subsidiária, e das Nações*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1828.

²⁰¹ Ver Sinal nº 869 de 1798.

²⁰² Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 142.

²⁰³ Na realidade, os jesuítas foram expulsos em 1759 mas o autor conclui deste modo a sua descrição sobre este assunto: “Andou portanto a Confraria, com os seus diversos estabelecimentos, por diferentes casas e edificios, alugados ou concedidos, em varios pontos da cidade, ate que a Carta Regia de 6 de fevereiro de 1768 fez doação completa, à Irmandade da Misericórdia, do vasto edificio onde estivera durante largos annos estabelecida a Casa Professa de S. Roque, que pertencera à Companhia de Jesus, expulsa do reino, pela ordem do grande estadista a 28 de agosto de 1767”. Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 118.

A crer num escrito datado de 1856, as amas de Lisboa não pareciam gozar de boa fama. Um bilhete que acompanhava uma menina pedia que esta fosse entregue a uma ama de Alcobaça ou Leiria: “(...) Peço tenha a bondade dexare levar a menina tudo para servir e Ama q não seja de Lisboa porq são mto mal tratadas q seja de Alcobaça e de Leiria porq tem mto bom leite quando se for buscar esta Menina hade apraser hum bilhete como este”²⁰⁴. Talvez o caso desta menina não fosse raro e fossem casos como o dela que deram às amas de Lisboa uma má reputação: “Remetese esta Menina a Sta Caza da Meziricordia porque estava a Criar e ama após neste estado, q todo o seu mal he fome. E chamase Joanna tem coatro mezes he filha de Matrimonio, e tenham a Caridade com ella. Athe o tempo que se procurar Lisboa 28 de Outr de 1799”²⁰⁵.

A falta de amas pode justificar os diversos privilégios que foram concedidos aos familiares das amas, nomeadamente aos maridos, certamente um modo de tornar a profissão mais apelativa e atractiva, considerando até que os baixos salários muitas vezes eram pagos com atraso. Tendo em conta o salário usufruido pelas amas e os privilégios dos seus familiares, não é de estranhar que as amas ocultassem circunstâncias que levariam ao termo da sua função: a falta de leite ou mesmo a morte do exposto.

Quem eram estas mulheres que se ocupavam das crianças a troco de um pequeno salário? Os bilhetes dão-nas como mulheres de sapateiros e outras profissões artesanais, onde o salário como ama representava uma ajuda ao orçamento doméstico, apesar dos atrasos com que por vezes era pago. Por isso não será de estranhar a sua escassez e a necessidade que as entidades promoverem algumas condições que tornasse a função mais apelativa. É nesta conjuntura que se explicam os privilégios aos familiares directos das amas.

Os privilégios dados aos maridos das amas já eram muito antigos. Em Carta de Lei de 23 de maio de 1576 já se confirmavam privilégios anteriores, de 1502, que em Carta de lei de 31 de maio dizia que as amas dos expostos e os seus maridos “não pagam peitas, fintas, talhas, ou pedidos; são isentos de todo o cargo do Concelho; não vão com presos nem com dinheiros; são escusos de tutores e curadores à excepção dos legítimos; não lhes tomam casas de moradas, adegas, cavalariças, pão, vinho, roupa, cevada, palha, lenha, gallinhas, besta de sella ou albarda”. Em 1654, o Alvará de 29 de agosto isentava da milícia os maridos das amas. Em 1695, com o Alvará de 22 de dezembro, estenderam-se aos filhos das amas as isenções dos encargos de guerra que os maridos das ditas já tinham. Em 1701, o Alvará de 26 de outubro manteve essas isenções. O decreto de 31 de março de 1787 voltou a isentar os maridos e os filhos das amas de serem recrutados²⁰⁶. Tratam-se, sobretudo, de privilégios de carácter militar. Tal constituiria, de facto, um privilégio de monta se atendermos às épocas de conflitos frequentes que se viveram.

²⁰⁴ Ver Sinal nº 114 de 1856. Ver Apêndice, Estampa 17.

²⁰⁵ Ver Sinal nº 1301 de 1799. Joanna entrou em 29 de Outubro e morreu três dias depois, em 2 de Novembro.

²⁰⁶ Sobre esta legislação ver *Colectânea Legislativa da Santa Casa...*, pp. 3-21.

Às crianças que sobreviviam ao período da criação, restavam-lhes poucas alternativas e estas variavam consoante o género. O ideal era permanecerem com a ama com quem atingiram o fim da criação (sete anos), que poderia exercer um direito de preferência, agora sem remuneração e a troco do trabalho gratuito da criança até aos doze anos. Em contrapartida, as amas dar-lhe-iam educação, sustento e vestir. Caso as amas os não quisessem, eram entregues a quem os quisesse acolher, mais uma vez a troco de trabalho (Alvará de 31 de janeiro de 1775). Quando as raparigas sobreviventes não tivessem quem as acolhesse voltariam à SCML para impedir comportamentos que pusessem em causa a honra feminina. O Alvará de 12 de fevereiro de 1783 condenava a penas diversas quem aliciasse ou seduzisse uma exposta. De qualquer modo, os serviços destinados quer a rapazes, quer a raparigas, seriam trabalhos indiferenciados, criados e criadas domésticas, aprendizagem de ofícios (geralmente ofícios que requeressem pouco tempo de aprendizagem) e trabalhos agrícolas para os rapazes²⁰⁷.

Sem querermos estabelecer um padrão definitivo sobre a questão, sobretudo porque não dispomos de dados que permitam conclusões, verificamos que na freguesia de S. Pedro de Alcântara nos anos de 1860, 1865 e 1870 o único noivo seguramente exposto, no caso da SCML, era soldado aquando do casamento²⁰⁸. Outros noivos referenciados como filhos de pais incógnitos, embora não saibamos se expostos, eram trabalhadores, fabricantes, criados, sapateiros e alguns com carreira nas armas (furriel e sargento).

Embora, teoricamente, o percurso das crianças estivesse legalmente estabelecido, as altas taxas de mortalidade, principalmente nos primeiros meses de vida, tornavam essa questão irrelevante pela simples razão que muitas crianças não tiveram futuro.

Não sabemos se a SCML procedia a algumas investigações quando parecia haver indicações concretas nos bilhetes sobre a origem das crianças. Mas estamos em crer que a haver seriam muito raras talvez porque a SCML saberia que aquilo que parecia concreto e objectivo não passaria de um embuste e de uma estratégia para dar maior credibilidade ao texto apresentado: “Nasce este menino no dia 19 de Novembro de 1847 pelas 10 horas da noute e foi batizado no dia 20 do mesmo mes Na Freguezia dos Angos da cidade de Lx^a pelo prior da mesma freguezia com o nome, Julio, e tendo seu assento no L^o 24 , f. 132 da mesma. Leva dois coeiros de Beitilha branca vestido de xita cor de ganga com flores miudinhas toucado de boubinete com hum lencinho p.r debaixo da touca e fitas corde roza na touca p.r sinal no bilhete fita da mesma cor e o fato numerado com o numero 2 declara-se q as fitas tem rescinhas verdes”²⁰⁹. Haveria alguma dificuldade, neste caso, em encontrar os progenitores da criança? Aparentemente nada se fez. A criança morreu em março do ano seguinte na ama que a criava. Ou então fizeram-se as investigações necessárias e concluiu-se que a pobreza ou a honra familiar eram motivos suficientes para justificar o abandono. Mas duvidamos que tenha sido feita qualquer investigação.

²⁰⁷ Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças...*, p. 63-64.

²⁰⁸ Ver assento de casamento nº 47 de 10 de dezembro de 1870.

²⁰⁹ Ver Sinal nº 2167 de 1847.

Mas há casos ainda mais flagrantes. Que dizer deste caso em que um pai se identifica e dá a respectiva morada? “Lx^a 10 de Dezembr De 1848 Ill.mo Snr Admenistrador Participo a V^a S^a que Minha Mulher teve um filho que Naseo no dia Nove do Corrente mez e por falta de meios de não ter posses para o Criar, nem o mandar criar eix o Mectivo por que peso V. Umildemente a V^a S^a para que pello Amor de Deos mo recolha na Santa Caza, Levando um Signal para que quando possa ir tirallo, pois Minha Mulher está Ungida e Sacramentada, e por esta rassão é que o recolho na d.ta Santa Caza. Pedia Umildemente a V^a S^a que por nome lhe ponha Jose. Minha morada é na Travessa do Cabral, N^o 16 – 2^o Andar, Meu Nome Joze Maria, Filho de Daniel Jose Joaquim, e Luiza Roza, minha mulher Imillia dos Martires, Filha de Jose Ribeiro, e Joana de Souza Jose Maria (...) O Signal hé uma Fitta Verde”²¹⁰. José Maria, assim foi batizada acriança, entrou com dois dias de vida mas acabou por morrer no início de 1850. As razões apresentadas para justificar o abandono, pobreza e possível morte da mãe, seriam suficientemente convincentes para a SCML? Teriam sido verificadas? José Maria acabou por morrer na ama que dele cuidava sem que haja qualquer prova que o contacto com o pai tivesse sido retomado.

6.1 Sair ou não sair: eis a questão

Entregar uma criança na SCML nem sempre significava que se desejasse que ela aí permanecesse. A aglomeração de crianças, as doenças e os contágios mais facilitados, originaram pedidos diversos. Se alguns abandonadores não queriam que a criança saísse da SCML ou que não fosse para longe porque seria no futuro recuperado, para não lhe perderem o rasto e possivelmente controlar a sua criação, outros há que não confiam nas amas lisboetas e solicitam amas da região oeste que, segundo eles, são as melhores.

Uma futura recuperação só seria possível se a criança sobrevivesse e para alguns abandonares isso seria facilitado se a criança fosse mandada para fora da SCML. Esta tendência só é verificável praticamente a meio do século XIX e terá a ver com avanços e divulgação de conhecimentos científicos entre sectores mais letrados da população: “(...) Rogo a V^a S^a que aja per bem essa criança não se demorar muitos dias na casa e manda-la criar per fora, porque seus pais fazem intenção de a tirar (...)”²¹¹. À excepção de um caso em que se pede que seja criada “(...) fora da terra por ser em Lx^a m.to Conhecida”²¹², os outros pedidos do mesmo teor são, genericamente, mais tardios.

Há, portanto uma divisão cronológica clara: antes e depois de 1840. Antes de 1840 pede-se, maioritariamente, que a criança fique na SCML, depois de 1840 pede-se, maioritariamente, que a criança saia da SCML. Eis alguns exemplos: “(...) Pe a V^a S^a q a não dexe sair da Santa Caza (...)”²¹³ ou “Peço heca Santa Caza que mande criar heca creinca Pcolhe seposivel for de não hir criar para fora (...)”²¹⁴ ou ainda um mais insistente:

²¹⁰ Ver Sinal n^o 2309 de 1848. Ver Apêndice, Estampa 18.

²¹¹ Ver Sinal n^o 967 de 1841.

²¹² Ver Sinal n^o 851 de 1822.

²¹³ Ver Sinal n^o 500 de 1792.

²¹⁴ Ver Sinal n^o 478 de 1793.

“(…) Rogo a V.ss Ex.as por caridade de criar mesmo dentro da Real caza mais oito Mezes (…)”²¹⁵.

Por estarem convictos, pelo menos assim o afirmavam, que a criança não iria ficar muito tempo na SCML, a insistência para que lá permanecesse é notória: “(…) e Não saia da Santa Caza p.^a fora que há de ser procurada (…)”²¹⁶. Não sair da SCML e ser procurado, encerra um pedido e uma promessa que não foi cumprido por ambas as partes. Os pais não procuraram, e as crianças saíram da SCML, rumo a amas na província que delas tomaram conta.

Se este pedido não pudesse ser satisfeito, então que a criança não fosse para longe: “(…) peço tambem pello amor de Deus q não Va p^a mto longe e se puder Ficar na Santa Caza porq chegando o tempo de desmar Se hade hir buscar (…)”²¹⁷. Este tipo de pedido é mais comum em finais do século XVIII, altura em que o número de crianças ainda não tinha atingido as cifras que atingirá mais tarde e que daria aos pais algumas vantagens: maior facilidade de recuperação, mais informação, menos possibilidades de troca e, possivelmente, maior controlo sobre a criação.

Os anos 40 do século XIX correspondem ao anos em que o número das crianças irá aumentar para números nunca vistos. Certamente este facto não seria ignorado pela população que nisso via uma dificuldade de monta para a sobrevivência das mesmas. De tal modo que em 1840 é pedido que “(…) hum menino chamado Antonio Jacintho da Conceição mandalo Ja para fora”²¹⁸ e em 1867 solicitava-se que uma menina fosse entregue a “(…) alguma ama Saloia (…)”²¹⁹.

Mas o pedido para a criança não permanecer na SCML talvez tenha uma explicação acrescida. Como muitas crianças seriam oriundas de concelhos fora de Lisboa, este pedido podia ser uma tentativa de manter a criança na região de origem onde a sua criação pudesse ser mais facilmente controlada pelos progenitores ou mesmo ficar na posse da mãe que se apresentaria como potencial ama.

Em qualquer dos casos, a generalidade da população não desconheceria os altos índices de mortalidade pois, através das informações laterais nos assentos de entrada e batismo, todos os elementos conhecidos apontam para uma taxa de mortalidade infantil muito próxima dos 80%, ligeiramente mais alta entre as raparigas, 80,4% contra 79,3% entre os rapazes. Na generalidade, poucos devem ter atingido a idade adulta.

²¹⁵ Ver Sinal nº 1177 de 1793.

²¹⁶ Ver Sinal nº 1446 de 1793.

²¹⁷ Ver Sinal nº 682 de 1798.

²¹⁸ Ver Sinal nº 59 de 1840.

²¹⁹ Ver Sinal nº 667 de 1867.

6.2 O controlo da SCML

A SCML procurou controlar o percurso das crianças que lhe eram entregues de modo a evitar fraudes e pagamentos indevidos às amas, assim como pôr em prática um dos princípios das misericórdias: proteger os mais fracos e desprotegidos. O uso de uma pulseira pelas crianças e a vigilância sobre as amas, são alguns dos meios utilizados pela SCML para melhorar este serviço.

Há contudo um outro aspecto que se manifesta mais tarde, na década de 60 do século XIX: o controlo sobre a roupa e outros objectos que os bilhetes mencionavam como objectos que acompanhavam as crianças no momento de entrada. Este maior zelo e controlo pode ser fruto de um maior rigor por parte de quem fazia o assento de entrada e batismo da criança. Mas estamos em crer que não será fruto do acaso. A mudança sistemática do nome pedido por um outro da escolha da SCML, a minuciosidade na verificação do enxoval, a necessidade de registar essas alterações, parece criar um quadro de maior cuidado, rigor e controlo por parte da instituição no que dizia respeito a esse serviço. Em 1864, entrou uma menina para quem se pedia “(...) por favor que esta menina se chame Julia Augusta leva por sinal um Chambre de chita de riscas brancas i rochas um coeiro de beitalha novo e uma camiza velha uma fralda velha um babedoiro novo recortado e uma tira de unbigo recortada um lenço na cabeça novo esta menina Naceu no dia 31 de março de Anno de 1864 entra para a Santa Caza no dia primeiro da Abril Lisboa *NB lenço velho e não novo como diz*”²²⁰.

Julia Augusta foi batizada com o nome de Umbelina e o lenço novo, ou nunca existiu ou desapareceu no trajecto até à Santa Casa. A última frase, *NB lenço velho e não novo como diz* é acrescentado no bilhete por quem fez o assento de registo da criança e revela quanto cuidado era colocado nos registos de modo a prevenir qualquer troca ou para salvaguardar a idoneidade da instituição porque um simples lenço que se dizia novo, afinal era velho.

E se os lenços eram peças vulgares, de três ou quatro pontas (neste caso tratar-se-iam de peças de pano quadradas dobradas num triângulo), o mesmo não se pode dizer das meias: “(...) Leva Coufa de letras Preto camiza de Paninho com renda nas mangas calças de Beitenha - Biba de caca Branco com pintinhas rochas meias de lan Brança com riscas de roda emcarnada cordão e borlas para atar Abril 21 1863 *As meias que diz não as tras*”²²¹.

Mas não são só as peças de vestuário que são mencionadas como não existentes ao contrário do que dizem os bilhetes: “Deu emtrada na Santa Caza da Mizericordia d’esta Cidade de Lisboa no dia trinta e um de Março de mil oito centos e sessenta e cinco, um menino que nasceo no mesmo dia, pedem que o nome seja Manoel Joze dos Santos; leva de vistuario o seguinte: Dois coeiros de beitalha uzados, fralda de Linho, Volvedoiro de pano abretanhado, Xambre de Xita amarelo branco e cor castanha, lenço de caa branco,

²²⁰ Ver Sinal nº 744 de 1864.

²²¹ Ver Sinal nº 900 de 1863.

dito de caça de lã de cores, no pescoso um piqueno coração de Coralina. *NB não veio o coração de coralina como diz o escripto*”²²².

Este tipo de reparo justificava-se porque poderia colocar em causa o bom nome da instituição caso a criança fosse procurada e a SCML não devolvesse a criança com os objectos que tinha trazido, mesmo que estes não fossem de metais preciosos ou semi-preciosos. Se faltasse uma peça que vinha mencionada no bilhete, esta falta também era registada: “Esta menina nasceu pelas 12 ½ horas da noute de 22 de Junho de 1864 Leva Um chale de cazimira de escarlata e verde Um lenço branco com a marca de um nome “Jezufina” Um Barretinho por cima do lenço Pede-se por caridade, se lhe ponha o nome de Isabel (...) *NB não trás o Xaile q menciona*”²²³. O mesmo acontecia com o registo das diferenças das cores e das horas. No primeiro caso registou-se que “(...) *NB a fita he azul e não verde (...)*”²²⁴.

Quanto à precisão no assento das horas, registe-se o preciosismo de assinalar diferenças de uma ou hora e meia para mais ou para menos em relação ao texto do bilhete: “Esta Menina he posta na Santa Caza da Mezericordia no Sabado onze de Outubro d 1862. As onze horas da manhã, e nas=ção hontes Seista feira as 5 horas da tarde Seus infelizes Paes pedem se lhe ponha o nome de Maria, que não foi baptizada. = leva camiza branca hum pano de baetilha branco e Mandrião de chita. E hum lenço *Entrou ás 12 horas da manha, e não ás 11 como diz*”²²⁵. Neste caso a criança entrou uma hora mais tarde ao enunciado no bilhete. Neste outro entrou hora e meia mais cedo: “Vai entrar na Santa Casa da Misiricordia, a recém-nascida no dia 23 ás 10 horas da noite, filho legitimo de Thomé dos Santos da Cruz, e de Maria da Dores, naturales Lisbôa, os quaes fazem este para em todo o tempo poderem, hir buscar Seu filho á mesma Santa Casa da Misericordia, O Pae e Mae do nascido, lhe põe o nome de José quando Receber O Sacramento do Baptismo para por este Nome o cunhecerem (...) *NB entrou as 8 emeia e não as 10*”²²⁶.

Não há dúvidas que a SCML tomou algumas medidas para confirmar a veracidade das informações que os bilhetes que as crianças traziam. Em 1858 o sinal de uma criança é composto por duas folhas, tipo A4: uma, o sinal original que tem cozido uma fita larga de seda de várias cores recortada em diagonal numa das pontas e em redondo na outra; a outra folha corresponde a uma resposta solicitada ao padre da Igreja de N. Senhora da Conceição de Lisboa. O que dizia o sinal que a criança trazia? “(...) Emtrou na Sta Caza da Mizericordia a 13 de Septembro hum Menino q nasceo no Dto dia à huma hora da noute foi Baptizado às 8 horas da manha na Freguezia da Conceição Nova com o nome de Adolfo Henrique Baptista ffoi padrinho o Ill.mo Snr Francisco da S.de Salema e Madrinha a Ill.ma Snr^a D. Henriqueta Balbina de Souza Leva p^a Sinal huma fita larga de mtas cores”²²⁷.

²²² Ver Sinal nº 730 de 1865. Ver Apêndice, Estampa 19.

²²³ Ver Sinal nº 1370 de 1864.

²²⁴ Ver Sinal nº 446 de 1865.

²²⁵ Ver Sinal nº 2192 de 1862.

²²⁶ Ver Sinal nº 1581 de 1864.

²²⁷ Ver Sinal nº 1725 de 1858.

Perante este bilhete, a SCML solicitou ao padre da dita paróquia que confirmasse as informações nele contidas. Eis o teor da resposta:

“Ill.mo e Ex.mo Snr Director

Do Hospital dos Expostos.

Ill.mo e Ex.mo Snr

Em cumprimento ao Offício (...) tenho a honra de dizer a VEx^a que é verdade, qu’a Parteira Maria Luisa da Conceição veio no dia 13 do corr.e Setembro pelas 8 horas da Manhã a esta Igreja com uma creança para eu baptizar, e que me disse ser filho de pais incógnitos. Baptizei-a imediatamente por filha de Pais incógnitos, por-se-lhe o nome d’Adolfo Henrique Baptista, e foi Padrinho Franc.o de Saude Salema, menor de 5 annos, morador em Thomar, e actualmente residente n’esta Freguezia, digo, na de S. Julião, e Madrinha D. Henriqueta Balbina de Sousa, solteira, moradora na ditta Freguesia de S. Julião, com casa d’Hospedaria. É o que tenho a honra d’informar VEx^a.

Deos guarde a VEx^a

Parochial Igreja de N. Senhora da Conceição de Lisboa 15 de Setembro de 1858 %

Pe Francisco Marques Pereira”.

Apesar destas pesquisas, *Adolfo Henrique Baptista* teve o mesmo percurso que outros milhares de crianças. Morreu em casa da ama que dele tratava em 11 de dezembro desse mesmo ano. O que levou a SCML a tomar esta medida? Certamente a proximidade dos intervenientes e a sua identificação clara. Mas para além de o teor do bilhete ser confirmado, o padre nada acrescenta de substancial que possa levar a SCML a devolver a criança à família. Mas estas duas folhas revelam a outra face de um sinal.

O padrinho tratado no sinal por *Ill.mo Snr Francisco da S.de Salema* tem 5 anos (o que não deixa de ser estranho, dada a sua menoridade), é uma criança e a madrinha a *Ill.ma Snr^a D. Henriqueta Balbina de Souza*, é D. Henriqueta Balbina de Sousa, solteira, estalajadeira. Teria a criança alguma relação familiar com a estalajadeira? Saberá o padre destas ligações? A criança nasceu à uma hora da noite, é batizada 7 horas depois. É difícil aceitar que o padre nada soubesse sobre o assunto.

2. Os sinais dos expostos da SCML

1. Os quantitativos

Entre 1790 e 1870 entraram na SCML mais de 160.000 crianças. Destas, 47,4% trazia um sinal que permitiria individualizá-las de entre o conjunto das crianças entradas na instituição e, eventualmente, servir de sinal identificativo numa futura recuperação. Se no futuro se pretendia ou desejava recuperar a criança, dando ao abandono um carácter transitório, é uma questão que fica praticamente por desvendar. Poucos, muito poucos, foram recuperados e voltaram à família biológica por impossibilidades várias: a maioria morreu, não dando tempo a essa promessa de recuperação.

O mesmo podia ter acontecido aos pais. As condições de vida também podiam não ter melhorado e as razões que levaram ao abandono ter-se-iam mantido, ou as promessas de recuperação não eram sérias, tratando-se unicamente de uma forma de exorcizar medos, constituindo meras estratégias de auto-convencimento para apaziguar consciências e tornar o abandono mais suportável, para se convencer que este seria por curto espaço de tempo, ou ainda estabelecer uma ténue ligação com aquele que se abandona.

Vejamos os quantitativos:

Quadro 1

Os quantitativos (1790-1870)

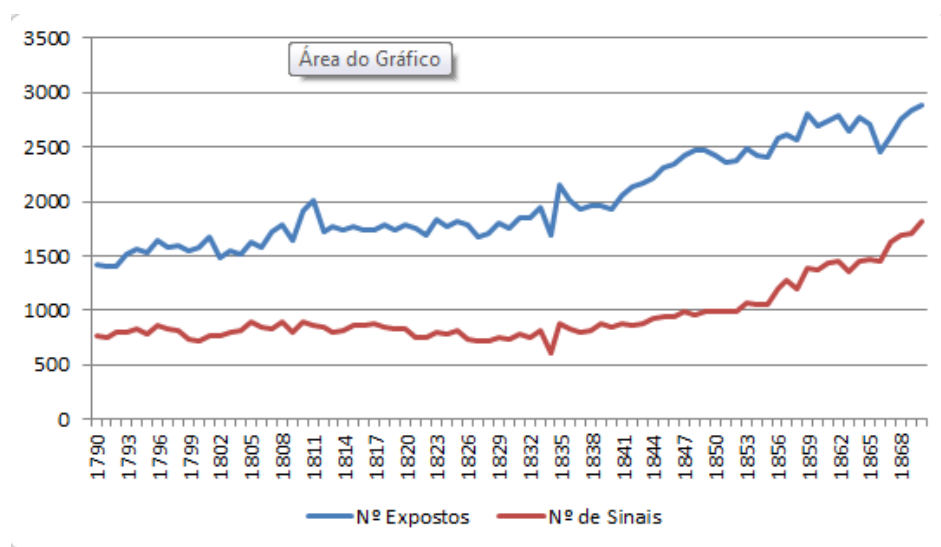
Ano	Nº de crianças expostas	Nº de crianças com sinais	%
1790	1416	773	54,6
1791	1401	753	53,7
1792	1406	793	56,4
1793	1516	792	52,2
1794	1571	834	53,1
1795	1524	787	51,6
1796	1639	868	53
1797	1583	839	53
1798	1595	823	51,6
1799	1548	729	47,1
1800	1586	727	45,8
1801	1674	772	46,1
1802	1478	771	52,2
1803	1553	801	51,6
1804	1520	810	53,3
1805	1623	894	55,1
1806	1584	843	53,2

1807	1723	839	48,7
1808	1788	897	50,2
1809	1636	802	49
1810	1910	897	47
1811	2008	857	42,7
1812	1728	842	48,7
1813	1776	807	45,4
1814	1746	813	46,6
1815	1778	863	48,5
1816	1736	857	49,4
1817	1733	875	50,5
1818	1779	844	47,4
1819	1741	837	48,1
1820	1785	825	46,2
1821	1756	746	42,5
1822	1695	759	44,8
1823	1826	796	43,6
1824	1778	787	44,3
1825	1825	816	44,7
1826	1779	743	41,8
1827	1677	721	43
1828	1699	719	42,3
1829	1803	744	41,3
1830	1757	734	41,8
1831	1850	777	42
1832	1846	746	40,4
1833	1940	812	41,9
1834	1696	613	36,1
1835	2156	871	40,4
1836	2005	831	41,4
1837	1931	800	41,4
1838	1959	816	41,7
1839	1967	880	44,7
1840	1922	841	43,8
1841	2050	872	42,5
1842	2136	868	40,6
1843	2162	885	40,9
1844	2212	926	41,9
1845	2315	938	40,5
1846	2336	950	40,7
1847	2417	987	40,8
1848	2464	951	38,6
1849	2471	995	40,3
1850	2429	992	40,8
1851	2361	992	42
1852	2373	993	41,8
1853	2487	1070	43
1854	2420	1061	43,8

1855	2403	1051	43,7
1856	2589	1204	46,5
1857	2620	1281 ²²⁸	48,9
1858	2562	1192	46,5
1859	2804	1386	49,4
1860	2694	1369	50,8
1861	2741	1436	52,4
1862	2794	1446	51,8
1863	2653	1354	51
1864	2779	1459	52,5
1865	2711	1462	53,9
1866	2460	1459	59,3
1867	2598	1619	62,3
1868	2749	1696	61,7
1869	2829	1712	60,5
1870	2879	1812	62,9
TOTAL	163449	77434	47,4

Fonte: *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, pp. 108-110.

Gráfico 1



Este número assombroso de crianças entregues na SCML não corresponde unicamente a crianças oriundas da cidade de Lisboa²²⁹. Das crianças de quem ficou

²²⁸ No *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, no ano de 1857 constam, por engano, unicamente 127 crianças portadoras de sinais. Na realidade, nesse ano, 1281 crianças foram portadoras de um sinal. Ver *Inventário da criação dos expostos...*, p. 110.

²²⁹ O número crescente de crianças entradas na Roda da SCML originou que esta tivesse que construir "(...) para o lado da calçada da Gloria, [...] um novo collegio ou camarata e a casa de banhos" de modo a acomodar toda a população de crianças expostas que entrava na instituição. Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 403.

registada a origem geográfica, ou que traziam consigo a indicação respetiva, muitas têm origem nos concelhos limítrofes do que hoje consideraríamos a Grande Lisboa e Lisboa e Vale do Tejo. Se o número de abandonos é tendencialmente crescente, a subida acentua-se de modo brutal a partir da década de 1840. A este aumento não poderão ser alheios o crescimento urbano e o aumento da população na cidade.

Os limites geográficos de Lisboa nos finais do século XVIII e no século XIX não têm correspondência com a actualidade. Essas mudanças prendem-se com a sua expansão e com a incorporação na sua malha de freguesias anteriormente concelhos independentes, caso de Belém e dos Olivais.

Os sinais dos expostos acompanham esta tendência²³⁰. Analisando os números, verificamos que nos primeiros anos do período em estudo, a relação entre crianças expostas e o número de sinais se situa maioritariamente na casa dos 50%, esse número cai para a casa dos 40% para voltar a subir no final do período em análise, chegando a atingir números até aí nunca vistos. Entre 1808 e 1860 a percentagem situa-se na casa dos 40% nunca ultrapassando essa casa das dezenas, mas nos últimos 10 anos (1860-1870), ao mesmo tempo que o número de crianças abandonadas e expostas atinge valores nunca vistos, também a percentagem de sinais sobe para valores até aí desconhecidos. Pela análise do gráfico 1, podemos observar que ambas as curvas (nº de expostos e nº de sinais) têm uma apresentação quase paralela, com pequenas variações que o quadro 1 documenta, o que significa uma % quase fixa ao longo do período.

De qualquer modo, estamos perante um conjunto documental que fala por si. Trata-se de um universo muito diversificado de objectos, que no momento da entrada, ou entregues posteriormente (o que era muito raro), acompanhavam a criança que se abandonava, transferindo a responsabilidade da sua criação da esfera familiar para a esfera pública e assistencial.

No universo da nossa amostra, desconhecemos a origem geográfica de grande parte das crianças. No entanto, a maioria deveria ser de Lisboa porque ao darem entrada com horas ou com um dia de vida só podiam ser da cidade, dado que o transporte dos concelhos limítrofes obrigava a um ou mais dias de viagem. A duração desta última variava consoante a distância e o tipo de transporte: se era terrestre ou feito de barco, (e neste caso dependente dos ventos e da disponibilidade do barqueiro). Relativamente a cerca de mil crianças (995), temos a certeza de serem oriundas da cidade de Lisboa porque o bilhete o afirmava claramente. A estas se devem acrescentar mais 113 provenientes de Belém (onde existiu uma “Roda”) e outras do Campo Grande²³¹. Há a referir ainda 1019 crianças nascidas na Enfermaria de Sta Bárbara do Hospital Real de S. José entre 1790 e 1870,

²³⁰ Em Espanha, o número de crianças expostas portadoras de sinais foi muito variado: para Sevilha o valor oscilou entre 56,3% em 1630 e 9,3% em 1860. Para Pamplona os mesmos valores oscilam entre 10 a 20% no século XVIII para atingir 30 a 60% no século XIX. Ver Leon Carlos Alvarez Santaló, *Marginación social...*, p. 206 e Lola Valverde Lamfus, *Entre el deshonor...*, p. 85, respectivamente.

²³¹ De notar que Belém foi um concelho independente por breve tempo (1852-1885) e que o Campo Grande ficava fora de portas, só se integrando na malha urbana da cidade já depois do período em análise.

remetidas para a SCML por terem sido abandonadas pelas mães (a larga maioria), ou por doença e incapacidade da progenitora em tratar do recém-nascido, ou ainda por morte.

Os concelhos que mandaram os seus expostos para a SCML foram, entre outros, Alenquer, Almada, Benavente, Cascais, Mafra, Moita, Oeiras, Povos²³², Salvaterra de Magos, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Os números são muito díspares. Se Vila Franca de Xira, Alenquer e Setúbal parecem ser os concelhos que mais crianças enviaram para a SCML durante o período estudado, os números para os restantes concelhos são mais modestos. No caso de vilas ribeirinhas como Alenquer e Vila Franca de Xira, entre outras, seguramente o rio Tejo facilitava o transporte até Lisboa das crianças expostas.

Das zonas que faziam fronteira com o Tejo, mas não só, as crianças chegavam a Lisboa de barco, demorando um tempo indeterminado dependendo dos ventos e das marés. Por vezes o transporte condicionava os trâmites religiosos pós abandono. Em 1821 uma criança foi enviada de Salvaterra de Magos, baptizada particularmente, porque o padre não teve tempo e para “(...) não se poder demorar a embarcação lhe não pus os Santos Oleos”²³³. No caso de Alenquer, vila distante cerca de 40 Km da capital e com uma frente ampla para o Tejo, está bem documentado esse trânsito de crianças para a SCML. Em 27 de Fevereiro de 1819, o Provedor da SCML, na época o Marquês de Abrantes, enviou uma carta ao juiz de fora desse concelho informando-o de que seriam devolvidas as crianças provenientes do mesmo porque o escrivão da Câmara, que até foi preciso suspender das suas funções e mesmo prender, contrariando as ordens superiores da Intendência da Polícia, continuava a enviar para a SCML as crianças abandonadas deste concelho.

Aliás o envio de crianças para a SCML está bem documentado na obra de Victor Ribeiro quando afirma que em várias localidades, incluindo Alenquer “(...) fazia-se uma especie de feira, onde appareciam as recoveiras para levar as creanças para as rodas (...)” e mais à frente diz: “Apesar das ordens terminantes da Intendencia, vinham recoveiras trazel-as de terras distantes, como de Alemquer, onde deviam ser criadas à custa das rendas do concelho”²³⁴ e que essas mulheres, pagas pelas Câmaras para as transportarem a Lisboa, dispensavam as edilidades dos encargos da sua criação. Só em 1817 teriam entrado na SCML 227 crianças oriundas dos concelhos limítrofes²³⁵.

As razões para o envio das crianças são variadas. Normalmente os concelhos não queriam assumir uma despesa que teria fraco retorno. Tratar-se-ia de gastar dinheiro com crianças que raramente sobreviviam. Por isso alegavam as mais diversas razões. Torres Vedras justificava o envio porque naquela “(...) Villa pella mizeria dos tempos e pobre situação faltam os meios (...)”²³⁶, Salvaterra de Magos “por não haver rendimentos nem subejos das sizas e Concelho ser hua terra pobre”²³⁷, Setúbal “Por não haver Amas nesta

²³² Povos é hoje uma freguesia de Vila Franca de Xira.

²³³ Ver Sinal nº 529 de 1821. Ver Apêndice, Estampa 20.

²³⁴ Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa...*, pp. 402-403.

²³⁵ Idem, p. 403.

²³⁶ Ver Sinal nº 1523 de 1797.

²³⁷ Ver Sinal nº 369 de 1798.

Villa”²³⁸ e a Moita e Cascais “por não se achar ama de leite que a possa criar”²³⁹. Estas razões repetem-se ao longo dos anos e para todos os concelhos.

Os motivos económicos e financeiros deixam de estar entre os mais citados para justificar o envio para a SCML porque a lei era clara sobre quem devia criar essas crianças; passou-se a justificá-lo com a falta de amas de leite, como no caso da Moita, que em 1809 continuava a enviar crianças à SCML “por não haver ama de leite que o possa criar”²⁴⁰. Ainda em 1818, esta falta continuava a sentir-se na vila²⁴¹. Em Setúbal a situação era semelhante. Sempre seria uma justificação mais aceitável para a SCML não colocar objeções à entrada das crianças vindas de fora.

Como está documentado, de algumas crianças conhece-se a origem geográfica e o seu nascimento fora de Lisboa. De outras, embora sem indicação geográfica, pela idade à entrada não poderão ter nascido noutro local que não fosse Lisboa. Mas sobre estas resta perguntar quantas crianças não serão filhas de mulheres que rumaram à capital, onde o anonimato é mais facilitado para dar à luz sem o conhecimento da vizinhança. Numa pequena vila ou aldeia era mais difícil esconder uma gravidez indesejada. Optar por métodos abortivos, para além de ineficazes, poderiam por em causa a vida da mãe e do feto. Dar à luz clandestinamente também acarretaria perigos vários: sem a ajuda dos familiares ou duma comadre, confrontada com a sua solidão, o que resta a uma mulher principalmente se se tratar de uma mulher solteira? Entre atrair a reprobção social sobre si, a sua família e o bastardo que trouxe ao mundo, algumas mulheres optaram por rumar a urbes maiores de modo aí terem a criança anonimamente, abandoná-la com maior facilidade e podendo reconstruir as suas vidas²⁴².

De qualquer modo, as entradas e a respectiva origem geográfica também revelam as alterações institucionais produzidas a nível da criação de estruturas assistenciais locais que tornaram a ida para a SCML mais esporádica, principalmente na década de 60, mais concretamente na sua segunda metade²⁴³. Para além destas alterações legais no campo assistencial, a SCML tinha, não raras vezes, diferendos com as câmaras municipais limítrofes, alegando que estas se recusavam a cumprir a lei, isto é, a criar os expostos da sua área de jurisdição.

Chegam à SCML crianças de variadas idades e de variadas condições físicas. Algumas chegavam já mortas e eram entregues com a finalidade de a SCML lhes providenciar o funeral. Algumas morreriam pelo caminho porque as condições de viagem

²³⁸ Ver Sinal nº 1369 de 1800.

²³⁹ Ver Sinal nº 759 de 1800 e Sinal nº 247 de 1817, respectivamente.

²⁴⁰ Ver Sinal nº 48 de 1809.

²⁴¹ Ver Sinal nº 592 de 1818.

²⁴² Em algumas cidades espanholas foram mesmo criados estabelecimentos paralelos às Casas da Roda de modo a permitir a assistência a parturientes que os procuravam de modo a realizarem o parto de forma confidencial e de seguida abandonar a criança. Ver M^a del Prado de la Fuente Galán, «Ilegitimidad y abandono...», pp. 16-21.

²⁴³ Apesar de mais esporádico, o envio de crianças para a SCML continuou. Guilherme João Carlos Henriques afirma que “(...) a posteridade saberá, talvez com horror, que o mesmo systema de arrecadação e transmissão dos expostos à Santa Casa de Lisboa, ainda existia, tal e qual, [ao de 1819] em 1865.” Ver Guilherme João Carlos Henriques, *Alemquer e seu concelho, Parte X*, p. 127.

seriam terríveis e quanto mais de longe, mais perigos²⁴⁴, outras doentes, outras subnutridas, a quem o padre que as recebe classifica de “miúdas” ou “muito miúdas” ou informa à margem que parece ter menos idade do que na realidade tem, como neste caso: “(...) Emtra Para Esta Santa Caza Maria Joaquina Filha de Josefa Jacinta de Idade de treze Mezes (...)”²⁴⁵. Mas quando o padre fez o assento não hesitou e escreveu: “mas julgou-se só de 6”. Embora raro, porque raramente admitem que entregam uma criança doente, alguns bilhetes não deixam dúvidas quanto ao estado de saúde da criança: “Nasceo no dia quinta feira vinte e dous de Fevereiro de mil oito centos trinta e oito por volta das quatro horas da ma hãa. Cham[ar]-se-há João. O estado e[m] que se acha não lhe [per]mit[i]rá longa duração. [co]m tudo [ro]ga-se encare[ci]dem.e o maior disvelo p^a [co]m elle por [] há as melhor[] de não o abandonar”²⁴⁶.

Embora não saibamos se no número de crianças abandonadas há alguma prevalência de género, sabemos que na nossa amostra os rapazes são maioritários: 3997, ou seja 52,5% contra 3613 raparigas (47,5%). Mesmo no caso das crianças pardas há mais rapazes sinalizados do que raparigas. Nas crianças pretas, o número é praticamente igual entre ambos os sexos²⁴⁷. Os rapazes teriam uma maior importância e daí a maior número de casos sinalizados? Ou pelo contrário, no cômputo geral, há mais rapazes abandonados e por isso maior número de sinalizados? Não nos parece que o abandono coloque questões de género, até porque nascem mais rapazes do que raparigas (105 rapazes para 100 raparigas). Abandona-se porque as “circunstâncias”, fossem de razão económica, social, doença, morte ou qualquer outra não permitiam criar a criança, independentemente do seu género.

E não se pense que todas as crianças entradas na SCML não tinham referências familiares conhecidas. Para além das que nasciam na Enfermaria de Sta Bárbara e que eram remetidas para a SCML, e dessas conhecer-se-ia pelo menos a mãe, outras há em que ambos os progenitores são nomeados mas apesar disso eram integradas na categoria de crianças filhas de pais incógnitos. Em 1832 entrou na SCML um menino nessa situação que tinha nascido “(...) a 20 dezbrº de 1831 e foi Batizado em o dia 29 do mesmo mes pos=se Por nome João Manoel Rodrigues padrinhos forão hum tio do mesmo menino por

²⁴⁴ Certidões do padre e da Câmara de Setúbal. Mandada para a SCML porque, segundo as autoridades locais, não havia amas de leite naquela vila e, segundo a SCML, “Entrou morta”. Ver Sinal nº 1586 de 1801. Aliás há uma nuance na terminologia: “Entrou morta” e “Entregou morta”. No primeiro caso significa que a criança quando entrou na SCML já vinha morta. No segundo, que a criança morreu em casa da ama e que esta a devolveu à SCML nessa condição.

²⁴⁵ Ver Sinal nº 846 de 1805.

²⁴⁶ Ver Sinal nº 304 de 1838. Este bilhete tem um coração recortado no centro, o que corta as frases do texto mas não impedindo a sua leitura e o sentido do mesmo.

²⁴⁷ Há livros de registo de entrada e baptismo específicos para crianças pretas e pardas desde 1780 até 1834. A partir desta data, o registo de entrada e de baptismo dessas crianças deixa de ter livro específico e passa a ser feito no mesmo livro das outras crianças. A razão dessa inicial separação dos registos prende-se com a necessidade, segundo a SCML, de controlar as saídas dessas crianças que eram muitas vezes procuradas para serem vendidas como escravas apesar de serem filhas de homens livres ou pelo facto de serem expostas se terem tornado, juridicamente, livres.

nome João Manoel Rez Madrinha Nossa Senhora, e a Mai hé Maria Emilia da Conceição Filho e Colito, mas o paii hé Joze Franco Rodrigues (...)”²⁴⁸.

2. Os sinais eles próprios

“(…) A parte do papel que falta neste =atada pella sintura com fita cor de castanha Meio e lados azul claro em huma das pontas alinhavado hum bocado de papel escuro em que esta estampada huma Arvore dourada debaixo de cuja a figura de David tocando arpa partindo do papel p^a a ponta dizia o nome Candida Alfreda(…)”²⁴⁹.

Este texto está escrito numa folha de papel próxima do que seria hoje uma folha A4 com recortes irregulares em baixo. A mesma folha tem alfinetada uma fita de seda azul com riscas castanhas e na ponta tem cozido um bocado de papel azul com uma esfinge dourada. Na fita está escrito “Candida Alfreda”.

Como já foi referido, o objectivo da sinalização das crianças seria individualizá-las de modo a serem reconhecidas, num futuro mais ou menos próximo, aquando de um possível retorno à família biológica. O medo dos enganos, das trocas e das suas consequências (o incesto por exemplo) levava a preocupações suplementares e às múltiplas sinalizações. Essa preocupação é claramente visível no conteúdo dos bilhetes: “Esta Menina está Baptizada tem por nome Maria – com apelido Holimpia, advertindo q só se entregará esta menina a quem apresentar outro bilhete igual a este, roga-se toda a cautela, não só no seu tratamento como p^a que não haja troca com outra q possa ter o m.mo nome, pois a seu tempo se hade hir buscar. Lisboa 30 de janeiro de 1824”²⁵⁰.

Alguns chegam mesmo a pedir a transcrição do bilhete no registo de entrada para evitar qualquer dúvida futura: “(…) Deve constar do assento que se fizer o contheudo nesta para evitar duvidas em todo o tempo que for procurada esta menina (...)”²⁵¹.

A literatura portuguesa do século XIX e mesmo a do século XX aborda muitas vezes a temática do abandono das crianças, nomeadamente Camilo Castelo Branco e Aquilino Ribeiro²⁵². Um outro autor português do século XIX, embora menos conhecido e reconhecido pelo grande público e causador de grandes polémicas devido a plágios, António Enes, director do jornal *O Dia* e dramaturgo, na década de 70 do século XIX escreveu várias peças, algumas causando grande escândalo pelo seu pendor anticlerical. Em 1876 publicou *Os Enjeitados*, peça de teatro cuja acção decorre em 1868, precisamente dois anos antes do encerramento da *Roda* da SCML, ocorrido em 1870. Aqui a grande questão é o incesto. Este é visto como uma transgressão à ordem moral estabelecida e por

²⁴⁸ Ver Sinal nº 239 de 1832.

²⁴⁹ Ver Sinal nº 1393 de 1822.

²⁵⁰ Ver Sinal nº 144 de 1824. Maria Olimpia, segundo o seu registo de entrada, teria 3 meses quando foi deixada na SCML. Morreu no mesmo ano, em Setembro, na casa da ama que dela cuidava, sem ter tido oportunidade de ter regressado à família.

²⁵¹ Ver Sinal nº 588 de 1824. Carlota dos Ramos, assim se chamava esta menina, entrada na SCML no dia 2 de Maio de 1824 com 21 dias, morre em Julho desse mesmo ano.

²⁵² Aquilino Ribeiro em *A Casa Grande de Romarigães*, romance de 1957, introduz na trama uma criança exposta na *Roda* onde, segundo o autor, se colocavam as crianças ilegítimas “com o que se poupava o escândalo no seio das famílias cristãs”, p. 138.

isso mesmo condenado por ir contra os valores que sustentam as sociedades. E quem nele incorresse restava-lhe o castigo, quer da sociedade que bania e ostracizava os pecadores, muitas vezes conduzindo-os ao suicídio, quer da própria natureza que no seu papel regulador e justiceiro faria nascer criaturas monstruosas ou crianças mortas de modo a não testemunharem a origem pecaminosa.

Mas será Camilo Castelo Branco em contos como *Maria Moisés*, *A Enjeitada* e *O Olho de Vidro* que tratará da questão do abandono na “Roda” e das funestas consequências que daí podiam advir em caso de sobrevivência e de reencontro com parentes próximos, nomeadamente irmãos. O incesto, um tabu universal, conforme apurou Bronislaw Malinowski²⁵³, condenado pela moral religiosa e pelos costumes, será um tema recorrente na obra de Camilo. Os nascimentos ilegítimos ou os filhos de padres são temas tratados nas novelas camilianas, nomeadamente em obras como *Os mistérios de Lisboa*. Talvez de todos os escritores portugueses do século XIX, Camilo Castelo Branco seja o que mais explorou esta temática nas suas obras. Mas o tema não se esgotou. Ainda no último quartel do século XX, Vasco da Graça Moura escreveu uma peça de teatro com o título *Ronda dos meninos expostos. Auto breve de Natal*²⁵⁴, onde mais uma vez o tema das crianças abandonadas na “Roda” volta a ser glosado.

Mas não foi só em Portugal que o tema foi objecto de interesse. Por exemplo, a história contada e cantada na ópera “As Bodas de Fígaro”²⁵⁵ também se desenvolve em torno desta questão. No século XIX um dos romances de grande divulgação foi *Sem família*, obra de Hector Malot²⁵⁶.

Antes de mergulharmos no universo de incógnitas para onde nos remetem os sinais trazidos pelas crianças entradas na “Roda” da SCML, detenhamo-nos no que sobre o assunto já foi escrito, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Verificaremos que este tipo de documento tem uma analogia entre si que transcende fronteiras regionais e mesmo nacionais. O conteúdo, com o seu rol de preocupações, desejos, receios, recomendações e informações, é muito semelhante, quer seja um documento com origem na “Roda” de Lisboa, do Porto, de Sevilha, de Salamanca, de Paris, de Londres ou de Bolonha. É surpreendente esta similitude, quando se podem ter em conta diferenças religiosas, culturais e de desenvolvimento económico.

Os sinais podem assumir as mais diferentes formas: bilhetes, fitas, retalhos de pano, peças do enxoval cortadas, características físicas naturais ou criadas (orelhas furadas, por exemplo), anéis, fios, cabelos, relicários, cruzes, pulseiras, medalhas. Qualquer método seria bom desde que cumprisse a finalidade para que fora criado: singularizar a criança, dar informações e fazer pedidos, evitar enganar no momento de eventual procura posterior. Os

²⁵³ Bronislaw Malinowski (1884-1942), autor de origem polaca, foi um dos fundadores da antropologia social.

²⁵⁴ Obra editada pela Quetzal Editora, 1987.

²⁵⁵ *As bodas de Fígaro*, música de Mozart com libreto de Lorenzo da Ponte, baseado na peça homónima de Pierre-Augustin Caron de Beaumarchais, *Le mariage de Fígaro*.

²⁵⁶ Hector Malot (1830-1907), autor francês, que em 1878 publica esta obra onde são contadas as aventuras e desventuras de uma criança que tinha sido abandonada.

mais comuns são os bilhetes, alguns deles com decorações que os tornavam ainda mais únicos e específicos.

Há bilhetes simples e bilhetes mais longos, com explicações, razões, justificações e pedidos²⁵⁷. É surpreendente como os mesmos valores, atitudes e preocupações são comuns e percorrem estes documentos, independente da sua origem geográfica e cronológica.

Embora sejam documentos sobretudo descritivos porque não contam histórias, quando muito insinuam histórias porque contar a verdadeira história seria dar indicações pessoais preciosas que poderiam levar à identificação de quem abandona, o que era, de todo, o que não se pretendia.

Apesar da iconografia ter representado o acto do abandono de uma criança como um facto doloroso para a mãe (é curioso que é sempre representada uma jovem mãe a abandonar o filho, nunca um homem, o que não corresponde completamente à realidade porque sabemos que muitas crianças eram entregues por outros que podiam até nem ser familiares directos da criança), temos dificuldade em aceitar tal quadro. O abandono de crianças poderia não ser dramático e muito menos vergonhoso. Estava enraizado nos costumes e usos das sociedades do tempo.

Além do mais, quem entrega a criança não é necessariamente quem sofre a dor do abandono: as parteiras a quem se recorria para o parto e posterior entrega do recém-nascido na “Roda”, dada a frequência e banalização do acto, deveriam encará-lo com uma normalidade e uma inevitabilidade sem remorsos, dores e penas.

Na generalidade, havia uma cultura que valorizava sobretudo os sentimentos maternos. Os pais, supostamente, não desenvolveriam afetos relativamente a crianças muito pequenas. Contudo, há bilhetes escritos pelos pais demonstrativos de afeto.

Tal como em Portugal, muitos dos bilhetes que tinham mencionadas promessas de recuperação, estas ficaram por concretizar. Lá fora como cá, a morte impediu, a maioria das vezes, o cumprimento da promessa. Poderemos pôr em causa a sinceridade dos progenitores? Normalmente a promessa de recuperar a criança está no fim do bilhete. Será uma forma estereotipada de acabar a missiva? Uma convenção? Uma moda? Só assim se poderá explicar o que move alguém que faz uma promessa sem a real intenção de a vir a cumprir.

A promessa de recuperação desculpabiliza os pais, torna a separação conjuntural ou quer-se crer que assim será. É tornar a criança exposta em menos exposta. Sê-lo-ia a prazo e nunca definitivamente, embora para as crianças ilegítimas é plausível pensar que o abandono tivesse um carácter quase definitivo e praticamente irreversível. Seriam as

²⁵⁷ Sobre o tipo de bilhetes, simples ou explicativos, ver León Carlos Alvarez Santaló, *Marginación social...*, p. 204. Esta taxionomia criada pelo professor Santaló é utilizada por outros autores. Assim, os bilhetes simples só conteriam informações sobre o nome e o baptismo, a única informação que seria de certeza verdadeira, enquanto os explicativos conteriam explicações mais alargadas: razões do abandono, pedidos, promessas, etc.

crianças que foram recuperadas, crianças legítimas? Não sabemos. É, mais uma vez, plausível, mas não é certo.

E o que dizer das promessas de pagamento das despesas feitas pela criança enquanto estivesse a cargo das instituições? E o que dizer das recompensas futuras às amas, peças chave na sobrevivência da criança? Em primeiro lugar, oficialmente, haveria sempre lugar a pagamento, a não ser em casos de extrema pobreza, e isto deveria ser do conhecimento de todos; mas sobretudo, seria um modo de insinuar desafogo económico, que poderia ser fundamental para um tratamento preferencial. Seria uma espécie de suborno; todos deveriam saber (instituições e amas) que não tinha fundamento real, não passando de argúcias e falsas promessas para delas tirar vantagem.

Com vocabulário e argumentos idênticos, os bilhetes revelam implicitamente algumas esperanças na sobrevivência da criança, que teria uma hipótese de viver uma vida melhor do que quem abandona poderia proporcionar. As estratégias para cair nas boas graças da instituição que recebe a criança são semelhantes: recorre-se à submissão e humildade, à pobreza para despertar compaixão (sempre será socialmente mais aceitável ser pobre do que reconhecer a desonra e a ilegitimidade). Os apelos à caridade cristã, se podem ser entendidos como forma de pressão, ingénua é certo, também podem ser vistos como uma forma de dar a entender às instituições que ambas as partes, quem abandona e quem recebe, partilhavam os mesmos valores morais e religiosos. No entanto, por vezes o tom dos pedidos é de exigência, embora o tom de submissão seja o mais frequente.

Os bilhetes podem ser vistos como uma construção que funciona como meio de pressão, mas também de impressão. Dar a impressão que não se tratam de crianças ilegítimas e se o são, quer fazer-se crer que são filhos de nobres. Ser filho ilegítimo, fruto de relações impróprias, filho do pecado, seria uma desvantagem e crê-se que nesse caso as crianças seriam menos protegidas pelas instituições. Para iludir a ilegitimidade e atrair mais empenho no cuidado daquela criança, recorria-se a razões que poderiam não ser reais: a pobreza dos pais, a morte de um ou de ambos os progenitores, a existência de mais irmãos para cuidar, isto é, tudo razões que ultrapassavam a vontade e o controlo dos pais e por isso a criança seria digna de receber cuidados e proteção. Seria uma forma de iludir a ilegitimidade, mascarando-a com factores externos, sobre os quais não havia qualquer domínio ou possibilidade de agir. Seria transformar uma criança de condição ilegítima, numa criança legítima mas pobre, embora as crianças ilegítimas pudessem ser crianças pobres, senão os dois pelo menos um dos progenitores. Mentir seria fácil porque aquela verdade, a que fora escrita, dificilmente seria submetida a escrutínio.

Há historiadores que defendem que esta “moda” de abandonar uma criança com um bilhete ou qualquer outro sinal individualizador se vulgarizou no século XVIII e que este novo costume advinha da uma mudança de mentalidade que defendia uma constatação, mais romântica do que real, que da miséria poderia passar-se para a riqueza e por isso

tornar-se-ia fundamental dar referências que individualizassem e sinalizassem convenientemente a criança que se abandona²⁵⁸.

Por quase todos os bilhetes passa a preocupação com o batismo: ou informam que já está batizada ou que deve ser batizada²⁵⁹. O binómio nome/batismo é uma constante em quase todos os bilhetes. Poder-se-á perguntar se esta preocupação com o batismo reflecte uma profunda religiosidade das populações ou se o batismo não fará parte de uma religiosidade mais ritualizada, um costume, um hábito. É difícil perceber onde acaba uma e começa a outra. De qualquer modo, o batismo representa a salvação, a vida eterna. E se por um simples pedido e por um gesto tão simples se pode aceder a ela, porque não dispor desse mecanismo que no futuro garantirá o paraíso?

Mas os bilhetes, para além das funções já enumeradas anteriormente, também poderiam ter um fim específico, servirem como uma espécie de testamento, constituindo a criança que se abandona em herdeira dos bens paternos. Em 1811, no rescaldo das invasões francesas um bilhete resume de forma muito clara quais foram as consequências para as populações da sua estadia no país: “Este menino chamase Manoel he batizado he filho de luiz dos ssantos e de sua Molher Joaquina Maria neto pela parte do pai de Antº dos ssantos do val do grou e neto pela parte da Mai de Joze Ant.es da eira velha Foi nasido no dito Lugar a eira velha Frgª de São Miguel das Colmeias trº de Lrª os Pais deste menino fugirão pª esta terra com elle pª amor dos fransezes Agora estão no espital Rial se elles viverem elles o procuraram e sse elles morrerem elle viver aparecendo com estas clarezas podera ser erdeiro dos Bens q ficarem de seus pais hoje 23 de marso de 1811”²⁶⁰. Segundo o respectivo assento, Manoel já tinha 14 meses quando deu entrada na SCML, sendo originário de Leiria de onde os pais fugiram por causa dos franceses. Não sabemos se os pais sobreviveram. Mas Manoel morreu no mês seguinte sem ter hipótese de herdar os bens.

Por vezes, não satisfeitos com o pedido de batismo, garante de vida eterna e de comunhão e pertença à comunidade, os pais enviavam também objectos apotropaicos. Se a salvação da alma estava assegurada com o batismo, seria necessário providenciar o sucesso na vida terrena. Figas e amuletos feitos de osso ou azeviche²⁶¹ tinham como função proporcionar proteção e uma longa vida. Ambas as esferas interagem, e uni-las dá a quem abandona um sentimento de conforto e segurança: uns, os símbolos religiosos protegem a dão sentido à vida espiritual, outros, os objectos pagãos, protegem dos males físicos e de uma existência precária e difícil.

Os bilhetes, bem como retratos, cartas de jogar, estampas com motivos religiosos poderiam apresentar cortes parciais ou totais que funcionariam no futuro como

²⁵⁸ Ver Alvarez Santaló, *Marginación social...*, p. 198.

²⁵⁹ Em Portugal, a indicação sobre a situação do batismo pode ser dada de forma indirecta: se o bilhete diz que aquela criança se há-de chamar, significa que ainda não foi batizada. Se pelo contrário, o bilhete diz que a criança “chama-se”, há largas hipóteses de já ter sido batizada.

²⁶⁰ Ver Sinal nº 596 de 1811.

²⁶¹ Pedra à qual se atribuíam qualidades mágicas. Ver María Fernández Ugarte, *Expositos en Salamanca...*, p. 162.

contrasenha. Cada uma das partes tinha destinatários diferentes: uma ficava na posse de quem abandona, a outra enviava-se com a criança. No momento próprio, ambas as partes encaixariam provando legitimidade da recuperação²⁶².

Que tipo de crianças das que entravam nas “Rodas”, eram mais sinalizadas? Legítimas ou ilegítimas? Alguns autores referem que sinalizar crianças ilegítimas seria pouco útil. Essas crianças estariam à partida “condenadas” a não serem recuperadas. Serem sinalizadas para posteriormente serem recuperadas pelos familiares seria um acto de coragem e valentia porque significava assumir relações pré-matrimoniais, recuperar um passado que se quer esquecer. Por isso, marcar uma criança ilegítima teria pouca utilidade²⁶³. A maioria das crianças abandonadas seriam-no por miséria, agravada ou não com a ilegitimidade. E se o nascimento de uma criança pusesse em perigo a honra de uma mulher ou o prestígio do pai (para mais se este oficialmente não podia aceder à paternidade...), o abandono era mais que certo ter um carácter definitivo.

Nos meios populares a ilegitimidade seria tão frequente que deixa de ser um estigma social, mas é-o nas camadas intermédias e de topo, embora nem sempre assim fosse. Será uma tendência mais presente socialmente após o Concílio de Trento dado o maior controlo por parte da Igreja dos comportamentos individuais e da moral sexual.

O modo como vinham vestidas as crianças no momento do abandono também é muito significativo. Para além da roupa poder ter cortes que ficavam na posse de quem abandonava e servir de sinal posterior, a descrição das peças de roupa (tipo, cor, material) podia ser usada como sinal identificador: “(...) Leva vestido hum asainha de Xitta azul clara e hum Mandrião de Paninho Branco e hum toca de bobinete com fitas emcarnadas estes são os sinais q leva o dito Menino e espera-se q se va boscar logo q se possa (...)”²⁶⁴. A maioria das peças são velhas e deterioradas e possivelmente essas crianças eram filhas de pais pobres, muito pobres e, quiçá, também ilegítimas. Quando se apresentavam razoavelmente vestidos, com um enxoval composto por diversas peças, embora não repetidas e feitas de tecidos vulgares, estaremos perante crianças legítimas mas de famílias pobres, herdeiros de roupas de outros irmãos mais velhos? Roupas novas, peças variadas e repetidas, utilização de sedas, estampados, rendas e encaixes, neste caso poderão tratar-se de crianças ilegítimas, de pais com uma situação económica desafogada que por qualquer razão não podem assumir a criança na altura do seu nascimento? Não sabemos.

Nunca saberemos a razão ou razões que levaram efectivamente ao abandono. Poderemos sempre só colocar hipóteses que nos pareçam mais plausíveis perante os sinais externos que a criança consigo transportava.

Onde houve expostos, houve sinais. O seu número variou com a geografia e a cronologia, mas sempre com os mesmos objectivos: 1. Informar, justificar, recomendar,

²⁶² Normalmente quando se trata de retratos ou cartas de naipes, estes documentos são cortados de forma irregular em duas partes. No caso dos retratos, tal técnica impossibilitava o reconhecimento do retratado, possivelmente um familiar de quem era abandonado.

²⁶³ Ver Adela Tarifa Fernández, *Marginación, pobreza y mentalidad social...*, pp. 297-298.

²⁶⁴ Ver Sinal nº 361 de 1850.

pedir, prometer; 2. Identificar a criança no futuro caso fosse procurada e assim evitar enganos; 3. Justificar que quem se apresenta para recuperar a criança não é um impostor, mas alguém com uma ligação verdadeira à criança. Assim se explica o cuidado em pedir para guardar “(...) tudo para depois se ir procurar por esses sinais e não seja como alguns que se não achão porque lhe tirão o Sinal”²⁶⁵ ou numa outra em que se acrescenta mais um nome ao inicial para reforçar a sua identidade de modo a não haver trocas no futuro: “Esta Menina está Baptizada tem por nome Maria – com apelido Holimpia, advertindo q só se entregará esta menina a quem apresentar outro bilhete igual a este, roga-se toda a cautela, não só no seu tratamento como p^a que não haja troca com outra q possa ter o m.mo nome (...)”²⁶⁶.

Mas quem escrevia um bilhete, escrevia o que queria, o que lhe parecia mais importante que os outros lessem ou ouvissem. Os bilhetes são fragmentos da realidade e da vida de gente comum, de gente de quem desconhecemos tudo ou quase tudo, de quem nunca saberemos as reais intenções, que só conhecemos por discursos, a mais das vezes da autoria de intermediários.

3. Os sinais das crianças expostas na SCML

Até prova em contrário, a coleção de sinais das crianças abandonadas na SCML, será a maior coleção conhecida. De outras crianças abandonadas em Portugal e no estrangeiro sabe-se que existiam porque quem fez o registo de entrada da criança, a par da hora de entrada, do batismo, da descrição do enxoval e de outras indicações, também transcreveu o teor do bilhete que a criança trazia mas que desapareceu.

Assim, em muitos casos o nosso conhecimento do bilhete ou de qualquer outro sinal é indirecto. Nestes casos perde-se todo um manancial de informação fundamental para se entender o documento que temos perante nós. Não conhecemos a caligrafia e a sua qualidade, nem o tipo de tinta, ou a qualidade do papel. Ignoramos se o bilhete escrito só tinha uma caligrafia, os realces que o papel continha para o tornar único: riscos, cortes e recortes, desenhos, rubricas, letras ou palavras realçadas dentro do texto, etc.

Se se tratar de um sinal têxtil, se unicamente ficar registado que a criança trazia uma fita no braço, ficamos sem saber de que material era feita (veludo, algodão, renda...), a cor, a textura (liso, estampado...), o tamanho, se tinha ou não cortes nas pontas, etc.

Assim, a coleção de sinais da SCML será um acervo único que deverá ser objecto da maior atenção, pela sua raridade, qualidade e quantidade. O manuseamento directo destes documentos permite em simultâneo ler o texto e “ler” o documento sob o ponto de vista das informações indirectas. Não será a mesma coisa ter acesso a uma folha de papel timbrado, ou escrever num papelinho minúsculo, por exemplo. Como também não será inocente o realce do nome pretendido ou perceber-se através da caligrafia que houve um texto pré escrito em que a palavra “menino” passou a “menina” porque afinal nasceu uma rapariga.

²⁶⁵ Ver Sinal nº 889 de 1826. Ver Apêndice, Estampa 28.

²⁶⁶ Ver Sinal nº 144 de 1824. Ver Apêndice, Estampa 29.

E os cortes no papel que futuramente encaixariam um no outro, o que se entregava com aquele com que se ficava, reforçam ou pretendem reforçar a ideia de uma maior segurança para um futuro resgate. Por tudo isto, se a coleção de sinais da SCML já por si é de uma importância vital, a sua existência e preservação física tornam-na numa documentação ímpar e imprescindível.

O objectivo da entrega da criança com um sinal seria individualizá-la entre a massa de crianças que entravam, ou circulavam entre a SCML e as amas externas. Quem entregava a criança tinha, por vezes, grande preocupação em relação ao sinal para que este se não perdesse: “(...) não seja como alguns que se não achão porque lhe tirão o Sinal”²⁶⁷. Quase metade das crianças (47,4%) trouxe consigo um qualquer objecto, em suporte papel, têxtil, metal precioso, materiais raros, ou qualquer outro material (missangas, cabelos, por exemplo) que permitiria destacar “aquela” criança das restantes. Isto sem descurar outras formas de “sinalização” como sejam as informações orais prestadas no momento do abandono, ou posteriormente.

Os sinais de suporte têxtil têm uma evolução significativa no que toca ao tipo de material utilizado: de materiais mais grosseiros (baetas, cotim, fustão), conforme se avança no século XIX passa-se para brocados, veludos, sedas, gazes, cetins, bordados, rendas e espiguihas numa variedade e explosão de cores e padrões. Diferentes tipos de fitas, fios e tecidos constituem a maior parte deste tipo de suporte que, posteriormente, será objecto de uma análise mais cuidada. No entanto, há a referir que, na generalidade, este tipo de suporte não existe isoladamente estando quase sempre associado ao papel. Na origem, poderia já vir cozido no bilhete ou foi-o posteriormente porque vindo atado no braço, no pulso ou na perna da criança, ou mesmo no fato, os serviços da SCML alfinetaram-no ao papel como forma de o conservar, não correndo o risco de se perder.

Os objectos em ouro e em prata são raros. Por vezes, os bilhetes que os acompanhavam mencionam-nos como integrantes do sinal da criança. No entanto, no momento da entrada o assento afirma que eram inexistentes. Certamente teriam sido roubados ou nunca teriam existido e a sua menção seria uma estratégia por parte de quem abandona para, simbolicamente, dar uma indicação e pressionar a SCML para um tratamento privilegiado aquela criança. As moedas e as medalhas de santos feitos em liga metálica são os mais vulgares dentro desta categoria.

Cornalina, coral, madrepérola, marfim e tartaruga estão entre as matérias-primas senão raras, pelo menos caras utilizados em colares, alfinetes, pulseiras, brincos, por exemplo. Também se encontra a utilização combinada de vários tipos de materiais na feitura dos ditos objectos.

Sinalizar uma criança que se abandona numa instituição com objectos de carácter religioso, para além dos objectivos já enunciados, pode ser visto também como um gesto de múltiplas funções: por um lado, colocar a criança sob a proteção divina, principalmente quando a criança é acompanhada de pagelas, medalhas ou o nome é conotado com um

²⁶⁷ Ver Sinal nº 889 de 1826.

santo; por outro marcar a criança de forma a induzir a SCML a um melhor tratamento. Voltaremos a esta questão quando analisarmos as entrelinhas dos escritos.

Também há que ter em conta o suposto “não sinal” porque o sinal existe, porque existe o pequeno papel que diz: “Hoje 14 de dezenbro da era de mil sete cento 14 Entra p^a a Santa Caza hum menino por batizar pornome se pora João por sinal não leva sinal”²⁶⁸, ou um outro que diz: “hadesexamar francisca por sinal vai nua embrulhada em huma tualha de pano de linho nova com hum sinal na ponta branco i notra de retros c/xirdiado entra a seis horas da manhe”²⁶⁹.

Quadro 2

Tipo de Sinal

Suporte papel	5976
Suporte papel e têxtil	1418
Sup. papel, têxtil, metal/outros materiais	97
Suporte papel e metal/outros materiais	58
Suporte têxtil	13
Suporte têxtil e metal/outros materiais	2
Suporte metal/outros materiais	2
Outros suportes	23
TOTAL	7589

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Há crianças que entravam com dois papéis: um documento oficial (certidões de carácter religioso, guias concelhias, por exemplo), e um documento privado deixado com a criança no momento do abandono e que foi apenso ao primeiro. Na nossa amostragem sessenta crianças entraram nessas condições no período em análise. Nos sinais cujos suportes são o papel e o têxtil, estão incluídas as fitas e outro material dessa natureza que acompanhava as crianças, assim como os sinais que tinham como referência os cortes feitos nas peças do enxoval e cujos retalhos não acompanhavam a criança pois só seriam entregues aquando da pretensa recuperação da mesma. Mas apesar de não existirem na documentação, não restam dúvidas que esses retalhos em falta, eram um sinal fundamental para a identificação da criança.

Nos sinais com suporte de metal incluímos os materiais nobres e não nobres: ouro, prata (ambos minoritários) e latão. Os *outros materiais* são materiais semi-nobres (madrepérola²⁷⁰, azeviche²⁷¹, marfim²⁷² ou coral²⁷³ e algumas combinações: azeviche com madrepérola ou azeviche com marfim). Em *outros suportes*, incluímos as estampas, os

²⁶⁸ Ver Sinal nº 1656 de 1814. Ver Apêndice, Estampa 21.

²⁶⁹ Ver Sinal nº 964 de 1799. É certo que se trata de uma criança que entra no mês de Agosto, quente em princípio, mas às 6 da manhã não admira que a sobrevivência fosse difícil.

²⁷⁰ A madrepérola foi usada sobretudo para fazer corações e figas.

²⁷¹ O azeviche é uma variedade de carvão fóssil, de cor negra, muito frágil e luzidia que possibilita o polimento e do qual se fizeram figas e contas que posteriormente eram enfiadas em fios.

²⁷² O marfim era usado sobretudo para fazer medalhas de N^a Senhora, mas também figas.

²⁷³ Do coral faziam-se sobretudo contas.

breves (pequena oração considerada milagrosa que os crentes cosiam num saquinho que era usado ao pescoço) que embora tivessem como suporte o papel nada tinham escrito de pessoal, a não ser um texto impresso.

Também nesta categoria incluímos um surpreendente ramo de rosas.

3.1 De suporte em papel

A maior parte dos sinais escritos têm como suporte o papel, embora haja fitas com pequenas frases escritas. Mesmo os sinais em outros suportes (têxtil, metal, coral, etc) são, na generalidade, acompanhados de sinais escritos em papel. Aliás, os sinais exclusivamente em suporte têxtil ou metal são uma minoria residual. A maior parte do papel é branco, por vezes azul, raramente cor de rosa ou verde. É em geral liso, pautado por vezes, quadriculado raramente. Fino ou de maior gramagem, a partir da década de 1840 e até final do período em análise aparece o papel timbrado sendo as marcas mais vulgares *Abelheira/Tojal*, *Bath*, *Port*, *Lousã*, *London* e mais raramente *Alemquer*²⁷⁴. No entanto, o timbre não significa uma orientação para a escrita. Normalmente colocado no canto superior esquerdo, podia escrever-se no papel sem ter em conta essa referência de tal modo que o texto pode até estar escrito no verso do timbre ou este aparecer no canto inferior direito.

Há nitidamente dois tipos de documentos: a) os documentos oficiais: as guias, as certidões e os ofícios produzidos para fins oficiais e burocráticos, emitidos por padres, regedores, escrivães, vereadores, administradores municipais, juízes de fora, escrivães do Hospital Real de S. José (HRSJ), que, por vezes, nos fornecem indicações preciosas sobre quem é abandonado (de onde vem, se filho de pai(s) incógnito(s), quais as razões para ser remetido para a SCML...), isto é, há documentos oficiais com informações mais ou menos circunstanciadas e outros muito parcos nas informações prestadas; e b) os documentos privados, que constituem a maior parte do acervo, e sobre os quais recai preferencialmente este estudo.

3.1.1 Os documentos oficiais

O conteúdo das certidões que acompanhavam as crianças nascidas no Hospital Real de S. José (HRSJ), na Enfermaria de Sta Bárbara, variou pouco ao longo do tempo. As melhorias introduzidas serão a nível formal (menos papel): “Na noite do dia 24 de Junho de 1790 nasceo na Enfermaria de S.Barbara deste Real Hospital, huma menina filha de pays incognitos, que se remete para essa Real casa da Roda, para nella se baptizar e criar com o nome de Maria da Conceição. Lisboa, 27 de Junho de 1790 Felix dos santos Carvalho”²⁷⁵. Para estas crianças oriundas do Hospital parece não haver qualquer hipótese de resgate ou recuperação. Para além de terem nascido no HRSJ, nada mais as identificava ou individualizava. Entravam para a “Real Caza dos Expostos p^a nella se criar”, sem uma

²⁷⁴ A divulgação do papel, principalmente timbrado é significativo de novos consumos e do desenvolvimento das manufacturas. No caso do papel com a marca *Alemquer*, corresponde ao desenvolvimento dessa indústria em Alenquer. A *Fábrica de Papel*, fundada em 1852 no local onde anteriormente existiram moinhos de papel, irá funcionar até 1889, ano em que muda de actividade e é reconvertida em fábrica de têxteis.

²⁷⁵ Ver Sinal nº 711 de 1790.

esperança de reencontro com os progenitores ou outros familiares²⁷⁶. Aliás, quantas destas crianças já não eram filhas de mães que tinham vivenciado a mesma experiência numa lógica trágica de reprodução social? Mulheres que tinham sido expostas, que sobreviveram e que em caso de doença não tinham a quem deixar o filho como acontece a uma criança que entrou na SCML porque era “(...) filho de huma filha desta caza q adoeceu e foi p^a o Hospital por nom ter com q o mandar criar (...)”²⁷⁷.

Normalmente as crianças que chegam à SCML remetidas por funcionários ou outros agentes camarários invocam preferencialmente duas razões para justificar o envio: ou a falta de amas ou falta de meios. As certidões emitidas pelos padres dos concelhos que enviavam crianças para a SCML não dão qualquer justificação para o envio, mas em contrapartida dão informações, como seria óbvio, sobre o baptismo e a condição da criança. Por vezes à certidão de baptismo emitida pelo padre, juntava-se uma outra emitida pelas autoridades civis porque seriam estas que pagavam o transporte da criança até Lisboa: “Baptizei e pus os Stos Olios solenemente a Roza f^a de pays incognitos de q foi padrinho Pedro Paulo Barreto. Sto Estevão de Alenquer 22 de Maio de 1790. O prior João Bapta Leitão”. “Desta Villa de Alenquer leva Francisca Roza huma menina exposta e já baptizada como consta da certidão de baptismo que reconheço verdadeira aentregar na Roda dos Expostos da Real Caza da cidade de Lisboa...Alenquer 22 de Mayo de 1790”²⁷⁸.

Apesar de haver uma enorme variação em termos de quantidade dos documentos oficiais durante o período em estudo, há, no entanto, uma tendência clara: são mais comuns até à década de 50, para se tornarem menos presentes depois dessa data. A esta variação não será alheia a vulgarização de “Rodas” e posteriormente de hospícios criados nos concelhos limítrofes (habituais “fornecedores” de expostos para a SCML), e os protestos veementes desta última que se via a braços com problemas financeiros crescentes para sustentar tanta criança. Irá, inclusivamente, socorrer-se do quadro legal em vigor que determinava que cada concelho deveria sustentar os seus próprios expostos através de verba própria criada para esse fim. Assim, embora seja uma presença que percorre todo o período em análise, este tipo de documento torna-se mais esparso com o avançar dos anos. Inclusivamente, as guias provenientes do HRSJ/Enfermaria de Sta Bárbara, cada vez mais raras, tomam um carácter diferente: da menção de “filho de pais incógnitos”, passam a mencionar o nome da mãe e algumas indicam de forma muito clara o motivo do envio daquela criança para a Roda. Seria impossível continuar a omitir o nome da mãe visto o nascimento da criança ter ocorrido no Hospital. Os documentos provenientes do HRSJ/Enfermaria de Sta Bárbara também apresentam uma característica única: a partir de 1835, as guias apresentam partes impressas destinadas a serem preenchidas pelo secretário

²⁷⁶ Num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 30 de julho de 2008 da autoria de Maria José Nogueira Pinto, esta afirmava que as “(...) guias de remessa dos recém-nascidos, assinadas pelo Enfermeiro-Mor do Hospital de Todos-os-Santos eram os sobreviventes de gravidezes ocultas, famintas e desamparadas que haviam causado a morte das mães (...)”. Na falta de estudos sobre o assunto, registamos esta hipótese de ser a morte das parturientes a obrigar as crianças a serem entregues na SCML e por isso a não terem qualquer hipótese de terem uma família biológica.

²⁷⁷ Ver Sinal nº 24 de 1790. Esta criança entrou com dois meses de idade em 07.01.1790 e morreu em 28 de março do mesmo ano.

²⁷⁸ Ver Sinal nº 582 de 1790.

com os dados pessoais da criança. Ou seja, antecipam os atuais formulários. Todos os outros documentos, oficiais ou privados, são exclusivamente manuscritos.

A quantidade e qualidade das informações prestadas pelos autores das certidões variaram ao longo do tempo. Há quem informe quando foi exposto, o vestuário que trazia, se havia ou não sinal. Por exemplo, uma criança foi enviada de Aldeia Galega do Ribatejo em 7 de fevereiro de 1809 com duas certidões. Uma da Câmara Municipal e outra do padre da dita vila. A primeira informava que tinha sido posto na “Roda” da dita vila a 5 de fevereiro, às 7 da noite e que trazia um escrito em que se dizia estar baptizado e tinha o nome de António. Apresentado ao padre, este tornou-o a baptizar²⁷⁹. Outras são omissas quanto a estas informações. Como seria de esperar, não havia um modelo uniforme, ficando ao critério de cada um as informações prestadas. Por exemplo, o padre de Vila Franca da Restauração, produz certidões muito completas e acompanha a certidão com o bilhete que foi entregue com a criança, caso o houvesse. Mas esta prática não foi habitual: ou as crianças não tinham trazido bilhete ou as entidades civis ou religiosas que elaboravam as certidões consideraram-nos desnecessários e não os enviaram; também se pode ter dado o caso de terem sido perdidos na viagem até à SCML. Em 1839, o padre informava na sua certidão que aquela criança tinha sido posta na “Roda” em 3 de Março, às 11 da manhã; que trazia uma touca de cassa bordada com uma fita encarnada; um vestido de chita branco com ramos encarnados e verdes, um coeiro cor de cravo já velho mas debruado, camisa de pano patente com folhos de cassa já velho, uma fralda de chita azul e amarela e que a dita criança trazia um bilhete em que pedia o nome. E o bilhete original chegou à SCML apenso à certidão. No bilhete diz-se que “(...) aintergouce hesta cirhaça na roda de vila farnca 3 de Marco noao 1839 Leva hum touca da caca bordada com hum fita incarnada vetido de xita banca com ramos incarnados e berdes coheiro cor de carv já velho deborado camiza de pano patente con folhos de caca bordada parda de xita azul i amarela pede o pai i mai por favor de lhe por o nome Jose o pécol para ce porcorar por todo o tempo”²⁸⁰.

Nos documentos oficiais, nomeadamente nas guias provenientes da Enfermaria de Sta Bárbara que, conforme já foi referido se tornam mais raras à medida que se avança no século XIX, apesar de nunca terem desaparecido, o teor das mesmas reflete os novos paradigmas científicos no que respeita à identificação das doenças. Deve ser referido que o médico que exercia funções nesta enfermaria, na década de 60, era Magalhães Coutinho²⁸¹. Assim não admira que Maria, nascida nessa enfermaria em 13 de Janeiro de 1868, filha de Maximina Henriqueta das Dores e de pai incógnito, tenha sido remetida para a Roda da SCML “(...) por se achar a mãe com metro-peritonite”²⁸² ou um outro que diz tratar-se de uma criança filho de Maria Henriqueta e pai incógnito, baptizado na Igreja Paroquial do Socorro e que vai para a Roda “(...) porque a Mãe não a pode crear: 1º por não ter leite 2º

²⁷⁹ Ver Sinal nº 187 de 1809.

²⁸⁰ Ver Sinal nº 326 de 1839.

²⁸¹ Magalhães Coutinho (1815-1895), cirurgião do Hospital de S. José a partir de 1856, director da escola médica onde regeu a cadeira de obstetrícia. Em 1857 foi o primeiro médico a fazer a aplicação de cloroformio nas parturientes. A maternidade do Hospital de D. Estefânia tem o seu nome.

²⁸² Ver Sinal nº 114 de 1868.

pelo seu gravíssimo estado, em consecuencia de ter um enorme tumor canceroso em uma coxa a ulcerar-se (o facultativo)”²⁸³.

Muito mais raros, os documentos oriundos das entidades policiais também marcam presença: “O Comisario do 3º Destricto da freguezia de N. Snr^a da Penna dá parte a V. Ex^a q remete hum menino q se achou na Rua da Carreira dos Cavallos (freg^a a mesma) embrulhada pellas 5 horas da manhã fes chamar humPadre q a Baptizou debaixo de condição e não lhe pôs os Stos Olleos Do – O Comisario do 3º Destricto. Manoel de Araujo (...)”²⁸⁴. Também a preocupação da autoridade policial foi providenciar o batismo da criança e enviá-la de imediato ao “Ill.mo Ex.mo Snr Provedor da Sta Caza Da Mizericordia”.

Apesar deste tipo de documento ser redigido por quem não tinha qualquer tipo de ligação com a criança, não deixa de ser um intermediário involuntário entre quem abandona e quem recebe.

3.1.2 Os documentos privados

Os documentos do foro privado, de um modo geral, são escritos de um só lado do papel, a tinta, com frases iniciais e finais padronizadas que vão variando segundo o tempo e quem escreve, com uma estrutura interna coerente porque os assuntos vão-se desenvolvendo quase sempre da mesma forma: nome, data de nascimento, baptismo, data de entrada, enxoval, pedidos e promessas. Pode haver informações supletares (doenças, características físicas, razões do abandono e outras).

Quem os escreve pode nomeá-los de diferentes formas: bilhete, memória: “(...) Pedese seja esta memoria assim conservada pois q seus Pais não perdem as esperanças de o ver (...)”²⁸⁵, escrito, sedula ou cedula, talão: “(...) A todo o tempo que for procurada esta menina, deverá ser entregue a quem apresentar um bilhete cujo talão acerte com o deste”²⁸⁶. O termo “declareza” ou “clareza” é bastante utilizado bem como um outro que enuncia aquilo que de facto é: um “bilhete”, mas o termo “declareza” é em si todo um tratado de significados implícitos e explícitos: a criança levava consigo aquelas informações para clarificar a sua situação, as circunstâncias do abandono, informar em forma de declaração qual era a composição do enxoval, as respetivas características físicas (cabelo castanho, orelhas furadas, sinal preto no braço, etc...). Há uma outra nomeação, muito rara mas que também aparece: “lembrete”: “Pedesse q ponhão o nome abaixo mencionado no menino q este lembrete leva (...)”²⁸⁷. De facto tratam-se sempre de pequenos textos para lembrar aos outros o que se informa, o que se promete, o que se pede...

²⁸³ Ver Sinal nº 786 de 1869.

²⁸⁴ Ver Sinal nº 917 de 1834. A criança fora encontrada “no patim da porta Nº 76”

²⁸⁵ Ver Sinal nº 158 de 1808.

²⁸⁶ Ver Sinal nº 1453 de 1850.

²⁸⁷ Ver Sinal nº 415 de 1802.

“Lembrete” ou “lembrensa” remete-nos para uma esfera do não esquecimento, da manutenção de uma presença que por motivos diversos tem de ser afastada mas da qual ficará uma lembrança que terá um final feliz: “(...) Esta menina naseo no dia 15 do mês de Setembro semtergua ade 16 do mesmo mês no Hanno de mil sete sentos i noventa i nove sehade chamar Mariana Joaquina de S. Joze Leva huma fita cor de roza i branca quade ficara em lembrensa p^a todo o tempo q se procurar ise levar amosta da mesma fita por ela sepoder amterguar (...)”²⁸⁸. Há bilhetes que encerram verbalmente todos os procedimentos: “(...) cuja menina se viver, se procurará, por outra semelhante cautella igual a esta, q atodo o tempo se procurará (...) e se fara clareza no assento p^a constar aco al entra no findo d^o dia, e este se guardara p^a cotejar com a outra”²⁸⁹. Neste caso, o bilhete chama-se “cautella” que pode ter dois sentidos distintos: um, associar o pequeno bilhete à *cautela*, verbete com números dos jogos de sorte e azar dinamizados pela SCML, vulgo lotaria (e para a criança a sua sorte também seria uma lotaria de sorte ou de azar, mais concretamente de vida ou de morte); outro no sentido mais óbvio de proporcionar à criança cuidados especiais, *cautelos* que lhe assegurassem a sobrevivência.

Como se de um caso de polícia se tratasse, os sinais, que individualizavam a criança e que mais tarde serviriam para justificar a sua recuperação, também podiam ser chamados de contrasenhos: “Esta minina vay a Misoricordia e vay por baptizar: naceu o dia doze pelas 10 horas de manha de este prezente mez de Junho anno de 1807. Selle porá o nome de Maria de Jesus. Has contrasenhos que leva, são hum cuero amarello, humas ropinhas de chita obscura, huma fita no braço de coor de roza (...)”²⁹⁰. Curioso este nome mas não desprovido de sentido. Neste mundo de silêncios, clandestinidades e segredos só senhas e contrasenhos, umas na posse de quem abandona e as outras na posse de quem recebe, poderiam contribuir para a resolução do caso, para o conhecimento de todos os intervenientes, para um final feliz que seria o retorno à família. Neste caso, como em tantos outros, não houve esse final feliz. Maria de Jesus morreu um mês após ter entrado na SCML.

Só muito raramente os bilhetes são escritos de ambos os lados e não há praticamente folhas inteiras: meias folhas, ¼ de folha ou pequenos fragmentos de papel, numa variedade imensa, embora as meias folhas sejam predominantes. Quando o papel é muito pequeno, houve o cuidado de o cozer a um maior, impedindo que se perdesse²⁹¹. A qualidade do mesmo varia e há de tudo: desde papel grosso e papel cartonado a folhas finas e com cercaduras lavradas. Escritos a tinta preta ou castanha, esta menos vulgar, os bilhetes escritos a lápis são mais raros²⁹² e só encontrámos um único exemplar a tinta ou a lápis vermelho. O aproveitamento de outro tipo de material em papel também não é

²⁸⁸ Ver Sinal nº 1110 de 1799.

²⁸⁹ Ver Sinal nº 704 de 1807. Ver Apêndice, Estampa 22.

²⁹⁰ Ver Sinal nº 858 de 1807.

²⁹¹ Ver Sinal nº 2574 de 1859.

²⁹² Os bilhetes escritos a lápis apresentam uma caligrafia muito semelhante o que faz supor a existência de redes ou de agentes que cumpriam essa função a pedido do abandonante. Esta hipótese carece de maior atenção.

invulgar: cartas de jogar, bilhetes de lotaria, cartões de visita, retratos, imagens impressas de santos e da Virgem e de Cristo crucificado²⁹³.

Quer as folhas, quer os papéis são na generalidade de cor branca, embora possa haver folhas e papéis azuis. O cor de rosa, o cinzento, o amarelo e o verde também marcam presença embora de forma quase residual. No geral sem linhas ou linhas feita à mão para facilitar a escrita²⁹⁴, as folhas e os papéis também podem ser quadriculados e por vezes há um reaproveitamento de outro tipo de folhas, como sejam folhas de contabilidade.

Textos na generalidade curtos, sem parágrafos, onde por vezes só consta um nome (“Claudio benedito”²⁹⁵) e a mais das vezes a indicação deste com informações sobre o baptismo, outros há mais longos e explícitos. É mais fácil encontrar justificações muito claras que envolvem a pobreza, “a falta de meios”, a falta de leite, a doença da mãe ou a sua morte e a incapacidade do pai em criar a criança principalmente se houver mais filhos ou se estivermos em presença de gémeos. Em contrapartida, os bilhetes tendem a ser omissos quando se pressente que o abandono tem origem na ilegitimidade. Nesse caso estamos invariavelmente perante nebulosas “imperiosas sirconstancias”²⁹⁶ e pouco mais se adianta. Socialmente é mais aceitável expôr publicamente a pobreza do que a ilegitimidade e a bastardia. Para os padrões morais da época era mais reprovável se a situação envolvesse uma mulher casada; quanto à mulher solteira seria objecto de uma “desvalorização” no mercado matrimonial. No entanto, se juntarmos ilegitimidade e pobreza teremos um quadro de todo propício ao abandono. A criadagem, a presença de militares (população por si de grande mobilidade) principalmente na primeira metade do século XIX, as migrações internas, o porto de mar, poderão ter tido um papel substancial como “geradoras” de crianças sem pai cujo destino final foi a “Roda”.

Escritos, na generalidade, com um vocabulário pobre porque de gente pobre se tratará, há alguns bilhetes que, pelo contrário, denotam uma escrita mais cuidada, também mais comuns conforme se avança no século - sinónimo de maior escolarização geral ou do abandono ter tocado sectores sociais mais escolarizados?- , abandonando o registo escrito muito próximo da oralidade e revelando um domínio vocabular e uma escrita rebuscada com um toque de manipulação e subserviência: “Esta criança, que não vai baptizada, deve-se chamar Nazareth; nasceu á uma hora da manhã e dez minutos do dia 28 de Julho de 1866. Todo o fato leva uma cruz de linha azul como signal caracteristico por onde brevemente será procurada. Este papel fica com um borrão entre a 1ª e 2ª linha, e por outro igual será, em forma de talão confrontado. Não se recommenda bom tratamento para quem, por mal entendidos caprichos sociaes, vae infelizmente alistar-se no Livro mais triste que pessue a nosa sociedade moderna, porque demais são conhecidos, porquem este escreve, os nobres e caritativos sentimentos de todos os dignos representantes desta humanitaria instituição para com todos os que não tem pae serão no goso?!”²⁹⁷. Estamos perante um

²⁹³ O simbolismo deste tipo de material será objecto de análise posterior mais detalhada.

²⁹⁴ Ver Sinal nº 614 de 1848.

²⁹⁵ Ver Sinal nº 842 de 1803. Ver Apêndice, Estampa 23.

²⁹⁶ Ver Sinal nº 781 de 1865.

²⁹⁷ Ver Sinal nº 1405 de 1866.

bilhete sem erros ortográficos gritantes ou que revele deficiente domínio da língua. Escrito pela negativa (“Não se recommenda bom tratamento”), pretende mostrar uma familiaridade e uma pretensão de conhecer os mecanismos de funcionamento da instituição (“porque demais são conhecidos, porquem este escreve, os nobres e caritativos sentimentos de todos os dignos representantes desta humanitaria instituição para com todos os que não tem pae”), onde é notória uma retórica para “seduzir” e agradar à instituição que irá recolher a criança.

Alguns surpreendem-nos por um toque de poesia e pela adjectivação inesperada: “Aos vinte Sete dias do Inspirante mes de Janeiro de 1838 (...)”²⁹⁸. Mas poucos são originais, na generalidade obedecem a regras epistolares muito claras, ou o domínio da língua é tão deficiente que não autoriza tais devaneios: “Nobenbor de 1854 Peso por oboseqio qelle dea onome de Manoel A este Menino qeico se poder orei Buscar para deitar Mondel 30 de nobebor d 1854 _____ Santa Casa da misisicordia”²⁹⁹.

A própria SCML tinha variações na sua nomeação assaz curiosas, fruto de uma oralidade escrita: tanto podia ser a “Santa Caza dos Empostos de S. Mg.de”³⁰⁰, como a “Caza dos apostulos”³⁰¹, ou a “roda dos injectados”³⁰², “depozito”³⁰³, ou “Santa Caza dos bempostos de sua Magestade”³⁰⁴ ou ainda a “Sta Caza dos impostos”³⁰⁵. Esta última variante tem larga utilização durante todo o período... Há, inclusivamente, bilhetes fluentes dirigidos ao “Ill.mo Ex.mo Sr Director dos Impostos da Sttª Caza da Miziricordia Lisboa”³⁰⁶.

Outros procuram num jogo de palavras agradar e reforçar a função para a qual a instituição estava destinada : “(...) Forão muntas he rezão por que he remetida a esa Santa caza porque he de mezericordia (...)”³⁰⁷.

Qualquer uma destas denominações mereceria uma abordagem diferenciada Tanto a palavra “depozito” como a expressão “Sta Caza dos impostos”. Quanto à última, “Sta Caza dos impostos”, estamos em crer que se trata de uma corruptela e fraco domínio da língua escrita que transforma “expostos” em “impostos” mas não deixa de ser curiosa dada a função financeira que a instituição assumiu em diversas fases do seu percurso. Quanto ao “depozito”, a palavra remete-nos para um aglomerado de crianças depositadas, deixadas, descartadas num local onde haveria alguém que delas se encarregaria. Já a “Santa Caza dos bempostos de sua Magestade” parece indiciar um voto de confiança na instituição e no tratamento que propiciava a quem a procurava.

²⁹⁸ Ver Sinal nº 156 de 1838.

²⁹⁹ Ver Sinal nº 2295 de 1854.

³⁰⁰ Ver sinal nº 141 de 1803.

³⁰¹ Ver Sinal nº 1418 de 1802.

³⁰² Ver Sinal nº 206 de 1805.

³⁰³ Ver Sinal nº 802 de 1811.

³⁰⁴ Ver Sinal nº 1441 de 1800.

³⁰⁵ Ver Sinal nº 9 de 1803. Ver Apêndice, Estampa 24.

³⁰⁶ Ver Sinal nº 802 de 1852

³⁰⁷ Ver Sinal nº 1251 de 1797

Mas conforme se avançava no século, parece que a SCML adquiriu uma dimensão de repartição pública a quem os utentes se dirigiam para solicitar um serviço: “Pedimos os S.res Enpregados da Santa Caza da Mizericordia q nos Batismo ponhão a esta menina o nome de Marianna”³⁰⁸. Sem mais. Pede-se aos empregados que fornecessem um serviço que lhes competia. Noutro, chega-se a um outro patamar: “(...) não vai Batizado e Ezegece que se chame Luiz Nunes”³⁰⁹.

Folhas, meias folhas, fosse qual fosse o seu tamanho, estes bilhetes podiam não ser meros pedaços de papel. A imaginação era fértil e desde papéis cortados em onda, em V, em diagonal, em redondo, em triângulo, há uma miríade de combinações que transformam estes bilhetes em documentos únicos e individualizados. Recortados em losangos no seu interior, cortando riscos, círculos e frases que se tornam ilegíveis (mas nunca de forma a impedir o receptor de receber a informação que se quis transmitir), estes cortes têm uma função importante. No momento da recuperação (embora esta fosse relativamente rara) as duas partes deveriam encaixar uma na outra de modo a provar que se era efectivamente o familiar que procurava a criança e que aquela era a criança que efectivamente se procurava. Muito poucas crianças sobreviveram à voragem da Roda. Das sobreviventes, muito poucas foram recuperadas pelos familiares tornando estes procedimentos inúteis e sem utilidade prática.

Era uma espécie de contra senha que validava a procura. Seria uma forma de validar o reconhecimento de ambas as partes: era importante provar que era aquela a criança a “autêntica”, a que se tinha abandonado e que quem a reclamava tinha o direito de o fazer. Para não restarem dúvidas, informava-se que “fica em meu poder outro igual”. Para além dos recortes feitos de forma mecânica, juntam-se outros feitos manualmente mas com o mesmo objectivo: aquando da recuperação da criança, ambas as partes deveriam encaixar, provando a autenticidade das partes envolvidas.

O objectivo seria confrontar ambas as partes, “(...) e fica em poder da pussoa q deve procurar esta menina, outro igual p^a se conferir qdo se for buscar (...)”³¹⁰. Alguns utilizam mesmo uma linguagem mais administrativa, sinónimo de um escrevente mais letrado: “(...) Leva preza o vestido hum bocadinho de xita irman, q a vista de outro igual, ratificara o signal (...)”³¹¹. Seja *conferir*, *retificar*, *cotejar*, *ajustar* ou *condizer*, o encontro das duas partes deveria provar a justeza e a legalidade daquela recuperação.

Bilhetes simples ou decorados com círculos, linhas simples ou entrançadas são comuns e se usadas em simultâneo com cortes, isto dá ao bilhete um carácter pessoal e individualiza-o dos restantes. Outra forma de sinalização dos bilhetes passa por pontilhados feitos com objectos finos (agulhas, alfinetes?) e não nos podemos esquecer de bilhetes bordados com linhas coloridas (normalmente vermelhas)³¹². Bilhetes

³⁰⁸ Ver Sinal 901 de 1863.

³⁰⁹ Ver Sinal nº 2290 de 1863.

³¹⁰ Ver Sinal nº 750 de 1813.

³¹¹ Ver Sinal nº 1322 de 1813.

³¹² Ver sinal nº 232 de 1847.

monocromáticos são a regra geral, à exceção de alguns casos em que a cor é utilizada como decoração e certamente para sinalizar aquela criança³¹³.

Bilhetes escritos e depois recortados são muitíssimo raros porque isso impediria a sua leitura completa e desvirtuaria a função do pequeno texto: de forma breve e concisa, este deve transmitir o que o abandonante considera de importante (informações, pedidos, promessas) e por isso seria um contrasenso amputá-lo de partes significativas³¹⁴. Mesmo quando recortados depois de escritos, há o cuidado de deixar antever, ainda que de forma truncada, frases, datas e nomes que se tornariam claros depois de encaixados. O exemplo seguinte é muito claro:

“ Illm.mos Exm.mos Snr.ss
Hera de
Vai hum Menino q.e Nasei
de S.Luis a dezanove do Mês de ag
baitizou esedeu p^a huma Anma de
q.e hopos nesse Mizaru estado Ate de
quebrou Rogo a V.ss Ex.as por caridade
de criar mesmo dentro daReal caza
mais oito Mezes com toda a Carida
mor de D.s todo ho seu mal he fomme
o q. V.ss Ex.ass poderão ver e no fim de
po satisfarei hus oito Mezes pelo
custumado q.e aSanta Caza custuma
Lx.^a hoje 12 de Setembro do Anno
Mil e sete Sentos eNoventa etres
Hera de millesetesentos e nove
ta etres
Leva huma estrela de Requite ver
de claro q.e hade dizer com outra
ma de pano azul Claro
Hera 1793 e vai das 8 horas
Danote p^a as 9 pouco mais home
Nos”³¹⁵.

Também se pode optar por outra solução: dobrar uma folha e na primeira página dar todas as informações que se desejam prestar e a segunda ser recortada depois de escrita, truncando elementos que entretanto já conhecidos. Na 1ª página: “Esta Criança nassio no dia beinte e dois de Junho, pelas duas horas e meia da tarde. Suplicase

³¹³ Ver sinal nº 1840 de 1858.

³¹⁴ Ver sinal nº 205 de 1850.

³¹⁵ Ver Sinal nº 1177 de 1793. O Sinal desta criança é múltiplo. Trata-se folha de papel A4 azul recortada do lado direito que corta algumas frases. Na parte de trás tem cozido um quadradinho de flanela azul no qual foi bordado uma estrela amarela. A folha está toda escrita: um primeiro texto na vertical e do lado esquerdo um texto na horizontal que diz: “o Menino xamase Luis Sanches Pr^a leva huma istrela verde num pano azul claro Vem aser este escrito Resgado p^a seaguntar No fim de oito Mezes hum Com outro p^a hu pai Deste Menino Satisfazer este tempo q.e he custome Dar a Santa Caza q.e he 1600 reis cada Mês o q.e Roga haV.ss Ex.a mumande criar com todo o Amor e disvelo e Caridade pois aAma de Leite hupos nesse estado com fome e de xorar quebrou e sepuder ser namesma Sta Caza p^a ser mais visto de V.ss Ex.as. G.deD.s G.de!.” Ver Apêndice, Estampas 25 e 25 A.

rendidamente, aos Senhores q dirigen essa Santa Caza, Omanden Baptizar; sendo o seu Padrinho Algun Saçerdote Cecular, e Madrinha nosa Senhora das Dores; hade chamarse =Joaquim Paulino, eselheade por no Asento, filho natural de D.m Joze Miguel....e de D. Rosa Maria Rita..... E pedimos aos dittos Senhores, tratem com toda caridade ao innosente, comanden criar com rrecomendazão, pois adese procurar, logo q alguns insidentes, q por agora ocurren, çeçen. E pagarsehá tudo, com puntualidade, lebando opedaso de papel q falta nesta folha, para que unido a elle, de feé. Não bai mais deçente, porq aocazão não o permite.

A crianza, não leba ainda o freio cortado.”

Na 2ª página:

“Joaqui
Filho natural
E de D. Rosa Ma
Rubrica rubrica. Na
De Junho, à
As horas e meia do
Rubrica”³¹⁶.

Na década de 30 do século XIX aparece uma moda que não irá vingar no futuro: recortes com formas variadas dentro do próprio texto mas não comprometendo a compreensão do mesmo: “Pede-se que não saia da Sta Caza para crear fora porque não hade La estar muito tempo porque se hade tirar brevemente = Não vai Baptizado, pede-se que se não baptize senão na ultima necessidade, [] podendo deixar de ser, então se lhe não ponhão os Stos Oleos por cauza do Padrinho [] se lhe quer dar e o nome seja **João**_ Pede-se que se tenha toda Car [] se pagará tudo o que Caza, dando-se []”³¹⁷. Este bilhete é um bilhete único sobretudo porque não querem que seja baptizado a não ser em caso de última necessidade alegando que a estadia na SCML seria muito breve e por isso queriam dar-lhe um padrinho e fazer-lhe o baptismo depois da sua saída. Também apresenta o nome escrito de forma mais carregada de modo a fazê-lo ressaltar do texto e não haver dúvidas quanto a isso. As estratégias para fazer sobressair o nome podem ser variadas, desde sublinhados, repetições, letras maiores, etc. Neste caso não houve tempo. João entrou em 18 de Dezembro de 1838 e morreu no dia 1 de Janeiro de 1839.

Para além dos recortes, os bilhetes podiam ser alindados com desenhos, linhas, pontos e com a apresentação de determinados elementos de forma original. Para além de individualizar os bilhetes, essa apresentação original denuncia modas e autores que exerceram a actividade de escrita durante determinado tempo. Exemplo destas inovações é apresentar a data de entrada de uma criança em 15 de Maio de 1845 da seguinte forma:

³¹⁶ Ver Sinal nº 794 de 1804.

³¹⁷ Ver Sinal nº 1893 de 1838. Neste caso o recorte interno tinha a forma de uma tibia. Ver Apêndice, Estampa 26.

Quadro 3

Tipo de recorte no papel

Em onda	486
Recortes irregulares	423
Em V	292
Na diagonal	220
Em V e ondas	44
Em redondo	41
Moldura feita a tinta	21
Em V e diagonal	17
Losangos	6
Ogivas	4
Picotados	2

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

A divisão das folhas em duas, uma que ia com a criança e a outra que ficava na posse do abandonante, na generalidade era feita de modo manual. Nestes casos o que interessaria seria posteriormente conferir o conteúdo entre ambas as partes. Quando se tratava de recortes estes podiam ser feitos através desse método, mas muitas vezes era utilizada a tesoura: “(...) este papel cirva de cinal aparecendo o resto deste papel q vai cortado à tizoura (...)”³¹⁹.

Alguns bilhetes surgem lacrados certamente para preservar o conteúdo de olhos indiscretos enquanto a criança era transportada³²⁰. Esta questão merece atenção porque se revelam bilhetes mais extensos, escritos de modo escorreito e com conteúdos surpreendentes. Veja-se o caso de Joaquim de Jezus que entrou sem batismo a quem se prometia que “(...) no fim de todos os mezes, comtando o Dia que entrou ceade levar a Roda depois das outo oras da note hum quartinho p^a a Ama q o criar p^a o estimar, e isto todos os mezes na rroda as mesmas oras pelo mais o menos ate ceir tirar (...) e ceade ir algum Dia ver p^a ver ce esta bem criado”³²¹. Joaquim entrou em 24 de março de 1803 e morreu na casa da ama que o criava em 24 de abril de 1805. Não sabemos se o que se prometia foi ou não cumprido durante estes dois anos de vida da criança.

³¹⁸ Ver Sinal nº 903 de 1845. Ver Apêndice, Estampa 27.

³¹⁹ Ver Sinal nº 634 de 1823. O uso doméstico das tesouras na Europa remonta ao século XVI. Contudo só se vulgarizam a partir de meados do século XVIII quando Robert Hinchliffe criou as primeiras tesouras de aço e com o formato que hoje conhecemos.

³²⁰ Na nossa amostra há 15 crianças que entraram na SCML com o bilhete lacrado e uma outra que ao lacre foi acrescido cortes em V e decoração picotada. Destas 16 crianças, 13 morreram numa data muito próxima à da sua entrada na SCML. Uma outra, entrada em 1856 morreu em 1871 na posse da ama. Das outras duas crianças desconhecemos qual foi o futuro a não ser que estão registadas nos Livros de Vestir.

³²¹ Ver Sinal nº 406 de 1803.

A utilização do lacre pode indiciar uma origem mais abastada embora a sorte das crianças não tenha sido diferente em relação à maioria. Utilizado sobretudo na década de 60 do século XIX, nada nos bilhetes aponta para a origem profissional dos progenitores: pessoal administrativo ligado a funções do Estado? Gente ligada ao comércio? Não sabemos. O que se sabe é que a utilização do lacre seria uma precaução adicional para manter no segredo a identidade de ambas as partes (pais e filho) e o que mais se achasse de importante informar a SCML. Por isso um bilhete de 1868 tem a seguinte informação do lado de fora: “Para ser aberto na Misericórdia”³²². A quase certeza de que os bilhetes lacrados eram oriundos de famílias abastadas é reforçada com a continuação do conteúdo deste mesmo bilhete: “Esta criança nasceu hoje á uma hora e meia da tarde. Setembro 13 de 1868. Não está ainda baptizada e pede-se para lhe porem o nome de =Jaime= e leva por signal no pescoço uma medalhinha de Nossa Senhora, para mais tarde poder ser procurada por este signal.” Neste bilhete tudo bate certo: o lacre lá está, a medalha de N^a Senhora da Conceição também, tal como o fio de retrós, hoje amarelo, onde vinha a medalha pendurada ao pescoço da criança. A única coisa que destoa entre o bilhete e a realidade é que Jaime, batizado por Salazar na SCML, morreu na semana seguinte à sua entrada com apenas 7 dias de idade. Tudo o resto testemunha a existência desta criança e os objectos de que era portadora na altura do abandono.

O discurso escoreito e a ortografia correta apontam para uma origem diferenciada da larga maioria dos bilhetes lacrados: “Illustrissimos e Ex.mo Senhore Este menino vai por Batizar; rogaçe prlo amor de Deus, e pelo augmento desta Santa Caza que seja Baptizad com o nome Leopoldo Alberto dos Reis. Assim como a esmola de ser entregue a huma Ama que não tenha outra criança, cuja despesa afinal não hade pezar a Santa caza. Leva de sinal huma fita larga encarnada e azul e outra igual fica em poder de quem este escreve (...)”³²³. A indicação de um nome onde consta um apelido, *dos Reis*, o conhecimento implícito do sistema (“ser entregue a huma Ama que não tenha outra criança”) e a promessa de pagamento das despesas de uma forma indireta, tudo indica que esta criança teria uma origem socialmente favorável. De nada valeu. Morreu 15 dias após a entrada.

Todos os bilhetes que chegaram lacrados revelavam promessas que, tal como nos não lacrados, não se cumpriram. Ou não se puderam cumprir por impedimento de uma das partes: as crianças morreram na sua grande maioria e mesmo aquelas que foram poupadas à morte, a promessa nada significou.

O tamanho das folhas é variável e diferia dos padrões actuais. No entanto, as mais comumente usadas eram as folhas que se aproximam do que hoje será uma folha A4. Por vezes dobradas e transformadas em pequenos bilhetes, este material levanta diversos problemas de análise, que podemos sintetizar da seguinte forma:

a) estes bilhetes estavam originariamente organizados em maços pelos quais passava ao meio uma linha de forma a mantê-los juntos. Este pequeno orifício provocado

³²² Ver Sinal nº 1929 de 1868.

³²³ Ver Sinal nº 1515 de 1826.

pela passagem da linha representa um obstáculo pois fez desaparecer letras ou mesmo palavras. Se se tiver em consideração que o pequeno orifício com o andar dos tempos alargou, aumentam as nossas dificuldades de leitura;

b) a tinta utilizada pode ter-se deteriorado, sumido ou esborratado originando o desaparecimento de frases inteiras³²⁴;

c) o papel pode ter sofrido o desgaste do tempo (roto, queimado, rasgado inclusivamente por acção da própria tinta)³²⁵;

d) os vincos das dobras podem ter consumido e rasgado o papel³²⁶;

e) a colocação de lacre pode também ter contribuído para rasgos no papel. Ao ser deslacrado, nem sempre com cuidado ou por ser mesmo impossível, o papel rompeu e danificou o texto;

f) fitas cozidas em cima do texto que impedem a sua leitura³²⁷;

g) nódoas de tinta preta colocadas de forma propositada em cima do bilhete³²⁸.

Acrescem a estas questões de ordem física, as dificuldades de leitura derivadas de caligrafias por vezes de difícil compreensão, senão impossíveis de ler. Se é certo que muitas vezes se chega à compreensão do texto por lógica, semelhança, dedução e pelo “som” das palavras, não é menos certo que há casos em que a leitura pode não ser correcta. Há bilhetes de determinados anos que estão mais deteriorados do que outros³²⁹. Certamente o maço onde originalmente estiveram cozidos sofreu maiores inclemências do tempo: a humidade e outros factores climatéricos alteraram de forma significativa a qualidade do papel e da tinta.

Os bilhetes são em regra escritos em português e em prosa, mas há-os em línguas estrangeiras, para já não falar de escritos em português com citações em latim³³⁰ ou mesmo em grego³³¹. Não será de estranhar esta multiplicidade de línguas já que na cidade de Lisboa havia uma comunidade de estrangeiros muito significativa, nomeadamente a comunidade galega que irá adquirir uma preponderância notável ao longo do século XIX.

³²⁴ Ver, por exemplo, Sinais nº 1276 e 1742 de 1823.

³²⁵ São exemplo desta circunstância alguns sinais das crianças entradas na SCML em 1816, 1817, 1818 e 1848.

³²⁶ O sinal nº 1534 de 1864 é um exemplo claro do que acabamos de afirmar porque num só bilhete acumularam-se vários destes problemas.

³²⁷ Ver sinal nº 1702 de 1830.

³²⁸ Ver Sinal nº 1219 de 1820.

³²⁹ Os bilhetes referentes aos anos de 1816, 1817 e 1818 estão em particular mau estado. Em 1848 verifica-se a mesma situação.

³³⁰ “Ave Maria A Este Menino se pede q se lhe ponha por nome Fortunato Nasceo dia 24 de Outubro de 1832 Laus Deo”. Ver Sinal nº 1458 de 1832. Ver Apêndice, Estampa 28.

³³¹ Trata-se de um bilhete escrito em português mas com uma frase final escrita em grego que se poderá traduzir por “Irmãos, compadecei-vos dos Recém nascidos E Deus de vós se compadecerá”. Ver Sinal nº 570 de 1794. Ver Apêndice, Estampa 29.

Bilhetes bilingues são raros mas também existem: “Este menino nasceo em Lisboa, e foi bautizado pelo Paroco na Freguezia aonde nasceo. P^a sinal leva uma veronique da Sta vierge de La Salette ao pescoço. Pede-se q lha conservem.”³³² A verónica hoje já não existe, mas *Cleto*, assim foi batizado o menino, sobreviveu e o seu assento assinala as datas mais determinantes da sua vida: o casamento em 1893 e a morte em 1941, nas Gaeiras, Óbidos.

Há que registar a diferença entre a utilização de línguas vivas (espanhol, francês...) e a utilização de línguas mortas (latim e grego). Enquanto as primeiras seriam utilizadas por abandonadores estrangeiros, fossem mães ou pais, residentes ou de passagem, a utilização do latim e do grego remete para uma questão mais subtil: quem dominava estas duas línguas para além de pessoal eclesiástico e outro pessoal com formação superior? O latim e o grego é utilizado não como a língua do texto base mas como uma espécie de adorno ao bilhete para impressionar. No entanto, pode ser utilizado como complemento e como uma espécie de senha que só pode ser entendida por alguns. É o caso de um sinal de uma criança entrada em 1814 com dois bilhetes que apresentam quatro caligrafias diferentes e outras tantas tintas. Um dos bilhetes faz a descrição de um diversificado e abundante enxoval, a indicação da data do nascimento, o pedido de madrinha e a descrição de um sinal têxtil. Verdadeiramente surpreendente é a existência de um segundo bilhete escrito em latim onde é pedido o nome, caso nasça menino ou menina: “Si vir debet se apellera Michael si autem fuerit Mulier apellata erit Senhorinha quia sie voluntates sunt Patrum; Rogo te u teuries quantum satis at bonam sustentecionem ET educacionem ex eu qui te quizivit et potuicet vivere: Com outro igual bilhete como este se hade procurar esta Criança”³³³. Termina com uma promessa em português mas parece tratar-se de um bilhete em código, previamente combinado com a instituição que recebe a criança. Ou pelo menos este só seria passível de ser entendido por quem dominasse o latim. Quem dominaria a língua para além do pessoal eclesiástico? Muito poucos.

Neste tema da utilização da língua, nos bilhetes transparecem os regionalismos linguísticos que por sua vez podem indiciar a origem geográfica dos pais. Por exemplo: “(...) Boto na Santa Caza pela grande nesidade em que me axo (...)”³³⁴ ou “Nacido a 19 de

³³² Ver Sinal nº 1782 de 1862.

³³³ “Leva três camizas de paninho duas com renda de filló de algodão e huma com renda de fora de linha e da mesma nas mangas Dois berbedoiros de paninho Hum vestido de xita cor de fougo amarela e verde e roupinhas hirmans leva dois cueiros hum de beitinha branca com salpicos verdes debruado de xita branca Ozinhos rouxos e outro de baeta amarela com huma tira de beitinha branca Liza Leva huma touca na cabesa de filó de linha com fitinha verde asetinada estreitinha Leva no sinto huma fita verde atadeira da largura de dois dedos Hum xaile de ponto de sarja cor de ganga com risca amarela já uzado e partido Leva huma fitinha verde da cor da touca atada em hum dedo piquenino da mão direita Leva mais huma camiza de paninho com rendas de linho de fora irman da q leva a outra camiza Leva mais hum berbedoiro de paninho - leva mais hum vestido de paninho com refegos infiados com fita de linha estreitinha – leva humas roupinhas de paninho com o mesmo feitio leva mais dois cueiros hum de beitinha branca com sinais verdes debroado de fitinha verde atadeira outro de baeta amarelo com huma tira de beitinha branca Liza Leva mais huma touca teia de aranha com fitinha asetinada estreitinha cor de ouro Nasseo no dia 19 de Julho em dia de Sam visente de Paula no ano de 1814 entregase no dia 21 do mesmo mês de julho não esta criança sinal nenhum da natureza Querem q sua Madrinha seja Nosa Snr^a da Conseição Leva huma fitinha verde da cor da touca atada em hum dedo piquenino da mão direita”. Ver Sinal nº 995 de 1814.

³³⁴ Ver Sinal nº 410 de 1815.

agosto de 1852 o que peso que Le bote Domingos Sanches”³³⁵. O verbo *botar* no sentido de *deitar*, *deixar*, *pôr*, é hoje tipicamente nortenho.

É certo que as línguas evoluem de forma diferente tendo em conta variadíssimos factores: as regiões geográficas, os utilizadores, o maior ou menor contacto com o exterior. Há expressões que poderiam ter sido comuns a todo o território nacional e ao longo dos anos terem-se conservado no norte e desaparecido no sul. Contudo, dada a utilização rara deste tipo de expressão nos bilhetes, o que significaria a sua pouca divulgação, será de colocar a hipótese se não estaremos perante um vocábulo utilizado por gente com raízes longe da cidade .

São raros os que apresentam uma escrita cuidada e sem erros ortográficos. A esmagadora maioria são elaborados por autores desconhecidos numa escrita deficiente, por vezes péssima. Independentemente da ortografia utilizada na época, dos códigos discursivos, do léxico utilizado e do seu significado³³⁶, é notório o domínio deficiente da língua com grafias múltiplas³³⁷ chegando-se muitas vezes a perceber o que está escrito apenas pelo som ao ler-se em voz alta. O próprio escrivão, por vezes, também tem dificuldade em decifrar o que está escrito, sobretudo no diz respeito ao nome pretendido. Em 1850 uma criança com um bilhete pedindo que se lhe pusesse o nome de Marcolina foi registada com o nome de Marcellina: “Está menina nasceu a 25 de Fevereiro às 11 horas do dia ainda não vai Bathizada peço a Voças senhorias que pornome lhe ponho Marcolina (...)”³³⁸.

Quando não existem linhas, o texto vagueia pelo papel de forma quase infantil. E mesmo que as haja, estas não são indicadores do sentido da escrita. É certo que se poderá dizer que com os altos índices de analfabetismo na sociedade portuguesa, este quadro não é de estranhar. Também se poderá avançar com outras hipóteses: o abandono não permitia grandes textos e muitas aprimorações. E se a maioria das crianças tiver origem nos estratos populares pouco ou nada letrados... e se tivermos em conta que a maioria das crianças que entraram na SCML não tinham muitos dias de vida (antes pelo contrário) e que quem abandona quer “desfazer-se” o mais rapidamente possível da criança, compreendem-se melhor os bilhetes apressados e pouco cuidados³³⁹. E mesmo que se recorresse a escrivães profissionais que tinham bilhetes manuscritos pré-formatados nos quais bastava mudar “menino” para “menina” e preencher o nome da criança no espaço em branco, ficava-se sempre na dependência da qualidade do escriba. Isto não impede que alguns bilhetes

³³⁵ Ver Sinal nº 1487 de 1852.

³³⁶ Por exemplo, a utilização da palavra “enxoval” é muito tardia no período em estudo. A palavra mais utilizada é “pensadura”.

³³⁷ A palavra “baptizado” tanto pode ser, por exemplo, “batisado”, “bautizado”, “baptisado”, “baltizado”. A palavra “chamar” também é um exemplo vulgar desta multiplicidade de expressão: “xamar”, “xhamar”, “xemar”, assim como “há-de-se” que tanto pode ser “adese” como “a de se” ou “a dese”. As combinações são múltiplas e variadas.

³³⁸ Ver Sinal nº 219 de 1850.

³³⁹ Cerca de 30% das crianças entrou no dia do nascimento. Se a estas crianças juntarmos as que entraram no dia seguinte ao nascimento, o número sobe para 47,5%. A maioria das crianças entrou durante a primeira semana de vida, cerca de 60%.

apresentem uma organização gráfica próxima de uma folha de cálculo³⁴⁰. A pouca qualidade da maior parte dos textos escritos, quer em termos formais, quer em termos lexicais, não nos deve surpreender: em 1878 só cerca de 20% dos portugueses com mais de 6 anos sabiam ler e escrever...³⁴¹.

Também eram utilizadas técnicas para realçar o que se queria transmitir:

a) escrevendo o nome pretendido utilizando letras de um tamanho muito maior ou mais cheias do que o utilizado no corpo do texto;

b) colocando o nome numa posição central em relação a todo o escrito³⁴²;

c) utilizando duas cores de tinta para evidenciar o que se considerava fundamental³⁴³;

d) escrevendo o nome várias vezes ao longo do texto de modo a não haver dúvidas ou esquecimentos quanto a essa questão;

e) reforço da mensagem com frases sublinhadas³⁴⁴;

f) letras separadas por :³⁴⁵;

g) pinturas no corpo do texto³⁴⁶.

Também há papéis simplesmente em branco, apenas recortados e outros que dizem “O sinal é não levar sinal”³⁴⁷ ou “por sinal não leva signal nenhum”³⁴⁸.

E há bilhetes muito curiosos que para além de darem informações preciosas sobre a criança, dão como sinal para futura recuperação acontecimentos que certamente foram muito falados e tiveram grande impacto entre a população. Só assim se compreende que um bilhete remeta para um acontecimento passado na vida da cidade e que grande choque e perturbação deve ter causado: “Entra pela santa casa Dentro um menino que nasceu no dia 29 de Abril de 1863 que vai por batizar adese chamar João sinaes tudo é velho o sinal maior que leva é que faz onze annos que se arroboou as portas do limoeiro Lesboa 29 de

³⁴⁰ Ver Sinal nº 1984 de 1859.

³⁴¹ Ver Rui Cascão, «Em casa: o quotidiano familiar», *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3, p. 229. No mesmo sentido apontam os valores apresentados por Fernando Marques da Costa “(...) a taxa de analfabetismo era ainda, para maiores de 7 anos, de 76% em 1890”, «Sociedade e grupos sociais no período constitucional», *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, vol. III, ed. das Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1983, p. 576. Luís Reis Torgal apresenta valores semelhantes aos de Rui Cascão, «A instrução pública», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 5, ed. do Círculo de Leitores, p. 618. Contudo, deveremos ter em conta que o analfabetismo apresenta valores díspares conforme as regiões e o género.

³⁴² Ver Sinal nº 2509 de 1861.

³⁴³ Ver Sinal nº 2109 de 1862.

³⁴⁴ Ver Sinal nº 483 de 1796.

³⁴⁵ Ver Sinal nº 1402 de 1817.

³⁴⁶ Ver Sinal nº 834 de 1821: “Esta menina Nasceo a 14 di Junho de 1821 * hade chamarse Carolina Jozefa Liopoldina e Le por sinal hma estrela com sinco pernas”. A estrela de cinco pontas encontra-se no meio do texto, desenhada a cheio.

³⁴⁷ Ver Sinal nº 1656 de 1814.

³⁴⁸ Ver Sinal nº 1330 de 1849.

Abril de 1863 Ede Lisboa”³⁴⁹. *João*, a quem foi dado o nome de *Climaco* no batismo, entrou no mesmo dia do seu nascimento na SCML e o sinal não teve uso porque morreu dois meses e meio depois.

Em regra sem pontuação, nem parágrafos, alternam letras maiúsculas com minúsculas sem razão aparente a não ser a falta de domínio da técnica da escrita³⁵⁰. Até meados do século, os números nunca têm uma representação gráfica numérica, sendo sempre apresentados por extenso. O conceito de “igual” só tem expressão escrita desta forma a partir da mesma época. A palavra vulgarmente utilizada era “irmão”. Alguns dobrados e fechados a lacre vermelho, os bilhetes são escritos na maior parte dos casos na 3ª pessoa impessoal: “Entregase”, “Remete-se”. Mas também os há escritos na 1ª pessoa do singular, dirigidos ou não aos “Illustrissimos Senhores”, “Benignos Senhores”³⁵¹ ou “Remeto a esta Santa Caza da Miziricordia ao Meu filho q deo a Lus as 3 horas da noite a 14 do mes de agosto em dia de Santo Eusebio fresco. Mais peso no seu batismo q se xame Manoel baptista (...)”³⁵², ou dirigidos ao próprio filho³⁵³, ou o “próprio” exposto a escrever “Se a Providencia quizer não heide estar n’ella muito tempo! (...)”³⁵⁴. Há ainda uma outra possibilidade, os pais identificam-se (muito mais raro e nunca saberemos se é uma identidade verdadeira ou falsa) e elaboram um texto burocrático, seco, como se de um requerimento se tratasse: “Eu Pai Joze Grasia e a mai Maria xaquina a menina xamase Luduvina nasida no dia 17 de Junho de 1817 as dez horas da noite Baltizada na igreja de Nosa sinhora da icarnação por sinal leva huma fita de seda largura quatro dedos de cor de castanha riscas azuis claras i brancas leva dois coeros de baeta roxa os cinais que a menina leva ca fica outro tanto vai a menina no dia 25 do mes de setembro de 1817”³⁵⁵.

Os bilhetes escritos na primeira pessoa do singular são, logo a seguir aos de autoria desconhecida, os que se apresentam em maior número. Nunca é identificado claramente o seu autor, nem pela concordância verbal, o que é natural dada a escrita pouco fluída: “1 de Junho de 1840 emtrou a minha Filha Maria Victoria pª a Santa Caza da Mezecordia o q peço he q seja bem tratada a seio tempo será tirar pagandoçe todas as despesas q se tiverem feito com ella tem de idade 17 mezes 2 dias”³⁵⁶. Como não será de estranhar, nestes casos os textos cuidados são em maior número. Isto é, escrever na 1ª pessoa do singular, significa

³⁴⁹ Ver Sinal nº 981 de 1863. Na realidade a 29 de abril de 1847 houve uma fuga em massa da cadeia do Limoeiro. Cerca de mil presos conseguiram fugir e as tentativas para capturar os fugitivos originaram várias mortes, quer entre os presos, quer entre a população. Existem inclusivamente gravuras da época que ilustram esta fuga colectiva. Apesar de não coincidirem exactamente o número de anos, este deve ser o acontecimento que o bilhete referencia. É curioso como 16 anos depois do acontecimento, este sirva para sinalizar uma criança. A memória desta fuga, certamente perdurou na cidade como um registo digno de nota. Sobre esta fuga, ver *Cadeia do Limoeiro – da punição dos delinquentes à formação dos Magistrados*, catálogo da exposição, Centro de Estudos Judiciários, Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2013, pp. 40-42. Ver Apêndice, Estampa 30.

³⁵⁰ Alguns exemplos: “deBroados”, “deClareza”, “deZenbro”, etc.

³⁵¹ Ver Sinal nº 1231 de 1816.

³⁵² Ver Sinal nº 1732 de 1859.

³⁵³ Ver Sinal nº 1338 de 1860 ou Sinal nº 1172 de 1801.

³⁵⁴ Ver Sinal nº 1039 de 1854.

³⁵⁵ Ver Sinal nº 1324 de 1819.

³⁵⁶ Ver Sinal nº 850 de 1840.

uma identificação pessoal, um maior envolvimento com a criança e por isso, talvez, uma origem social onde o domínio da escrita talvez não fosse uma aptidão desconhecida.

E mesmo que o autor se identifique, desconhecemos que relação tinha com a criança: “Eu Maria Getrudes ponho na Roda a hum menino chamado Domingos (...)”³⁵⁷. Seria a mãe? A comadre? Uma outra familiar? Um nome fictício? Se analisarmos com cuidado a totalidade do bilhete somos surpreendidos pelo domínio quase perfeito da língua, pelo correto encadeamento lógico dos assuntos, qualidades muito raras no universo alfabetizado das mulheres portuguesas no início do século XIX: “Eu Maria Getrudes ponho na Roda a hum menino chamado Domingos com os Signaes seguintes. Toca barnca com huma fita enroda verde com laços huns verdes e outros encarnados ropinhas de xita branca coeiros escuros fraldinha riscada atados com huma fita preta. Nasceo no dia da sumpção entra na roda a 2 do mez de 8bro de 1809 em qualquer tempo q se leve hum bilhete igual a este entregarão o dito menino”. Embora escasso, o enxoval apresenta acessórios que denunciam algum desafoço económico. Quando entrou, Domingos tinha quase dois meses de idade. Porquê dois meses de espera até entrar na “Roda”? Repare-se no tom afirmativo e quase burocrático do início do bilhete, como se estivessemos perante um documento de carácter oficial em que o requerente se identifica para atestar e confirmar uma qualquer situação. Com alguma dose de ousadia, quase diríamos que este bilhete não foi escrito por uma mulher mas por um homem que não se expôs e nem sequer se identificou, inventando uma identidade que não a sua. Ou um homem que escreveu o que uma mulher lhe pediu dando ao texto uma organização e um formalismo de quem domina a técnica da escrita. Havia mulheres com esse domínio. Poucas, mas havia-as. Seria este o caso?

Entre os bilhetes escritos pelos pais, só pela mãe ou só pelo pai, também encontramos diferenças curiosas; os escritos por ambos os progenitores são muito raros. Aqueles escritos só pelo pai, representam quase o dobro dos que são escritos apenas pela mãe. E se classificarmos os bilhetes com uma escrita cuidada, com uma escrita deficiente ou com uma escrita péssima, verificamos que os bilhetes escritos de forma cuidada pelo pai representam mais do triplo dos mesmos escritos feitos pela mãe. Mais uma vez, estamos perante uma desvantagem feminina. Adiante analisaremos devidamente estas diferenças.

Mas há certamente outros familiares da criança que participam no processo. Em 1839 “(...) se recolhe à santa Caza da Mizericordia a recém-nascida junta a esta clareza, a qual deverá ser baptizada sobre o nome de Magdalena, filha legitima de J. J. Da C. Vasconcellos, e de L. R. X. J., neta Paterna de J. J. da C. e de D. M. M. P. Vasconcellos, e Materna de M. Das Dores, e de J. J. R.; Recomenda-se a este Pio Estabelecimento hajão com a recém-nascida todo o cuidado e cautella pois que em tempo competente será solicitada Lisboa 5 de Março de 1839.JAVasconcellos”³⁵⁸. Tratar-se-á, a julgar pelo apelido, de alguém muito próximo que escreveu e identificou a criança pelas iniciais quer dos pais, quer dos avós paternos e maternos. Identificar os progenitores por iniciais é raro, mas aparecem alguns casos; identificar os avós de ambas as partes é que é uma absoluta

³⁵⁷ Ver Sinal nº 1200 de 1809.

³⁵⁸ Ver Sinal nº 334 de 1839.

raridade. Embora identificar os pais por iniciais na prática não os identifique, neste caso há algumas pistas porque um dos apelidos é claramente identificável.

Uma rede de cumplicidades entre pais/mãe, comadres/parteiras, familiares, escrivães e pessoal da própria SCML relacionados com o abandono (ama rodeira, padre, secretário...) deve ter de facto existido, se tivermos em conta algumas notas à margem no livro de registo, só possíveis se houvesse um conhecimento da situação real daquela criança. Os bilhetes deixam antever este mundo de sombras e interditos. Em “(...) Julho do ano de 1801 entrou para esta santa caza da meziricordia huma menina lhe porão o nome anriqueta (...) recomendo o snr.e padre joaquim sacartario da mesma Santa caza q esta menina sera posta em costodia para atodo o tempo se tirar”³⁵⁹. O nome do padre secretário que estava diretamente em contacto com os expostos não seria do conhecimento geral, ainda mais com um pedido explícito de recomendação. E o que dizer do seguinte: “Este menino hé o q a Sr^a Marqueza de Valença recomendou (...) q avia Levar o nome de Camilo p^a lho porem qdo o batizarem mas permeteu sua May a São Fr.co de Paula q se avia chamar do nome deste. Assim seja o q se lhe ponha mas saibão q hé o m.mo q avia ser Camilo”³⁶⁰. O que levou a Sr^a Marqueza de Valença a interferir, recomendando uma criança? Que acordos e contactos e acordos prévios foram feitos? Afinal abandonar uma criança não seria tão anónimo e impessoal como poderia parecer à primeira vista.

Todos os bilhetes, exceptuando as guias provenientes da Enfermaria de Santa Bárbara do Hospital Real de S. José, são manuscritos. Como já vimos, a partir da década de 30, essas guias passaram a ter um texto impresso com espaços em branco onde o escrivão do Hospital registava os dados específicos da criança a remeter para a “Roda”. Até aí eram integralmente manuscritas, algumas delas decoradas com animais e flores porque o escrivão da altura teria uma veia artística que exercia nestas folhas de papel. Não nos parece que haja qualquer significado especial nestes desenhos, apenas um exercício de criatividade onde folhas e flores alindam uma folha de papel. Enquanto foram totalmente manuscritas, as guias da Enfermaria de Sta Bárbara eram feitas em folhas de papel próximas do que hoje se consideraria A4. Quando se passou para a modalidade do texto estandardizado e impresso, a guia passou a metade dessas folhas³⁶¹.

A utilização de abreviaturas é comum e a sua utilização evoluiu ao longo do tempo. Os textos podem ser delicados e longos (estes últimos mais raros), transparecendo uma real preocupação com quem se abandona ou rudes e curtos (estes últimos os mais comuns) indicando apenas o que o abandonante considerava essencial: o baptismo e o nome. Outros há que dão ainda indicações mais alargadas: que é quebrada, que os pais são refugiados, que já não mama, que já não mama e come de sua mão, que tem feridas na barriga. A data

³⁵⁹ Ver Sinal nº 842 de 1801.

³⁶⁰ Ver Sinal nº 803 de 1807. A criança saiu da SCML. Ver *Lº das Entregas*, f.151 V e a A marquesa de Valença pagou as despesas. Ver *Lº dos Fidalgos*, f. 38.

³⁶¹ Normalmente as guias, officios e certidões eram feitas em folhas inteiras, muitas azuis, algumas seladas. Contudo, não é difícil encontrar certidões passadas em meias folhas.

e hora do nascimento também são comuns, bem como a data e hora de entrada na SCML³⁶². Por vezes, o local de origem também é referido.

Ser originário de Belém ou do Campo Grande teria o mesmo significado se a origem fosse Alenquer, Mafra, Almada ou Alcochete³⁶³. Seriam sempre de fora de Lisboa. Dentro de Lisboa detectam-se algumas freguesias de onde são originários um maior número de expostos: por exemplo, na década de 60, S. Pedro de Alcântara destaca-se pelo número de crianças que entram na SCML³⁶⁴.

A quantificação do tempo só se apura na 2ª metade da década de 60. As horas eram invariavelmente contadas pelo padrão “quartos” (dez e três quartos, por exemplo) ou por referências religiosas: “(...) naceo hoje terça fª 12 do corente mês de Janeiro pellas aves marias (...)”³⁶⁵. A partir de 1865 começam a aparecer a hora e os minutos: “Naceu o dia 28 de março pelas 4 horas e 10 minutus da manhã de 1865 (...)”³⁶⁶. E esta questão da precisão no registo do tempo tanto transparece nos escritos dos que abandonam, como nos assentos oficiais realizados pelo escrivão da SCML.

Para além de informações sobre o estado de saúde da criança e das suas características físicas, há bilhetes que referem as causas do abandono: doença da mãe, falta de leite, morte da mesma, pobreza, pai ausente e, a partir de meados do século XIX, “as sircontancias” que nunca são claramente enunciadas mas que se prenderão, eventualmente, com razões de ilegitimidade. Mas desconhecemos as reais razões do abandono da esmagadora maioria. Mesmo nos bilhetes explícitos acerca das razões do abandono, nunca saberemos se “a falta de leite” ou a “mãe pobre” ou as “circunstâncias” serão o verdadeiro e único motivo do abandono.

Até 1834 as crianças negras e pardas tinham um livro de assentos de entrada e de baptismo próprios. Após esta data, independentemente da cor, todas as crianças foram registadas no mesmo livro. Esta prática prende-se com questões de natureza política, no sentido de salvaguardar e proteger estas crianças da sua possível ascendência escrava e dos abusos a que poderiam estar sujeitas. Curiosamente, a partir de 1834 as crianças pretas e pardas desaparecem quase por completo nos registos. No entanto, a natureza dos bilhetes é idêntica para todas as crianças. Isto é, quem abandona quase nunca refere a cor de quem é abandonado. Sabemos que estamos perante uma criança de cor porque antes de 1834 se registava num livro à parte, e aí sim, o assento dá conta se se tratava de uma criança “parda”, “mulata” ou “preta”. Posteriormente perde-se o rasto a estas crianças porque o padre deixa de o mencionar no assento e os bilhetes não se destacam por qualquer

³⁶² Através destas indicações é possível determinar a idade à entrada e também estabelecer a origem geográfica da criança.

³⁶³ A entrada de crianças oriundas dos concelhos limítrofes, diminui drasticamente após a década de 50. Esta alteração prende-se com alterações legais e pela enorme pressão que a SCML faz para que cada município fosse responsável pelos seus próprios expostos.

³⁶⁴ A origem destas crianças de S. Pedro de Alcântara deve ser vista num contexto de crescimento urbano da cidade e da linha de industrialização na zona. Certamente esta indústria nascente era apelativa para novos migrantes, e o desenvolvimento dos transportes favorecia a mobilidade.

³⁶⁵ Ver Sinal nº 42 de 1790.

³⁶⁶ Ver Sinal nº 793 de 1865.

especificidade de entre os restantes. Porém estamos longe de poder concluir que as crianças de cor tivessem desaparecido por completo do universo das crianças expostas, antes pelo contrário. Em 1854 entrou uma criança com o seguinte bilhete: “O Pequeno Naeo No dia Domingo Sinco de Novembro as zonzes oras p^a o meio dia deste prezente anno De 1854 Denação Mulato trais São Izacarias”³⁶⁷. No seu assento não há nenhuma menção à cor da pele. O mesmo não acontece num outro caso quando “Entrou para a Santa Caza da mecordia huma Menina de cor preta no dia 18 de agosto de 1870 por nome Anna Maria”³⁶⁸.

Para além de informações, muitos bilhetes contêm pedidos diversos: que não se troque, que se dê a uma boa ama³⁶⁹, que seja tratado com cautela, que a madrinha seja N^a Senhora, etc. Informações e pedidos que coexistem com promessas variadas: em breve se irá buscar; assim que as circunstâncias o permitam “será tirado”; a SCML receberá o que dispendeu com a sua criação... A palavra “breve” é a mais citada. Como explicar um discurso de esperança que dá ao abandono um carácter curto, transitório e nunca definitivo, se a criança morre no dia seguinte à sua entrada? É pouco plausível que se a criança morre pouco tempo depois da sua entrada, já não viesse doente e que o(s) progenitore(s) não tivessem consciência da sua fragilidade. Estaremos perante um descargo de consciência de quem se quer autoconvencer que o abandono não será definitivo e que a morte será esconjurada com promessas de um futuro mais familiar e promissor?

Nos bilhetes é muito comum a indicação do nome que se pretende que criança tenha bem como indicações sobre o batismo: está ou não batizado, batizado de urgência por correr riscos de vida³⁷⁰. Mais de metade dos bilhetes toca a questão do baptismo, mesmo que seja para informar que não estava batizado. A não referência ao baptismo é minoritária. Quanto aos nomes, estes apresentam uma nítida evolução: de pedidos de nomes simples e únicos (Roza, Josefa, Umbelina e outros que hoje nos parecem mais estranhos e exóticos), passa-se em meados dos anos 30 para pedidos de nomes combinados com a indicação de apelidos dos quais nunca saberemos se correspondem à herança familiar ou se foram inventados para impressionar o pessoal da SCML na esperança de melhor tratamento da criança. Os nomes pedidos são quase sempre escrupulosamente aceites até à década de 60³⁷¹, com excepção de curtos períodos, como adiante referiremos.

Na década de 60, concretamente a partir de meados de 1861, para impedir as fraudes de pais que através do nome seguiam o percurso dos filhos abandonados ou que de qualquer outro modo pretendiam ludibriar a SCML, o escrivão optou por alterar o nome pedido criando uma lista alfabética que aplicava com rigor originando nomes tão

³⁶⁷ Ver Sinal nº 2144 de 1854.

³⁶⁸ Ver Sinal nº 1849 de 1870.

³⁶⁹ Como veremos, a questão da qualidade das amas é uma preocupação que atravessa todo o período em análise.

³⁷⁰ A questão do baptismo, a sua importância e o seu papel social será objecto, posteriormente, de uma análise mais profunda.

³⁷¹ As únicas alterações pontuais detectadas referem-se à possível conotação dos nomes. Só assim se entende que um pedido para “Maria dos Prazeres” fosse substituído por um mais apropriado “Maria das Dores”. Ver Sinal nº 731 de 1841.

exuberantes quanto estranhos: Militina, Simphoriana, Terenciana, Vespaziana, Zebina, Eucharia, Zozimo, Taurino, Servilia, Aerizio, Methodia, Legio, Macilio, Theodolfo, entre outros. Assim, mesmo que fossem pedidos nomes cuja inicial correspondesse à letra da lista pré-estabelecida, o nome era alterado. É por esta metodologia que um pedido de “Antonio” se fixa num “Aerizio” ou uma simples “Maria” é baptizada como “Methodia”³⁷² e que um pedido para que a criança se baptizasse com o nome de Alexandre Carlos da Costa, redundasse em “Belizario”³⁷³. Estas séries onomásticas que hoje nos parecem bizarras foram utilizadas durante toda a década de 60. Tinha havido uma primeira tentativa para impor este método a partir do assento nº 160 em 1834, iniciando-se a série com um pomposo Amfiano. Em 1847 retomou-se essa prática, mais uma vez abandonada, só voltando a ser retomada de forma sistemática a partir de 1861.

Nas *Actas da Comissão Administrativa da Mesiricórdia (1845-1851)* pode ler-se: “(...) Foi chamado o Administrador do Hosp.al dos Expostos e Recolhimento das Orfãs; e perguntado, entre outras couzas, do motivo p.r que não eram baptisados os Expostos entrados na roda com escripto, com os nomes pedidos no mesmo escripto: e tendo elle informado que um dos principaes fins desta pratica era evitar que os mesmos Expostos na sahida para as amas fossem decubertos por seus paes, sendo diversas as opiniões emitidas a este respeito veio por fim concordar-se que se continuasse na mesma pratica, declarando porem no assento do baptismo o nome pedido no escripto. (...)”³⁷⁴. Mudar o nome significava cortar o último elo que ligava a criança à família. A questão foi retomada mais tarde e nessa altura (1861) a SCML mudou de forma radical a sua posição quanto à aceitação dos nomes pedidos. Entre a SCML ser ludibriada e haver um acompanhamento da criança por parte da família mesmo utilizando meios ilícitos mas que poderiam beneficiar a criança (vigilância, apoio), a instituição pretendeu moralizar uma situação que poderia ser de abuso (amas que na realidade eram a mãe da criança e que recorriam a este expediente para acrescentar os seus parques rendimentos com mais algum valor) com prejuízos óbvios para si própria. Ou haverá uma intenção deliberada de afirmação do direito da SCML em substituir os pais? À face da lei, a instituição e o Estado adquirem o poder paternal a partir do momento em que a criança é abandonada. A SCML tinha de facto o direito de o fazer e certamente é com base neste pressuposto legal que a SCML age em conformidade.

Também é muito comum os bilhetes conterem a descrição do enxoval que a criança levava aquando do seu abandono. Enxovais compostos por muitas peças de roupa, ou enxovais diminutos, há de tudo. A maior parte seria “huzado” e velho, mas também os há novos. Os enxovais, na época “pensaduras”, eram compostos por peças base que vão evoluindo ao longo do século. Se toucas, bebedouros e coeiros têm uma presença

³⁷² Também esta questão dos nomes e apelidos será objecto de uma contextualização aprofundada pois é reveladora de alterações sociais e culturais que atravessam este período. Para além do Santo venerado no dia, os nomes podem reflectir influências políticas (Napoleão). Há uma larga bibliografia sobre esta temática, nomeadamente espanhola e francesa. Ver BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir.), *Noms et destins des sans famille*, Paris, PUPS, 2007.

³⁷³ Ver Sinal nº 413 de 1866.

³⁷⁴ Acta da Sessão de 28 de Julho de 1847, Livro 2, fl. 45 vº.

constante, ao longo do século “Xambres”, “Mandriões” e “Jaquetas” vêm juntar-se às primeiras. Não há sapatos (só se a criança tiver alguns anos e nem todas), nem indicação de botinhas.

Como já vimos, os bilhetes não são imunes às conjunturas políticas do século XIX. A presença francesa no território português no início do séc. XIX é visível em ambos os sentidos: de apoio aos franceses³⁷⁵ ou de repúdio pelos mesmos sobretudo quando se verifica a deslocação de populações originada pela fuga às tropas francesas. Isto já sem falar na toponímia e nas instituições. Após 1820, e por um curto período, o Hospital Real de S. José passou a ser designado por Hospital Nacional de S. José e Vila Franca de Xira passou a Vila Franca da Restauração a partir de Fevereiro de 1826 até 1834. É de salientar que uma prática que ainda hoje é utilizada pelos Estados para vincularem valores, celebrarem heróis, reconhecerem políticos, intelectuais, cientistas ou quaisquer outros ou outras que tenham contribuído para o viver colectivo, tenha já sido utilizado de forma tão concreta no século XIX. O caso do Hospital Real de S. José que passa a Hospital Nacional de S. José é um caso paradigmático quanto à construção ideológica do edifício liberal.

As palavras carregam simbolismos que, embora pareçam de menor monta, têm por detrás um programa, um modelo de sociedade que é preciso ser conhecido, reconhecido e aceite por todos. O Hospital de S. José ter perdido, ainda que por curto espaço de tempo, o “Real” para adquirir o “Nacional”, tão só representa a subalternidade do poder real face à Nação. Em sentido contrário, a mudança de “Xira” para “Restauração” até ao fim da guerra civil, é a marca da guerra entre liberais e absolutistas.

Formalmente, o modo como os autores se dirigem à SCML é curioso: podiam dirigir o bilhete aos “Illustrissimos Senhores” ou “Benignos Senhores”³⁷⁶ mas o mais usual era a omissão deste destinatário e ficar-se por uma impessoal “Santa Casa da Misericórdia”, em ambos os casos com numerosas possibilidades de grafia. E o modo como se encara a instituição e quem se abandona revela-se no verbo como se enuncia a acção: “Remete-se”, “Deposita-se”, “Mete-se”, “Manda-se”, “Lançado”, “Vai”, “Ahi vai”, “Dei”, “Engeita-se”.

Como se enuncia quem se abandona é uma questão complexa que exigirá uma contextualização cuidada posterior. Palavras com “enjeitado” ou “exposto” aparecem escritas muito raramente. Porquê? Todas as crianças, mesmo as pretas e pardas, são tratadas pelo abandonante como “menino(a)”, por vezes “criança”, quase nunca “rapaz/rapariga”. Este cuidado carinhoso é um indício claro do modo como se encarava a infância e os filhos. “Menino(a)”, quase sempre escrito em maiúsculas, faz antever o cuidado e é, simultaneamente, uma valorização daquele que se abandona. Em 1820 escreveu-se: “Rogase a V.as X.as o zelo de sepearão no asento deste emfellis Inosente que há tensão de ser procurado por algum tempo favorecendo outros sirconstancias q não há o prezente nasceu no dia 6 de Agosto de 1820 o seu nome pedese o porselhe Antonio e sobre

³⁷⁵ Ver Sinal nº 458 de 1809.

³⁷⁶ Ver Sinal nº 1231 de 1816.

Nome Joze e se entrega das 9 p^a as 10 da Noitte do dia 7 de Agosto do Mesmo q fica outro igual p^a mimoria p^a a todo o tempo se cotijar”³⁷⁷.

Conforme se avança no século, registam-se outras precisões e nomeações. Assim em 1863, abandona-se “Esta creança do sexo femenino hade brevemente ir-se procurar; e por isso se roga encarinsdam.te que se entregue a Ama sãa e capaz, leva um sinal igual a outro que fica Não vai batizada Deve porselhe o nome de Luziauma creança do sexo femenino”³⁷⁸. Não é frequente esta designação (sexo feminino) mas revela a introdução na linguagem do quotidiano de novas expressões que se irão impor definitivamente.

Também são detectadas tendências na escrita dos bilhetes: rubricas no seu final que depois desaparecem na década de 50, e a palavra “Lisboa” escrito no final do bilhete, um meio para indicar que aquela criança era da cidade. Mais uma vez, perante esta padronização, poderemos supor a existência de uma rede de individuos que se dedicavam a esta tarefa?

Há bilhetes escritos pelo pai, e há-os pela mãe, embora estes mais raros por razões compreensíveis: se o analfabetismo era uma realidade, maior seria entre as mulheres. E o discurso feminino é diferente de um texto escrito pelo pai. “Digo Eu Pai da menina q espero da Rial Menza q esta menina seja entregue a huma ama q seja capas, e juntam.te espera q se chomaçe Maria do Emparo q.do se batizaçe porq os Pais querem tirar a todo o tempo esta menina O sinal ahi vai Naceu em 26 deste mes en q estamos as 5 horas da tarde”³⁷⁹. Normalmente o pai centra as suas preocupações nas “(...) circunstancias exigem q elle seja posto nessa Sta Caza de donde hade ser tirado dentro em pouco tempo e p^a senal leva hum laço de fita encarnada”³⁸⁰ ou na descrição de dados objectivos, como as causas que justificam o abandono: a morte da mãe, a falta de leite, doença de um ou de ambos, ou ainda na descrição do enxoval.

Uma mãe quando escreve, escreve um texto onde são visíveis as preocupações com o futuro daquela criança e o afecto revela-se no tratamento carinhoso que dá ao filho que abandona e nas recomendações que faz. Atente-se neste bilhete: “Ill.mo Snr Ademenistrador Como vejo com 5 Filhos ao Redor de Mim e não tenho gota de Leite nem Meios p^a o poder mandar criar hé rezam por q thomei a Rezuluçam de o mandar p^a a Sta Caza. Eu fico mas a minha Alma o meu coração vai com o meu terno Filho senão foçe a isprança q tenho em no tirar o qto antes Eu de serto não Podia Recestir asim peço a V S^a pella boa sorte da sua Familia q emqto eu ou não tiro p^a a minha Companhia q seja seu Pai elle nasceu no dia 18 de Outubro pelas 11 oras da Manhã ainda vai por batizar peço lhe ponhão o Nome Antonio d Figueiredo d V S^a umilde Criada M. C. M.”³⁸¹. Aliás este tipo de bilhetes, como muitos outros, tanto escritos pelos próprios como a pedido, dão uma nova dimensão da separação e entrega das crianças à instituição, não como um acto de desinteresse e de abandono mas como uma estratégia de sobrevivência. Abandonar na

³⁷⁷ Ver Sinal nº 1119 de 1820.

³⁷⁸ Ver Sinal nº 2610 de 1863.

³⁷⁹ Ver sinal nº 605 de 1822.

³⁸⁰ Ver Sinal nº 332 de 1816.

³⁸¹ Ver Sinal nº 1650 de 1841. Ver Apêndice, Estampa 31.

“Roda”, representaria a última hipótese de salvar aquela vida. Por vezes os pais auto censuram-se mas encontram na entrega à SCML a última esperança: “Vendo-se desgarcad.am.te os Pais desta menina impossibilitados p.r falta de pagam.tos do Estado obrigados a vir depositala nesta Santa Caza, p.r a não poderem criar, nem pagar esta despeza he p.r isso q pedem lhe seja tolerada esta deliberação tão repugnante. Umildem.te pedem lhe seja conferrida a graça de q no Acto do Baptismo se lhe ponha o nome de = Leopoldina, se deseja igualm.te saber o q.l o destino, e ama que lhe for arbitrada (...)”³⁸².

Alguns bilhetes terminam com assinaturas exuberantes, artísticas, impossíveis de decifrar porque não era esse o seu objectivo³⁸³; alguns eram alindados com cruces e motivos florais de recorte fino. Riscos e círculos também foram utilizados³⁸⁴. Dentro do formalismo epistolar do século XIX, algumas missivas podiam terminar com referências à SCML e ao seu pessoal: “(...) e emtretanto se fica rogando pela Vida de V^a Ex^a e aumento deata S. Casa”³⁸⁵, ou uma forma mais original que denunciava uma maior envolvimento com a criança: “(...) queirom tratar hese menino com toda a caridade pões sehade tirar aseu tempo Santo Antonio teguie”³⁸⁶ ou mesmo “(...) Deos tenha de ti piedade”³⁸⁷.

Para além dos bilhetes escritos, mas ainda dentro dos sinais com suporte em papel, há a referir a existência de imagens impressas de diversas Virgens (do Carmo, da Conceição, da Rocha), de Cristo e de diversos Santos. Algumas delas não continham nada mais; outras, pelo contrário, incluem textos não muito diferentes dos outros bilhetes³⁸⁸.

Na sua larguíssima maioria, os bilhetes deixados com as crianças não sofreram qualquer intervenção ou alteração posterior. No entanto, há casos em que se detecta uma transformação do texto, tal como se exemplifica no caso seguinte: “Este Meninoa vai Remetido a Santa Caza quero q se chame Luisza Mascaranhas Leva de sinal huma fita azul de setim na sentura Nasceo domes de janeiro 30 de mil i oito sentos e dezaceis quero q seja sua Madrinha N S do Rozario *Entrou a 28 de Janeiro de 1816*”³⁸⁹. O bilhete tinha sido escrito no masculino, mas não foi um menino que foi enviado à SCML, mas sim uma menina. Neste caso, como o bilhete tinha sido feito com antecipação, antes do nascimento, o secretário que procedeu ao registo da criança não hesitou: o Menino passou a “Meninoa” e Luiz a “Luisza”. Também em relação à data de nascimento há discrepâncias. Segundo o bilhete, teria nascido a 30 de Janeiro, talvez fosse isso o que estivesse previsto, mas não foi o que aconteceu porque no bilhete o secretário escreveu que a criança *Entrou a 28 de Janeiro de 1816*. Ora não poderia entrar antes de nascer...

³⁸² Ver Sinal nº 982 de 1850. Neste caso a criança sobreviveu pois foi emancipada em 3/4/1871.

³⁸³ Ver Sinal nº 694 de 1849. Ver Apêndice, Estampa 32.

³⁸⁴ Ver Sinal nº 892 de 1849.

³⁸⁵ Ver Sinal nº 409 de 1797.

³⁸⁶ Ver Sinal nº 969 de 1814.

³⁸⁷ Ver Sinal nº 193 de 1866.

³⁸⁸ O culto Mariano talvez seja o que mais representações originou. Entre ele, o culto a N^a S^a da Conceição da Rocha, cuja imagem foi descoberta em 31 de Maio de 1822 em S. Romão de Carnaxide, termo de Oeiras. Considerado um milagre, esta descoberta teve uma enorme divulgação, de modo que passaram a circular inúmeras imagens impressas da dita N^a Senhora. Algumas delas irão servir para sinalizar as crianças. Repare-se na coincidência entre a data da descoberta da imagem e o conturbado período político vivido no país.

³⁸⁹ Ver Sinal nº 159 de 1816.

Quando os bilhetes são feitos antes do nascimento da criança, há por vezes alterações feitas pelo próprio autor do bilhete: “Hoje 25 de agosto foi p^a a Caza da miziricordia hum menino, digo menina q querem q lheponhõ por nome Luis Luiza (...)”³⁹⁰ ou um outro em que se pedia “(...) o nome de Alexandre, que entra para a Roda pelas Ave Maria do dia onze de Janeiro de 1818. Digo Maria, por que he fêmea”³⁹¹. Mas haver uma intervenção direta no documento, é um caso verdadeiramente original, talvez porque as datas não coincidissem e o secretário sentiu necessidade de colocar o bilhete em consonância com a data em que a criança entrou.

Os bilhetes elaborados antes do nascimento da criança não são raros. Nestes casos percebe-se que o abandono era uma decisão há muito tomada, era um destino traçado antes do nascimento. Essa elaboração prévia deixou as suas marcas quando no bilhete foram deixados espaços em branco para posterior preenchimento ou quando houve emendas no texto já escrito. Em 1862, um bilhete escrito no masculino passou a feminino através de emendas sobre o que estava escrito: “A Menina que Nasceo às 6 horas da manha leva camisa de algodão e fralda de algodão e coeiro de baieta e ropinha de baieta lenço de Cambraia na cabeça Nasceo as 6 horas da Manha a 20 de dezembro de 1862 Nome Joaquina” “O Menino” e “Joaquim” passaram “A Menina” e a “Joaquina”. Posteriormente daremos mais atenção a esta questão.

Escritos com o vocabulário da época, percebemos o evoluir da sua utilização. Hoje, na escrita corrente ninguém se lembraria de escrever *irmão* para referenciar dois objectos iguais: “(...) e para sinal se fez dois escritos irmãos (...)”³⁹² ou “(...) o d^o menino leva deemxoval dois coeiros de setim de lam de riscas e mais hum coeiro de xitta emcarnado ehuma faxa irman dos mesmos coeiros (...)”³⁹³. Nos bilhetes, *Irmãos* tanto poderiam ser dois escritos, como duas peças de vestuário. A palavra *igual* passará a ter uma utilização generalizada mais tardia. Também se compreende a utilização de novas palavras que conforme se avança no século e são introduzidas na linguagem corrente, nomeadamente as novas peças de vestuário, como por exemplo o *bibe*.

3.1.3 Os bilhetes lacónicos

Por vezes muito descritivos mas raramente com grandes explicações, os bilhetes podem limitar-se a identificar sumariamente a criança ou fazer pedidos, descrever o enxoval, fazer promessas, dar justificação para o acto. No entanto, há bilhetes que primam pela secura e por uma escrita objectiva sem qualquer tipo de indicações suplementares. Com uma ou duas informações diferentes (ou só o nome, ou este e o batismo, ou o batismo e o freio estar ou não cortado), trata-se de bilhetes que expressam o que quem abandona considera verdadeiramente fundamental para o futuro da criança: o nome, o batismo e o que este representa em termos da salvação eterna.

³⁹⁰ Ver Sinal nº 1032 de 1797.

³⁹¹ Ver Sinal nº 63 de 1818.

³⁹² Ver Sinal nº 1400 de 1798.

³⁹³ Ver Sinal nº 410 de 1800.

Este tipo de bilhete acompanha todo o período em estudo. Podemos pensar que este laconismo se prende com a pressa em entregar a criança, que o domínio da escrita seria insuficiente e que escrever um bilhete mais longo significava um esforço demasiado grande, que estas eram as informações consideradas fundamentais e portanto tudo o resto seria supérfluo, que a criança não levaria enxoval que, portanto, não seria necessário descrever, que não se querem ou não se podem dar justificações para o acto, que o abandono era, à partida, definitivo e portanto não há necessidade de fazer pedidos e promessas. Olha-se para estes bilhetes reduzidos à mínima informação e compreende-se que representam um último acto de ligação da criança à família. Vejamos alguns exemplos: “Heste menino bai por batizar”³⁹⁴ ou “Não Vai batizado Asedechamar Fertunato”³⁹⁵ ou ainda “Esta menina ainda não tem ouprasois nesesarias Feitas nem esta batisada”³⁹⁶.

Apesar das parcas informações reduzidas ao essencial, alguns bilhetes ainda assim revelam uma aproximação à criança visível no tratamento de *Menino/Menina* e no enunciado da ação: *não tem/não vai*, ou numa promessa: “Arthur Augusto para ser preguntado”³⁹⁷. Outros nem isso: “ja estai batizada e eschama Jula”³⁹⁸.

Mas o facto de serem lacónicos pode ser uma questão aparente. Veja-se este sinal composto unicamente por uma fita azul de seda recortada em V numa das pontas e onde está escrita a seguinte data: “29 Abril 1870”³⁹⁹. Tudo neste sinal é ambíguo: a criança entrou no dia 28 de abril, às 11,30 horas da noite. Foi registada com o nome de *Maria da Conceição Lopes*, supõe-se um nome pedido, alterado para *Ulpiana*, como era a prática corrente na SCML no que toca à política dos nomes.

3.1.4 Os bilhetes telegráficos

Outros bilhetes são verdadeiramente telegráficos, os assuntos são enunciados sem qualquer outra informação: ou só um nome “João Napomeceno da Gama”⁴⁰⁰ ou “João”⁴⁰¹, ou só uma data que se supõe ser a do nascimento “Julio 24 De 1870”⁴⁰², ou a menção ao batismo “não esta batizada”⁴⁰³. Informações únicas, prestadas de modo seco onde, aparentemente, não se vislumbra uma ponta de interesse pela criança e pelo seu futuro.

Todas estas crianças morreram ou no próprio ano em que entraram, ou no ano seguinte. Uma única morreu três anos após a entrada na SCML. Não podemos estabelecer relações diretas entre um possível menor interesse, que não sabemos se era real, e a mortalidade destas crianças. O que é certo é que nenhuma ultrapassou a idade de criação pela SCML, nenhuma foi procurada. Poder-se-á argumentar que o interesse pelas crianças

³⁹⁴ Ver Sinal nº 921 de 1803.

³⁹⁵ Ver Sinal nº 406 de 1804.

³⁹⁶ Ver Sinal nº 724 de 1840.

³⁹⁷ Ver Sinal nº 411 de 1868.

³⁹⁸ Ver Sinal nº 1870 de 1869.

³⁹⁹ Ver Sinal nº 1047 de 1870.

⁴⁰⁰ Ver Sinal nº 780 de 1813. Este menino era portador de dois pequenos papéis. Em ambos a única coisa que consta é o nome escrito por pessoas diferentes, dadas as caligrafias diferentes.

⁴⁰¹ Ver Sinal nº 1665 de 1833.

⁴⁰² Ver Sinal nº 1675 de 1870.

⁴⁰³ Ver Sinal nº 240 de 1810.

era o bilhete que consigo levaram. Contudo por estes bilhetes, mais do que os bilhetes que classificamos de lacónicos, passam números e nomes, distantes e frios como se se tratasse de um último acto de uma relação que foi breve e que não se quer reatar.

Também este tipo de bilhete pode ser encontrado em todo o período em estudo. Mas em ambos os casos, detecta-se uma maior incidência na primeira metade do século. Talvez as mudanças nas atitudes em relação às crianças e ao seu papel no seio da família possam ter contribuído para a importância crescente **que** lhes foi dada que se revelam numa maior culpabilização de quem abandona tentando superar a separação através de bilhetes mais longos, mais descritivos e mais “prometedores”.

3.1.5 Os bilhetes longos

Entendemos por bilhetes longos os que ultrapassam a mera indicação do nome, batismo, data de nascimento. Embora raramente utilizem mais de meia folha A4, comparados com os bilhetes lacónicos, podemos considerá-los longos. No entanto, para além da quantidade, podemos aferir da qualidade do texto sob o ponto de vista da variedade de informações prestadas.

Quando se encontram bilhetes longos, temos sempre a esperança de encontrar as vidas dos seus autores ao nosso alcance. Muitas vezes pura ilusão. A parte mais substancial tem a ver com a descrição do enxoval: peças, tecidos utilizados, modelos e cores. Estas descrições são fundamentais para percebermos as modas, como se compunha um enxoval, os materiais em circulação e de maior consumo, e a que produtos a maioria da população tinha acesso. A primazia dada a estes aspectos, mantendo numa nubulosa as razões do abandono são uma característica que quase sempre se mantém.

Vejamos alguns exemplos: “No dia 26 de Novembro de 1870 entrou hum menino para a Santa caza da mezericordia leva camiza de paninho com entremeiro nos ombros de linho com infeites amarelos dois coeiros hum de beitha outro de felanela debroado de azul bebedoiro de algodão xhabre de xita roxa debroado de amarelo xaile amarelo com barra encarnada leço de casa bordado na cabeça toca de caça bordada com uma fita de seda asule branca fita na sentura cor de crão com dois botões ade se xamar pedro alexamdrino”⁴⁰⁴. De *Pedro Alexandrino* batizado por *Vasco* na SCML, nada sabemos. Nem a data de nascimento, nem a origem geográfica, nem as razões que ditaram o seu destino. Em contrapartida percebemos que era portador de um enxoval diversificado onde constavam as principais peças que deveriam constituir o enxoval de um recém-nascido (embora com poucas repetidas). Os materiais e as cores que o compõem não poderão deixar de refletir os novos produtos que a indústria têxtil colocou no mercado.

Que circunstâncias imperiosas levaram os pais a abandonar Jozé Ignacio da Rocha? Podemos supor que serão dificuldades económicas mas nada é certo: “Jozé Ignacio da Rocha. Nasceu no dia 3 de Julho de mil oito centos e quarenta. Foi baptizado solememente no dia 20 do dº mes. Por circunstancias imperiosas Seus pais (que são

⁴⁰⁴ Ver Sinal nº 2596 de 1870.

legitimam.te casados) se virão obrigados com a maior magoa do seu coração a entregar seu filho à Sta Casa da Misericórdia no dia 13 de Agosto. Implorase toda a caridade para com este innocente, que em mudando a penosa situação de seus Pais será por elles requisitado. Leva humta touca de bobenete com humas flores de murta, e hum vestido de seda cor de rosa”⁴⁰⁵.

O longo bilhete a seguir apresentado tem uma curiosidade: temos uma identificação completa dos pais e avós da criança. São naturais de Sacavém, o que coloca uma questão: será que por serem de uma freguesia fora da cidade se podiam permitir dar a sua identificação pois seria mais difícil seguir o rasto dos progenitores? “Arreposta Maria Naceo a treze de Maio do corrente anno, de 1831% foi Baptizada em perigo eSelhepôs Maria mas não levou os Stos olios nem se lhe lavrou acento, he filho de Joaquim Joze Gomes e de Gertrudes Magna do Carmo, ambos naturaes e Baptizados e Recebidos na Freguezia de Nossa Senhora da Purificação do Lugar de Sacavem, Neta pela parte Paterna de Joze Gomes, e Maria da Madre de D.s e pela Materna de Antonio Joze da Silva, e de Anna Maria; Leva vestido de chita cor de abobora Menina com raminhos pretos, coeiro de baeta emcarnada com humta crecença, fralda de Bretanha com hum O de linha de marcar emcarnada, volvedouro de algodão, camiza de algodão com folhos tecidos. Tocadinho de setim branco com enfeites azues claros de escomilha, laço de fita branca adamascada, e fita de atar da mesma cor asetinada; fica outro igual bilhete, no poder do Pai para a todo o tempo se comparar com este e entra no dia 13 do supradito mes e anno p^a a Sta Caza”⁴⁰⁶.

Razões para entregar a criança expressas no bilhete? Silêncio absoluto. É certo que concluímos do largo raio de ação da SCML, que o enxoval da criança era diversificado, que entrou na SCML já com três meses de idade porque, ao contrário do que diz o bilhete, só entrou na SCML em 13 de agosto. Mas sobre as razões que levaram um casal legalmente constituído a abandonar a criança, não há uma única palavra. Pelo enxoval, embora não rico nem abundante, mas pelos materiais utilizados (cetim, fitas adamascadas) poderemos estar perante uma família não totalmente desprovida de recursos económicos. Por onde andou a criança se à partida estava destinada ao abandono? Ficou na família? Haveria mais crianças? Mais uma vez nunca saberemos a resposta.

3.1.6 Os bilhetes bem escritos

A análise formal dos bilhetes permitiu dividi-los em várias categorias: bilhetes com escrita deficiente, com escrita cuidada, com escrita péssima/incompreensível. Os critérios utilizados para cada uma destas categorias prendem-se com a correção sob o ponto de vista gramatical, da ortografia, da pontuação e da organização do discurso. Teve-se em conta que a grafia era diferente da grafia actual. As abreviaturas são comuns e algumas ainda são hoje utilizadas como *Snr/Snr.es*, *Ill.mo*. Algumas já caíram em desuso mas no período em análise eram frequentemente utilizadas: *d^o* (dito), *D.s* (Deus), *m.mo* (mesmo), *q* (que), etc.

⁴⁰⁵ Ver Sinal nº 1195 de 1840.

⁴⁰⁶ Ver Sinal nº 1143 de 1831.

Entre bilhetes oficiais e bilhetes particulares, os documentos com uma escrita cuidada representam cerca de 45,5% do total. No entanto há que referir que entre estes bilhetes corretamente escritos se incluem a quase totalidade dos documentos oficiais (certidões da Enfermaria de Sta Bárbara, guias dos administradores e juizes dos concelhos, padres, etc.) que, obviamente, dada a preparação académica dos autores, apresentam uma escrita e um discurso escoreito.

Quadro 4

Classificação da escrita

(em % sobre o total dos documentos analisados)

	Cuidada	Deficiente	Péssima/incompreensível
Doc.s oficiais	18,8	0,3	-
Doc.s privados	26,5	51,4	3,0
TOTAL	45,3	51,7	3,0

(Quadro elaborada com os dados recolhidos pela autora)

Uma análise sectorial evidencia a enorme diferença na qualidade da escrita dos documentos com origem privada dos documentos com origem oficial:

Quadro 4A

Classificação da escrita

(em % sobre o total dos documentos de origem oficial)

	Cuidada	Deficiente	Péssima/incompreensível
Doc.s oficiais	98,6	1,4	-

(Quadro elaborada com os dados recolhidos pela autora)

Quadro 4B

Classificação da escrita

(em % sobre o total dos documentos de origem privada)

	Cuidada	Deficiente	Péssima/incompreensível
Doc.s privados	32,8	63,6	3,6

(Quadro elaborada com os dados recolhidos pela autora)

Os bilhetes com uma escrita cuidada estão em minoria dentro do conjunto dos bilhetes analisados. E estão em notória minoria quando se tem em conta unicamente os bilhetes com origem privada. Podem ser bilhetes curtos (“Tome conta nesse menino que já vai batizado Leva por nome Policarpo”⁴⁰⁷) ou mais longos, que procuram de uma forma, por vezes retórica, apresentar razões ou insinuá-las para justificar o abandono, procurando cair nas boas graças da instituição através da criação de cenários que nunca saberemos se

⁴⁰⁷ Ver Sinal nº 778 de 1791.

verdadeiros ou meras ficções: “Vai este menino chamado Francisco Lourenco que já está batizado que naseo a 4 de Novembro de 1791 Filho de Romão Lourenço e de Maria Justina criados de servir muitos pobres Leva de signal huma fitinha de vintem amarela no braco direito Ficando outro papel como este para todo o tempo semostrar vivendo o dito menino e por mizeria emque seacham os Pais a metem neste Santo hospital por não padecer odito menino amizeria econsternação Lisboa 9 de Janeiro de 1792”⁴⁰⁸. Os bilhetes mais longos, são os bilhetes com uma escrita cuidada, o que se pode entender como um franco domínio da língua e maior à vontade na explanação do conteúdo respetivo. O número de caracteres nos bilhetes estende-se de 1787 até um único caracter.

Quadro 5

Número de caracteres dos bilhetes mais longos

Nº de caracteres	Escrita cuidada	Escrita deficiente	Total de bilhetes
1787	1		1
1630	1		1
1586	1		1
1574	1		1
1451	1		1
1419	1		1
1402		1	1
1373	1		1
1350		1	1
1344	1		1

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Nos dez bilhetes com mais caracteres, só dois são escritos de forma deficiente; todos os outros apresentam o que se considerou uma escrita cuidada.

Se analisarmos o conteúdo, todos, de uma maneira ou de outra, procuram aparentar uma atitude de subserviência em relação à SCML, terminando os bilhetes com frases padrão onde constava o desejo de saúde e engrandecimento da instituição a que se recorria: “Nasceo a menina filha de pais incógnitos às 3 horas e hum quarto da manhã do dia 21 de Agosto do anno de 1814 Leva vestida huma camiza de paninho com folho do m.mo e hua touca do ditto com folho dº hum bebedoiro de dº, hum cueiro de baetilha dalgodão, e hua fita asetinada de cor de cinza na cintura, e huas roupinhas de metim. Pedimos que se lhe ponha o nome de Thereza Máxima, e ficamos rogando a D.s Noso Senhor pela saúde e venturas dos Snr.es desa Santa Caza. P.S. Entra às 8 horas da manhã do dº dia”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁸ Ver Sinal nº 28 de 1792.

⁴⁰⁹ Ver Sinal nº 1133 de 1814.

Percebe-se que muitas vezes se tratam de bilhetes escritos a pedido de alguém que quer abandonar a criança e nesse caso os bilhetes raramente deixam transparecer qualquer tipo de emoção, não dando ou dando justificações vagas e informações concretas (data do nascimento, se está ou não batizado, nome pretendido, etc.): “Enta na Santa Caza da Misericordia de Lisboa um menino por baptizar, pertende-se-lhe O nome de Carlos. Nasceo no dia onze de Janeiro de 1860. Leva coeiros de flanella, branca, gibão e saia de paninho branco, dá entrada ás 8 horas da noite do mesmo dia. Lisboa 11 de Janeiro de 1860”⁴¹⁰.

Do total de bilhetes escritos pela mãe (19), só três apresentam uma escrita cuidada (15,8%), enquanto nos bilhetes escritos pelo pai essa percentagem sobe para 40%⁴¹¹.

Haverá alguma relação entre a qualidade da escrita e a condição do nascimento? Poder-se-á argumentar que os bilhetes mais longos e corretamente escritos seriam de crianças que por uma razão ou outra tiveram um nascimento considerado ilegítimo, apesar de uma origem social mais favorecida?

Os pobres não sabiam ler, ou escreviam mal ou pediam que alguém lhes escrevesse um bilhete, fosse a criança legítima ou ilegítima, mas em todo o caso pobre.

Dado que o abandono era anónimo e tinha carácter quase sempre definitivo, ou por razões naturais (a morte prematura da criança) ou porque essa era a vontade dos pais, os dados apurados não permitem conclusões claras e seguras.

Quadro 6

Relação escrita/natureza do nascimento

Condição da criança	Escrita cuidada	Escrita deficiente
Ilegítima	42	17
Legítima	86	67
Natural	1	2

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

3.1.7 Os bilhetes “populares”

A maioria dos bilhetes escritos analisados apresentam uma escrita deficiente (51,7%), alguns uma escrita péssima e mesmo incompreensível (3%), não porque haja borrões ou problemas de conservação do papel mas devido ao fraco domínio da arte de escrever e à utilização unicamente de abreviaturas. No total, este tipo de bilhetes representa mais de metade dos bilhetes analisados e mais do dobro dos bilhetes privados corretamente escritos.

⁴¹⁰ Ver Sinal nº 89 de 1860.

⁴¹¹ O número total de bilhetes escritos pelo pai é de 35. Destes, quatorze apresentam uma escrita cuidada. O analfabetismo era muito maior entre as mulheres, como já vimos anteriormente.

Apesar do fraco domínio escrito da língua (alguns bilhetes só são compreensíveis pelo som) continuam a dar as informações consideradas importantes: batismo, nome, datas de nascimento e entrada, a apresentar razões, ou a fazer pedidos e promessas.

Quanto menos caracteres, maior o número de bilhetes. A pressa ou a incapacidade de alargar o conteúdo, ou porque seria considerado supérfluo, ou porque quem escrevia não tinha mais informações a dar, torna estes bilhetes menos descritivos, mais secos, sem retórica, remetendo para a pobreza a razão para justificar o abandono ou nem isso: “30 de Março de 1862 Esta minina Valtizarse Deve xamar a minina Maria do Carmo”⁴¹².

De qualquer modo, todos os bilhetes apresentam as mesmas preocupações: nome, batismo, promessas quer do pagamento dos gastos, quer de recuperar a criança: “hoje 26 de m.or de 1797 entra hum menino p^a esta Caza dos.to espital já bautizado chamaça Cazimiro: Adeçe tirar açoit tempo pagandoce us gastos q çetiver feito e cinal por onde procurar he este”⁴¹³.

O enxoval é um assunto recorrente. E há uma diferença notória na sua descrição entre os bilhetes de escrita cuidada e os bilhetes populares. Enquanto os primeiros se detêm em pormenores de rendas, feitios, cores e materiais: “(...) Leva vestido duas fraldas e cueiro incarnado dubruado de xita hum vestido de riscas rouxas, huma toca com folhos recortado em bicos hum chalé de lanzinha com huma barra incarnada grande; dentro de hum saco de xita Branco leva quatro camizas Sinco hum lenço branco com riscas roixas o dito de três pontas 3 tiras do embigo 8 fraldas, hum cueiro Branco debruado de roixo e papel com Alfazema (...)”⁴¹⁴, os segundos, a maior parte das vezes ficam-se por uma descrição sumária da roupa: “(...) leva coeiro de Baeta sinzento e Roupinhas de xita aMArela e estes Sinaes serão Bastante p^a a poder Requerer qdo Me for posivel (...)”⁴¹⁵.

3.1.8 Os “profissionais” da escrita

A existência de uma organização que facilitava o abandono é uma questão em aberto. É um facto que alguns bilhetes revelam a existência de um impresso padronizado que, posteriormente, se preenchia acrescentando a data e hora de nascimento e o nome pretendido. A mesma caligrafia, os mesmos erros ortográficos, o mesmo tipo de texto, fazem antever a possível existência de profissionais que prestavam esse serviço contra pagamento, alguns deles activos durante períodos de tempo bastante alargados.

Pequenas frases, quer no início, quer no fim do texto, a forma de organização do mesmo, denunciavam esses escrevinhadores que ficavam na posse de segredos. Um, por exemplo, utiliza sempre duas frases: “Entra pela santa casa Dentro” e “e de lesboa”; outro utiliza sistematicamente “é filha de Lisboa”. São frases como estas, utilizadas repetidamente em vários sinais que identificam o autor(es). Um outro bilhete informa que: “(...) A medalha que accompanhava esta creança fica na mão do Escrivã, Maria do

⁴¹² Ver Sinal nº 782 de 1862.

⁴¹³ Ver Sinal nº 402 de 1797.

⁴¹⁴ Ver Sinal nº 99 de 1832.

⁴¹⁵ Ver Sinal nº 897 de 1832.

Rozario Veiga _”⁴¹⁶. Trata-se de uma escritã, o que ainda é mais curioso, possivelmente alguém da família? Uma parteira?

A utilização do mesmo padrão de texto, a mesma organização dos temas, o modo como termina a missiva, a mesma sinalética tornam os bilhetes facilmente identificáveis com tendo o mesmo autor, neste caso a utilização da mesma frase para fazer uma promessa. Vejamos: “Hé entregue a Santa Caza p^a Cer porcurado p^a U feturo um menino que naceu as 4 oras da tarde não esta batizado pedece para ce por unome de Lino, leva de Sinal um bocado de fita cortada ao meio de seda hondiada ficando Otra amaitade em meu poder, Lisboa a 14 de Junho de 1867 %”⁴¹⁷.

Em Setembro do mesmo ano, o mesmo tipo de texto: “Hé entregue a Santa Caza p^a Cer porcurada p^a U feturo uma menina que naseu as 9 Oras da manhei não esta batizada pedece p^a li por unome Jezuina leva de Sinal 1 bocado de fita de setim cinzenta e banca ficando otro bocado em meu poder Lesboa 16 de Setembro de 1867 %”⁴¹⁸. O “feturo” não existiu para estas duas crianças. Ambas morreram, a primeira 15 dias após a sua entrada na SCML e a segunda no ano seguinte.

Por vezes é o mesmo erro ortográfico que denuncia o autor. Alguns mantiveram-se em actividade por largos anos. Os sete bilhetes que a seguir se apresentam estendem-se de 1851 a 1858. Espanta-nos a constância das únicas informações prestadas (o batismo e a idade). Até o tamanho e a cor do papel é a mesma: pequenos pedaços de papel, maioritariamente azul. Esta cor do papel coloca uma outra questão. O papel azul é mais caro do que o branco. Terá menos divigulção e será consumido preferencialmente em escritos oficiais ligados à burocracia da máquina estatal. Estaremos perante um amanuense que presta este serviço a pessoas que o solicitavam? Será um padre que utiliza papel azul do cartório eclesial para escrever os bilhetes? Neste caso o escrevente manteve-se em actividade por largos anos:

“Este Menino está batizado em caza tei 4 dias”⁴¹⁹;

“Esta Menina esta batizada em caza tei 4 dias”⁴²⁰;

“Esta Menina ista baptizada em caza tei 3 dias”⁴²¹;

“Esta Menina vai baptizada em Caza tei 6 dias”⁴²²;

“Este Menino esta batizado em caza tei 5 dias”⁴²³;

“Esta Menina vai baptizada em caza tei 5 dias”⁴²⁴;

⁴¹⁶ Ver Sinal nº 647 de 1862. Neste sinal, esta frase é escrita pelo padre que fez o assento.

⁴¹⁷ Ver Sinal nº 1237 de 1867.

⁴¹⁸ Ver Sinal nº 1869 de 1867.

⁴¹⁹ Ver Sinal nº 1705 de 1851.

⁴²⁰ Ver Sinal nº 1721 de 1851.

⁴²¹ Ver Sinal nº 412 de 1852.

⁴²² Ver Sinal nº 743 de 1852.

⁴²³ Ver Sinal nº 850 de 1852.

“Esta Menina vai baptizada em caza tei 5 dias”⁴²⁵.

Para além dos bilhetes escritos clara e assumidamente pelo punho do pai ou da mãe, a maioria terá sido escrita por outras pessoas a pedido daqueles ou de outros familiares das crianças com as informações que lhe são fornecidas: “Esta menina nasceo no dia 23 de Fevereiro de 1869 ás 2 horas da tarde nesta Capital de Lisboa, não está baptizada pedem o favor de lhe por o nome de Luiza”⁴²⁶. Detectam-se essas pessoas em actividade por largos anos. Quem são estes profissionais da escrita?⁴²⁷ O padre da freguesia? Uma comadre/parteira letrada? Todas as hipóteses são possíveis.

Alguns escreventes são denunciados pelo uso de uma expressão em particular que é repetida em todos os bilhetes. O texto que a seguir se apresenta, apesar de não ter a mesma organização interna do texto citado anteriormente, é disso um exemplo: “Aos 14 dias do mez de Junho do anno 1869 as 5 hóras da tarde nasceu este Menino, que pedem o favor de lhe por o nome de Antonio Jozé Marques, nasceu nesta Capital de Lisboa, leva vestido roxo com umas rodela encarnadas”⁴²⁸. Para além da coincidência do ano, nestes dois casos expressões como *pedem o favor* e *nesta Capital de Lisboa* não deixam dúvidas acerca da autoria do texto. Em 1868 um outro escrevente utilizou uma outra frase comum nos seus textos: *filho de Lisboa* ou *filha de Lisboa*⁴²⁹.

Fossem padres, comadres, amanuenses ou outras pessoas que escrevessem os bilhetes, estamos perante gente que partilhou segredos, intimidades, dramas e dores dos mais pobres, e que, a troco de algumas moedas ou de qualquer outro tipo de recompensa, participou também no futuro de uma criança.

Contudo, esta mediação entre quem abandonava e quem entregava a criança não se restringia unicamente a quem escrevia o bilhete. Isabel dos Guimarães Sá faz um levantamento exaustivo de todos os passos a serem dados tendo como finalidade o abandono, bem como as redes de cumplicidade que tal acto implicava, nomeadamente parteiras e carreteiros⁴³⁰.

3.2 Suporte Têxtil

Se os bilhetes só em papel são os mais numerosos seguem-se os sinais cujo suporte são os têxteis⁴³¹. Há uma imensa panóplia: as fitas largas, estreitas, lisas, lavradas, bordadas, debruadas de rendas, espiguihas, com riscas, quadrados, xadrez, verdes,

⁴²⁴ Ver Sinal nº 701 de 1853.

⁴²⁵ Ver Sinal nº 1106 de 1858.

⁴²⁶ Ver Sinal nº 475 de 1869.

⁴²⁷ Num outro contexto, embora a causa fosse a mesma, o analfabetismo da maioria da população, até à década de 70 do século XX, havia em vilas como Alenquer homens postados estrategicamente junto aos jardins da Câmara Municipal de Alenquer, onde funcionavam praticamente todos os serviços estatais (finanças, registos civil e predial, notário) que prestavam serviço de escrita, a troco de um pagamento, aos cidadãos analfabetos que necessitavam dessa ferramenta para se relacionarem com a máquina burocrática estatal.

⁴²⁸ Ver Sinal nº 1307 de 1869.

⁴²⁹ Ver Sinais nº 1329 e 1440 de 1868.

⁴³⁰ Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação...*, pp. 43-45.

⁴³¹ Incluiremo neste item não só os têxteis propriamente ditos, mas também fios, cordões e fitas.

amarelas, vermelhas, azuis⁴³², de seda, algodão, cetim, gaze, de tamanho diverso desde 2 a 3 cm até fitas com 30 cm de comprimento⁴³³. À medida que o século avança, tornam-se mais populares e frequentes⁴³⁴.

De início muito simples, depois cada vez mais requintadas com ornamentações de ourelas coloridas, espiguihas, bicos ou rendas, as fitas acompanham de forma notória a presença de novos e mais complexos consumos que o desenvolvimento tecnológico permitiu. Acompanham a maior variedade das peças dos enxovais e numa maior variedade de tipos, cores e padrões. Mais ricas ou mais sóbrias, as fitas são reveladoras de modas e consumos.

Além do mais, as fitas eram um elemento decorativo muito versátil. Podiam ser usadas em chapéus, nas mangas, nas toucas “(...) O sinal he huma fita guardelem na toca”⁴³⁵, na cintura, nas capas, etc. Coloridas e com padrões cada vez mais diversificados, as fitas são perfeitas para individualizar uma criança. Em laços e rosetas ou simples, as fitas estavam relacionadas com o amor, o namoro e também as separações. Desde o século XVIII que servem para distinguir os rapazes das raparigas pelas fitas do chapéu. Não pela cor mas sim pelo formato. As raparigas usavam-nas em laços e nós e com as pontas caídas, os rapazes em formato de roseta por associação aos uniformes militares que também as usavam.

Fitas que se transformam em exuberantes laços não são incomuns: “(...) Com hum Sinal de fita de laco emcarnada e rouxo No braso Esquerdo repinica (...)”⁴³⁶ ou “(...) Leva esta em sinal hum sinto de fitta de seda Lustrina cor de roza, com hum laço da m.ma fitta de seda lustrina roxo e verde (...)”⁴³⁷, tornando os sinais têxteis testemunha dos consumos que estavam à disposição da população.

Mas não se trata só de fitas. Os retalhos são frequentes porque passou a ser frequente um pequeno corte numa, em várias ou em todas as peças do enxoval que a criança levava consigo no momento do abandono. Depois esse pequeno pano era cozido ao bilhete de forma a confirmar, posteriormente, a identidade daquela criança. Ou poder-se-ia ficar na posse do retalho como o afirma claramente este bilhete: “Rogase para q este Menino seja baptizado Com o Nome de Jozé q Naseo Segunda feira 12 de Abril de de 1869 Leva Roupão de Chita i Coeiro de pano preto Leva 2 Lenços na cabeça os bocadinhos q faltão no Coeiro i no Ropão fiação na mão dos pais para dipos se ir boscar”⁴³⁸.

Os retalhos provenientes dos cortes na roupa apresentam formas geométricas: triângulos, quadrados, tiras retangulares, mas também formas irregulares. A necessidade de reforçar os sinais identificativos das crianças, para além do objectivo de não haver trocas e possibilitar a sua recuperação no futuro, também pode ser equacionada no sentido

⁴³² A história das cores e o modo como são enunciadas será objecto de reflexão posterior.

⁴³³ Uma “medida” era uma fita do tamanho da imagem do santo que se venerava.

⁴³⁴ Ver Jan de Vries, *La Revolución Industrial. Consumo y economía doméstica desde 1650 hasta el presente*, Crítica, Barcelona, 2009.

⁴³⁵ Ver Sinal nº 13 de 1805.

⁴³⁶ Ver Sinal nº 1457 de 1808. Ver Apêndice, Estampa 33.

⁴³⁷ Ver Sinal nº 1383 de 1794.

⁴³⁸ Ver Sinal nº 862 de 1869.

de precaver o incesto sobretudo se se tratava de gémeos, muitas vezes ambos entregues na Santa Casa e dados a amas diferentes, em localidades diferentes. Vejamos este exemplo: “Meos Snres q Governo os ingeitados Remeto a V S^a iste menino coando se batizar se lhe pora Nome de françisco i por sobre Nome de Souza Coutinho ele Nasçeo as onze oras da noute do dia çeis de agosto qm será sua Madrinha hade ser a Senhora da Conceicam apraçida i carnagil pois o sinal q Leva hé a mesma Snr^a cozida a hua fita Rouxa apertada a çintura. Recomendaçe munto se não troque este menino p.r outro p.r q i ele acabando o ano se hirá tirar i pagarçe tudo o q se tiver gasto com ele mais bem porparado hiria de roupa se não ouveçe tanta preca porem ficando invista de V Sas aonde hirá a criarse lhe remeterá Roupa pela mesma Roda o q se recomenda munto he o dito menino se não troque p.r outro O dispor de V Sas como sua criada”⁴³⁹. Este menino entrou na “Roda” em 7 de Agosto de 1822 e morreu na instituição em 2 de Setembro do mesmo ano. É um exemplo muito claro das várias vertentes que temos vindo a abordar: o medo da troca, a conjugação de variados tipos de sinais, a promessa de recuperação e do pagamento das despesas, a necessidade de entregar rapidamente a criança à instituição, a colocação da criança sob protecção da Virgem. Mas também é um escrito raro: escrito por uma mulher, neste caso muito particular pois supõe uma mulher com dinheiro e que pensa estar em situação de o recuperar em poucos meses.

Associadas aos bilhetes, raramente isoladas⁴⁴⁰, cosidas ou alfinetadas aos mesmos, as fitas, na sua larga maioria, vinham no corpo da criança: nos braços (o mais frequente), nas pernas, nos pulsos ou cosidas na roupa. Podiam ainda ser portadoras de um outro sinal: recortadas em V ou em Vs em ambas as pontas ou numa só; em diagonal, em círculo para fora ou para dentro, tudo servia para reforçar a identificação da criança.

Outras fitas ainda apresentam uma característica curiosa: podem ter elementos manuscritos (iniciais, a data de entrada, o nome da criança)⁴⁴¹. As cores variam maioritariamente entre o azul, o cor de rosa, o verde, o vermelho, poucas vezes cores escuras (preto ou castanho), embora o preto pudesse ser utilizado em algumas peças de roupa, mas raramente. A actual associação entre o cor de rosa para as meninas e o azul para os meninos, não passa de uma invenção muito recente sem correspondência neste período.

Nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, as cores eram enunciadas tendo como referencial produtos naturais ou animais: cor de rato, cor de pulga, verde gaio, cor de cereja, cor de cinza, cor de cravo, cor de canário, cor tabaco, cor de giesta, cor de café, cor de pinhão, cor de leite, cor de vinho, cor de oiro, cor de lírio, cor de feijão, cor de canela, cor de goivo, cor de verde salsa, cor de castanha, cor de sangue de boi, cor de azeitona de Elvas, cor de giesta, cor de limão, cor de chocolate, cor de fogo. Só mais tarde se passou ao amarelo, ao roxo, ao encarnado, ao castanho, ao branco, ao preto.

⁴³⁹ Ver Sinal 459 de 1822.

⁴⁴⁰ Ver Sinal nº 898 de 1839.

⁴⁴¹ Ver Sinal nº 2769 de 1862.

Em 1816 uma criança trazia uma fita de seda amarela que tem bordado algumas letras que o respectivo assento referencia que “na ponta da fita da cintura trás o seu nome, sobrenome”. Ver Sinal nº 53 de 1816.

O azul ainda teve uma variante que persistiu durante muito tempo: o azulóio, o azul da cor dos hábitos dos frades dessa congregação. A cor encarnada poderá ter a variante de carmezim e a utilização de “vermelho” aparece só em 1821⁴⁴².

A utilização do nome das cores tendo em conta elementos vegetais ainda hoje é frequente e usual (verde alface, cor de laranja). Mas utilizar para denominar as cores, a cor de rato⁴⁴³ e a cor de pulga⁴⁴⁴ (esta mais usada do que aquela), hoje parecer-nos-ia menos próprio. No entanto, numa época em que a higiene pública e privada não seriam um primor e a convivência quotidiana destes seres com os humanos não seria rara, não pareceria estranho introduzi-los na nomenclatura da coloração. Em 1803 uma criança trazia “(...) pur sinal leva hum fita core de Roza e humas Ropinhas cor de pulga de beitinha de seda (...)”⁴⁴⁵. Os elementos naturais, sejam de carácter animal ou vegetal predominam e revelam inclusivamente a divulgação de novos consumos (cor de chocolate, cor de café, cor de tabaco). No entanto, há tonalidades que dão às cores apresentadas nos bilhetes uma beleza natural, quase exuberante: “(...) Leva dous couros de Baeta Cinzenta Manguitos da mesma apertado comhua fita verdegaiço (...)”⁴⁴⁶. Hoje quantos de nós conhecem os matizes da plumagem verde dos gaios, das suas cintilações ao sol e das suas variações à luz?

As fitas podiam ter a forma de laços com pontas e rosetas. É curioso verificar que os laços tanto podem ser utilizados para sinalizar rapazes e raparigas, já as fitas apresentadas em forma de roseta são monopólio dos rapazes, como já referimos.

Apelidadas por vezes de “Devizas” pelo escrivão, estas fitas e retalhos não eram o único elemento têxtil que podia sinalizar as crianças: os fios simples também marcam presença, embora não tão frequentes como os primeiros. Os fios, são normalmente de algodão, de seda simples ou fios de seda torcidos formando o retrós. O retrós era geralmente preto, mas também podia ser verde, vermelho ou amarelo, era usado como suporte de medalhas e apresentava-se como substituto de fios do pescoço ou pulseiras. Mas a utilização mais vulgar era como “brinco”. Isto é, depois de furar as orelhas às crianças, era necessário que o pequeno orifício não voltasse a fechar. E ter as orelhas furadas era só por si um sinal. Mas não se pense que essa prática era exclusiva das meninas. Aos rapazes também eram furadas as orelhas, ou só uma delas para funcionar como marca distintiva daquela criança: “Este menino vai para essa Santa caza pelo motivo de se achar sua mai em perigo de vida por effeito de doença seu pai está auzente por ter embarcado para fora do reino, logo que este chegue da sua viagem e sua mai tenha melhorado se irá buscar para a

⁴⁴² Ver, por exemplo, Franca Doriguzzi, «Vestiti e colori dei bambini: il caso degli esposti», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle*, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 513-537.

⁴⁴³ “(...) Leva hum coeiro cor de Rato huma Ropinhas de xita Clara hum Lenso Branco de 3 pontas”. Ver Sinal nº 659 de 1858.

⁴⁴⁴ “(...) leva dois coeiros de baeta branca, e huma camisa de folho na gola os manguitos de beirão escarlata com laivos e debruados de cor de pulga (...)”. Ver Sinal nº 140 de 1798.

⁴⁴⁵ Ver Sinal nº 311 de 1803. Ver Apêndice, Estampa 34.

⁴⁴⁶ Ver Sinal nº 402 de 1799.

companhia de seus pais. – Este menino já se acha Baptizado – chama-se Joaquim – (...) Tem a orelha direita furada para melhor se conhecer”⁴⁴⁷.

Os fios também podiam ter uma existência isolada: serem um sinal no pulso ou na perna da criança. Muito deste material desapareceu. Conhecemos a sua existência pela descrição no assento ou por referência no bilhete.

Cosidos ou alfinetados, os elementos têxteis têm uma colocação no bilhete padronizada: aparecem no fim do texto. Mas isto não exclui que possam estar cosidos em cima, atrás e mesmo na diagonal, ou atravessando todo o texto no sentido da largura. Quando a fita vinha originalmente cosida no bilhete, quase podemos dizer que o era de forma a não impedir a leitura do texto. Quando cosida posteriormente, nem sempre houve esse cuidado.

Em todo o período sondado o enxoval era um sinal identificativo. Quando existia era geralmente descrito nos bilhetes porque a própria roupa poderia estar marcada com letras: “Leva vestido hum ropão de beitolha, coeiros, 2, hum, de felanella azul debroado de chita azul, e outro de pano cor de castanha, com algumas cresenças debroado e fralda de casa cor de roza camiza e bebodoro e fralda tudo marcado com a letra A toca branca com espiguihas, 2 lencos brancos com riscas roxa a roda hum chalé preto”⁴⁴⁸.

Conforme se avança no século, assim as fitas se tornam mais frequentes, certamente por serem produtos baratos e de fácil acesso.

3.3 De outros materiais

A utilização de outros materiais nos sinais dos expostos da SCML é mais rara se comparada com os suportes anteriores, o que não é de modo algum difícil de explicar. Quem teria acesso a esses materiais mais ricos e dispendiosos (ouro, prata, madrepérola, tartaruga, marfim, coral, etc), seriam sectores mais abastados da sociedade dos quais a maior parte das crianças expostas não seria oriunda. Ilegítimas, talvez muitas, mas ilegítimas pobres, talvez a maioria. Embora o abandono seja transversal a todo o tecido social, o facto de os ricos e abastados serem uma percentagem reduzida da população, terá também originado um menor número de crianças abandonadas. Assim, estes materiais nobres, semi-nobres ou exóticos têm uma expressão menor dentro do conjunto dos sinais. Mas há-os e merecem referência pela riqueza e simbolismo que muitos encerram. Se rosários de contas de marfim, imagens de Cristo ou da Virgem demonstram a religiosidade da população, também têm uma função simbólica de colocar a criança sob protecção divina.

Contudo a religiosidade cristã não esgota a religiosidade popular. Assim as figas e os trevos de quatro folhas funcionam como talismãs que reforçam a protecção pedida para aquela criança, coexistindo os elementos pagãos com os elementos cristãos.

⁴⁴⁷ Ver Sinal nº 2186 de 1864.

⁴⁴⁸ Ver Sinal nº 607 de 1865.

Fios, brincos e pulseiras de ouro são raros e, por vezes, apesar de declarados nos bilhetes, o padre anota que não se encontravam presentes aquando do registo e do baptismo da criança exposta.

Uma referência a materiais inesperados, como o cabelo: “Este menino nasceu no dia 2 de Novembro de 1860 = ás 4 horas da manhã, e leva de sinal o bocadinho de Cabelo cortado; Farão o favor de lhe por o nome de José dos Santos Hé de Belem Lx^a 2 de Novembro 1860”⁴⁴⁹. O cabelo desapareceu, aliás com desapareceram muitos outros sinais de diferentes suportes, mas qualquer coisa servia para sinalizar “aquela” criança. As madeixas de cabelo poderiam ser utilizadas como sinal, bem como o corte de cabelo “(...) e um bocado de cabelo cortado atras”⁴⁵⁰.

Mas nesta categoria, para além dos materiais nobres e naturais, há a registar um sinal feito com materiais quotidianos: um nó feito com palhinhas que a criança trazia no braço direito no momento do abandono⁴⁵¹ e um outro composto de penas: “(...) e leva por çinal Tres penas na toca escarlata (...)”⁴⁵².

Os sinais bordados a fio de algodão ou seda não são raros. Bordar uma letra na roupa ou numa fita é um procedimento que, embora não seja vulgar, não deixa de estar presente. O que é verdadeiramente invulgar é a conjugação de um bordado de seda com aplicações de lantejoulas: “Este Menino quando o Batizarem hadem lhe por o Nome Julio Cezar levando de sinal o nome e huns Bentinhos da Senhora do Monte do Carmo e tendo os dittos Bentinhos o coração bordados e três amor perfeitos (...)”⁴⁵³. Apesar de não virem especificadas no corpo do texto, as lantejoulas existiam porque o sinal desta criança era composto por meia folha de papel A4 azul à qual foram alfinetadas duas fitas de seda branca das quais pendem dois quadradinhos de seda bordados com flores e lantejoulas. Num dos quadradinhos foi fixada uma N^a S^a do Monte do Carmo de papel cercada por uma fita de arame.

Se os sinais têxteis revelam a evolução dos consumos e do que estaria à disposição da maioria da população, os bilhetes por sua vez, nas descrições dos enxovais que as crianças levavam, dão também indicações preciosas sobre estes objetos. Em 1800 uma criança levava entre outras peças “(...) hum lemcinho na cabesa braco com humas riscas emcarnada pergado com tres alfinetes (...)”⁴⁵⁴.

3.4 As combinações

“heste menino Vai por batizar o nome q seja Antonio o sinal he huma fita amarela Linão tem o freio cortado”⁴⁵⁵. Isto é um exemplo simples e claro do que se entende por combinações de elementos que reforçam a sinalização das crianças. Estamos perante um

⁴⁴⁹ Ver Sinal nº 2357 de 1860.

⁴⁵⁰ Ver Sinal nº 2061 de 1863.

⁴⁵¹ Ver Sinal nº 1393 de 1840.

⁴⁵² Ver Sinal nº 1198 de 1822.

⁴⁵³ Ver Sinal nº 1527 de 1844.

⁴⁵⁴ Ver Sinal nº 410 de 1800.

⁴⁵⁵ Ver Sinal nº 422 de 1837.

escrito feito numa folha azul que traz consigo uma fita amarela cortada em V em ambas as pontas. E este exemplo pode multiplicar-se por muitos outros. Sinais compostos por um bilhete, ele próprio feito num papel deliberadamente recortado, que apresenta uma fita cosida que por sua vez apresenta cortes, é por si só sinal de estarmos perante a multiplicação de sinais para individualizar aquela criança.

As combinações mais habituais são o papel com o têxtil, mas todas as outras são possíveis: dois papéis, papel com metal, papel com metal e têxtil, papel com papel e têxtil, bordados no próprio papel, tal como acontece neste bilhete: “Hoje 1º de Fevereiro de 1847 Emtra para a Santa Caza hum Menino Nassido no ultimo de Janeiro Adece chamar Artur leva camisa fralda tira e vulvedoro tudo de pano patente novo 2 coeiros de Batilha franceza e hum lencinho na cabe tudo marcado com hum G preto leva huma fita de seda de riscas brancas cor de Roza e verdes e amarelas leva vestido de rescadinho cor de ganga novo com a mesma marca”⁴⁵⁶. Para além de toda a roupa vir marcada com a letra G e da criança trazer ainda uma fita de seda, o próprio papel do bilhete tinha bordado a mesma letra, um trabalho minucioso e a exigir grande perícia.

Por vezes os sinais eram múltiplos conjugando diversos materiais e diversos tipos de sinais: bilhete em papel, roupa cortada, roupa bordada com linha ou, como neste caso, com missangas, “(...) e leva os seguintes signaes a saber Um coeiro de Beitilha com um circulo de miçanga encarnadas. Um vestido de chita escuro, de que fica uma ponta que se cortou. Camiza de linho com circulo de miçanga encarnada. Touca de caça guarneçada de espiguiha branca, com o dito circulo de miçanga encarnada, Fralda e cinta d’algodão, tudo com o mesmo signal de miçanga encarnada(...)”⁴⁵⁷.

3.5 Os Sinais Oraís

“Este menino nasceo a 12 de Dezembro 1866 não esta Batizado pede a q lhe po o nome Justino Leva por çinal 1 Bocado de fita verde no Braco direito”⁴⁵⁸. No assento ficou registado que era originário de Alcobça. Nada no texto do bilhete deixado com a criança apontava nesse sentido. É omisso. No entanto, o padre que fez o assento não hesitou. Como o sabia? Não é raro aparecerem no assento algumas informações não constantes do texto. Noutro caso o padre escreveu “Segundo disserão”. Mas disserão, quem? E estas informações orais tanto podem indicar a origem, como a idade “esta Menina já esta Baptizada Xamase Maria Francisca Recomendoa por sinal leva fita de gazia cor de roza seca”⁴⁵⁹, e segundo o seu assento “dicerão que tinha mês e meio”. Mas também poderiam dar outras informações: que era gémea de outro, que era quebrado, uma panóplia de informações que faz antever que no momento do abandono havia contactos entre ambas as partes (quem abandona e quem recebe) questionando o velho mito da clandestinidade, das sombras, da noite, da desconfiança que toda uma iconografia transmitiu ao longo do tempo. Este mundo da oralidade que só nos deixou registo indirecto através das notas que foram

⁴⁵⁶ Ver Sinal nº 232 de 1847.

⁴⁵⁷ Ver Sinal nº 2389 de 1865.

⁴⁵⁸ Ver Sinal nº 270 de 1867.

⁴⁵⁹ Ver Sinal nº 957 de 1837.

acrescentadas no assento de entrada e baptismo necessita de uma perspetivação mais global uma vez que se inscreve no contexto das redes de cumplicidades que envolviam o acto de abandonar, incluindo o pessoal da SCML.

A não ser a nomeação do “Senhor abade castro” para padrinho, não há neste bilhete qualquer indicação relativa ao nome da criança. Contudo foi registado com o nome de *Alfredo Augusto/Felismino* este último atribuído no momento do baptismo: “Nasceio no dia 31 de Maio de Anno de 1868 Nasceu as 11 de noite Leva os sinaes seguintes Camiza de panninho Borbedouro de panninho Coheiro de beitinha debruado e emfeitado de cor de Roza marcado de retrós escarlata e cor de laranja vestido de chita branco com resquinhas rouchas emcarnadas lenço de três pontas touca de caça com hum ramo emfeitado de espeguilha e fita azule estreita lenço branco codrado com risca branca fralda de Algodão tudo Novo Sinto de setumi branco brodado a matis leva pregado ó sinto huma bronica de rouma com sua santidade e do houtro lado da medalha leva os santos Martires leva o bentinho de Noça Senhora do Carmo pesço por favor q madrinha seja Noça Senhora Das Doures e por Padrinho o Senhor abade castro”⁴⁶⁰. Isto revela que alguém no momento do abandono ou posteriormente deu oralmente essa indicação de nome até porque a nomeação “do Senhor abade castro” pressupõe uma proximidade e um conhecimento que não era comum à maioria da população.

Há dificuldade em conhecer este mundo onde imperou sobretudo a oralidade, mas podemos ter aproximações indirectas. Uma criança que vem referenciada como menino, era afinal uma menina que o padre registou no respectivo livro com o nome de Rozaria como nome pedido: “Este menino nasceu Dia 27 –de- Julho de 1869 as 11 oras da noite Entra para Santa caza á uma Ora da manhãDia 28”⁴⁶¹. Foi baptizada com o nome de Emmerenciana. No entanto, em data que desconhecemos foi entregue a Rozaria de Jesus Gomes Alves que a reconheceu como filha e rogou a quem, em seu nome, assinasse o respectivo termo por não o saber fazer.

Os exemplos de contactos directos entre ambas as partes deixaram indícios que pelo conteúdo dos assentos tiveram mesmo que existir. Em 1861, nada no bilhete indica a data de nascimento da criança que no entanto foi registada pelo padre secretário: “Menino Chamaçe Bernardino e já vai Baltizado”⁴⁶². A criança entrou em 28 de Março de 1861 e o assento diz ter nascido em 10 de Fevereiro do mesmo ano.

Há uma outra vertente a relçar quando a senha de recuperação é mesmo uma senha oral. Vejamos este caso: “Esta Menina vai p Batizar esehá dechamar Maxima. A madrª seja Snrª Biscondeça de Ponte de Lima e Padrº o Sr D. Fernando de Lima, e a seu tempo seháde tirar, e pagar a criação p não haver agora possibilidades hé q se recorre a Pe desta Sta Caza da Mizericordia A senha hé pª todo o tempo se tirar hé Coração de Jezus (...)”⁴⁶³. Maxima entrou na SCML com duas horas de vida. Morre no ano seguinte (5/8/1792) sem que

⁴⁶⁰ Ver Sinal 1245 de 1868.

⁴⁶¹ Ver Sinal nº 1620 de 1869.

⁴⁶² Ver Sinal nº 734 de 1861.

⁴⁶³ Ver Sinal nº 1017 de 1791.

ninguém se tenha apresentado para a ir buscar. Contudo, se isso chegasse a acontecer, a senha que autenticava essa pretensão seria uma senha oral a ser apresentada no acto “A senha hé p^a todo o tempo se tirar hé Coração de Jezus”.

Será um erro pensar-se que o abandono seria totalmente anónimo. Por vezes percebemos esses contactos de forma indirecta. Veja-se este caso: “No dia 18 de Agosto de 1821 Nasceo Irminegilda Maria de Jazus Leva por sinal dois coeiros Incarnados com huma Liga na sintura Vai por Baitizar ponhase esse nome”⁴⁶⁴. Mas a história desta menina não acaba aqui. Foi baptizada na SCML com o nome de Maximiana. Porquê este nome se o pedido normalmente é aceite? Lateralmente no assento de entrada e de batismo desta criança, o secretário escreveu: “q.m trouce esta exposta à Roda disse q no caminho perdera o Escrito q a acompanhava, e no dia 20 trouce o Escrito em q dizia lhe pozem por nome = Hermenegilda Maria de Jezus”⁴⁶⁵. Entregue no mesmo dia do nascimento por alguém que informou ter perdido o bilhete, entregou um outro dois dias depois. Nessa altura, já a criança tinha outro nome.

Mas esta circunstância ainda coloca uma outra questão para além dos contactos directos e frequentes entre quem abandona e quem recebe. A entrega das crianças tinha vários agentes: as recoveiras, mulheres que eram pagas pelos municípios para exercerem essa função, as parteiras, vulgo comadres, o que deita por terra as imagens lancinantes de dor e de desespero de jovens mães que são obrigadas a separarem-se dos filhos e a deixá-los nas “Rodas” por esse país fora.

Embora a entrega da criança possa não ser feita pela mãe (dado o pouco tempo que por vezes medeia entre o nascimento e o abandono isso seria praticamente impossível) e a sua representação junto à “Roda” seja uma imagem que pode não corresponder à realidade, isso não invalidava a sua dor e o seu desespero perante o afastamento do filho mesmo não estando presente no momento do abandono.

Num outro bilhete, dada a pressa em entregar a criança, quem entrega permite-se sugerir que “ficando invista de V Sas aonde hirá a criarse lhe remeterá Roupa pela mesma Roda (...)”⁴⁶⁶. Naquele momento o mais urgente seria “lançar à roda”⁴⁶⁷ a criança, seria desembaraçar-se dela. A roupa seguiria depois. Isto só pode confirmar a existência de contactos frequentes entre ambas as partes.

Este mundo de abandono, separação e a mais das vezes de morte, poderá parecer uma coisa do passado, longínqua e sem eco nos dias de hoje. Efectivamente passou-se de uma ordem de grandeza de milhares de abandonos para uma escala muito mais “modesta”. Hoje é considerado um acto aberrante e é por isso que suscita o interesse dos meios de comunicação social.

⁴⁶⁴ Ver Sinal nº 1143 de 1821.

⁴⁶⁵ Ver *Livro de Entrada e de Baptismo*, nº 79, assento nº 1143.

⁴⁶⁶ Ver Sinal nº 1010 de 1822.

⁴⁶⁷ Ver Sinal nº 1000 de 1822.

Não queremos dizer que o amor pelos filhos, principalmente o amor maternal, seja uma invenção da contemporaneidade. Independente da verdade de muitos bilhetes, alguns deles são claros quanto ao amor que os pais ou a mãe nutriam por quem abandonavam e consideravam essa a melhor solução porque a alternativa ao abandono poderia, eventualmente, ser pior.

3.6 Os sinais originais

Apesar de escritos em papel, alguns sinais são verdadeiramente originais e não podem deixar de nos surpreender. A colecção da SCML alberga alguns sinais que são um primor em termos de riqueza do material utilizado, da exuberância das cores e dos padrões de alguns tecidos, da surpreendente imaginação de quem abandona que utilizam os mais diversos objectos para individualizar a criança: cartas de jogar, bilhetes de lotaria, meias tecidas, fotografias, dados, desenhos, rosários, etc.

Mas se estes objectos se podem considerar originais porque raramente utilizados, utilizar como sinal um número é verdadeiramente inusitado e raro: “Entra para a Santa caza da Mezericordia de lisboa um menino que nasceu hoje 22 de Nobembro de 1869 pelas des hora da Note e pede se o nome de caitano e leva por sinal N. 23070. Santa caza da Mezericordia de Lisboa a 23 de Nobembro de 1869”⁴⁶⁸.

A decoração dos bilhetes é muito variada e em alguns casos são verdadeiras obras de imaginação, constituindo peças únicas, contribuindo para individualizar de forma inequívoca o bilhete e através dele a criança. Desde bilhetes onde foram feitos pequenos furos com um alfinete⁴⁶⁹, textos “dentro” de molduras de tinta de cores variadas⁴⁷⁰, bordados a ponto cruz no próprio papel⁴⁷¹, pintas de lacre e rabiscos⁴⁷², bilhetes decorados com pequenas fitas, tendo o papel a forma de gato⁴⁷³, tudo se justificava para dar aos sinais um carácter único.

Há sinais que agregam ao texto escrito em papel, materiais que à época ainda seriam pouco utilizados e pouco divulgados entre a generalidade da população, como por exemplo o plástico. No entanto, em 1864 uma criança entrou na SCML trazendo uma folha de papel dobrada na qual estava cozido meio cartão de plástico. O texto em si não apresenta qualquer tema novo. O que é verdadeiramente novo é o cartão ser de plástico “Ex.mo Senr. Este menino nasceu em 11 do corrente, é filho de Pais em cógnitos, pedesse a maior vegilancia, é ou maior caridade, pois logo que Deos queira se tirará, para ou que leva por cignal um cartão que fica outro igual em meu poder, e cópia igual desta carta, com

⁴⁶⁸ Ver Sinal nº 2517 de 1869.

⁴⁶⁹ Ver Sinal nº 1466 de 1855.

⁴⁷⁰ Ver Sinal nº 1840 de 1858.

⁴⁷¹ Ver Sinal nº 1857 de 1863: “Lisboa 13 de Setembro 1863 Huma menina que nasseu as Seis Horas i meia da tarde Vai por Batizar tara pornome Alexandrina Augusta Loureiro entra das 10 as 11 Horas da Noite do dia treze do Corrente Sinal um ponto em cruz de retroz emcarnado no Belhete Lisboa”. Esta modalidade de bordar o próprio papel é utilizada várias vezes. Em 1847 entrou uma criança que para além da roupa vir marcada com a letra “G”, esta também constava no próprio papel. Ver Sinal nº 232 de 1847.

⁴⁷² Ver Sinal nº 2141 de 1860.

⁴⁷³ Ver Sinal nº 704 de 1851.

estes sinais se hirá resgatar (...)”⁴⁷⁴. O plástico tinha sido inventado em 1862 pelo químico britânico Alexander Parkes que criou um material a que chamou parkesine que apresentou na Exposição Internacional de Londres desse mesmo ano⁴⁷⁵.

E o que dizer de um bilhete do qual constava unicamente uma letra maiúscula: “M”⁴⁷⁶ sem mais nada. A simplicidade deste testemunho interpela-nos pela sua quase total ausência de texto, por podermos imaginar o significava aquele *M*, porque se considerou não ser necessário dizer mais nada.

Alguns bilhetes são encriptados: “Nap. – 15 Junho 29 de Junho de 1828 Nome = = T. I. P. P. – Tm M J P O Sinal deve cobinar Pelos Bocados dos Coeros e Vestido|M.|T.”⁴⁷⁷. A SCML batizou-o com o nome de *Thomaz* e as datas referenciadas são uma incógnita. Corresponderia a primeira à data do nascimento e a segunda à data da entrada? Só ficou registado que a criança entrou em 5 de Julho de 1828.

Uma variante curiosa prende-se com o modo como se entende o binómio criança/bilhete. Normalmente o bilhete acompanha a criança, mas o contrário também é possível: “O menino que acompanha este Belhete nasceo hoje vinte e cinco de Janeiro de 1847 pela huma hora da tarde – vai remetido á Roda da Mezerecordia, p^a a seu temo ser tirado, podendo ser, e por isso se recomenda que q.do se baptizar, lhe chamem = Joze = e depois o appellido – Joze Rofino (...)”⁴⁷⁸.

Bilhetes, fitas, relíquias, cabelos, palhas, penas, tudo foi utilizado para cumprir a sua função sinalizadora. Resta-nos uma dúvida que quedará para sempre insolúvel: quantas crianças não entraram sinalizadas unicamente com simples cortes nas roupas que vestiam e sobre quem ninguém pode ou quis escrever um bilhete que tal assinalasse acabando estas crianças por passarem despercebidas? Porque elaborar um bilhete para informar do corte da roupa e de ficar na posse do retalho pode ser uma via: “(...) leva vestido humas ropinhas de xita roxa com flores brancas e de cuja fica em meu poder hum bocadinho de huma mangua (...)”⁴⁷⁹, mas haveria outras sinalizadas sobre quem ninguém nada escreveu?

Os bilhetes e os outros sinais são a prova da existência daquelas crianças, são o único testemunho que delas restou. Se não existissem os sinais, aquelas crianças eram unicamente um assento, um registo. Os sinais são o toque de humanidade que todos merecem. São a única prova palpável que um dia existiram.

⁴⁷⁴ Ver Sinal nº 837 de 1864. Ver Apêndice, Estampa 35.

⁴⁷⁵ Ver *História dos grandes inventos*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1983, pp. 261-265.

⁴⁷⁶ Ver Sinal nº 1726 de 1856. Ver Apêndice, Estampa 36.

⁴⁷⁷ Ver Sinal nº 886 de 1828.

⁴⁷⁸ Ver Sinal nº 181 de 1847.

⁴⁷⁹ Ver Sinal nº 997 de 1808.

3. O que dizem os sinais da SCML

1. Informações

Há uma grande unanimidade em relação ao conteúdo dos bilhetes em todos os países onde há notícia da sua existência: podem ter um carácter muito simples (só o nome e o baptismo) ou ter um carácter mais complexo porque mais completo: ao nome e ao baptismo juntam-se datas de nascimento e entrada, idades, explicações, pedidos e promessas⁴⁸⁰.

O estudo dos bilhetes não tem constituído o foco central dos estudos portugueses sobre os expostos. Exceptua-se o caso do Porto feito por Isabel dos Guimarães Sá que lhes atribui um papel importante como fonte, assim como enuncia variadas questões que lhes estão subjacentes, entre as quais: a mediação entre quem escreve e quem abandona e os problemas que essa mediação comporta, a sobrevalorização ou subestimação das informações neles contidas, os objectivos e o conteúdo⁴⁸¹. E embora este estudo se centre no século XVIII, não podemos deixar de assinalar que os bilhetes do século XIX partilham o mesmo tipo de informações, os mesmos pedidos e as mesmas promessas. É certo que há diferenças, quer no período em análise, quer na geografia. Mas as diferenças radicam mais em questões de pormenor do que nas questões fundamentais.

Vejamos alguns exemplos: a designação *enjeitado(a)* é inexistente na documentação por nós cotejada, embora o seja no Porto. Também não podemos inferir que o enfaixamento fosse a regra porque embora as faixas fizessem parte dos enxovais sobretudo para proteger o umbigo, não nos parece que no geral as crianças continuassem a ser enfaixadas. Também a diversificação das peças do vestuário é maior em Lisboa do que no Porto. Pensamos que neste campo, o vestuário se irá diversificando cada vez mais conforme se avança nos anos. No entanto há peças comuns, embora o *gibão* ou a *coifa* sejam mais vulgares entre as crianças do Porto do que nas de Lisboa. Neste caso pensamos estar perante uma questão de moda e idade.

Os bilhetes com uma única informação são raros. Só um nome, só uma letra ou só uma data não são habituais porque não cumpririam cabalmente a função a que estavam destinados. No entanto, podemos supor que neste bilhete que diz unicamente “Fevereiro 5 de 1870”⁴⁸², esta data se refira à data do nascimento já que a criança está registada como tendo entrado em 26 de Fevereiro desse mesmo ano.

A maioria dos bilhetes contém informações variadas, pedidos e algumas promessas. O seu conteúdo representa o quadro mental que informa e enforma a sociedade da época. Se as informações prestadas denunciavam preocupações morais e religiosas e o modo como se encarava o abandono das crianças e daquela criança em particular, também se revelam

⁴⁸⁰ Ver, por exemplo, Isabelle Robin e Agnès Walch, «Les billets trouvés sur les enfants abandonnés à Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle...*, pp. 981-991.

⁴⁸¹ Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças...*, pp.232-263. A autora faz notar que o conteúdo dos bilhetes das crianças expostas no Porto, têm grandes semelhanças com os bilhetes dos expostos de Turim.

⁴⁸² Ver Sinal nº 521 de 1870.

preciosas para a compreensão do abandono. As informações prestadas são muito variadas: batismo, características físicas, datas de nascimento e de entrada na SCML, descrição do enxoval, filiação, idade, doenças, se legítimo ou ilegítimo, estado civil do pai, da mãe ou de ambos, hábitos alimentares, local de abandono, razões do abandono, se gémeo, etc. Mas a informação mais comum refere-se ao nome da criança, ou o nome que se pretende que venha a ter. Esta informação supera qualquer outra informação prestada de tal modo que é raríssima a criança cujo bilhete seja omissa a esse respeito. E nesta informação, ao contrário de outras onde se observam diferenças entre rapazes e raparigas, verificam-se taxas de mais de 90% para ambos (94,3% nas raparigas contra 94,7% nos rapazes).

Raramente os bilhetes de carácter privado remetem a criança para a condição de filha de pais incógnitos. Na documentação oficial tal condição é vulgar constar, nos bilhetes privados raramente é mencionada. Raramente o escriba se coloca numa posição de distanciamento que atribua à criança essa condição. Antes pelo contrário. O ideal será insinuar sempre a existência de uma família que, por razões sempre muito atendíveis, se viu obrigada a tomar tão dolorosa decisão. Ser filho/a do que a Igreja considerava ser o pecado, seria uma desvantagem, eventualmente não concitaria a boa recomendação e empenho no tratamento. Mas apesar da raridade, há bilhetes que declaram frontamente essa condição: “(...) em o dia vinte esinco de abril de mil eoitosentos ehum seapresenta esta menina na Real Caza dos expostos nasida no mesmo dia porlheão por nome Gertrudes filha de pais incognitos (...)”⁴⁸³.

Formalmente os bilhetes podem iniciar-se com um “Illmo Ex.mo Snr”, “Serenissimo Sr Padre Secretário” ou de modo impessoal, o que acontece a maioria das vezes, com um “remeto/remete-se”, “depozitase”, “entrega-se”, “recolhe-se”, “é lançado”, “deita” ou um “dá-se” à SCML. A missiva pode terminar sem quaisquer alocações finais, mas também pode terminar com desejos de “Saúde para V^a Ex^a”, “Ihe dê Deus muitos anos”, “e emtertanto se fica pedindo aDs pela vida de Vex^a eaumento desta S.^a Caza” ou “Vida e saúde para os Snrs Menzarios”. São as fórmulas utilizadas em escritos mais elaborados e que podem apresentar inúmeras variações.

Na década de 1840 há, no entanto, uma outra novidade. Iniciam-se os bilhetes com uma invocação religiosa “Jezus Maria Joze Dáse a santa Caza da Mezericordia huma menina (...)”⁴⁸⁴. Este tipo de bilhete que se irá multiplicar principalmente a partir do ano de 1844 denuncia uma moda e um estilo.

Os bilhetes, regra geral, iniciam-se com informações sobre nome, data de nascimento, batismo e só depois os outros conteúdos. São raros os que se iniciam por qualquer outro assunto que não sejam os já enunciados. Contudo há bilhetes que têm um início menos vulgar, abrindo certamente com o que se considerava ser o mais importante e fundamental: “Esta menina se hade procurar, espero que seja bem tratada nasceo em 24 de Outubro de 1824 hade ser procurada por outro Igual bilhete, nem vai Baptizada, Quero

⁴⁸³ Ver Sinal nº 578 de 1801.

⁴⁸⁴ Ver Sinal nº 1021 de 1845.

que se lhe ponha O nome de Maria Joze Hoije 24 de Outubro de 1824 (...)”⁴⁸⁵. No entanto, não é de todo o mais comum.

Assim, podemos agrupar as informações prestadas segundo os seguintes temas:

- a) o nome;
- b) a data do nascimento;
- c) o baptismo;
- d) a data de entrada;
- e) a idade;
- f) o enxoval;
- g) as características físicas;
- h) as doenças;
- i) a alimentação;
- j) as razões do abandono;
- k) a família;
- l) legítimos e ilegítimos;
- m) informações diversas.

Vejamos em termos quantitativos que informações eram dadas pelos bilhetes:

Quadro 7

Tipo de informação mais relevante contida nos bilhetes

	Rapazes	Raparigas
Nome	3785	3408
Data de nascimento ⁴⁸⁶	2761	2463
Batismo	2316	2108
Enxoval	1953	1689
Filhos de pais incógnito	529	485
Razões do abandono	273	225
Filiação completa	140	124
Idade	143	105
Legítimos	40	44

(Quadro elaborado com base nos dados recolhidos pela autora)

1.1 O nome

A necessidade de nomear a criança de modo a individualizá-la do conjunto das crianças que circulavam pela SCML para eventualmente, no futuro, ser procurada ou mesmo para manter uma ligação à criança, nem que seja de uma forma simbólica e ténue, foi sempre uma estratégia que percorre todo o período. Dar um nome ou pedir um nome não é um acto destituído de importância, como veremos mais à frente quando olharmos

⁴⁸⁵ Ver Sinal nº 1402 de 1824.

⁴⁸⁶ Esta data de nascimento tem indicação de ano, mês e dia. A hora é uma informação que só consta de 873 bilhetes dos raparigas e de 1014 rapazes.

para esta temática com maior cuidado. O nome é, sem dúvida, mesmo na forma de pedido, a informação mais frequente. Pedidos de nomes simples, duplos e até triplos, com ou sem apelidos. Neste campo, o invulgar seria a inexistência de um nome.

1.2 A data do nascimento

Numa análise mais superficial poder-se-ia pensar que a seguir à questão do nome viriam as informações sobre o batismo. Puro engano. Depois do nome, a informação mais frequente é a data do nascimento: ano, mês, dia e hora: “Em 5 de Frº de 1790 nasceu huma menina que pedecelhe ponha Agueda por ser o dia da mesma Santa...”⁴⁸⁷. Informações sobre o ano, dia e mês têm quantitativos muito semelhantes quer se tratem de rapazes ou de raparigas. Já o mesmo não ocorre no que respeita à hora. Esta informação é descuidada, não tendo menção expressa em muitos bilhetes, mas quando a tem pode-se calcular a idade da criança quando esta é entregue no mesmo dia.

Com a informação da hora do nascimento pode-se concluir se a criança era ou não originária de Lisboa e se o seu abandono fora decidido antes do nascimento. O caso seguinte é claro quanto a esta questão: “A 27 do mês de mayo de 1790 pelas 5 horas da manhin naseu hum minino q vai para a Santa Caza dos inpostos q se chamara Joze antonio (...)”⁴⁸⁸. Na realidade esta criança entrou na SCML, nesse mesmo dia, às 21 horas. Por vezes até entram com menos horas de vida⁴⁸⁹.

A indicação da data do nascimento pode ser feita de modo claro e objectivo, mas também pode ser feita de modo indirecto tendo em conta os dias dos santos e mártires da Igreja católica e outras festividades religiosas: “esta minina he imcoberta mais seo pai tem tesão detirar pagar dispeza pois esta minina não vai batizada soa mai e pai dezeija q se xame agostinha pois naseo no seo dia (...)”⁴⁹⁰.

1.3 O batismo

Só a seguir a estas informações, aparecem informações sobre o batismo que podem ser pela afirmativa: “Dia 11 do Mes de Outubro de 1870 Naceu as 11 oras da noite hum Manino Ja bai Baptizado Nome de Lourenço...”⁴⁹¹ ou pela negativa: “Esta menina não vai batizada Porselheão Maria Joaquina...”⁴⁹². Tanto num caso como noutro estamos perante uma preocupação com a administração do sacramento que advém da crença generalizada da necessidade do batismo e da sua função como garante de pertença à igreja, como uma apresentação oficial da criança à comunidade e a garantia da felicidade eterna, caso a criança morresse. Neste campo as taxas percentuais, embora altas (58,3% para as raparigas, 57,9% para os rapazes) não atingem os valores anteriores.

⁴⁸⁷ Ver Sinal nº 140 de 1790.

⁴⁸⁸ Ver Sinal nº 592 de 1790.

⁴⁸⁹ Ver Sinal nº 2797 de 1870: “Remete-çe á Santa Caza da Mezericordia de Lª Uma Menina q nasceu hoje a 22 de Dezembro de 1870 – as 2 – oras da tarde (...)”. Entrou na SCML às 15 horas.

⁴⁹⁰ Ver Sinal nº 1208 de 1820.

⁴⁹¹ Ver Sinal nº 2253 de 1870.

⁴⁹² Ver Sinal nº 42 de 1790.

Embora o batismo não seja, aparentemente, a preocupação dominante, talvez por se saber que este não faltaria à criança quando chegasse à SCML⁴⁹³ e porque o pedido de um nome significava implicitamente o pedido de baptismo, havia que recorrer a outros agentes que não o padre para ministrar o sacramento, em caso de morte iminente da criança. Seria um recurso último, mas mais valia partir deste mundo com um simples batismo de água (“Huma menina q nasceu oje 5 de Marzo leva ag^a e se pora o nome de M^a da penha”)⁴⁹⁴, ministrado pela parteira (“5 de 8tbro de 1812 nceo as cete horas da manhe no domingo batizado pela parteira Francisco Joze Maria (...)”⁴⁹⁵, ou mesmo pela mãe (“Este mino, naseo o dia Sab.do 11 de Janeiro, pelassinco horas da manha deste presente anno de 1800 e como na flicção em q sua Mai se vio e o menino quaze morrendo a propria Mai o batizou em nome da Santissima Trindade (...)”⁴⁹⁶, num baptismo de socorro e sem os santos óleos (“Este menino naçe u ultimo de Agosto e pouse na Caza dos impostos no primeiro de setembro porlha-lhe pornome Joze de S.thiago pois elle já está batizado mas não tem os santos ollios (...)”⁴⁹⁷, qualquer tipo de batismo seria preferível a partir como um pagão, para vaguear no limbo indefinidamente.

A utilização da palavra “pagã” para caracterizar a situação da criança perante a comunidade dos crentes não era habitual. Mas no fim do século XVIII e princípio do século XIX era utilizada para informar que a criança não estava batizada: “A dezacete de Abrir vai p^a a Sta caza huma menina pagam (...)”⁴⁹⁸.

O batismo poderia ser um batismo *solene* (ministrado exclusivamente por um padre)⁴⁹⁹, ou *sob condição* devendo nestes casos a criança ser posteriormente batizada solenemente (“Esta menina naseo em vinte nove de Maio de mil sete sentos noventa e quatro fou baptizadadebaxo de condisom (...)”⁵⁰⁰. Estamos quase certos que de todas as informações prestadas, as que são referentes ao baptismo sejam as mais próximas da verdade.

1.4 A data de entrada

A data de entrada também é referida muitas vezes. Depois destas informações, todas as outras que são prestadas não atingem valores tão significativos. As datas de entrada podem estar referenciadas por um “Remete-çe á Santa Caza da Mezericordia de L^a Uma Menina q nasceu hoje a 22 de Dezembro de 1870 – as 2 – oras da tarde (...)”⁵⁰¹ ou por identificação indirecta do mês: “ahi vai este menino para a Santa Caza naseo a outo em dia de nosa Sr^a da conseisão e vai a des do mesmo mês de natal vai por batizar ponenhe

⁴⁹³ “Ahi vai esse menino, o qual vai Batizado de Baxo de Condição; naseu houje 4^a f^a de 17 do Corrente pelas 8 horas da Manhei = o qual se pede e se recomenda o bom tratamento e o cuidado delle, como e gralm.te seja novamente Batizado, e cujo nome será o seguinte = Joaquim Pricopio (...)”. Sinal nº 1402 de 1810.

⁴⁹⁴ Ver Sinal nº 354 de 1808.

⁴⁹⁵ Ver Sinal nº 1316 de 1812.

⁴⁹⁶ Ver Sinal nº 42 de 1800.

⁴⁹⁷ Ver Sinal nº 1099 de 1801.

⁴⁹⁸ Ver Sinal nº 467 de 1793.

⁴⁹⁹ Nos dias de hoje o batismo solene pode ser ministrado por outros agentes, nomeadamente diáconos.

⁵⁰⁰ Ver Sinal nº 786 de 1794.

⁵⁰¹ Ver Sinal nº 2797 de 1870.

antonio tristão (...)”⁵⁰². Esta informação será umas das que não suscitarão dúvidas e sobre as quais haverá um menor grau de inveracidade. A data de nascimento e a de entrada são genericamente coerentes, não parecendo haver discrepâncias entre elas.

Se as datas de entrada podem ser feitas por referência ao nascimento, noutros casos, a data do nascimento pode ser ignorada e só constar a data de entrada. Esta tendência percorre todo o período sondado: “Em 16 de Janrº de 1790 vai hum menino por baptizar se chamará Joaquim”⁵⁰³. Em 1870, exactamente o mesmo tipo de informação: “No dia 26 de Novembro de 1870 entrou hum menino para a Santa casa da mezericordia (...)”⁵⁰⁴. Em casos como estes é impossível calcular a idade das crianças.

Na década de 20 do século XIX era habitual uma forma de escrever os meses que conjugava números com letras. Assim os meses de setembro, outubro e novembro são nomeados, respectivamente, do seguinte modo: “Nasçeo este menino no dia 2 de 7bro de 1821 (...)”⁵⁰⁵, “Nasçeo esta menina no Dia – 4- de 8brº de 1821 (...)”⁵⁰⁶ e “Naçeo este Menino em 6 de 9brº 1821 (...)”⁵⁰⁷. Poder-se-á argumentar que se trata do mesmo autor para os três pequenos textos mas por se tratar de uma forma de nomeação recorrente, estamos em crer que se trata de uma forma abreviada utilizada sobretudo por quem tinha domínio sobre a arte de escrever. O mesmo acontece com a escrita dos anos, que também podem aliar letras a números: “(...) naceu a nove do mes de janeiro de mil ioto centos e vinte 6”⁵⁰⁸ ou “Nasçeo este menino no dia 11 de Agosto de mil oito centos e 55 (...)”⁵⁰⁹.

1.5 A idade

A idade das crianças aquando da sua entrada na SCML pode ser uma indicação feita de modo direto ou indireto. Normalmente quando a criança é entregue no mesmo dia ou com poucos dias de vida o referencial utilizado é a hora do nascimento: “As sinco oras da tarde seentregou esta menina nesta Caza dos Expostos nacida no mesmo dia pellas onze oras e meia (...)”⁵¹⁰. Este modo de indicar a idade da criança percorre todo o período em análise. Em 17 de outubro de 1870 foi entregue uma criança que “(...) Nasceu a 8 d’Outubro de 1870 as 3 horas da manham”⁵¹¹.

Já quando as crianças têm meses ou anos, uma minoria dentro da imensa maioria, a data do nascimento deixa de ser o referencial e a idade passa a ser expressa no número de meses ou anos. Há sempre a possibilidade de serem idades aproximadas ou de se já ter perdido a memória da data exata do nascimento: “Aqui vai hum Menino pornome Joaquim daidade de dois meses (...)”⁵¹² ou “Vai esse Menino Batizado na frezia de pernes Xamase

⁵⁰² Ver Sinal nº 1750 de 1810.

⁵⁰³ Ver Sinal nº 57 de 1790.

⁵⁰⁴ Ver Sinal nº 2596 de 1870.

⁵⁰⁵ Ver Sinal nº 1196 de 1821.

⁵⁰⁶ Ver Sinal nº 1373 de 1821.

⁵⁰⁷ Ver Sinal nº 1487 de 1821.

⁵⁰⁸ Ver Sinal nº 38 de 1826.

⁵⁰⁹ Ver Sinal nº 1532 de 1855.

⁵¹⁰ Ver Sinal nº 717 de 1790.

⁵¹¹ Ver Sinal nº 2272 de 1870.

⁵¹² Ver Sinal nº 24 de 1790.

Migel francisco e a Menina foi batizada na mesma fregezia de pernes xamase Maria qeitana são hirmons hanbos a menina tem seis hannos e o menino tem tres (...)”⁵¹³.

1.6 O enxoval

Cerca de metade dos bilhetes das crianças entradas na SCML (47,5%) faz referência ao enxoval. Alguns dizem que as crianças trazem enxoval mas não há uma descrição do mesmo. Dos outros é muito comum os bilhetes trazerem a descrição da roupa que a criança leva no momento de abandono. Aliás muita dessa roupa funcionaria como sinal futuro, fosse através da nomeação de peças específicas: “(...) leva por sinal dois coeiros hum emcarnado e outro verde e outro emcarnado por envolta (...)”⁵¹⁴, fosse através de cortes na roupa: “(...) por sinal leva huns Coeiros de baetilha amarella recortada por baixo (...)”⁵¹⁵, de bordados: “(...) Vai vestida com todas a roupahinha marcada com hum crus de linha de marcar azul (...)”⁵¹⁶, de pequenos pedaços que eram cortados nas peças de roupa e depois de divididos em duas partes, uma que ficava na posse do abandonante e a outra seguiria alfinetada ou cozida na roupa: “(...) Leva preza o vestido hum bocadinho de xita irman, q a vista de outro igual, ratificara o signal (...)”⁵¹⁷ ou “(...) os Sinais que leva Camiza de riscas com hum bocado de menos na gola (...)”⁵¹⁸. Estes enxovais nada têm a ver em quantidade e em diversidade de peças com os dias de hoje. Por isso, um enxoval que na altura seria abundante, hoje não passaria de um pequeno enxoval insuficiente para qualquer criança. A crer no que a literatura especializada define como um enxoval de criança no século XIX, o que aparece descrito nos bilhetes e nos assentos de entrada não passam, na generalidade, de enxovais escassos que não permitiriam uma existência confortável às crianças.

Dada a pluralidade de situações, classificámos os enxovais em duas grandes categorias. A primeira sob o ponto de vista da quantidade e a segunda sob o ponto de vista da qualidade. Na primeira categoria dividimos os enxovais em:

- a) escasso;
- b) diversificado;
- c) abundante.

Na segunda em:

- a) usado;
- b) velho;
- c) novo;
- d) rico.

⁵¹³ Ver Sinal nº 623 de 1809.

⁵¹⁴ Ver Sinal nº 448 de 1791.

⁵¹⁵ Ver Sinal nº 420 de 1798.

⁵¹⁶ Ver Sinal nº 815 de 1803.

⁵¹⁷ Ver Sinal nº 1322 de 1812.

⁵¹⁸ Ver Sinal nº 2163 de 1861.

Na primeira categoria integrámos os enxovais escassos (a larga maioria) em que a criança entrava com um escasso número de peças (um coeiro, uma saia, um cinto), praticamente só o que levava vestido; na segunda, os enxovais que sem repetição de peças, tinham uma peça de cada uma das peças que era suposto fazerem parte de um enxoval; na terceira os enxovais tinham peças repetidas (4 coeiros, 3 camisas, por exemplo). Estas categorizações foram por nós criadas tendo em conta o número de peças descritas nos bilhetes porque infelizmente as peças dos enxovais não resistiram à passagem do tempo e o nosso conhecimento sobre elas é indirecto. Na segunda categoria, a qualidade do enxoval, *usado*, *novo* e *velho* são adjectivos que constam dos próprios bilhetes para caracterizar as peças que o compunham. Contudo, adicionámos uma outra categoria, *rico*, porque embora as peças possam não ser numerosas, eram feitas de materiais caros (seda, cachemira, cambraia, renda inglesa, linho). A maioria dos enxovais, mesmo quando os bilhetes não fazem referência à qualidade do mesmo, seriam usados e velhos.

No entanto, os bilhetes alargaram a adjectivação para classificar a qualidade dos enxovais. No entanto, essa nomenclatura não tem significado porque se tratam de classificações raras, atribuídas quase sempre a casos únicos: *fatos pobres*, *sujos*, *trastes*, *mal vestida*, *ordinario*, etc.

Quadro 8

Enxovais (quantidade)

	Rapazes	Raparigas	Total	%
Escasso	1602	1366	2968	82,3
Diversificado	320	287	607	16,8
Abundante	16	17	33	0,9
Total	1938	1670	3608	100

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Alguns sinais não são de suporte em papel e por isso não há indicações sobre o enxoval. Os documentos oficiais raramente lhe faziam referência. Outros bilhetes informam que a criança trazia enxoval mas não referem o quê. Outros ainda omitem qualquer palavra sobre o tema. Assim se explica a diferença entre o total dos sinais analisados (7589) e o número de enxovais qualificados (3608).

Se se tiver em conta o número total de rapazes e de raparigas entrados na SCML (3997 e 3613, respectivamente), as diferenças são ligeiras entre ambos, apesar de as raparigas serem mais beneficiadas. Trouxeram mais enxovais abundantes e menos enxovais escassos, quer tendo em conta o total das entradas (quadro 8), quer tendo em conta apenas o número de enxovais (quadro 9).

Quadro 9

Enxovais (% sobre o total dos rapazes e raparigas entrados)

	Rapazes	Raparigas
Escasso	40%	37,8%
Diversificado	8%	7,9%
Abundante	0,40%	0,47%

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Quadro 10

Enxovais (% sobre os enxovais dos rapazes e das raparigas)

	Rapazes	Raparigas
Escasso	82,7%	81,8%
Diversificado	16,5%	17,2%
Abundante	0,8%	1%

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Quadro 11

Enxovais (qualidade)

	Rapazes	Raparigas	Total
Usado	195	172	367
Novo	140	127	267
Velho	197	162	359
Rico	2	1	3

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Um enxoval abundante e diversificado seria composto pelas seguintes peças: “(...) Fraldas de Linho 10 Camizas de Panno Patente 7 Saias de Pano Patente 4 Mandrião de Pano Patente 1 Mandrião de Baetilha 1 Mandrião de Xita 1 Vestidos de Xita 4 Meios Lenços 4 Tirenhas de Linho 6 Chumacinhos de Linho 6 Coeiros de Flanella 5 Toucas de Cassa 3 D.tas de dormir 3 Bebedouros 3 Capinha de Baetilha 1 (...) Todas as peças do Emxuval vão Marcadas com a Letra (L.)”⁵¹⁹.

Com mais ou menos peças, no século XIX um enxoval de um recém-nascido deveria ser composto por várias camisas, chambres⁵²⁰, saias, lenços, toucas, manguitos⁵²¹,

⁵¹⁹ Ver Sinal nº 272 de 1864. Os *chumacinhos* serviam para proteger o umbigo.

⁵²⁰ Casaquinhos interiores leves, geralmente brancos, que se atam com pequenas fitas.

⁵²¹ Resguardo para os punhos das mangas ou mangas pequenas.

cueiros⁵²², borbodouros⁵²³, xaile e envoltas⁵²⁴ de modo a permitir mudas de roupa principalmente no Inverno quando o tempo de secagem é mais demorado. Fraldas, camisas, cueiros, toucas, casacos, mandriões, “bebedouros”, meias e tiras de pano, seriam peças fundamentais para vestir convenientemente qualquer recém-nascido. As tiras de pano para proteger o umbigo tinham nomes variados: apertadores, envoltas, orelas ou orelinhos⁵²⁵. Todas estas denominações as encontramos nos bilhetes, assim como liga “(...) Leva por sinal dois coeiros Incarnados com huma Liga na sintura (...)”⁵²⁶ ou atadeira.

Na escrita da época o enxoval poderia ter diversas formas de nomeação: a pensadura⁵²⁷, o fato, o vestuário, as devisas “(...) devizas Camiza de Algudão Cueiros 2 hu Amarelo outro verde manguitos verdes sinto azul”⁵²⁸ ou o trem “(...) leva de sinal todo o tren com uma ponta cortada e na dita uma ilhos”⁵²⁹, os artigos “(...) Artigos que leva Vestido de chita uzada um Camizas uma (...)”⁵³⁰, ou o penso “(...) o penso que leba e todo nobo (...)”⁵³¹

Normalmente a criança entrava com as diversas peças vestidas mas se o enxoval era abundante podia vir à parte dentro de um saco: “(...) Leva de inxoval, hua duzia de camizas de paninho, com folhos de caça, e quatro touquinhas, duas roupinhas de xita; Vestidos dois, hum de xita e outro de paninho, duas sainhas, hua de xita, e outra de paninho, coeiros hua duzia, de baeta azul ferete, (...) e o dº inxoval do Menino vai dentro de hum saco de Xita”⁵³² ou numa trouxinha: “(...) Leva 1 trouxinha com 5 coeiros 4 camizas 4 mandriões, e 8 fraldas e 4 toucas”⁵³³.

Apesar de terem entrado algumas crianças nuas, tal como ficou registado no seu assento⁵³⁴, a esmagadora maioria vinha vestida, pouco vestida ou mal vestida. Outras eram portadoras de alguma roupa extra. Curiosamente, a entrada de crianças nuas, “Não trazia coisa alguma vestida”⁵³⁵ informava a certidão do padre de Vila Franca de Xira que enviou esta criança para a SCML, ou entradas só embrulhadas num bocado de “chita branca com riscas roxas”⁵³⁶, ou “(...) Nuo com envolta de Baeta azul Nova (...)”⁵³⁷ ou mesmo sem estar embrulhada “(...) elle vai desPrazivel de Roupa por que nesta ocasião não pode ser

⁵²² Faixa de pano que envolve a criança da cintura para baixo, principalmente as nádegas. Algumas crianças entravam na “Rodá” da SCML envoltas simultaneamente em vâros cueiros.

⁵²³ Resguardo para a frente do vestido de modo a não sujar com baba ou comida. Também são conhecidos por babetes. Nos bilhetes podem ter variadas nomeações: *borbodoiro*, *babadouro*, *bebedouro*.

⁵²⁴ Pano que envolve a criança, ligadura, faixa.

⁵²⁵ Ver Teodoro Afonso da Ponte, *No limiar da honra e da pobreza...*, p. 295.

⁵²⁶ Ver Sinal nº 1143 de 1821.

⁵²⁷ “Roupa que se vestia a uma criança, ao pensá-la”. Ver *Inventário da criação...*, p. 417.

⁵²⁸ Ver Sinal nº 1047 de 1798.

⁵²⁹ Ver Sinal nº 1659 de 1849.

⁵³⁰ Ver Sinal nº 335 de 1854.

⁵³¹ Ver Sinal nº 2220 de 1855.

⁵³² Ver Sinal nº 1764 de 1811.

⁵³³ Ver Sinal nº 1997 de 1846. Ver Apêndice, Estampa 37.

⁵³⁴ Ver, por exemplo, o assento nº 309 de 1821 que diz respeito a uma criança exposta na roda de VFX no dia 25 de Fevereiro, às 7 da noite que entrou nua na SCML, embrulhada num pedaço de chita.

⁵³⁵ Ver Sinal nº 1527 de 1816.

⁵³⁶ Ver Sinal nº 309 de 1821.

⁵³⁷ Ver Sinal nº 1336 de 1823.

por menos mas Breve se lhe dara Alguma coisa (...)”⁵³⁸, são circunstâncias que são mais comuns nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo em épocas de grande instabilidade política, de guerras que são períodos de grandes dificuldades para a população.

Trazer um enxoval curto, por vezes muito curto, ainda é mais grave no Inverno e se o abandono for feito à noite. Nestes casos é fácil perceber as consequências sobre corpos tão frágeis da falta de agasalho e da exposição às inclemências do tempo. E se os materiais de que eram confeccionadas as peças eram predominantemente o algodão e a chita, compreenderemos melhor o que temperaturas baixas podiam trazer, mas também nos possibilita ver quais os bens materiais a que a maioria da população tinha acesso. Lã e outros materiais mais quentes, eram bens raros pelo preço proibitivo para gente pobre. Vejamos o enxoval de uma criança entrada em 14 de Dezembro de 1827: “Ahi vai este emposto q nasceu no dia qatorze do mes de Dezembro de 1827 vai p.r batizar, e hadese de chamar João Maria leva vestido huma camiza de Algodão huma fralda de xita, hum cueiro branco, hum trapo de xita azul ao pescouso, hum lenço de Algudão branco atado a cabessa hum lenso de xita verde em q vai embrulhado”⁵³⁹. Não será de estranhar que a criança morra em 26 de Dezembro do mesmo ano. As crianças eram vestidas pela SCML aquando da entrega às amas e o seu enxoval renovado aos 6 meses como já foi referido, mas continuavam a tratar-se de enxovais curtos.

Normalmente as peças eram usadas, recicladas - “(...) o Coeiro de Baxo, he huma perna de humas calças (...)”⁵⁴⁰ ou “(...) e vai envolta em hum coeiro de manta de Soldado (...)”⁵⁴¹-, velhas e, em alguns casos, não se hesitou no momento do registo dizer que era *sujo, ordinário* ou que se tratavam de uns *trapos* o que a criança trazia⁵⁴². Se algumas peças de roupa eram debruadas com galões, fitas, espiguihas ou rendas, outras apareciam inacabadas, ou porque já tinham pertencido a outras crianças e não houve tempo ou vontade de as adaptar ao novo usuário, ou porque eram velhas e gastas. Muitos enxovais pareciam ser muito descuidados e com fraca apresentação: “(...) Leva umma camiza pur embeinhar um coeiro de Baitilha Roxa por debroar um Bebedoiro também por debroar (...)”⁵⁴³. No entanto, no mesmo enxoval podem coexistir peças novas, usadas e debotadas: “(...) Leva Camiza da Algodão nova Fralda Já huzada (...)”⁵⁴⁴.

A adjectivação utilizada pelos próprios nos bilhetes é clara quanto à qualidade dos enxovais. A grande maioria seria já usado: “(...) todo o mais fato he houzado (...)”⁵⁴⁵ e

⁵³⁸ Ver Sinal nº 1839 de 1836.

⁵³⁹ Ver Sinal nº 19 de 1827.

⁵⁴⁰ Ver Sinal nº 143 de 1859.

⁵⁴¹ Ver Sinal nº 546 de 1807. Até a roupa reflecte os acontecimentos políticos da época.

⁵⁴² Na generalidade a utilização destes termos é mais frequente quando se tratavam de crianças entradas com documentos oficiais, originárias de localidades que habitualmente enviavam crianças para a SCML. Numa certidão do padre de Vila Franca da Restauração que acompanhava uma criança, aquele informa que esta tinha sido abandonada às 4 da manhã, que não trazia sinal algum e que vinha embrulhado nuns trapos. Ver Sinal nº 8 de 1827.

⁵⁴³ Ver Sinal nº 856 de 1850.

⁵⁴⁴ Ver Sinal nº 374 de 1852.

⁵⁴⁵ Ver Sinal nº 187 de 1861.

velho: “(...) leva todo o fato velho”⁵⁴⁶ são palavras recorrentes. Muito menos vezes foi utilizada a palavra *novo*: “(...) leba e todo nobo (...)”⁵⁴⁷.

Os materiais mais usados são a baeta⁵⁴⁸, a baetilha⁵⁴⁹, o baetão⁵⁵⁰, o algodão, (dentro deste as chitas), alguma lã, a sarja, a serafina⁵⁵¹, o pano de Holanda e pano da Bretanha⁵⁵² e a cassa⁵⁵³.

Só muito raramente se descreve o feitio, através do qual podemos reconstruir a moda e os padrões a que se tinha acesso: “(...) Leva coeiros de Baetilha de Algodão de dois pêlos Vestido de chita cor de ganga de silvado em riscas humas Largas e Outras estreitas e hum refego. Com fitas nos punhos emcarnadas; Touca de bobinete Bordada com renda e fitinhas cor de roza pelo meio e uma rozeta ao lado; e Vai por Batizar Roga-se que se lhe ponha por nome Jose do Outeiro (...)”⁵⁵⁴. Neste podemos imaginar os modelos, neste outro podemos descortinar cores e padrões utilizados: “(...) leva hum Vestido de xhita azul claro com salpicos brancos, e Silvado preto, e raminhos encarnados e pretos, e dois coeiros de Beitilha d’Algodão branca d’um pello debroados de seda azul claro com uma Ilhós escarlata, e uma camisa de Panno patente, e tão bem com uma Ilhós escarlata, e um Lencinho de cassa Branca com uma circadura Azul clara desmerecida, e com uma ilhós incarnada q leva na cabeça e um Bebedouro de Panno patente com uma ilhós incarnada, e um Chaile d’Algodão com riscas escocezas contendo as cores Azulóio, escarlata, preto, cor de Laranja, branco e Verde Claro, e com cadilhos em roda todos de escarlates, brancos, verdes Claros, e azuloios, e são d’Algodão da qualidade do m.mo chaile; e leva uma fita de setim cor de rosa com xhadrez cor de rosa desmerecido, digo desvanecido, e a cuja leva na Cintura, e vai um bocado cosida a este bilhete e fica outro igual no Bilhete q cá fica (...)”⁵⁵⁵. É certo que estaremos perante uma criança de origem menos popular (o bilhete tinha um laço vermelho onde estavam gravadas letras góticas), e que o acesso a estes bens não seria nem fácil, nem seriam bens de consumo popular, mas através deles podemos perceber que os padrões coloridos e com motivos estampados não tardarão a popularizar-se à medida que se avança no século. Dos primeiros sinais destes novos consumos é a popularidade que as fitas assumem como motivos decorativos de tocas e cintos, numa grande diversidade cromática e exuberância decorativa.

⁵⁴⁶ Ver Sinal nº 1454 de 1839.

⁵⁴⁷ Ver Sinal nº 2220 de 1855.

⁵⁴⁸ Pano de lã felpudo não pisado.

⁵⁴⁹ Baeta grossa.

⁵⁵⁰ Baeta fina. Espécie de flanela de algodão.

⁵⁵¹ Tecido de lã próprio para forros.

⁵⁵² Tecidos de linho fino.

⁵⁵³ Tecido de algodão ou linho muito fino e transparente.

⁵⁵⁴ Ver Sinal nº 1916 de 1844. O termo “silvado” para caracterizar o padrão dos tecidos, significa “ramagens”.

⁵⁵⁵ Ver Sinal nº 1913 de 1854.

Quadro 12

Peças de enxoval

Peças	Rapazes	Raparigas
Barrete	36	39
Apertador	8	12
Bolbedeiro	349	322
Calças	18	6
Camisas	881	802
Cinto	207	173
Casaquinha	13	20
Chambres	77	59
Cueiros	1642	1414
Envoltas	67	48
Fitas	238	232
Fraldas	425	410
Gibão	11	2
Jaleco	31	19
Lenço	660	542
Liga	8	10
Mandrião	214	147
Manguitos	71	88
Manteo	11	5
Mantilha	12	11
Meias	6	5
Orelo	7	7
Roupãozinho	162	140
Roupinhas	323	269
Saias	106	93
Sapatos	11	4
Tira de umbigo	50	57
Toalha	80	75
Touca	716	642
Trapos	16	15
Vestido	662	599
Xaile	262	274

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

As peças mais referidas são coeiros, camisas, cintos, bolbedouros, fraldas, toucas, lenços, roupõezinhos, vestidos e xailes, estes normalmente de 3 pontas. Conforme se avança no século aparecem os mandriões (vestidos inteiros e compridos), os chambres e as fraldas numa terminologia mais próxima da actualidade e que representam as modas no vestuário infantil ao nível da divulgação das novas peças. Muito representativo destes novos consumos são o uso das fitas para decorar toucas e cintos, das espiguihas, das franjas, dos entremeios, dos folhos e das rendas que acompanham as peças numa profusão de cores e de padrões. Há que referir que as fitas, os ourelos, as ligas e as tiras

funcionavam como cintos ou como tiras de umbigo, considerando que muitas crianças entravam com horas ou poucos dias de vida.

Também há peças do vestuário que se relacionam com a idade: sapatos, calças e gibões só são referenciados quando estamos perante crianças mais velhas.

Amarelo, azul, branco, preto, cor de rosa, roxo, encarnado e verde são as cores dominantes. Como já referimos, as cores são nomeadas tendo por base elementos naturais e animais. Mesmo a descrição dos padrões dos tecidos pode ter essas referências: “(...) cujes sinais he cueiros e mantilha de baetilha branca com moscas verdes (...)”.⁵⁵⁶ Não há prevalência de cores para meninos e meninas. Tanto rapazes como raparigas usavam azul e cor de rosa, cores que nada tinham a ver com género. Na década de 60 começa a impôr-se uma moda que se irá manter por largas décadas: a roupa branca para as crianças recém-nascidas: “(...) vai vestido todo de roupa branca (...)”⁵⁵⁷. Contudo, a roupa preta usada pelos recém-nascidos era comum e bastante divulgada. O que não seria de estranhar porque muitas peças eram feitas de panos que originariamente tiveram outro aproveitamento. E até podia ser o enxoval todo preto “(...) todo o seu vistoario hera preto”⁵⁵⁸ ou só algumas peças. A cor preta ainda tinha uma outra utilização muito vulgar: retrós preto nas orelhas para impedir que o furo fechasse: “(...) o sinal q leva he a orelha direita forada com retros preto (...)”⁵⁵⁹. À falta de brincos de oiro, de *bixinhas de ouro*,⁵⁶⁰ o retrós cumpria a mesma função⁵⁶¹.

Por vezes, o bilhete identifica os materiais mas não enuncia as cores, ou caracteriza o enxoval não especificando sequer quais as peças que o compõem: “(...) Leva o enxoval todo velho”⁵⁶².

As descrições dos enxovais obedecem sempre a uma hierarquia que começa nas camisas, fraldas, cueiros, vestidos e só depois os lenços (estes de três ou quatro pontas), as toucas e os xailes. Com pequenas variações, esta ordem é utilizada na grande parte dos bilhetes que referem os enxovais.

Há um outro aspecto que convém referir. Conforme se avança no século XIX, os tecidos lisos e monocromáticos vão conviver com tecidos coloridos e estampados: em 1802 uma criança trazia “(...) cueiros e mantilha de baetilha branca com moscas verdes erroxas (...)”⁵⁶³; em 1870 as moscas tinham deixado de ser um referencial na estampagem para se utilizar uma mais vulgar “(...) cor de ganga com pintas roxas (...)”⁵⁶⁴. Com o decorrer do século, os tecidos ganham cores e padrões novos: riscas, bolas e ramagens dão um novo colorido às roupas das crianças: “(...) um vestido de chita branco com riscas rochas, e

⁵⁵⁶ Ver Sinal nº 435 de 1802.

⁵⁵⁷ Ver Sinal 1091 de 1867.

⁵⁵⁸ Ver Sinal nº 59 de 1799.

⁵⁵⁹ Ver Sinal nº 640 de 1798.

⁵⁶⁰ Ver Sinal nº 931 de 1795: “(...) Para sinal leva humas bixinhas dioiro”.

⁵⁶¹ Este método ainda era utilizado na década de 60 do século XX entre as classes desfavorecidas das zonas rurais do país.

⁵⁶² Ver Sinal nº 1699 de 1853.

⁵⁶³ Ver Sinal nº 435 de 1802.

⁵⁶⁴ Ver Sinal nº 2324 de 1870.

pintas encarnadas, uma touca branca, com espiguiha de linha e um volvedouro de panno usado um chale de caça branco com estrellas bordadas e franja. Um lenço de caça branco de tres pontas com risca roucha. (...)”⁵⁶⁵.

Os enxovais passam a integrar frequentemente toucas com entremeios de renda, lenços com pontas bordadas, espiguihas, galões, rendas nas golas, veludos, fitas com favos, com gregas, com frosques, fivelas em forma de cobra, cintos com lantejoulas, casacos debruados, cambraias, tocas de crochet, saias escocesas, de castorina, de cambraia, casacos de flanela e xailes atapetados. Nenhum enxoval por si só tinha esta composição. Mas não há dúvida que estes novos materiais circulam e que mais gente a eles tem acesso.

Há uma questão que deve ser levantada: as crianças entravam ou não enfaixadas? O enfaixamento era uma prática que irá ser combatida principalmente pelos médicos que viam nesse uso um entrave ao são desenvolvimento físico da criança. O termo *enfaixamento* para caracterizar o modo como as crianças entravam na SCML nunca foi utilizado. *Embrulhadas* sim. Ou entravam nuas: “hadesexamar francisca por sinal vai nua embrulhada em huma tualha (...)”⁵⁶⁶ ou vestida com diferentes peças de roupa e “(...) leva vestido de chita cor de roza, dois coeiros brancos debruados de chita azul clara, uma fita cor de carne à cintura, e embrulhada n’um chalinho de riscas de varias cores com quadrados.”⁵⁶⁷

1.6.1 Sapatos, botins, meias, calças e bonés

Entre as peças que seria suposto encontrarmos num enxoval contam-se as botinhas ou meias que protegessem os pés das crianças, principalmente nos períodos de maior frio. No entanto, eram praticamente inexistentes no enxoval destas crianças, certamente por serem peças caras que supunham desaforo económico para as adquirir ou tempos de lazer para as tricotar, o que não seria fácil por não ser uma prática comum entre as classes mais baixas, visto que tricotar significava disponibilidade de tempo e capacidade económica para comprar agulhas e matéria-prima (lã ou algodão). No entanto, conforme aumenta a idade das crianças à entrada na SCML, os botins, os sapatos, as meias, as calças e os bonés aparecem mais frequentemente no rol do enxoval.

Contudo há algumas variações no uso destas peças. Enquanto pouquíssimas meias são referenciadas na composição de enxovais de recém-nascidos, os sapatos e as calças são usados por crianças mais velhas. Os botins são uma peça que pode ter um duplo significado, ou uns sapatos grosseiros ou umas botinhas: “(...) Botinzinhos de curdão Calsados Cabelinhos loiros clara e gordinha (...)”⁵⁶⁸ e “(...) huma touca de paninho branco com hum folho de cassa aberta, huns botins de Baetta branca (...)”⁵⁶⁹, respectivamente. Também se regista uma coincidência de sapatos, meias e calças no enxoval da mesma criança: “O menino Augusto bautizado na freguezia dos Anjos Idade 4 Annos Sinal humas

⁵⁶⁵ Ver Sinal nº 2228 de 1870.

⁵⁶⁶ Ver Sinal nº 964 de 1799.

⁵⁶⁷ Ver Sinal nº 551 de 1845.

⁵⁶⁸ Ver Sinal nº 1215 de 1811. A criança tem já 3 anos quando entra na SCML.

⁵⁶⁹ Ver Sinal nº 615 de 1819. A criança tem mês e meio quando dá entrada na SCML.

Calças azues claras 1 camisa de cularinho, meias e sapatos, entrou na Mezericordia no dia 23 de Fevereiro de 1830⁵⁷⁰. A idade determina, obviamente, um outro tipo de peças no enxoval.

No caso das meias, estas podem ser um bom indício para compreendermos como a sua nomeação num enxoval pode ser indiciador de uma origem social menos desfavorável. Poderiam até ser consideradas um sinal exterior de riqueza, quase ombreando com peças de ouro que o escrivão registava sempre como não entradas quando eram nomeadas nos bilhetes e não apareciam. No caso das meias acontece exactamente o mesmo: “(...) meias de lan Branca com riscas de roda emcarnada cordão e borlas para atar Abril 21 1863. As meias que diz não as tras⁵⁷¹. Esta última frase foi acrescentado pelo secretário aquando do registo da criança que considerava digno de registo assentar a falta de um par de meias. Ou nesta criança que trazia “(...) 2 Camizas 3 sintas 2 ligaduras Vistido 1 Barete 3 Saias 1 touca 1 Bibo 1 Meias 1 par é tudo Novo (...)”⁵⁷².

Mas umas meias ainda testemunham uma outra alteração. É certo que só nos aparecem *meias* a partir de 1830, marcando presença até ao fim do período em estudo. No entanto se as primeiras meias eram de algodão branco, conforme se avança nos anos, as cores e as borlas dão um novo colorido à peça, sinal de avanços na produção e da sua divulgação entre a população. Em 1830 as meias eram “(...) brancas de algodão de Malha (...)”⁵⁷³. Em 1838 eram “(...) humas meiazinhas de Lam de cor (...)”⁵⁷⁴. Em 1840 já eram “(...) humas meias com os pés encarnados (...)”⁵⁷⁵. Poderíamos multiplicar os exemplos. Em 1869 a criança trazia umas “(...) meias de lã encarnadas com riscas brancas (...)”⁵⁷⁶.

Os sapatos e os bonés são referenciados quando estamos perante crianças mais velhas, embora também possam ser um indício de, tal como as meias, maior desafogo económico⁵⁷⁷. Podemos observar esta condição quando os sapatos fazem parte de enxovais que integram outros objectos de valor não acessíveis à generalidade da população. Em 1811 uma criança entrou na SCML com “(...) sapatos pretos e fitas nos d.dos azuis claros e suas perolas o pescoço”⁵⁷⁸.

Quase sempre pretos, feitos de materiais têxteis grosseiros (de cotim, de pano pardo), embora alguns utilizassem panos mais finos (de damasco ou de baetilha). O uso de cordovão (couro de cabra preparado para fazer calçado) é raro, embora haja sinais claros da

⁵⁷⁰ Ver Sinal nº 268 de 1830. A criança já tem 4 anos quando é entregue na SCML.

⁵⁷¹ Ver Sinal nº 900 de 1863.

⁵⁷² Ver Sinal nº 285 de 1859.

⁵⁷³ Ver Sinal nº 405 de 1830.

⁵⁷⁴ Ver Sinal nº 156 de 1838.

⁵⁷⁵ Ver Sinal nº 1634 de 1840.

⁵⁷⁶ Ver Sinal nº 420 de 1869.

⁵⁷⁷ Em Portugal, o uso generalizado de sapatos pelas crianças é uma conquista do século XX. A iconografia da primeira metade do século XX é elucidativa de crianças descalças que deambulavam pelas ruas em trajas andrajosos. Muitos documentos fotográficos que chegaram até nós mostra essa realidade. Aliás, havia uma tradição do uso dos primeiros sapatos quando se ia fazer o exame da 4ª classe o que atesta, simultaneamente a pobreza de grande parte da população e a importância que a escolaridade e este exame tinham na vida das pessoas.

⁵⁷⁸ Ver Sinal nº 191 de 1811. A criança tinha 4 anos quando deu entrada na SCML.

sua utilização. Normalmente já com uso e, à exceção de um caso, são sempre par único⁵⁷⁹. Mais citados para rapazes do que para as raparigas, os sapatos são definitivamente um sinal claro de distinção de idades e de distinção social.

Em 1841 entrou uma criança que “(...) naseo 27 de Nobembro 1837 Leva hum Ropão de xita cor de Castenha com ramos amarelos calsas escarlates Sapatos pretos hum boné Azul borla amarera”⁵⁸⁰, tem 4 anos.

1.7 Sinalização de características físicas das crianças

Muitas vezes as características físicas misturam-se com as doenças, sendo por vezes difícil estabelecer as fronteiras entre ambas. Será fácil de compreender que ter uma orelha maior do que outra, para além de questões estéticas e respectivos constrangimentos, não devia causar ao próprio mais danos do que aqueles que se prendem com esse domínio. Não parecem ser entendidos como doenças as más formações com as quais, aparentemente, seria fácil conviver: ter seis dedos nos pés ou nas mãos ou ter “(...) huma Sicatriz Ee cada Oolho”⁵⁸¹. Ser portador dessas diferenças significaria um desvio à normalidade mas que não impediriam uma vida mais ou menos igual a todas as outras crianças.

Alguns bilhetes referem algumas características físicas das crianças que se entregaram na SCML. Formato do rosto (“cara redonda”), cor do cabelo e olhos (“Aqui vai hum Menino (...) feicois miudas olhos pretos...”)⁵⁸², ter ou não as orelhas furadas (que vimos não ser monopólio das raparigas)⁵⁸³, ter ou não ter o freio cortado, unhas compridas, são as características mais mencionadas, funcionando as próprias como sinal de reconhecimento futuro: “a 17 do Mês de Julho no dia 3feira entrou hum menino (...) q por sinal tem os olhos azuis cabelo loiro”⁵⁸⁴. Mas não nos podemos deixar de surpreender com uma deformação física pouco habitual e que por isso mesmo funcionou como um sinal verdadeiramente original: “esta minina naseu a outo do mês de fevereiro Leva o freio por cortar a serventia debaixo por habrir (...)”⁵⁸⁵. Se alguma dúvida restasse do que se está a falar quando se fala da “serventia debaixo”, num outro bilhete de 1851 informa-se que uma menina “(...) não leva freio cortado nem cu feito (...)”⁵⁸⁶. Esta anomalia não parece ser tão rara quanto isso. Em 1837 um menino “(...) Nasei as 11 horas da manha Não esta Valtizado não tem Cu não tem o Ferio Cortado (...)”⁵⁸⁷.

⁵⁷⁹ Só encontrámos uma criança que trazia mais do que um par de sapatos. No caso três. Também curiosamente foi entregue ao pai. Ver *Lº dos filhos q se entregão a seos Pais*, fº 148.

⁵⁸⁰ Ver Sinal nº 649 de 1841.

⁵⁸¹ Ver Sinal nº 945 de 1839.

⁵⁸² Ver Sinal nº 24 de 1790.

⁵⁸³ Tanto rapazes como raparigas podiam ter a(s) orelha(s) furadas, embora fosse mais vulgar entre as raparigas: “(...) leva para sinal humma orelha furada com hum fio de retrós preto leva hum lenço de três pontas pede q celeponha Antonio Rodrige”. Ver Sinal nº 1263 de 1846.

⁵⁸⁴ Ver Sinal nº 744 de 1792. Segundo o assento no Livro de entradas e baptismo, esta criança teria cerca de três meses quando entrou e morreu em 24 de outubro de 1795 em posse da ama que o criava.

⁵⁸⁵ Ver Sinal nº 200 de 1803.

⁵⁸⁶ Ver Sinal nº 739 de 1851. Poder-se-ia colocar a hipótese de se tratarem de duas crianças irmãs, que por razões genéticas, apresentassem o mesmo problema. Mas o espaço de tempo entre uma e outra (1803 e 1851), invalida esta hipótese.

⁵⁸⁷ Ver Sinal nº 741 de 1837. Ver Apêndice, Estampa 38.

O hábito de cortar o freio ou destravar a língua, operação sem a qual se acreditava que a criança seria incapaz de falar, é referenciada com assiduidade. Algumas vezes diz-se que esta operação já tinha sido ou não realizada: “eahi vai esa menina vai por Bautizar adese xamar Leonarda Maria da Conseição nasceo a 14 de setembro de 1801 o sinal q leva he huma senhora de marfim da Conseição efiada ni hum cordas de retros azul fereite Leva 4 coeros de baeta azul clara he da freguesia do Rio de moiro não leva o freio cortado”⁵⁸⁸. E mesmo tendo sido realizada, solicita-se a confirmação do sucesso do acto: “(...) Veja se esta o freio Bem cortado”⁵⁸⁹.

Uma deformidade física mais visível pode ser utilizada como um sinal individualizador: “(...) sinais não tenho que lhe por, pois otem denasença, seja criado com caridade que sehade hir buscar não tem mão direita”⁵⁹⁰ ou um outro que informa levar “(...) de sinal seis dedos em hum pe”⁵⁹¹.

Os bilhetes também são muito elucidativos quanto à nomeação das diversas partes do corpo humano e a sua terminologia popular. Se algumas partes do corpo são nomeadas claramente por vocábulos que chegaram até hoje, também o podem ser de forma metafórica e próxima da realidade quotidiana das populações, como no caso de um menino que “(...) tem Sinal preto no grão direito”⁵⁹². Também neste campo, a linguagem dos bilhetes revela o uso do vocabulário utilizado na época: “Hoje 27 do Mez de Julho de 1810, Entrego nesta Santa Caza da Mizericordia hum Menino por nome Domingos Luis de idade de dezasseis mezes já Baptizado, e desmamado, com seguintes signaes, cara redonda, olhos azuis, barba aguda, cabelo loiro (...)”⁵⁹³. Hoje ninguém diria a propósito de uma criança de 16 meses que ela tem *barba aguda* para referir que a criança tem um queixo pronunciado.

Quando as crianças têm sinais físicos anómalos são esses que servem de sinal: “(...) tem por Sinal a ponta do dedo minimo torto e huma Bolinha de Carne pindurada da mão Esquerda”⁵⁹⁴ ou “(...) Junto à orelha direita para a parte do rosto, deu-lhe a natureza um Sinal: he um marmillo de carne, que parece verruga (...)”⁵⁹⁵, ou ainda “(...) por mais sinal he aleijado dos pes”⁵⁹⁶.

São comuns as referências a sinais pretos ou pardos nas diversas partes do corpo, incluindo os menos usuais como o desta menina “(...) filha de Pais em conitos (...) tem hum sinal com cabellos nas costas (...)”⁵⁹⁷ ou “(...) Leva hum sinal preto no pe direito da notoreza (...)”⁵⁹⁸.

⁵⁸⁸ Ver Sinal nº 1163 de 1801.

⁵⁸⁹ Ver Sinal nº 758 de 1796.

⁵⁹⁰ Ver sinal nº 1493 de 1806.

⁵⁹¹ Ver Sinal nº 1253 de 1824.

⁵⁹² Ver Sinal nº 728 de 1841.

⁵⁹³ Ver Sinal nº 1024 de 1810.

⁵⁹⁴ Ver Sinal nº 1733 de 1853.

⁵⁹⁵ Ver Sinal nº 736 de 1839.

⁵⁹⁶ Ver Sinal nº 486 de 1832.

⁵⁹⁷ Ver Sinal nº 842 de 1794.

⁵⁹⁸ Ver Sinal nº 1492 de 1818.

Este tipo de anomalias físicas (verrugas, sinais) pode apresentar uma outra vertente da qual desconhecemos as consequências para a saúde e bem estar da criança e se foram determinantes no abandono. Em 1831 entrou um menino com cerca de dois meses de idade que tinha “(...) hum sinal ope do anes Sobre Crecido porem poderá q por espaço de tempo se venha a desfazer,”⁵⁹⁹. Era filho de pai incógnito e as razões do abandono prendem-se com essa circunstância ou teria sido abandonado porque o problema do ânus criou uma situação insustentável quer para a mãe, quer para o filho?

Embora não sejam características físicas naturais, há referência nos bilhetes a cortes de cabelo funcionando como marca identificativa: “lisboa 14 de Outubro d 1863 As 6 horas da Tarde pertendese que se chame Amelia, signaes Vestido de lã chadrez Azul e roxo com riscas brancas ja velho un coeiro d Baetilha Branco ja velho uma fralda com romendo camiza ja velha com fita a sintura de Lã amarela um lenço na cabeça Br.co ja velho e um bocado de cabelo cortado atras”⁶⁰⁰.

Os cabelos, loiros ou pretos, cortados ou não, são as características mais comuns neste campo. Mas não são exclusivas: “(...) tem senais Seguintes hé clara e Bem cabelluda Leva as orelhas foradas (...)”⁶⁰¹.

Mas não são só as características físicas objectivamente observáveis (cor do cabelo, dos olhos...) que vêm mencionadas nos bilhetes. Também características mais subjectivas podem merecer menção: Em 1837 foi entregue um menino por “circunstancias urgentissimas” que “(...) hé muito claro, feições miudas e bem proporcionadas e He muito pacífico (...)”⁶⁰².

1.8 As doenças e as deformidades

Para além de todas as razões já enunciadas que poderão justificar o abandono (pobreza, ilegitimidade..) detecta-se um outro motivo: doenças e deficiências que impediriam uma vida normal, ainda para mais se se era pobre e sem meios para tratar da criança, isto sem falar nos escassos meios de cura que a medicina a todos na altura oferecia. Na maior parte dos casos só é possível verificar esta hipótese pelo cruzamento do conteúdo do bilhete com as informações laterais escritas no assento de batismo e entrada da criança. Uma coisa é entrar na SCML com um, dois dias de vida e doente. Certamente nestes casos, o abandono seria a decisão já tomada independente de a criança nascer doente ou não. Outra coisa é entrar na SCML com meses, anos de vida e doente. Nestes casos foi a doença o factor fundamental que ditou o futuro da criança.

Atente-se nestes casos: “Heçe Menino xameçe Lauteiro Joze dos Stos Nageo a 20 De febreiro batizose a 20 de março”⁶⁰³. Quando entra na instituição (5 de abril de 1824) tem 45 dias. Segundo o seu assento tem sarna. O bilhete nada dizia sobre o assunto. Embora a sarna, cujo nome médico é *escabiose*, não seja uma doença grave pode originar

⁵⁹⁹ Ver Sinal nº 239 de 1832.

⁶⁰⁰ Ver Sinal nº 2061 de 1863.

⁶⁰¹ Ver Sinal nº 1158 de 1833.

⁶⁰² Ver Sinal nº 944 de 1837.

⁶⁰³ Ver Sinal nº 449 de 1824.

um quadro repugnante e é altamente contagiosa. Trata-se de uma infestação cutânea provocada por um ácaro que escava galerias na pele humana onde põe ovos. À época o seu tratamento seria difícil tendo em conta a falta de higiene, a ausência de meios terapêuticos e o desconhecimento do modo de propagação da doença.

Por vezes é o próprio bilhete que claramente presta essa informação: “A sinco de Maio de Mil Sete Sentos i noventa i tres Remeto para o Santo espital dos expostos filho de Carlos Lopes da S^a e sua molher Picidonia Maria de Bom Soçeso Por cauza de huma grande molestia em q se axa este menino por nome Gironimo i por çer a dita molestia porlongada i grave de ser munto a sua poberza i não ter com q se cura nem com q poder mandar criar o dito seu filho rezam porq.e rogam aesta Santa Caza Para lho fazer ficando elles obrigados a procurar o dito seu filho atodo tempo q melhorarem da fertuna (...)”⁶⁰⁴. Jerónimo tinha “huma grande molestia” e “a dita molestia porlongada i grave de ser munto a sua poberza i não ter com q se cura nem com q poder mandar criar”⁶⁰⁵, eis as razões porque é enviado para a SCML. Embora não saibamos a idade de Jerónimo, dada a doença prolongada de que era portador, não custa a acreditar que já não fosse um recém-nascido quando deu entrada na SCML.

Ainda num outro caso a criança tem ano e meio quando é abandonada e está doente com bexigas: “Em hoje doze de Dezembro de mil setecentos noventa e dois se entrega nesta Roda hu menino q se bautizou com o nome de Martiniano e vai com o mal de bexigas e (...)”⁶⁰⁶. Aliás as bexigas são referenciadas muitas vezes entre as doenças de que as crianças padeciam. Neste outro caso, a criança já tem três anos: “emtrego a canta caza da miziricordia Antonio Francisco di almeda com 3 annos idade Fes a vinte 3 di feverero cinaís q leva he cabelo acastanhado holhos azuis (...) picado di bixigas (...) ricumende a Caza q tratem este minino com caridade poço tempo gozara da caza”⁶⁰⁷. Esta criança, para a qual se prometia uma estadia breve (“poço tempo gozara da caza”), não teve essa sorte. É evidente que aqui a palavra *gozar* que hoje tem um sentido positivo, de desfrutar, de fruir, de tirar partido de, neste caso tem um sentido mais estreito: usar, utilizar os serviços.

A entrega de crianças doentes é muito clara nos bilhetes, assim como a consciência das dificuldades em ultrapassar essa condição: “No dia dezanove de feverero naseu heste menino pornome hade ter Joaquim na pia seade xamar se Curer a fervura assim seade porcurar (...)”⁶⁰⁸. Só depois do filho curado, caso isso acontecesse, é que seria procurado.

Os bilhetes também podem ter referências a doenças incapacitantes, más formações, bem como a doenças congénitas e outras. Em 1854 um bilhete contém uma única frase: “Está baptizada chamase Felicia, hé sega”⁶⁰⁹. O registo informa que a criança

⁶⁰⁴ Ver Sinal nº 543 de 1793.

⁶⁰⁵ Eventualmente a doença de que a criança padece será sífilis. No Porto, Isabel dos Guimarães Sá referencia um número considerável de casos dessa doença. Ver *A circulação...*, p. 56.

⁶⁰⁶ Ver Sinal nº 1329 de 1792.

⁶⁰⁷ Ver Sinal nº 815 de 1842.

⁶⁰⁸ Ver Sinal nº 243 de 1809. *Fervura* é, como o nome indica, uma febre que pode ter origem nos mais diversos quadros clínicos. Como a criança nasceu em pleno inverno, os problemas relacionados com o aparelho respiratório seriam comuns e uma das maiores causas de mortalidade infantil.

⁶⁰⁹ Ver Sinal nº 1441 de 1854.

tem 11 meses e cataratas congénitas. Felicia morreu no ano seguinte na SCML, de onde aparentemente nunca chegou a sair, certamente devido à sua condição de invisuál.

Por vezes, mesmo não vindo mencionadas nos bilhetes, ficou registado no respectivo assento que a criança era portadora de determinada sintomatologia. Talvez seja essa a razão para abandonar as crianças. No caso seguinte nada indica qualquer doença: “Na Sta Caza da Mizericordia entrou hum Menino depois das Ave Marias, por Nome Luiz com humas Calcinhas azuis e pintas Brancas Idade 16 mezes com Roupão da D^a cor, em 1^o de Fevereiro de 1833 ese dará a q.m for boscar com igual Bilhete”⁶¹⁰. Luiz entrou na SCML já com uma idade “avançada”, se se tiver em conta que a maioria das crianças entrou nos primeiros dias de vida. No seu assento ficou registado que “Trás Escórfolas”⁶¹¹. Entregue na esperança de ser clinicamente tratado? De tal modo a doença estava num estadio avançado que a família achou por bem enviá-lo para a SCML de modo a evitar contágios? Morreu vinte dias após a entrada.

Mas se há doenças deste tipo, outras há típicas da infância, bexigas por exemplo: “(...) vai com o mal de bexigas (...)”⁶¹² ou as marcas deixadas por essa doença serviriam de sinal distintivo: “emtrego a canta caza da miziricordia Antonio Francisco di almeda com 3 annos idade Fes a vinte 3 di feiverero cinais q leva he cabelo acastanhado holhos azuis alguma cosa picado di bixigas (...)”⁶¹³.

Também há outras doenças que têm origem nas condições deficientes de saúde e de alimentação a que as crianças em geral estavam sujeitas e estas em particular. Apesar de os bilhetes nada dizerem sobre o assunto, no assento de entrada e batismo ficou registado que a criança “Vem inxada”⁶¹⁴ ou “Tem a boca doente”⁶¹⁵.

Fogagens, que hoje entenderíamos como reações alérgicas provocadas por alimentos ou por más condições higiénicas, eram bastantes comuns: “(...) Leva huma Fogagem pello corpo mas he de mamar o leite de Malina (...)”⁶¹⁶. Num outro caso o bilhete pedia que não reparassem “(...) nas feridas q leva na barriga porq são procedidas de calor e não he outra molestia (...)”⁶¹⁷. Por vezes a febre devido a causas não especificadas também é referenciada nos bilhetes.

Por vezes sabemos do estado de saúde da criança por indicações laterais no momento do assento feito pelo secretário. “Doente” ou “muito doente” não é raro ter sido registado. Nestes casos nunca saberemos qual o tipo de doença, mas é curioso notar que nada no bilhete assim o indicava: ou a doença da criança foi uma consequência das

⁶¹⁰ Ver Sinal nº 178 de 1833.

⁶¹¹ *Escórfolas* são escrófulas, ingurgitamento dos gânglios linfáticos do pescoço, muitas vezes de origem tuberculosa mas não só, que pode ser seguido de ulceração.

⁶¹² Ver Sinal nº 1329 de 1792. As bexigas são o nome popular da varíola, doença viral que provocava erupções cutâneas que poderiam deixar marcas permanentes ao nível da pele.

⁶¹³ Ver Sinal nº 815 de 1842.

⁶¹⁴ Ver assento de entrada e de batismo nº 466 de 1833.

⁶¹⁵ Ver assento de entrada e de batismo nº 1280 de 1822.

⁶¹⁶ Ver Sinal nº 233 de 1801.

⁶¹⁷ Ver Sinal nº 577 de 1815.

condições de transporte, ou quem abandonava não considerou ser oportuno dar essa indicação.

De qualquer modo, más formações físicas congénitas ou provocadas são as mais referenciadas, certamente por serem permanentes e poderem funcionar como um sinal distintivo das crianças. Neste campo, os olhos, a pele e sobretudo a má formação ou problemas nos membros superiores ou inferiores são as indicações mais usuais.

As doenças dos olhos nas suas múltiplas variantes são comuns. De algumas ignoramos a patologia porque a indicação é genérica e vaga: “(...) não esta Batisada por estar doente dos holhos (...)”⁶¹⁸; mas as mais comuns seriam as más formações na retina, as névoas ou “velida” que impediriam o normal desenvolvimento da visão: “(...) Leva de sinal huma Berruga ao pe de huma orelha e huma velida no olho esquerdo (...)”⁶¹⁹ ou um claro “O menino Leva os olhos doentes com huas nevoas (...)”⁶²⁰. As névoas são opacidades da córnea, uma espécie de véu (“velida”) impedindo uma visão clara.

Aos dias de hoje é surpreendente o número de crianças com más formações, por exemplo: coxos, pés e mãos aleijados: “(...) tem da sinal hum pe coxo (...)”⁶²¹, ou “(...) tem os Pés a leigádos”⁶²², ou ainda “(...) aleijado do dedo polegar da mão esquerda (...)”⁶²³.

Não é unicamente ao nível dos olhos e da locomoção que são referenciadas diferenças. Orelhas cortadas “(...) vai remetido a santa Caza sem ser Batizado demarcado na orelha esquerda imposto de alhos vedros”⁶²⁴, orelhas de tamanhos diferentes “(...) a Menina tem huma orelha mais piquena do que outra (...)”⁶²⁵, orelhas furadas são dos sinais mais frequentes e alterações ao nível da boca: “(...) tem hum grande defeito no beijo superior (...)”⁶²⁶. Na boca há uma outra patologia comum: “sapos” ou “sapinhos” que não passam de papilas gustativas inflamadas por razões várias, desde a má higiene ao tipo de alimentos que podem provocar a inflamação.

Sinais e verrugas são recorrentes. Sinais pretos e “pardos” nas orelhas, nas faces, nos testículos e noutras partes do corpo são dados como sinais identificadores. Entre sinais e verrugas há diferenças que são registadas nos bilhetes de forma muito clara. Enquanto os sinais dérmicos são concentrações anormais de pigmentos melânicos: “(...) tem hum sinal na nagida do asiento e o dito sinal He escuro (...)”⁶²⁷, as verrugas são saliências dérmicas:

⁶¹⁸ Ver Sinal nº 1796 de 1838.

⁶¹⁹ Ver Sinal nº 133 de 1818.

⁶²⁰ Ver Sinal nº 615 de 1819.

⁶²¹ Ver Sinal nº 589 de 1841.

⁶²² Ver Sinal nº 1654 de 1858

⁶²³ Ver Sinal nº 2062 de 1860.

⁶²⁴ Ver Sinal nº 2058 de 1845.

⁶²⁵ Ver Sinal nº 963 de 1792.

⁶²⁶ Ver Sinal nº 522 de 1848.

⁶²⁷ Ver Sinal nº 1083 de 1833.

“(…) Junto a orelha direita para a parte do rosto, deu-lhe a natureza um Signal: he um marmillo de carne, que parece verruga (…)”⁶²⁸.

A prematuridade das crianças também é referenciada: “(…) não hé de tempo hé de 5 – a 6 – mezes (…)”⁶²⁹ ou ainda um mais poético “Este minino nasceo aos 19 de Janeiro de 1808 as 4 horas da manhã, e por não ter as 9 luas foi Baptizado em Caza (…)”⁶³⁰. É de notar que esta referência ao número de luas para estabelecer o tempo de gravidez era comum, principalmente entre as mulheres do campo, prática que chegou até tempos próximos da actualidade.

Existia nas comunidades rurais uma série de rituais, supostamente curativos quando a criança apresentava uma hérnia, à época e ainda hoje em meios rurais com o nome de quebraduras. Em alguns casos só é referenciado o problema: “(…) dando os sinais de q he cobrado (…)”⁶³¹, noutros enuncia-se o problema e simultaneamente apresenta-se o que à época era o método utilizado para o minorar: “(…) Este menino está quebrado, vai com elle um chumacinho ja feito, e fará favor de o mandar ligar (…)”⁶³². O “chumacinho” seria uma tira, uma ligadura almofadada que, apertado à volta da cintura da criança, tentaria meter a hérnia dentro do corpo, remediando a situação e minorando o desconforto. Estas hérnias, supostamente derivadas de uma má cicatrização do umbigo e por falta de cuidados pós nascimento, seriam muito comuns. Aliás, a pressa com que muitas vezes as crianças eram entregues impediria trabalhos e cuidados mais minuciosos que acautelassem a saúde da criança.

As preocupações com a cicatrização do umbigo são frequentes. Tiras, cintos e paninhos eram usados para proteger a criança e obviar a problemas futuros. Em 1822 um bilhete informa que entre o enxoval enviado, por acaso um dos raros enxovais abundantes e diversificados, iam “(…varias tiras e paninhos para corativo do embigo (…)”⁶³³.

De qualquer modo, percebe-se claramente as consequências que estas patologias teriam nas crianças, quer nas que entravam, quer nas que já estavam na SCML. As mortes por “contágio”, como referem as notas à margem dos registos de entrada, são muito frequentes.

⁶²⁸ Ver Sinal nº 736 de 1839.

⁶²⁹ Ver Sinal nº 159 de 1825.

⁶³⁰ Ver Sinal nº 158 de 1808.

⁶³¹ Ver Sinal nº 1484 de 1808.

⁶³² Ver Sinal nº 1255 de 1866.

⁶³³ Ver Sinal nº 1267 de 1822. O enxoval desta criança era composto por “Camizas seis sendo – trez lizas e huma ten folho, de casa lisa hotra folho de casa tecida e hotra tem renda – Vestidos, hum de chita branca e cor de roza com folho branco, hotro de chita cor de ganga, com raminhos, todos de chita Saiotas – dois de fostão e hum, e chita azul e branco, dez fraldinhas, seis volbudoiros, huma toquinha de paninho, com huma renda, duas ditas de casa bordadas, huma com renda estreita hotra com renda larga, huma de casa, tecida com folhos do mesmo – e fitas de seda cor de palha, e hotra tem fitas azues claras, varias tiras e paninhos para corativo do embigo, hum par de ropinhas – cor de roza, coeiros amarelos dois – ditos escarlates dois brancos dos tres huma fita branca, de setim mais huma toca de casa, de nozinhos, com renda larga, hotra de casa tesida e renda estreita (…) Leva hum xale por fora em q vai embrolhado – tecido de azul e emcarnado (…)”.

1.8.1 As mutilações

Contudo há sinais físicos dos quais desconhecemos se houve intencionalidade ou se foram causados por motivos fortuitos ou acidentais “(...) E o dito menino tem 6 dedos em cada pé e na mão esquerda teve hum q foi cortado (...)”⁶³⁴. Em algumas regiões de Espanha e Itália, as crianças expostas eram marcadas com um ferro em brasa pela instituição que as recebia, uma marca inqualificável porque tornava a condição de abandonado uma marca para toda uma vida. Em Portugal não há registo de se praticar acção tão desumana e animalesca⁶³⁵.

No caso citado, pode colocar-se a hipótese de se tratar de um acidente. Mas temos dúvidas. Em 1793 um bilhete dizia o seguinte: “(...) pretende tirar-se epagar a Sta Caza toda a despeza; e p^a que senão troque Leva os sinais seg.tes. hum bocadinho de huma orella cortada nap.te superior da orella esquerda para seconhecer pela sicatriz (...)”⁶³⁶. O corte foi feito de forma intencional: cortar a orelha de forma a criar uma cicatriz permanente que assegurasse que aquela criança nunca seria trocada por uma outra. Aliás esta criança era portadora de outros sinais (uma fita e uma medalha). Tudo em vão. Morreu no mês seguinte à entrada.

Apesar de raras, há notícia de crianças mutiladas, umas já de nascença: “(...) sinais não tenho que lhe por, pois otem denasença (...) não tem mão direita (...)”⁶³⁷. Desconhecemos o que teria originado que uma criança entrada em 1839 tivesse “(...) huma Sicatriz Ee cada Oolho”⁶³⁸.

No entanto, estamos em crer que este tipo de sinalização (a mutilação física) era raríssima e não seria uma prática habitual, feita por quem abandonava e nunca por quem recebia. Sinal de avanço civilizacional e de suavização dos tempos, não voltámos a encontrar qualquer referência a esta prática cruel nos restantes anos sondados.

1.9 A alimentação

Por vezes a preocupação de quem abandona revela-se nas informações sobre a alimentação do recém-nascido: “este menino he Bautizado chamase Joze ja não mama tem quinze mezes ...”⁶³⁹, mas também podemos verificar como era a dieta alimentar das crianças, nomeadamente das mais pobres. Por vezes declara-se que a criança tem boa saúde na esperança de que sobreviva à voragem da Roda⁶⁴⁰ ou insinuando que caso morresse a razão seria imputável à instituição porque à entrada a criança não tinha “moléstia”, eventualmente para informar que a criança não tinha sífilis. Embora nunca

⁶³⁴ Ver Sinal nº 121 de 1806.

⁶³⁵ Sobre este tipo de marcas físicas, ver María Fernández Ugarte, *Expositos en Salamanca ...*, p. 170; Adela Tarifa Fernández, *Marginación, pobreza y mentalidad social ...*: “(...) Así, en el Hospital Real de Santiago, existió el empleo de «marcador de expósitos», oficio que pasó el «cirujano-marcador» en 1768.”, p. 301 e Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do sul...*, p. 50.

⁶³⁶ Ver Sinal nº 1109 de 1793. Ver Apêndice, Estampa 39.

⁶³⁷ Ver Sinal nº 1493 de 1806.

⁶³⁸ Ver Sinal nº 945 de 1839.

⁶³⁹ Ver Sinal nº 604 de 1817.

⁶⁴⁰ Com base nesta amostragem quase 80% das crianças entradas na SCML não sobreviveram (79,8%).

referenciada nos bilhetes, a doença existiria e seria um problema grave. Na acta da sessão de 20 de Fevereiro de 1854, a administração da SCML solicita à administração do Hospital de S. José, que esta providenciasse no sentido de os facultativos da enfermaria respectiva informassem a SCML do estado de saúde das mães das crianças daí enviadas de forma a “(...) evitar-se quanto possivel a communicação às amas das enfermidades que as puerperas do m.mo Hospital podem ter transmittido a seus filhos, essencialmente estando affectadas da sephilis, o que neste Estabelecimento se não pode conhecer, porque só aos 3 mezes, idade em que as crianças estão já no poder das amas, é que de ordinario se dezinvolve (...)”⁶⁴¹.

Como já referimos, entre as doenças mais comuns de que as crianças eram portadoras quando entravam podemos referir a febre, as fogagens, as alergias ao leite, os “sapos”⁶⁴², no fundo uma mistura de doenças tipicamente infantis com doenças relacionadas com uma alimentação desequilibrada ou com falta de higiene.

O modo como as crianças eram alimentadas também está reflectido nos bilhetes, através das informações que se consideravam ser fundamentais serem prestadas para a sobrevivência da criança. Sopas de leite, rolhas embebidas em açúcar são vulgares entre as opções de estavam à disposição das crianças: “Manuel Augusto Antonio Cureia São Gemios tem de idade oito mezes por falta da saude da mai e os poucos meios de sua mai ja não mamo a quatro mezes e tem sido sustentado a quatro meses a supinhas de leite (...)”⁶⁴³. O leite também podia ser causa de doenças se tivermos em conta que nem sempre seria de vaca (cabra, por exemplo), que não seria fervido o que provocaria doenças nas crianças: “(...) e a menina tem fugaia é do leite de fevre não é molestas (...)”⁶⁴⁴.

Os próprios hábitos alimentares da criança também são referenciados nos bilhetes, com o objectivo de quem recebe saber um pouco mais de quem vai entrar, de modo a precaver a sobrevivência da criança: “(...) Come munbto ven mas o comer não he sofficiente para hela e Bebe munta água”⁶⁴⁵. Num outro caso, a criança que já tem seis meses e entra na SCML porque “(...) tem sua mai em perigo de morte pa come he de mto alento (...)”⁶⁴⁶.

Facilmente se percebe como a alimentação das crianças contribuiria para as altas taxas de mortalidade. Por falta de leite materno, muitas crianças começavam a comer muito cedo com as trágicas consequências que daí advinham: “Vai este Menino Nasseo a 20 do Mes de Julho d’1827 Dezejo que se Chame Titto Emilliano p^a que se conhesa a todo o tempo se D.s for servido Darne meios para poder fazer Diligência por elle elle já come alguma couza mas pouco”⁶⁴⁷. Titto Emilliano entrou com 22 dias e morreu no último dia desse ano.

⁶⁴¹ Ver *Livro de Actas da Administração da SCML*, sessão de 20 de Fevereiro de 1854, pp. 39v-40.

⁶⁴² “Sapos” em linguagem popular são aftas na boca.

⁶⁴³ Ver Sinal nº 1395 de 1853.

⁶⁴⁴ Ver Sinal nº 455 de 1850.

⁶⁴⁵ Ver Sinal nº 337 de 1836.

⁶⁴⁶ Ver Sinal nº 916 de 1791.

⁶⁴⁷ Ver Sinal nº 1088 de 1827.

Para além dos hábitos alimentares, os bilhetes deixam transparecer os objectos que eram utilizados para substituir as modernas xuxas: rolhas. “esta he margarida que he irmã daquela que veio pela manhezemas que hera marianna trazia huma rolha naboca (...)”⁶⁴⁸. Neste caso a rolha tem uma outra função para além da habitual: é a referência para se saber quem era a irmã de Margarida.

Perguntar-se-á se os hábitos alimentares das crianças abandonadas diferia substancialmente das que o não eram. É evidente que se desconheciam as vantagens do tratamento do leite no início do século XIX porque o leite não materno só as teria se fosse esterilizado e consumido em biberons também sujeitos ao mesmo processo. Contudo as crianças que eram abandonadas, para além do que estavam sujeitas todas as crianças, acrescia-lhes a escassez, a falta de vigilância e sobretudo estarem a ser criadas por amas que, justa ou injustamente, tinham, em geral, má reputação no que toca aos serviços prestados. Os períodos de maiores dificuldades, como sejam os anos coincidentes com as invasões francesas, só terão agravado a situação alimentar das crianças: “He filho de Pais desterrados, nasceo a 2 de Agosto de 1810 he baptizado, chama-se Jorge come sopinhas de agoa com asucar (...)”⁶⁴⁹. Jorge, segundo o respectivo assento, tem ou aparenta ter 3 meses quando entra na SCML. Já deveria ter uma saúde frágil a acreditar na dieta que lhe era ministrada, e sem surpresa morreu no mês seguinte.

“O Menino que leva vestido roxo e coeiro escuro Pesso a V^a S^a que lhe ponha Alexandre e por falta de leite vai muito aCustumado a Cumer e este Menino a 18 de setembro fas tre meses (...)”⁶⁵⁰. A criança tem cerca de três meses de idade quando dá entrada na instituição. Segundo o bilhete está “muito aCustumado a Cumer”. Não diz o quê. Certamente o que era habitual, água com açúcar e outra comida que não seria apropriada para crianças de tão pouca idade. Por isso não é de estranhar que Alexandre tenha morrido no ano seguinte sem ter completado um ano de idade.

1.10 As razões do abandono

Sobre as razões do abandono, diríamos que a larguíssima maioria dos bilhetes não lhes faz qualquer referência. Só cerca de 7% dos bilhetes apontam uma ou várias razões para o abandono. Dos que as têm, grosso modo, podemos agregar alguns dos motivos enunciados:

- a) a doença da mãe e a falta de leite;
- b) a pobreza da mãe ou dos pais;
- c) *as circunstâncias*, sejam estas o que forem;
- d) a morte de um dos progenitores;
- e) a ausência do pai, particularmente notória em tempo de conflitos armados em que o séc. XIX foi fértil;

⁶⁴⁸ Ver Sinal nº 1543 de 1798.

⁶⁴⁹ Ver Sinal nº 1387 de 1810.

⁶⁵⁰ Ver Sinal nº 1702 de 1847.

- f) a existência de mais filhos, sobretudo se se tratarem de gémeos⁶⁵¹;
- g) a falência dos pais;
- h) a prisão do pai;
- i) a ilegitimidade;
- j) a emigração;
- k) a combinação simultânea de várias destas razões⁶⁵² e
- l) outras.

Quadro 13

Razões do abandono (segundo os bilhetes)

Razões do abandono	Rapazes	Raparigas
Pobreza	17	16
Pobreza da mãe	19	14
Pobreza do pai	7	7
Pobreza dos pais	31	15
Morte da mãe	17	14
Morte dos pai	11	8
Morte dos pais	1	0
A mãe não pode criá-lo	25	24
Mãe doente	41	55
Pais doentes	4	2
Falta de leite	34	29
Gémeos	2	8
<i>As circunstâncias</i>	34	24
A ausência do pai ⁶⁵³	28	12
Mãe solteira ou viúva	7	6

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

⁶⁵¹ No caso de gémeos, invariavelmente, ambos eram abandonados e ambos morriam. São referenciados sempre como “meninos de um só ventre”: “Nascimento de hestas: A 24 de Julho Isabel Batizada Na fiª de Santa Isabel. As duas de hum Bemtre”. Ver Sinal nº 1860 de 1856.

⁶⁵² Como no caso que a seguir se apresenta, gémeos, mais filhos e pobreza: “Entrão para a Santa caza da miziricordia dois meninos gemmios por batizarem em dia de papascoa q se contão 18 de abril de tarde de 1824 nasidos em 14 de febrero do dito Anno naturais da freguezia de santos Belho filhos de Manoel marques i de Maria Joaquina Resevidos na mesma freguezia desta sidade de Lisbou pois os ditos pais por serem muito provezinhos i por os não poder criar he a razão por q se valem da Santa Caridade da santa Caza ate ver se deus lhe meios dos poder hir buscar i pede os ditos emfelizes pais q lhe ponhão no seu Batismo o nome de Antonio a hum i a outro Joaq.m para saber como os andem procurar os ditos meninos vão saus de moléstia vão magrinhos mas hede fome porq tem porq tem padecido munta na sidade hum deles bai ferido na cabeça mas he de pancadas q tem apanhado de outros irmois TAM bem piquenos o sinal porque se andem procurar he esta frima q aqui ponho cuja hade partir o meio a quem sentregar este sinal poderá ser entregue q aBaiCho faso o sinal que fica os pais he a metade des (Rubrica) ta firma”. Ver Sinal nº 506 de 1824.

⁶⁵³ A ausência do pai tanto pode ser por razões militares, como por razões de emigração. Por vezes declara-se que o pai estava ausente ou estava fora. Onde? Não se sabe: “(...) i que no lo manden fora da terra que brebe la iran a tirar por que u pai esta fora (...)”. Ver Sinal nº 235 de 1792.

A pobreza, a morte e a doença do pai, da mãe ou dos pais são as causas de abandono mais comumente apontadas. Se juntarmos a estas outras menções menos explícitas como a “impossibilidade da mãe criá-lo”, “falta de meios” e “falta de teres”, temos um quadro em que estas seriam os factores determinantes para o abandono. A doença da mãe, também referenciada como “moléstia”, a morte ou estar à morte, contribuíram decisivamente para o abandono bem como a falta de leite. “Pai fora” ou no exército são também motivos invocados para abandonar a criança. Aliás a pobreza era, certamente, a razão para ir abandonando os filhos na SCML conforme iam nascendo: “Vai Maria Candida inda por Baptizar q nasceu em o dia 26 de Julho d’1820 Irmam de Candida Maria q foi exposta em 25 de Abril di 1819”⁶⁵⁴. O que é claramente enunciado como motivo do abandono são as causas que podem ser aceites socialmente como válidas: a morte, a doença, a falta de meios.

Talvez por isso só um número muito residual de bilhetes aponta como razões do abandono o estado civil da mãe como solteira ou viúva, em ambos os casos mães de filhos ilegítimos: “(...) Entrou hum menino para a Roda as 7 horas da amnha para se lhe prantar o nome Francisco Candido da frga do Grilo a mai mariana Joaquina Solteira (...)”⁶⁵⁵.

Mas as razões do abandono podem ser menos claras remetendo para as circunstâncias, algumas ditas imperiosas, para os “(...) motivos mto attendiveis os Pais desta menina se resolverão a metella na Santa Caza da Mizericordia de Lisboa, na certeza de que um dia (e mto próximo) a hãode requezitar (...)”⁶⁵⁶, ou ainda para “(...) Inasplicáveis incômodos são obrigados a remetello a esa Sta Caza(...)”⁶⁵⁷ ou para a “(...) Justa Cauza (...)”⁶⁵⁸. Mas a razão para o abandono da criança ser o divórcio da mãe é de todo inesperado e único. A palavra “divórcio” não terá a mesma conotação do presente, estará mais ligada a desavenças e falta de entendimento entre os pais, e não um acto legal para pôr fim a um contrato. No entanto, a mãe denuncia uma situação de mau comportamento e remete a responsabilidade do pagamento das despesas para o marido: “Vai Este Menino hé Baptizado na Freg^a de N. Senhora dos Anjos chamçe Joam dos Reis Nunes Nasceu em cinco de Janeiro do prezenteanno e foi Baptizado a onze do d^o Mês He filho Legitimo de Joze Francisco Nunes Constancia da Lenha na rua dos doiradores N18 N. e Sua Mai Maria da Conçeição a cuja por andar com divorçio Comçe Marido e não ter Leite nem Meios p^a o Mandar Criar Razam porque o Mete nesta Sta Caza pela Má conduta de seu Marido pois podia fazer esta despeza acoala a Sta Caza poderá haver de Seu Marido (...)”⁶⁵⁹.

O casamento nesta época só poderia ser dissolvido por morte de um dos cônjuges. Os esposos nunca poderiam separar-se por vontade própria, embora em circunstâncias muito específicas (adultérios ou sevícias) se pudesse recorrer à separação e esta poderia ser temporária ou perpétua. Por isso o conceito de *divórcio* aplicado neste caso, é o conceito

⁶⁵⁴ Ver Sinal nº 1060 de 1820.

⁶⁵⁵ Ver Sinal nº 1226 de 1843.

⁶⁵⁶ Ver Sinal nº 1732 de 1844.

⁶⁵⁷ Ver Sinal nº 1619 de 1826.

⁶⁵⁸ Ver Sinal nº 1546 de 1821.

⁶⁵⁹ Ver Sinal nº 531 de 1829. Ver Apêndice, Estampa 40.

de *separação*⁶⁶⁰. Na realidade as mulheres podiam pedir a separação dos maridos se estes cometessem adultério mas este tinha de ter um carácter escandaloso⁶⁶¹. Este bilhete é um exemplo claro do que seria um divórcio na primeira metade do século XIX e as razões que o permitem: “(...) por andar com divórcio Comçou Marido (...)” provocada “(...) pela Má conduta de seu Marido (...)” como claramente enuncia o texto. E numa atitude acusatória, o marido é denunciado como alguém que poderia suportar as despesas da criação da criança, para mais legítima, e sugere que a SCML lhe apresente posteriormente a conta referente à sua criação.

De qualquer modo não podemos deixar de registar uma mãe que abandona o filho por “(...) não ter Leite nem Meios p^a o Mandar Criar (...)” porque, aparentemente, decide separar-se do marido por não aceitar a sua “(...) Má conduta (...)”.

Por vezes as ditas circunstâncias imperiosas e graves “(...) e que intereção o repozo e honra duma familia obrigão os Pais do menino que vai com este a esconder por algum tempo seu nascimento (...)”⁶⁶². Neste caso é muito clara a origem ilegítima da criança e como a “Roda” irá ser usada para salvar aparências. Poder-se-á perguntar se os próprios acreditarão que o afastamento da criança é uma etapa transitória? Muitas vezes as crianças resolveram, infelizmente, o dilema moral caso ele existisse. Morreram na maior parte dos casos. E se isso não tivesse acontecido, teriam os pais a coragem necessária para a recuperar admitindo relações sexuais indevidas?

A conjugação simultânea de vários factores é o motivo invocado várias vezes para justificar o abandono: “Entrão nesta santa Caza da Mizericordia dois Meninos gemios, filhos de Legitimo Matrimonio, os quaes forão Baptizados; hum com o nome de Manoel, o outro com o nome Antonio, por sua Mai ser falecida sobre parto, e seu Pai se achar auzente em Pais estrangeiro; não tendo sido possível incontrar quem por caridade se encarregue de os alimentar em quanto que seu Pai se acha auzente. (...) Na chegada de seu Pai, este hade apresentar hum paple igual a este, e escripto com a mesma letra. 4 de Outubro 1857. A Summa Pobreza he que Obriga a este expediente”⁶⁶³.

Em alguns casos em que a pobreza era a justificação para o abandono, a idade das crianças poderia ser superior à da maioria. É compreensível. Se era ilegítimo e colocava questões de ordem social, abandonar o mais depressa possível era a regra. Ilegitimidade e pobreza também assim o determinavam. Mas a pobreza podia inscrever-se num quadro mais vasto de empobrecimento da população que não existiria na altura do nascimento por isso o abandono é feito mais tarde. A morte da mãe podia potenciar também o abandono: “A 23 de Julho de 1863 hé deitado heste menino á Sta Caza pur falta de meios e pur me ber doente e não poder pagar a Ama hé hesse omotivo pur que me Obrigo a reseber a esmola

⁶⁶⁰ *Divórcio*, como hoje o entendemos (fim de um contrato livremente estabelecido entre duas pessoas) só será possível após 1910 com a implantação da República que estabeleceu a obrigatoriedade do casamento civil como único casamento legalmente reconhecido e por isso passível de ser resolvido por vontade das partes envolvidas.

⁶⁶¹ Ver Manuela Lobo da Costa Simões, «Um divórcio no 1º quartel do século XIX», *A mulher na sociedade portuguesa...*, p. 172.

⁶⁶² Ver Sinal nº 1570 de 1856.

⁶⁶³ Ver Sinal nº 1905 de 1857.

da Sta Caza e gunta-mente pur Le ter falesido Sua mai o menino pur nome é Manoel da Silva Idade – 18 – mezes (...)”⁶⁶⁴. É uma tríade fatal esta que conduz ao abandono: a pobreza, a doença e a morte; se se lhes juntar a ilegitimidade do nascimento, estaremos perante um quadro em que a SCML se apresentava simultaneamente como alternativa e solução para os problemas da pobreza, da bastardia e da incapacidade temporária ou permanente de cuidar dos filhos.

Perguntar-se-á: como era possível ser tão frequente a combinação de casos extremos? Será que essas descrições de razões tão dramáticas e negras não constituirão uma estratégia de vitimização de modo a concitar para aquela criança uma hipótese de tratamento preferencial? Neste caso o “(...) menino chamase Antonio dizederio Filho de pais mto pobres e cazados aqual amai seacha sem pinga de leite para opoder criar porq lhe sobreveio huma molestia sobre parto e com mais quatro criansas todas de menor idade. Eporserem tão pobres epasarem tantas nesesidades e sem meios nenhuns p^a opoderem mandar criar pedem aSanta caza p^a o criar eainda mais pedem pelo santissimo sacramento q vai p^a maior sinal q se crie namesma santa caza ep^a q atodo otempo q sefor procurar ointregarem sem pagar nada e ficão rogando adeos porqm o criar commta caridade”⁶⁶⁵.

Entre as razões invocadas para o abandono há algumas que são surpreendentes. Em 1850 “Vendo-se desgarcadam.te os Pais desta menina impossibilitados p.r falta de pagam.tos do Estado obrigados a vir depositala nesta Santa Caza, p.r a não poderem criar, nem pagar esta despeza he p.r isso q pedem lhe seja tolerada esta deliberação tão repugnante. Umildem.te pedem lhe seja conferida a graça de q no Acto do Baptismo se lhe ponha o nome de = Leopoldina, se deseja igualm.te saber o q.l o destino, e ama que lhe for arbitrada. A menina vai vestida com hum mandrião de xita escura de riscas, e flores cor de roza, coeiro de beitolha branco, e outro de baeta azul, sinta, tira, camiza, e fralda e barretinho, tudo de algodão patente, e coberta com hum xalle de algodão entrançado de cor, com franja branca; os Pais esperão logo q milhorem sua sorte o hirem resgatalla e p.^a isso apresentarão huma carta idêntica a esta p^a se conferir em letra, a expreções A. G. T.Lisboa 17 de maio de 1850 NB Nasseu em 4^a fr^a 15 de Maio de 1850, às 11.h da manhã”⁶⁶⁶. Leopoldina seria filha de alguém ligado à administração pública mas o Estado não cumpriria as suas obrigações para com os seus funcionários. Levava consigo um enxoval não abundante mas diversificado e, curiosamente, os pais pedem para serem informados do “destino, e ama que lhe for arbitrada”. Neste caso é presumível a troca de informações entre quem abandona e quem recebe a criança, tornando o anonimato uma ficção. A esta questão voltaremos mais adiante.

A prisão do pai é por vezes invocada como motivo para abandonar e se a esse facto se juntar o nascimento de gémeos, estaremos perante um quadro de dificuldades que justificariam a entrada na SCML: “Ai vai hum Menino i huma Menina de hum ventre ainda vão pro Battizar u Menino deve ser Manoel do Valle i a Menina Luiza de Jazus he us nomes que si lhi deve por quando forem Battizados, pois estes dois meninos vão deitados à

⁶⁶⁴ Ver Sinal nº 1544 de 1863.

⁶⁶⁵ Ver Sinal nº 679 de 1800.

⁶⁶⁶ Ver Sinal nº 982 de 1850.

Roda pro q si acha o pai com trabalhos metido na Masmorra, este Belheite deve ser gradado na mão da Rodeira p^a todo o tenpo se preguntar com outro tal i qual, pois são de peçoa linpa e cazados Lisboa 5 dizenbro de 1840 Nome do Pai João Joze do Valle Mai Maria Joaquina”⁶⁶⁷. Este bilhete também é revelador como a atribuição dos apelidos era uma questão fluída e variável. *Luiza* seria de *Jazus*, enquanto o irmão gémeo herdaria o apelido do pai. Pelos apelidos nada os faria irmãos. A esta questão dos nomes voltaremos mais adiante. Tratar-se-iam de crianças legítimas, filhos de “peçoa linpa”. Tratar-se-á a uma referência higiénica ou em 1840 ainda se colocariam questões de limpeza de sangue? Ou poderá ser uma referência à ausência de sífilis entre os progenitores, ou a confirmação de um comportamento sexual considerado adequado por parte destes?

Ambos os pais estarem presos é muito mais raro, mas não inédito. Neste caso há que ter em conta que a entrega da criança teve de ser do conhecimento dos guardas da prisão que enviaram a criança para a SCML: “Ill.mo Snr Partição a VS^a q no dia 26 de Agosto de 1842 pelas 8 horas da minha naseu umenino neste Prezido Filho de Manoel Joze Gomes i sua Molher Maria Suares naturais de Leira termo de Monção Prezos neste Prezido pelas tristes sircunstancias de não poder criar o dito menino pertendem pollo na Roda desta cidade será posto o nome Joaquim digo Manoel Joaquim = Leva com sigo um vestido de Chita Manoel Joze Gomes Cova da Moura 28 de Agosto De 1842”⁶⁶⁸.

Há bilhetes que justificam o abandono de forma evasiva que deixa em aberto todas as hipóteses: “Este Menino já esta Batizado e xama Geronimo Elias do Reis pois naseu em o mesmo dia de S Geronimo e de SElias esperase q lhe fasa o mesmo asiento pois hade ser percurado a seu tempo e vai p^a hesa Santa Caza por hum acazo (...) 15 de Janeiro de 1820”⁶⁶⁹. De que acaso se trataria, não sabemos e é tanto mais estranho porque Geronimo Elias do Reis já tinha 4 meses quando entrou na instituição, acabando por morrer em Dezembro desse mesmo ano.

Os bilhetes misturam razões para justificar o abandono, bem como as enunciam de um modo pungente de forma a dar maior carga dramática ao seu pedido, sem esquecer a hipótese do reencontro futuro: “Este Menino chamase Igidio orfó de Pai e porque sua Mai esta graveme emferma com pouca esperansa de vida e sem neceçario para setratar nadta emfermide e para asustentação do dto Menino, razão por que recorre a Piedade desta Santa Caza ate ver se D.e servido comservarlhe avida para o vir tirar, e pagar a despeza achandose com posibilidade para isso. Lisboa 3 de Abril 1793. Serve este Sinal”⁶⁷⁰.

São raros os bilhetes em que se assume a ilegitimidade e o peso da família na tomada da decisão do abandono. Mas quando é focada essa razão, faz-se notar a transitoriedade da mesma e a resolução do problema do casal remetida para um período mais ou menos próximo: “Esta crierça he hum Menin q vai vestido com hum coeiro de Baetilha Branco uzada e camiza branca e vestido de chita uzada com dados azuis e pardos

⁶⁶⁷ Ver Sinal nº 1782 de 1840.

⁶⁶⁸ Ver Sinal nº 1350 de 1842.

⁶⁶⁹ Ver Sinal nº 74 de 1820.

⁶⁷⁰ Ver Sinal nº 406 de 1793.

e toca de Bobenete bordada uzadade fita azul clara de seida e leva hum a fita de seida Preita com as letras seguintes q são foradas A. G 35., atada o Braço direito para servir melhor de signal, por q se pertende hir tirar quando o pai vier q esta auzente no Brasil e como não estou ahinda cazada he o motivo por q a mando para esta Santa Caza, por cauza da minha família, por tanto Rogo a VS^a q haja de mandar copiar no asento q se fizer no livro para melhor ter a serteza q he a propia Lisboa 30 de Junho de 1849 Hum lenço que leva Com risca roxa de catro Pontas que recomendo Avoca Senhorias que lhe poNha Antonio Luis Gomes”⁶⁷¹. De nada valeu. Morreu em Outubro desse mesmo ano. Mas atente-se na frontalidade e denúncia clara das reais razões que levam a mãe a abandonar a criança. Resta saber se era esta a realidade. Como resta saber se o pai que estaria no Brasil voltaria, se casaria com a mãe e se tudo isto acontecesse, se ambos tinham coragem de ir procurar o filho, retomar uma ferida e assumir que tinham tido um filho antes de terem casado.

A emigração, quer para o Brasil, quer para África, aparece frequentemente como razão que justifica o abandono. A partir da década de 40 do século XIX são frequentes os casos de crianças com pais emigrados, cujas mães, em nome dessa circunstância, justificam o seu acto. De alguns não sabemos onde estava o pai: “Este Menino Nasseu no Dia 8 de Dezembro de 1847 e não está Baptizado por seu Pai andar Imigrado (...)”⁶⁷², mas noutros casos é claro onde este estava: “(...) hadese hir Buscar se deos quizer tão de Preca Seu Pai Venha esta no Brazil (...)”⁶⁷³.

Atente-se neste caso de reintegração na vida activa depois da passagem pela vida militar: “(...) é filha de Jose Augusto Teixeira, Coronheiro que foi de Cavalaria Nº 7 e bai de pasagem para Luanda Capital de Angola, pro mesmo posto de Coronheiro que bai ber se pelo seu Officio de Marecineiro pode adequerir meios para poder alimentar sua Mulher e filhos (...)”⁶⁷⁴. A emigração tinha razões económicas, a fuga à pobreza e a esperança de uma melhor vida que permitisse, pelo menos, *poder alimentar sua Mulher e filhos*.

Entre as razões do abandono encontra-se a morte da mãe (as complicações pré e pós parto são apontadas como uma das principais causas da mortalidade feminina no grupo etário dos 20-40 anos)⁶⁷⁵. Sinalizar a condição de orfão de uma criança, era uma atitude comum: “Esta menina he filha de gente cazada nação a 15 de Nobembro de 1836 em dia de Sta Getrudes magna poriso pedemos que se lhe ponha o Nome da santa Leva Camiza de paninho vestido de Riscado cro de cana dois coeiros Bredes touca de caça Sinto Amarello entra na Santa Caza no dia 30 Vinte e nove de nobembro de 1836 Sua Madirinha noça Senhora da Conceição Com hum a fita preta no braço direito por falta da sua Mai”⁶⁷⁶. Na realidade Gertrudes Magna tinha duas semanas de vida quando deu entrada na SCML. Nesse período a mãe morreu. Mas leva uma fita preta no braço para sinalizar essa perda. Em Portugal, nos meios rurais esta era uma prática habitual até à década de 70 do século

⁶⁷¹ Ver Sinal nº 1293 de 1849.

⁶⁷² Ver Sinal nº 855 de 1847.

⁶⁷³ Ver Sinal nº 1925 de 1844.

⁶⁷⁴ Ver Sinal nº 1812 de 1863.

⁶⁷⁵ Sobre a mortalidade feminina, ver *História da População Portuguesa...*, pp. 378-379.

⁶⁷⁶ Ver Sinal nº 1849 de 1836.

XX: os homens usavam uma fita preta no braço para sinalizar a morte de um parente próximo. No entanto, este hábito não se estendia às crianças de colo.

Crianças e/ou mães doentes são motivos sobejamente invocados para justificar o abandono. Epidemias, surtos de bexigas, sarampo, complicações pós parto, para mais se conjugados com outras causas, são amiúde referidas como justificação para impedir a manutenção da criança no seio familiar. Em 1836 chegou uma criança que “naceo a 19 de julho 1836 dea de Santa Justa refina e fara o favor de lhe por Maria Justa refina pois ella ainda vai por batizar pois sua Mai não a cria por falta de lhe cair os bicos dos peitos e não ter meios para a dar a criar”⁶⁷⁷.

Exceptuando as razões de abandono que se prendem com a ausência do pai em manobras militares, obviamente datadas (invasões francesas ou guerra civil), as outras causas apontadas estendem-se por todo o período estudado.

1.11 A família e a filiação

Que referências existem nos bilhetes sobre a família destas crianças? Como se assumem os familiares das crianças através dos bilhetes? A larguíssima maioria não traz qualquer referência familiar (cerca de 86%). Para uma minoria, o bilhete refere que a criança é filha de pais incógnitos (cerca de 13,2%) e para uma minoria residual há informações da mãe e de um pai incógnito (0,2%) e para outras, também uma minoria residual, há o nome de ambos os progenitores, incluindo algumas moradas.

Na verdade, dadas as características e a essência do abandono, o anonimato, não se considerou ser importante dar qualquer informação a esse nível. Mas mesmo que se dissesse o nome dos progenitores seria difícil chegar até eles se não houvesse outras indicações como neste caso: “(...) uceu nome heJuaqui perera dorrozario filho de Francisco pr^a i de ginuveva maria (...)”⁶⁷⁸. E mesmo com informações mais concretas, seriam estas verdadeiras?

Por vezes os bilhetes informam o nome dos pais, por vezes até dos avós e a morada. Esta pode ser genérica: “Nar siza Filha de Thome Frco e de Jacinta M^a Moradores em Almada na Freg^a de S.Thiago onde foi baptizada ad^a f^a q por não ter p^a a mandar criar, e seachar enferma a expoem a esta Santa Caza com este p^a constar atodo otempo”⁶⁷⁹ ou mais precisa: “A esa Santa Casa dos Expostos manda Mel Joze Gomes de Brito casado com Maria Rita assistente na Rua das Pereiras Freg^a do Sto Coração de Jezus ahu Filho seu Pornome Norberto Joze Perr.a nasido na mesma Freg^a e batizado na mesma Freg^a (...)”⁶⁸⁰ ou ainda com filiação e morada completa: “(...) Minha morada é na Travessa do Cabral, Nº 16 – 2º Andar, Meu Nome Joze Maria, Filho de Daniel Jose Joaquim, e Luiza Roza, minha mulher Imillia dos Martires, Filha de Jose Ribeiro, e Joana de Souza (...)”⁶⁸¹.

⁶⁷⁷ Ver Sinal nº 1200 de 1836.

⁶⁷⁸ Ver Sinal nº 772 de 1790.

⁶⁷⁹ Ver Sinal nº 556 de 1791.

⁶⁸⁰ Ver Sinal nº 133 de 1797.

⁶⁸¹ Ver Sinal nº 2309 de 1848.

Perguntar-se-á qual o interesse de dar tantas informações? Podendo ser falsas, dar-se-lhes-ia maior credibilidade? Passar a mensagem que a razão do abandono se prende com falta de meios e não com vidas dissolutas condenadas pela Igreja e com isso concitar maior interesse pela criança? Seja qual for a razão, este tipo de informação não teve qualquer influência na vida das crianças: não foram recuperadas porque a larga maioria morreu⁶⁸². Não sabemos se a SCML procedeu a alguma diligência para saber se estas moradas eram reais e se esta parentalidade correspondia à verdade.

Nunca saberemos o número de pessoas que quis efetivamente recuperar os filhos. A SCML só assinalou os casos *felizes*, isto é, quando a criança estava viva e pode ser entregue. Mas dos familiares que eventualmente se tenham apresentado recuperar a criança mas esta tinha morrido, nada sabemos. Nada ficou registado.

1.12 Crianças legítimas, ilegítimas e as outras

Na larga maioria dos bilhetes não encontramos indicações sobre a natureza jurídica do nascimento da criança. Só alguns, muito poucos bilhetes, consideraram essa indicação. Raramente existe outra nomenclatura para além do *legítimo*. Algumas vezes precisa-se explicitamente que é uma criança de condição *Natural* “Nasceu no dia 14 de Novembro de 1863 e entrou p^a a Santa Caza no dia 15 do Dicto mez, Filho Natural de Luiz Nunes e Jazuina Maria (...)”⁶⁸³, outras a condição de filho natural está implícita nas indicações que são dadas: “P^a essa roda vai hum menino filho de gente q são espença para cazar, vai baptizado, chama-se Antonio Joaq-m Simoens (...)”⁶⁸⁴. Os nascimentos *ilegítimos* são sinalizados de forma indireta: “a dois dezembro Nasceo esta menina que seade chamar Maria das Dores Rosina filha de hum Soldado de artalharia cazado”⁶⁸⁵. A legitimidade, por seu lado, quando referida, é sempre claramente referida “Aos 25 Dias do Mez deAgosto de 1790 pellas nove oras da noite seentregou a esta Sta Caza huma Menina baptizada por nome de Jacinta, Filha legitima epor soceder acharemse seos Pays alcançados p^a apoderem mandar criar, esua May estar doente (...)”⁶⁸⁶, enquanto as outras condições, quando assinaladas, são eufemisticamente tratadas: “Ahi vai hum menino q nasceu no dia onze da freguezia de barcarena q os seus pais não se podem areceber (...)”⁶⁸⁷.

Alguns bilhetes primam por um discurso que encerra os valores da sociedade oitocentista. Em meados do século uma criança foi deixada na SCML com o seguinte bilhete: “Circunstancias graves e que intereção o repozo e honra duma familia obrigão os

⁶⁸² No total da nossa amostra, só 13 crianças têm referências de morada e dos nomes de ambos os progenitores. Destas 13, 11 morreram enquanto estiveram sob a alçada da SCML; de uma desconhece-se o que lhe aconteceu. A única que sobreviveu foi uma menina entrada em 11 de Fevereiro de 1862, com 7 dias de vida e que morreu em 1933. No entanto, não sabemos se voltou a casa e à família biológica ou se casou. O seu assento de entrada só regista a data do óbito e o local do mesmo (Freguesia dos Olivais).

⁶⁸³ Ver Sinal nº 2290 de 1863.

⁶⁸⁴ Ver Sinal nº 952 de 1799.

⁶⁸⁵ Ver Sinal nº 1860 de 1836. A presença de militares na cidade de Lisboa, tendo em conta os acontecimentos político-militares particularmente na primeira metade do século XIX, originou um grande número de casos de crianças entregues na SCML que traziam a indicação de que o pai era soldado.

⁶⁸⁶ Ver Sinal nº 937 de 1790.

⁶⁸⁷ Ver Sinal nº 2253 de 1867.

Pais do menino que vai com este a esconder por algum tempo seu nascimento (...)”⁶⁸⁸. Como vimos, Aquilino Ribeiro, 100 anos mais tarde escreveria a mesma coisa.

1.13 Os gémeos

O nascimento de gémeos seria uma situação gravosa para gente com poucos recursos. Quase sempre referenciados como crianças que “(...) Naserom dois de hum venter (...)”⁶⁸⁹ ou “Estas duas Crianças, são Irmãs, e ambas d’hum parto (...)”⁶⁹⁰, normalmente são ambos entregues e a taxa de sobrevivência entre estas crianças ainda é menor se comparada com as restantes. Nestes casos haveria que juntar-se às condições gerais que a todas afectavam, a sua condição de gémeos, à partida com menos peso, mais pequenas, mais frágeis do que as outras crianças. E se fossem trigémeos o caso ainda seria pior: “Este Menino he gemio com mais duas meninas a primeira q naseo Alcansou Agoa do Batismo emoreo a Segunda entregose a esa Santa Caza. Hoje faz oito dias e lhe mandarão por o nome Claudina este hade ser Claudio (...) este foi oultimo q naseu”⁶⁹¹. Claudio, o último a nascer, também foi o último a morrer em 4 de março de 1794.

O nascimento de crianças gémeas podia potenciar a possibilidade de os pais ou de a mãe abandonar ambas as crianças. São sempre abandonadas as duas o que parece indicar que esse seria o destino fossem ou não gémeas. Tal como nas outras crianças, o abandono podia ser o somatório de causas variadas: morte de um dos progenitores, pobreza, falta de saúde a mãe, falta de leite ou outras: “Entrão nesta santa Caza da Mizericordia dois Meninos gemios, filhos de Legitimo Matrimonio, os quaes forão Baptizados; hum com o nome de Manoel, o outro com o nome Antonio, por sua Mai ser falecida sobre parto, e seu Pai se achar auzente em Pais estrangeiro; não tendo sido possível incontrar quem por caridade se encarregue de os alimentar em quanto que seu Pai se acha auzente (...)”⁶⁹². Aliás a surpresa perante o nascimento de gémeos, levou “(...) os pais não sabem adonde o avião derigir então entenderão porem no ahi p^a lhe darem o destino devido”⁶⁹³.

Por vezes, em caso dos gémeos, os apelidos pedidos para um e para outro não são coincidentes: “(...) O Menino chama-se Jozé Pinheiro Ferreira e a sua Irmã Gemia Maria Magna da Conceição (...)”⁶⁹⁴. Também há casos em que só um dos gémeos tem direito a apelido: “Estas duas Meninas são filhas de matrimonio seu pai he hum homem ofeçial inão as pode criar porque lhe falta sua mem asim aos snrs admenistradores a sua compaixam i que se lembrem dellas pelo amor de d.os. Felizarda M^a Gomes já baptizada Naçeo a 19 de junho de 1836 Leva touca de caça bordada com entremeio derrenda vestido de rriscado verde amarelo devaeta Rouxa ja uzado Maria Joze já baptizada Naçeo a 19 de junho de 1836 (...)”⁶⁹⁵.

⁶⁸⁸ Ver Sinal nº 1570 de 1856.

⁶⁸⁹ Ver Sinal nº 1244 de 1790.

⁶⁹⁰ Ver Sinal nº 707 de 1839.

⁶⁹¹ Ver Sinal nº 237 de 1794.

⁶⁹² Ver Sinal nº 1905 de 1857.

⁶⁹³ Ver Sinal nº 1149 de 1865.

⁶⁹⁴ Ver Sinal nº 1304 de 1829.

⁶⁹⁵ Ver Sinal nº 1652 de 1836.

Por isto, no domínio dos nomes atribuídos aos gémeos as opções são variadas e permitem perceber quanto a formação do nome dos indivíduos obedecia a regras muito pessoais, variando consoante o gosto de cada um e sem a interferência de regras legais que impusessem critérios, como mais tarde se verificará. É certo que o assunto não estava legislado e que a atribuição dos apelidos era uma questão em aberto, permitindo inúmeras possibilidades e originando nomes compostos por apelidos diferentes para os irmãos. Em 1840 para duas crianças gémeas é pedido “(...) que lhomande por os nomes as estas duas crianças que são gemios o maior Ant^o Fran.co io mais piqueno Joaq.m d Souza (...)”⁶⁹⁶. Também há casos em que a partilha dos apelidos não é total: “Emtra oara a Santa Caza da Mezericordia, duas Meninas Jemias – Nascerão no dia três – 3 – de Outubro d. 1846 – a mais pequena Nasceo primeiro (...) Vectoriana Augusta Lucas d.Aguiar – à Segunda e à maior, Mariana Lucas = Ferreira d.Aguiar (...)”⁶⁹⁷.

Embora sem apelidos, é vulgar aparecerem gémeos com nomes próprios invertidos: “Dezejando q os dois irmãos gemios que pelas criticas circunstancias deposito na roda dos ingeitados, tenham um nome e religião, roga-se o obzequio de lhes serem postos os nomes de Jose Antonio no q leva fita azul no pulso, e Antonio Jose (...)”⁶⁹⁸.

Mas se um nome individualiza a criança dentro da comunidade onde se insere, também é certo que alguns pais optaram por aliar à condição de gémeo, a condição de igualdade do nome: “Em 18 Julho de 1844, dá entrada na Sta Caza da Mezericordia huns Meninas, gemias, Marias Xavier (ambas) (...)”⁶⁹⁹. Aliás a tendência parece ser para um tratamento igualitário nos nomes: “(...) dois meninos Gemios o 1^o devera-se chamar manioel Dias e o 2^o Ignacio Dias (...)”⁷⁰⁰, mesmo quando se tratavam de gémeos de sexo diferente: “Hoje 18 de nobembro do anno 1845 Entra p^a a Santa Caza hum menino e huma menina gemios não vão baptizados u menino deveçe chamar João da Silva e a menina adelaide da Silva epor a sinal levão fatos irmaos só as toucas he q são diferentes u menino foi o q nação primeiro”⁷⁰¹.

Muitos bilhetes assinalavam a menção à primazia do nascimento como uma informação útil e necessária: “dia 24 de Julho 1863 Naceiro estes dois gemios Menino a 9 oras da malha e a menina as 12 oras dudia o Menino ade chamarse Joze i a menina Irmina”⁷⁰². Por vezes as horas de nascimento são substituídas pela informação de quem tinha sido o primeiro a nascer como vimos anteriormente.

1.14 As profissões dos pais

Protegidos pelo anonimato e pela sombra que tal condição permitia, incluindo não dizer a verdade, a ocupação dos pais é um campo de incertezas e de desconhecimento. As dúvidas sobre a profissão dos pais tem duas vertentes. Se os mais pobres podem dizer que

⁶⁹⁶ Ver Sinal n^o 1571 de 1840.

⁶⁹⁷ Ver Sinal n^o 1953 de 1846.

⁶⁹⁸ Ver Sinal n^o 1179 de 1851.

⁶⁹⁹ Ver Sinal n^o 1255 de 1844.

⁷⁰⁰ Ver Sinal n^o 1958 de 1848.

⁷⁰¹ Ver Sinal n^o 2021 de 1845.

⁷⁰² Ver Sinal n^o 1549 de 1863.

são criados de servir: “Vai este menino chamado Francisco Lourenco que já está batizado que naseo a 4 de Novembro de 1791 Filho de Romão Lourenço e de Maria Justina criados de servir muitos pobres (...)”⁷⁰³, sapateiros: “O nome do Pai Manoel Mendes da Lus, Capateiro (...)”⁷⁰⁴, vendedores ambulantes de artefactos de que eram ou não os próprios fabricantes: “Ignoro a que família esta Menina pertence; ainda que ouvi dizer q seu Pai vende Çapatos de aurelo pelas Ruas (...)”⁷⁰⁵, alfaiates: “(...) filha de Jose Fran.co Alfaiate na Rua de S. Vicente nº 16 (...)”⁷⁰⁶ ou militares de baixas patentes, alguns casados, que marcam presença como progenitores desta crianças particularmente nas décadas de 30 e 40 do século XIX: “Este menino já esta batizado nome He pedro moreu sua Mai do molestia i o pai He soldado não tem poses que o mandar criar”⁷⁰⁷.

Já as crianças presumíveis filhas de gente abastada, aparecem sempre com uma filiação dúbia escondida na retórica das pessoas *capazes*: “(...) Assim como igualm.te se pede a boa qualidade da Ama p^a quem for dado a Crear, p.r q se pertende tirar de de se pagar a Creação p.r ser filho de pessoas capazes (...)”⁷⁰⁸, *muito capazes*: “aqui vai esta menina filha de peçoas m.to capazes (...)”⁷⁰⁹ *distintas*: “(...) pedese por esmola selhe ponha o nome de Liocadia da Conseisão e tambem se faz serto q sehade tirar da roda por parte de seu pai por ser pesoa destinta qual roga o bom tratamento da dta menina (...)”⁷¹⁰ e *ilustres*: “(...) Esta menina he filha de pais munto illustres (...)”⁷¹¹. Em que se ocupavam estes *capazes*, *distintos* e *ilustres* progenitores? Comerciantes? Amanuenses? Gente das elites financeiras? Nobreza fundiária? Os documentos nada deixam transparecer, a não ser uma possível ilegitimidade do nascimento; os pedidos de bom tratamento e as promessas habituais não se cumpriram, porque as crianças morreram todas pouco tempo depois de darem entrada na SCML. Mas estamos em crer que a maioria dos progenitores pertenceria a classes desfavorecidas e pobres.

1.15 O papel das comadres/parteiras

As comadres e as parteiras não tiveram só um papel fundamental para ajudar a nascer, como nos trâmites posteriores ao nascimento, nomeadamente o baptismo e a entrega da criança na SCML⁷¹². Só as últimas gerações de portugueses nasceram no hospital. Nascia-se em casa, com a ajuda de uma parteira, de uma comadre, de uma mulher que tivesse experiência, o que também ajuda a explicar a mortalidade pós parto de muitas mulheres.

⁷⁰³ Ver Sinal nº 28 de 1792.

⁷⁰⁴ Ver Sinal nº 373 de 1840.

⁷⁰⁵ Ver Sinal nº 1365 de 1845. Ver Apêndice, Estampa 41.

⁷⁰⁶ Ver Sinal nº 1003 de 1808.

⁷⁰⁷ Ver Sinal nº 941 de 1833.

⁷⁰⁸ Ver Sinal nº 2246 de 1851.

⁷⁰⁹ Ver Sinal nº 233 de 1831.

⁷¹⁰ Ver Sinal nº 1318 de 1792.

⁷¹¹ Ver Sinal nº 1908 de 1851.

⁷¹² Sobre o nascimento e rituais regionalistas ligados ao acto ver Maria Antónia Lopes, «As grandes datas da existência...», pp. 154-156.

A medicalização do acto do nascimento, só será generalizada a todo o país na década de 70 do século XX. No século XIX e ainda no século XX, nascer num hospital era sinónimo de pobreza, de indigência, de não ter eira nem beira, de querer ocultar uma gravidez e o seu resultado. Nascia-se em casa, entre ajudas, rezas e mezinhas de mulheres que traziam ao mundo uma nova vida. O médico só seria chamado em caso de complicações, por vezes já demasiado tarde e não nos meios pobres e desprotegidos socialmente.

Um acto médico referenciado num bilhete, para mais apresentando uma escrita escoreita, permite-nos quase assegurar que estamos perante uma criança ilegítima. Neste caso duas porque se trata de um casal de gémeos que “(...) vam pela mai ficar e achar munto doente e a menina foi tirada sirurgiam pede a V Ex^a que seja servido de lhe escolher amas suficientes que em se achando boa quer os ditos meninos p^a a sua companhia (...)”⁷¹³. Na realidade entraram as duas crianças e o encontro entre a mãe e os filhos nunca aconteceu. A morte impediu a concretização desse desejo.

Como vimos, as *comadres/parteiras* foram uma presença constante durante todo o período em análise, quer como agentes fundamentais no acto de nascer, quer posteriormente, no batismo, em caso da mesma correr risco de vida: “(...) deve ser baptizada, pois ainda q a parteira ao nasser pela Ver sovocada aBaptizou lhe não pos Nome (...)”⁷¹⁴ ou “Nasçeram no dia 3 de agosto de 1806 pelas 11 oras da noute hum menino e huma menina gemios batizados, o menino pernome Manoel e a menina pernome Maria já vam batizados pela parteira per se julgar nom viverem por cauza de debelidade (...)”⁷¹⁵, quer na sua entrega na SCML. Ambas as denominações são utilizadas, por vezes simultaneamente: “(...) A portadora desta hé a P^a Comadre Joaq.na Clara aqual Leva huma menina que nasceu a onze do prezente mez de Mayo (...)”⁷¹⁶.

As crianças entregues na SCML pelas comadres tinham, invariavelmente, muito poucos dias de vida ou mesmo um só dia. Estas crianças foram entregues por quem as ajudou a nascer. Nas crianças que entraram com meses ou anos, os protagonistas podem ter tido outros: os próprios progenitores ou familiares próximos.

Apesar de a formação de parteira ser regulamentada após 1821, é pouco provável que esta correspondesse às necessidades e se estendesse a todo o país. Antes dela, haveria mulheres mais conceituadas e prestigiadas na função de tal modo que os bilhetes não dispensavam essa menção: “(...) este menino a todo tempo se ade prucurar se ade sastefazer toda a dispeza que tiver feito a Santa Caza aparou o Maria da purificacam comadre em emeliminada”⁷¹⁷ ou um outro bilhete de uma criança proveniente de Samora Correia cujo padre certifica que é transportada por Maria da Silva “parteira examinada”⁷¹⁸

⁷¹³ Ver Sinal nº 1369 de 1812. Segundo Maria Antónia Lopes os fórceps já eram utilizados e manipulados por médicos desde os finais do século XVIII, op. cit., p. 155

⁷¹⁴ Ver Sinal nº 717 de 1797.

⁷¹⁵ Ver Sinal nº 1006 de 1806.

⁷¹⁶ Ver Sinal nº 593 de 1800.

⁷¹⁷ Ver Sinal nº 266 de 1814.

⁷¹⁸ Ver Sinal nº 1426 de 1810.

e ainda uma outra de Lisboa “(...) que lhe sistiu folorinda Roza por vada Nenta sidade (...)”⁷¹⁹.

Os bilhetes também nos permitem identificar algumas das mulheres que na cidade de Lisboa se dedicaram a essa tarefa: Thereza de Jezus, Joaquina Clara, Rita de Jezus, Maria da Conceição e Anna Maria são algumas das mulheres que assumiram uma tripla função: *aparar* “(...) Vai Emtregue pela mesma comadre q o aparou”⁷²⁰, *baptizar* “(...) Está Batizada Emcaza por a mão da comadre (...)”⁷²¹ e *entregar* na SCML as crianças que ajudaram a nascer e mantendo-se vários anos em actividade: “(...) aComadre que adeitou xamase Thereza de jezus (...)”⁷²² e “(...) he conduzida pela comadre Thereza de Jezus (...)”⁷²³. Neste caso a comadre esteve em actividade pelo menos dois anos.

Os bilhetes são claros quanto ao papel destas mulheres: “(...) a Comadre que adeitou xamase Thereza deicias”⁷²⁴. São múltiplos os bilhetes que as referenciam. O seu papel seria fundamental quer no momento do nascimento, quer nos preparativos da criança: “(...) não sabemos com certeza se a comadre lhe fez o freio (...)”⁷²⁵, quer ainda na posterior entrega: “(...) he filho de pais emcolitos querem q chima Joze Mathias monteiro he Emtregue pella mesma Comadre (...)”⁷²⁶.

Mas não eram só as comadres/parteiras que conduziam as crianças à SCML. Nos concelhos limítrofes de Lisboa, não era raro serem as crianças deixadas à porta de quem se sabia que conduzia as crianças da “Roda” desses concelhos à SCML. Uma certidão do padre de Vila Franca de Xira informa que uma criança tinha aparecido às duas horas da noite “(...) à porta de Quiteria Maria que costuma conduzi-los a Lx^a (...)”⁷²⁷.

Apesar de serem normalmente documentos mais formais, secos e objectivos, as certidões passadas pelas entidades religiosas ou civis revelam o modo como se processava o abandono e como as crianças chegavam à SCML, como circulavam entre o local de nascimento e o de acolhimento. Em 1820, uma certidão do padre de Vila Franca de Xira informa que uma criança foi entregue pela parteira M^a do Carmo a Quiteria M^a, rodeira, às 6 da manhã de dia 8 de Março de modo a esta conduzi-la, como era hábito, à SCML⁷²⁸.

Vila Franca de Xira, Caparica, Oeiras são vilas de onde partem parteiras que levam as crianças para a SCML: “Deste Concelho de Oeiras e lugar de Paço de Arcos leva Luiza Maria Parteira moradora no mesmo lugar, huma menina exposta para entregar na Santa Caza da Mezericordia de Lisboa, e para que se lhe não ponha empedimento no seu transito

⁷¹⁹ Ver Sinal nº 1465 de 1811.

⁷²⁰ Ver Sinal nº 1810 de 1842.

⁷²¹ Ver Sinal nº 962 de 1870.

⁷²² Ver Sinal nº 344 de 1796.

⁷²³ Ver Sinal nº 869 de 1798.

⁷²⁴ Ver Sinal nº 1209 de 1795.

⁷²⁵ Ver Sinal nº 1205 de 1866.

⁷²⁶ Ver Sinal nº 1567 de 1841.

⁷²⁷ Ver Sinal nº 917 de 1818.

⁷²⁸ Ver Sinal nº 369 de 1820.

e antes se lhe preste todo o auxilio lhe passei esta em Oeiras aos 12 de Setembro de 1839 O Adm.or do Concelho (...)”⁷²⁹. Esta parteira ainda estava em actividade em 1845.

Há um outro aspecto relacionado com as parteiras que não queremos deixar de mencionar: para além do seu papel na circulação geográfica das crianças, há um outro de não menor importância e que se relacionava com a colocação das crianças em casas que delas necessitavam para uma actividade específica e temporária. Em 1845 um homem manda para a SCML uma menina que esteve em sua casa durante três semanas, sem batismo e sem nome porque “(...) Tendo a Minha Snr^a tido uma criança, e não sendo possível á esta mamar, a Parteira trouxe esta Menina para no entanto alliviar a minha Snr^a e tem estado quase três Semanas em minha casa, porem como já me não seja necessária, e as minhas circunstancias não permittao adpotala, vai para o seu destino (...)”⁷³⁰. Neste caso, a criança foi fundamental para resolver um problema relacionado com o leite de uma mãe, cujo filho recém nascido não conseguia mamar. Passadas três semanas, com o problema resolvido, a criança torna-se desnecessária e *vai para o seu destino*.

1.16 Os rapazes das orelhas furadas

Algumas crianças entravam com uma ou as duas orelhas furadas de modo a servir de reforço na sua identificação. Muitas vezes, para manter o pequeno orifício aberto passava-se um pequeno fio de retrós, normalmente preto. Esta operação, dadas as condições em que seria feita, sem qualquer tipo de esterelização, provocaria infeções nas crianças, que muitas vezes ter-se-ão revelado fatais. Talvez por isso para uma menina “(...) q se chama Julia Turendote Guilhermina Lebania (...) Não furem a Orelha”⁷³¹.

Contudo, há diferenças entre rapazes e raparigas no que concerne a essa prática. Nos rapazes, normalmente uma única orelha era furada, enquanto às raparigas se furavam as duas. Em comum o retrós preto, verde, azul ou qualquer outro fio que estivesse à mão e que impedisse que o furo voltasse a fechar⁷³².

Frequente a partir da década de 30 do século XIX, será uma prática constante que se estenderá às décadas seguintes. Parece ter havido uma predilecção por furarem a orelha esquerda dos rapazes porque isso é expresso nos bilhetes: “(...) João Pallo Antunes leva a urilhinha esquerda forada com retros azul Claro (...)”⁷³³ ou “(...) e tem a orelha esquerda furada (...)”⁷³⁴. Sobre este assunto não há dúvidas: aos rapazes quando se lhes furavam as orelhas era uma única e de preferência a esquerda. Encontrámos um caso em que a orelha furada foi a direita. De qualquer modo, só uma: “(...) Tem a orelha direita furada para melhor se conhecer (...)”⁷³⁵.

⁷²⁹ Ver Sinal nº 1359 de 1839.

⁷³⁰ Ver Sinal nº 1365 de 1845. Retomaremos posteriormente a análise deste bilhete porque é muito claro quanto a um outro aspecto que iremos tratar: o abandono na SCML de crianças nascidas na mesma família.

⁷³¹ Ver Sinal nº 62 de 1825.

⁷³² O retrós é um fio de seda torcido que pode ser mais largo ou mais estreito.

⁷³³ Ver Sinal nº 1231 de 1835.

⁷³⁴ Ver Sinal nº 467 de 1845.

⁷³⁵ Ver Sinal nº 2186 de 1864.

1.17 Os estrangeiros

Entre os bilhetes que sinalizaram as crianças, encontram-se alguns escritos em espanhol, francês, inglês e italiano. Face visível de comunidades instaladas na cidade, os bilhetes que acompanharam algumas crianças no momento do abandono têm uma particularidade curiosa. Enquanto os bilhetes escritos em castelhano em nada diferem dos bilhetes escritos em português (pedido de nome e descrição do enxoval), os bilhetes escritos em outras línguas primam, no geral, pela contenção, pela depuração da linguagem e por um discurso reduzido ao essencial, embora as preocupações sejam as mesmas (o nome, sempre, o batismo e a data de nascimento).

Em 24 de Maio de 1826 “(...) se entrega esta niña para La rroda y ba mora,y se Le pondrá, maria teresa del rrescasted Rodriguez, y lleva puesto una camisa de paniño con cuello de casa tegida, un paña de filo una fasa de color con sinta blanca una mantilla paiza de ballita, un bestido de chita azul, y balca, con dos faralares pordebayo y follos en lãs mangas, y un médio lienso de baresa con dos listas encarnada y una barra de color y un médio lienso en La caveza Blanco de casa”⁷³⁶.

Quem eram estas crianças? Quem escreveu estes bilhetes? Filhos de criadas que viviam em casa destes estrangeiros, que regra geral, eram gente abastada? Filhos destes estrangeiros que, perante uma gravidez indesejada, prometiam ajuda às mães nem que fosse escrever um bilhete aquando da entrada da criança na SCML? Filhos de estrangeiros que se ausentaram temporariamente do reino em negócios e que deixaram crianças que ainda não eram nascidas? Na maioria destes casos, estamos perante crianças recém-nascidas que entraram na SCML no mesmo dia do seu nascimento. Das crianças em que não há menção no bilhete da data do seu nascimento, a única coisa que sabemos é que foram registadas como “recém-nascidas”, segundo o livro das entradas e dos baptismos.

As crianças “estrangeiras”, uma com um bilhete escrito em francês: “Theodore Crépin est né le 25 décembre 1836 a 9 h du soir vas pour batisser”⁷³⁷, outra em inglês: “This children Will coled = Victor”⁷³⁸ e ainda uma outra em italiano: “e nata questa bambina a 23 de maggio de 1863 devese chiamare Maria Del spirito santo”⁷³⁹, tiveram o mesmo percurso que todas as outras. O seu futuro também não foi muito diferente: uma sobreviveu até à idade adulta, de outra desconhece-se o percurso e as outras morreram ainda sob a tutela da SCML. Sobre os nomes pedidos, verifica-se em alguns casos a sua aceitação embora “aportuguesando-os”; noutros, o nome não foi aceite, tendo sido mudado, aliás como foi política da instituição a partir da década de 60.

Por vezes há uma mistura de línguas: “No dia 19 ás 8 horas da noite do mez de Outubro de 1865, entrou o menor João Antonio que nasceo a 24 de Março ás 3 horas da manhã de 1863. O fato que leva é o seguinte: Camiza branca, Bluza Azul e Branca Calças Azues e brancas, Meias brancas, Sapatas pretas, Lenço branco na cabeça. Declaro que faço

⁷³⁶ Ver Sinal nº 759 de 1826. Esta criança sobreviveu. Morreu em 1856 no Hospital Real de S. José.

⁷³⁷ Ver Sinal nº 1971 de 1836. Esta criança morreu em 1838. Ver Apêndice, Estampa 42.

⁷³⁸ Ver Sinal nº 257 de 1847. Esta criança morreu em 1848.

⁷³⁹ Ver Sinal nº 1145 de 1863. Desta criança não há mais nenhuma informação. Ver Apêndice, Estampa 43.

esta declaração para a seu tempo ser procurado Dios lo protega”⁷⁴⁰. Pai galego? Nada sabemos, a não ser que morreu em 1866 em casa da ama.

O que realmente ressalta dos bilhetes que acompanharam estes meninos “estrangeiros” é a quase perfeição da sua escrita. Este bilhete escrito em francês, tal como tantos outros bilhetes, omite as razões do abandono, formula pedidos, faz promessas: “Lisbonne 3 Mai 1869 L’enfant de sexe masculin, porteur de ce billet est né en Portugal le 3 Mai 1869 à 11h ½ du soir, doit le jour à des parents qui sont dans d’anes tristes circonstances pour etre obligés de s’arracher aux devoirs que la nature leur impose, et confier, pour un temps, leur fils aux soins pieux et éclairés de l’établissement de la Misericorde St Roch. Les parents etant nés et élevés dans la religion catholique apostolique romaine désirent que leur fils soit baptisé et élevé dans cette religion. Ils desireront, si possible, que l’enfant portat les noms de Jules – Antoine – Marie. Les parents de l’enfant porteur de ce billet ont en leur possession une lettre copie de celle-ci et des échantillons (pareils á une qui sont inclus dans cette lettre), des vêtements de l’enfant Un jour (qui ils l’esperent ne sera tres éloigné) viendra ou le père ou la mère de cet enfant se présenteront pour le réclamer á l’établissement qui aura pris Soin de ses premiers ans et nantis de la lettre et des échantillons des vetements. Que Dieu veille pur de jeune ange abuté sous le toit hospitalier de Sa maison”⁷⁴¹. De *Julio Antonio Maria* batizado na SCML com um simples *Apparicio* nada mais sabemos.

1.18 Informações diversas

Também é reforçada a individualidade da criança através da informação da existência de fitas, lenços, sinais, bilhetes e amostras de roupa iguais às que se entregam e que ficam na posse do abandonante. De algumas, poucas, crianças sabemos a idade, a sua condição gemelar, o nome do pai ou da mãe, o estado civil da mãe ou dos pais, o seu estatuto jurídico de legitimidade ou ilegitimidade.

Dentro da finalidade de transmitir à SCML informações consideradas relevantes, há algumas que nos surpreendem, umas pela sua ingenuidade: “(...) Sua May foi Victima de Morte huma hora depois do nacim.to do fecto; leva huma fita de linha no Braço esquerdo. Seu Avo He estrangeiro pr nome João Federico(...)”⁷⁴², como ter um avô estrangeiro representasse qualquer tipo de vantagem.

Outras por revelarem estratégias elaboradas recorrendo a estatutos sociais que uma análise mais profunda parece apontar para a sua inveracidade: “(...) dê a criar a Ama q seja boa e de comsiência q he de gente Nobre de hum Marques atodo otempo sepagara q por sinal tem os olhos azuis cabelo loiro e por sinal as roupinhas não tem as malgas embainhadas, e elle estar em Ama de m comsiência essa he razão q se dá a Criança a criar a Santa Caza da Mizericordia p^a ver de dar com melhor ama”⁷⁴³. Joaquim, assim foi

⁷⁴⁰ Ver Sinal nº 2134 de 1865.

⁷⁴¹ Ver Sinal nº 1011 de 1869.

⁷⁴² Ver Sinal nº 904 de 1830. O nome do avô, materno?, paterno?, tem uma caligrafia portuguesa. Tratar-se-á alguém de origem galega?

⁷⁴³ Ver Sinal nº 744 de 1792.

batizado o menino, teria 3 meses quando deu entrada na SCML, morreu 3 anos depois, em 1795 sem que ninguém o recuperasse. As razões para o enviar à instituição não têm, aparentemente qualquer razão económica como justificação, mas sim a qualidade da ama onde estava. Os pais não tentaram encontrar outra. O enxoval que é portador é pobríssimo e escasso “humas roupinhas Brancas ehum coeiro amellado”. Para filho de gente nobre e com promessa de pagamento de despesas, é um enxoval muito escasso e pobre. Tudo parece apontar para um discurso no bilhete muito longe da realidade.

Recorrer a ascendência estrangeira não é raro. Também em 1828 entrou uma criança que “(...) hade chamar Carllos Com Cinais vestido de risquadinho azul e branco Coeiro de baeta branca Fita na Centura de cetim Cor de ganga de pontinha lavrados He Françes”⁷⁴⁴. O nome pretendido nada tem de francês. O texto também não. Poderemos supor tratar-se de uma criança descendente de franceses, ou pelo menos um dos progenitores ser francês? Filho de algum estrangeiro estabelecido na cidade? Filho de um marinheiro em trânsito por Lisboa, visto a cidade ser um porto de mar frequentado por marinheiros de diversas nacionalidades?

Num outro bilhete somos confrontados com a pobreza extrema e com a existência de mais irmãos que exerceriam actos de violência sobre os mais novos: “(...) bai ferido na cabeça mas he de pancadas q tem apanhado de outros irmois TAM bem piquenos (...)”⁷⁴⁵.

Há informações aparentemente contraditórias. Em 1794 uma criança “(...) q nasceo occultam.te na rua Augusta, pelas tres horas da madrugada do dia 1º do mês de Março do corrente anno de 1794. Ainda não está baptizada, esepede acaridade de lhe por onome Domingos Jozé da Boaventura”⁷⁴⁶. A ser verdade, seria difícil confirmar esta informação? Ou dar-se-á o caso que dar pistas quanto à origem seria irrelevante porque se partia do princípio que nada seria feito para identificar ou conhecer a origem da criança? Na realidade, a SCML não rejeitava ninguém, nem, de modo geral, procedia a qualquer investigação sobre a origem das criança que lhe eram entregues.

Por vezes somos surpreendidos por informações pouco usuais, raras mesmo, e que supõem a exigência de um tratamento para com a criança como quem transfere todas as responsabilidades parentais da família biológica para uma instituição, esperando-se desta um tratamento semelhante como se a criança permanecesse no seio familiar: “Este menino Chamase Domingos Jose de Amaral Cujo sobrenome he tambem o de seu Pai; Este menino padese m.to da vista do lado Esquerdo, e cuja Receita leva consigo, de q tem sido tratado (...)”⁷⁴⁷. Não sabemos que idade Domingos tinha quando deu entrada na SCML (2 de Setembro de 1836), nem que receita trazia e do que nela constava. Mas sabemos que morreu no final do mesmo mês e do mesmo ano. Se houvesse a receita poder-se-ia ter acesso às práticas curativas da época. Infelizmente desapareceu.

⁷⁴⁴ Ver Sinal nº 1040 de 1828.

⁷⁴⁵ Ver Sinal nº 506 de 1824.

⁷⁴⁶ Ver Sinal nº 269 de 1794. A criança, nascida às 3 da madrugada, entrou na instituição 5 horas após o nascimento.

⁷⁴⁷ Ver Sinal nº 1384 de 1836.

Por vezes a SCML representa para as crianças uma segunda etapa do abandono. Isto é, podiam ser inicialmente abandonadas à porta de um particular, de uma sacristia ou simplesmente numa rua ou num caminho, e só depois teriam como destino final a SCML, trazidas por alguém que os encontrou ou que foi encarregue dessa tarefa por parte dos municípios vizinhos. Era um caso desses que o pároco de Almargem do Bispo referia quando enviou esta criança à SCML: “(...) no dia dous de Maio amanheceu a porta da Sacristia desta minha Igr^a hum menino envolto em hum trapo velho de pano Merinho e dentro de hum cesto pequeno velho atado com hum pedaço de corda de linho (...)”⁷⁴⁸.

Achados na rua, no campo ou numa estrada, em total abandono e remetidos à SCML pelas autoridades civis e religiosas do Barreiro, Povos, Vila Franca de Xira, Caparica e outros concelhos, não é raro encontrar crianças nessa situação. Mais vulgar na 1^a metade do século XIX, desapareceu na segunda metade, certamente porque a vulgarização das “Rodas” tornou este método de abandono desnecessário e obsoleto, ou mesmo continuando a acontecer, as autoridades não o podiam dizer abertamente visto que seria o reconhecimento da sua incapacidade em cumprirem uma tarefa que lhes estava destinada: identificar quem abandonava as crianças sem ser na “Roda”.

Veja-se este outro caso. Uma criança foi posta à porta de alguém: “hoje 4 de novembro 1809 Este menino vai por Batizar axoce esta manham a m^a porta nu eu por caridade o vesti com huma camiza de algodam 2 coeros de baeta Branca já velhos volvedoiro de algodam huma roupinhas de xita escura huma fita cor de roza desvanecida”⁷⁴⁹. Carlos, assim se chamará a criança, foi encontrada nu, em novembro, à porta de uma qualquer pessoa, que num gesto de caridade o veste com roupa velha e o envia para a SCML onde entra no dia 4 de novembro de 1809, à tarde. Nada no bilhete faz pensar que há-de voltar à família biológica. Era novembro, encontrado de manhã nu, estaria frio. Sobrevive e volta para os pais⁷⁵⁰.

2. Promessas

No que toca às promessas, só 25,6% dos bilhetes a elas se referem com uma ligeira vantagem para os rapazes (41% contra 40,8% para as raparigas). Apesar das mais variadas formas e enunciações, resumem-se a duas promessas essenciais:

a) a entrada na SCML seria uma etapa passageira, transitória, nunca com carácter definitivo na vida daquela criança. Este tipo de promessa representa a larguíssima maioria (cerca de 95%);

b) as despesas seriam pagas e haveria recompensas monetárias à ama ou à SCML (pouco mais de 5%).

⁷⁴⁸ Ver Sinal nº 681 de 1808.

⁷⁴⁹ Ver Sinal nº 1352 de 1809.

⁷⁵⁰ Ver *L^o 1 da Entrega a seos Pais*, f^o 185.

Fazer uma promessa é, de certo modo, antecipar o futuro. E este é incerto porque dependente de variáveis múltiplas. Fazer uma promessa também representa equacionar e perspectivar um acontecimento moldado por condicionalismos os quais nunca se poderão dar como certos. Fazer uma promessa pode significar querer resolver uma questão momentânea, transferindo a sua solução para um futuro mais ou menos próximo. De qualquer modo, significa sempre um futuro, qualquer coisa que não será do presente mas sempre do amanhã. E por implicar um futuro, os condicionalismos que revestem as promessas formuladas, só o podem ser feitas ao nível do *se* “(...) p^a q Sese procurar Seache (...)”⁷⁵¹.

Se analisarmos as promessas de resgate e de recuperação da criança, estas podem resumir-se a dois campos: “Se” e “Quando”. O “Se” torna a recuperação uma incógnita porque depende de inúmeras variáveis que quem abandona enuncia muito claramente: *se um dia eu poder, se não morrer*, num discurso dúbio porque não sabemos se se trata da morte do abandonado ou do abandonante. Por sua vez o “Quando” apresenta uma miríade de possibilidades: *quando cessarem as circuntancias, quando as coisas melhorarem, quando for ocasião* ou um prosaico *quando puderem*. Mas no domínio do tempo, o “breve”, o “brevemente”, “a todo o tempo” ou “a seu tempo” são as expressões mais utilizadas, mais ou menos vagas, embora haja por vezes prazos: tirar a criança dentro de um mês, três meses, alguns meses ou mesmo dentro de 2 anos em contaponto ao “tirar cedo”, ou “quanto antes” ou ainda por uns incertos “por estes dias”. Mas também os há que informam com rigor a data em que se irá tirar a criança, embora a maior parte das vezes se verifique que o prometido não foi cumprido: “(...) pr Caridade anão mande p^a fora da terra, pois q Seu Pay apretende tirar nofim de vinte mezes; sem falta (...)”⁷⁵². Neste caso a criança foi entregue posteriormente ao pai, mas neste “(...) Os mesmos portadores irão buscar a menina de hoje a um mez, e por isso hão-de exigir uma declaração para a menina lhes ser entregue. Pede-se para não ser entregue a recém-nascida a qualquer ama de fora da Santa Caza p^a depois não haver mais dificuldades em procura-la”⁷⁵³. Mas apesar desta precisão, ninguém compareceu na SCML para recuperar a menina. E mesmo que houvesse essa vontade ou intenção, a morte, na generalidade, não permitiu a concretização desses desejos.

Outros assumem a incerteza da duração da passagem pela SCML: “Junho de 1826 Este Menino nasceo em dia de Pascua do Divino Espirito Santo, 14 de Mayo de 1826. Foi baptizado aos nove dias do Seu nascim.to na Freg^a de N. Sr^a do Socorro. Chamase Carlos Magno da França. Em tempo conveniente hade ser pedido; que provavelm.e será no anno de 1827”⁷⁵⁴. Carlos Magno da França (nome curioso por ter pertencido a um imperador, por ser um nome que sem *da França* parecia soar incompleto), morreu em 15 de junho de 1827 e o *provalvemente será* encerrava um mundo de incertezas, de probabilidades, quase uma lotaria da sorte que não se concretizou.

⁷⁵¹ Ver Sinal nº 808 de 1800.

⁷⁵² Ver Sinal nº 657 de 1798. Esta criança foi entregue a Bento Antonio de Andrade, *Lº dos filhos q se entregão a seos Pais*, f. 121

⁷⁵³ Ver Sinal nº 2285 de 1865.

⁷⁵⁴ Ver Sinal nº 811 de 1826.

No entanto, nem sempre as promessas eram feitas de modo tão explícito. Por vezes podemos ser levados a crer que essa intenção existia porque só assim se justifica a descrição dos sinais: “(...) leva consigo hum bestido de baetinha branca hum queiro azul hum de cobertor hum de baetinha branca huma fralda aremendadahuma camisa de algodão hum bulbedoiro dalgudão huma touca burdada com renda de frança com fita de vintem cramezim de seda fica hum bocado da dita fita em o otro bilhete para amostra Tem no braço esquerdo hum sinal emcarnado Se a tempo o não tirar entra para a Caza Sta em o dia 9 de julho de 1809 entra das onze oras emte o meio dia (...) O Vilhete que fica he tal e qual”⁷⁵⁵.

O facto de a criança ser acompanhada de um bilhete onde constava uma promessa de recuperação significou muito pouco⁷⁵⁶. Na maior parte dos casos a sua recuperação tornar-se-ia impossível devido à morte mas também há casos raros de recuperação sem que no bilhete se lhe fizesse qualquer menção. Não haver promessas nos bilhetes não significou que a criança não pudesse retornar ao convívio familiar. Em 1819 uma menina que “(...) naseo a outo do mes de Fevrº de 1819 eos Sinais Sam estes hum vestido de paninho branco e hum lenso de 4 pontas de paninho e touca de casa burdada 2 panos brancos e huma baeta incarnada e mangitos de xita incarnados e hum sinal no braso direito de fita de seda incarnada (...)”⁷⁵⁷. No entanto foi entregue aos pais em 11 de Fevereiro de 1820 sem estes nada pagarem por serem pobres.

Quem se propunha ir buscar a criança que agora se abandona? Neste campo podemos verificar que há um plural: “(ficando elles obrigados a procurar o dito seu filho atodo tempo q milhorarem da fertuna (...)”⁷⁵⁸, um singular: “(a todo o tempo faz sua mai tenção de as hir tirar(...)”⁷⁵⁹ e uma genérica e nebulosa “tensão”: *tensão de o requererem*: “(...) há temsam de hise buscar”⁷⁶⁰, supomos que os pais, mas nada sabemos ao certo.

Simultaneamente à promessa da recuperação, e talvez para dar maior ênfase à recomendação de um melhor tratamento da criança por parte da SCML e da ama para onde fosse encaminhada, promete-se fazer o pagamento das despesas feitas com a criança, e mesmo atribuir uma recompensa ou dar uma esmola à ama que a criasse. Insinua-se assim, sendo verdadeiro ou puro engano, uma situação financeira desafogada que não se revelou na prática, porque com ou sem promessas, a maioria das crianças morreu.

Alguns vão mais longe. A par do pagamento das despesas, formulam-se votos de agradecimento à ama que o criou: “(...) e pagarce toda a despeza dezejace que o tratem bem purque sehade agradecer a mesma hama que depois se cober q.m o quriou (...)”⁷⁶¹. A

⁷⁵⁵ Ver Sinal nº 852 de 1809.

⁷⁵⁶ Certamente que há crianças que entraram na SCML sem bilhetes e sem promessas, que foram recuperadas pelos pais. Embora fora do âmbito desta investigação, em 1850, por exemplo, uma criança que entrou na SCML nessas circunstâncias, sem bilhete e sem qualquer tipo de promessa, foi recuperada pelos pais que inclusivamente pagaram a despesa. Ver Assento nº 1638 de 1850.

⁷⁵⁷ Ver Sinal nº 329 de 1819.

⁷⁵⁸ Ver Sinal nº 543 de 1793.

⁷⁵⁹ Ver Sinal nº 33 de 1794. Tratavam-se de duas crianças gémeas.

⁷⁶⁰ Ver Sinal nº 547 de 1806.

⁷⁶¹ Ver Sinal nº 739 de 1810.

tomarmos este agradecimento à letra, poder-se-ia supor que uma criança ficava sempre na mesma ama desde o momento da entrega até à idade em que acabava a criação. Não é de todo verdade. Por razões que não cabem na natureza deste trabalho explicar, assiste-se a uma intensa circulação de uma mesma criança por diversas amas, moradoras em locais tão diferentes e longínquos como Tomar, Alcobaça, Azambuja, Torres Vedras, Torres Novas, Vila Nova de Ourém, Caldas da Rainha...

Assim, a criança exposta pode ser inicialmente entregue a uma ama que passado pouco tempo a entrega viva na SCML, que quase imediatamente, se estiver em condições razoáveis de saúde, a envia a outra e ainda a outra...⁷⁶².

Mas esta estratégia que promete pagamentos futuros, que raramente aconteceram porque as crianças morreram ou porque nunca houve essa intenção, pode revestir-se de uma tonalidade que pretende dar a entender que as questões financeiras nunca seriam o cerne do problema e a razão do abandono. Parecem querer insinuar-se situações financeiras desafogadas e isso ser um meio de pressionar a SCML a um tratamento privilegiado daquela criança: “fevrº 10 de 1811 as 6 horas da manhã naceo este Minino q se ade chamar fran.co guilherme quando se bautizar para hir Boscar a seu tempo pagandose o q se pedir”⁷⁶³. Nada chegou a ser pedido porque Francisco Guilherme morreu nesse mesmo mês.

Nas poucas crianças que foram recuperadas por algum familiar não se procedeu, na generalidade, a qualquer pagamento por sua expressa pobreza: “Entra este menino para a santa Caza no dia quatro do mês de maio de mil e outo esentos e cinco e vai baptizado na freguezia de santa Justapor nome Joaquim marques Leva por sinal huma fita emcarnada he filho de pais cazado”⁷⁶⁴. Este menino foi entregue à mãe em 16/08/1805, casada com Antonio Anastacio, trabalhador, moradores na rua do jardim do regedor, “por detras da Inquisição”. E nada pagaram devido à sua pobreza. Na nossa amostra, só 23 crianças voltaram à família biológica: sete foram recuperadas pela mãe, duas pelo pai e 14 por ambos os progenitores. Destas 23 crianças recuperadas, só de uma temos a indicação clara da sua condição (era ilegítima), das restantes 22 desconhe-se de todo a origem do seu nascimento. Curiosamente, essa criança regressou a casa com mais de três anos de idade. Poderia ser mais velha porque não sabemos a sua idade à entrada. Por isso é impossível saber se houve mais recuperações entre as legítimas e se estas teriam passado menos tempo na instituição⁷⁶⁵.

A palavra “família” é muito pouco utilizada como conceito quando se promete ir recuperar a criança: será o pai, a mãe ou ambos mas muito raramente a família. Essa referência só é utilizada na segunda metade do século: “Nasceu este menina a 6 de abril de

⁷⁶² A este propósito ver, por exemplo, os assentos dos expostos números 313, 1142 de 1790 e 269 e 448 de 1791. Nestes casos as crianças tiveram pelo menos duas amas e uma três.

⁷⁶³ Ver Sinal nº 307 de 1811.

⁷⁶⁴ Ver Sinal nº 615 de 1805.

⁷⁶⁵ Mais à frente apresentaremos um quadro elucidativo desta questão.

1853 ainda não esta baptizada dejeja-se q se chame adelaide pois sua familia tenciona tirala (...) ⁷⁶⁶.

Há bilhetes, que embora curtos, encerram em si toda a problemática da exposição: “Esta creança deverá chamarse Alfredo; os paes, por motivos que escondem, foram obrigados a espôr esse pequeno; porem, brevemente contam ir resgatalo. Nasceo aos 30 de Setembro de 1863, às 3 horas da tarde. Será escusado recommendalo?” ⁷⁶⁷. De Alfredo, batizado na SCML com o nome de Albino, nunca saberemos os motivos que levaram ao seu abandono. Os pais esconderam os motivos. Podemos imaginar que será uma criança ilegítima que iria ter uma passagem breve pela instituição até os pais resolverem a sua situação, pois pretendiam ir resgatá-lo. A utilização do verbo “resgatar” por si só é revelador, certamente de modo inconsciente, do que se estava a tratar: para além de ser um verbo pouco utilizado nestas circunstâncias mas revelador da posse de um vocabulário menos básico, resgatar a criança de quê? Dos perigos, da morte, da fome, da ama? E a interrogação final é de todo inusitada. Colocar a questão da recomendação da criança à SCML de forma interrogativa revela um capital de confiança na instituição mas também insinua a lembrança de uma certeza. Apesar destes cuidados *Alfredo/Albino* morreu doze dias depois, em 12 de outubro de 1863.

Alguns bilhetes para dar maior credibilidade às intenções e também para convencer e manipular a SCML, chegam mesmo a fazer juras sobre os Evangelhos “(...) pesso seja bem tratado pois em comcequencia de se não poder criar em M^a Caza o Remeto com toda a recomendação pois juro aos santos Evanjelhos de em acabando a Criação de o tirar o que pesso a Sua Ex^a todo o esmero que tenha sobre elle Meu Filho o Seu Seu Pai Joaq.m M.el Campos Villas-Boas” ⁷⁶⁸. Frederico, assim se chamava a criança, sobreviveu à criação e apesar das juras do pai não foi procurado ⁷⁶⁹.

Há promessas que não foram cumpridas, ou porque não seriam para ser levadas a sério, ou porque a morte inadvertida da criança impediu o seu cumprimento. Maria nasceu em 22 de outubro de 1851 e nesse mesmo dia foi entregue: “(...) Esta menina he filha de pais munto illustres, Recomendaçe encarçidamente o Snr Adeministrador que tenha toda a humanidade com esse ennoçente pois o fim do anno vai-çe terar, tornaçe a Recomendar munto a sua Senhoria o Snr Ademenistrador que tenha toda a humanidade com esse ennoçente (...)” ⁷⁷⁰. Seria resgatada no final do ano mas tinha morrido antes, a 14 de Novembro. O enxoval era curto e pobre, pouco concentrâneo com a sua filiação dita ilustre.

A promessa e o futuro foram um binómio deveras problemático. Em 1812, no “(...) dia 19 do mez de Abril de 1812 foi p^a a Santa Caza da Mizericordia hu Menino q se chama Antonio Augusto e sendo Menina se chama D. Ana Fausta Peregrina. Vai batizado, não leva os Santos Oleos Leva seu nv^o inchuval de camizas novas de paninho = 6 = vestidos; e coeiros tudo novo de boas baetas: Leva o precizo p^a hum ou mais annos Este papel ficara

⁷⁶⁶ Ver Sinal n^o 740 de 1853.

⁷⁶⁷ Ver Sinal n^o 1973 de 1863.

⁷⁶⁸ Ver Sinal n^o 1559 de 1831.

⁷⁶⁹ Ver *L^o 7 de Vestir*, p. 498.

⁷⁷⁰ Ver Sinal n^o 1908 de 1851.

na santa Caza com os signaes q se demonstao p^a q.do seu Pay o for procurar la mostrar outro irmão e com os m.mos signaes conq fica; e este em tudo la combinar com este; na letra na fita nos pontos e hus recortes porq em tudo he com sorte Pedese a m.r posivel recomendação em favor desta infeliz crianca e q D.s lhe depare hua ama de boa saude e bom sangue e indole (...)”⁷⁷¹. Este enxoval abundante e novo, preparado antecipadamente, que deveria ser suficiente “p^a hum ou mais annos” coube a Antonio Augusto, que sabemos originário de Belém, mas do futuro nada sabemos. Nada foi registado no seu assento. Nem a data da morte, nem o retorno à família. Poderemos colocar a hipótese de ter sobrevivido e ter tido um percurso de vida fora do alcance e do controlo da SCML que lhe perdeu o rasto⁷⁷². Ou ter voltado à família biológica mais tarde, omitindo-se qualquer registo para manter honra e impedir qualquer estigmatização. A crer no nome pedido para o caso da criança que nascesse fosse menina (*D. Ana Fausta Peregrina*), na qualidade do enxoval, e no discurso escoreito do bilhete, estaremos perante sectores mais privilegiados da população que por razões desconhecidas, abandonaram a criança.

Ter ou não ter promessa não é a questão. Poderia não haver promessas e mesmo assim, voltar à família biológica. Uma criança nascida em 1822, entregue no mesmo dia do seu nascimento, com a promessa de se ir recuperar, tendo como suporte do escrito uma estampa de N^a Senhora da Conceição, onde foi escrito o texto seguinte da parte de trás: “Naceu este menino a 30 de Setembro não vai Baptizada deve-se chamar Maria da Conceição Sua Madrinha NS^a da Conceição ha-se de hir buscar e por isso fica outra estampa Semilhante (...)”⁷⁷³. Para além da citada estampa, a criança ainda era portadora de um laço de seda azul, hoje colado na estampa. Com tantos cuidados e sinalizações, poderia parecer que esta criança estava votada a uma passagem transitória e curta na SCML. Nada disso. A criança morreu 10 anos após a entrada em casa da ama. Seria a ama e a sua família, a família da criança? Estaria a criança inserida no seu ambiente familiar natural? Estaremos perante os casos de mulheres que entregam os filhos e posteriormente se apresentavam à instituição como amas com o objectivo de cuidarem das crianças a troco de um salário? Não sabemos.

2.1 *Hade ser recolhido*

São expressões como esta que finalizam os bilhetes quando há uma promessa de recuperação. Normalmente é a última frase, depois de se ter dado outras informações, certamente consideradas mais importantes: o nome, o batismo, o enxoval, os pedidos e por último a promessa de recuperar. Essa promessa pode assumir diversas formas e não será por acaso que constitui a parte última do bilhete. Porque se trataria de uma questão incerta, as incertezas colocam-se no final dos bilhetes como a última coisa que possivelmente irá acontecer. Lemos os bilhetes e essas frases têm um tom de despedida, de quem diz adeus a alguém que não se verá mais, que não se quer ver mais. Parece ser a frase final para, de

⁷⁷¹ Ver Sinal nº 447 de 1812.

⁷⁷² Nas actas da Administração da SCML, são frequentes as alusões às amas que se subtraem à vigilância da instituição, mudando de residência sem aviso prévio, o que era considerado um escandaloso abuso. Ver, por exemplo, *Livro de Actas da Administração da SCML* de 1853, sessão de 3 de Outubro, p. 60.

⁷⁷³ Ver Sinal nº 1249 de 1822.

algum modo, arrematar e fechar uma questão que se quer transferir para outro e da qual não se quer mais ouvir falar.

Difícilmente saberemos quem tinha intenção de ir buscar a criança. Por vezes a mãe, por vezes o pai, por vezes os pais. Raramente a família como entidade estruturante da sociedade, mas em 1841 “Pede-se que este menino se chame Alfredo, e em breve será reclamado por sua família”⁷⁷⁴. A dita família não cumpriu a promessa formulada. Alfredo morreu pouco depois de entrar na SCML.

Se alguns morreram pouco depois de entrarem na SCML, casos houve em que a morte foi uma realidade um pouco mais tardia. Mas nem assim houve cumprimento da promessa: “ha 6 de fevereiro naseu hesta menina e se entrega há 7 do dº mês sem ser bautizada e se quer q sexame hanjelica. E se hade Procurar ”⁷⁷⁵. Angelica, entrada em 7 de fevereiro de 1803, morreu três anos mais tarde na posse de uma ama sem ter tido oportunidade de voltar à família de origem. O mesmo aconteceu a Tomás de Aquino, criança para quem se pedia um tratamento caridoso, entrado em 7 de março de 1805 e que acabou por morrer também três anos mais tarde, em 10 de novembro de 1808: “(...) peso q a trate com toda a caridade q se ade tirar”⁷⁷⁶.

As palavras utilizadas se por um lado têm um valor simbólico, por outro pretendem reforçar uma mensagem que se quer que veicule uma verdade, uma certeza. No fundo, que não deixe dúvidas em quem lê. E se à força e determinação de uma palavra como *infalivelmente*, se juntar a promessa de pagamento de despesas, tudo parece querer indicar que aquela criança irá ter uma estadia curta na SCML: “Vinte e sinco de abril de mil oito sentos e seis Farão o favor de coando batizarem essa Menina porlhe o nome de Maria Joze e pedese incarecidamente fasão asento do mês, dia e hora em que itrou pois ca fica feito o mesmo pºpelo dito asento a poderem intregar pois infalivelmente ade ser procurada pedindo por ismola a mandem tratar com toda a caridade que prontamente se pagara todas as despezas que se fizerem com ella e se sabera agradeser o peso que a tiver em seu poder ainda não ista dezenfriada”⁷⁷⁷. Não sabemos o que aconteceu a *Maria Joze*. O assento de batismo não dá nenhuma indicação. Terá sobrevivido? Terá voltado à casa paterna/materna? Será difícil que tal tenha acontecido dada a boa organização dos serviços e os registos marginais que eram efectuados no assento de entrada para controlo das crianças a cargo da SCML.

Petronillo, a quem a SCML batizou com o nome de Cosme, parecia que iria ter uma passagem breve, anunciada no papel como sendo inferior a dois meses: “Lisboa 31 de Maio de 1869 às 9 horas da noute Recomenda-se mui particularmente este menino que será baptisado com o nome de Petronillo Recomenda-se mais que não seja dado a nenhuma ama de fora de Lisboa porq será reclamado por seus Paes antes de 2 mezes Será reconhecido 1º Por uma lamina do feitio de um coração e coroa com Nsenhora e uma fita azul que leva ao

⁷⁷⁴ Ver Sinal nº 1588 de 1841.

⁷⁷⁵ Ver Sinal nº 198 de 1803.

⁷⁷⁶ Ver Sinal nº 311 de 1808.

⁷⁷⁷ Ver Sinal nº 564 de 1806.

pescoço 2º Leva vestido 2 coeiros de baetilha branca sendo um novo e outro uzado uma roupinha verde com mangas carmesim touca de xita roxa com fitas de seda roxa camisa de panno patente 3º Vae embrulhado num lenço azul de 3 pontas com barra branca J. R. C. G.”⁷⁷⁸.

A criança, nascida em 31 de maio, entra na SCML no dia seguinte (1 de Junho) e morre seis depois (6 de junho) na posse de uma ama. Este bilhete coloca questões pertinentes: porquê uma necessidade de multiplicar os sinais que a criança consigo levava? Que aconteceria em dois meses que resolvesse a situação dos pais que permitisse a estes irem buscá-la? Não apresentaria a criança sinais de doença, já que a sua vida foi tão curta? Indícios para a resposta a esta pergunta podem encontrar-se no facto de a decisão de entregar a criança ter sido tomada anteriormente ao seu nascimento, porque o tempo que medeia entre o nascimento e a entrega é curto. Neste caso, nascer com ou sem problemas de saúde seria irrelevante. A decisão estava tomada e nada a poderia alterar.

3. Pedidos

Ao contrário das promessas, os pedidos são mais frequentes nos bilhetes e apresentam um leque mais alargado de questões:

- a) o nome;
- b) o batismo;
- c) as amas;
- d) a saúde;
- e) o tratamento;
- f) os padrinhos;
- g) que não se troque;
- h) pedidos diversos.

Cerca de 62,5% dos bilhetes contêm pedidos. Neste campo, rapazes e raparigas quase que se equivalem: 62,4% de pedidos para as raparigas, 62,6% para os rapazes. Não será de estranhar esta paridade porque o teor dos pedidos é de tal modo abrangente que não coloca a questão do género. Colocam-se questões de humanidade: o nome, o batismo, a saúde e o bem estar das crianças, a qualidade das amas, a qualidade do tratamento, os padrinhos e as madrinhas e pedidos originais e menos comuns.

Na sua maioria os bilhetes não se dirigem a ninguém, não há qualquer indício de uma missiva mais pessoal, dirigida a alguém em particular. Mas por vezes somos surpreendidos com nomeações reveladoras do conhecimento dos meandros da instituição,

⁷⁷⁸ Ver Sinal nº 1219 de 1869.

não hesitando em pedir à “(...) Ex.ma Meza q olhem por ella q cedo será requezitada”⁷⁷⁹. *Vossa Senhoria, Illustrissimo Senhor, Sr Deretor, V.as S.as*, são expressões comuns, ou para iniciar o texto ou para reforçar um pedido específico: “(...) pesso a V. S^a como Pai dos impostos q procure huma amma boa pois q se hade tirar (...)”⁷⁸⁰.

De qualquer modo, para além dos laivos de subserviência que estas invocações podem ter, também revelam uma escrita profissional, rotineira, quase burocrática, uma espécie de requerimento dirigido a alguém com poder em cujas mãos ficava a resolução do problema.

3.1 O nome

O nome, é, de longe, o pedido mais frequente nos bilhetes; mais de metade dos bilhetes informam qual o nome pretendido para a criança: “Hentra na Santa Caza da Mizecordia de Lisboa no dia 16 de Agosto do anno de 1870 huma Menina pede a Vossas Senorias que o seu nome Seja Carolina de Jesus ...”⁷⁸¹.

Dar um nome significa uma vinculação, ainda que ténue, com quem se abandona. Pedir um nome ou informar o nome, é atribuir uma individualidade de que quase ninguém abdica. É um pedido uniforme, que percorre todo o período sondado, quase sempre nos mesmos moldes, seja em 1790: “(...)“Esta menina Naseo a 10 de Fever de 1790 Não vai Batizada pedese q lhe ponha ho nome de ionna Roza (...)”⁷⁸² ou em 1870: “Remete-çe á Santa Caza da Mezericordia de L^a Uma Menina q nasceu hoje a 22 de Dezembro de 1870 – as 2 – oras da tarde, Vai por Baptizar e pede-çe o nome de Joaquina (...)”⁷⁸³.

Conforme se avança no século XIX é mais frequente aparecerem pedidos de nomes onde constam nomes próprios e apelidos, que de qualquer modo nunca saberemos se correspondiam ou não à família biológica.

3.2 O batismo

Apesar de batismo e nome estarem estritamente ligados, alguns bilhetes não deixam de pedir claramente que “(...) a Sta Caza a mande Baptizar, e o seu nome será Maria Joze (...)”⁷⁸⁴ ou informam a SCML que o “(...) Nome Adeser lilpoldina qondo se baltizar”⁷⁸⁵. Ou ainda utilizando um pedido mais impositivo: “Esta Menina Devese chamar Ursulla de Souza Mascarenhas q por este nome seade a seu tempo procurar nessa Santa Caza nação no dia outo de Julho pellas tres horas da tarde Deve ser Baptizada”⁷⁸⁶.

⁷⁷⁹ Ver Sinal nº 1802 de 1862.

⁷⁸⁰ Ver Sinal nº 887 de 1849.

⁷⁸¹ Ver Sinal nº 1832 de 1870.

⁷⁸² Ver Sinal nº 169 de 1790.

⁷⁸³ Ver Sinal nº 2797 de 1870.

⁷⁸⁴ Ver Sinal nº 1120 de 1817.

⁷⁸⁵ Ver Sinal nº 617 de 1820.

⁷⁸⁶ Ver Sinal nº 978 de 1820.

Assim, o pedido de claro de batismo - “(...) e se pede seja baptizada com o nome de Maria Telles Ferraz Tinoco e Menezes (...)”⁷⁸⁷ - ocorre em cerca de 3% dos bilhetes analisados. Contudo, juntos, pedido de nome e de batismo, constituem de longe os mais frequentes e os que mereciam maior preocupação por parte de quem abandonava.

3.3 As amas

Cientes que as amas tinham um papel fundamental na sobrevivência das crianças, muitos abandonadores fazem pedidos específicos quanto à qualidade das mesmas: “(...) Rogo pello amor de Deos, à bondade do Ill.mo Sr Ademenistrador, a particular graça e esmolla de a mandar entregar a huma Só Ama e de Caridade, afim de lhe poder pelicar hum melhor tratamento, e por este modo, porlongar a sua ezestencia, da qual por cerconstancias não me hé pocivel continuar os cuidados (...)”⁷⁸⁸. Convictos que a sorte da criança dependia destas qualidades e que as mesmas seriam difíceis de encontrar, em 1843 coloca-se a questão ao nível da sorte: “(...) Com os ditos Signaes estimarei que Antonio Aserte com boa Ama (...)”⁷⁸⁹.

Os pedidos em relação às amas podem dividir-se em dois grandes grupos, a sua origem geográfica e as suas qualidades.

No que toca à origem geográfica, esta depende de diversos factores: se para alguns abandonadores era importante que as crianças ficassem em Lisboa ou perto de Lisboa (certamente crianças oriundas da capital a quem os pais queriam seguir a evolução da criação), outros pedem amas de fora de Lisboa ou mesmo da região de Alcobça/Leiria, dada a má fama que as amas da capital tinham. Chega-se mesmo a pedir uma ama saloia. Quanto às suas qualidades, as amas deveriam ser asseadas, limpas, capazes, carinhosas, com bom leite, sadias, boas e não amamentarem outra criança. Este pedido de exclusividade, dever-se-á prender com o conhecimento de amas que simultaneamente amamentavam várias.

A permanência ou não na SCML constitui um pedido ambivalente: se se pede que a SCML crie a criança e que dela não saia ou não vá para muito longe, já outros pedem que não se demore na SCML, talvez alguém mais informado sobre as consequências que as grandes aglomerações tinham na propagação de doenças.

As amas, tanto estão referenciadas nos pedidos, como nas promessas. No fundo o que se pretendia eram amas que “(...) obrem bem q se protesta tirar breve e pagaçe tudo (...)”⁷⁹⁰.

Em 1812 há um bilhete curioso. Pedir uma ama de boa saúde não representa qualquer novidade. Amas saudáveis e de boa índole seriam qualidades que todas as amas deveriam ter para cumprirem a sua tarefa: cuidar da criança a seu cargo e zelar pela sua sobrevivência. Contudo nessa altura ainda se colocaria a questão judaica aparentemente já

⁷⁸⁷ Ver Sinal nº 107 de 1792.

⁷⁸⁸ Ver Sinal nº 2050 de 1842.

⁷⁸⁹ Ver Sinal nº 369 de 1843.

⁷⁹⁰ Ver Sinal nº 1003 de 1810.

resolvida na época pombalina? Normalmente ter bom sangue está relacionado com a condição de cristão ou neste caso o bom sangue está relacionado unicamente com a saúde e a ausência de doenças por parte da ama: “(...) Pedese a m.r posivel recommendação em favor desta infeliz criança e q D.s lhe depare hua ama de boa saude e bom sangue e indole (...)”⁷⁹¹. Se o que esteve implícito neste bilhete era uma questão religiosa, podemos ainda ver no início do século XIX uma tensão entre as duas comunidades religiosas que era supunhosto já estar ultrapassada. No entanto, o *bom sangue* pode unicamente referir-se à qualidade do leite porque se acreditaria na relação entre um bom sangue, sinónimo de boa saúde, e a qualidade do leite materno.

3.4 O tratamento

Se o pedido de nome é o mais frequente, embora este tenha associado o pedido de batismo, este, apesar de ser objecto de pedidos explícitos, não apresenta um volume tão significativo como os que dizem respeito ao modo como pretendem que a criança seja tratada.

Os pedidos de atenção e cuidado para com a criança representam mais do dobro dos pedidos explícitos de batismo (mais de 7%) e podem apresentar múltiplas formulações.

Um número significativo de bilhetes pede o *bom tratamanto* da criança. Certamente uma formulação genérica, padronizada com o significado das frases banais. Neste campo é a expressão mais utilizada. Mas o pedido de um *bom tratamento* para a criança não se esgota nesta formulação: os pedidos de tratamento com carinho, com caridade, com cautela, com zelo, com compaixão, com piedade ou mesmo com amor não são raros. Mas pode simplesmente pedir-se *boa criação*. Também é recorrente a preocupação com a criação misturando emoções com uma dose de apelo à caridade cristã de *tenham dó, toda a piedade e toda a merce* bem como um pedido vago de que encontre alguém que *o estime*. Todas as formas de pedido de tratamento podem remeter para um *muito recomendado*. E para demonstrar que a SCML e o abandonante partilham dos mesmos valores cristãos, pede-se um bom tratamento por *humanidade e religião* e, inclusivamente, pede-se “(...) por caridade CE Compadecção dela porque cehade tirar o mais brebe que poder ser”⁷⁹².

Um pai enviou a filha “(...) para q V.as Sr.as tomem conta dela, pello tempo da Criasan porq.e ma tratem com toda dellicadesa (...)”⁷⁹³. No entanto, todas estas precauções não tiveram resultados práticos na sobrevivência das crianças.

Não são raros os pedidos que invocam o amor como componente fundamental para o bom tratamento das crianças: “(...) q seja tratado com amor e caridade (...)”⁷⁹⁴ ou um pedido que põe sobre a SCML uma responsabilidade que lhe pode escapar: “(...) Rogo a Vª q mande tratar com algum amor”⁷⁹⁵.

⁷⁹¹ Ver Sinal nº 447 de 1812.

⁷⁹² Ver Sinal nº 782 de 1818.

⁷⁹³ Ver Sinal nº 289 de 1854.

⁷⁹⁴ Ver Sinal nº 1107 de 1797.

⁷⁹⁵ Ver Sinal nº 123 de 1848.

O *bom tratamento* coexiste com pedidos de *vigilância e proteção*: “Implora-se protecção p^a esta Menina uma circunstancia obriga a este passo (...)”⁷⁹⁶, de modo a tornar a sobrevivência possível pois quando se faz este tipo de pedido, invariavelmente termina-se com a promessa explícita de recuperar a criança mesmo sem apontar para um tempo certo: “(...) Pedese ao Snr P. Sacartario toda a vigilancia com a criasão deste menino e se puder ser criado na Caza melhor e podese criar sem escupulo algu e a seu tempo sehade hir buscar”⁷⁹⁷, ou apontando para uma brevidade que não foi cumprida: “(...) peso q se interecem com a devida atenaão q he perciza p^a ser intyregue a Seos pais logo q Estejaão no cazo de o poder tirar o q Esperaão ser com mta brevidade (...)”⁷⁹⁸.

Os pedidos de bom tratamento e de cuidado podem surgir através de um apelo para que o outro, neste caso a SCML, se colocasse no lugar de quem abandona e tratasse da criança como se ela fosse sua: “Ill.mo e Ex.mo Senhor Rogo a V. S.^a os Pais deste Menino que vai Batizado e se chama Reinaldo Augusto a V. S.^a que tenha todo o cuído como foçe seu verdadeiro, porq a seu tem hade ser Porcurado e leva p^a seu sinal hum sinto de cor azul riscado de Branco de seda Leva cozido no dito cinto hum Samcelimão de Prata duas relicas da m.ma Prata mas hum não tem nada e hum figa de taruga e o fato çaca de algudão Lisboa 14 de 7bro de 1819”⁷⁹⁹. Atente-se na formalidade do bilhete, o dirigir-se a alguém em especial, a quem se pede um tratamento privilegiado para a criança não deixando de descrever os objectos de que seria portadora como sendo caros, feitos em materiais que não estavam ao alcance da maioria da população: prata e tartaruga. Mas ao mesmo tempo que informa que a criança já está batizada, isto é, que já foi sujeita a um dos rituais mais importantes da Igreja Católica, enumera objectos associados a práticas pagãs (figas e sino de salomão) a conviverem com duas relíquias de prata. Registe-se o contraste entre estes sinais exteriores de riqueza e a exiguidade da roupa: “fato çaca de algudão”. Tudo em vão. A criança morreu dois meses após a sua entrada na SCML.

3.5 A saúde

A saúde, o bem estar da criança e os avanços da medicina estão entre os pedidos formulados nos bilhetes: “(...) e tambem juntamente rogo outro obzequio a Vex^a, quando bem convier, que seja baçinado, das bexigas (...)”⁸⁰⁰, ou que tomem medidas dados os problemas de saúde que a criança é portadora: “(...) Este menino está quebrado, vai com elle um chumacinho ja feito, e fará favor de o mandar ligar (...)”⁸⁰¹.

⁷⁹⁶ Ver Sinal nº 1117 de 1858.

⁷⁹⁷ Ver Sinal nº 879 de 1795.

⁷⁹⁸ Ver Sinal nº 1785 de 1856. Nascida a 31 de Agosto de 1856 e entrada nesse mesmo dia, morreu 5 anos depois, em 8 de março de 1861, em casa da ama que a criava. Ver *Livro de Entrada e Baptismo dos Expostos*, nº 136, assento nº 1785.

⁷⁹⁹ Ver Sinal nº 1214 de 1819.

⁸⁰⁰ Ver Sinal nº 1885 de 1839.

⁸⁰¹ Ver Sinal nº 1255 de 1866.

Pedidos para cortar o freio ou destravar a língua “(...) e tenha particular cuidº com lhe destravar a Língua”⁸⁰² são comuns e entroncam numa lógica popular de se acreditar que a criança não falaria ou falaria mal se não se procedesse ao corte do músculo debaixo da língua. Esta preocupação é comum a todo o período em análise, de tal modo que mesmo que a criança já levasse o freio cortado, mesmo assim pedia-se “(...) o obezequio de ver se o freio vai bem cortado”⁸⁰³.

Conhecedores que uma alimentação abundante seria fundamental para a saúde e a sobrevivência da criança, há uma mãe que pede “(...) q se lhe de de mamar mais hoito mezes (...)”⁸⁰⁴. Neste caso pretende-se estender o período de aleitação até ao ano, mas noutros casos, o pedido é mais simples: “(...) Peso aos Senhores que batizen Este menino i que lhe deem Alimeto (...)”⁸⁰⁵.

Mesmo nascidas com deformidades, há o cuidado de pedir que “(...) por carid.e hajão de lhe porem humas talas nos pés pelo jeito com q nasceo (...)”⁸⁰⁶.

3.6 As madrinhas e os padrinhos

O pedido do padrinho e da madrinha não é frequente. Mais vulgar nos primeiros decénios do século XIX, é um pedido que quase desaparece após 1840 ou pelo menos torna-se mais esparsa. Contudo, o pedido da madrinha é mais numeroso. Na generalidade ligado a uma N^a Senhora (do Carmo, do Rosário, da Conceição, da Rocha) como que invocando a divina maternidade para a protecção de quem se abandona: Nossa Senhora Mãe-Protectora-Benfeitora-Misericordiosa a quem se recomenda a criança na esperança de uma vida feliz e longa. É possível que uma progressiva descristianização da sociedade tenha tornado esta questão menos premente. E se os padrinhos, nas crianças criadas no seio familiar tinham um papel fulcral, quer para o estabelecimento de alianças (externas ao círculo familiar), quer para manter a coesão do grupo (padrinhos que saem da família de ambos os progenitores para gerar consensos familiares e transmissão de um linhagem através de nomes próprios e apelidos), nas crianças abandonadas estas questões não se colocavam.

O padrinho, porque pouco solicitado, era alguém da SCML relacionado com a criação dos expostos (o mordomo, o secretário, o sacristão). Mas há excepções. Em 1791 entrou uma criança para quem foram pedidos padrinhos fora da esfera religiosa, nomes sonantes com tratamento de “dom” com a promessa de ser procurada e com três tipos de sinal: um bilhete escrito, uma informação que no futuro se tornará num sinal oral e um cinto com um Agnus Dei (este último desaparecido) “(...) A madr^a seja Snr^a Biscondeça de Ponte de Lima e Padrº o Sr D. Fernando de Lima, e a seu tempo seháde tirar, e pagar a criação p não haver agora possibilidades hé q se recorre a Pe desta Sta Caza da

⁸⁰² Ver Sinal nº 723 de 1802.

⁸⁰³ Ver Sinal nº 276 de 1849.

⁸⁰⁴ Ver Sinal nº 418 de 1827.

⁸⁰⁵ Ver Sinal nº 993 de 1853.

⁸⁰⁶ Ver Sinal nº 981 de 1801.

Mizericórdia A senha hé p^a todo o tempo se tirar hé Coração de Jezus (...)” Para além disto, a criança também trazia “(...) Hum sinto q pr Signal leva hum Agnus Dei (...)”⁸⁰⁷. Talvez um caso para impressionar a SCML, levando-a crer num relacionamento com esferas sociais elevadas, neste caso a nobreza.

Há pois mais pedidos de madrinhas do que padrinhos. O pedido de madrinhas é seis vezes maior do que o pedido de padrinhos (63 madrinhas contra 10 padrinhos). Como explicar este número? As madrinhas seriam mais nomeadas pois a presença de figuras femininas seriam mais importantes e fundamentais na sobrevivência das crianças nos primeiros tempos de vida. Seria colocar sob o manto de N^a Senhora-mãe protectora-dos mais-frágeis-e-necessitados o destino da criança.

Serem pedidos padrinhos, ambos da esfera do sagrado, não é comum mas há razões que o explicam, por vezes promessas feitas “(...) vai para a Santa Caza dos inpostos q se chamara Joze antonio e santo Antonio sera seu padrinho e santa maria magdalena sera sua madrinha q foi prumesa (...)”⁸⁰⁸. Mas o nome do padrinho também pode servir, suplementarmente, como a senha para a recuperação futura: “(...) seja padrinho A Mendo p^a que em todo o tempo se posa porcurar (...)”⁸⁰⁹.

O pedido de padrinho também pode ser visto como um modo indirecto de impressionar e pressionar a SCML, ou pela posição profissional do mesmo “(...) e que seja padrinho oficial da Contadoria Caetano Pedro da S^a (...)”⁸¹⁰, ou por implicar no acto o padre responsável pelo batismo: “(...) Desejarão o Pai e Mai q padrinhos desta Menina focem N. S. da Piedade Madrinha, e Padrinho o R.mo Sr P.e Çalles (...)”⁸¹¹, o que também revela o conhecimento de quem realizava os batismos na SCML. Num outro caso: “(...) pesço por favor q madrinha seja Noça Senhora Das Doures e por Padrinho o Senhor abade castro”⁸¹².

Alguns não hesitam em colocar-se numa atitude de subserviência, mas ao mesmo tempo fazem sentir que conhecem os meandros da instituição e quem nela é responsável por este sector: “(...) e muito honra receberia de VEx^a lhe quisesse fazer a esmola de ser o Padrinho de Baptismo d’uma Menina que só pode ser feliz com a protecção das pessoas boas e de charidade. O supp.e desde seja – em agradecimento de todos os benefícios, as sagradas Mãos de VEx^a de quem espera R M.ce Fazia-se todo o gosto que a Menina recebesse no baptismo o nome de Joanna Emilia”⁸¹³. Demitir-se de indicar nomes e deixar o caso nas mãos da instituição não é habitual. Mas há quem o faça em relação aos padrinhos: “(...) madrinha N. Senhora padrinho quem quizerem ponhãolhe o nome de Manoel”⁸¹⁴.

⁸⁰⁷ Ver Sinal nº 1017 de 1791. Foi uma criança entregue na SCML duas horas e meia após o nascimento e apesar de todos estes cuidados, morreu no ano seguinte na SCML, em 5 de Agosto de 1792.

⁸⁰⁸ Ver Sinal nº 592 de 1790.

⁸⁰⁹ Ver Sinal nº 706 de 1802.

⁸¹⁰ Ver Sinal nº 1225 de 1813.

⁸¹¹ Ver Sinal nº 1351 de 1853.

⁸¹² Ver Sinal nº 1245 de 1868.

⁸¹³ Ver Sinal nº 920 de 1854.

⁸¹⁴ Ver Sinal nº 117 de 1856.

3.7 *Que não se troque*

Uma das maiores preocupações que os pedidos revelam, é que fossem tomadas medidas para evitar que as crianças fossem trocadas quando voltassem para a família. Para além dos laços familiares e afectivos que pudessem estar por detrás de tais preocupações, haveria uma outra preocupação que pretendia evitar futuras situações aberrantes como o incesto, ou eventualmente criar, ainda que de modo involuntário, condições para que este fosse possível. Neste caso todas as hipóteses seriam possíveis: crianças que sobreviviam à “Roda” que poderiam casar com os próprios irmãos ou com familiares próximos. Por isso, todas as medidas que pudessem contribuir para evitar tais males, eram consideradas fundamentais⁸¹⁵.

Aparentemente a única preocupação que parece transparecer com o pedido para que não houvesse troca de crianças, seria a vontade de ter o próprio filho de volta e não um outro. No entanto, como já vimos, a questão do incesto é uma questão que permanesse muito viva na sociedade portuguesa de oitocentos, sendo tema de romances célebres, nomeadamente de Eça de Queiroz⁸¹⁶.

As expressões utilizadas são variadas: *p^a que senão troque*, *p^a que em tempo nenhum se confunda*, *q não haja equivocação depois*, *p^a atempo nenhum haver duvida*, e *aja huma vigilancia exata p o fim de senão trocar*. Outros são mais explícitos: “roga-se toda a cautela, não só no seu tratamento como p^a que não haja troca com outra q possa ter o m.mo nome, pois a seu tempo se hade hir buscar”⁸¹⁷ ou um pedido em tom de aviso às amas “Tenhão cuidado as amas o não troquem”⁸¹⁸.

Os sinais das crianças funcionariam como garante para que semelhante situação não pudesse acontecer. Inclusivamente, utiliza-se a múltipla sinalização como um reforço da segurança afim de evitar problemas futuros: “Remeto a essa Santa Caza dos espostos esta Menina e pesso lhe ponhão por nome Maria Barbara leva por sinal huma fita gordelem cor de cana e p^a mais sigurança leva no braço esquerdo huma fita cor de roza desvanecida (...)”⁸¹⁹

É curioso verificar, que embora seja um pedido que percorre praticamente todo o período sondado, há uma nítida concentração desse tipo de pedido na década de 90 do século XVIII. O que pode explicar este abrandamento? Terá significado? A novidade da criação das Rodas e o seu deficiente funcionamento, provocaria desconfianças em quem abandonava?

⁸¹⁵ Ainda hoje, as crianças que são legalmente adoptadas têm um registo duplo, o da família biológica e o da nova família. Evidentemente que o que passa a constar em todo o percurso identitário da criança, é o da nova família. Mas o outro continua a existir, para consulta, em caso de necessidade. Ontem como hoje, o problema do incesto é uma fronteira que a moral, a religião, os costumes e a ética não permite que seja ultrapassada.

⁸¹⁶ Ver, por exemplo, *A tragédia da Rua das Flores* ou *Os Maias*.

⁸¹⁷ Ver Sinal nº 144 de 1824.

⁸¹⁸ Ver Sinal nº 1843 de 1841.

⁸¹⁹ Ver Sinal nº 480 de 1811.

3.8 Pedidos diversos

As medidas para evitar a troca de crianças originaram pedidos para manter o apelido, fazer um assento completo, e guardar a roupa respectiva. Transfere-se a responsabilidade da criação da criança para a SCML, exigindo que a não percam de vista, que exerçam vigilância e tomem conta dela. Certamente no quadro de uma rede de cumplicidades no interior da instituição, pede-se que a SCML escreva ao pai para o informar onde se encontra a criança: “(...) O pai desta criança pede que logo que a ma tome conta Del logo hescriba huma carta o mande detar no coreo p^a heste nome Antonio Esteves dos santos adonde para a dita creanca i que podendo ser lhe ponhão o mesmo nome p^a assim o dito pai a poder saber della pois o pai He soltero embarcadiso (...)”⁸²⁰. E este pedido, parecendo raro e estranho, não é único. Algumas vezes exige-se que a SCML informe a morada da ama da criança de modo a facilitar uma posterior recuperação

Há pedidos que revelam uma esperança no futuro da criança que a maior parte das vezes não se concretizou: ser ensinado na religião, ou que venha a ter uma boa educação. Em ambos os casos, supõe-se que a criança sobreviva. Mas recomendar que não deixem aquela menina “(...) casar com homem ordinario...”⁸²¹, é quase pedir o impossível se se tiverem em conta as altas taxas de mortalidade.

Os pedidos à SCML tinham uma contrapartida por parte de quem abandonava que ficava “rogando a Ds pela vida e saude deta Rial Caza (...)”⁸²² ou mesmo prognosticando que “(...) por todo o bem q posa fazerlhe Deos lhe dará opago asim como saúde e mil venturas para Amparo de todos os inoçentes”⁸²³ quando se dirigiam pessoalmente a alguém dentro da SCML, fosse o padre secretário, fosse à ilustríssima Mesa ou ao mais simples “Ex.mo Sr”. De qualquer modo, tratar com consideração a SCML foi sempre uma estratégia utilizada, certamente para cair nas boas graças da instituição e esperar um melhor tratamento e diferenciação daquela criança. Aos apelos à caridade cristã, juntam-se os desejos de uma longa vida, “Lhe dê Deus muitos anos” mas também desejos de prosperidade e “(...) Pedeçe AVEx^a o mande tratar bem e emtertanto se fica pedindo aDs pela vida de Vex^a eaumento desta S.^a Caza (...)”⁸²⁴.

Há pedidos que transcendem as possibilidades terrenas remetendo para o divino um pedido directo: “(...) Deos a faça feliz”⁸²⁵.

Sem pedidos concretos e directos, há outros que invocam desejos e esperanças no futuro: “Melchiades Aurelio Valerio Maxemio, nasção no dia 13 de 7brº de 1827. Foi baptizado no dia 15 do m.mo Mez, e anno. Talves algum dia vaê p^a este desgraçado, um outro mais benigno (...)”⁸²⁶.

⁸²⁰ Ver Sinal nº 831 de 1832.

⁸²¹ Ver Sinal nº 1565 de 1833.

⁸²² Ver Sinal nº 1360 de 1808.

⁸²³ Ver Sinal nº 1267 de 1843.

⁸²⁴ Ver Sinal nº 819 de 1792.

⁸²⁵ Ver Sinal nº 625 de 1868.

⁸²⁶ Ver Sinal nº 1339 de 1827.

Mas as preocupações e os pedidos não diziam respeito somente aos vivos. Também as crianças que entraram já mortas foram objecto de pedidos específicos e algumas delas eram portadoras de bilhete. Segundo Victor Ribeiro “(...) entraram nos annos de 1863 a 1869 nada menos de 87 cadaveres de creanças, provenientes talvez de crimes que ficaram impunes (...)”⁸²⁷. Por isso encontramos pedidos de enterro para crianças mortas como foi o caso de um menino entrado às 18 horas, já morto, para quem foi elaborado um bilhete que dizia: “este menino naseo no dia 8 Frevereiro as oito horas çamache Ricardo agusto pesso que enterre como filho da Caza”⁸²⁸.

O modo de pedir tem numerosas variantes conforme o interesse pela criança, a relação com os serviços da SCML, quem escrevia e o tipo de linguagem utilizado. Se para uns “(...) se lhepora onome Thome (...)”⁸²⁹ é considerado suficiente para ver cumpridos os seus pedidos, outros há que denotam maior envolvimento e empenho, normalmente quando se tratam de bilhetes escritos pelas mães: “Impeloro Jose dos Santos por não ter meios sebestantes de não u puder Criar foi Baptizado na freguezia de S. Jose 17 de dezenbro de 1870 Mai Maria deunizia”⁸³⁰. Entre estas duas formulações separadas por 80 anos, há muitas variações.

Entre “(...) querem q se lhe chame Tomas Luiz (...)”⁸³¹ e “(...) pede-se o favor de lhe por o nome de Caetano Miranda Ferreira Martniz (...)”⁸³², há pedidos formulados das mais variadas formas. No entanto, a formulação mais comum continua a ser o pedido, colocando-se quem abandona numa atitude de subserviência de modo a concitar a melhor boa vontade para com quem se vai abandonar.

Entre os pedidos mais curiosos encontram-se aqueles que pedem informações futuras sobre a criança ou melhor, que sejam enviadas ao abandonante informações sobre o paradeiro da criança: “queira fazer merce e esmola pelo mor Deos deve saber hesa minina Naceo quinta feira Santa não vai batizada fasa merce de me dar hum sinal podendo ler”⁸³³. Aqui estamos perante um pedido para eventualmente seguir o percurso da criança.

Quanto mais original for o sinal e o seu texto, pensar-se-ia que originaria maior atenção e cuidado por parte da SCML. Só assim se explica que um bilhete começasse por um número que por sua vez faria parte de um outro com mais algarismos: “470 Esta menina Naseu em 13 de Stbro e por cerconstancias he Esposta, ate q mudem o estado dos Paes, e Roga a autorid.e Competente q logo q apareça a marjem cortada deste papel q he o verdadeiro Signal com o N° igual (...)”⁸³⁴. Neste caso é também clara a intenção de os pais casarem para mudarem o seu estado civil.

⁸²⁷ Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericordia ...*, p. 151.

⁸²⁸ Ver Sinal nº 297 de 1858.

⁸²⁹ Ver Sinal nº 37 de 1790.

⁸³⁰ Ver Sinal nº 2767 de 1870.

⁸³¹ Ver Sinal nº 222 de 1790.

⁸³² Ver Sinal nº 1776 de 1870. Apesar deste nome composto de vários apelidos, a criança foi batizada com o nome de *Gemeniano*.

⁸³³ Ver Sinal nº 816 de 1810.

⁸³⁴ Ver Sinal nº 1202 de 1834.

Os pedidos para que a SCML se encarregasse de enterrar as crianças, livrando os familiares desse encargo, fazem-se de forma mais subtil como se não se quisesse admitir que a criança já era entregue morta. Raramente os bilhetes declaram objectivamente que a criança está morta, mas essa informação consta do seu assento. Poder-se-á argumentar que no momento em que o bilhete foi escrito a criança estava viva ou que a morte ocorreu durante o percurso até à SCML, mas temos dúvidas, porque há pedidos que deixam entender que a morte era do conhecimento de quem abandonava e essa era a razão porque abandonava. Uma criança que “(...) nasceo fora de tempo e por isso foi batizada, logo que nasceo, por pessoa inteligente”⁸³⁵, entrada morta na SCML, batizada imediatamente ao nascimento pelas razões que o bilhete explícita (prematuridade), nem teve direito a nome. Ficou assente como *Menino Morto* sem direito a nome ou a qualquer identificação.

Os cenários descritos nos bilhetes, verdadeiros ou ficcionados, são por vezes tão terríveis, congregando simultaneamente a pobreza, a falta de leite e de alimentos, a doença, a existência de mais crianças para alimentar, mas curiosamente ainda há o discernimento para fazer um pedido que é simultaneamente um aviso de não assumir quaisquer responsabilidades financeiras futuras: “Este menino chamase Antonio dizederio Filho de pais mto pobres e cazados aqual amai seacha sem pinga de leite para opoder criar porq lhe sobreveio huma molestia sobre parto e com mais quatro criansas todas de menor idade. Eporserem tão pobres epasarem tantas nesesidades e sem meios nenhuns p^a opoderem mandar criar pedem aSanta caza p^a o criar eainda mais pedem pelo santissimo sacramento q vai p^a maior sinal q se crie namesma santa caza ep^a q atodo otempo q sefor procurar ointregarem sem pagar nada e ficão rogando adeos porqm o criar commta caridade”⁸³⁶.

4. As formas de nomear as crianças

Os códigos de etiqueta que proliferaram no século XIX constituem um manancial de convenções sociais que tendem a definir a auto-imagem dos grupos, bem como criar uma linguagem que lhes é exclusiva e que pretendem impor como diferenciação em relação aos outros grupos sociais. O modo como nos auto-referenciamos ou referenciamos os outros são sinais claros de como nos entendemos ou entendemos os outros e sobretudo da importância que lhes damos.

Não será por acaso que 83,3% das crianças abandonadas são tratadas por um carinhoso “menino” ou “menina”⁸³⁷ e esta forma de tratamento percorre de forma uniforme todo o período estudado. Por vezes não existe uma forma de tratamento específica, sendo a criança nomeada pelo seu próprio nome. Depois destes tratamentos surge um mais prosaico “criança” e só depois “exposto” ou “exposta”. Nunca “enjeitado” embora “roda dos enjeitados” seja uma expressão utilizada.

Poderia pensar-se que a utilização destes termos implicasse um afastamento e um menor interesse e frieza para com a criança. No caso de uma criança entregue em 1801, o

⁸³⁵ Ver Sinal nº 1498 de 1804.

⁸³⁶ Ver Sinal nº 679 de 1800.

⁸³⁷ Ver Sinal nº 57 de 1790.

facto de ser referenciada pela sua condição, não implica, pelo menos teoricamente, desinteresse ou despreocupação: “Os pais desta Exposta a quem acompanha esta carta Rogatoria, suplicação aos Senhores a cujo cargo estão a criação e conservação das vidas destes desemparrados, queirão recebela de baixo da sua protecção, e cuid.º athe q circumst.as mais favoraveis permittão elle seja restituída aos m.mos p^a lhe darem a educação adequada ao seu illustre nascim.to. E p^a se conseguir este fim rogão q enserindose esta carta no termo ou assento do dia da expozição, nelle se declare q referida exposta nasceo a treze de Maio do Prez.te Anno de 1801. Dia da SNR^a dos Martires e p.r esta razão dezejão e pedem q na Pia Baptismal, pois q ainda não está baptizada Se lhe ponha o nome de Maria dos Martires e que a sua criação seja entregue a Ama residente nesta Corte, ou seu termo p^a por meios occultos e decentes aliviarem os d.os seus Pais aliviarem a justa saudade Leva hum pobre enxuval de seis camizinhas de Bertanha, quatro coeiros brancos, dois de baeta verde e hua saia da m.ma Baeta, e na Cintura hua fita branca com laivos verdes, e encarnados e orêllos azues e nos braços humas fitas encarnadas. Vai para ser exposta no dia 18 do citado mêz de Maio, esta he feita no Dia antecedentado d.º mez e Anno de 1801 e deve ser entregue onde directamente pertença na Sancta Caza da Misericordia da Corte e Cid.e de Lx^a”⁸³⁸. Este texto indicia, ou quer indiciar, um nascimento de uma criança ilegítima em meio privilegiado, que o enxoval não confirma, mas está escrito com uma cadência burocrática de quem faz um requerimento, que aliás se auto intitula de “carta Rogatoria”.

A utilização de *rapaz* ou *rapariga* é rara, mas as palavras *infeliz*: “No dia 21 do Mez de Maio de 1847 nasceo a infeliz que hoje 15 de Junho do mesmo anno se expõe (...)”⁸³⁹ ou *desgraçado*, usadas de forma isolada ou a acompanhar um *inocente* ou uma *victima*, aparecem com alguma regularidade.

Mas se o *menino* ou *menina* já são formas menos neutras de nomear a criança, quando o bilhete é escrito por um pai ou por uma mãe, expressam-se affectos com nitidez: “querido filho” ou “terno filho”: “João Joze Rebello e D. Maria do Socorro e Neves Guerra Mil-Homens Rebello, ligitimam.te dispozados, expõem ao cuidado da Sta Caza da Misericordia de Lisboa a Henrique Julio do Socorro e Rebello Exposto, filho legitimo destes inconcolaveis Consortes, que por se verem ja sem recursos alguns p^a se alimentarem e a seu querido filho são obrigados a darem este passo para não sintirem a desventura de o verem em sua comp^a morrer de fome (...)”⁸⁴⁰. Neste outro, uma mãe pede à SCML que lhe crie temporariamente a criança porque “(...) Como vejo com 5 Filhos ao Redor de Mim e não tenho gota de Leite nem Meios p^a o poder mandar criar hé rezam por q thomei a Rezuluçam de o mandar p^a a Sta Caza. Eu fico mas a minha Alma o meu coração vai com o meu terno Filho (...)”⁸⁴¹. Na generalidade os bilhetes não são dirigidos a ninguém (certamente porque não se considerou necessário), iniciando o texto sem mais delongas, sem qualquer formalismo, dispensando-o de modo deliberado ou porque o considerassem desnecessário, ou devido à pressa ou por ignorância. Mas por vezes o bilhete pode ser

⁸³⁸ Ver Sinal nº 660 de 1801.

⁸³⁹ Ver Sinal nº 1263 de 1847.

⁸⁴⁰ Ver Sinal nº 1306 de 1840.

⁸⁴¹ Ver Sinal nº 1650 de 1841.

dirigido a quem se abandona, ou mesmo é o próprio abandonado que “escreve”, senão o texto completo, pelo menos intercala algumas frases da sua “autoria”. No primeiro caso: “Alvaro vas ser abandonado a alheios cuidado Se Ds proteger teus Paes um dia veras p^a Caza (...)”⁸⁴². *Alvaro*, que foi baptizado com um sonoro Olau, não regressou a casa porque morreu em Agosto do mesmo ano. No segundo caso “Entra para a Casa em 30 de Maio de 1854.- Se a Providencia quizer não heide estar n’ella muito tempo!(...)”⁸⁴³.

Percebe-se através destas formas de tratamento quando os bilhetes são escritos por alguém próximo: “(...) Roga a VExça todo o favor em olhar por caridade p^a este Anjinho – como titor i Pai (...)”⁸⁴⁴ ou quando o bilhete foi elaborado por outras pessoas sem qualquer ligação afectiva à criança: “Nasceu este pobre pequeno, um quarto depois da meia noute (...)”⁸⁴⁵ e quando elaboram textos muito próximo de uma linguagem burocrática: “Entra para a Santa Caza da Misericordia de Lisboa um individuo do sexo feminino (...)”⁸⁴⁶. Nenhum pai ou mãe se referiria ao seu próprio filho deste modo.

5. A idade à entrada

Apesar de ser impossível saber a data do nascimento de muitas crianças, e determinar com precisão a idade à entrada na instituição (cerca de 30%), para outras é possível fazê-lo. Foi possível determinar a idade de entrada cruzando a data de nascimento expressa no bilhete com os registos de entrada: “Na era Do Nasimento deNoso Senhor JeZus christo de 1790 os 5 dias domes de janeiro seentregou na Roda do Sto Espital huma minina chamada Maria nasida em 13 de outubro de 1789 (...)”⁸⁴⁷. Ou mesmo não sendo possível fazer esse cálculo, é possível saber a idade porque esta vinha expressa no bilhete: “(...) Se pos na Santa Caza da Misericordia huma Menina que se chama Anna Sempre Antunes já bautizada e tem de Edade tres Annos (...)”⁸⁴⁸. Tal como apontam a maioria dos estudos sobre o assunto, mais de metade das crianças que entraram na SCML, fizeram-no na primeira semana de vida. Cerca de metade foi abandonada no próprio dia do nascimento ou no dia seguinte (47,5%):

⁸⁴² Ver Sinal nº 1306 de 1867.

⁸⁴³ Ver Sinal nº 1039 de 1854.

⁸⁴⁴ Ver Sinal nº 449 de 1838.

⁸⁴⁵ Ver Sinal nº 1375 de 1853.

⁸⁴⁶ Ver Sinal nº 2384 de 1869.

⁸⁴⁷ Ver Sinal nº 18 de 1790.

⁸⁴⁸ Ver Sinal nº 454 de 1790.

Quadro 14

Idade à Entrada

	Rapazes	Raparigas	Total	%
No dia do nascimento	1141	1034	2175	28,6
1 dia	775	666	1441	18,9
2 dias	174	191	365	4,8
3 dias	62	54	116	1,5
4 dias	45	42	87	1,1
5 dias	27	24	51	0,7
6 dias	40	32	72	0,9
7 dias	43	48	91	1,2
8 -30 dias	233	213	446	5,9
1 mês	70	45	115	1,5
2 meses	34	36	70	0,9
3 meses	36	34	69	0,9
4 meses	22	17	39	0,5
5 meses	13	6	19	0,2
6 meses	11	12	23	0,3
7 meses	10	3	13	0,2
8 meses	5	5	10	0,1
9 meses	3	2	5	0,06
10 meses	4	2	6	0,07
11 meses	5	5	10	0,1
1-2 anos	24	17	41	0,5
2 anos	18	6	24	0,3
3 anos	5	6	11	0,1
4 anos	4	1	5	0,06
5 anos	1	2	3	0,03
6 anos	1	1	2	0,02
7 anos	2	2	4	0,05
8 anos	2	0	2	0,02
Desconhecido	1187	1107	2294	30,1
Total	3997	3613	7610	100

(Quadro elaborado com base nos dados recolhidos pela autora)

Em relação a este quadro devemos esclarecer que para aquelas crianças sobre as quais é impossível saber a idade à entrada (porque esta não constava nos bilhetes que traziam nem informavam a data de nascimento), tratar-se-ia na sua maioria recém-nascidas, com poucos dias de vida, como informa o assento elaborado pelo secretário da SCML. Por isso, estamos em crer que as percentagens referentes às crianças que foram

entregues no dia do seu nascimento ou nos dias subsequentes, serão muito superiores às apresentadas.

A maioria das entradas dá-se até ao primeiro mês de vida. A partir daí as crianças entradas com mais idade, apresentam números pouco significativos.

Das crianças que entraram no próprio dia do nascimento registam-se crianças com uma, duas, três horas de vida. No entanto, encontrámos uma criança nascida ao meio e dia e registada na SCML ao meio dia e um quarto do mesmo dia⁸⁴⁹.

Conforme se avança nos dias, nos meses e nos anos da idade das crianças, o seu número diminui de forma significativa. E quanto mais idade tinham quando entravam, maiores seriam as hipóteses de sobrevivência por serem mais resistentes e terem já ultrapassado períodos críticos da existência. Em 1801 entrou um menino a quem o escrivão atribuiu a idade de 4 anos, já por si pouco vulgar e menos vulgar ainda se se tiver em conta as informações que o bilhete detalha: “hoje 3 de Setembro de 1801 Ahi vai esse Menino Chamaçe Joze Nicolao Não tem ainda os Santos Olhos nem asento ainda em parte nenhuma para o favor delhuabrir na Santa Caza da Merzircordia Leva vestido humas calças vestidos de chita (...) Leva mais huns sapatos pretos (...) Este menino não se quer que seja visto pois ele o pode ser colhecido face já tencão de se tirar porem não hade ser com m.ta brevidade espero que seja tratado bem pois sehade pagar todo o gosto q ele fizer ele he costumado aser lavado hum dia sim outro não todoi em não se lavando esta doente não esquesa u não sahir da Santa Caza p^a fora pois não faz conta Nenhuma Ahi vai esse bucado de chita irmam da q leva vestida p^a maior sinal não se poderá intregar este menino a pesoa alguma senão aq.m levar outro bocado de chita irmam não vai mais bem porparado pela presa Leva mais huns sapatos pretos Leva hum lenco branco metido no seio i outro emcarnado i branco q he onde leva o fato Repare na collidade do papel”⁸⁵⁰. Só quase se acredita que a criança terá 4 anos porque entre o seu enxoval constam dois pares de “sapatos pretos”, peças raras, desnecessárias e inexistentes nas restantes crianças. Mas este bilhete coloca questões de diferentes níveis: como é possível ter chegado aos 4 anos sem ter sido batizado solenemente “nem asento ainda em parte alguma”? Dá-se ao abandono um carácter totalmente clandestino “Este menino não se quer que seja visto pois ele o pode ser colhecido” e uma pressa suspeita de tal modo que “não vai mais bem porparado pela presa”. Quem era este menino? Este caso é um caso de originalidade: pela idade, pelo enxoval, pela sobrevivência e pelo toque final da missiva: “Repare na collidade do papel”, uma forma de pressão indirecta sobre a SCML chamando-lhe a atenção para o tipo de papel certamente não acessível à maioria da população e sinal distintivo de uma qualquer pretensa origem mais desafogada. O que na realidade se comprovou através da profissão do pai. Na realidade, Joze Nicolao foi posteriormente entregue ao progenitor, António Jozé da Silva Calado, boticário na cidade de Lisboa⁸⁵¹.

⁸⁴⁹ “Hoje – 16 – de fvº - 1824Ao meio dia, nação o menino, hade se chamar Augusto (...)”. Ver Sinal nº 217 de 1824.

⁸⁵⁰ Ver Sinal nº 1109 de 1801.

⁸⁵¹ Ver *Lº dos filhos q se entregão a seos Pais*, fº 148.

A idade à entrada também influencia o modo como o abandonante aborda a questão do nome do abandonado. Se com poucos dias “suplica-se”, “pede-se” ou “roga-se” que se lhe ponha determinado nome, conforme se avança na idade, quem abandona limita-se a informar qual o nome. Isto é, a criança já tem atrás de si uma história e uma identidade que se espera seja respeitada. Conforme são mais velhas, o sacramento do batismo já foi ministrado e o nome atribuído: “Ahi vão esas duas crianças horfas de pai por sertas circunstancias (...) a sua mai recorre a santa caza p^a as recolher São batizadas e S.Sebastião da Pedreira a mais velha tem outo annos xamaçe mariana a mais pequena xamaçe Francisca tem seis annos a todo o tempo faz sua mai tenção de as hir tirar”⁸⁵².

Registe-se a pressa com que em alguns casos a criança era entregue: “(...) perguntarão q nome ceria respondeirão q cerião q se xamase Joze por sinal hia por arangar porq não pode ser mais espera q lhe ponha o nome de Joze As ceis horas da tarde do mesmo dia se emtergou o bilhete por não pode ser no mesmo istante”⁸⁵³. A criança tinha dado entrada às 9,45 horas. Não temos indicação da hora do nascimento, mas a pressa foi tal que a criança entrou sem o bilhete que só foi entregue nesse dia à tarde, por volta das seis horas. Como parece ter havido um contacto oral entre quem entregou e quem recebeu a criança, o nome dado no momento do baptismo foi confirmado pelo bilhete que chegou mais tarde.

Há compassos de espera entre o nascimento e a entrega que dão azo a variadas especulações: “Este Menino Næço no pirmero de Maio de 1809 Não esta batizado ade chamarçe Felipe Joze Cardozo E leva hu vestidinho azul dois cueros azuis o maor horto mais peqeno e huma ffitá Branca Laverarda (...) este menino foi préziso porzertas motivos demorase estes 12 dias”⁸⁵⁴. Que motivos explicam estes 12 dias de espera? Estaria muito doente e não poderia ser imediatamente enviado? Estariam os pais à espera de uma solução que não aconteceu?

Todos os indicadores parecem apontar para a decisão de abandonar a criança antes do seu nascimento. Um bilhete datado de 1794 é, sob esse ponto de vista, esclarecedor. A criança, dita filha legítima e nascida no Hospital “(...) sahio com sua Mai com vontade dea Criar epelo não poder fazer e ter mais filhos atras aesta Sta Caza (...)”⁸⁵⁵. Esta criança, nascida a 18 de junho de 1794, só irá entrar um mês depois na SCML. Certamente o casal ainda colocou a hipótese de cuidar da filha, mas a existência de mais filhos e um serviço disponível para receber crianças, acabaram por ditar o futuro da criança.

6. As horas do abandono/as horas de entrada

Há um velho mito segundo o qual o abandono de crianças seria feito pela calada da noite de modo a proteger o anonimato dos abandonadores. Os assentos de entrada dos expostos da SCML deitam por terra tal teoria. A maioria das crianças foi deixada na SCML

⁸⁵² Ver Sinal nº 33 de 1794.

⁸⁵³ Ver Sinal nº 1288 de 1825.

⁸⁵⁴ Ver Sinal nº 621 de 1809.

⁸⁵⁵ Ver Sinal nº 856 de 1794.

de dia e pelos resultados verifica-se que é num curto espaço de tempo (12-17 horas) que há maior afluxo nas entradas⁸⁵⁶.

Isto poderá significar que abandonar uma criança não requeria cuidados especiais e seria um acto banal, ou ainda que as pessoas que prestavam esse serviço não comprometiam a identificação dos pais, o que tornava a hora do abandono irrelevante. No entanto há a considerar alguns aspectos que se prendem com a altura do ano: no Inverno ser abandonado às 6 da tarde é noite. A mesma hora no Verão será dia. O mesmo acontece com a manhã: às 7 da manhã no Inverno ainda será noite, enquanto a mesma hora no Verão será dia. Mas mesmo tendo em conta estas variáveis, a maioria das crianças foi abandonada em pleno dia retirando ao acto a aura de clandestinidade que sempre se lhe associa.

Quadro 15

Horas de abandono/ horas de entrada

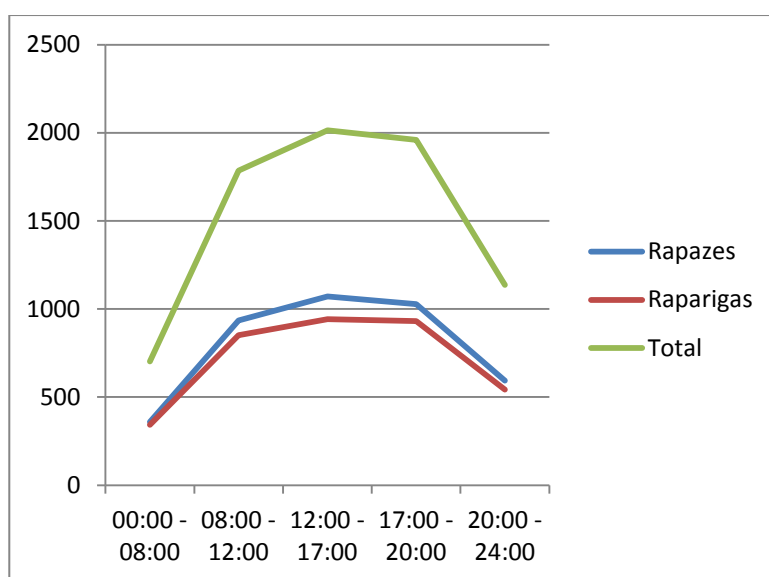
Horas de entrada	Rapazes	Raparigas	Total
00:00 – 08:00	359	343	702
08:00 – 12:00	935	851	1786
12:00 – 17:00	1071	943	2014
17:00 – 20:00	1028	931	1959
20:00 – 24:00	594	542	1136
TOTAL	3987	3610	7597

(Quadro elaborado com base nos dados recolhidos pela autora)

Através destes números, sabe-se a hora de entrada de quase todas as crianças (7597), o que representa 99,8% do universo da nossa amostra (7610). Só de 13 crianças ignoramos a hora de entrada porque, por qualquer razão, o secretário que fazia o assento da criança no respectivo livro omitiu essa informação: ou por se ter esquecido de a mencionar ou porque não foi informado da hora de entrada. Se juntarmos os dois períodos do dia (8-12 horas e 12-17 horas) mais de 50% dos abandonos foram feitos nessa altura.

⁸⁵⁶ Na cidade do Porto, por exemplo, o abandono de crianças fazia-se quando a luz natural já havia desaparecido: “(...) As crianças davam entrada na casa sobretudo durante as horas nocturnas e de manhã cedo. (...)”. Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças...*, p. 130. O que se compreende porque a “Roda” nesta cidade só estava em funcionamento no período nocturno, ao contrário de Lisboa que funcionava em regime contínuo. Ver Milena Loirinho Gonçalves Alves, *A Real Casa dos Expostos...*, p. 28.

Gráfico 2



7. “Perdidos” e achados

Sobreviver a condições tão adversas e inóspitas, às longas viagens, à falta de alimento e de condições higiénicas, à doença e à ausência do seu tratamento, é digno de registo⁸⁵⁷. Como já foi dito, a larga maioria das crianças entregues na SCML não sobreviveu. Mais de 40% morreu na posse das amas, 27,1% morreu na SCML, muitas vezes no dia seguinte a serem devolvidas pela ama, certamente já muito doentes. Provavelmente as amas não queriam assumir a responsabilidade de pagar as despesas relacionadas com o funeral ou pretendiam evitar a má publicidade ao seu desempenho. Outras crianças ainda morreram no Hospital. De outras sabe-se que morreram mas o registo omite o local do óbito. Como já vimos, cerca de 80% morreu enquanto esteve sob a tutela da SCML, não tendo chegado à idade adulta. E os restantes? Os sobreviventes? Os assentos são omissos e desconhecemos qual foi o seu futuro. Mas de algumas crianças, muito poucas, conhecemos a sua trajectória após a passagem pela SCML. Das restantes sobreviventes, desconhecemos qual foi o seu percurso. Atentemos no quadro seguinte:

⁸⁵⁷ Quando se fala de longas viagens não se trata só da viagem para entregar a criança na SCML. Depois desta viagem, a criança poderia ser sujeita a uma outra, quase no imediato, se fosse entregue a uma ama de fora cujo residência poderia situar-se em Alcobaça ou Leiria, por exemplo.

Quadro 16

Os sobreviventes com informações

	Nº de Rapazes	Nº de Raparigas
Emancipadas	0	58
Entregues à mãe	7	9
Entregues ao pai	8	7
Entregues aos pais	12	10
Fugiram	3	1
Entregue vivo(a) ⁸⁵⁸	35	17
Entregue a outros ⁸⁵⁹	1	2
TOTAL	66	104

(Quadro elaborado com base nos dados recolhidos pela autora)

Certamente haverá mais sobreviventes do que os representados neste quadro, que são uma percentagem mínima das crianças entradas (2,2%). Dos sobreviventes, (cerca de 20%), os documentos dizem pouco⁸⁶⁰. Só sobre alguns há informação registada nos livros.

Desde logo se destaca o número de raparigas emancipadas, e só raparigas, o que tem em vista a realização de casamentos, e significa que estiveram sob a tutela da SCML até casarem. O número de crianças que retornaram à família biológica é mínimo e apresenta um equilíbrio perfeito entre géneros. Alguns fugiram (mais rapazes do que raparigas, o que é compreensível se atendermos aos valores supostamente mais enraizados e próprios dos rapazes: audácia, destemor e coragem) e a estes bravos perdeu-se-lhes o rasto.

Os que fugiram só o fizeram quando jovens como no caso de um rapaz entrado na SCML em 1820 que regressa à instituição em 1835 e que foge no dia seguinte⁸⁶¹. Um outro que havia entrado em 1823, foge da SCML em 1841⁸⁶². Uma rapariga entrada em 1821 fugiu em 1841, estando na altura a servir de criada, embora ainda sob a responsabilidade da SCML⁸⁶³.

No caso dos que foram entregues a outros, as duas raparigas foram entregues a senhoras que as tomaram como criadas⁸⁶⁴. O rapaz foi entregue a um homem com o mesmo propósito⁸⁶⁵.

⁸⁵⁸ Tratar-se-iam de crianças que atingiram a idade legal da criação na posse das amas e estas entregaram-nas na SCML para que esta procedesse em conformidade com a lei.

⁸⁵⁹ Possivelmente crianças entregues a parteiras para estas os entregarem aos pais que não quiseram identificar-se perante a instituição ou a outros familiares (avós).

⁸⁶⁰ Das 7610 crianças escrutinadas, 6082 morreram enquanto estiveram sob a responsabilidade da SCML que fez o respectivo registo à margem no assento de entrada e batismo.

⁸⁶¹ Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1820, exposto nº 828.

⁸⁶² Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1823, exposto nº 1068.

⁸⁶³ Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1821, exposto nº 713 e *Lº 28 de Creadas*, p. 127.

⁸⁶⁴ Ver *Lº 2 de Vestir*, f. 339 e *Lº 1 das Fidalgas*, f. 39.

⁸⁶⁵ Ver *Lº 3º de Vestir*, f. 176.

Daqueles cuja entrega a familiares diretos ficou registada, a maioria só o foi passado anos. O que nos remete para a questão da sobrevivência e das promessas. Teriam sido recuperados pelos familiares caso tivessem sobrevivido? Teriam sido procurados mas os familiares foram confrontados e surpreendidos com a morte? Esta não deu tempo ao cumprimento da promessa? Vejamos o seguinte quadro:

Quadro 17

As idades de retorno à família

Entregue a	Idade à entrada	Idade à saída	Condição
Mãe	Desc.	5 anos e 17 dias ⁸⁶⁶	Desc.
Mãe	0 dias	16 dias	Desc.
Mãe	18 dias	30 dias	Desc.
Mãe	5 meses	5 anos e 3 meses	Desc.
Mãe	2 anos	2 anos e 3 meses	Desc.
Mãe	6 anos	6 anos e 1 mês	Desc.
Mãe	4 dias	2 anos e meio	Desc.
Pai	Desc.	2 anos e 10 meses	Desc.
Pai	Desc.	1 ano e 3 meses	Desc.
Pais	2 meses	5 anos e 3 meses	Desc.
Pais	Desc.	3 anos e 3 meses	Ilegítima
Pais	Desc.	2 anos e 4 meses	Desc.
Pais	1 dia	1 ano	Desc.
Pais	Desc.	7 dias	Desc.
Pais	0 dias	18 anos e 4 meses	Desc.
Pais	1 dia	15 anos e 1 mês	Desc.
Pais	Desc.	5 anos e 9 meses	Desc.
Pais	Desc.	9 anos e 7 meses	Desc.
Pais	1 dia	5 anos e 3 meses	Desc.
Pais	0 dias	5 anos e 2 meses	Desc.
Pais	Desc.	1 ano e 1 mês	Desc.
Pais	Desc.	9 anos e 3 meses	Desc.
Pais	1 dia	26 anos e 9 meses	Desc.

(Quadro elaborado com base nos dados recolhidos pela autora)

As razões e as possibilidades de serem recuperados devem ter sido muito diversas. Só assim se explica que António, que entrou com um dia de vida na SCML só tenha sido reconhecido 26 anos depois. No período de tempo que medeia a entrada e o reconhecimento do rapaz as fontes são omissas. Mas certamente, os pais sabiam-lhe o percurso, caso contrário seria muito difícil, senão impossível, encontrá-lo a fim de ser reconhecido. Nada no seu bilhete aponta para uma promessa de recuperação, mas esta criança ia sinalizada de forma muito peculiar que só compreendemos à posteriori quando se juntam todos os pedaços desta história: “Pelas 10 horas da noite de 27 de Setembro de 1867 Naceo este Exposto que vai por Baptizar, pede-se que lhe ponhão por nome Antonio,

⁸⁶⁶ Das crianças das quais se desconhece a idade quando entraram na SCML, tomou-se por referência a diferença entre as datas de entrada e a de saída.

leva por signal dois coeiros de Baeita branca já uzados um ropão de chita amarelo já uzado leva na cabeça um lenço de 3 pontas e um barete branco de fustão Oropão leva uma ponta cortada”⁸⁶⁷.

Antonio que tinha sido baptizado com outro nome atribuido pela SCML, Bellino, trazia um escrito em meia folha de papel azul pautada que tinha cozido um retalho de algodão castanho e acaba por ser reconhecido e legitimado por António Aparicio Barbeitos, distribuidor do *Diário do Governo* e sua esposa Ana do Carmo Maria em 26/6/1894. O pai, homem certamente familiarizado com papéis, utiliza parte de uma folha azul pautada. E o que leva 26 anos depois uma família reconhecer e legitimar um estranho? Com esta idade Antonio/Bellino já estava fora da alçada da SCML. Ou os pais não eram casados na altura do seu nascimento? Ou com a aproximação da velhice, os pais decidiram retratar-se de um acto tão difícil como seja abandonar um filho? Ou a criança sempre esteve com eles, funcionando a mãe como uma ama encapotada?

Num outro caso, Joaquim tem dois meses quando é entregue à SCML: “Hoje 24 de Julho de 1814 se intrega hum Menino nesta Sta Caza da Mizericordia p^a q tome cuidado da sua creação q seus pais o mais breve q possão o virão procurar O Menino chama-se Joaq.m Nasceu em Dia de Ascenção e foi Baptizado no dia 30 de Maio deste m.mo anno – Leva hum sinto de fita de Lã azul com hum bronica Gr.de de Roma, e huma peq.na de S. Joze e 20 r.s em pratta, hum breve verde, hum rosario de vidro branco com os extremos azuis, e leva seus inchovais (...)”⁸⁶⁸. Pela descrição dos sinais, parece estarmos perante uma criança oriunda de sectores sociais mais abastados. A criança era portadora de um vintém de prata. Durante dois meses permaneceu na família. Depois entra na SCML, passa por várias amas, sendo finalmente entregue aos progenitores em 26 de Agosto de 1819⁸⁶⁹. Curiosamente, o nome dos pais não vem mencionado. Intencional por parte da SCML? Mas perguntar-se-á: que levou um casal a entregar a criança à SCML? Que explicações deram para justificar a sua ausência? O que mudou para terem ido buscá-la mais tarde? Entretanto passaram cinco anos e também aqui o bilhete não referia a hipótese de recuperação futura.

Já o caso de Maria Joanna é diferente: a criança tem 18 dias quando dá entrada na SCML e 12 dias depois a mãe apresenta-se para a levar para casa: “Esta menina Naseo a vinte tres do mês de abril no ano de mil i oito sentos i doze em dia de Siorgeze as quatro horas da tarde hinda não esta bautizada o nome sera maria Joanna hentra p^a a Santa Caza da mizr^a honze do mês de maio ela leva huma camisa de pano de linho já velho com huma tira de renda segua dois coeirinhos de cobertor branco huma saia de durante cor de roza já velha debruada de branco com huma sinta pegada de riscado na cabesa hum lisinho branco i por sima dele leva xale escuro co humas felores por meio carsedura de roda humas

⁸⁶⁷ Ver Sinal nº 1949 de 1867.

⁸⁶⁸ Ver Sinal nº 1002 de 1814.

⁸⁶⁹ Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1814, exposto nº 1002.

ropinhas de xita guradas de branco e debroadas de branco com hums lasinhos na mangas”⁸⁷⁰.

No dia em que a ama que a tinha na sua posse a entregou, viva, foi entregue à mãe: “No dia 23 de Maio de 1812 por ordem do Ex.mo Mordomo se entregou a menina supra a sua May Joanna Roza, m.er de Pedro Paulo, Boleeiro, mor^a na Travessa do Barboza Freg^a de Sta Izabel: foi seu fiador Jeronimo Hombrabelo, Fabricante mor.r na dita Travessa: e de como receberão a d^a menina e se obrigarão a dar costa della q.do p^a esta real caza lhes seja pedida assinarão (...)”⁸⁷¹. A entrega é assinada pela mãe e pelo fiador. Este caso é tanto mais curioso porque estamos em 1812, a mãe domina a técnica das letras e paga a despesa realizada pela filha. Mais uma vez podemos-nos interrogar sobre as razões deste abandono temporário: teria a SCML sabido quem eram os pais e por isso responsabilizou-os e devolveu a criança à família?

Por último vejamos este bilhete: “Esta creança não vai batizada; nasceo em quinze de Janeiro de mil e oito centos e quatro; não leva o freio cortado: a todo o tempo, q se quizer tirar se hade mostrar estas m.mas palavras escritas em o papel, q falta aqui; e se hade chamar o menino, Hermogenes da conceição; e leva no braço huma fita azul com hum vintem em prata”⁸⁷². Hermogenes da Conceição entrou às 8 da noite na SCML, exactamente no mesmo dia do seu nascimento. Há, na realidade, uma promessa de o ir buscar à instituição. Traz consigo um escrito em meia folha de papel A4 azul com um bico muito pronunciado e uma fitinha azul com uma vintem em prata. Aparentemente estamos perante alguém com uma origem menos popular.

Onze dias após a sua entrada, a ama que o criava, entregou-o na SCML, vivo (26/1/1804) e 5 dias depois volta para a mãe: “No dia 31 do mês de janeiro do anno de 1804 por determinação do Ill^o Ex.mo Mordomo desta Real Caza dos Expostos foi entregue o menino Hermogenes da Conceição do asento supra a sua Mai Josefa Roza, solteira, e moradora no largo do Xafariz de Andelas, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, em casa de sua mai, Jeronima Roza, m.er de Joaq.m Ferreira, criado de servir; e pagou mil e quinhentos e sesenta reis de despesa. Foi fiador Fr. João de N. Snr^a do Carmo, religioso de S. Francisco, que embarca, e mora na rua da Conceição, freg^a de S. José, q assignou este termo (...)”⁸⁷³.

Quem são estes intervenientes? Como é que uma mulher solteira, filha de um criado de servir tem um vintem de prata para sinalizar o filho? Que rendimentos auferia que lhe permitem pagar “mil e quinhentos e sesenta reis de despesa”? Talvez a chave deste caso seja mesmo o fiador, “religioso de S. Francisco, que embarca”. A quem os avós da criança teriam obrigado a assumir em parte a paternidade antes de se ir embora?

⁸⁷⁰ Ver Sinal nº 569 de 1812.

⁸⁷¹ Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1812, exposto nº 569. Um boleeiro, a profissão do pai, era um cocheiro.

⁸⁷² Ver Sinal nº 53 de 1804.

⁸⁷³ Ver *Livro de Entradas e Batismos* de 1804, exposto nº 53.

Estes pequenos bilhetes não nos permitem só fazer e testemunhar os grandes acontecimentos, as evoluções estruturais e conjunturais da realidade portuguesa do século XIX. Permitem-nos de um modo palpitante, refazer vidas de gente comum, aproximarmos dos dramas familiares, espreitarmos uma intimidade que nunca é totalmente revelada e que por isso mesmo nos possibilita uma construção e uma explicação que transforma estes actores de gente comum, em gente com vidas, com histórias, com percursos. Talvez por isso, a memória que será a consciência do passado, no dizer do poeta Fernando Pessoa, só terá sentido quando for escrutinada através dos registos de gente que sem o saber, estava a legar-nos um testemunho desse passado, das suas vidas e das suas vivências quotidianas.

8. Os nomes: a importância de um nome

Dar um nome a um recém-nascido parece simples. Nas sociedades actuais em que o Estado tem tendência a tudo uniformizar, todos sabemos como dar um nome a uma criança. Após, por vezes, laboriosas conversações, os progenitores, ouvindo ou não opiniões da família e amigos, optam por um nome próprio simples ou composto ao qual acrescentam o(s) apelido(s) da mãe e em último lugar o(s) apelido(s) do pai. Este acto tão banal só há muito pouco tempo se processa desta forma⁸⁷⁴. Só a legislação e os códigos de registo civil do século XX se irão ocupar destas matérias.

Ao contrário de outros países, hoje em Portugal o(s) último(s) apelido(s) são sempre o(s) apelido(s) do pai, precedidos dos da mãe. Até esta regulamentação (1928) cada um procedia da maneira que entendesse. De tal modo que para uma criança entrada em 1867 com a identificação dos pais o nome proposto fosse “Maria da Conceição Rodrigues da Fonseca (...) Mai immellia da fonçeca pai Joze Rodrigues”⁸⁷⁵.

Convém desde já esclarecer a que chamamos *nomes próprios* e *sobrenomes*⁸⁷⁶. Consideramos como *nomes próprios* os que foram atribuídos à criança no momento do batismo, podendo ser um único nome ou dois ou mais nomes e *sobrenomes*, serão os apelidos herdados do pai e da mãe. Estes actualmente regulamentados, mas nos finais do século XVIII e século XIX podiam resultar de situações variadas: um patronímico⁸⁷⁷, um apelido (nomes hereditários) ou alcunha (palavras com conotações pessoais, adjectivantes, geográficas, depreciativas, etc.)⁸⁷⁸.

Interessam-nos sobretudo os nomes próprios, simples ou compostos, na medida em que ignorando na sua esmagadora maioria as origens familiares destas crianças, desconhecemos a razão de ser da atribuição dos apelidos, quando os há. Aliás, dos raros casos em que as crianças vêm referenciadas com os nomes dos respectivos progenitores,

⁸⁷⁴ Ver Nuno Gonçalo Monteiro, «Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica», *Etnográfica*, vol. 12, nº 1, 2008, p. 46.

⁸⁷⁵ Ver Sinal nº 2597 de 1867. Foi baptizada com o nome de *Clariana*.

⁸⁷⁶ Ver Robert Rowland, «Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação», *Etnográfica*, vol. 12, nº 1, 2008, p. 33.

⁸⁷⁷ Exemplo de um patronímico: nome do pai **Gonçalo** Dias, filho João **Gonçalves**.

⁸⁷⁸ Sobrenomes como Grande, Velho, Exposto, Lisboa, Ramalheira integram-se nesta categoria. O médico mais velho de uma vila como Alenquer recorda que no início da sua carreira (anos 50 do século XX), ter consultado pessoas (nomeadamente homens e só homens) cujo nome completo era António Exposto, certamente carregando no nome uma antiga condição própria ou já herdada.

nunca saberemos se tal corresponde à verdade ou se estamos perante uma estratégia de quem abandona para assim pressionar a SCML de modo indirecto, fazendo crer que aquela criança terá uma família que a qualquer altura a poderá resgatar, esperando da instituição um maior cuidado na sua criação.

É mais habitual a criança trazer essa indicação se simultaneamente tem uma origem geográfica fora de Lisboa. Neste caso, também seria mais difícil encontrar os parentes e por isso a afirmação é inócua.

Qual a função de um nome próprio ou de batismo? Quando se tornou mais comum a utilização de dois nomes próprios em vez de um⁸⁷⁹? Um nome próprio, seja simples ou composto, individualiza e tal como o batismo faz entrar a criança na comunidade dos crentes, o nome contribui para a sua identidade social. Ao nascimento espiritual simbolizado no ritual religioso, um nome sublinha uma individualidade, designa e distingue o seu portador, evoca um desejo ou carrega consigo um mundo de significações por vezes não aceite pelos padres por evocar, na época, mundos interditos aos cristãos⁸⁸⁰. Um nome diferencia cada um no interior da família, do grupo onde se insere, da comunidade alargada. Não será por acaso que Marc Bloch, a propósito de uma crítica a um autor sueco⁸⁸¹, refere já em 1932, que os nomes passaram a ser mais complexos por volta do século XIII, nas comunidades urbanas, devido à interacção cada vez mais frequente dos indivíduos e à necessidade de distinguir os numerosos homónimos⁸⁸².

A escolha dos nomes próprios, apesar de privada, supôs no passado um tráfico de influências e serviu muitas vezes para estabelecer ou reforçar alianças dentro dos grupos familiares. Os padrinhos escolhidos desempenhavam um papel fulcral neste campo⁸⁸³. Não era o caso das crianças baptizadas na SCML, invariavelmente apadrinhadas por quem mais directamente contactava com elas: o padre, o secretário, a ama rodeira...

De uma geração para outra os nomes próprios podem mudar de forma significativa e no intervalo temporal em que trabalhamos, que irá compreender três a quatro gerações, iremos verificar as mudanças ocorridas a esse nível⁸⁸⁴. As questões de moda sempre estiveram presentes, bem como a distinção através do nome. André Burguière, citando La Bruyère, afirma: “Já basta partilhar com o povo uma mesma religião e um mesmo Deus,

⁸⁷⁹ E mais se complica quando se passa a 3 nomes próprios: “Aos 1 dias do mes de fevereiro foi entregue a Santa Caza da Mesericordia hum menino ponhonlhe nome de Carlos Augusto Eduardo (...)”. Algum deles irá funcionar como sobrenome?

⁸⁸⁰ Veja-se o caso da exposta nº 731 de 1841 cujo bilhete dizia “(...) q se hade chamar Izabel dos Prazeres (...)” e a quem o padre não hesitou em baptizar com o nome de “Izabel das Dores”.

⁸⁸¹ Karl Michaelsson, «Études sur les noms de personne français d’après les rôles de taille parisiens, rôles de 1292, 1296-1300, 1313», Uppsala, Uppsala Universitets Arssktift, 1927.

⁸⁸² Ver Marc Bloch, «Noms de personne et histoire sociale», *Annales d’Histoire Economique et Sociale*, nº 4, 1932, pp. 67-69.

⁸⁸³ Ver André Burguière, «Un nom pour soi», *L’Homme*, nº 4, vol. 20, 1980, p. 31.

⁸⁸⁴ Quem tenha uma carreira no ensino verifica isso com enorme facilidade. “Carina”, “Rita”, “Constança”, “Matilde”, “Sónia”, “Diogo”, “Pedro”, “Bruno” são nomes agora vulgares, tendo vindo substituir as “Rosa”, as “Isabel”, os “António” e os “José”.

quanto mais ainda chamar-se Pedro, João ou Jaime, como o comerciante ou o trabalhador”⁸⁸⁵.

A existência de um conjunto de nomes próprios pouco frequentes, que no caso dos expostos poderia servir como sinalização extra, e um pequeno número de nomes mais utilizados constitui uma constante em todos os estudos já realizados sobre esta temática. Também na SCML isto irá acontecer, apesar de haver diferenças substanciais entre rapazes e raparigas como iremos ver mais à frente. A questão é que de geração em geração as mudanças são notórias. Sê-lo-ão nas crianças entradas na SCML?

A utilização de nomes que hoje nos poderão parecer insultuosos, talvez o não fossem na altura. Talvez a sua conotação negativa se prenda com critérios que estavam ausentes na época quando se trata de sociedades de privilégios e onde cada indivíduo se inscrevia numa ordem social precisa. Hoje, alguém que se chamasse *Taurino*⁸⁸⁶ seria motivo de chacota e humilhação pública. Talvez no passado este nome tivesse uma conotação ligada a quem cuidasse de gado, sem a conotação brejeira que hoje se lhe atribuiria.

Os nomes próprios compostos parecem ter-se tornado mais frequentes a partir do século XVII, apesar desta datação ter variações nacionais e regionais, como é o caso da França⁸⁸⁷. Neste caso como podemos detectar essas alterações na SCML? Talvez esta seja um excelente observatório para percebermos como os nomes evoluíram em Portugal, até porque os pedidos de nomes feitos de forma anónima pressupunham uma liberdade pessoal que reflectia escolhas influenciadas pela religiosidade popular, pela política e pela condição social.

Uma larguíssima maioria das crianças que entraram na Roda da SCML, não tem progenitura conhecida. Nunca saberemos o seu entorno familiar e as razões da escolha deste ou daquele nome. Uma criança exposta é, à partida, uma criança sem referências familiares. Por isso desconhecemos o que significa o nome solicitado em termos de história familiar, se há ou não um património simbólico ou afectivo que se pretende preservar e dar continuidade. O que podemos detectar são persistências, modas talvez, nomes mais usados, nomes menos usados, combinação de nomes e, parece que para o final do período em estudo, da indicação cada vez mais frequente de nomes próprios e apelidos.

8.1 A legislação sobre nomes

A legislação civil portuguesa sobre a constituição dos nomes é relativamente recente, pois tem como matriz legal o Código Civil de 1928⁸⁸⁸. Até esta data, dada a inexistência de normas legais, vigoravam em Portugal normas ditadas pelo costume, permitindo uma combinação de hipóteses que dava azo a toda a espécie de abusos.

⁸⁸⁵ André Burguière, op. cit., p. 27.

⁸⁸⁶ Ver Sinal nº 2215 de 1865.

⁸⁸⁷ Ver Michel Bozon, «Histoire et sociologie d'un bien symbolique, le prénom», *Population*, nº 1, 1987, pp. 88-89.

⁸⁸⁸ Ver Nuno Gonçalo Monteiro, op. cit., pp. 45-46.

As recomendações saídas do Concílio de Trento (1545-1563), determinavam que a criança deveria ser baptizada nos 3 dias subsequentes ao seu nascimento e sendo-lhe simultaneamente atribuído um nome (ou nomes). Instituiu também a obrigação de o clero recusar nomes “pagãos”, embora nos séculos anteriores se tivesse assistido à cristianização destes últimos, optando-se por uma constelação onomástica que utilizava nomes do Antigo e do Novo Testamento, santos locais, santos de data recente, até se incluir os santos da família de Jesus Cristo (José, Maria, Ana, etc.).

Os nomes registados nos livros de baptismo consistiam unicamente, por regra, em nome(s) próprio(s). No entanto, os nomes não tinham carácter imutável. Nos registos de casamento ou de óbito, uma criança registada e baptizada só com um nome pode aparecer com um ou vários apelidos associados, por exemplo uma alcunha, um nome de referência geográfica ou, no caso das crianças expostas, apelidos das amas que as criaram.

É neste quadro onde a vertente religiosa é a referência matricial, baseada na tradição, possivelmente sem regras claras quanto a sobrenomes, que as crianças expostas na SCML eram baptizadas e recebiam um nome.

A partir de 1840, mas mais acentuadamente e de modo sistemático na década de 1860, a SCML não aceita o nome que é solicitado nos escritos, e de forma deliberada altera-o nos assentos de baptismo. Sempre houve diferenças entre o nome pedido e o nome do baptismo: ou o padre que faz o assento não percebeu o que está escrito e alterou o nome (“A menina já vai Batizada O nome he Leonarda”⁸⁸⁹ que foi baptizada com o nome de Leocádia, ou “Aolibia”⁸⁹⁰ que pelo som tudo indica ser *Olivia* e foi baptizada *Olimpia*), ou o escrito chegou mais tarde e a criança já tinha sido baptizada com outro nome. Veja-se este caso: a criança entrou sem bilhete. Dias depois o bilhete chegou e informava que “Em o dia – 22=de Agosto As – 5= oras da manha se pos na Roda de Belem huma menina que tinha nasido no antedente dia Aqual não esta Batizada nem leva o freio feito ade selhe por por nome Embolina da Conceição (...)”⁸⁹¹. No assento o padre registou: “não se lhe pos o de Umbelina por que o escrito que manda por esse nome, entregarão-o dois dias depois da entrega da dita menina” e assim ficou Theodozia. Como já vimos e para impedir abusos de mães que entregavam os filhos e depois se apresentavam como amas de modo a criar a criança auferindo um salário, a SCML tomou medidas mais drásticas e decidiu mudar o nome às crianças de modo a que os familiares lhe perdessem o rasto. Assim as crianças entradas na Roda da SCML passaram a ser registadas com dois nomes: o solicitado e o do baptismo, sendo este último o nome oficial.

Mas na realidade esta opção não foi seguida de modo sistemático. Terá sido aplicada apenas quando havia indícios de fraude? Só será regra na década de 60, que é precisamente a década que antecede a extinção da roda, dando origem a nomes tão bizarros quanto estranhos, alguns impronunciáveis que podem ser considerados uma forma de sinalização e mesmo motivo de reconhecimento imediato como originários da “Roda”. Haveria uma lista

⁸⁸⁹ Ver Sinal nº 1047 de 1812.

⁸⁹⁰ Ver Sinal nº 402 de 1843.

⁸⁹¹ Ver Sinal nº 1172 de 1808. Assento do baptismo da mesma criança.

de nomes por ordem alfabética que o padre utilizava, não levando em conta as iniciais. Veja-se este caso: “Nasseo esta Menina hoje 16 de Nobembro de 1846 Coando se Batizar lhe purão o Nome de Palmira (...)”⁸⁹²; o padre não hesitou e batizou-a com o nome de *Pulcheria* que seria o nome de ordem na lista. Verificaremos que a lista teria mesmo de existir, dada a progressão alfabética rigorosa que os nomes atribuídos exibem.

Na formação dos nomes, para além das referências religiosas ou geográficas, há que ter em conta as alcunhas que foram assentes como parte integrante do nome e que em caso de sobrevivência da criança passariam à geração seguinte criando deste modo uma nova linhagem específica. “(...) darão o Nome Antonio da Rocha, p.r alunha o Prata declarando o dia do seu Nascimento que foi a 31 de Maio de 1827 e juntamente o dia do seu Baptismo pondo em o dito asento natural do Porto (...)”⁸⁹³. Na realidade no assento desta criança consta “Antonio da Rocha o Prata”. Este bilhete ainda tem uma subtileza digna de registo. É pedido que se registre o dia do seu baptismo (31 de Maio de 1827) e que é “natural do Porto”, o que de modo algum pode ser verdade, porque a criança entrou no mesmo dia do nascimento, mas não deixa de ser mais uma indicação muito pessoal que permitiria no futuro recuperar a criança sem margens para dúvidas ou enganos. Aliás, o bilhete é datado de “Lisboa 31 de Maio de 1827”.

8.2 Os nomes das crianças expostas na SCML

Como já vimos a indicação/informação do nome ou pedido do mesmo é de longe a preocupação mais comum nos bilhetes que acompanhavam as crianças no momento do abandono. A questão do nome, associada à do baptismo, é um binómio presente em muitos deles. Mesmo que o baptismo não seja explícito, o que acontece com frequência, quem entrega sabe que a criança irá ser baptizada à entrada na SCML e por isso só indica o nome com que pretende individualizá-la. É de notar, que a questão do nome pode ser enunciada sob a forma de pedido, subserviente e intencional “(...) quizera de ver no bzequio de que se lhe puzese (...)”⁸⁹⁴, “(...) Supplica-se se lhe ponha (...)”⁸⁹⁵, ou na forma de pedido simples “(...) elhe porão p.r nome Carlota Raimunda (...)”⁸⁹⁶ ou de informação “(...) Em 2 do mez de Janeiro de 1803 Entrou huma menina por nome Anna (...)”⁸⁹⁷ ou um muito claro “(...) tem por nome Carollina da Comceição (...)”⁸⁹⁸.

A larga maioria dos bilhetes vinha com indicação de nome ou pedido do mesmo (76,6%). Destes, 18,3% foram alterados pela SCML. Este número é bem revelador da importância que se atribuiu à individualização da criança dentro da massa das crianças que circulavam pela instituição. Até as crianças originárias da Enfermaria de Sta Bárbara, do Hospital Real de S. José, traziam na certidão/guia a indicação do nome com que deveriam ser baptizadas. O mesmo acontece noutros documentos oficiais, fossem de cariz religioso,

⁸⁹² Ver Sinal nº 2038 de 1846.

⁸⁹³ Ver Sinal nº 774 de 1827.

⁸⁹⁴ Ver Sinal nº 279 de 1815.

⁸⁹⁵ Ver Sinal nº 391 de 1803.

⁸⁹⁶ Ver Sinal nº 21 de 1803.

⁸⁹⁷ Ver Sinal nº 9 de 1803.

⁸⁹⁸ Ver Sinal nº 212 de 1820.

fossem de cariz civil, em que a indicação do nome é quase sempre uma constante. Entre crianças portadoras de guias de Sta Bárbara, de padres das freguesias de Lisboa e de fora desta, de regedores, administradores concelhios ou juizes, entraram na SCML cerca de 1430 crianças. Nunca saberemos se os nomes indicados neste tipo de documentos tiveram intervenção familiar ou se foram escolha dos agentes que os escreviam. Há, por exemplo, algumas indicações, esparsas e não continuadas, nas guias saídas de Sta Bárbara onde é referido que aquele nome é pedido pela mãe. No entanto, este tipo de informação não é frequente.

O próprio nome faria parte dos sinais que poderiam servir para recuperar a criança no futuro. Em 1794 uma criança trazia um pequeno bilhete que informava que “Vai esta Criança Batizada Gertrudes Felizarda da Soledade este servirá para sinal (...)”⁸⁹⁹. Em 1803 a informação repete-se: “este menino nasei a nove do mês de maio vai por batizar hade es chamar Francisco anibal de santa margarida leva coheros azul o sinal he u seu poropo nome sinal pede a santa miziricorda q u trate com caridade q a seu tempo se hade tirar”⁹⁰⁰.

Nestes dois exemplos, os nomes são múltiplos. É difícil, senão impossível, distinguir entre nomes próprios e apelidos porque, desconhecendo-se a progenitura, ignoramos se algum destes nomes era de família. Aliás no segundo caso, nunca poderemos confirmar se “Santa Margarida” tem conotações religiosas directas ou se se trata de uma localização geográfica já que chegavam à SCML crianças provenientes grosso modo, de uma área correspondente à grande Lisboa e Vale do Tejo. Em 1802 foi batizada uma criança com o nome de Manoel da Ribaldeira porque trazia uma certidão do padre de Dois Portos – Torres Vedras e uma outra da respectiva Câmara, informando que aquela criança tinha sido deixada de madrugada à “(...) porta de Manoel francisco casado com Maria de Alleluia, moradores no lugar da Ribaldeira”⁹⁰¹.

Também não se pode confundir nomes e sobrenomes. À época poderiam ainda não estar completamente definidos o que eram uns e o que eram outros. Em 1794 entrou uma criança com um bilhete informando que “(...) chamase Vicente de Sta anna da conceição”⁹⁰² e noutro caso “hoje 5 dejaneiro de 1830 seemtregua A santa Caza da meziricordia hum menino lhe porão pornome João Manoel do reis (...)”⁹⁰³. Nunca saberemos o que eram uns e o que eram outros, isto é nunca saberemos se alguns daqueles nomes seriam apelidos de acordo com o património familiar ou se se tratavam de puras invenções para compor os nomes de acordo com o santoral, com as épocas festivas ou porque soariam conforme a religiosidade popular.

8.3 Tipo de nomes

Entre os nomes atribuídos a estas 7610 crianças, 3439 tiveram um único nome correspondendo a 45,2% do total das entradas. Com dois nomes, verificaram-se 1848

⁸⁹⁹ Ver Sinal nº 488 de 1794.

⁹⁰⁰ Ver Sinal nº 611 de 1803.

⁹⁰¹ Ver Sinal nº 468 de 1802.

⁹⁰² Ver Sinal nº 546 de 1794.

⁹⁰³ Ver Sinal nº 28 de 1830.

registos (24,3%), com três nomes 1686 (22,2%) e com mais de 3 nomes 631 crianças (8,3%).

Quadro 18

Nº de nomes

Nº de nomes		%
Um	3439	45,2
Dois	1848	24,3
Três	1686	22,2
Mais de três	631	8,3

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Se em relação à utilização de um único nome, a percentagem entre rapazes e raparigas é equilibrada (45,9% para os rapazes e 44,5% para as raparigas), no que toca à utilização de dois nomes, a diferença é maior: só 25,1% das raparigas tinham a indicação de dois nomes contra 30,1% nos rapazes.

Seriam os rapazes mais valorizados e por isso objecto de uma sinalização dupla, de modo a não serem confundidos com outros que usassem um único nome? Estratégia para maior facilidade na possível posterior recuperação? Moda? Se se avança no número de nomes, a tendência será para a aproximação entre os dois sexos. Os apelidos constituem outra questão porque quanto a estes dificilmente saberemos se correspondiam a nomes da família da criança. Em todo o caso constituem uma percentagem pouco significativa do total. Inclusivamente, os sobrenomes poderiam ser tomados de outrem⁹⁰⁴, sem corresponderem aos laços de parentesco da criança, servindo de estratégia para, mais uma vez, pressionar a SCML na tentativa de assegurar um melhor tratamento à criança abandonada: “(...) Remeto a V S^a iste menino coando se batizar se lhe pora Nome de françisco i por sobre Nome de Souza Coutinho (...)”⁹⁰⁵. Esta questão remete-nos novamente para a importância dos nomes. O nome não só identifica, individualiza e nos torna únicos em relação aos parentes e à comunidade em geral. O nome constrói-nos, contribui para uma dimensão social reconhecida pelos outros. À dimensão meramente denotativa, junta-se uma outra, conotativa, uma espécie de código social que nos relaciona com grupos e categorias sociais.

Assinale-se que quando o nome não é pedido e a sua atribuição é da responsabilidade da SCML, ou quando referido em documentos oficiais (certidões, guias, etc.), o nome utilizado é quase sempre único, nunca composto por dois nomes próprios, o que se inscreve no uso da época de os registos do baptismo terem na generalidade um único nome: “(...) uma menia q pertende o seu nome seja Elizia Augusta (...)”⁹⁰⁶ foi baptizada com o nome de Narciza ou ainda este outro “Na santa Caza da Mezericordia Emtra pello Amor de Deos huma Menina xamada Fellysissima Antonia do Nassimento

⁹⁰⁴ Dada a inexistência de um quadro legal sobre a atribuição dos nomes, “no Reino muitos homens obscuros adoptam apelidos das Casas, não só ilustres, mas titulares”. In Nuno Gonçalo Monteiro, op. cit., p. 54.

⁹⁰⁵ Ver Sinal nº 1010 de 1822.

⁹⁰⁶ Ver Sinal nº 958 de 1847.

(...)”⁹⁰⁷ a quem o padre baptizou com o nome de Maria. E os exemplos poder-se-iam multiplicar.

Não raramente, o padre não aceita o nome completo proposto, principalmente se se tratam de sobrenomes/alcunhas. Transcreve unicamente o primeiro e o segundo nome, por vezes só o primeiro, e omite todos os restantes. Estratégia para despistar possíveis fraudes? O texto era muito claro: “(...) pedece por favor se lhe ponha o Nome de domingos rodrigues lindo (...)”⁹⁰⁸. Certamente o “lindo” seria facilmente detectável por ser pouco habitual e por isso foi retirado do assento, independentemente de ser alcunha ou apelido de família. Num outro pedia-se para se “(...) chamar jetrudes Manoela atanazia (...)”⁹⁰⁹. Nenhum deste nomes foi assente. Por ser invulgar e mais uma vez facilmente detectável? Nem mesmo quando o nome tem conotações cristãs como neste caso, escapou: “(...) Ponha por nome Maria marta dadores (...)”⁹¹⁰, caíram as “dadores”. Em 1850 um pedido de “(...) João de pereira delo Coto (...)”⁹¹¹ ficou-se por um João. De facto todos têm 3 nomes. Considerar-se-ia que 3 nomes eram desnecessários? Iriam contra os usos da época? Em 1818 uma criança entrou com o seguinte nome “Roza Maria Teadora Tiburca Taida de Limpo Pimentel Figueireda de Mello lhe acentaras estes nomes para a todo tempo se hir procurar (...)”⁹¹² e assim foi feito o seu assento mas talvez isso tivesse acontecido porque o nome servia como sinal pelo qual se iria procurar. Em 1824 encontra-se outro caso: “(...) querse q se lhe ponha pornome Francisco Manoel da Fonseca Abreu Castelo branco Corte Rial (...)”⁹¹³, mas também aqui há um pedido semelhante que foi cumprido. Mas não foi a regra. Contudo poder-se-á colocar a hipótese, dado o tom mais próximo na primeira missiva (“lhe acentaras”) e mais impositivo na segunda (“(querse q”)), que se tratariam de crianças cujos familiares conheceriam os meandros da instituição e por isso os seus desejos foram cumpridos e/ou a instituição conhecia os familiares.

8.4 Os nomes mais utilizados

Das crianças entradas neste período mais de 90% trazia uma indicação para o nome. Como se disse, só uma minoria, mesmo trazendo bilhete, não o referia. Se o método tradicional de dar nomes às crianças que entravam nas “Rodas” sem qualquer indicação era o nome do padre, do escrivão e da ama rodeira como acontecia noutras “Rodas” portuguesas de menores dimensões, estaríamos perante um “mar” de gente com nome igual ou muito semelhante, se tivermos em conta que houve períodos de grande afluxo diário de crianças à SCML⁹¹⁴. Mas como a larga maioria trazia indicação do nome, podemos através deste aferir os gostos dominantes, as modas, as influências religiosas e até políticas.

Vejamos: nas raparigas o nome mais utilizado é, de longe, *Maria* e se juntarmos a estas as *Maria* provenientes da Enfermaria de Sta Bárbara e outras duas a quem o padre

⁹⁰⁷ Ver Sinal nº 1079 de 1833.

⁹⁰⁸ Ver Sinal nº 2193 de 1851.

⁹⁰⁹ Ver Sinal nº 885 de 1809.

⁹¹⁰ Ver Sinal nº 534 de 1831.

⁹¹¹ Ver Sinal nº 487 de 1850.

⁹¹² Ver Sinal nº 187 de 1818.

⁹¹³ Ver Sinal nº 689 de 1824.

⁹¹⁴ Houve períodos em que entraram diariamente na SCML 10 a 15 crianças.

alterou o nome para *Maria*, este nome tornou-se o mais popular e utilizado⁹¹⁵. Mas *Maria* conjugado com outro nome próprio suplanta as simplesmente *Maria*. *Maria da Conceição* e *Maria José* eram combinações muito populares, bem como *Maria do Carmo*, nomes conotados com o catolicismo, nomeadamente com as populares Senhoras da Conceição e do Monte do Carmo. *Maria das Dores*, *Maria Joaquina*, *Maria de Jesus* e *Maria Joana* são os nomes compostos com uma dezena ou mais de preferências. Segue-se uma lista enorme de *Maria* em conjugação com *Carlota*, *Glória*, *Custódia*, *Pureza*, *Ascensão*, *Natividade*, *Rozário*, *Antónia*, etc.

A utilização de *Maria* não como primeiro mas como segundo nome próprio já é menos extensa e muito mais reduzida: *Antónia Maria*, *Gertrudes Maria* e *Isabel Maria*. Outras conjugações são raras: *Emília Maria*, *Carlota Maria*, *Catarina Maria*, por exemplo. De qualquer modo parece que os nomes mais utilizados são mais concentrados num número mais reduzido do que aquilo que irá verificar nos rapazes. Não há dúvida que *Maria* foi muito popular mas resta saber das variações ao longo do período. Depois de *Maria* isolado, ou em combinação com outro nome, os mais usados foram *Gertrudes*, seguido de *Joana*, *Joaquina*, *Anna* e *Francisca*. Como evoluíram, os que se tornaram correntes e os que caíram em desuso, vê-lo-emos mais à frente.

Quadro 19

Nomes mais utilizadas nas raparigas

Maria	398
Maria da Conceição	68
Gertrudes	42
Joanna	30
Joaquina	28
Anna	27

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Há nomes raros e pouco habituais: “Os Pais desta menina rogão a V. Ex^a q tenham nella todo o Celo assim com O Nome hade ser Sifalida Carmina da Conceição (...)”⁹¹⁶ que o padre não aceitou e batizou-a de *Irene*. Num outro caso “(...) Hesta Crianca foi Boiticada na falegixia da encanacion chamada atilla Macia (...)”⁹¹⁷ mas perante um nome tão “bárbaro”, a opção foi um feliz *Bemvinda*.

Nos rapazes a distribuição dos nomes é diferente: *José* é o nome mais popular, incluindo entre os que são originários da Enfermaria de Sta Bárbara⁹¹⁸. Em ordem decrescente, seguem-se *António*, *João*, *Manoel*⁹¹⁹, *Joaquim* e *Francisco*. Também nestas opções estão incluídos os oriundos da Enfermaria de Sta Bárbara. Depois destes, o nome

⁹¹⁵ Normalmente todas as crianças nascidas na Enfermaria de Sta Bárbara e enviadas para a Roda da SCML, são invariavelmente baptizadas com um nome acrescido “da Enfermaria”.

⁹¹⁶ Ver Sinal nº 635 de 1844.

⁹¹⁷ Ver Sinal nº 1716 de 1823.

⁹¹⁸ Nos *José* incluíram-se as suas diferentes grafias: *Jozé*, *Joze*, *José*, *Jose*.

⁹¹⁹ Incluíram-se os “Manuel”.

mais popular foi *Luiz/Luis*. *Pedro* e *Miguel* foram populares na década de 20, curiosamente repartidos de modo quase salomónico com uma ligeira vantagem para *Pedro*. É evidente que a situação política da altura influenciou a onomástica das crianças que deram entrada neste período. *Vicente*, santo padroeiro da cidade de Lisboa também marcou presença. Depois *Augusto*, *Domingos* e *Carlos*.

Quadro 20

Nomes mais utilizadas nos rapazes

José	151
António	134
João	128
Manuel/Manoel	118
Joaquim	88
Francisco	54

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Também entre os rapazes há nomes compostos por dois nomes próprios. Mas, ao contrário da *Maria*, que marca uma presença assinalável entre as opções para as raparigas e embora também não deixe de estar presente no caso dos rapazes, não há entre estes a dominância de um nome sobre os outros. Há *José Maria*, *António Maria* e *Manuel Maria*. Mas as combinações tornam-se mais variadas porque se misturam *António* com *José*, *José* com *António* e com *Joaquim* numa enorme gama de hipóteses e de variações.

Tal como nas raparigas, também há nomes de rapazes que não foram aceites: em um pedido para que recebesse “(...) o nome de Oscar Adolfo (...)”⁹²⁰, o padre optou por um sonoro e estranho *Optato*.

8.5 Os nomes e os santos

Dentro da lógica de o nome funcionar como uma espécie de senha que deveria aproximar os crentes das virtudes cristãs e simultaneamente proteger o seu portador, os nomes de santos foram muito utilizados nos pedidos em todo o período em apreço, se bem que mais frequentes nuns do que noutros. Assim, são muito vulgares como pedidos na última década do século XVIII e na primeira do século XIX, decrescendo de forma acentuada nas duas décadas seguintes, embora sem nunca desaparecerem por completo e voltarem a ter uma presença assinalável na década de 40: “Esta criança Nasseo no Dia 15 Janeiro as 9 horas damanhem esta por Batizar e deve ser aMaro por Nasser no mesmo Dia do dº Sto (...)”⁹²¹. Por vezes o pedido é muito claro e não deixa margem para dúvidas “(...) naseo em o dia de 29 de Janheiro do mesmo anno e no dia de São Fran.co de Sales e se requer q selhe ponha o mesmo nome (...)”⁹²² o que efectivamente foi cumprido ou um outro que informava ter “(...) nasida hoje a doze de maio pª se baltizar i o nome da santa de

⁹²⁰ Ver Sinal nº 728 de 1844.

⁹²¹ Ver Sinal nº 93 de 1843.

⁹²² Ver Sinal nº 370 de 1798.

hoje q he Santa Joana (...)”⁹²³, sendo a criança baptizada de *Joana*. Na década de 1820, informa-se que “(...) hum menino q nasceu a outo do Corente mez, em dia de S. João da Mata, por cuja razão os seus pais pedem q o dº menino se chame João da Mata (...)”⁹²⁴.

A atribuição de nomes de santos poderia ser utilizada não só quando havia um pedido expresso, mas também em outras circunstâncias que implicitamente para aí apontavam: “(...) Este menino nasceo pelas 11 horas da manhã do dia 13 de 8brº de 1820, dia denominado de S. Quintino (...)”⁹²⁵ a quem o padre não teve dúvidas em batizar com o nome de *Quintino*. Por isso a utilização dos nomes dos santos poderia ser feita, ou por pedido expresso de quem abandona, ou por ter sido informado que havia nascido no dia de determinado santo sem o pedir expressamente, ou mesmo na ausência de pedidos, usar nomes de acordo com o santoral.

A utilização dos nomes de carácter vinculativo à situação legal destas crianças nunca foi utilizada na SCML. Não existe uma única referência à utilização de palavras como “Exposto” na composição do nome, o que parece ter sido vulgar em outras regiões do reino ou noutros países. Mesmo o modo como eram designados no baptismo variava entre “recém-nascido(a)” e “menino(a)”, nunca *enjeitado* ou *exposto*. A larga maioria dos bilhetes refere-se a quem é abandonado como “menino(a)” e mais raramente a outras alternativas.

8.6 Os nomes e os lugares

Se a utilização do santoral romano para atribuir nomes às crianças era vulgar, ou porque o dia do nascimento coincidia com o santo celebrado nesse dia, ou por vontade expressa de quem abandonava para fazer recair sobre a criança a proteção divina ou do santo de devoção, também o nome das terras de origem das crianças passa a ser uma componente da sua identificação.

Em caso de sobrevivência, a transmissão desses nomes da toponímia transformar-se-iam em apelidos e, tal como nas crianças que não eram expostas, as alcunhas e as profissões passaram ao longo de gerações à categoria de nomes identificativos. É certo que todas as crianças originárias da Enfermaria de Santa Bárbara, foram registadas com o nome próprio ao qual se acrescentou “Enfermaria” (“Na noite do dia 24 de Junho de 1790 nasceo na Enfermaria de S.Barbara deste Real Hospital, huma menina filha de pays incognitos, que se remete para essa Real casa da Roda, para nella se baptizar e criar com o nome de Maria da Conceição (...)”⁹²⁶ mas não sabemos se essa referência se agregou aos nomes das crianças. Possivelmente foi ignorada e só era assente para um melhor e maior controlo das crianças provenientes desse Hospital.

Mas noutras circunstâncias a referência da toponímia passou a ser uma componente plena do nome da criança: “no dia 13 de oitubro de uanno de 1868 naseu este menino as 9

⁹²³ Ver Sinal nº 607 de 1798.

⁹²⁴ Ver Sinal nº 219 de 1824.

⁹²⁵ Ver Sinal nº 1494 de 1820.

⁹²⁶ Ver Sinal nº 711 de 1790.

horas da note ientra p^a santa caza da mezericordia nu dia 9 de dezenbro Du mesmo anno ainda pur batizar p^a se chamar joaquim iduardo de Valle de maseira ipur este mesmo nome hade ser percurado aseu tenpo”⁹²⁷. “Joaquim Eduardo do Valle de Maceira”, sobre o qual restarão poucas dúvidas que será originário de Vale de Maceira pois a utilização da preposição “*de* Valle de maseira” é muito clara, não sobreviveu tendo morrido no ano seguinte, caso contrário a origem geográfica ter-se-ia transformado num apelido.

A associação do nome da terra de origem ou da freguesia ao apelido é uma constante durante todo o período sondado: “(...) Roza dos Anjos, nassida i Baptizada na freguezia d Nossa Senhora dos Anjos (...)”⁹²⁸. E esta associação podia ser uma indicação prévia, constante no bilhete, como uma associação posterior que era feita no momento do assento de entrada e de batismo.

No primeiro caso “(...) Nome hade Chamar Bernarda de Jezus Cardoza Ponte de Lima Vai entra p^a a Roda as 5 horas da tarde do mesmo dia (...)”⁹²⁹. Na realidade a criança foi oficialmente apelidada de *Bernarda de Jezus Cardoza Ponte de Lima* sem termos a certeza se Ponte de Lima é ou não uma referência geográfica porque a criança é de Lisboa e entrou 6 horas após o seu nascimento.

8.7 Diz-me como te chamas, dir-te-ei quem és?

Num estudo sobre Siena entre 1766 e 1768, Carlo Corsini faz uma abordagem muito sugestiva de uma questão (que nunca se poderá resolver, mas apenas apontar pistas por indicações indirectas da leitura): a existência de nomes específicos para as crianças legítimas e para as crianças que foram abandonadas⁹³⁰. Segundo o autor, há nomes parecidos mas não iguais se aplicados a legítimos ou a abandonados (Pavolo/Paolo e Pollonia/Apollonia para crianças legítimas e abandonadas, respectivamente)⁹³¹. Também defende que as crianças abandonadas usam menos nomes do que as legítimas. Pela natureza do abandono, anónimo, raramente saberemos qual a condição legal das crianças, se legítima se ilegítima, a não ser por indicação expressa do bilhete e mesmo assim é confiar sem haver possibilidade de prova contrária. Acresce que a ilegitimidade não seria a única razão da entrada na SCML, mas sim a pobreza que a todos tocava, a legítimos ou ilegítimos, embora estes à partida estivessem em condições de maior desvantagem. O autor chegou a estas conclusões porque comparou os registos de baptismo das crianças abandonadas com aquelas que o não foram, o que está fora do âmbito deste trabalho.

Mas não deixa de ser curiosa esta abordagem e o vislumbre que alguns escritos permitem. “Remetese aesta santa Caza huma Menina, aqual sehadechamar D. Maria Helena de Souza Vieira (...)”⁹³² que foi registada no livro de baptismo como “D. Maria

⁹²⁷ Ver Sinal nº 2568 de 1868.

⁹²⁸ Ver Sinal nº 607 de 1864.

⁹²⁹ Ver Sinal nº 407 de 1826.

⁹³⁰ Ver Carlo A. Corsini, «Prénom et classe sociale. Les enfants trouvés à Sienne, 1766-1768», DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (org. de), *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, EHESS, Paris, 1984, pp. 177-187.

⁹³¹ Carlo A. Corsini, op. cit., p. 181.

⁹³² Ver Sinal nº 117 de 1797.

Helena”. Sobre ela nada mais sabemos a não ser que teve uma curta vida: entrou em 24 de Janeiro de 1797 e morreu no dia 1 de Fevereiro do mesmo ano. Certamente haveria indicações por parte da SCML sobre a origem desta criança, de tal modo que foi cumprido por parte desta o pedido de “Dona” que remete para um estrato social diferente da larga maioria das crianças que davam entrada na SCML.

Já o caso seguinte é muito significativo: “Em 27 do mês de Março de 1797 Se entrega hua menina q por nome se hade chamar D. Antonia Joaquina do Carmo; e por este nome se hade procurar Pedese a V. Ex.^a o mande tratar bem e emtretanto se fica rogando pela Vida de V^a Ex^a e aumento deata S. Casa (...)”⁹³³. Entrada em 27 de Março de 1797, às 8 da noite, (e em Março 8 da noite, é efectivamente noite), o que leva a supor que se pretendia a máxima discrição do acto de abandonar, baptizada com o mesmo nome ao qual não se retirou o “Dona”. Depois de entregue a uma ama regressou à SCML, em 12 de Abril de 1802 (5 anos após a entrada) para ser entregue à mãe no dia seguinte, D. Gertrudes Maria de Jezus, mulher de Antonio Bernansel, moradora no Cardal da Graça, freguesia de Sta Engracia, sem pagar nada atendendo a SCML às razões que lhe foram apresentadas. Foi fiador da entrega Joaquim Ignacio de Medeiros com loja de ourives na Calçada do Congro e todos os intervenientes assinaram no acto da entrega: o mordomo dos expostos, o fiador e a mãe, “D. Getrodes M^a de Jezus”.

Uma mulher que sabe escrever, referenciada com o nome de “Dona”, que se apresenta 5 anos depois para recuperar a filha é, a todos os títulos, pouco comum, se atendermos, por um lado às taxas de analfabetismo feminino, por outro, à sorte da maioria das crianças entradas na SCML: a morte (às sobreviventes restava o mundo do trabalho na área dos serviços domésticos, da lavoura e pouco mais). O facto de o fiador ser um ourives parece apontar para uma pequena burguesia citadina, mas nunca saberemos se aquela criança era filha do marido da mãe e portanto uma criança legítima, ou se o seu nascimento foi anterior ao casamento e portanto, era filha natural ou se aquele marido era o pai da criança. De qualquer modo, estamos perante uma criança que ingressou na sua família, ou pelo menos regressou à mãe biológica.

Vejamos estes casos:

“Nasceo esta Menina 14 de agosto pelas 4 horas da tarde evai para esta Rial Casa a 15 dia da asumpção de N. Snr^a esenlhe pora por nome D. Thereza Caethana dá a sua entrada pelas 6 horas emea damanhan emapresendo hotro escrito como este eda mesma letra sepodera entregar hoje 15 de agosto de 1797”⁹³⁴. Entrou na realidade em 15 de Agosto de 1797 pelas 6 horas e trinta minutos mas morreu no ano seguinte em Abril. Nada mais sabemos.

Mas de uma “(...) menina Nasceu em o Dia 2 de Junho de 1841 pellas 3 = horas da noute em Lisboa cujo não TAM o freio da Lingua cortado e não esta Bathizada Pai Joze da Silva Abreu e D^a Gertrudes Roza da Silva da Freguezia de São Domingos em Lisboa

⁹³³ Ver Sinal nº 409 de 1797.

⁹³⁴ Ver Sinal nº 989 de 1797.

(...)”⁹³⁵ que entrou em 15 de Junho de 1841 pelas 3 horas e 30 minutos, baptizada sem o “dona” acabando por morrer em casa da ama que a criava em 8 de Agosto desse mesmo ano.

Embora através destes bilhetes não possamos ter a certeza do estatuto legal destas crianças, dado o cuidado do padre no acto do assento, poderemos estar perante crianças pertencentes a um nível social médio.

Apesar de não ser possível fazer comparações entre os registos das crianças abandonadas e as que o não foram, não deixa de ser curioso que as crianças que entravam com a indicação clara de que eram legítimas, eram em grande parte portadoras de nomes próprios compostos ou nomes próprios acompanhados de apelidos. Trata-se de uma constante para todo o período em análise: “Este menino he de legitimo Matrimonio a desgraça de seus pays o obriga avaler se da piedade desta Sta Caza aqm suplica, e deqm espera huma particular compaixão: he baptizado, chama-se Gustavo (...)”⁹³⁶. Aliás este caso é muito curioso porque, embora só pedindo o nome de Gustavo, foi batizado com *Gustavo Adolfo Hercules*, certamente alguma indicação oral no momento da entrada. No ano seguinte “Este menino ainda não está baptizado: nasceo aos sette de Julho de mil settecentos noventa ehum. Seos pays Manoel Francisco Galrão e Anna Maria os quais por se acharem em summa pobreza Rogão à Santa Caza da Mizericordia o faça batizar com o nome de Claudio Benedicto Galrão. (...) Declaração qe he filho de Legitimo Matrimonio dos dittos Paes recebidos (...)”⁹³⁷. Os exemplos poder-se-iam multiplicar, embora nem todos os casos obedeçam à mesma regra. Em 1811, duas irmãs gémeas “Estas duas mininas som de matrimonio som gemias huma he Maria e a outra Marianna”⁹³⁸. No caso dos gémeos os nomes têm a particularidade de serem conjugações ou variações dentro da mesma base: Maria/Mariana; António/Antónia, etc.

Há claros indícios de uma concentração de nomes próprios compostos por um ou mais nomes, com ou sem apelidos, nas crianças onde claramente há referência à sua legitimidade, independentemente desta indicação poder corresponder ou não à verdade dos factos.

8.8 Pedro, Miguel, Carlota Joaquina e os outros...

Em 80 anos (1790-1870), espaço a que corresponderá a cerca de 4 gerações, os nomes terão necessariamente de refletir os gostos, as modas e as alterações sociais, principalmente se tivermos em conta que este período abarca anos estruturantes da sociedade portuguesa, como seja a passagem da monarquia absoluta para a monarquia constitucional. Todas as épocas mais intensas em termos de acontecimentos políticos evocaram os seus “heróis” através da apropriação dos seus nomes de modo a homenagear quem contribui de forma decisiva para o devir colectivo.

⁹³⁵ Ver Sinal nº 1007 de 1841.

⁹³⁶ Ver Sinal nº 735 de 1790.

⁹³⁷ Ver Sinal nº 717 de 1791.

⁹³⁸ Ver Sinal nº 148 de 1811.

Assim sendo, os nomes têm história, ou melhor, têm uma “história”. Os nomes que “desaparecem” ou se tornam menos utilizados de uma geração para outra e a emergência de novos nomes relacionam-se, até ao século XIX com o aparecimento de novos santos, ou com acontecimentos políticos marcantes⁹³⁹.

O século XIX português abre, logo na 1ª década, com a presença dos franceses em território nacional e esta deixou uma marca muito viva na sociedade portuguesa que pode ser seguida através das deslocações da população como aliás dão conta os bilhetes deixados nas crianças ou do modo como estes eram vistos por alguns sectores da sociedade⁹⁴⁰. Mas se os franceses eram os “inimigos” também, como já vimos, foram homenageados através dos nomes atribuídos às crianças.

E se “Pedro” é um nome transversal a todo o período, certamente juntando à conotação religiosa a conotação política, já “Miguel”, embora também seja um nome que podemos encontrar em todas as décadas, tem o seu auge na década de 20 e 30 do século XIX, ao que não será alheia a conjuntura política da luta entre liberais e absolutistas liderada pelos dois irmãos. E mesmo um menino para quem foi pedido o nome de Luis, viu o seu nome alterado para Pedro Augusto que, segundo o assento foi o “nome posto por S. Mag.e Imp.al”⁹⁴¹.

Na década de 30 aparecem dois nomes até então pouco usados ou mesmo ignorados: *Maria da Glória* e *Pedro Augusto*. A primeira porque rainha de Portugal entre 1834 e 1853 (D. Maria II) cujo nome era Maria da Glória ... e o segundo, vencedor da guerra civil e pai da nova rainha.

8.9 Quem pede

Na generalidade os bilhetes nunca são escritos nas primeiras pessoas do singular ou do plural. Quem escreve, fá-lo de forma impessoal, numa 3ª pessoa do singular que nunca teremos a certeza de quem seja: “pede-se”. Tanto podem pedir os pais, o pai, a mãe, como ser um pedido feito por um agente fora do circuito familiar. Mas há pedidos na 1ª pessoa do singular (mãe ou pai) e do plural (pais). Os pedidos feitos pelas mães são mais frequentes, talvez indício de que aquelas crianças eram ilegítimas e de que o pai era uma figura ausente. Ou mesmo legítimas, sendo o pai ausente na altura do nascimento (embarcado, preso, na guerra, etc.). Não quer isto dizer que fossem as mães a escrever o bilhete “Naceo a 28 de Janeiro não esta Batiçado a Mai quere que sejame Gil Martins (...)”⁹⁴² mas não há dúvida que tiveram uma acção directa e decisiva na sua atribuição e num bilhete de 1841 não há dúvidas sobre a autoria do pedido: a mãe assume o facto de

⁹³⁹ Hoje a utilização de novos nomes próprios tem a sua inspiração em personagens mais mediáticas, sejam os jogadores de futebol, os cantores e actores de cinema, bem como actores da cena política e mesmo da realeza. Quantos “Luís Filipe” não surgiram após 1908 em Portugal? E quantas “Dianas” não se registaram na década de 80 do século XX?

⁹⁴⁰ “Vai exposta pª a Roda da santa Caza da Mizericórdia da cidade de Lisboa, hua Menina, filha de Pais pobres q se achão refugiados nesta Capital por cauza dos inimigos (...)”. Ver Sinal nº 1768 de 1810.

⁹⁴¹ Ver Assento do exposto nº 1914 de 1833.

⁹⁴² Ver Sinal nº 206 de 1839.

entregar a criança à SCML, aduzindo as razões e pedindo o nome⁹⁴³. Estes bilhetes escritos na 1ª pessoa, no feminino, serão objecto de uma análise mais pormenorizada.

Por vezes é o pai⁹⁴⁴ a fazer o pedido ou o casal⁹⁴⁵. Mais curiosos, por parecerem cair no contraditório, são as crianças filhas de “(...) de pais emcolitos e se hade xamar Maria pois seus Pais assim querem (...)”⁹⁴⁶.

Para tornar o pedido de nome ainda mais personalizado e único, alguns pedidos de nome são feitos através só de iniciais ou de nomes próprios combinados com iniciais: “Nasção a Nove de janeiro d 1869 as duas horas – Não Baptizada, a Menina L, A, G, B, (...)”⁹⁴⁷ ou “(...) tendo por nome Joze Thiago A. (...)”⁹⁴⁸.

8.10 Nome: do património herdado ao nome atribuído pela SCML

De meados do ano de 1861 até ao fim do período sondado, a política da atribuição do nome mudou na SCML. Se até essa data, os pedidos foram, na sua larguíssima maioria respeitados e cumpridos, e as mudanças foram esporádicas e podem considerar-se excepções, a partir dessa data a situação inverte-se: excepções serão a satisfação do pedido formulado e a larguíssima maioria vê o nome pedido alterado. Certamente haveria uma lista alfabética com nomes femininos e masculinos que iam sendo dados às crianças. Quando se chegava ao último nome da lista, voltar-se-ia ao início numa ronda de nomes tão estranhos quanto exuberantes e exóticos repetidos ano após ano. Dos registos passam a constar dois nomes: o pedido no bilhete e o atribuído pela SCML e será esse que irá prevalecer em todos os documentos oficiais posteriores, em caso de os haver.

As excepções são poucas e algumas são claramente identificadas e justificadas. Outras não tanto e colocam uma questão: parece que perante alguns pedidos sobre os quais se percebe existir um conhecimento mútuo entre quem abandona e quem entrega, a SCML manteve o nome pedido. Isto remete para um outro nível: até que ponto a SCML não foi conivente no abandono resolvendo deste modo situações delicadas para uma camada da população que abandonava não por pobreza mas por questões de ordem social? Até que ponto a SCML não resolveu deste modo o problema de amigos e conhecidos porque o

⁹⁴³ “A 6 de Junho de 1851 acabo de ser Mai, e mando de pozitar mª Filha no Azilo da Innocencia abandonada. Pedindo q tenham pª com a Infeliz criança a Caridade e Amor q sua Infeliz Mai não lhes pode pordigalizar. Se algum dia eu poder ter aventura de a reclamar; hum escripto igual a este deve ser apresentado, e com hum pedacinho de chita igual á das Ropinhas, assim como também hum bocadinho de debrum de seda Irmão do q garante o coeiro, o qual é de beitalha de Algodão branco. Camiza nova, volvedoiro com huma das pontas em forma de bico e com duas fitas de linha cozidas à mesma. Peço q Batizem a criança com o Nome de Candida”. Ver Sinal nº 1077 de 1851.

⁹⁴⁴ “hoije 10 de Agosto d 1843 hemos sido humo Menino os nobe do mês de agosto d1843 he Recolhido A esta Santa Caza no dia 10 do dito mês Não bai Baptizado ho Nome quer o seu pai q se chame fran.co Loirencos (...)”. Ver Sinal nº 1305 de 1843.

⁹⁴⁵ “João Joze Rebello e D.Maria do Socorro e Neves Guerra Mil-Homens Rebello, legitimam.te dispozados, expõem ao cuidado da Sta Caza da Misericordia de Lisboa a Henrique Julio do Socorro e Rebello Exposto, filho legitimo destes inconcolaveis Consortes (...)”. Ver Sinal nº 1306 de 1840.

⁹⁴⁶ Ver Sinal nº 1646 de 1841.

⁹⁴⁷ Ver Sinal nº 87 de 1869.

⁹⁴⁸ Ver Sinal nº 720 de 1869.

nascimento de uma criança poderia pôr em causa convenções sociais, estratégias matrimoniais, casamentos existentes, etc?

Contudo, os casos em que a criança já entrava na SCML com uma certidão de baptismo passada por um padre constituíam exceções compreensíveis. Nesses casos, o nome permanecia inalterado⁹⁴⁹.

A partir de Maio de 1861 os nomes irão ser sistematicamente mudados. Das primeiras mudanças constam duas crianças entradas em datas muito próximas a quem foram atribuídos os nomes iniciados pela letra A: “Naseo no dia 13 de Junho 1861 não vai Baptizada e pedese para lhe por o nome de Antonia (...)” a quem foi dado o nome de *Antonietta*⁹⁵⁰ e nos rapazes uma criança “(...) ientra p^a a santa каза da mezericordia as 4 horas da tarde Du mesmo dia i anno ainda pur batizar p^a se chamar João Francisco reges (...)” a quem foi dado o nome de *Alceu*⁹⁵¹.

Devido a esta nova política da SCML em relação aos nomes, os apelidos que constavam dos bilhetes e que, de algum modo, seriam referências da criança que se abandona, foram ignorados. Serão baptizadas com um único nome perdendo-se para sempre esse património familiar. Mas também podemos entender como um tratamento mais igualitário entre todas as crianças. Em 1865 “(...) pede-se por favor que lhe ponha Guilhermina Helena do Rio de Carvalho.”⁹⁵². O pedido foi recusado e a criança baptizada com um popular *Pulcheria*.

Nem os bilhetes escritos em línguas estrangeiras escaparam a estas mudanças: um menino para quem foi solicitado o nome de *Jules Antoine Marie* e de quem foi aberto um assento em nome de *Julio Antonio Maria* foi contemplado com um sonoro *Apparicio*.

Tentemos reconstruir essa lista alfabética que tem características curiosas. Uma delas é a aplicação feminina/masculina do mesmo nome (*Simphoronia/Simphoronio*); outra é uma espécie de derivação do nome tendo por base o mesmo (*Simphoriana/Simphoriano*). Outra característica é a utilização de nomes conotados com a cultura greco-romana (*Plutarco, Tarquinio, Romulo, Palatino, Tiberio* e a sua correspondência no feminino: *Plutarca, Tarquinia, Romula, Palatina, Tiberia*). Ainda se detectam nomes com conotações históricas ligados a diversas personalidades: *Napoleão, Theodorico, Lothario, Othão*, etc.

A lista era vasta, conjugada de A a Z, utilizada de forma rigorosa e quando se esgotavam os nomes, quando se chegava ao *Zimas* ou *Zozimo* no masculino e à *Zebina* ou *Zozima* no feminino, regressava-se ao *Achilleu* e à *Adjuta* repetindo-se os nomes ano após ano com um rigor de aplicação assinalável. A maior parte dos nomes utilizados não são nomes correntes utilizados hoje em dia. E mesmo que os nomes tenham modas, que têm, e a sua utilização obedeça a gostos colectivos, os nomes desta lista eram a todos os títulos

⁹⁴⁹ Ver Sinal nº 399 de 1863.

⁹⁵⁰ Ver Sinal nº 1362 de 1861.

⁹⁵¹ Ver Sinal nº 1381 de 1861.

⁹⁵² Ver Sinal nº 303 de 1865.

únicos e extravagantes. E isso é claro porque ninguém se lembrou de pedir um “Taurino” ou “Pascazia”. Os nomes comuns e típicos do léxico português estavam ausentes da lista, como por exemplo “José”, “Maria”. A origem e o que significam esses nomes delirantes é uma questão em aberto. Se o objectivo era evitar fraudes perdendo os pais qualquer hipótese de conhecer o paradeiro dos filhos, esta estratégia seria bastante eficaz.

Percorramos a lista de A a Z, iniciando-a no A e para cada letra um exemplo de um nome masculino e outro feminino: *Admeto, Adjuta; Bellino, Bricia; Ceseau, Canuta; Dioscoro, Docoroza; Elpidio, Elmana; Febronio, Facunda; Gassendo, Genadia; Hugobaldo, Humiliana; Ildefonso, Ildefonsa; Joveniano, Jucunda; Lysippo, Ligeria; Manços, Maxencia; Neophilo, Nymfa; Olau, Optaciana; Pergentino, Pretextuta; Quintilio, Quintiliana; Reveriano, Romula; Seroando, Sebastia; Taurino, Tursilia; Ubaldo, Ulpiana; Venerando, Venusta; Zimas, Zozima*. A estes exemplos poder-se-iam juntar os *Zenaides, Vercundo, Cleomenes* ou o *Dativo*.

A única letra com pouca utilização foi a letra X, mas mesmo assim não escapou um *Xisto*. Estes nomes apresentados poderiam ser complementados com uma enorme lista de outros nomes tão bizarros quanto impronunciáveis (alguns).

Como dissemos, esta lista era composta por nomes onde se misturava a tradição dos santos da Igreja católica com nomes da mitologia greco-romana e heróis. Para além dos nomes já apresentados, foram utilizados outros que singularizavam definitivamente aquelas crianças: *Alarico, Arethuza, Chrispiniano, Crisogono, Cyrilla, Demetria, Electra, Ganimedes, Gelazio, Heliadora, Hemitéria, Nereu, Nominanda, Pancraccio, Pascazia, Prisca, Procopia, Pudenciana, Sarbelio, Satyro, Verecunda, Zenaides e Zima*. Ano após ano, os nomes foram-se repetindo conforme se esgotavam os nomes da lista pré-existente.

E os nomes que hoje nos são familiares e de utilização generalizada seriam na época nomes pouco comuns e de utilização muito restrita, tais como *Helena, Diana* ou *Guilherme*, e estariam ao mesmo nível dos que hoje caíram completamente em desuso e todos teriam como função o não deixar pistas sobre o paradeiro da criança porque esta nova política de alteração de nomes se prenderia com casos de fraude que a SCML queria evitar como parece transparecer neste bilhete: “Nasceu este menino no dia 1 de Março de 1853 que se hade chamar Antonio Vai por Baptizar o fato em que vai envolvido se conserve com o Sinal porque e natural que esta criança seja Criada Posualmente”⁹⁵³.

O portador de semelhantes nomes deveria ser reconhecido socialmente como alguém que passou pela “Roda”, que foi abandonado. Isto explica que quando as raparigas que sobrevivem chegam a casar, é habitual alterar o nome, talvez por alguns serem considerados infamantes ou terem uma origem que se deseja apagar. Essa alteração passava por aumentar do número de nomes, nomeadamente apelidos, muitos deles com origem nos nomes das amas que as criaram, das localidades onde cresceram, ou apelidos de conotação religiosa: *de Jesus, da Conceição, do Espirito Santo*, etc. Veja-se o caso desta menina: “Esta Menina nasceu As 9 horas do dia 13 de Dezembro de 1856 Ainda não

⁹⁵³ Ver Sinal nº 443 de 1853.

esta batizada que lhe ponhão o nome Vergina”⁹⁵⁴. Na realidade a menina foi registada com o nome de *Virgina*, mas em 31 de Janeiro de 1924, a SCML passou-lhe uma cédula com o nome de *Verginia do Nascimento Gago da Câmara*. Casou com o nome de *Verginia do Nascimento. Gago da Câmara* foram os apelidos adquiridos através do casamento.

Vejamos a trajetória de uma menina entrada em 1867 e a quem foi passada uma cédula em 1924 e que no bilhete se pedia “(...) para se chamar Anna (...)”⁹⁵⁵. A menina foi baptizada com o nome de *Guiomar* e quando lhe foi passada a cédula o nome que constava era *Guiomar Maria da Conceição*. Isto é, oficialmente o que na realidade prevaleceu foi o nome atribuído pela SCML. Os casos poder-se-iam multiplicar incluindo crianças para quem eram pedidos nomes e apelidos e que viram o seu nome completamente alterado.

Uma questão importante é saber-se se a política da SCML de alterar os nomes era do conhecimento da população. Há alguns indícios que apontam para que esse facto fosse de conhecimento, senão geral, pelo menos de alguns sectores da população. Em 1865 foi pedido “(...) que não se mude o nome por que já vai Batizado Na Fraguezia do Socorro nassido no Hospital de S. Joze”⁹⁵⁶.

8.11 Nomes e trocadilhos

Os nomes que carregam uma simbologia de carácter sagrado são frequentes entre os nomes utilizados nas crianças entradas na SCML. Pedidos para “(...) que se lhe puzese por nome felisidade porpetua (...)”⁹⁵⁷ ou uma outra variante “(...) u seu Nome hade ser Perpetua felicidade (...)”⁹⁵⁸ remetem para o campo do desejo de que a criança tenha uma longa vida de felicidade. Este tipo de nome foi sempre aceite por se enquadrar dentro dos parâmetros da religiosidade da época. Desapareceram ao longo do século ou porque passaram de moda ou porque os valores religiosos deixaram de ter tanto peso.

Como vimos anteriormente há nomes que não são aceites. O caso mais comum são os pedidos de *Prazeres* serem trocados por *Dores*. Seria difícil aceitar prazeres, mas em contrapartida as dores estariam muito mais de acordo com a vivência da época e com o ideal cristão. Mais notório e justificável ainda se estivermos perante um pedido *Maria dos Prazeres de Jesus*. Estes funcionários estavam atentos e utilizavam uma de duas estratégias: ou as *Maria dos Prazeres* eram batizadas *Maria das Dores* ou omitiam-se e ignoravam-se os *Prazeres* ainda mais se *de Jesus*. Assim, um bilhete de “(...) huma menina que naceu a 8 dabril de mil esetesentos e noventa e dois que sehade xamar Julia dos prazeres deiazus (...)”⁹⁵⁹ foi batizada unicamente com o primeiro nome, *Julia*, deixando-se cair os outros dois nomes pedidos.

Já outros trocadilhos são mais subtis: “A dois do mês de marco domingo gordo bai para asanta caza o menino joão felis solente bautizado por sinal com hums mangitos

⁹⁵⁴ Ver Sinal nº 2502 de 1856.

⁹⁵⁵ Ver Sinal nº 1576 de 1867.

⁹⁵⁶ Ver Sinal nº 1457 de 1865.

⁹⁵⁷ Ver Sinal nº 279 de 1815.

⁹⁵⁸ Ver Sinal nº 663 de 1822.

⁹⁵⁹ Ver Sinal nº 380 de 1792.

bordoados de seda de riscas e tres coeiros pardos dois no corpo e huns na cabeça Hoje dois do mês de março domingo gordo era do tal que por hinão por ca”⁹⁶⁰.

Embora a última frase pareça não fazer sentido, o que é certo é que o bilhete não termina com a tradicional “era de Nosso Senhor Jesus Cristo” e pela originalidade final, é legítimo supor-se que a ligação domingo gordo/João felis não será por acaso. Poder-se-á argumentar que o *felis* corresponde não a *feliz* mas ao actual *féliz*. Mas dada a quadra e as referências escolhidas, parece-nos que a primeira hipótese será mais plausível.

Não deixa de ser uma conjugação feliz, dentro dos princípios cristãos, que “No dia de sexta feira de paixão a 21 de março de 1856 nasço felcidade de Jazus (...)”⁹⁶¹. Dentro desta temática religiosa relacionada com a Páscoa, uma criança que “(...) nascô em dia de Pascoa pello meio dia neste prez.te Anno de 1821, deve chamar-se Joanna Maria da Resurreição (...)”⁹⁶².

Também o Natal deu origem a nomes relacionados com essa época específica: “Nasseo esta menina a no mês dezembro 24 do anno de 1829 para pur nome Maria do nacimiento (...)”⁹⁶³ ou “A esta menina pedem q se lhe ponha o nome de Antonia do Nacimento”⁹⁶⁴.

8.12 Uma certa igualdade nos nomes?

Como já foi referido, a SCML, exceptuando os períodos em que houve uma política deliberada de alterar todos os nomes, ignorando os pedidos formulados, a instituição procurou cumprir o que os bilhetes mencionavam. Inclusivamente, quando a criança entrava sem qualquer referência e depois aparecia o bilhete com o nome pretendido e a criança já tivesse sido batizada com outro nome, havia a preocupação de assentar os dois nomes no registo: aquele que lhe foi dado no momento do batismo e aquele que chegava já depois do ato realizado. Foi o que aconteceu, por exemplo, a Theotonia, oriunda de Belém: “Em o dia – 22=de Agosto As – 5= oras da manha se pos na Roda de Belem huma menina que tinha nasido no antesedente dia Aqual não esta Batizada nem leva o freio feito ade selhe por por nome Embolina da Conceição (...)”⁹⁶⁵, cujo bilhete foi entregue dois dias mais tarde. Do registo desta criança constam dois nomes: Theotonia de Belem/Umbelina da Conceição.

Também é de notar que todos os nomes atribuídos pela SCML eram nomes simples, um único nome, numa uniformização que poderia apontar para uma certa igualdade no tratamento das crianças. O desaparecimento dos apelidos nos registos, poder-se-á explicar, por um lado, pela necessidade de despistar o paradeiro da criança e evitar fraudes e por outro, simbolicamente assinalar a situação de igualdade de todas as crianças perante a SCML e a desvinculação com o passado familiar. Vejamos alguns exemplos: “emtra na Sta

⁹⁶⁰ Ver Sinal nº 278 de 1794.

⁹⁶¹ Ver Sinal nº 664 de 1856.

⁹⁶² Ver Sinal nº 590 de 1821.

⁹⁶³ Ver Sinal nº 1753 de 1829.

⁹⁶⁴ Ver Sinal nº 1756 de 1829.

⁹⁶⁵ Ver Sinal nº 1172 de 1808.

caza da roda uma menina q naseo a 5 de julho do anno 1809 adese chamar jetrudes Manoela atanazia (...) ⁹⁶⁶. Suprimiu-se *atanazia* e a criança foi batizada com o nome de *Gertrudes Manoella*. Trata-se de uma constante em todo o período. Em 1831 entrou um menino cujo nome seria “(...) Marsalino Martins (...)” ⁹⁶⁷. Desaparece *Martins* e fica só *Marçalino*. Em 1850 entrou “(...) hum Menino pela santa caza dentro q nasceo no dia 13 de março o meio dia pode chamar João de pereira delo Coto (...)” ⁹⁶⁸. Deste só restou o *João*. Mas se até ao inicio da década de 60 do século XIX, ainda se aceitava parte do nome, quando a política oficial da SCML foi não aceitar e alterar os nomes pedidos, não é de estranhar que uma criança para quem foi pedido o nome de *Perfilio das neves* ⁹⁶⁹, tenha sido brindado com um único nome: *Jovino*.

O mesmo aconteceu a pedidos cujos nomes deveriam ser sonantes na época: “Ahi vai esse minino remetido a Santa Caza porlhe hão por nome João Melquiades de Albuquerque e eCunha (...)” ⁹⁷⁰; a criança foi batizada com um mais simples *João Melquiades*.

Parece-nos que essa igualdade seria mais aparente do que real. Para as crianças cujo nome pedido era antecedido por um “Dona”, esse pedido foi sempre aceite e assente: “Vay depozitase huma menina aqual sechamará D anna Maria (...)” ⁹⁷¹, ou neste outro “Remetese aesta santa Caza huma Menina, aqual sehadechamar D. Maria Helena de Souza Vieira (...)” ⁹⁷². A tendência para abreviar os nomes, nestes casos também acontecia. A última criança foi batizada unicamente com *D. Maria Helena* deixando-se cair o *de Souza Vieira*.

Mas há alguns casos de aceitação dos nomes pedidos mesmo quando a política oficial era de os alterar. Os casos detetados são sobretudo em 1865. Num dos casos “(...) Arthur (...) Este o nome que muito dezejo se ponha a este menino que nasceo ás 4 ½ da tarde de 25 d’Agosto de 1865 (...)” ⁹⁷³. Num outro, a “(...) Menina Nasseu nu dia 9 de Sentenbro as Sete 7 da manha Du anno 1865 i ga vai batizada pesso que não tirem u nome de de felicidade” ⁹⁷⁴. No segundo caso será mais compreensível a não alteração. A criança já viria batizada e tendo em conta esse facto, a manutenção do nome seria compreensível, mas não foi regra porque outras crianças que traziam essa indicação não escaparam à mudança: “Impeloro Jose dos Santos por não ter meios sebestantes de não u puder Criar foi

⁹⁶⁶ Ver Sinal nº 885 de 1809.

⁹⁶⁷ Ver Sinal nº 1592 de 1831.

⁹⁶⁸ Ver Sinal nº 487 de 1850.

⁹⁶⁹ Ver Sinal nº 424 de 1870.

⁹⁷⁰ Ver Sinal nº 1499 de 1797. Apesar de lhe terem sido retirados os apelidos no assento do batismo, a criança, que morreu em poder da ama em 13/3/1802, teve como sepultura a Igreja da Santa Casa da Misericórdia. O local da sepultura não é uma indicação que esteja indicada nos outros assentos. Porquê neste? Tratar-se-ia de uma diferenciação pós morte?

⁹⁷¹ Ver Sinal nº 476 de 1794.

⁹⁷² Ver Sinal nº 117 de 1797.

⁹⁷³ Ver Sinal nº 1735 de 1865.

⁹⁷⁴ Ver Sinal nº 1880 de 1865.

Baptizado na freguezia de S. Jose 17 de dezenbro de 1870 Mai Maria deunizia”⁹⁷⁵. *Jose dos Santos* foi batizado na SCML com outro nome, *Antero*.

Dependeriam estas mudanças da boa vontade do secretário que fazia os assentos? Dependeriam do conhecimento pessoal dos casos em questão? Nada sabemos. Todos seriam iguais, a todos seria dispensado o mesmo tratamento, mas parece haver uns mais iguais do que outros...

Só assim se compreende que um pedido inusitado e único tenha tido o mesmo destino: “Pede-se por m.to favor, q esta menina, q nasceu no dia 28 de Janeiro de 1867 pela h~ua hora da tarde na Infermaria de Sta Barbara, e q se acha baptizada com o nome de Maria do Carmo se lhe faça o assento com o nome de Bibiana. Lx^a 8 de Fever^o de 1867. O. J. R.”⁹⁷⁶. A criança não transitou diretamente da Enfermaria de Sta Bárbara para a SCML, como aliás era usual para algumas crianças. Entre o nascimento e a entrada na instituição decorreram onze dias. Possivelmente quem abandonava considerava o nome atribuído muito comum. *Bibiana* seria mais incomum, com uma função mais sinalizadora e mais do agrado dos pais. O pedido não teve consequências. *Maria do Carmo* não mudou de nome.

8.13 Nomes e cédulas

Todas as cédulas conhecidas passadas pela SCML de crianças entradas até 1870 foram emitidas em Novembro de 1924, quando já eram adultos. Uns com 57 anos e num outro caso a cédula correspondia a uma criança entrada em 1853 e que portanto teria já 71 anos quando lhe foi passado o dito documento. Esta última tinha sido vacinada em 1868 e é um caso interessante de análise. O nome pedido não foi aceite, o que à data não era a política seguida. A criança nascida em “(...) Maio 14 de vai (...) por batizar ades Chamar Brites a camiza nova de pano patente bulbudoiro pano patente com fitas de pano de Linho = Çueiros de betilha Barnça debruados de xita roxa Jaleço de xita azul com pintas Barnças saia de xita de cor de ganga de gutada falrdas de Algodão Lenço de paninho encarnado toca roixa com folhos de casa de cor a fita he hume medida da Senhora da Nazere Urelhas furadas com retros preto Reçomendo a Santa de Lisboa que entregue esta Menina a hume ama capas da era do Anno 1853 Vai Menina em brulhada em Lenço Azul com a Cerçadura Brança”⁹⁷⁷.

Portadora de um pequeno enxoval, mesmo assim muito mais diversificado que a larga maioria das outras crianças, *Brites* foi batizada por *Dionizia*. Trazia as orelhas furadas, uma fita e um pedido para ser entregue a uma *ama capas*. Nascida a 14 de maio e entregue dois dias depois, a 16, nada mais sabemos de Brites/Dionizia. Só sabemos que em 21 de novembro de 1924, a SCML lhe passou uma cédula com o nome de “Dionizia”.

Já os outros casos são mais completos. Em todos eles o nome cresceu de forma significativa: “Este Menino nesseo no dia 4 de Julho de 1867 vai por batizar pede que Le

⁹⁷⁵ Ver Sinal nº 2767 de 1870.

⁹⁷⁶ Ver Sinal nº 300 de 1867.

⁹⁷⁷ Ver Sinal nº 1025 de 1853.

ponha Vizente dos Santos entra para a Santa Caza da Mezericordia no dia 31 de Agosto Mesmo Ano”⁹⁷⁸. No ano em que esta criança entrou já vigorava na SCML a política da alteração sistemática dos nomes. Logo o pedido de *Vicente dos Santos* não foi aceite e foi batizado com *Achilleu*. Em 3 de novembro de 1924 a SCML passou-lhe uma cédula em nome de *Achilleu Augusto da Piedade Silvedo*. De onde vieram estes nomes e apelidos? Da ama ou amas que o criaram? Do local onde habitava? Nada sabemos mas percebemos que a composição dos nomes destas crianças manifestam uma enorme dose de inovação e criatividade, conjungando nomes de cariz religioso com outros profanos ou com conotações geográficas.

Nesse mesmo ano entrou uma outra criança que “(...) naceo no dia 10 de Novembro de 1867 ó meio dia, Entra p^a a Sta caza no mesmo dia ás 6 óras da tarde. Leva os signaes seguintes. Camiza de algodão fralda e tira de linho 1 coeiro escuro debreado, 1 dito de beitolha branco ropão de chita cor de roza 2 lenços, um branco outro encarnado, sinto de chita roxa; Vai por baptizar, e Deve chamar-se Domingos”⁹⁷⁹. *Domingos* foi batizado *Eugeniano*. Foi-lhe passada uma cédula em 22 de novembro de 1924 mas com um nome mais composto: *Eugeniano Soares dos Santos*.

Em 12 de Novembro de 1924 também foi passada uma cédula a uma menina “(...) que nasceo a 18 de Maio de 1868. Ás 6 horas da tarde. Sinais da Ropa 1 camiza uzada 1 Fralda de pano cru uzado 1 mandrião de chita clara d.º 1 Lenço de seda Amarelo dº 1 Toalha de pano patente dº 1 Coeiro de beitolha branco dº Fasão o favor de quando a baltizarem de lhe por o nome de Maria José pois no fim de um an-no será procurada.”⁹⁸⁰. Também o nome solicitado não foi atendido. *Maria José* foi batizada *Almerinda* e da cédula constava uma *Almerinda dos Santos*.

Assim, através destes exemplos é possível perceber que a adopção de nomes variados deu origem a novas linhagens familiares, muitos deles partindo de linhagens que nada tinham a ver com a origem familiar das crianças. Supomos, a não ser que as amas que lhes transmitiram os nomes eram as próprias mães e assim os apelidos adquiridos, apesar de parecerem um “empréstimo” por parte destas, no fundo tratavam-se dos seus verdadeiros nomes de família.

Foi possível seguir o percurso desta última criança e talvez esse percurso justifique o apelido que usará. Em 19 de maio de 1868 (um dia após a sua entrada na SCML) a criança é entregue a Josefa Maria casada com Alexandre Marques, moradores no concelho de Ourém. Em 15 de Junho de 1878 (dez anos após a sua entrada) passou para a ama Joanna de Jesus casada com Manuel Ferreira moradores na mesma freguesia e concelho da anterior. Neste caso é entregue por um prazo de dez anos. Em 29 de Dezembro de 1880 houve uma nova mudança: Almerinda passou para a ama Maria Joanna casada com Manuel Francisco Vestia, lavrador, residentes no concelho de Leiria. O contrato estabelece que a entrega é por seis anos.

⁹⁷⁸ Ver Sinal nº 1754 de 1867.

⁹⁷⁹ Ver Sinal nº 2237 de 1867.

⁹⁸⁰ Ver Sinal nº 1159 de 1868.

Finalmente, em 25 de junho de 1883 Almerinda é entregue por um prazo de três anos a Catharina Roza dos Santos casada com Theotonio Augusto dos Santos, moradores em S. Martinho do Porto, concelho de Alcobaça⁹⁸¹. A partir deste registo nada mais há sobre Almerinda. Teria sido esta a sua última ama de quem herdou o apelido? Parece plausível pensar que seria este o caso e que o mesmo aconteceu com outras crianças.

8.14 Diferenças de género nos nomes?

“O Portador deste se for masculino sechamará Joze Alexandre de Faria e sefor feminina sechamará Gestrudes Roza E Leva 3 coeiros pretos velhos, huns manguitos amarelos com fitas azuis, huma camezinha de pano de la velho, hum volvedouro do mesmo tambem velho, huma touca de Bertenha, huma fita de linha na cintura, e aseu tempo por estes mesmos sinais sera procurada”⁹⁸².

Este bilhete é significativo a vários níveis. Trata-se de um bilhete pré-definido, elaborado antes do nascimento da criança, de tal modo que não se sabia se ia nascer um menino ou uma menina. Independente do sexo da criança a nascer, o enxoval era o mesmo. Aparece uma cor, o preto, que hoje não é habitual entre as cores de um enxoval de um recém nascido mas que à época não teria qualquer importância. Seria tudo velho, de materiais e de cores que houvesse disponível.

Mas este bilhete ainda é curioso por uma outra circunstância: o apelido. Se fosse rapaz, aos nomes próprios juntar-se-ia *Faria*. Se fosse rapariga ficava-se só pelos nomes próprios: *Gertrudes Roza*. A transmissão do apelido pela via masculina, dará aos rapazes uma vantagem significativa, assumida logo à partida pela própria família que não viu necessidade de dar apelido à menina. Na realidade nasceu um rapaz e é esse rapaz que irá ser entregue na SCML. Foi batizado sem *Faria* e morreu no ano seguinte.

Por vezes seria o apelido que deveria de servir de maior sinal. Mas nem sempre foram respeitados quando se tratavam de raparigas. Seriam menos valorizadas, parece ser certo: “(...) não foi logo com o menino este escrito por não aver tempo, onome já estará posto no Baupismo mas ponhão-lhe noasento porsobrenome Botelho, q a seo tempo sehirá buscar (...)”⁹⁸³. Na realidade não entrou um menino, mas sim uma menina batizada *Candida. Botelho* só consta do pedido.

⁹⁸¹ Ver *Livro de Matrículas de Fêmeas*, nº 118, fl. 241, *Livro de Termos de Vestir*, nº 10, fl. 207 v; nº 17, fl. 65 e nº 20, fl. 19 v.

⁹⁸² Ver Sinal nº 1331 de 1795.

⁹⁸³ Ver Sinal nº 329 de 1796.

4. O QUE DIZEM, NÃO DIZENDO: as entrelinhas

1. Mundos de silêncio, anonimato e clandestinidade?

Não será por acaso que a maior parte dos tópicos deste capítulo serão interrogações. Ler nas entrelinhas supõe riscos, dúvidas e incertezas. Trata-se de perceber indícios pelo que está dito, tomando em conta a “denúncia” que a utilização das palavras pode indicar ou o que o “tom” discursivo pode apontar.

Ler os sinais sob o ponto de vista objectivo, é ler parte da história do país e ler histórias pessoais variadas, algumas dramáticas, outras indiferentes, muitas tristes. Na realidade trata-se de ler histórias anónimas, porque se tratam de bilhetes anónimos, é ler o que queriam dizer e o que queriam fazer acreditar aos outros a quem se dirigiam. Mas os bilhetes têm variadas leituras muito para além da leitura simples e objectiva. Têm consigo outros objectos com simbologias que importa desvendar e através destas linguagens explícitas e não explícitas de palavras, objectos e símbolos, antevermos ou pelo menos lançar mais luz sobre as razões porque o fenómeno do abandono tocava tanta gente e tantos agentes, porque era aceite, porque o deixou de ser, porque originou discussões acaloradas, que estratégias foram utilizadas para que a SCML acreditasse na boa-fé do conteúdo do bilhete.

Estes bilhetes podem não ser a realidade, mas são certamente a encenação da realidade que se pretendeu dar ao futuro daquela criança. A vida daquela criança, ficou decidida naquelas palavras. Pouco importa que tivessem alguma conexão com o real. Possivelmente quanto mais efabulado, menos real e mais fictício, quanto mais teria uma aparência de real, de verosimilhança, de capacidade de persuadir a SCML, de pelo menos lançar a dúvida sobre aquela vida que chegava.

Comecemos por uma questão importante: quais eram os códigos da expressão escrita da maioria da população no século XIX? A que chaves poderemos recorrer para abrimos os pequenos textos à compreensão de modo a não perdermos o seu sentido e significado? É certo que os textos reflectem uma linguagem popular, conhecimentos e práticas que hoje consideramos ultrapassadas mas que eram as práticas utilizadas na época sobretudo entre as camadas populares. Hoje ninguém diria que foi a enfermeira que “o aparou”, mas no século XIX utilizar essa expressão era habitual e não deixa de ser verdade: “(...) nasceu Hesse minino he filho de pais emcolitos querem seos Pais q lhi chame Luis Leva hum lasso de fitta cor de folor de alegerim no braso Esquerdo Vai Emtregue pela mesma comadre q o aparou”⁹⁸⁴.

Noutros casos suscitam-nos dúvidas a dualidade do sentido das palavras: “Asento do dia em que se mete esta menina em 2 de Abril do anno de 1813 pornome Perpetua Roza de Jezus leva sinal q Deos lhe deu asima do asento”⁹⁸⁵. Não há dúvida que o primeiro

⁹⁸⁴ Ver Sinal nº 1810 de 1842.

⁹⁸⁵ Ver Sinal nº 560 de 1813.

asento diz respeito ao pedido para fazer o respectivo registo. Mas o segundo *asento*? Perpetua Roza de Jezus seria portadora de um sinal no fundo das costas? Ou haveria um qualquer outro sinal que desconhecemos qual seja e o que se pedia era que este fosse registado? Não sabemos.

Como esta, há uma imensidade de frases e expressões que caíram em desuso bem como práticas que hoje são completamente ignoradas por não terem fundamentação científica como seja “o freio cortado”. Ler estes bilhetes pressupõe conhecer os códigos, os significados e sobretudo não ignorar o quadro de valores culturais, sociais e mentais dominantes neste período.

Há uma ligação entre a escrita e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, bem como a activação de zonas cerebrais, facto que as neuro-ciências têm vindo a demonstrar: saber ler e escrever pressupõe uma riqueza vocabular à qual os analfabetos não tinham acesso. Por isso quem sabe escrever e tratando-se do próprio a abandonar a criança, normalmente o filho, os bilhetes são mais longos, mais descritivos e alguns chegam a elaborar uma narrativa sobre o assunto: porquê abandonar, consequências para o próprio e para a criança deste acto. Expõem sentimentos e afectos muitas vezes ausentes da maioria dos bilhetes que contêm unicamente informações sobre o nome, baptismo, datas de nascimento e de entrada e o enxoval. Passar da descrição à narração supõe uma maior elaboração, uma escrita consciente (de verdades ou inverdades) mas em todo o caso consciente dos objectivos embora também sirva para auto-convencimento, desculpabilização e minorar traumas, desgostos e saudades.

Voltemos ao conteúdo dos bilhetes. Se se entrega uma criança com um longo bilhete e com a firme e expressa promessa de recuperar a criança e esta morre no dia seguinte à entrada, colocam-se duas questões:

1. Porquê escrever um bilhete tão longo se a criança, que morreu no dia seguinte, já deveria dar sinais de graves problemas de saúde?
2. Porquê ter todo esse trabalho e preocupação?

Que crédito dava a SCML a estes pedidos e as estas promessas? Em abono da verdade, parece que nenhum. Só um estudo das amas poderia trazer alguma luz ao assunto porque estas sim, são peças fundamentais nesta engrenagem da sobrevivência, e só através desse conhecimento se poderá ver se havia amas de melhor ou pior qualidade e quem foram as crianças que criaram e qual o seu índice de sobrevivência. Isto coloca uma outra questão: tiveram eco na SCML os pedidos que foram formulados? Houve um tratamento privilegiado para certas crianças? A ter em conta as taxas de mortalidade que se verificavam entre este tipo de população, a morte parece ter tido um carácter “democrático”: a todos varreu independentemente dos indícios de abastança e de desafogo económico dos progenitores.

Habituada a promessas de recompensa, a SCML também sabia que não corresponderiam à verdade. Mesmo quando o pai, a mãe ou os pais se apresentaram para recuperar a criança, na generalidade nada pagaram por reconhecida e pública

impossibilidade de o fazerem devido à pobreza, conforme ficou registado na margem do assento de baptismo. É certo que algumas entregas a familiares são omissas quanto a pagamentos, mas não será descabido pensarmos que a maioria nada pagou. Quanto às promessas de gratificação às amas, desconhecemos de todo se foram ou não cumpridas porque destas, dado o seu carácter privado, nada ficou registado.

Mas mesmo assim, os bilhetes insistem nas promessas e nos pedidos, como se a entrega fosse temporária até a vida (re)tomar um outro rumo. E se a causa do abandono fosse a ilegitimidade, ilegitimidade essa definitiva porque certamente na maioria dos casos os pais nunca se iriam ou poderiam casar, a questão do abandono era uma questão resolvida desde o início. E mesmo que a ilegitimidade fosse transitória, ir buscar um filho ilegítimo seria abrir novamente uma ferida, recolocar novamente o problema que o tinha originado. Seria assumir publicamente relações pré-matromoniais, o que não deixaria de ser condenável *a posteriori* mesmo que o problema do casamento estivesse resolvido.

Entre o que se escreve e a verdade deve haver uma infinidade de *nuances* que só podemos espreitar. É impossível escrutinar a verdade mas podemos ter aproximações através do que não se queria dizer mas acabou por deixar sinais e indícios.

Se para muitos autores, a causa da exposição é a ilegitimidade⁹⁸⁶, no caso das crianças entradas na SCML, poderá ser esse também o caso, contudo agravado com problemas de pobreza e doença. Ao longo do período sondado não há variação de monta entre o número de sinais e o número de crianças: em 1790 (início do estudo) a percentagem de crianças que entraram com sinais era de 54,6% e em 1870 (fim do estudo) era de 62,9%. É certo que há oscilações durante o século XIX, também é certo que os documentos oficiais são mais abundantes durante os primeiros decénios do século, mas a existência constante de sinais escritos revelam gente que, ou sabe escrever ou que manda elaborar o escrito, seja por um familiar, seja por alguém extra família a quem se tem de contar um segredo e, eventualmente, pagar o serviço. Poder-se-á relacionar esta constância com a condição de ilegitimidade?

De cerca de 19% das crianças entradas na “Roda” da SCML temos a certeza da sua ilegitimidade, visto serem maioritariamente provenientes da Enfermaria de Sta Bárbara e de regiões limítrofes. Em ambos os casos o teor das certidões oficiais não deixava dúvida quanto à natureza do nascimento: ilegítimos, filhos de pai incógnito.

Neste mundo do abandono e da clandestinidade (aparente?), que aceita o anonimato como estratégia legítima, os bilhetes ou outros sinais deixados com a criança no momento em que esta é excluída da sua família biológica e entregue a uma instituição de acolhimento, seja na “Roda” da SCML ou noutras “Rodas” espalhadas pelo país, os bilhetes indiciam realidades, marcam diferenças, origens sociais, “dizem” o que eventualmente nem se queria dizer, expõem-se sentimentos e afectos, dão-se razões e

⁹⁸⁶ Ver Léon Carlos Alvarez Santaló, *Marginación social y mentalidad* ..., pp. 199-200.

desculpas, fazem-se promessas, a maior parte das vezes incumpridas, e dão um retrato indirecto da sociedade, das suas dificuldades e convulsões.

O sofrimento dos pais no momento da separação poderá ser mitigado com uma promessa de recuperação futura, o que tornaria o abandono mais suportável porque a esperança da recuperação poderia tornar a dor uma etapa passageira que seria superada pela alegria do retorno a casa da criança.

Ou não seria nada disto? Ou os pais, ou a mãe, faziam-no sabendo de antemão que o seu gesto era definitivo, que nunca mais iriam procurar a criança, mas faziam-no conscientemente de modo a desculpabilizarem-se para pensarem intimamente que tudo tinham feito, ou pelo menos feito alguma coisa pela vida e pela alma do recém-nascido?

Não há dúvidas que algumas crianças abandonadas, a quem foi prometido que regressariam à família, regressaram. Outras, embora houvesse essa promessa nunca tiveram essa hipótese, e outras, a quem nada foi prometido, foram recuperadas.

Serão mundos de silêncios, de ausências mas simultaneamente mundos de grandes emoções, de afectos, de dor que nos deixaram esses testemunhos únicos em pequenos bilhetes, normalmente parcos em palavras e omissos em grandes explicações ou melhor omissos em explicações explícitas e objectivas, relegando para lugar secundaríssimo as justificações e mais interessados em informar, em pedir e em prometer.

A entrega de uma criança com cerca de 7 meses de idade, que entra na SCML “(...) por tristes sirconstâncias dos Pais, (...), e falta do leite de Sua Mai, epor não o poder Suprir Com o Alimento, q lhe He dado; Assim rogo a V. Ex^a q haja por bem, a Cabádo o Resto da Criação de Leite, deste menino, de o Restetuir a seus páis, (...), pois as SirConstâncias de seus Pais prometirão a q Lançarem mão de hum Recurço q tão penozo lhe foi”⁹⁸⁷, justifica uma tomada de decisão e como a passagem pela SCML seria um hiato na vida da criança. E como a instituição se apresentava como um recurso para resolver situações delicadas ou de privação.

De qualquer modo, na generalidade, quem abandona quer rapidamente entregar a criança. Assim se explica que muitas tenham entrado no próprio dia do nascimento, com poucas horas de vida, algumas sem o bilhete, que prometem entregar mais tarde. A decisão de abandonar é já uma questão decidida e uma entrega logo a seguir ao nascimento seria ainda assim menos dolorosa porque impedia os pais, e a mãe particularmente, de aprofundar uma relação de afecto com aquele que se vai abandonar. Os bilhetes refletem bem esta pressa: “(...) 29 de novembro naceo esta menina não vai batizada ade ser Maria do Carmo de Jezus (...) não houve tempo p^a mais pois a flisão foi grande”⁹⁸⁸.

Retomemos esta questão da clandestinidade e do anonimato e analisemos com minúcia este bilhete datado de 1836:

⁹⁸⁷ Ver Sinal nº 1226 de 1838. Apesar de tantas explicações e cuidados, a criança morreu na semana seguinte à entrada.

⁹⁸⁸ Ver Sinal nº 1591 de 1830.

“Instrucções

Dous ou trez dias depois d’aquelle em que o recém-nascido tiver sido recebido na R. Irá alguém saber qual foi o seu destino, onde existe a ama que o cria, como esta se chama. Como o recém nascido leva consigo o papel que diz como se chama, e contem explicações, facilmete na R. Poderão saber de quem se falla, e por quem se lhe pergunta: isto sabido fazer-lhe-hão as maiores recomendações, a respeito do dº recém-nascido, assegurando-lhes que hade ser tirado em tempo, e que por isso se requerem todas estas explicações. – Se for possível vê-lo bom será p^a evitar equivoções; bem entendido que logo depois que nascer se deverá tomar notta exacta da fisionomia, e feições uma por uma do menino ou menina, do que, havendo oportunidade, se deverá mesmo fazer uma Notta escrita: isto é – cor do cabello - cor dos olhos – cor do rosto – se tem algum signal notavel, no corpo, ou nas feições (...) Sabendo pois onde existe a Ama, e q.m é, mto bom será saber de tempos a tempos se ha novidade na saude do menino ou men^a.

Chama-se Sofia, emtretra em 27 d Dembrº de 1836”⁹⁸⁹.

Estamos perante um tratado de como lidar com o abandono. E para se chegar a este nível de organização, em que nenhum aspecto foi descurado: os tempos, os passos a serem dados, o que deve ser dito, revela uma prática comum e com regras estabelecidas. A última frase é escrita posteriormente, porque a tinta é diferente, e está no verso da folha. Parece estarmos perante um texto produzido por alguém a quem foi pedido um parecer sobre o modo como a questão se colocava e processava, que respondeu dando as “instrucções” precisas e quando chegou a altura, quem recebeu as instruções aproveitou o mesmo papel para escrever simplesmente “Chama-se Sofia, emtretra em 27 d Dembrº de 1836” sem ter em conta as recomendações que haviam sido feitas. Se o assunto do abandono e o modo como se devia fazer era objecto de sistematização, poder-nos-emos interrogar quanto estas práticas estavam disseminadas principalmente entre camadas sociais mais escolarizadas e com maiores possibilidades económicas.

De que modo o abandono das crianças tocava as famílias? Casos esporádicos? Não. Já vimos que conforme iam nascendo, houve famílias que as iam abandonando na SCML. E a questão parece ser ainda mais larga e abrangente: “Maria Carlota Nascida no dia 17 de Nobembro prima de Antonio Carlos que entrou no dia 27”⁹⁹⁰. Isto é, vários ramos da família socorriam-se da mesma estratégia para controlar o número de crianças, pois nestes casos a pobreza deveria ser comum a todos. Em 1790, entraram três irmãos na SCML, provenientes de Setúbal todos filhos de pais incógnitos⁹⁹¹. Um caso de 1845 é claro a muitos níveis. Alguem vai entregar “ao seu destino” uma menina que se tornou inútil na sua casa: “Ignoro a que família esta Menina pertence; ainda que ouvi dizer q seu Pai vende Çapatos de aurelo pelas RuasTendo a Minha Snr^a tido uma criança, e não sendo possível á esta mamarar, a Parteira trouxe esta Menina para no entanto alliviar a minha Snr^a e tem estado quaze três Semanas em minha casa, porem como já me não seja necessária, e as

⁹⁸⁹ Ver Sinal nº 1975 de 1836.

⁹⁹⁰ Ver Sinal nº 1725 de 1839.

⁹⁹¹ Ver Sinal nº 934 de 1790.

minhas circunstancias não permittao adpotala, vai para o seu destino Sei q não está Baptizada, e vai acostumada a ter pela manhã e a tarde, uma sopinha de agoa quente com asucar, sem o que é mto difficulতো faze-la dormir. Tudo q.to digo é verdade Disserao-me q é filha de Matrimonio, e que aquelle infame Pai tem já mandado p^a esa Sta Caza, mais; isto por que tem 5 ou 6 filhos em Casa. Deos seja com ella Lx^a 6 d'Agosto 1845”⁹⁹².

Este bilhete é muito claro a vários níveis: a alimentação das crianças (pobríssima), o abandono a que recorriam sistematicamente algumas famílias. Esta era uma filha legítima de alguém pobre que recorria à SCML para abandonar os filhos “por que tem 5 ou 6 filhos em Casa” e nestas circunstâncias o pai é apelidado de “infame”.

Pelo que vimos, há famílias que vão entregando os seus filhos conforme vão nascendo. Mas não só. Há casos, raros sob todos os aspectos em que as crianças são entregues quando já atingiram mais idade: “Da entrada na Sta Caza da Mizericordia hum menino que se chama Manoel Duarte de idade de 7 anos com 6 dedos na mão direit Baptizado em Sta Justa e leva calcinhas e jaleco escuro e he irmão de Manoel Maria Entrou em o dia 31 de Agosto de 1841 =”⁹⁹³. Manoel Maria tinha de facto dado entrada na SCML em 19 do mesmo mês, com a idade de 5 anos e, ao contrário deste, tinha um “geito na vista”. O que levou a que duas crianças fossem afastadas da família? Podemos colocar hipóteses (agravamento das condições de vida, doenças?) mas o anonimato não deixou mais nenhum registo.

Há cumplicidades claras, ou pelo menos quem abandona tenta usar os seus conhecimentos para obter melhores condições. Essa estratégia é mais ou menos clara, mas denota a transação de favores entre as partes envolvidas. Vejamos uma carta fechada dirigida ao “Illm Ex.mo Snr Felix Antonio Domingues, De hum seu am^o e obrigado”. O texto extenso, com todas as características de uma carta que se dirige a alguém, tanto ao nível formal como de conteúdo, afirma: “Lisboa 20 de Dezembro de 1839 Illm Ex.mo Snr Felix Antonio Domingues Mto estimarei que Vex^a goze a mais perfeita e felis saude na companhia da sua Illustre familia.Hum am^o de Vex^a vai ajuilhar aos pez de S Ex^a afim de que se digne, de ser padrinho de esse menino, que hinda não esta Baptizado, e de o portegir, como afilhado que he seu, e filho de hum seu amigo; mas não se declara porora, porque não convem; mas tenha Vex^a a bondade de o mandar criar, a huma das milhores amas que nesse pio estabelecimento, hover, porque toda a dispeza que o menino fizer, no acto de eu me declarar, que sou seu pai; eu pagarei de prompto tudo; e a ama delle tara a sua gratificação, conforme eu vir o menino; e tambem juntamente rogo outro obzequio a Vex^a, quando bem convier, que seja baçinado, das bexigas. O menino Leva com sigo, o seguinte fato (...); por estes mesmos Siganis sehade procurar; e o nome se for do gosto de VEx^a que se chame Manoel Antonio da Costa e Silva; tambem ser para ficar em enteligença. Sou de VEx^a o mais am^o e Compadre Bem tratado he que se quer, dispeza não (...) se olha”⁹⁹⁴.

⁹⁹² Ver Sinal nº 1365 de 1845.

⁹⁹³ Ver Sinal nº 1385 de 1841.

⁹⁹⁴ Ver Sinal nº 1885 de 1839.

Esta carta coloca várias questões muito para além do que está escrito: em primeiro lugar as vacinas. Um pai que pede que a criança seja vacinada, o que em 1839 estava longe de ser uma prática vulgar e aceite pela generalidade da população, tem de ser um pai esclarecido, escolarizado e de um nível social elevado, até porque é amigo de quem é responsável na SCML pelo serviço prestado às crianças; depois passa-lhe a responsabilidade da criação da criança nomeando-o seu padrinho numa estratégia clara de obter um melhor tratamento para a criança; finalmente num gesto de cortesia, intimidade (chega a chamá-lo de compadre) e também de submissão, sugere o nome que deveria ser dado à criança. E aqui chegados das duas uma: ou os apelidos seriam inventados e nada tinham a ver com o nome da família porque se assim fosse, o pai seria facilmente descoberto e identificado; ou os apelidos eram efectivamente reais e seria fácil saber quem era o pai. A criança morreu um mês depois de ter entrado na SCML, de onde nunca chegou a sair, ou porque não se arranjou a melhor ama, ou porque já apresentasse sinais de doença e não conseguisse sobreviver a uma viagem para casa desta. Se permanecer na SCML significava teoricamente maior perigo de contágio, também representava uma maior vigilância sobre a criança. Neste caso de abandono não estamos, aparentemente, perante um caso de carência económica. O pai declara que pagará tudo e que não se deve olhar a despesas. Fica muito claro que algumas crianças, sobretudo as ilegítimas das classes sociais privilegiadas, teriam à partida empenhos que pretendiam dar-lhe condições de sobrevivência vedadas à larga maioria.

E mesmo sem este aparato, parece haver indícios de um tratamento privilegiado a determinadas crianças, pelo menos em questões formais. Vejamos este caso: “Esta menina Nasceu em o Dia 2 de Junho de 1841 pellas 3 = horas da noute em Lisboa cujo não TAM o freio da Lingua cortado e não esta Bathizada Pai Joze da Silva Abreu e D^a Gertrudes Roza da Silva”⁹⁹⁵. O bilhete não pedia o nome, no entanto foi registada com o nome completo da mãe numa prática de todo pouco usual entre os registos principalmente se atendermos a que um dos nomes é apelido. Teria havido um pedido oral no momento do abandono? A criança foi abandonada às 15,30 horas, com 13 dias de vida. A hora da entrega será importante para se poderem dar estas informações?

Há bilhetes que merecem uma análise minuciosa para compreendermos da chave que nos permitirá, pelo menos, sondar os segredos que lhe estão subjacentes. Um padre escreve o seguinte: “Ill.mo e Ex.mo Snr. Jeronimo Castilho Segundo a Benevolencia q hoje encontrei em VEx.cia quando movido do amor de D.s me animei a hir à sua prezença respeitavel; ponho em execução tudo o que ajustei com v. Ex.cia como me esqueço dizer V Ex.cia que o dito menino o qual he prez.te q leva esta carta remetida a V Ex.cia foi baptizado por mim, e se chama ntonio faltandolhe uncam.te os santos oleos; faço esta adevertencia porq assim he percizo para não haver repetição do Baptismo;este he uncam.te o signal por honde a todo o tempo q o Pay da dita criança o queira trazer a seu dominio o poder procurar, para o q já em seu poder fica huma copia desta, e escrita pella mesma letra: logo V Ex.cia concorra pello amor de D.s p^a a boa educação deste menino estando certo deq V. Ex.cia mandará executar os mesmos principios q me participou tinha

⁹⁹⁵ Ver Sinal nº 1007 de 1841.

intenção; doque D.s N. Senhor lhe dará a recompensa, concedendolhe huma vida dilatada (...) da Salvação eterna D.s G.de V. Ex.cia como lhe deseja esta Feita hoje 11 de Abril de 1802 Seu mais A.tto V.or e menor servo Fr. Joaq.m de S.ta anna Religiozo Sacerdote do Conv.to do Snr. Jesus da Boa morte”⁹⁹⁶.

Que razões tinha o padre para se dirigir previamente à SCML para pedir que esta recebesse uma criança? O Convento do Senhor Jesus da Boa Morte pode situar-se a léguas de Lisboa se se tratar do Convento do Senhor Jesus da Boa Morte situado em Povos, hoje freguesia de Vila Franca de Xira. Que segredos contou o padre sobre a origem desta criança? Seu próprio filho? Se assim é, ou mesmo que não o fosse, os dois homens partilharam um segredo sobre a origem daquela criança que a SCML acedeu em aceitar para solucionar um problema de um religioso, fosse do próprio ou de alguém que lhe fosse próximo.

Se para a maioria das crianças abandonadas, principalmente as mais pobres, o manto do silêncio era a regra, e sobre elas a SCML nada saberia e também não o poderia saber, dado o volume e as proporções que o abandono atingiu durante o século XIX, para algumas delas há ligações que eram do conhecimento da SCML.

Estamos convictos que entre a população em geral, com mais ou menos recursos económicos, o abandono era uma prática que todos conheciam, sabiam como se processava e quais eram as suas consequências. A disseminação de amas pela província a quem eram entregues as crianças para criar não podia deixar de ser do conhecimento de todos, bem como as condições da sua criação e a alta mortalidade, como bem documentam os bilhetes escritos: “(...) Heu tenho Tensão Selle não Murer O Tirara ho fim de 10 Mezes”⁹⁹⁷.

Por isso os pais utilizam inúmeros estratagemas para solicitar cuidado especial para quem abandonam: “Os pais desta Exposta a quem acompanha esta carta Rogatoria, supplicão aos Senhores a cujo cargo estão a criação e conservação das vidas destes desamparados, queirão recebela de baixo da sua protecção, e cuid.º athe q circumst.as mais favoraveis permittão elle seja restituida aos m.mos p^a lhe darem a educação adequada ao seu illustre nascim.to. E p^a se conseguir este fim rogão q enserindose esta carta no termo ou assento do dia da expozição, nelle se declare q referida exposta nasceo a treze de Maio do Prez.te Anno de 1801. Dia da SNR^a dos Martires e p.r esta razão dezejão e pedem q na Pia Baptismal, pois q ainda não está baptizada Se lhe ponha o nome de Maria dos Martires e que a sua criação seja entregue a Ama residente nesta Corte, ou seu termo p^a por meios occultos e decentes aliviarem os d.os seus Pais aliviarem a justa saudade Leva hum pobre enxuval de seis camizinhas de Bertanha, quatro coeiros brancos, dois de baeta verdee hua saia da m.ma Baeta, e na Cintura hua fita branca com laivos verdes, e encarnados e orêllos azues e nos braços humas fitas encarnadas. Vai para ser exposta no dia 18 do citado mêz de

⁹⁹⁶ Ver Sinal nº 440 de 1802.

⁹⁹⁷ Ver Sinal nº 1619 de 1832.

Maio, esta he feita no Dia antecedentedo d.º mez e Anno de 1801 e deve ser entregue onde directamente pertença na Sancta Caza da Misericórdia da Corte e Cid.e de Lx^a,⁹⁹⁸.

Este bilhete é de sobremaneira elucidativo. Em primeiro lugar pelo modo como se dirigem à SCML, revelador do conhecimento que tinham do modo como o processo decorria e por colocarem a questão no âmbito da confiança que a instituição lhes merecia; depois pela promessa de recuperação para “(...) lhe darem a educação adequada ao seu illustre nascim.to (...)”. Mais uma vez estamos perante um mistério insolúvel. Que circunstâncias mais favoráveis esperariam os pais que se concretizassem de modo a permitir ir buscar a filha? Seriam solteiros? Para além do pedido do nome no momento do batismo conotado com o santo celebrado no dia do nascimento, o que era comum, junta-se um outro sintomático do afecto em relação à criança: uma ama de Lisboa, por isso não longe do local do nascimento, para os pais de algum modo poderem acompanhar a criança “(...) p^a por meios occultos e decentes aliviarem os d.os seus Pais aliviarem a justa saudade (...)”. Os pais abandonam temporariamente a criança mas querem manter contacto com ela, embora por meios “occultos e decentes”. Estaremos perante o quê? Que história de vida está por detrás deste bilhete escoreito? O “pobre enxuval”, se comparado com o que a maioria das crianças levava, até se pode considerar abundante já que a maioria entrava praticamente com a roupa que trazia no corpo. Também parece ser uma missiva escrita a pedido dos pais e com pedidos suplementares de modo a não perderem o rasto da criança. O dito illustre nascimento pode não passar de um embuste.

Bilhetes como este colocam a enfãse no interesse pela criança, a preocupação com a sua sorte, a necessidade de criar estratégias para não haver enganar, para seguirem o seu percurso. Seria sincero o interesse demonstrado? Nesta nebulosa de razões que variam entre as “imperiozas circunstâncias”, os “vastos/justos motivos” e as “razões muito atendiveis”, percebe-se que, embora doloroso, abandonar seria um acto banal, utilizado sem remorsos porque certamente aquela criança iria ser substituída por outra a quem, por vezes, caberia a mesma “sorte”.

A entrega da criança era não só uma decisão prévia da mãe ou dos pais, como também envolveria os restantes familiares. No parto e na entrega seria natural a existência de cumplicidades que permitiam dar à criança o rumo previamente traçado o mais rápido possível. Curioso é perceber que a decisão de abandonar podia ser fruto de um consenso alargado, envolvendo outros familiares nomeadamente os avós da criança: “Dizem os pais emais aVo desta Crianca q pede a V S^a q a mande criar com cautella p^a amandar buscar epagar oq tiver feito de despeza (...)”⁹⁹⁹.

Nestes mundos de clandestinidade, silêncios e interditos, colocar-se-á sempre uma questão: que explicações seriam dadas socialmente quando se “despacha” a criança para a SCML quando esta já tem um, dois ou três meses? Seria difícil esconder o nascimento durante tanto tempo. Poder-se-á dizer que a criança foi enviada logo após o nascimento

⁹⁹⁸ Ver Sinal nº 660 de 1801. Esta criança nascida a 13 de maio de 1801, entra na SCML 5 dias depois, tendo o bilhete sido escrito no dia anterior. Morre a 1 de Junho do mesmo ano com 13 dias de vida.

⁹⁹⁹ Ver Sinal nº 466 de 1806.

para familiares ou amas na província, enviando a criança e o “pecado” para longe das vistas. Mas pode não ser assim: “Lx^a 27 de Junho d’ 1822, as 8. Horas da noute, hade entrar huma menina hadeçe chamar Maria da Nazaret ainda esta por ser Bathizada (...) agora o favor q pedia a V^a Ex^a hera mandalla Criar fora da terra por ser em Lx^a m.to Conhecida”¹⁰⁰⁰. *Maria da Nazaret* tem já dois meses quando entra na SCML. Ainda não está batizada, o que é pouco usual, certamente uma estratégia para resguardar e esconder dos olhos alheios a sua existência, mas o pedido final contradiz todos os cuidados tomados. Ao “mandalla Criar fora da terra por ser em Lx^a m.to Conhecida”, pressupõe que a criança e/ou a família direta fossem conhecidas em Lisboa. Não a batizaram, não houve portanto nenhum ato público que apresentasse a criança à sua comunidade, querem agora escondê-la. E a ser verdade o que o bilhete informa, que explicações serão dadas aos vizinhos, aos familiares?

2. Antes de o serem já o eram: a premeditação

Abundam os exemplos de crianças sobre as quais o destino estava decidido mesmo antes do nascimento e sobre o qual se tinham já tomado as providências necessárias para levar a efeito tal decisão, como seja a elaboração de um bilhete para acompanhar a criança. O que é surpreendente em alguns destes bilhetes elaborados antecipadamente, é a terminologia aplicada às crianças de *machos* e *fêmeas* para as crianças do sexo masculino e feminino respectivamente: “Chama-se Se for macho Wençelao Se for fêmea. Olympia”¹⁰⁰¹. Nos documentos oficiais da época a palavra *femea* é corrente e largamente utilizada, mas não a palavra *macho*¹⁰⁰². *Macho* é uma palavra que convoca a animalidade, os ambientes rurais, talvez continuasse a ser utilizada por gente que chegou recentemente à cidade proveniente dessas áreas.

No entanto, há outros bilhetes que utilizam *varão* para os rapazes e *menina* para as raparigas: “Este menino, ou menina hade ser procurado em tempo opportuno – Pede-se, que se lhe ponha o nome de Cezar sendo varão, e o de Carlota sendo menina”¹⁰⁰³.

Alguns assumem a elaboração antecipada do bilhete, explicitando-o claramente no texto: “Marco 11 de 1815 Este Bilhete feito com antisipação p^a servir no asento da prezente Criança se pede q no seu baptismo se for menino se lhe ponha o nome de Ruberto e se for menina o de Maria (...)”¹⁰⁰⁴ ou “(...) se for Menino seja An.to J. S. C. Se for menina seja Maria G. P. este Bilhete foi feito antes da criencia nascer (...)”¹⁰⁰⁵.

Estes bilhetes elaborados antes do nascimento das crianças confirmam o que deveria ser uma decisão que vitimou muitas outras, embora dessas não ficasse nenhum

¹⁰⁰⁰ Ver Sinal n° 851 de 1822.

¹⁰⁰¹ Ver Sinal n° 2141 de 1860. Ver Apêndice, Estampa 39.

¹⁰⁰² Ver, por exemplo *População Censo no 1° de Janeiro 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. VIII. A divisão por sexos da população portuguesa faz-se entre *femeas* e *varões*.

¹⁰⁰³ Ver Sinal 1355 de 1846.

¹⁰⁰⁴ Ver Sinal n° 354 de 1815.

¹⁰⁰⁵ Ver Sinal n° 532 de 1830.

testemunho. A decisão de abandonar era tomada muito antes do nascimento, assim se justificando os poucos dias, em muitos casos as escassas horas de vida, que estas crianças tinham quando entraram na SCML.

Em tudo o resto, estes bilhetes eram semelhantes aos outros: “Sinhores Farom os assentos nesarios da ora mês e ano em q entra esta criensa Se for meno An.to se for menina Maria Costodia para se pagar o q for do costume (...)”¹⁰⁰⁶. Os mesmos pedidos, as mesmas promessas e as mesmas estratégias para procurar um tratamento privilegiado à criança que se abandona.

Mas a decisão de abandonar ser anterior ao parto, também é verificável pela mudança das palavras. *Menino* que através da alteração da última letra passou a *menina* ou vice-versa, *Joaquim* que passou a *Joaquina* são sinais claros da decisão prévia. Nestes casos parece existir um conjunto de pessoas que habitualmente prestavam este serviço e que já teriam bilhetes pré-definidos bastando acrescentar o nome da criança

3. *Depozitase, Entrega-se, É lançado*

Os bilhetes iniciam-se normalmente por um verbo que enuncia uma acção e revela uma intenção de quem abandona, quer no que as palavras revelam quanto à relação com a criança, quer em relação à SCML. Algumas destas palavras hoje chocam-nos pelo desprezo que implicam quanto à vida da criança: uns são depositados, outros entregues, outros recolhidos, outros lançados, outros metidos e outros ainda dados. Algumas palavras supõem um acto definitivo, enquanto outras supõem uma passagem transitória pela instituição. Mas também há quem ofereça a criança: “Esse inocente que hoje sinco de Maio do correnteanno mil oito centos e dezasete seofferece a essa Sta Caza, Nasceo a Catorze de Abril do ditto anno, e foi baptizado pella Parteira. Roga-se o cuidº de sua creação, que a seu tempo, alem da justa compensação se reconhecera com alguma esmola (...) O seu nome he Joze. Lxª 5 de Maio de 1817”¹⁰⁰⁷.

Parece haver duas contradições, uma entre a acção que o verbo enuncia e a vontade expressa nos bilhetes e outra entre esta e a realidade. Neste caso, *seofferece a essa Sta Caza* a criança. Contudo, implicitamente a criança terá uma passagem transitória na instituição, chegando até a prometer-se uma compensação e *alguma esmola*. Entrado em Maio de 1817, morrerá no ano seguinte, em Agosto. Este caso ainda é mais curioso, porquanto o bilhete era uma carta dirigida ao Administrador da SCML e a portadora da criança disse “à entrega q tinha inxual pª lhe trazer, o que não fez...” segundo o assento da criança.

Por vezes, as palavras parecem não enganar: “No dia 23 d Abril d 1864 dei à Sta caza da Mezericordia d Lisboa hum menino que se deve chamar Mauricio, lovando vestido un coeiro de baeita encarnada ozado e Dto q beitolha e un vestido cor de roza e o emchoval

¹⁰⁰⁶ Ver Sinal nº 157 de 1810.

¹⁰⁰⁷ Ver Sinal nº 645 de 1817.

veste ozado. Nasceu á 1 hóra d tarde”. Não sabemos quem deu, se a decisão de o fazer foi do pai, da mãe ou de ambos. Sabemos que *Mauricio*, batizado *Custodio* pela SCML, morreu três meses depois. Parece estarmos perante um bilhete que traça muito claramente o destino da criança: vai e não terá volta. Na realidade morreu e não parece que houvesse qualquer intenção de o ir recuperar.

4. *Tenho/temos tensão de tirar*

Os bilhetes denunciam uma ritualização no corpo do texto o que lhes dá uma coerência interna enquanto mensagem escrita. Já vimos que a forma como se escrevem estes bilhetes variou pouco ao longo dos anos. Iniciados, na generalidade por um verbo que determina a ação, desenvolvem-se com as informações, os pedidos, as promessas e, por vezes, podem terminar com uma despedida não da criança mas da SCML “(...) e nu entan.to Se fica pedindo a D.s Pella Vida e Saude desa Sta Caza”¹⁰⁰⁸.

No entanto, por vezes a missiva termina com uma promessa que é uma intenção claramente expressa no texto. Como sabemos, a taxa de mortalidade destas crianças era elevadíssima, mas algumas sobreviveram meses e até anos. A *tenção* ou *intenção* de recuperar a criança não passou disso mesmo, de uma intenção perdida no tempo, esquecida porque não passaria de uma forma de terminar o bilhete como qualquer outra. Espécie de frase feita, sem conteúdo mas que seria a última coisa que se faria pelo filho: uma promessa de forma a responsabilizar a SCML pela criação da criança porque esta no futuro seria procurada, e deveria estar viva para ser entregue a quem por ela perguntasse.

Mas essa intenção pode ser só de um ou dos dois progenitores ou um recado porque há diferença entre “(...) tanho tenção de a mandar buscar”¹⁰⁰⁹ de “(...) Rogo por obezequio de ser bem tratado q temos tensão de ser tirado”¹⁰¹⁰ e de “(...) Há tensão de se tirar (...)”¹⁰¹¹. Esta última fórmula foi a mais comum porque a maioria dos bilhetes seria escrita a pedido de alguém que reproduzia no papel o que lhe era transmitido oralmente.

Em 1846 entrou uma criança no mesmo dia em que nasceu, sobre a qual se pedia à “(...) S Meziricordia q a trate bem por q à tenção de a tirar”¹⁰¹². Na realidade não diz quando, mas ao contrário de muitas outras esta criança viveu até aos 4 anos. Durante este espaço de tempo não foi procurada, tendo morrido na posse da ama que a criava.

5. *Redes de influência*

Já se falou sobre as possíveis redes de abandono e como este era feito com a convivência dos agentes envolvidos. Podemos avançar hipóteses sobre o *modus operandi* mas não passarão disso mesmo, porque desconhecemos os agentes externos envolvidos, aqueles que escrevem e entregam a criança. Veja-se este caso: “Fasa o Favor de por a esa menina o nome de maria da comseisão (...) isto he para se procurar Brevemente pois agora

¹⁰⁰⁸ Ver Sinal nº 1443 de 1798.

¹⁰⁰⁹ Ver Sinal nº 1945 de 1858.

¹⁰¹⁰ Ver Sinal nº 539 de 1868.

¹⁰¹¹ Ver Sinal nº 590 de 1845.

¹⁰¹² Ver Sinal nº 1084 de 1846.

asim se fas perziso nela sea comdus para huma Boa ama pois sera primiada hoje catorze de outubro Fasa o favor de me mandar o seu nome”¹⁰¹³. Registe-se o tom impositivo e o pedido final. Mas para quem e para onde mandar o nome da ama, certamente para acompanhar o crescimento da criança, se o bilhete é completamente omissivo quanto à identidade do abandonante? Num outro bilhete, um pai embarcado e solteiro faz o mesmo pedido: que lhe escrevam a informar onde está a criança. No bilhete a morada continua a ser omissa, mas alguém a deveria saber, caso contrário o pedido seria uma ficção: “(...) pai desta criança pede que logo que a ma tome conta Del logo hescriba huma carta o mande detar no coreo p^a heste nome Antonio Esteves dos santos adonde para a dita (...) pois o pai He soltero embarcadiso (...) Logo que a ma tome conta della não dexe de hescreber p^a coreo (...)”¹⁰¹⁴.

Mas há outra questão que se coloca: as promessas de recompensa às amas pelo bom tratamento da criança: “(...) que a entreguem a huma boa ama que se lhe recompensará bem e pedese isto mto (...)”¹⁰¹⁵ e o pagamento das despesas à SCML no fim da criação ou de determinado tempo: “Lisboa, no dia 7 frebeiro 1854 Naseu Minha filha, Maria das Dores para q V.as Sr.as tomem conta dela, pello tempo da Criasan porq.e ma tratem com toda dellicadesa q heu pagarei eses ovessequios, porq nom tenho meios para podelha criar deste seu criado Joze Ramos Barros”¹⁰¹⁶. Neste último caso pode parecer plausível essa possibilidade. Findo o período de criação ou quando se alterassem as condições que levaram ao abandono, alguém estaria em condições para recolher a criança porque a situação económica melhorou, ou o estatuto marital se alterou, ou a doença e os contágios passaram e por isso quem abandona apresentar-se-ia para recuperar quem momentâneamente tinha sido abandonado por razões acima mencionadas. Aliás esse pagamento era obrigatório quando se conheciam os pais, só não se procedendo ao pagamento por manifesta pobreza destes, o que ficou muitas vezes registado.

Já se colocam outras questões quando se trata duma espécie de suborno às amas. Como chegava a informação às amas de que haveria lugar a uma recompensa? Levaria a SCML esta informação em conta e passá-la-ia às amas interessadas? Certamente não seria uma promessa menor tendo em vista que se trata de um incentivo a um melhor tratamento. É muito difícil responder a esta questão porque com ou sem recompensa, a maioria das crianças morreu não dando oportunidade a que fossem efetivamente dadas. Mas só a circunstância de as promessas serem formalizadas implica uma rede de conhecimentos e influências que envolvia os pais, a instituição e as amas porque implicavam necessariamente um conhecimento efectivo da ama onde a criança estava: “(...) e sendo emtregue a boua ama q se ade agradecer mto bem todo o trabalho (...)”¹⁰¹⁷.

E nem mesmo as crianças provenientes da Enfermaria de Sta Bárbara escapam a esta rede de interesses e conhecimentos. Por ser totalmente inusitado, já que os

¹⁰¹³ Ver Sinal nº 221 de 1823.

¹⁰¹⁴ Ver Sinal nº 801 de 1832.

¹⁰¹⁵ Ver Sinal nº 1722 de 1818.

¹⁰¹⁶ Ver Sinal nº 289 de 1854.

¹⁰¹⁷ Ver Sinal nº 258 de 1830.

nascimentos no hospital eram conotados com mulheres pobres e em alguns casos prostitutas (a medicalização do nascimento só é uma prática corrente nos anos 50 do século XX em França e muito mais tarde em Portugal)¹⁰¹⁸, em 1864 entrou na Roda da SCML uma criança nascida na dita enfermaria em 4 de Novembro de 1864, que trazia o nome de *Virgina* mas a quem foi dado o nome de *Clotilde (da Enfermaria)*. Era filha de Dona Maria José de Souza Pinto e pai incógnito¹⁰¹⁹. Trazer o nome da mãe já era raro. Mas apresentá-lo antecedido por “dona” é único e logo remete para uma mulher de condição social mais elevada. O médico, à época chamado “facultativo”, enviou a criança porque a mãe “Não pôde criar o filho”. Desconhecemos as razões desse impedimento. Se razões de saúde, se razões sociais. Contudo, não era habitual o facultativo apôr a sua assinatura neste tipo de documentos...

Estas guias de Sta Bárbara eram elaboradas pelo secretário que se limitava a dizer que por ordem do facultativo se enviava aquela criança para a Roda para ser baptizada e criada. O que levou o facultativo a intervir de modo tão directo? Podemos supor que a mãe não pode criar a filha porque era ilegítima, e mais uma vez a SCML apresentou-se como a solução para resolver um problema que teria custos sociais elevados para a mãe da criança.

As conviências entre os serviços, hospital e SCML, existiam e funcionavam. Em 26 de Dezembro de 1865 entrou na SCML um menino “filho de Agueda e de pai incógnito”, nascido na Enfermaria de Sta Bárbara no dia anterior. Este menino tem um duplo sinal: a guia de Sta Bárbara e um pequeno papel, escrito, supõe-se, pela mãe. A guia informava que “Por determinação da Administração da Sta Casa da Mis^a, posto que contra a minha opinião, esta criança deve hir p^a a R. C. Dos Expostos = assignado o Facultativo”; o bilhete informava que “Este menino nasceu no dia 25 de dezembro as hora i meia da noute de 1865 quero q lhe ponho lhe Manoel entra no dia 26 do mesmo mez”¹⁰²⁰. *Manoel* a quem a SCML baptizou de *Chrisanto (da Enfermaria)* entrou na SCML no dia 26 de Dezembro de 1865.

Entre o que dizem os bilhetes e o que consta do assento da criança descortinamos mundos de silêncios que deixam um rasto visível. Em 1863 entrou na SCML uma menina que “(...) Nasseo no dia 6 de Junho de 1863 peso q lhe ponha do nome de Maria Paulina Leva camiza fralda 2 coeros de beitolha Braca Ropão de xita cor de roza teça de casa 1 feta verde Lenco de Cor Lisboa 8 de Junho N B não vem o lenço de cor”¹⁰²¹. A crer no bilhete a menina seria de Lisboa. No assento ficou registado que era oriunda da “outra banda” do Tejo. Ter sido enviada da outra banda não é invulgar. Mas ser portadora de um bilhete datado de Lisboa já é raro, e o secretário da SCML que fez o assento saber que era da outra banda ainda é mais raro. Quem está por detrás destas movimentações? Que redes funcionam que proporcionam estas mobilidades geográficas?

¹⁰¹⁸ Ver Marie-France Morel, «Histoire de la naissance...», p. 26. Segundo esta autora, será só nos anos 20 e 30 do século XX, que em França tal como nos Estados Unidos, se divulgou a prática dos partos em meio hospitalar, e inicialmente só nas grandes cidades.

¹⁰¹⁹ Ver Sinal nº 2329 de 1864.

¹⁰²⁰ Ver Sinal nº 2652 de 1865.

¹⁰²¹ Ver Sinal nº 1271 de 1863.

Estas teias e conhecimentos revelam-se inesperadamente. Veja-se o seguinte caso: uma criança nasceu no HRSJ no “(...) dia 8 de nobembro as 7 oras da manha foi batizado nu dia 10 du mesmo mes as 9 oras da manha chamçe elbira Leba us çeguintes signaes na coxa direita mesmo ó pé du asiento hum signal preto leba bestido hua camiza fichada branca hua faixa de xita roxa hum xambre de xita craro uzado hun baeta emcarnada belha a debruada de ganga amarela embrulhada em hum xale piqueno escuro de quadros belho sua Mai pur nãoter Meios pur emquanto he que emfelismente a Lança neça felis caza da santa caza da Mezericordia mas com esperanças çe poder de brebemente a tirar esta carta he iscrita pela mesma propria Mai Tenho a onra de pedir a VE^a que esta Menina seja bem tratada sou sua umilde criada mas emfelis Maria Moreira de Paiva (...)”¹⁰²². Elvira foi batizada com o nome de *Elvira Rodrigues Paiva*. De onde vem o apelido “Rodrigues” se nada no bilhete aponta nesse sentido? Certamente as relações entre as duas instituições, SCML e HRSJ, seriam próximas e oralmente seriam dadas informações que não deixaram registo escrito. A mãe, que se diz autora do bilhete, utiliza uma estratégia original: reconhece que o seu acto é uma acto infeliz mas adjectiva a SCML como uma instituição benemerita, certamente com o objectivo de atrair as boas graças para a filha: “emfelismente a Lança neça felis caza da santa caza da Mezericordia” numa espécie de trocadilho jogando com conceitos contraditórios e opostos.

Neste outro bilhete é utilizado um nome na esperança de fazer cumprir os seus pedidos. Em 1795 “(...) emtrou omenino por nome João Jozé Melitão Sergio de Noronha Já Bptizado com todos os Sacram.tos nasseo no dia 10 de Marso do prezente anno os cinais q leva são os seguintes olhos azuis 4 camizas de pano de linho huma delas com tira de cosa dois borbadoiros de bertenha hum vestido de chita de cor de sangue (...) com raminhos brancos humas roupinhas de chita rodada com olhos brancos huma saia de chita branca com ramos rochos com flores emcarnadas huma touca de casa com olhos de renda de franja seis cueiros emcarnados e dois pretoshum cinto de seda de matis branco forrado de setim pretocom tres breves e huma figa de madeperola e outra de azevixe hum coração ehuma vronica de latão duas fitas na mangas de riscas e huma da touca emcornada duas fitas do cinto huma roxa com salpicos azuis e huma azul claro com salpicos roxos O q se pede e emplora a Sr^a D. Joaquina hé q queira tomar este menino debaixo de sua portesão p^a q não saia da Sta Caza dos Expostos pois o pertendem tirar brebemt.e (...)”¹⁰²³.

Através do enxoval, diversificado, e dos múltiplos sinais de que era portador (breves, figa, coração, verónica), tudo indica estarmos perante uma criança em que não serão as dificuldades económicas a justificar o seu abandono. Mas quem era a *Sr^a D. Joaquina*? Alguém que a SCML deveria conhecer ou conhecia? Seja quem for, seria alguém com alguma influência na engrenagem, caso contrário não se justificava este apelo, através da invocação de um nome. Não sabemos se saiu ou não da SCML. Sabemos que morreu no ano seguinte, em Outubro, donde a pretensão de a tirar brevemente não correspondeu à verdade.

¹⁰²² Ver Sinal nº 2482 de 1869.

¹⁰²³ Ver Sinal nº 479 de 1795.

Mas por vezes esta rede de conhecimentos é sugerida de um modo diluído no texto. Em 1806, uma criança entrou na SCML com um bilhete aparentemente escrito pela mãe ou por alguém próximo dela: “dois coeiros brancos de baeta e debroados de fita de linha branca camisa de isgião fralda de linho ozada vestido de xita ozado franzido com fita de linha branca Ropinhas de alcoxoad e touca irmam paninos para o ibigopanino p^a acabeca fita cor de cana e roxa Merse q se pedi ao Exm^o Sr dom Joze Castillo de huma pobre estranigira poes seu marido embarcou a seis p^a sete mezes e sem se saber se he morto ovivo e como o não pode criar a d^a criansa Recorre a V Ex^a seia servido quando for ocasião de a dar seia p^a parte perto porq pode xegar seu marido e q seia huma ama q V^a Ex^a lhe paresa q seia capas o seu marido venha onão podem reconduzir-se a sua terra e querer Levar a sua menina e não vai Baupizada e quer q se xame Carlota fiderica Lx^a Em 16 de Janeiro de 1808”¹⁰²⁴. Este bilhete é muito curioso. Tem duas caligrafias distintas como distintas são as partes a que cada uma delas. Uma das caligrafias regista unicamente o enxoval (diversificado mas usado) por onde começa o bilhete, o que é muito pouco vulgar. A segunda parte do bilhete, que contem as informações pessoais, é outra caligrafia. A mãe diz-se ou dizem-na estrangeira e casada, aparentemente com o pai da criança. Aquele encontra-se ausente e solicita-se uma boa ama porque há a hipótese de voltarem ao seu país de origem “e querer Levar a sua menina”.

Mas o que é original é o pedido ser dirigido pessoalmente “ao Exm^o Sr dom Joze Castillo”. A maioria das pessoas desconheceria quem seria o responsável por este sector dentro da SCML. Mas não se hesita em nomeá-lo e fazer-lhe um pedido directo. Só círculos muito próximos e conhecedores destes meandros saberia o nome de um alto responsável da SCML e se permitiriam a ele apelar directamente. De nada serviu este apelo. *Carlota* morreu em agosto, sem que tivesse regressado a casa.

Por vezes a estratégia era outra. Entre 1802 e 1807, o Provedor da SCML fora o Marquez de Abrantes¹⁰²⁵. Mas em 1810 um bilhete apela à “Illm^a Exm^a Snr^a Pedece a V^a Ex^a a esmola de mandar criar esa menina pelo devino amor de Ds pois seu pai não tem meios, nem sua mãe tem leite para a criar em razão de ser munto poBre e doente e tem seu marido a 5 mezes doente sem poder trabalhar. = O q se pede a V^a Ex^a he a esmola de a amndar criar de leite somente, Vai Vatzizada na freguezia de S. Pedro em Alcantra chamace maria da luz = Queira V^a Ex^a fazer esta esmola pelo devino amor de Ds Vai em dia 20 de dezbro de 1809 A Illm^a Exm^a Snr^a marqueza de aBrantes Gde Ds m á á no Seu palacio”¹⁰²⁶. Na realidade a descrição da situação familiar da criança é deplorável: a mãe doente, sem leite e pobre, o pai pobre e sem emprego. A criança não entrou em Dezembro de 1809 como sugere o bilhete mas em Fevereiro de 1810.

Terá sido entregue à dita Marqueza, certamente pessoa pia e influente, dadas as anteriores funções do marido? Por onde andou a criança nestes dois meses?

¹⁰²⁴ Ver Sinal n^o 87 de 1806. Apesar do bilhete estar datado de 1808, trata-se de um engano porque a criança entrada a 17 de janeiro de 1806, morreu a 4 de agosto do mesmo ano.

¹⁰²⁵ Ver Victor Ribeiro, *A Santa Casa...*, p. 338.

¹⁰²⁶ Ver Sinal n^o 207 de 1810.

Bilhetes enigmáticos mas que deixam entender conhecimentos pessoais entre ambas as partes. Dizer no assento que a criança tem dois meses quando entra na instituição, não será relevante. Pela aparência o secretário poderia atribuir-lhe essa idade porque nada no bilhete o indiciava: “queira fazer merce e esmola pelo mor Deos deve saber hesa minina Naceo quinta feira Santa não vai batizada fasa merce de me dar hum sinal podendo ser”¹⁰²⁷. O que é inusitado é o pedido de ter uma resposta por parte da SCML. Estas insinuações verdadeiras ou falsas de um relacionamento privilegiado com a SCML só podem ser entendidas como uma forma de a pressionar para dar àquela criança um cuidado especial.

Quando os bilhetes eram dirigidos pessoalmente a alguém da SCML, poder-se-á suspeitar de conhecimento mútuo, de conversas prévias para preparar o acto futuro, no mínimo gente próxima da SCML e dos responsáveis por este serviço: “Sr Guilherme Fran.co De almeida Por favor esmola reMeto avna.^a esta inosente para vm.ce fazer A Caridade de tomar quinhom nela Condo se baltizar dou notisia do trago q Leva os Coeiros som de Baeta icarnados dois já velhos Berbidoiro novo aqensentado no meio A Camiza de pano rés a Liga azul forete A involta hirmam dos coeiros com hum pano Branco hum Lemsinho na Cabeça de pano rés Ao nome se xamara M^a dos Pasços tambem os mangitos Amarelos de baheita debruados de azul todo o favor esmola Comfio evm.ca espero q D.s lhe de o pago Deste seu venerador naseo 15 de Maio de 1797 (...)”¹⁰²⁸. Seriam eclesiásticos? Membros da confraria? *Maria de Pasos* entrou no dia seguinte ao seu nascimento. Nada mais consta dos registos. Teria morrido enquanto esteve a cargo da SCML? Teria voltado a casa dos pais? Teria sobrevivido até à idade adulta e não se desejou mexer nesse passado de abandono?

6. Legítimos, ilegítimos ou pobres?

Quem eram as crianças que entraram na SCML entre 1790 e 1870? Desconhecemos o estatuto jurídico da larguíssima maioria, se legítimas, ilegítimas ou naturais. É de salientar que nas crianças que entram com um estatuto claramente definido pelos bilhetes entregues, as legítimas representam mais do dobro das ilegítimas. Isto é, como a ilegitimidade e a bastardia seriam uma condição mal aceite, esta seria omitida e talvez a indicação de legitimidade fosse uma forma de pressionar a SCML a dar um tratamento privilegiado aquela criança que não seria fruto do “pecado”, da “concubinagem” e de outros males condenados pela Igreja e pela sociedade. Por isso se sentia a necessidade de informar que a ilegitimidade era transitória: “P^a essa roda vai hum menino filho de gente q são espença para cazar (...)”¹⁰²⁹, ou que se tornou definitiva por razões que ultrapassaram a vontade dos pais “(...) Mai que morreu e o pai chamase Antonio Rebelo Tavares asistente na Freguesia de N. S.^a do Monte em Caparica na outra banda cujo estava prezo p^a cazar com ella”¹⁰³⁰.

¹⁰²⁷ Ver Sinal nº 816 de 1810.

¹⁰²⁸ Ver Sinal nº 621 de 1797.

¹⁰²⁹ Ver Sinal nº 952 de 1799.

¹⁰³⁰ Ver Sinal nº 1066 de 1804.

Os múltiplos estudos que a nível nacional e internacional têm abordado esta questão, isto é, se o abandono das crianças é fruto de conjunturas políticas e económicas (nomeadamente a escassez ou a alta do preço dos cereais, originando mais pobreza, e incapacidade de alimentar mais uma criança e por isso as causas para o abandono das crianças centrar-se-iam sobretudo na pobreza e nas conjunturas económicas) ou se neste pesam essencialmente razões que se prendem com questões sociais, por desvio de comportamentos a normas socialmente aceites como dominantes e como padrões a seguir. No fundo trata-se de uma velha dictomia para explicar o abandono: pobreza ou ilegitimidade?

Para Álvarez Santaló a causa fundamental para o abandono é a ilegitimidade. Segundo este autor, para Sevilha esta causa representa 2/3 da totalidade dos abandonos. A ilegitimidade será o corpo da onda enquanto as razões económicas representam unicamente a crista¹⁰³¹. Muitos outros autores em Espanha e em Itália partilham da mesma tese.

E em Portugal? E os que entraram na SCML? Não andaremos muito longe da verdade se dissermos que legítimos ou ilegítimos, a grande maioria seria pobre. Será a pobreza o factor determinante agravada com tabus sociais que condenam as mães solteiras. Poucos reuniriam ilegitimidade e riqueza. Há, mas serão residuais na massa imensa que deu entrada na SCML. Isabel dos Guimarães Sá é muito abrangente quando afirma a propósito das razões do abandono que este “(...) pode ser explicado por uma variedade de motivos. No entanto, é pouco provável que em todos eles os motivos do abandono tenham o mesmo peso em cada caso.”¹⁰³²

Como se disse, os bilhetes, na sua larguíssima maioria, nada referem quanto à condição das crianças, que tanto poderiam ser legítimas ou ilegítimas. E nunca o poderemos saber. De que existiam tabus sociais, principalmente entre as elites, não temos dúvidas. Que a ilegitimidade entre as classes populares poderia ter um menor peso, também é possível. Estes tabus sociais que condenam a sexualidade fora do casamento cuja finalidade era a procriação, são códigos impostos pela Igreja mas também pelos sectores da sociedade que se auto-consideram como o padrão. Tudo o que fugisse ou saísse destes valores era condenável e de difícil aceitação. Compreende-se que para a afirmação do novo modelo de sociedade e de família que se irá impôr no século XIX, seja necessária a observância estrita destes valores de modo a preservar o modelo e sobretudo, a impô-lo.

Neste bilhete restarão poucas dúvidas que se trata de um bilhete escrito por um pai, do qual não sabemos o nome porque não podia assumir a paternidade; utiliza um código discursivo próximo da humildade, prometendo ir buscar a criança e pagar a respectiva despesa: “Roga-se a Santa Caza da Miresicordia, de receber este meo filho de o tratar como costuma, e guardarem este papel, para quando eu o for buscar mostrar um igual; não mostrando um papel em q contenha o mesmo rogase q se não entregue; para mais prova também se mostrará um pedaço de seda irmão do vestido q leva; estou pronto quando o for buscar pagar todas as despesas. Rogo-lhe que o nome seja Francisco Com anciedade

¹⁰³¹ Ver Leon Carlos Álvarez Santaló, *Marginación social...*, pp. 194-195.

¹⁰³² Ver Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação...*, p. 329.

espero q uma tão nobre e benefica Corporação, guardem o q um pai pede Lisboa 29 Novembro 1841 Tenhão cuidado as amas o não troquem (...)”¹⁰³³. *Francisco* morreu um mês depois de entrar na SCML. Tratar-se-ia de uma criança ilegítima? Estaremos perante um casal não legalmente constituído? Ou de um casal num compasso de espera para um casamento? Os documentos nada dizem sobre o assunto.

Colocar-se-ia esta questão do mesmo modo para as classes populares? Isto é, quem tinha fracos recursos, onde a sobrevivência se colocava em primeiro lugar, para quem a tramitação do processo de casamento significava gastar recursos financeiros fundamentais, o nascimento de crianças nesses casais não legalmente constituídos teria o mesmo peso e a mesma condenação social? Seria motivo que levasse ao abandono? Já no caso de mulheres solteiras, pobres principalmente, ou mulheres casadas adúlteras, o abandono seria a solução, impedindo a pública constatação do “pecado” (e o que se não vê, não existe socialmente) e dando à criança uma oportunidade de sobrevivência.

Perceber o que se entende por “pecado” é muito importante neste contexto. *Pecar* significava ir contra uma regra de comportamento estabelecida pela Igreja Católica conhecida de todos. O seu incumprimento poria em causa a salvação eterna. Joaquim Ramos de Carvalho enumera a longa lista de pecados que poderiam ser um entrave à salvação e entre eles constam o concubinato, o amancebamento e a vida marital antes do casamento¹⁰³⁴. Sabiamente a Igreja Católica criou mecanismos que poderiam ajudar a ultrapassar a questão: a confissão, o arrependimento e o castigo, este essencial para sinalizar a gravidade da transgressão e impedir a sua repetição, bem como “(...) apagar o efeito negativo (...)”¹⁰³⁵ do pecado. Mas coloca-se uma questão importante. A confissão supõe assumir o erro e transmiti-lo a um padre que fica obrigado a guardar silêncio. Assim, conhecendo e reconhecendo o próprio o seu erro, a falta e o pecado, estes deixariam de existir porque só o padre os conheceria e sobre eles deveria fazer cair um manto de silêncio. Assim se salvariam muitas aparências, o decoro manter-se-ia e se havia pecados, estes ficavam do conhecimento de um número restrito de pessoas. Publicamente não existiam.

Mas ser filho de pais incógnitos não quer dizer que a criança tivesse uma origem ilegítima. Simplesmente não se conheciam os progenitores. Mas ser filho de pai incógnito, nesse caso a ilegitimidade seria certa. Inclusivamente podiam entrar referenciadas com o nome dos pais e serem consideradas filhas de pais incógnitos: “Lx^a 18 de Dezembro de 1854 10 horas do dia foi q nasceo esta menina não estas Batizada hade Chamarse Maria da Asumção filha de Francisco Jose de Eufracia Maria pás incoltos (...)”¹⁰³⁶. Possivelmente quem escreveu o bilhete conhecia a parentalidade da criança, mas como seria uma entrega

¹⁰³³ Ver Sinal n° 1843 de 1841.

¹⁰³⁴ Ver Joaquim Ramos de Carvalho, «Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna», *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, p. 37.

¹⁰³⁵ Idem, p. 42. Este autor faz uma distinção muito interessante entre “foro interno” e “foro externo”. O foro interno seriam os pecados só conhecidos pelo próprio que os cometia e o seu confessor; o foro externo eram os pecados que eram do conhecimento de todos e quem os praticava não mostrava arrependimento.

¹⁰³⁶ Ver Sinal n° 2459 de 1854.

sem regresso, o escrevente assumia aquilo que a criança iria ser: uma criança que passava da esfera privada para a esfera pública, “sem” pais que dela se interessassem.

Quadro 21

Estatuto das crianças segundo os bilhetes

Desconhecido/Não menciona	6585
Filho de Pais ou Pai Incógnito(s)	806
Legítimo	156
Ilegítimo	63

(Quadro elaborado com os dados recolhidos pela autora)

Os bilhetes refletem o quotidiano e a multiplicidade das vidas de gente anónima, pobres certamente muitos, que entregam os filhos a uma instituição que para além da função de criar as crianças abandonadas, funcionava como tábua de salvação de honras perdidas. E se em alguns bilhetes a vontade de recuperar não é acompanhada de qualquer entrave como se esta fosse de facto inquestionável, outros bilhetes reflectem esperanças em recuperação mas fazendo-a depender de múltiplos factores: se a criança não tiver entretanto morrido, se se puder reclamar: “A 6 de Junho de 1851 acabo de ser Mai, e mando de pozitar m^a Filha no Azilo da Innocencia abandonada. Pedindo q tenham p^a com a Infeliz crença a Caridade e Amor q sua Infeliz Mai não lhes pode pordigalizar. Se algum dia eu poder ter aventura de a reclamar; hum escripto igual a este deve ser apresentado, e com hum pedacinho de chita igual á das Ropinhas, assim como também hum bocadinho de debrum de seda Irmão do q guarnece o coeiro, o qual é de beitolha de Algodão branco. Camiza nova, volvedoiro com huma das pontas em forma de bico e com duas fitas de linha cozidas à mesma. Peço q Batizem a criança com o Nome de Candida”¹⁰³⁷.

Por vezes a ilegitimidade aparece referenciada de modo indirecto, deixando claro que não são as questões económicas que estão em causa: “Ex.mos Snr Recem nascido, leva sinal, huma fita branca na cintura com estas letras: = Triste Separação! Mas breve te verei =. Não foi baptizado e deve ter o nome Joaquim Não por falta de meios, mas por nesecidade He exposto por pouco tempo; pello que se pede o mor desvelo na sua criação, a qual será recompçada em sete de fevereiro de 1853”¹⁰³⁸.

No caso seguinte os pais assumem-se como encobertos, que no futuro se apresentarão para recuperar a criança. Trata-se, portanto, de uma criança ilegítima. Os pais, para além de pedirem uma ama capaz e asseada, pretendem conhecer a sua identificação porque se dispõem a recompensá-la no futuro: “Á Santa Caza da Mizericordia desta Corte se fas a Pupplia seguinte, que pelas Chaguas de Nosso Senhor Jezus Christo e Dores de Sua Mai Maria Santissima mande criar esse Menino, q este leva em sua companhia dando

¹⁰³⁷ Ver Sinal n° 1077 de 1851.

¹⁰³⁸ Ver Sinal n° 267 de 1853.

lhe hama m.to capas, e p^a perto, cujo menino nasceo no dia 20 de Maio de 1824 pelas 7 horas da manham, e pedese quando for Baptizado / por q ainda o não foi / lhe ponham o nome = Porfirio = (...) nasceo no dia 20 do dito Maio asima declarado dia de S. Bernardo de Sena Confessor, porem o asento do Baptismo seja o nome = Porfirio = Recomenda-se m.to, e mto a Sta Caza a criação deste menino. Pede-se-lhe lhe deie Hama mto, e mto capas e asiada, asim como o nome della Hama, e lugar p^a a seu tempo saberse, e recompensar-se-lhe a Criação. E para clareza a todo o tempo se ficerão dous papeis deste theor p^a mais fetura prova de verdade, e conhecim.to de seus Pais imcobertos”¹⁰³⁹.

Pais encobertos, ou crianças encobertas são a mesma realidade, crianças que nasceram de uma relação ilícita cujos pais têm de a esconder para evitar as consequências: “esta minina he imcoberta mais seo pai tem tesão detirar pagar dispeza pois esta minina não vai batizada soa mai e pai dezeija q se xame agostinha (...)”¹⁰⁴⁰.

Na sociedade portuguesa do século XIX, uma mulher solteira com um filho era sinónimo de dificuldades a todos os níveis: sociais, se pertencia a uma classe mais abastada; económicas, se de um estrato mais popular. Em ambos os casos, sempre dificuldades para cuidar do filho. Daí a pressa de o entregar a quem o pudesse criar. Poder-se-ia pensar que os bilhetes preservariam mais o anonimato das mulheres. Pelo contrário: o nome do pai é omissa, ou dele existem vagas pistas, enquanto o da mãe é explícito: “MGMCF.: Nasceu pelas onze horas da noite do dia nove de Dezembro de 1863 (sessenta e três). – é filha de Euphemia d’Oliveira, e de Joaquim C. F. F. e F.: - Deve ser baptizado com o nome de Joaquim Augusto Cesar – Será o menino reclamado por seus Paes, quando appresentem um documento igual a este Deve ser guardado.”¹⁰⁴¹. O nome das mães é muitas mais vezes citado do que o dos pais, embora também haja casos, muito mais raramente, quase de forma residual, em que a identificação de ambos é feita através de iniciais: “(...) pede-se a Vs.as que a ditta menina tenha por nome Maria – nomes – de Pai A. da S^a N. – mai C. A. A. (...)”¹⁰⁴².

A crer neste bilhete, não são as razões económicas que originam o abandono: “No dia 15 d’Abril s’expôz hum Menino por baptizar, o qual se deve chamar Agostinho, e applidar Jozé de Magalhães. Seus Paes são pessoas de créditos, mas porq os seus Estados não permitão fazer-lhe p^a já os officios q não só o sangue, mas a humanid.e pedem, rogão seja entregue a huma Ama da Cid.e porq em poucos dias será recebido, recomendando-se à d^a Ama o seu bom tratam.to pelo qual terá boas alviceras: outro sim supplicão mais ce lhe notem os Signaes q não ia no físico, mas na roupa se encontrarem afim de q seus Pais se desenganem ser o próprio. Esta nota asim como certos Signaes ficão p^a se conferirem os q ao depois apparecerem P.S Que se paga a ElRey a despeza q houver feito: em huma palavra as circunstancias mudão e com ellas a desgraça do Infelis”¹⁰⁴³. Há um outro

¹⁰³⁹ Ver Sinal n° 702 de 1824. Esta criança nasceu em 20 de Maio de 1824, entrou na SCML em 24 e morreu em 27 de maio de 1824.

¹⁰⁴⁰ Ver Sinal n° 1208 de 1820. Tal como a anterior, esta criança, entrada em 29 de agosto de 1820, morreu no mês seguinte, no dia 19.

¹⁰⁴¹ Ver Sinal n° 2485 de 1863.

¹⁰⁴² Ver Sinal n° 798 de 1866.

¹⁰⁴³ Ver Sinal n° 559 de 1827.

indicador que parece apontar para a ilegitimidade: a idade à entrada. Ser um recém-nascido com horas de vida, “despachado” para a SCML é como querer desfazer-se da evidência de terem infringido códigos e normas sociais, apagando os indícios do “crime” e do pecado cometido o mais rápido possível.

Poderemos perguntar se era de ânimo leve que se abandonavam as crianças ou se se recorria à SCML como um serviço que esta prestava à comunidade e do qual se fazia um uso abusivo. Em 1870, no dia 26 de Julho entrou “(...) huma menina ja Baptisada com o nome de Alice Olimpia (...), leva camiza de patente fina Tira e fralda de linho, coeiro de flanela branca emvolvedouro de pano abertanhado Vestido de Xita roxa lenço de cassa de risca de cordãosinho – qdo for tempo sua familia a reclamará Lx^a 11 de 7º 1870 (...)”¹⁰⁴⁴. A menina foi batizada com o nome de *Grogoria* e havia nascido em 11 de Julho, curiosamente a data que consta no bilhete. O que levou a família a esperar 15 dias para a entregar se pela data do bilhete esta era a intenção inicial? Neste bilhete o que é mais curioso é a formulação de quem irá reclamar: a família. E de que tempo precisa a família? O enxoval de que é portadora é escasso o que pode indiciar pobreza e dificuldades. Estaremos perante uma família legalmente constituída mas pobre? Ou estaremos perante um casal sem vínculos legais que perante o nascimento da filha decide entregá-la temporariamente até à sua situação se regularizar? Em qualquer dos casos, este bilhete parece-nos ser paradigmático das razões do abandono: a ilegitimidade agravada pela pobreza ou o seu contrário, a pobreza agravada pela condição de ilegitimidade.

As estratégias para suavizar a possível ilegitimidade eram variadas. O pedido de apelidos sonantes, a sinalização múltipla que era enunciada no bilhete mas nunca apareceu, a promessa de pagamento de despesas e de recuperar a criança dentro de um prazo relativamente curto, as recomendações e pedidos reforçados para que não houvesse trocas, o envio posterior da roupa, tudo aponta para um nascimento ilegítimo: “Meos Snres q Governo os ingeitados Remeto a V S^a iste menino coando se batizar se lhe pora Nome de françisco i por sobre Nome de Souza Coutinho ele Nasçeo as onze oras da noute do dia çeis de agosto qm será sua Madrinha hade ser a Senhora da Conceicam apraçida i carnagil pois o sinal q Leva hé a mesma Snr^a cozida a hua fita Rouxa apertada a çintura. Recomendaçe munto se não troque este menino p.r outro p.r q i ele acabando o ano se hirá tirar i pagarçe tudo o q se tiver gasto com ele mais bem porparado hiria de roupa se não ouveçe tanta preca porem ficando invista de V Sas aonde hirá a criarse lhe remeterá Roupa pela mesma Roda o q se recomenda munto he o dito menino se não troque p.r outro O dispor de V Sas como sua criada”¹⁰⁴⁵.

Os apelidos propostos não seriam reconhecidos na cidade? O objectivo do abandono, ainda que neste caso prometidamente temporário, não era proteger a família? Então para quê denunciar-se através dos apelidos? A Nossa Senhora que dizia trazer não chegou à SCML. Nunca existiu ou desapareceu? A fita, essa sim, existe. Tudo parece indicar estarmos face a uma criança ilegítima sobre a qual nunca saberemos se a vontade de a recuperar era real. *Francisco Souza Coutinho*, nascido às 11 horas da noite do dia 6 de

¹⁰⁴⁴ Ver Sinal n° 1688 de 1870.

¹⁰⁴⁵ Ver Sinal n° 1010 de 1822.

agosto, entregue no dia seguinte às 7,45 da tarde (e em agosto às 7,45 horas da tarde ainda é dia), morreu no mês seguinte, no dia 2, com 27 dias de idade. A pressa com que se entregavam as crianças para não comprometer o pai, a mãe, ou a família não se compagina com a revelação de apelidos facilmente identificáveis.

Olhemos estes dois bilhetes que encerram em si as “diferentes” ilegitimidades. No primeiro: “Vai para a Santa Caza dos espostos hum menino que Nasceo dia de Santa Pulqueria a 7 de Agosto e quero que se chame Frederico Leva 1 coeiro verde e 1 de beitolha branca e huma mantinha emcarnada p.r debroar de hum lado e Vestº Branco e pesso seja bem tratado pois em comcequencia de se não poder criar em Mª Caza o Remeto com toda a recomendação pois juro aos santos Evangelhos de em acabando a Criação de o tirar o que pesso a Sua Exª todo o esmero que tenha sobre elle Meu Filho o Seu Seu Pai Joaq.m M.el Campos Villas-Boas”¹⁰⁴⁶. Porque não pode a criança ser criada em casa do pai? Estaremos perante um filho ilegítimo, fruto de uma relação entre um patrão e a criada? É uma hipótese em aberto.

No segundo: “Nasceo Este Menino a 8 de Abril, Terca feira as 6 horas da manham, dia de Sam Aaneia B no Anno de 1851 he filho de manael dinis solteiro filho de Cepreano Dinis da Freguezia de nosa Snrª da meixoeira, a mãn Mariana da Conceição Solteira filha de marcos goze Prª natural da frevezia da preia de Mte ederão – Este menino dezeiga que que se Chame Manoel Diniz (...)”¹⁰⁴⁷. Apesar de identificados o pai num e ambos os progenitores no noutro, a ilegitimidade é clara, embora esta pareça assumir formas diferentes: no primeiro não existirá um casal, no segundo, supõe-se, que apesar de não estar legalmente constituído, o casal existe e possivelmente coabitará.

7. Afectos? Muitos

As emoções têm história e também possivelmente influenciaram a história e o curso dos acontecimentos¹⁰⁴⁸. Aquilo que é suposto ser ou não socialmente aceite tem um percurso que hoje ocupa inúmeros historiadores que procuraram reconstruir afectos, sentimentos e emoções. O ponto de partida para o estudo desta temática tem largos anos. Lucien Febvre e a Escola dos *Annales*, ao colocar no centro do debate historiográfico a gente comum, não poderiam deixar de enunciar questões relacionadas com o quotidiano, nomeadamente os sentires e os afectos¹⁰⁴⁹. Mesmo antes de L. Febvre, já Norbert Elias na década de 30 do século XX, com *O Processo Civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*¹⁰⁵⁰, e Johan Huizinga na década precedente tinham abordado a questão. Enquanto este caracterizava a Idade Média como um período de paixões exuberantes¹⁰⁵¹,

¹⁰⁴⁶ Ver Sinal nº 1559 de 1831.

¹⁰⁴⁷ Ver Sinal nº 701 de 1851.

¹⁰⁴⁸ A História da Europa está repleta de acontecimentos onde as emoções jogaram um papel decisivo quer a nível individual, quer a nível colectivo. As grandes manifestações de massas organizadas com os mais diversos propósitos colocam a questão muito pertinente da manipulação das emoções por parte dos poderes instituídos.

¹⁰⁴⁹ Ver Lucien Febvre «Pour l’histoire d’un sentiment: le besoin de sécurité», *Annales. E.S.C.*, nº 2, 1956, pp. 244-247.

¹⁰⁵⁰ Norbert Elias, *O processo ...*, 1ª ed., Lisboa, D.Quixote, 1989.

¹⁰⁵¹ Ver Johan Huizinga, *O declínio da Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Ulisseia, 1985.

Elias referia que os europeus aprenderam a controlá-las após o século XVI. Actualmente a historiografia em língua inglesa tem dado grande destaque à temática das emoções, dos afectos e suas mudanças ao longo dos séculos, dando-lhes uma contextualização histórica que nos permite penetrar no quadro mental em que se movimentavam os homens e as mulheres do passado. Os valores eram aceites por homens e mulheres conforme o seu grupo de pertença, o que os fazia variar consoante se tratasse de gente pertencente às elites, ou gente de grupos populares, para não mencionar o género.

Sempre houve emoções que foram aceites e valorizadas e outras que o não foram. Para explicar a fluidez destes conceitos não nos interessa aqui os conhecimentos científicos da ordem das ciências médicas que os explicam¹⁰⁵² mas os valores culturais que os enformam, e como estes últimos foram moldados respondendo a necessidades sociais, demográficas, mentais e de desenvolvimento das forças produtivas.

Interessa-nos perceber como se foram impondo num modelo de sociedade profundamente marcada pelos valores burgueses triunfantes da Revolução Francesa e que será o modelo nas sociedades ocidentais funcionando como padrão a seguir em relação ao qual qualquer desvio era considerado reprovável e susceptível de marginalização social para quem ousasse pôr em causa normas estabelecidas e socialmente aceites.

Interessará para a temática aqui tratada perceber as mudanças nas atitudes em relação às crianças, a sua valorização crescente ao longo do século XIX, os afectos que suscitavam, a relação que mantinham com ambos os progenitores e as formas como se revelavam esses afectos. As mães e os pais que abandonavam os filhos faziam-no, ou não, de ânimo leve? E como se construiu o afecto e a ligação estreita entre mães e filhos a que poderemos chamar de amor maternal?

As emoções e os sentimentos não existem por si. Não existem como figuras ou objectos concretos. E isto coloca um enorme problema aos historiadores e a outros cientistas sociais. Como estudar as emoções no passado? Como conhecê-las e chegar até elas? A palavra e o registo que deixaram são fundamentais para perceber o quadro emocional e afectivo em que se moviam os homens e as mulheres.

Segundo alguns historiadores, as emoções e os sentimentos não existem independentemente da linguagem e são as palavras que enunciam e moldam as emoções¹⁰⁵³. Mas o estudo das palavras através das quais os afectos e as emoções se construíram e exprimiram não pode ser feito com a aparelhagem conceptual de hoje. Será um erro querer intepetá-las com os valores de hoje. As palavras têm história e por vezes o que significaram no passado não tem correspondência na actualidade. A palavra *nostalgia*, por exemplo, criada em 1688 como termo médico, só entrou no uso corrente da língua

¹⁰⁵² Neste campo, os cientistas portugueses Hanna e António Damásio são uma referência internacional largamente citados em todos os estudos que envolvam as neuro-ciências e as suas explicações no funcionamento das emoções como mecanismo físico de resposta a diversas situações.

¹⁰⁵³ Ver Susan J. Matt, «Recovering the invisible. Methods for the historical study of the emotions», *Doing Emotions History*, p. 43.

inglesa cerca de 1750, mas apenas adquiriu o sentido que hoje se lhe atribui no início do século XX: um sentimento de saudosismo por tempos passados¹⁰⁵⁴.

E nas sociedades e nos séculos em que a palavra escrita ainda tinha um uso muito limitado, porque as técnicas da escrita eram restritas a um número muito reduzido de utilizadores, a iconografia representa um manancial de informações sobre o tema, sejam os registos nas pedras das catedrais ou sejam os inúmeros quadros da pintura ocidental¹⁰⁵⁵.

E os códigos sociais que determinam e regularizam as emoções, as ditas tipicamente femininas e as ditas tipicamente masculinas, as que se podem exhibir em público e as que são da esfera privada, são produto de convenções e códigos sociais, que por sua vez são mecanismos reguladores das sociedades e dos valores que se querem manter prevalecentes e inculcar como modelos de comportamento individual e colectivo.

Convém desde já diferenciar *emoções* de *afectos*. Embora sejam conceitos de difícil classificação, sempre se poderá encontrar nas emoções um carácter mais imediato e, geralmente, com manifestações exteriores das mesmas, os afectos serão sentimentos mais profundos, a prazo, vividos de forma intensa e de forma mais íntima.

Legítimas ou ilegítimas, algumas destas crianças foram objecto de declarações de amor intensas por parte da mãe, do pai, ou de ambos. Bilhetes pré-escritos pela mãe ou em nome desta, onde expõe os seus sentimentos para com a criança que ainda nem nasceu, vem pôr em causa um velho debate sobre a existência efémera das crianças e da impossibilidade de os pais estabelecerem com elas laços de afecto dada a sua curta existência. Não parece ser de toda uma realidade. Certamente o amor existiu e foi sobretudo manifestado pelas elites mais cultas porque sabiam ler e escrever, deixando testemunho desse afecto: “Súppllica e Pettição Motivos fortissimos e escepçionaes obrigão a Mai desta Criança a negar-lhe o seu Amor, o seu seio Maternal, o seu amparo e a sua proteção, collucando-a, por emquanto, debaixo da Tutella, e abrigo desta Santa Caza. A consternada e afflita Mai pede encarecidamente toda a compaixão, e caridade em benefício deste infelz recennascido. Elle não foi ainda baptizado: seja pois a primeira Caridade a de lhe minstrar-lhe o santo Sacram.to do Baptismo: e pede-se, que nesse acto se lhe ponha o Nome de = Jose = ou de Anna, se for Menina = Leva ao pescosso pendente huma Medalhinha de prata, que se abre, e dentro tem as letras inniciaes = **M. C. C.** = signal este pelo qual, hum dia, será reclamado pela sua estremosa Mai; a qual muito desejaria, que este seu filho não fosse entregue a huma Ama, que morasse muito distante desta Cidade. Em Nome da nossa Religião Santa, e do religioso Instituto desta piadosa Caza se implora e pede a todos os referidos actos de Caridade, 21 Fevereiro 1857 = E. R. M.”¹⁰⁵⁶. Embora a criança tenha morrido nesse mesmo ano, neste bilhete passam a emoção e a ternura.

¹⁰⁵⁴ Idem, p. 43.

¹⁰⁵⁵ Curiosamente na obra de Jan Plamper, *The History of Emotions, an introduction*, a capa é um fragmento da obra de Rogier van der Weyden, *The descent from the cross*, (1435-38) que pode ser visto no Museu do Prado em Madrid, é bem elucidativo das emoções e da sua representação pictórica.

¹⁰⁵⁶ Ver Sinal nº 368 de 1857. Nasceu um menino que morreu na ama a quem estava entregue em 22 de outubro do mesmo ano em que entrou. A medalhinha de prata já não existe, só o cordão.

Contudo devemos ter sempre em consideração que, apesar de a maioria dos bilhetes não ter esta formulação, esta eloquência, esta correção porque são escritos por gente de camadas mais populares, isto não invalida a ausência de sentimentos profundos. A questão seria saber exprimi-los

O autor desta missiva trai-se quando denuncia uma proximidade com a SCML através “desta”. Trata-se, certamente, de um ilegítimo que tinha o destino traçado antes do nascimento. Nasceu um menino, baptizado com o nome de *Jose* como era pedido. Seria o pai alguém ligado à SCML? Quem escreve esta súplica e petição? Não parece ser a mãe, mas sim o pai, e este coloca no texto os sentimentos da mãe que certamente eram partilhados. Estaremos perante um caso de ilegitimidade em que a contribuição do pai para a criação do filho se resume a promessas de ajuda à mãe, como seja escrever-lhe o bilhete para a entrega posterior na SCML?

Muito se tem discutido sobre a existência de uma escrita dita feminina, ou de uma escrita tipicamente feminina. Sem querer entrar nessa discussão, não podemos deixar de registar que os escritos elaborados pelas mães são os que mais afectos deixam transparecer para com a criança, seja nas preocupações enunciadas, nas promessas e pedidos feitos, ou na exposição do seu estado de alma e o desgosto que o abandono lhes provoca. As mães expõem-se mais. Culpabilizam-se mais. Recriminam-se mais. E inclusivamente põem-se no papel daquele que é abandonado dando-lhe voz.

Não quer isto dizer de modo algum que o pai, quando escreve sobre o abandono do filho, o faça de ânimo leve, sem tristeza e preocupação. Mas dentro dos padrões culturais da época, um homem não chora e mostrar sentimentos é sinónimo de fraqueza e de quebra de autoridade familiar. O máximo de exposição a que um pai se sujeitaria seria: “(...) O emfelis Pai, Roga a V.as Ex.as que tenham compaixão com o exposto q este acompanha, porque lhe feleceu sua Legetima Mulher, não tendo meios para o mandar criar; por isso recorre a benigna porteição de V.as Ex.as Declarando que nasceu a 26 de Desembro de 1862, e esta baptizado em casa com o nome de *Anjelino*, e quando o for buscar, apresentara um bilhete igual a este que o corte q os ceparou o desigrara”¹⁰⁵⁷. Anjelino, baptizado na SCMIL com um humanístico nome de *Erasm*o, vindo do Samouco com 15 dias, morreu em 7 de fevereiro de 1863.

Os bilhetes elaborados por profissionais mantêm uma distância e uma frieza na descrição dos factos porque são escritos a pedido e expurgam os textos de emoções consideradas desnecessárias. O envolvimento com as crianças é nulo e por isso nada transparece de sentimentos próprios. Aliás, o profissional dentro desta cadeia nascimento-abandono é o elo mais distante: primeiro a mãe, o pai, outros familiares, a comadre, às vezes o padre, e só depois entram em cena estes escrevinhadores que escrevem a troco de algumas moedas: “Alexandrina Luiza, vai entregar na Santa caza da Misericordia de Lisboa um menino José seu filho e a rasão é por não o poder sustentar mas isto com a declaração de ir buscar q.do puder O menino tem 5 meses – baptizado na Igreja da Enxara

¹⁰⁵⁷ Ver Sinal n° 74 de 1863.

do Bispo, e sua mai moradora na Enxara dos Cavalleiros____”¹⁰⁵⁸. Repare-se no tom neutro e burocrático destes bilhetes, que utilizam uma linguagem ou expressões próximas de uma linguagem administrativa: “(...) com tudo conta q em breve a virá reclamar, pelo que faz este Bilhete cujo duplicado fica em seu poder a fim de servir de signal. Cumpre declarar q ainda não foi Baptizada e que se o fora chamr-se-ia – Carolina Amelia = nome que se roga lhe seja posto (...)”¹⁰⁵⁹. Contrasta com o seguinte bilhete que nunca poderia ser escrito por um desses profissionais. É único, o texto é de todo original, e só alguém envolvido com a criança estaria em condições de dizer: “Pedeçe por ispeçial fabor que este Menino fique com u Nome de Pedro Estifania de Deos Este Menino bai ó desamparo mas não por maldade sim por estrema neçeçidade ice Leva este Lindo Nome hé por que seu Pai tem serteza que u primeiro Rei do Mundo hoje na companhia do Altiçimo pedira pela boa sorte deste inoçentinho”¹⁰⁶⁰. *Pedro Estifania de Deos* foi baptizado com um nome muito mais curto e muito menos vulgar: *Febronio*. Nada sabemos do seu futuro.

Mas quem escreve atribui-lhe uma condição: é um inocentinho que vai ao desamparo, e por isso mais ainda se justifica a proteção divina, consubstanciada logo no nome que lhe é colocado. Simultaneamente faz um juízo de valor sobre outros abandonos. Outras crianças seriam abandonadas por maldade, dando a entender que o abandono seria um acto gratuito, não zelando pelos supremos interesses da criança. Não era o seu caso. O que ditava o abandono era a *estrema neçeçidade* e o pai justifica o nome que lhe quer atribuir com um argumento de peso: *u primeiro Rei do Mundo hoje na companhia do Altiçimo pedira pela boa sorte deste inoçentinho*. Não sabemos o que aconteceu a *Febronio*, mas o pai ou alguém a seu mando elaborou um texto seco mas rebuscado, cuja argumentação fundamental ancora na esfera religiosa de modo a impressionar a SCML.

Mais inovadores são os bilhetes “escritos” pelas próprias crianças que dão voz aos desejos da mãe ou dos pais: “(...) Se a Providencia quizer não heide estar n’ella muito tempo!... Caridade...”¹⁰⁶¹. Aliás caridade e compaixão são dois dos sentimentos mais vulgarmente expressos nos bilhetes.

Muito se tem discutido sobre a progressiva importância que as crianças vão adquirindo no seio da família, sobretudo a partir do século XVIII¹⁰⁶². Logo no início do século XIX uma mãe expressa a sua aflição pela separação da sua filha que “Nasceo em o dia 9 do prezte he filha legitima q se vem entregar a esta Sta Caza, pelo gr.e alcance em q

¹⁰⁵⁸ Ver Sinal n° 2015 de 1853.

¹⁰⁵⁹ Ver Sinal n° 1263 de 1847.

¹⁰⁶⁰ Ver Sinal n° 1374 de 1865.

¹⁰⁶¹ Ver Sinal n° 1039 de 1854.

¹⁰⁶² Entre a vasta bibliografia sobre o temam ver os clássicos Philippe Ariès, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, 1988 e *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*, Paris, Seuil, 1971; A. Armengaud., «L’attitude de la société à l’égard de l’enfant au XIXe siècle», *Annales de Démographie Historique*, 1973, pp. 303-312; Angiolina Arru, «The distinguishing features of domestic service in Italy», *Journal of Family History*, vol. 15, n° 4, 1990, pp.547-566; Elisabeth Badinter, *O amor incerto. História do amor maternal do séc. XVII ao séc. XX*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, 1ª ed., s/d; Antoinette Chamoux, «Innovation et comportement parental en milieu urbain (XVe-XIXe siècles)», *Annales. E.S.C.*, n° 5, vol. 40, 1985, pp. 1023-1039.

se achão seos pais rogão por pied.e q lembrese q inda senão viria hua May tão aflita como esta fica pela separação de sua filha, (...) circunstancias por molestia de anão poder criar: ella fica rogando pela vida e bom (...) de q.m no melhor modo se compadecer de sua querida filha Está já batizada com o nome de Maria: q.do completar o anno se procurara pelo dº nome filha de Jose Fran.co Alfaiate na Rua de S. Vicente nº 16 o q espera pelo amor de Ds”¹⁰⁶³. Não houve tempo, mesmo que o quisessem, de cumprir a promessa. Entrada com 7 dias de idade, morre a 27 do mesmo mês.

8. Desinteresse ou amor?

Entregar um filho anonimamente numa instituição da qual se espera que cumpra o papel que deveria ser desempenhado pelos pais, não deverá ter sido de modo algum fácil, a acreditar em alguns pungentes bilhetes deixados com as crianças. Não se deverá entender que aquelas crianças que não levaram bilhete fossem menos queridas do que aquelas que o trouxeram. Talvez houvesse possibilidade de escrever o bilhete, ou não se considerasse isso importante, ou a criança que se entregava era uma entre muitos irmãos aos quais era impossível alimentar e entregá-la na SCML sempre seria abrir à criança uma hipótese de sobrevivência. Isto é, pode-se abandonar porque quem se abandona é muito querido, e entre uma vida de dificuldades e de fome, sempre se podia dar o caso de aquela criança ser uma sobrevivente e resistir aos tempos difíceis como eram os tempos passados nas amas. Ou pelo menos podia-se querer pensar assim e se há um serviço público disponível...

O mais extraordinário será o peso que os códigos e convenções sociais parecem ter para levar a esse desfecho. Apesar de muitos bilhetes serem pungentes quanto à dor e ao desconforto que o abandono provocava nos pais, estes não hesitaram em utilizar este mecanismo para resolver questões de ordem económica e de ordem social: “(...) He hum Menino forte e robusto, He a felor dos olhos de Seos Pais, muito lhes custa este lance porem imperiozas circunstancias assim obrigão.Vai por baptizar, e dezejase que se Baptize e se lhe ponha o nome de = Felipe Roga-se hua Ama sadia porq. A Esperança de tirar este menino nos acompanha e que será o mais breve possível. Fica huma amostra (...)”¹⁰⁶⁴.

Mas se o anterior era “felor dos olhos de Seos Pais”, a seguinte é muito significativa de uma questão recorrente: a promessa de recuperar e isso nunca ter sido feito. É certo que a maioria morreu, resolvendo o problema por si ao impossibilitar o cumprimento da promessa. Mas esta menina que entrou na SCML com dois dias de vida, cujos pais classificaram o acto de abandonar como “repugnante”, que prometem ir buscá-la logo que possam, nada cumpriram. Foi emancipada em 2 de Abril de 1871 sem que ninguém se apresentasse no espaço de 21 anos para a ir buscar. Sempre se poderá pensar que neste caso tudo aconteceu ao contrário do previsto: quem morreu foram os pais impossibilitando a recuperação. “Vendo-se desgarcadam.te os Pais desta menina impossibilitados p.r falta de pagam.tos do Estado obrigados a vir depositala nesta Santa Caza, p.r a não poderem criar, nem pagar esta despesa he p.r isso q pedem lhe seja tolerada esta deliberação tão repugnante. Umildem.te pedem lhe seja conferrida a graça de q no

¹⁰⁶³ Ver Sinal nº 1003 de 1808.

¹⁰⁶⁴ Ver Sinal nº 1030 de 1848.

Acto do Baptismo se lhe ponha o nome de = Leopoldina, se deseja igualm.te saber o q.l o destino, e ama que lhe for arbitrada. (...) os Pais esperão logo q milhorem sua sorte o hirem resgatalla e p.^a isso apresentarão huma carta idêntica a esta p^a se conferir em letra, a expreções A. G. T. (...)”¹⁰⁶⁵.

Mas a existência desta possibilidade pode ter banalizado o abandono que era uma solução sem consequências legais para quem praticava o acto. Em 1858 um tal Sr. Maia recebeu uma filha que pelos vistos desconhecia. Quem lha manda ou quem escreve não sabemos, talvez a mãe, um familiar da mãe, o que sabemos é que a criança acabou por dar entrada na SCML. Foi o Sr. Maia quem para lá a enviou? Ou haveria um Sr. Maia na SCML? O tom impositivo da mensagem é claro: “tome conta della pois He sua”. Apesar de um texto muito curto, seja qual for o quadro do nascimento desta criança, alguém se quis desfazer dela: “Snr Maia Ahi vai aSua filha naseo fas hoje oito dias tome conta della pois He sua”¹⁰⁶⁶.

São raros os bilhetes dirigidos directamente a quem se abandona, mas os que existam revelam uma grande dose de culpa, formulam desculpas aliadas a promessas: “Augusto Vas ser abandonado a alheios cuidados deixando coberto da magua os corações de teus Pais; mas jurote querido filho que regressaras á Casa Paterna em igual dia de 1861 Dia do Coração de Jesus - 15 de Junho 1860 (...)”¹⁰⁶⁷.

Mesmo entregar na SCML crianças mortas é ainda um sinal de interesse e preocupação para dar à criança um funeral digno, que não se estava em condições de fazer.

9. O peso das circunstâncias e dos vastos motivos

Atribuir ao peso das circunstâncias e aos “vastos motivos” a razão ou razões do abandono, é no mínimo uma razão vaga porque nunca se explicitam. Certamente uma expressão banal, utilizada sobretudo a partir dos anos 30, na qual cabem todas as razões seja qual for a sua origem. Tratam-se de expressões comuns, ocas e vazias que podem assumir muitas variantes e formas desde as *circunstâncias que obrigam*: “Este pequeno chamase Pedro já esta Baptizado naceu em 6 de Junho de 1816 Cerconstancias obrigão a remeterse (...)”¹⁰⁶⁸, às *circunstâncias tristes*: “21 de Maio do Ano de 1835 Sepos huma Menina na Santa Caza da Mirzicordia q se hade Xhamar Romana da S^a Pereira pedese q seja bem tratada por sirconstançias tristes he q se poe mas no fim de hum Anno hadese tirar (...)”¹⁰⁶⁹, às *circunstâncias imperiosas*: “Jozé Ignacio da Rocha. Nasceu no dia 3 de Julho de mil oito centos e quarenta. Foi baptisado solemnemente no dia 20 do d^o mes. Por circunstancias imperiosas Seus pais (que são legitimam.te casados) se virão obrigados com a maior magoa do seu coração a entregar seu filho à Sta Casa da Misericordia no dia 13 de Agosto. Implorase toda a caridade para com este innocente, que em mudando a penosa

¹⁰⁶⁵ Ver Sinal nº 982 de 1850.

¹⁰⁶⁶ Ver Sinal nº 2036 de 1858.

¹⁰⁶⁷ Ver Sinal nº 1320 de 1860.

¹⁰⁶⁸ Ver Sinal nº 1005 de 1817.

¹⁰⁶⁹ Ver Sinal nº 904 de 1835.

situação de seus Pais será por elles requisitado (...)”¹⁰⁷⁰, às *circunstâncias da mãe*: “Remeto esta Menina pelas sercontancias em q se hacha a Mai (...)”¹⁰⁷¹, ou são as *circunstâncias assim o pedem*: “(...) pertendese todo o Cuidado com ella porq a seutempo se ade procurar q as Cerconstancias assim o pedem (...)”¹⁰⁷².

Quando as razões remetem para motivos tão vagos, todas as interpretações são legítimas e possíveis.

Há no entanto uma formulação que se diria do avesso. Normalmente as razões invocadas para justificar o abandono “obrigam”. Mas as circunstâncias permitirem-no é como dar ao abandono uma vantagem e uma naturalidade que só a banalização pode fazer parecer a regra e não a excepção: “As circonstancias permetem que este menino seja entregue á Santa caza, porem com a esperanza de algum dia ser reclamado (...)”¹⁰⁷³.

Embora as circunstâncias sejam vastas e com diversas formulações, parece que quando são invocadas, se prendem tanto com a ilegitimidade como com a pobreza. Vejamos vários exemplos: “Este pequeno chamase Antonio Pereira da Fonseca nasceo em 27 de Fevereiro de 1842 pellas çisconstancias de soa mem hé que vai p^a a Sta Caza (...)”¹⁰⁷⁴. Que circunstâncias? Doença da mãe? Falta de leite? Quando as causas do abandono se prendem com a doença ou a ausência de leite materno o abandono seria mais fácil de justificar, até porque inspirariam sentimentos de caridade para com a criança. Neste caso a questão permanece em aberto: tanto pode ser a ilegitimidade como a doença a originar este abandono.

Neste outro caso parece ser a existência de gémeos o factor determinante: “Dezejando q os dois irmãos gémios que pelas criticas circunstancias deposito na roda dos ingeitados, tenham um nome e religião, roga-se o obzequio de lhes serem postos os nomes de Jose Antonio no q leva fita azul no pulso, e Antonio Jose ao outro q leva fita encarnada também no pulso, p^a q por taes nomes e signaes possam ser procurados por seus pais logo q as suas circunstancias sejam mais favoraveis”¹⁰⁷⁵.

Os exemplos podem ser múltiplos e as leituras plurais. Escondendo-se atrás de tão vastas e imprecisas razões, utilizando fórmulas vulgares e comuns na época, os bilhetes que enunciam “circunstâncias” várias podem ser entendidos como uma fórmula de dizer tudo e nada dizer. “Em 28 de Abril de 1837 pella uma hora da noute nascêo o menino que acompanha este bilhete, e que vai por Baptizar, e que se dezeja q tenha o nome de Francisco. (...) Roga-se o bom tratamento se viver athe que cessem as circunstancias particulares que constangem a expuzição do recém nascido”¹⁰⁷⁶. Mais uma vez se coloca a questão: que *circunstancias particulares* são estas? Nada nos registos indica que as tais

¹⁰⁷⁰ Ver Sinal nº 1145 de 1840.

¹⁰⁷¹ Ver Sinal nº 897 de 1839.

¹⁰⁷² Ver Sinal nº 815 de 1803.

¹⁰⁷³ Ver Sinal nº 884 de 1857.

¹⁰⁷⁴ Ver Sinal nº 442 de 1846.

¹⁰⁷⁵ Ver Sinal nº 1179 de 1851.

¹⁰⁷⁶ Ver Sinal nº 695 de 1837.

circunstâncias tivessem sido ultrapassadas, porque nada consta sobre a recuperação e o retorno à família de origem.

Estamos em crer que as formulações vagas são as que melhor se adaptam às circunstâncias do abandono, e são utilizadas como uma estratégia para insinuar razões de tal modo atendíveis e fortes, que não restava outra alternativa senão a entrada da criança na “Roda”. Mas simultaneamente nada dizem de concreto. Em 1829 “(...) Nasseo este Menino às 6 horas e $\frac{3}{4}$ da tarde he Filho Legitimo de Joze Ribeiro e de Maria da Comseição Ribeiro e será Baupizado com o Nome de Joze..he Remetido a Sta Caza da Mezericordia p^a se lhe dar Baptismo e Criação emq.to Seus Pais o não poderem procurar. Sigundo as Sirconstancias do tempo ... Mas esperão em Deos q será brevem.te procurado mostrando-se hum retalho do vestido q Leva. Este papel será Cutizado com o próprio q cá fica.”¹⁰⁷⁷. Os pais, ou não puderam ou não tiveram tempo porque as “Sirconstancias do tempo” se mantiveram e *Joze* morreu no mês seguinte.

Contudo parece notar-se que as “circunstâncias” e os “vastos motivos” são invocados mais frequentemente quando existem ambos os progenitores, mas dado o carácter dúbio que tais motivos carregam, não pode haver certezas.

10. Recuperados e adoptados: vontade, banalidade ou impossível?

Como vimos, só uma minoria teve a oportunidade de regressar ao seio da família biológica, tivesse esta uma estrutura monoparental, ou uma estrutura nuclear (pai e mãe). Quem abandonou, por muito que lhe custasse o acto, muitas vezes classificado pelos autores como “repugnante” e outra adjectivação do mesmo teor, raramente cumpriu a promessa, ou mesmo esta não existindo, se apresentou para resgatar quem havia sido deixado na SCML. As crianças, apesar de suscitarem sentimentos de afecto, ainda não tinham o estatuto e a importância que irão adquirir ao longo do século XX e nos nossos dias.

No entanto, houve casos dúbios em que o anonimato permite todas as opções: “Esta criensa tem três semanas Hadesse chamar Joze esta Mulher que a trás a criensa pertende de a luar Maria do esperito santo esta criensa Puzerma a porta atres semanas agora pertendo de a trazer pela amizade q lhe tenho”¹⁰⁷⁸. Será a própria mãe? O que é certo, é que foi dado a criar à dita Maria do Esperito Santo, que foi vacinado em 31 de Janeiro do ano seguinte, acabando por morrer “só” em 1877.

Conhecer e dar voz a estes bilhetes, é deixar falar a multiplicidade das vidas destes homens e destas mulheres que, com mais ou menos indiferença, por vezes até com desgosto, entregaram e transferiram para outros a criação dos filhos. Mas há sempre interrogações que ficam por responder porque, por mais que os bilhetes gremem, esbarram na barreira do anonimato, que mesmo quando é desfeito em parte e as vidas se reconstroem e há um final feliz, nunca oferece respostas para todas as nossas perguntas. Vejamos este caso: em 27 de Março de 1797, pelas 20 horas, já noite e a noite (factor fundamental

¹⁰⁷⁷ Ver Sinal n° 180 de 1829.

¹⁰⁷⁸ Ver Sinal n° 1381 de 1861.

quando se quer fazer preservar o anonimato), entregou-se na SCML uma menina que levava o seguinte bilhete: “Em 27 do mês de Março de 1797 Se entrega hua menina q por nome se hade chamar D. Antonia Joaquina do Carmo; e por este nome se hade procurar Pedese a V. Ex.^a o mande tratar bem e emtretanto se fica rogando pela Vida de V^a Ex^a e aumento deata S. Casa (...)”¹⁰⁷⁹. A menina foi registada como sendo *D. Antonia Joaquina do Carmo*, caso pouco frequente mas talvez quem fazia o assento soubesse mais do que o bilhete dizia. E houve um final feliz porque foi entregue à mãe em 13 de abril de 1812, D. Gertrudes Maria de Jezus, mulher de António Bernansel, moradora no Cardal da Graça, freguesia de Sta Engrácia e que não pagou as despesas atendendo às razões apresentadas à SCML, que desconhecemos, mas a mãe assinou o termo de entrega. A criança esteve sob a alçada da SCML por mais de 15 anos. Que acontecimentos originaram este início trágico para terminar numa recuperação familiar? Quem era esta mãe? Seria solteira na altura do parto? Seria o António Bernansel, agora seu marido, o pai da criança? Ou não sendo, aceitou que a mulher fosse recuperar a filha? A filha, por seu turno, uma resistente por ter sobrevivido à “Roda”, que contactos teria mantido com a mãe ou a família durante estes 15 anos? Quem era a mãe que se apresenta com um *Dona* antes do nome? É o prestígio do marido que recai sobre esta mulher?

Não há respostas. Os bilhetes na sua simplicidade precisam de uma chave para interpretarmos e entendermos as suas mensagens porque refletem usos, hábitos, linguagens e costumes que estão longe de nós. Mas por outro lado são simultaneamente claros e obscuros porque a vida daqueles que estão envolvidos neste processo não se resume ao preto e ao branco, agravado para mais com os muros de silêncio que envolvem os protagonistas destas histórias.

Por vezes, nem na hora de recuperar, os pais apareciam. Algumas recuperações foram feitas por entrepostas pessoas, que certamente seriam as mesmas que os haviam entregue: “hoje em 28 de outubro de 1805 se faz entrega a Sta Caza hum menino q lhe porão por nome Lulugério Alves com sinal de fita branca asitinada de pontilha fora estereita atada no braco isquerdo com queiros de gruguete pano tiro p^a sinzentos com alguns recortes por baixo com ropinhas de beitalha de seda branca debruados de xita emcarnada i hum lenco velho branco com risca emcarnada atado ao redor da cabeça i outro de tres pontas branco i huma tualha velha com hum remendo pedese a Sta caza fasa a ismola de u criar i seja pelo amor de Ds acaridade de tão Sta Caza”¹⁰⁸⁰. Nada sabemos quanto à idade da criança nem quando regressou a casa. O que ficou registado no seu assento é que “Sahio para sua Mai” através da entrega à parteira, Joaquina Maria de S. José, mulher de Jorge Francisco, embarcado, moradora na Rua da Conceição, nº 13, freguesia de S. José, “p^a o entregar a seus Pais q não poderão apparecer”. A parteira assinou a entrega e a criança voltou à família biológica.

Noutros bilhetes é muito clara essa indicação. Os pais manter-se-ão sempre na sombra e será a parteira que terá essa função: além de a entregar na “Roda”, apresentar-se futuramente para recuperar a criança: “esta Menina naseo em sete de outubro de 1796 foi

¹⁰⁷⁹ Ver Sinal nº 409 de 1797.

¹⁰⁸⁰ Ver Sinal nº 1332 de 1805.

deitada na Roda da Sta Caza no mesmo dia pelas oito horas da noute, vai por baptizar, hade chamarse Marianna, vai conduzida pella Com.e Jozesfa M^a da Conceição aqm sehade entregar qdo a procurar pagando a sua criação (...)”¹⁰⁸¹.

11. Abandonar: banalização do acto, facilidade ou excepção?

O abandono das crianças foi o último recurso? Ou era encarado como uma solução fácil, ao dispor da população, sem custos económicos, a não ser custos pessoais? Tudo indica que a maioria encarava o abandono na SCML como um recurso de fácil acesso e que por isso se apresentava como a solução imediata para resolver situações ou de pobreza ou de ilegitimidade: “(...) Pois por tristes sirconstançias dos Pais, He q vai p^a a Sta Caza, e falta do leite de Sua Mai, e por não o poder Suprir Com o Alimento, q lhe He dado; Assim rogo a V. Ex^a q haja por bem, a Cabádo o Resto da Criação de Leite, deste menino, de o Restetuir a seus páis, pois p^a esse fim darão os mencionados Sináis, tal e qual. E rogo à Bondade de V. Ex^a de Recomendár, o d^o Emnoçente, pois as SirConstançias de seus Pais prometirão a q Lançarem mão de hum Recurço q tão penozo lhe foi”¹⁰⁸².

Como já vimos há bilhetes previamente escritos. Existiria quem prestasse esse serviço e que dispunha de uma espécie de papéis manuscritos que adaptava às circunstâncias. Havia espaços em branco para escrever a data de nascimento e o nome da criança e transformar um menino em menina quando o sexo do recém-nascido assim o ditava. Mas há outras opções: “Sendo Menino = Augusto = e Menina Adelaide ___ Maio de 1837. Nasção No primeiro de Junho pelas 5 horas da manhe”¹⁰⁸³. Neste caso, a última frase é escrita numa outra tinta e numa outra caligrafia, e nem sequer se preencheu o espaço relacionado com a data de entrada, que permaneceu em branco. Comprar-se-iam estes bilhetes e depois os próprios familiares escreveriam o que estava em falta? Isto significa que para aquela criança não havia outra opção: o abandono era uma questão decidida mesmo antes do nascimento, e implica igualmente um serviço de escrita de bilhetes muito “profissionalizado” e divulgado entre a população.

Outra opção muito semelhante à anterior é elaborar um texto que em qualquer circunstância já está terminado, não havendo nada a acrescentar após o nascimento: “O Portador deste se for masculino sechamará Joze Alexandre de Faria e sefor femenina sechamará Gestrudes Roza E Leva 3 coeiros pretos velhos, huns manguitos amarelos com fitas azuis, huma camezinha de pano de la velho, hum volvedouro do mesmo tambem velho, huma touca de Bertenha, huma fita de linha na cintura, e aseu tempo por estes mesmos sinais sera procurada (...)”¹⁰⁸⁴.

Mas há outros que nos põem perante um compasso de espera: “Este Menino nasceu a 17 de Fevereiro de 1848, chamrse-ha Manoel Faustino. Leva vistido cor de roza de Cassa trasparente Cueiro de Baeta Branca de bruado de amarelo, outro de Beitolha de algodão, Touca de seda azul clara Lavrada, tem hum grande defeito no beicho superior Entra na

¹⁰⁸¹ Ver Sinal nº 1261 de 1796.

¹⁰⁸² Ver Sinal nº 1226 de 1838.

¹⁰⁸³ Ver Sinal nº 867 de 1837.

¹⁰⁸⁴ Ver Sinal nº 1331 de 1795.

Santa Caza da Merizicordia no dia 18 de Março de 1848, as 8 horas e meia da Noute”¹⁰⁸⁵. Neste caso tudo se preparou, escreveu-se o bilhete mas não se entregou a criança na SCML. Como se chega a essa conclusão? A data de entrada é escrita com outra tinta, com a mesma caligrafia mas feita posteriormente. O que levou a que esta criança não tenha sido entregue logo após o nascimento? Para quê e porquê este compasso de espera? Esteve-se à espera que a situação que deu origem ao abandono se resolvesse?

Como será fácil de perceber, o destino de muitas destas crianças já estava traçado mesmo antes de nascer, como o demonstram os bilhetes previamente elaborados, sendo alguns mudados antes da entrega, outros nem isso. Quanto mais novos aquando da entrega, mais a decisão já estava tomada e poderá ser entre estes que se encontra o maior volume de ilegítimos. Noutros há um espaço de tempo alargado, de meses por vezes, e só então a criança é entregue na SCML: “Os Pes de V. Ex^a vai esa Menina p^a entrar nesa Sta Caza de Mezerecordia como bgna Portetora dos Dezemparados p^a q haja por Amor de Ds de a mandar criar pois seu Pai esta sem ter com q se ocupar e tendo mais filhos de menor idade e sua Mai doente em huma cama da qual moléstia secou o leite sendo estas as cauzas porq faltão os Pais p^a a mandar criar assim pede a VEx^a p^a q haja de lhe fazer Esta Esmolla qual acabado o tempo da sua criação será Procuradora tem por nome Carollina da Comceição Nasceu a sete de Novembro e leva de senal hum laço de fitta azul clara no braço esquerdo Entra a 10 do mes de Fevereiro de 1820”¹⁰⁸⁶. Este será o tipo de bilhete onde o conteúdo poderá ser questionado. Serão as causas apresentadas verdadeiras? Ou tanta dificuldade num só casal é uma estratégia para impressionar a SCML, justificar-se perante si e perante os outros?

Por vezes, os bilhetes deixam antever uma banalização do acto, um desprendimento quase cruel para com as crianças: “Esta Menina Bay por batizar Naseu Em dia de Santa Brizita tem 27 dias he o que lhe poso avizar diso Emtra No dia 14 de 9bro de 1827”¹⁰⁸⁷. *Brigida*, assim foi batizada pela SCML, trouxe consigo um bilhete escrito a pedido de alguém que não deu grandes informações sobre a criança, nem sequer o nome, levando o escrevente a dizer “he o que lhe poso avizar diso”, isto é, nada mais lhe disseram a não ser que a criança nasceu no dia de Santa Brizita e que tem 27 dias.

12. Tirados a prazo

A estadia na SCML, em caso de promessa de recuperação, era sempre a prazo. Parece que seria uma estratégia dupla: por um lado convencer-se a si próprio de que seria uma separação temporária e por outro insinuar à SCML que esta deveria ter cuidados suplementares para com a criança porque seria da sua responsabilidade mantê-la viva para posteriormente voltar ao seio familiar.

Breve, brevemente, a seu tempo, a todo o tempo, no futuro, a todo o tempo, logo que são expressões que remetem para a certeza da recuperação, que, como já vimos, raramente aconteceu.

¹⁰⁸⁵ Ver Sinal nº 522 de 1848.

¹⁰⁸⁶ Ver Sinal nº 212 de 1820.

¹⁰⁸⁷ Ver Sinal nº 1439 de 1827.

Num outro registo coloca-se o *Se. Se puder, se se procurar, se escapar, se eu melhorar, se for viva*. Nestes caso a recuperação será uma hipótese dependente de factores previamente enunciados.

Mas há quem seja mais peremptório e tenha certezas que pode cumprir promessas em prazos pré-estabelecidos. E os prazos invocados são múltiplos: “(...) pois antes dos tres mezes aandam pedir (...)”¹⁰⁸⁸, “(...) pois q Seu Pay apretende tirar nofim de vinte mezes; sem falta (...)”¹⁰⁸⁹, “(...) irão buscar a menina de hoje a um mez (...)”¹⁰⁹⁰, ou “(...) o Seo Pai o hirá procurar ao fim de 4 mezes”¹⁰⁹¹.

Raramente estes prazos foram cumpridos porque as crianças acabaram por morrer antes, apesar de este não ser, na generalidade, muito dilatado no tempo. Que motivação tem quem abandona em fazer promessas tão objectivas e explícitas? Estariam convencidos que as cumpririam? Ou estaremos perante estratégias para “obrigar” a SCML a ter mais cuidado com aquela criança? Ou sabia-se de antemão que isso não iria acontecer, mas seria o último gesto que se faria pelo filho que se abandonava?

13. Os códigos

Não será por acaso que neste mundo de clandestinidades, obscuridades, meias verdades ou mentiras, os bilhetes e os outros objectos que serviam para sinalizar as crianças fossem conhecidos como senhas e contra-senhas, portadores de uma linguagem só decodificada por quem conhecesse a chave que, em alguns casos, nós temos dificuldade em entender.

Vários bilhetes assumem claramente qual o seu objectivo: “(...) tanto do escrito como de tudo o mais q leva a criança fica outro semelhante p^a quando se procurar se poder combinar huns e outros trastes (...)”¹⁰⁹², por vezes utiliza-se a palavra *cotejar*: “(...) Leva por sinal huma fita de varias cores na cintura, da qual fica hum pedaço para cotejar quando se ouver de tirar (...)”¹⁰⁹³. Mas em 1859, no dia 14 de janeiro entrou uma criança na SCML, a quem foi dado o nome de *Angelica*, portadora de um pequeno papel azul cozido num papel maior de modo a não se perder¹⁰⁹⁴. O papel tem duas frases, aparentemente, pelo menos para nós, incompreensíveis: “Bre. ito: 14-2”¹⁰⁹⁵. Os números não podem corresponder à data de entrada porque esta ocorreu no mês de Janeiro. A(s) palavra(s) não se entendem. Que código é este? Que queriam dizer?

14. Sinais exteriores de riqueza e condição social

Legítimos ou ilegítimos, pobres ou menos pobres, ser exposto significava para todos uma existência difícil, uma sobrevivência problemática, um futuro incerto. Mas se os

¹⁰⁸⁸ Ver Sinal nº 937 de 1790.

¹⁰⁸⁹ Ver Sinal nº 657 de 1798.

¹⁰⁹⁰ Ver Sinal nº 2285 de 1865.

¹⁰⁹¹ Ver Sinal nº 1273 de 1843.

¹⁰⁹² Ver Sinal nº 172 de 1811.

¹⁰⁹³ Ver Sinal nº 1433 de 1803.

¹⁰⁹⁴ Era uma prática comum coser os bilhetes escritos em papéis muito pequenos noutros maiores de modo evitar o extravio.

¹⁰⁹⁵ Ver Sinal nº 105 de 1859.

bilhetes e outros sinais são claros quanto a afectos, preocupações e promessas, através das descrições dos objectos que acompanhavam a criança no momento do abandono, quer sejam os enxovais, quer sejam outro tipo de sinais nomeadamente peças de ouro, os sinais podem deixar antever as causas e a origem social de quem vai para a SCML.

São poucas as crianças que entraram levando consigo alguma peça em ouro. As que a levavam, normalmente eram argolas de orelhas e nem sempre as duas peças porque uma delas podia ficar na posse do abandonador para no futuro confirmar a ligação àquela criança. Outras, poucas, uma medalha, ou um fio. A maior parte destes objectos que vinham mencionados nos bilhetes desapareceu, ou nunca chegaram a existir, ou teve uma apropriação indevida. Mas mesmo adornadas de ouro, aquelas crianças não regressaram a casa.

Outros materiais ricos também podem dar indicações preciosas: prata, pérolas, coral, granadas, marfim e madrepérola. Na década de 60 aparece um material novo que se irá vulgarizar nas décadas seguintes: o plástico sob a forma de um cartão de visita, em plástico branco, com cercadura lavrada e com a data¹⁰⁹⁶.

Quem eram estas crianças que traziam objectos de ouro? Estes objectos vêm acompanhados de bilhetes em que o domínio da língua é superior à grande maioria, mais longos, com descrições de enxovais mais detalhadas, onde se pedem nomes compostos e, explicitamente, se fazem promessas de futura recuperação mas, regra geral, não se dão justificações para o acto de abandonar. E quando o fazem, justificam-no com a doença da mãe e por esta estar em perigo de vida “(...) É entregue pelo motivo da Mãe se achar doente em perigo de vida (...)”¹⁰⁹⁷.

Alguns destes bilhetes revelam um conformismo desarmante, cruel e objectivo em relação ao futuro das crianças: “(...) com yntenzão de tirar no caso de ser vivo (...)”¹⁰⁹⁸.

Normalmente também os enxovais revelam uma condição social diferente da grande maioria: “Esta Menina Nasceo a 5 de Março de 1840 pelas 2 horas da tarde, ainda não esta Batizada, e por isco se pede q quando a Batizarem lhe ponhao o Nome de Lionor de Jazus Theófila: o Emchuval q leva vetido He camisa de Algodão e Fralda de Linho Coeiro de Baeta amarelo debruado Vestide cor de ganga com humas felores com ruas Touca de Bobinete bordada forada de cor de roza leva hum fio de Ouro ao pescouço e hum fita de cores na sentura da qual fica hum bocado no poder da peço a quem pertence a Menina, e só pudera ser entregue, a quem aprenzentar hum bilhete igual a este, e com o resto da firma q aqui faltacombinando no corte do Papel, e q apresentar hum bocado da fita Hoje 6 de Março de 1840”¹⁰⁹⁹. Apesar de não ser um enxoval abundante, os materiais de que é feito revelam maior acesso a materiais caros e menos usados entre a população. Ou então o enxoval é um verdadeiro enxoval com peças repetidas, onde não faltam as rendas,

¹⁰⁹⁶ Ver Sinal nº 837 de 1864.

¹⁰⁹⁷ Ver Sinal nº 420 de 1869. Esta criança era portadora de umas argolinhas de ouro, entretanto desaparecidas.

¹⁰⁹⁸ Ver Sinal nº 1908 de 1841.

¹⁰⁹⁹ Ver Sinal nº 380 de 1840.

os galões e as peças novas: “(...) De Sinal Leva umas argolinhas de ouro novas ao pescoço emfiadas em um cordão de retrós cor de roza, e um coeiro de baeta nova e debroado de galão de seda verde marcado cõa as letras R. V. Leva no corpo 1 camiza uma fralda 2 coeiros, 1 vestido novo cor de roza uma touca com 2 ordens de renda e 1 chaile novo de xadres, tudo marcado com as letras R. V. Leva 1 trouxinha com 5 coeiros 4 camizas 4 mandriões, e 8 fraldas e 4 toucas”¹¹⁰⁰.

Estas crianças entram, regra geral, na SCML logo após o nascimento o que indícia alguém querer desfazer-se da criança o mais rápido possível. Porque não podiam permanecer estas crianças na sua família? Aqui as respostas podem ser múltiplas. Não seriam as dificuldades económicas a justificar o acto. Por outro lado, há sinais de esperança através da promessa de recuperação futura. Estaremos perante o que se pode designar por uma ilegitimidade transitória: “(...) esta menina adecer procurada a ceu tempo queu pai i cua Mai isteja recebida (...)”¹¹⁰¹? Outras, em muito menor número, entram já com uma idade mais avançada se comparada com a larga maioria, mas nestes casos a causa do abandono é a doença da mãe, mães que ficaram viúvas ou pais viúvos incapazes de lidar com a criação das crianças: “Hoje 21 de Abril de 1790 Se pos na Santa Caza da Misericordia huma Menina que se chama Anna Sempre Antunes já bautizada e tem de Edade tres Annos e por sinais que leva humas granadas pretas no pescoço e humas emcarnadas no braço Direito e tres camizas e huma saja de Segrilha com postana branca e huma de baeta cor de pulga e humas ropinhas de baeta cor de rosa debruadas de fita verde e huma sinta de serafina emcarnada forrada de olanda crua e huma anagoa com o cos de baetão esverdinhado e por não ter pai se pede a Santa Caza da Meziricordia que a tratem com todo amor e caridade assim como sedevem tratar semelhantes enosentes e Dise”¹¹⁰².

Parece no entanto não restar dúvidas: estas crianças são, maioritariamente, crianças ilegítimas privadas temporária ou definitivamente de uma família, filhas de quem teria uma situação económica desafogada e que pelas mais diversas razões não podia assumir a criança na altura do nascimento. Se assim não fosse, qual a razão para abandonar a criança? Que justificação social poderia ser dada para explicar esse gesto?

Se o ouro era aplicado em fios mas sobretudo argolas, o marfim era usado em medalhas, normalmente de N^a S^a da Conceição, as pérolas em fios e as bolinhas de coral em fios ou pulseiras.

Tartaruga, marfim, madrepérola e osso são utilizados em amuletos e talismãs, como por exemplo figas, estrelas, signos-salomão convocando uma protecção mágica para a criança. Estes elementos poderiam existir por si sós, mas a mais das vezes vinham acompanhados de outros elementos de simbologia cristã, reforçando um desejo de protecção de ambas as esferas: “(...) Leva cozido no dito cinto hum Samcelimão de Prata duas relicas da m.ma Prata mas hum não tem nada e hum figa de taruga (...)”¹¹⁰³. Neste

¹¹⁰⁰ Ver Sinal nº 1997 de 1846.

¹¹⁰¹ Ver Sinal nº 508 de 1839.

¹¹⁰² Ver Sinal nº 454 de 1790.

¹¹⁰³ Ver Sinal nº 1214 de 1819.

mistura-se o profano e o religioso, mas neste outro só constam os sinais profanos: “Nasceu Este Menino quarta feira Vinte e Sinco do Mez de Abril, pellas onze oras e três quartos da noite, do orrente anno de mil e OitoCentos e trinta e dois: Entra para a santa Caza no Dia Vinte e Seis do mesmo mez; Vai por Batizar, e se lhe háde por o Nome de _ Antonio Marcos Magno da Roza. Leva de Sinal duos Voltos de Fitolho Verde ao Pescoço, Com huma Figa e huma meia Lua Branca, e hum Sino Saimão de Tartaruga, e hum Vora de Fitolho Cor de Roza atado no Braço esquerdo”¹¹⁰⁴.

A utilização deste tipo de material para criar objectos que posteriormente sinalizavam as crianças, compreensivelmente são mais vulgares do que os objectos feitos de ouro porque a larguíssima maioria da população era pobre e o ouro era um metal inacessível. Mas também são reveladores da persistência de uma cultura pagã que escapava aos intentos uniformizadores da Igreja.

Alguns destes materiais, nomeadamente o osso, são de uso mais generalizado e por si sós não permitem antever com clareza a origem da criança, mas conjugados com o tipo de enxoval permitem aproximarmo-nos das razões do abandono: “Lenbrança do dia 19 do mes de Junho do anno de 1836 do Nascimento que teve esta menina as 7 horas da Manhã, leva duas camizas de paninho e hum vestido azul ferete com ramos amarelos duas fraldas de algodão e linho quatro emchumacos e quatro tiras e dois 2 Coeiros hum amarelo e outro branco debruados de chita duas tocas huma de caça e outra de paninho does lencinhos de paninho hum bobedoiro de pano de linho hum cinto de seda emcarnado com fitas de setim brancos hum chaile verde com ramos amarelos humas ropinhas amarelas com ramos brancos ainda não vai Baltizada farão o favor de por o nome de Luçia Fernandes leva mais hum xavelhinho e huma figa de tartaruga e bolcinha de seda, vai no dia 27 do dito Mes às 6 horas e meia da tarde”¹¹⁰⁵.

Mas se sobre estes podemos descortinar uma origem social, senão rica pelo menos remediada, não restam quase nenhuma dúvida quanto à origem social de uma criança, cujo bilhete afirma que “Hesta menina he Filha de pais munto pobres iporiço he q vai para asanta Casa pq cua man não ter lete para a criar hinda não vai bautizada mas cria q tenece hu nome Joaquina Leva huma camiza de igião dois coeiros pardos ropinhas roxas huma toca de bretenha com renda leva nucinto hum bocado de seda cor de cravo naseu 27 de Fevereiro Seus pais chama Miguel Antonio mai Bernardina de Sena”¹¹⁰⁶. Este bilhete quase se lê unicamente pelo som e pela aproximação às palavras. Quase se torna desnecessário sermos informados que “Hesta menina he Filha de pais munto pobres”, o enxoval curto e a expressão escrita deficiente tornam clara a sua origem social.

Mas mesmo perante um quadro onde se adivinha de pobreza, não deixa de haver uma promessa de resgate: “Pedese a santa Caza que não dexe perder hesça menina hoge santa caza Naceo do dia de S Pordencio 28 de Abril ponha nome de Pordencia leva hum

¹¹⁰⁴ Ver Sinal nº 662 de 1832.

¹¹⁰⁵ Ver Sinal nº 1043 de 1836.

¹¹⁰⁶ Ver Sinal nº 281 de 1797.

atadura a santura hum coero branco dobrado a meu para cando sefor porcorar aperzentara houtro escrito como a Mesma Letra com esta letra (...)”¹¹⁰⁷.

A hipotética pertença a estratos sociais mais favorecidos também pode ser detectada através do tipo de nome pretendido e, sobretudo, a utilização de *D.* ou *Dona* antes do nome, quer para quem abandona, quer para quem se vai abandonar. Se conjugarmos esses nomes com uma múltipla sinalização da qual constem materiais semi-preciosos que acompanharam a criança, não restarão muitas dúvidas sobre a sua origem.

Os nomes dão sinais claros de diferentes universos da origem das crianças, mas dependendo de quem fazia o assento de entrada e batismo, assim se aceitavam ou não todos os nomes, apesar de a tendência geral fosse não aceitar mais do que três nomes. Mas também podiam servir a estratégia de insinuar origens que, possivelmente, não se tinham: “Remetese aesta santa Caza huma Menina, aqual sehadechamar D. Maria Helena de Souza Vieira, Leva vestido huma camiza de Bertanha, velha, e does cueiros de baieta encarnada e humas roupinhas de baetilha de salpicos já velhinhas, atada com huma fitinha cor de roza, e hum lemsinho pela cabessa, Lx^a 21 de Janr^o de 1797”¹¹⁰⁸.

D. Maria Helena de Souza Vieira foi registada unicamente com os dois primeiros nomes, mas mantendo o *D.* inicial. Um enxoval tão reduzido, ainda por cima velho, poderia indicar uma origem desafogada? Ou estaremos perante estratos sociais empobrecidos mas que querem aparentar um desfogo inexistente, sendo o nome o único património e um meio para manter as aparências?

Um pai que se diz ter uma posição a defender, mas que não sabemos qual, envia uma criança para a SCML, a quem trata por *respeitável Instituição de Caridade da Caza da mezericordia desta Cidade*, com um reduzido enxoval, enganando-se inclusivamente na data de nascimento, acrescentando mais um ano, mas tem uma frase final que resume o que eram as promessas: *afim de ser reclamado, logo que favoráveis circunstancias assim o permitão, sem compromettimento*. Parece tratar-se de uma criança de nascimento ilegítimo, a quem se promete, se for possível e sem compromisso, ir buscar: “Minha posição e circunstancias me obrigão a mandar para a respeitável Instituição de Caridade da Caza da mezericordia desta Cidade o menino, que acompanha esta fiel declaração ao qual dezeja se ponha o nome de José. Dado á luz em 11 de Outubro de 1861, vestido de riscado cor de roza, e apertada a cintura com uma fita de seda encarnada; afim de ser reclamado, logo que favoráveis circunstancias assim o permitão, sem compromettimento. Lisboa”¹¹⁰⁹. Não foi reclamado, apesar de ter morrido dois anos depois, em Agosto de 1862 em casa da ama.

15. Mãe, pai e pais

Quem redigia os bilhetes que acompanhavam as crianças? Como vimos, há pessoas que se dedicam a essa actividade porque vários bilhetes são idênticos na forma, no conteúdo, na letra, nos erros, na tinta e no papel. Contudo interessa-nos olhar para os que

¹¹⁰⁷ Ver Sinal nº 568 de 1804.

¹¹⁰⁸ Ver Sinal nº 117 de 1797.

¹¹⁰⁹ Ver Sinal nº 2098 de 1860.

foram escritos, não por anónimos, nem por comadres ou parteiras, mas pelos familiares da criança, concretamente pelo pai ou pela mãe. Também há bilhetes escritos por um deles mas em nome dos dois, menos comuns, e cujas concordâncias verbais não denunciam se foi o pai ou a mãe. Os que foram assumidamente escritos pelo pai representam o dobro dos bilhetes redigidos pela mãe. Mas sejam escritos pela mãe, pelo pai ou por ambos, estes bilhetes são os que mais informações contêm, revelando maior envolvimento com a criança e por isso os que mais deixam transparecer afectos, razões, culpas, inquietações e tristezas.

Que relação pais-filhos estes bilhetes deixam transparecer? As expectativas e as esperanças depositadas na SCML quando se entregou a criança foram realizadas? Há sinceridade nestes bilhetes? Ou estes escritos dramáticos de tristeza e de dor, expressos no momento da separação só tinham razão de ser porque a esperança de voltar a encontrar a criança era uma desculpa para tornar o quotidiano de quem abandona mais suportável?

Este tipo de bilhetes conta-se entre os mais longos e os mais expressivos. Mesmos os mais curtos são mais informativos que a grande maioria. As justificações para o abandono estão quase sempre presentes, de forma objectiva ou recorrendo a subterfúgios, mas de uma maneira ou outra estão lá. Com as promessas e os pedidos passa-se o mesmo, demonstrando um interesse e uma preocupação profunda com aquele que se abandona.

As mães que escrevem denotam uma grande humildade e quase subserviência em relação à SCML, por considerarem que esta lhes irá prestar um serviço que gostariam de tomar para si mas que as circunstâncias não o permitem. Casadas, solteiras ou viúvas, com mais ou menos filhos, com problemas de saúde ou sem eles, estas mulheres dizem recorrer à SCML para salvar os filhos e para se salvarem a si próprias das convenções sociais que condenam as mães de filhos ilegítimos. Destas mulheres que dominavam a técnica da escrita, embora, a maioria, de forma deficiente, algumas revelam conhecimentos e relações pessoais com o pessoal da SCML, ou pelo menos sabiam a quem se deviam dirigir. Neste caso não podiam ser de condição popular: “Illmo Ex.mo Snr O Motivo porq entrego a esta Santa Caza este menino (...)”¹¹¹⁰.

Não temos dúvidas de que estas mulheres conheciam todo o processo de tal modo que, querendo entregar a criança o mais depressa possível, prometiam remeter mais tarde a roupa que no momento não era possível levar: “Meos Snres q Governo os ingeitados Remeto a V S^a iste menino coando se batizar se lhe pora Nome de françisco i por sobre Nome de Souza Coutinho ele Nasceo as onze oras da noute do dia çeis de agosto qm será sua Madrinha hade ser a Senhora da Conceicam apraçida i carnagil pois o sinal q Leva hé a mesma Snr^a cozida a hua fita Rouxa apertada a çintura. Recomendace munto se não troque este menino p.r outro p.r q i ele acabando o ano se hirá tirar i pagarçe tudo o q se tiver gasto com ele mais bem porparado hiria de roupa se não ouveçe tanta preca porem ficando invista de V Sas aonde hirá a criarse lhe remeterá Roupa pela mesma Roda o q se recomenda munto he o dito menino se não troque p.r outro O dispor de V Sas como sua

¹¹¹⁰ Ver Sinal n° 309 de 1828.

criada”¹¹¹¹. Não são razões económicas que levam esta mulher a entregar o filho. Talvez um casamento em espera... ou apenas a sua promessa ...

Neste outro, quem era esta mulher que através da SCML pede a interferência da regente D. Isabel Maria para que esta trocasse “a enfelecidade em dita” daquela criança? O abandono é transversal a toda a sociedade, só que crianças provenientes destes meios serão em menor número porque a grande massa da população era pobre e muito menos pertencente a elites próximas do poder: “A Santa Caza da mezericordia cepede aesmola de dar parte acerenicima cenhora infanta regenta Senhora DIzabel maria desta criansa e comela oescrito q vai dentro aos pes de vosa alteza benignha cenhora infanta regenta ceprostão as minhas vozes asquaes vospedem cecoro p^a a enfelis innocente p^a q atomais a vosa comta trocalhe a enfelecidade em dita por alma de voso agusto pai e pela vosa saúde pornôs todos tão dezejada ceja esta mais huma testemunha das vosas vertudes e compacivo coração so acim ceinxugarão as lagrimas da mai e não cecarei de pedir adeos pela saúde de vosa alteza oceo vos de tudo quanto dezejaes”¹¹¹².

Mas a pobreza, a doença acrescida da falta de pagamento do salário do pai justificam o abandono: “Hahi Vai hese Menino Chamado Manoél baltizado Na freguezia de Santo andré de Lisboa hade fazer 11 dias a 22 deste Mes q hé de Novembro de 1832 foi baltizado ha thé pra Mor De Deos ha Mai Mando prasanta Cáza por Não poder ha Guentar – e por estar Muito do Ente Sobre ho parto Seu pai Não Seacha Com Meio de puder Mandar Criar porque handa nas hobras Melitáres Enão lhe pagão (...) Heu tenho Tensão Selle não Murer O Tirara ho fim de 10 Mezes (...)”¹¹¹³. Estamos perante uma criança, ao que tudo indica legítima, entregue na SCML por manifestas dificuldades, mas com a incerteza da recuperação: “Selle não Murer”, resgatá-lo-ão ao fim de 10 meses, certamente o tempo que a mãe considerava necessário para recuperar e para o pai ver os salários em dia. Trata-se de um bilhete datado de 1832 que reflecte a conjuntura política da época: a guerra e as dificuldades do próprio exército que não pagava o soldo aos soldados.

Muitíssimo mais elaborado é este bilhete escrito por uma mãe que utiliza um estilo muito próprio e revela uma enorme culpa, que aliás assume sózinha, mas que procura zelar pelo futuro da filha: “A mão tremula de huma Desgraçada Mai he quem traça estas linhas esperando hum secorro para esta inocente creança esperando q seja tratada com aquele mimo q merece sua delicadeza supelicandovos q já mais seja entregue a vis amas, q aindigencia as faça tratar cruelmente também peço, e rogo q não seja entregue a pessoa alguma sem q mostre hum papel tal i qual como este q ahi vai, e q nunca lhe tirem esse bentinho de N Senhora do auxilio pois espero em breve tempo poder tirala do estado lastimozo a q me vejo obrigada a espola, se a sorte me for contraria eu pesso q nunca abandoneis, q não aborreça sua emfeliz mai nem seu desgraçado pai sou culpada porem porem he hum excesso de amor, e huma emprudencia q cometi, e espero do auxilio Divino perdão de meus erros ordeno q selhe ponha o nome qahi vai Mafalda da Conceição

¹¹¹¹ Ver Sinal nº 1010 de 1822. Esta criança morreu em 2 de Setembro de 1822 na SCML.

¹¹¹² Ver Sinal nº 1211 de 1826. Esta criança sobreviveu mas não foi entregue à mãe. Ver *Lº 6 de Vestir*, p. 646.

¹¹¹³ Ver Sinal nº 1619 de 1832. Esta criança morreu em 8 de Fevereiro do ano seguinte, na SCML.

madrinha N Sna da conceição (...) se chegar a idade sem q eu a possa tirar rezeme por alma pois já não sou viva, e pesso também q não na dexem cazar com homem ordinário, e q seja emsinada na Relegião.”¹¹¹⁴. Trata-se, certamente, de uma criança ilegítima por quem a mãe nutre uma profunda afeição de tal modo que o futuro da criança, que não teve, a levou a fazer um pedido inusitado “não na dexem cazar com homem ordinário”, certamente tendo em mente o que aconteceu à própria mãe.

Mulheres viúvas, mulheres com mais filhos “(...) Como vejo com 5 Filhos ao Redor de Mim e não tenho gota de Leite nem Meios p^a o poder mandar criar hé rezam por q thomei a Rezuluçam de o mandar p^a a Sta Caza. Eu fico mas a minha Alma o meu coração vai com o meu terno Filho senão foçe a isprança q tenho em no tirar o qto antes Eu de serto não Podia Recestir assim peço a V S^a pella boa sorte da sua Familia q emqto eu ou não tiro p^a a minha Companhia q seja seu Pai (...) d V S^a umilde Criada (...)”¹¹¹⁵, pais ausentes, mulheres solteiras “(...) por q se pertende hir tirar quando o pai vier q esta auzente no Brasil e como não estou ahinda cazada he o motivo por q a mando para esta Santa Caza, por cauza da minha família (...)”¹¹¹⁶, mulheres pobres, todas elas expõem os seus sentimentos e as suas razões.

Têm quase a certeza de que nunca mais irão reaver o filho mas escamoteiam-no debaixo de promessas e pedidos, mas, por vezes, não deixam de confessar o que sabiam, que dificilmente iriam recuperar o filho: “A 6 de Junho de 1851 acabo de ser Mai, e mando de pozitar m^a Filha no Azilo da Innocencia abandonada (...). Se algum dia eu poder ter aventura de a reclamar; hum escripto igual a este deve ser apresentado (...)”¹¹¹⁷.

Há alguns escritos cujas autoras praticam uma escrita criativa, jogando com conceitos e trocadilhos que indiciam mulheres para quem a ginástica mental não estaria ausente das suas vidas: “(...) sua Mai pur não ter Meios pur enquanto he que emfelismente a Lança neça felis caza da santa caza da Mezericordia mas com esperanças çe poder de brebemente a tirar esta carta he iscrita pela mesma propria Mai Tenho a onra de pedir a VE^a que esta Menina seja bem tratada sou sua umilde criada mas emfelis Maria Moreira de Paiva (...)”¹¹¹⁸. Registe-se o tom de esperança: não tem meios por enquanto, mas brevemente pensa reverter a situação.

Mas os bilhetes escritos por estas mulheres supostamente sós, revelam uma inocência e candura que não nos pode deixar de surpreender, porque são recorrentes em todas as sociedades e em todos os tempos: “A força de serconstancias faz abandonar por algum tempo esta menina cuja já está baptizada em caza, só lhe faltão os Santos Ollios, o Seu nome he Maria Constantina de Oliveira, Roga-se e espera hua aflita mai que lhe seja mandada por em hua ama capaz, e que se lhe consere escropulozam.te seu nome, pois que confia do seu Vertuozo Pai (que hoje lhe não pode valler) que em pouco tempo a fará

¹¹¹⁴ Ver Sinal nº 1565 de 1833. Esta criança morreu em 27 de Outubro do mesmo ano.

¹¹¹⁵ Ver Sinal nº 1650 de 1841. Esta criança morreu em 6 de Agosto de 1842.

¹¹¹⁶ Ver Sinal nº 1293 de 1849. Esta criança morreu em 8 de Outubro de 1849.

¹¹¹⁷ Ver Sinal nº 1077 de 1851. Esta criança morreu em 6 de Setembro de 1852.

¹¹¹⁸ Ver Sinal nº 2482 de 1869. Desta criança não conhecemos o que lhe aconteceu. O seu assento é omissivo.

procurar e tomará conta della,”¹¹¹⁹. O assento regista que esta menina é muito miúda o que em linguagem da época significa muito pequena e magra. Morreu um mês depois, sem que o pai se tivesse apresentado para a levar para casa, defraudando completamente as expectativas da mãe.

São bilhetes muito sentidos, onde se pressente que, em alguns casos, foi a última solução encontrada para tentar salvar a criança: “hoje 21 de Marso de 1815 Boto na Santa Caza pela grande nesidade em que me axo minha filha Joaquina He o seo nome de idade de quinze meses já não mama”¹¹²⁰. Em alguns casos não existem promessas, como se quem abandona soubesse de antemão que nunca teria hipótese de ir recuperar a criança.

A morte da maioria das crianças não deu tempo para que as vidas das mães se refizessem e pudessem cumprir o que tão emotivamente prometiam.

Quando os bilhetes são escritos na 1ª pessoa do singular, ou quando se dirigem diretamente ao filho, certamente estaremos perante um familiar próximo, o pai ou a mãe: “Vai hese menino adezaseis do mês de julho endia da Snra do monte do Carmo não vai boutizado hadese por pornome Duarte rogase a Santa caza queirom tratar hese menino com toda a caridade pões sehade tirar aseu tenpo Santo Antonio teguie”¹¹²¹. Neste caso, para além do apelo à SCML para um tratamento caridoso da criança, mais se reforçou com uma prece a Santo António.

E o pai, quando escreve, o que enfatiza? Que justificações apresenta? Que preocupações revela? Serão substancialmente muito diferentes dos bilhetes escritos pelas mães? Muitos pais referem o nome das mães porque seriam filhos legítimos e a causa do abandono seria a doença, a pobreza e, inclusivamente, a prisão. É compreensível para os padrões morais da época que assim fosse, que o pai assumisse a paternidade se estivesse legalmente casado. Quando se trata de filhos nascidos de pais não casados, o pai deita um manto nebuloso sobre as causas do abandono referindo-se a elas como as “circunstâncias”. E mesmo podendo ser casados, mas por qualquer motivo pontual de dificuldades económicas se abandonasse a criança, também as “circunstâncias” são invocadas para justificar o acto. Percebe-se que a pobreza envergonhada é uma estratégia para conservar a identidade social dos indivíduos. Nestes casos, os bilhetes nunca vêm assinados pelo pai, ao contrário dos outros em que a pobreza, a doença, a prisão não são motivos para esconder a identidade.

No entanto, os bilhetes escritos pelos pais têm ligeiras nuances em relação aos escritos só pelas mães: mais secos, com menos expressões directas e claras de afecto e carinho, mas revelando de outra forma as preocupações e os afectos, o que estaria dentro dos códigos masculinos do papel de pai e da sua função na família. Muitos deles prometem pagar as despesas, promessa quase sempre ausente dos bilhetes escritos pelas mães, o que se inscreve no quadro do papel tradicional do homem na família, controlando as finanças caseiras, embora em algumas regiões ou casas sejam as mulheres a cumprirem esse papel.

¹¹¹⁹ Ver Sinal nº 144 de 1834.

¹¹²⁰ Ver Sinal nº 410 de 1815. Joaquina morreu no mês seguinte ao da sua entrada.

¹¹²¹ Ver Sinal nº 969 de 1814.

Os pais que escrevem bilhetes podem invocar a pobreza e a doença para justificar o acto: “A esa Santa Casa dos Expostos manda Mel Joze Gomes de Brito casado com Maria Rita assistente na Rua das Pereiras Freg^a do Sto Coração de Jezus ahu Filho seu Pornome Norberto Joze Perr.a nasido na mesma Freg^a e batizado na mesma Freg^a pelo Parocho da mesma Frag Padrinho do d^o menino M.el Joze Perr^a e foi Madrinha Nosa Snr^a das Almas tem de idade sete meses e vinte e hu dia Porq naseo no dia de S:Norberto porq seacha sua May mto enferma Seu pai pobre (...) Pede a d^a Snr^a Ama Seca q haja pelo Amor de D.e omandarlhe crear por amor e caridade emq.to sua May D.e permita a melhora la se ira buscar, Se D.e For servido Mel Joze Gomes de Brito”¹¹²²

E também a prisão: “Ill.mo Snr Partição a VS^a q no dia 26 de Agosto de 1842 pelas 8 horas da minha naseu umenino neste Prezido Filho de Manoel Joze Gomes i sua Molher Maria Suares naturais de Leira termo de Monção Prezos neste Prezido pelas tristes circunstances de não poder criar o dito menino pertendem pollo na Roda desta cidade será posto o nome Joaquim digo Manoel Joaquim = Leva com sigo um vestido de Chita Manoel Joze Gomes Cova da Moura 28 de Agosto De 1842 ”¹¹²³, são os motivos claramente enunciados como a causa do abandono, mais frequentes os primeiros do que os segundos.

Há abandonos em que o pai expõe que sem qualquer tipo de pudor as razões para o fazer, bem como faz a identificação completa dos familiares incluindo a morada, certamente para dar mais veracidade ao bilhete e para que não restassem dúvidas à SCML da justeza da sua pretensão, porque sempre se podia confirmar a veracidade dos factos: “(...) Ill.mo Snr Admenistrador Participo a V^a S^a que Minha Mulher teve um filho que Naseo no dia Nove do Corrente mez e por falta de meios de não ter posses para o Criar, nem o mandar criar eix o Mectivo por que peso V. Umildemente a V^a S^a para que pello Amor de Deos mo recolha na Santa Caza, Levando um Signal para que quando possa ir tirallo, pois Minha Mulher está Ungida e Sacramentada, e por esta rassão é que o recolho na d.ta Santa Caza. Pedia Umildemente a V^a S^a que por nome lhe ponha Jose. Minha morada é na Travessa do Cabral, N^o 16 – 2^o Andar, Meu Nome Joze Maria, Filho de Daniel Jose Joaquim, e Luiza Roza, minha mulher Imillia dos Martires, Filha de Jose Ribeiro, e Joana de Souza Jose Maria (...)”¹¹²⁴.

A promessa de pagamento das despesas coincide com a ausência de referência clara às causas do abandono e com a omissão do nome da mãe: “Pelo m.to Revirendo Padre Sacratario fasa a esmola favor de tomar conta nesse menino ele já vai batizado pois se batiza na fregazia de Som João da prasa desta sidade de lisboa xamos Bento augusto Seu pai Sua mai pertende tirallo antes de 3 mezes pagar tudo a despeza que santa Caza fizer com ele p^a o que pede o favor de o puor huma hama de Lisboa (...) haja tudo o cuidado pois meobrigo pagar tudo despeza (...)”¹¹²⁵.

¹¹²² Ver Sinal n^o 133 de 1797. Esta criança morreu em 7 de Março do mesmo ano.

¹¹²³ Ver Sinal n^o 1350 de 1842. Esta criança morreu em 18 de Agosto de 1843.

¹¹²⁴ Ver Sinal n^o 2309 de 1848. Esta criança morreu em 22 de Janeiro de 1850.

¹¹²⁵ Ver Sinal n^o 595 de 1810. Esta criança morreu em 17 de Novembro de 1811.

De que circunstâncias fala este pai? Circunstâncias económicas? Futuro casamento com a mãe? “NOS Seis dias do mez de Outubro do anno do nascimento de noso Senhor Jezus Christo de 1822 nasceo hum menino e não vai Baptizado e pesso q logo o Batizem e lhe ponhão por nome - Ezequel – e pesso o bom tratamento na criação e em tudo mais uzem da mais pia Caridade, e tudo se pagará quando melhorarem as sirconstancias e q D.s permita q levrem.te posa uzar das fonsiens paternaes (...) hum Pai amante do filho (...)”¹¹²⁶. Pelos vistos, neste caso, as circunstâncias nunca melhoraram e a criança, apesar de ter sobrevivido, nunca regressou à família porque ficou registada nos *Livros de Vestir* onde eram assentes as crianças que, terminada a criação de seco aos sete anos, ficavam nas amas ou com quem as quisesse, embora ainda sob a alçada da SCML¹¹²⁷.

A ilegitimidade parece ser a razão para a entrega desta criança porque o pai “ não poder criar em M^a Caza” e por isso “Vai para a Santa Caza dos espostos hum menino que Nasceo dia de Santa Pulqueria a 7 de Agosto e quero que se chame Frederico (...) e pesso seja bem tratado pois em comcequencia de se não poder criar em M^a Caza o Remeto com toda a recomendação pois juro aos santos Evangelhos de em acabando a Criação de o tirar o que pesso a Sua Ex^a todo o esmero que tenha sobre elle Meu Filho o Seu Seu Pai Joaq.m M.el Campos Villas-Boas”¹¹²⁸. Neste caso, apesar das juras aos Santos Evangelhos, o pai não a resgatou porque, tal como a anterior, ficou registada nos *Livros de Vestir*¹¹²⁹.

Os bilhetes assumidos por ambos os pais são em número muito reduzido. No entanto, são os que mais se expõem em termos de justificação do acto de abandonar, certamente porque uma decisão conjunta, dolorosa e partilhada: “João Joze Rebello e D. Maria do Socorro e Neves Guerra Mil-Homens Rebello, ligitimam.te dispozados, expoem ao cuidado da Sta Caza da Misericordia de Lisboa a Henrique Julio do Socorro e Rebello Exposto, filho ligitimo destes inconcolaveis Consortes, que por se verem ja sem recursos alguns p^a se alimentarem e a seu querido filho são obrigados a darem este passo para não sintirem a desventura de o verem em sua comp^a morrer de fome Esperão dos Ex.mos Srs Ademenistradores da m.ma Sta caza tenham nelle o cuidado que se tem visto do seu incançavel zelo pela humanidade, despondo nelle melhor sorte do que aquella que por ora pode ter em comp^a de seus autores. Foi nascido a 20 de Janeiro de 1839; precisa receber os Stos Olios; vai Molesto com inflamação no ventre procodida da má qualidade dos alimentos que tomava. Tencionamos tiralo logo que as circunstancias o permittão, e se a fome nos não matar.Lisboa 7 de Setembro de 1840. Fica em poder o tallão deste bilhete com o qual o porcuremos como titulo legal alem dos mais que forem precicos p^a se effectuar a sua entrega. Se ... (...)”¹¹³⁰.

O texto revela um casal com coragem e um enorme amor pelo filho que abandonavam. A criança já tinha mais de ano e meio quando foi entregue, e os pais não se coibiram de explicar a sua situação económica e as suas consequências. Será um acto de

¹¹²⁶ Ver Sinal nº 1297 de 1822.

¹¹²⁷ Ver *Lº 5 de Vestir*, p. 681.

¹¹²⁸ Ver Sinal nº 1559 de 1831.

¹¹²⁹ Ver *Lº 7 de Vestir*, p. 498.

¹¹³⁰ Ver Sinal nº 1306 de 1840.

coragem sem consequências futuras. Ou a sua situação não melhorou, ou morreram, ou nada do que foi relatado era verdade, porque o filho exposto irá cumprir o destino dos que nunca foram recuperados¹¹³¹.

Mesmo sem se identificarem, auto-remetendo-se para a condição de pais “imcobertos”, estes não deixam de pedir “À Santa Caza da Mizericordia desta Corte se fas a Pupplia seguinte, que pelas Chaguas de Nosso Senhor Jezus Christo e Dores de Sua Mai Maria Santissima mande criar esse Menino, q este leva em sua companhia dando lhe hama m.to capas, e p^a perto, cujo menino nasceo no dia 20 de Maio de 1824 pelas 7 horas da manham, e pedese quando for Baptizado por q ainda o não foi lhe ponham o nome = Porfirio = Leva p^a signal de quando for procurado o seguinte (...) Entra p^a a Sta Caza desta Corte no dia 24 do mes e anno ut supra declarado as ave Maria da noite, nasceo no dia 20 do dito Maio asima declarado dia de S. Bernardo de Sena Confessor, porem o asento do Baptismo seja o nome = Porfirio = Recomenda-se m.to, e mto a Sta Caza a criação deste menino. Pede-se-lhe lhe deie Hama mto, e mto capas e asiada, assim como o nome della Hama, e lugar p^a a seu tempo saberse, e recompensar-se-lhe a Criação. E para clareza a todo o tempo se ficerão dous papeis deste theor p^a mais fetura prova de verdade, e conhecim.to de seus Pais imcobertos”¹¹³². A repetição das qualidades da ama exigíveis para uma boa criação, revela quanto era conhecido o papel fundamental que estas assumiam na sobrevivência das crianças. O que está por detrás desta decisão? Quem escreve este bilhete parece dominar bem a linguagem litúrgica e ter um conhecimento muito preciso do santoral... De qualquer modo, a criança não lhes criou qualquer problema social no futuro porque *Porfírio* morreu na semana seguinte à sua entrada, sem nunca ter deixado a SCML.

Mas há bilhetes que tiveram de ser escritos por alguém muito próximo da criança. Porque nascer às 23,30 horas e ser entregue às 2 horas do dia seguinte com o respectivo bilhete, significa que o bilhete só poderia ser elaborado por alguém que esteve envolvido no nascimento: a comadre/parteira ou um qualquer familiar. No entanto estes bilhetes são “secos”, sem sombras de afecto ou emoção: “LisBoa 5 de junho de 1853 hi Bai hese menino q naseu as onze horas i hum quarto da noite Bai por Batizar ponhão lhe nome João Maria”¹¹³³.

Habitualmente escritos recorrendo à 3^a pessoa do singular (“pede-se”, “põe-se”, etc.), alguns utilizam a 1^a pessoa do singular (“Digo eu Candida Angelica Viuva de Val do Roque por não poder entrego este Menino a S. Caza da mezericordia (...)”¹¹³⁴, o que pode apontar para que o abandono seja uma decisão de um único progenitor, às vezes por força das circunstâncias, neste caso por ser viúva. Contudo, a 1^a pessoa do plural também pode ser utilizada, mostrando um maior envolvimento com a criança e com a decisão de a abandonar: “Este Menino nasceu no dia 28 de Novembro de 1869 ás 6 horas da Manha,

¹¹³¹ Ver *Lº 10 de Vestir*, p. 762 e *Dº 11*, p. 517.

¹¹³² Ver Sinal nº 702 de 1824.

¹¹³³ Ver Sinal nº 1171 de 1853.

¹¹³⁴ Ver Sinal nº 511 de 1803.

por isso pedimos a VEx^a que haja por bem de lhe Mandar por o nome de Julio e sobrenome de Santos (...) ¹¹³⁵.

Quem escreveu o bilhete que a seguir se apresenta? “Terça feira 18 de Fevereiro de 1834 Entra huma menina para a Real Caza dos Expostos Baptizada por nome Maria Ritta peço a V Ex^a a esmola de a tratar q he filha de viúva e pellas suas emposublidades Receber esta esmola, (...) e Se a todo tempo eu puder faso tenção de a tirar Espero na Bondade de V. Ex^a de a tratar como filha e de lhe dar huma ama q a trate com caridade (...)” ¹¹³⁶. Um familiar? O pai da criança? Certamente terá que ser alguém muito próximo da mãe. Uma mulher viúva que fica grávida será considerado um atentado às normas sociais e à família e por isso não seria um segredo que pudesse ser partilhado com muita gente.

Há bilhetes que impressionam pela argumentação utilizada, alguns com detalhes interessantes: “Vai para a Santa Caza dos espostos hum menino que Nasceo dia de Santa Pulqueria a 7 de Agosto e quero que se chame Frederico Leva 1 coeiro verde e 1 de beitolha branca e huma mantinha emcarnada p.r debroar de hum lado e Vest^o Branco e pesso seja bem tratado pois em comcequencia de se não poder criar em M^a Caza o Remeto com toda a recomendação pois juro aos santos Evanjelhos de em acabando a Criação de o tirar o que pesso a Sua Ex^a todo o esmero que tenha sobre elle Meu Filho o Seu Seu Pai Joaq.m M.el Campos Villas-Boas” ¹¹³⁷. Para além de se identificar, o pai assume que não o pode criar. Não aponta razões de pobreza mas informa que não o pode criar em sua casa. Estaremos perante uma criança nascida de uma relação entre uma mãe solteira e um pai casado, possivelmente o patrão? O filho do patrão?

Outros bilhetes revelam-se escritos a *quatro mãos*: “Digo eu Francisco Coito Minha Mulher Joanna da Silva pedimos rugamos a Santa Caza pelo amor de deos e ho aumento da santa caza q hajão por esmola de me criarem hesa menina porq minha mulher adoiseu vai para o espital eu no espital esto assim como semos pobres i semos dos defradados q fugimos das nosas teras por isso pedimos q me crie a minha menina emcuanto eu esto no espital a minha menina xamase Joana de paula tem quatro meses a todo o tempo eu a procurarei esta menina Levarei hum escrito como este ficando obrigado agradesidos pela esmola q fizerem a hesa menina Francisco Coito Minha Mulher Joana da Silva” ¹¹³⁸. Independente das causas que segundo os próprios originaram o abandono, só os pais poderiam escrever um texto tão sentido onde o modo como se referem à criança encerra um mundo de preocupações, dor mas também afetos. *Joana de Paula* foi emancipada em dezanove de novembro de 1840. Possivelmente os pais morreram e talvez por isso a promessa não se cumpriu.

¹¹³⁵ Ver Sinal nº 2555 de 1869.

¹¹³⁶ Ver Sinal nº 260 de 1834.

¹¹³⁷ Ver Sinal nº 1559 de 1831.

¹¹³⁸ Ver Sinal nº 547 de 1811.

15.1 À espera do pai

Num país e numa cidade em que as convulsões sociais, políticas e militares foram marcantes na primeira metade do século XIX, é natural que nos bilhetes deixados com as crianças haja referências frequentes aos militares. Para além das ausências dos pais devido aos condicionalismos da sua condição: “Este Menino he filho de jente Cazada seo pai soldado auz.te (...)”¹¹³⁹, há outras razões para os militares aparecerem como causa direta do abandono: “a dois dezembro Nasceo esta menina que seade chamar Maria das Dores Rosina filha de hum Soldado de artalharia cazado”¹¹⁴⁰. Estes pais nunca recuperaram os filhos, ou porque eles próprios morreram nas campanhas militares ou porque foram as crianças que morreram. No caso dos soldados casados a recuperação seria praticamente impossível.

Mas será a pobreza que justifica o abandono destas crianças filhas de militares: “Aqui Vai esta menina Maria da Conseisão Batizada a 3 de Junho é Filha de melitar i é pobre i faltou u Leite a todou tempo esta menina ade ser procurada (...)”¹¹⁴¹. O que ressalta desta situação é a nomeação declarada da actividade do pai (militar) o que é uma raridade, dado que raramente a actividade do pai é referenciada. Talvez se julgasse que a condição de filho de militar fosse uma razão válida e socialmente aceite para justificar o abandono. Afinal esses bravos estavam ao serviço da pátria, lutando contra invasores estrangeiros ou integrados num dos exércitos que iriam protagonizar uma guerra civil...

Para além dos militares, os bilhetes dão conta de pais ausentes no estrangeiro, embarcados, certamente devido a movimentos migratórios para o Brasil, ou ausentes em viagem, dentro ou fora do país. Alguns bilhetes referem muito claramente a emigração como factor determinante do abandono: “(...) por seu Pai andar Imigrado (...)”¹¹⁴².

Estamos perante bilhetes curiosos. Segundo estes, quando o pai regressasse iria buscar a criança à SCML e, em alguns casos, pagar as despesas: “(...) seu Pay está fora da terra e emchegando logo hade hir tiralo e pagar a despeza (...)”¹¹⁴³. O destino mais referido foi o Brasil. Inúmeros bilhetes disso dão conta, embora possamos perceber que as razões do abandono podiam ter tido múltiplas razões: mães solteiras: “(...) por q se pertende hir tirar quando o pai vier q esta auzente no Brasil e como não estou ahinda cazada he o motivo por q a mando para esta Santa Caza, por cauza da minha família (...)”¹¹⁴⁴, ou mulheres casadas que estvam grávidas quando o marido partiu ou engravidaram depois da partida deste... como no caso desta criança, que deu entrada na SCML com horas de vida (nasceu às oito horas e foi entregue às 13,45 horas do mesmo dia) e que “(...) hadese hir Buscar se deos quizer tão de Preca Seu Pai Venha esta no Brazil Lisboa 16 de Nobembro de 1844”¹¹⁴⁵. Como se uma ida para o Brasil ou para África fossem lugares de onde se

¹¹³⁹ Ver Sinal nº 977 de 1840

¹¹⁴⁰ Ver Sinal nº 1860 de 1836.

¹¹⁴¹ Ver Sinal nº 1036 de 1846.

¹¹⁴² Ver Sinal nº 855 de 1847.

¹¹⁴³ Ver Sinal nº 1232 de 1798.

¹¹⁴⁴ Ver Sinal nº 1293 de 1849.

¹¹⁴⁵ Ver Sinal nº 1925 de 1844.

retornaria com facilidade, a tempo de salvar a criança da “Roda”. Mais uma vez foi uma espera em vão para as crianças. Ou as razões dadas para o abandono não correspondiam à verdade, ou o tempo de vida foi muito curto para as crianças. O mesmo poderia ter acontecido aos pais emigrados em terras do Brasil ou de África: ou morreram entretanto, ou não existiam mesmo, tratando-se de crianças ilegítimas cujas mães “inventaram” os pais.

O movimento inverso também acontece. Isto é, estrangeiros a viver em Portugal e que na hipótese de voltarem ao país de origem querem levar a criança: “(...) Merse q se pedi ao Exm^o Sr dom Joze Castillo de huma pobre estranigira poes seu marido embarcou a seis p^a sete mezes e sem se saber se he morto ovivo e como o não pode criar a d^a criansa Recorre a V Ex^a seja servido quando for ocazião de a dar seja p^a parte perto porq pode xegar seu marido e q seja huma ama q V^a Ex^a lhe paresa q seja capas o seu marido venha onão podem reconduzirse a sua terra e querer Levar a sua menina (...)”¹¹⁴⁶. O marido não sabemos se regressou. O certo é que a criança morreu.

Para além da nomeação direta do Brasil como destino dos pais ausentes (o que é mais notório a partir da década de 40 do século XIX), pais ausentes de casa para justificar a entrega da criança na SCML percorrem todo o período. E se à ausência do pai se acrescentar a doença da mãe, havia motivos muito fortes para justificar o abandono porque o “(...) pai está auzente por ter embarcado para fora do reino, logo que este chegue da sua viagem e sua mai tenha melhorado se irá buscar para a companhia de seus pais (...)”¹¹⁴⁷. Mas em todos estes bilhetes que enunciam claramente a ausência do pai, está associada a promessa de recuperação que não aconteceu: “(...) Seu pai está enbarcado atodo tenpo q vier La se ira buscar (...)”¹¹⁴⁸, ou “(...) e em seu pai vindo Lá a ade hir porcurarcom hum escrito com este (...)”¹¹⁴⁹ ou um outro, certamente muito mais próximo da realidade, “(...) tem esperança em q Seu Pai em chegando da sua Viage ova boscar (...)”¹¹⁵⁰. *Tem esperança* que o pai quando chegar vá buscar a criança porque, em alguns casos talvez o pai nem soubesse que a criança existia.

16. Muitos e descartáveis: mobilidade?

Já assinalámos quanto rapidamente se queria entregar a criança na SCML. E se alguns pais pelo menos enunciam a intenção de seguir o percurso da criança, outros não colocam essa possibilidade e enviam-no para a SCML lhe dar “o destino devido”: “Lisboa 27 de maio de 1865 Hum menino q nação perto das 11 horas da noute entra logo perto das ditas Vai por batizar e tará por nome Joaquim barros sinais do fato os mesmos q vão no bilhete São 2 gemios hum nação no estado em q vai e os pais não sabem adonde o avião derigir então entenderão porem no ahi p^a lhe darem o destino devido”¹¹⁵¹. Nunca saberemos se o *Joaquim Barros*, a quem a SCML batizou com o nome de *Clarencio*, foi

¹¹⁴⁶ Ver Sinal n^o 87 de 1806.

¹¹⁴⁷ Ver Sinal n^o 2186 de 1864.

¹¹⁴⁸ Ver Sinal n^o 133 de 1818.

¹¹⁴⁹ Ver Sinal n^o 749 de 1806.

¹¹⁵⁰ Ver Sinal n^o 1505 de 1828.

¹¹⁵¹ Ver Sinal n^o 1149 de 1865.

entregue por ter nascido com qualquer anomalia física tendo os pais ficado com o seu gêmeo, mas o que é certo, é que foi uma decisão muito rápida: entrou às 0.45 horas do dia seguinte, portanto com duas horas de vida¹¹⁵². Teriam outros filhos e mais dois seria incomportável para o parco orçamento familiar? O que verificamos é a aparente facilidade com que resolveram a questão. Precisavam de resolver um problema e não sabendo onde se deveriam dirigir, a SCML apareceu como solução. *Joaquim Barros* ou *Clarencio* não teve um destino longo. Morreu em 13 de Agosto desse mesmo ano.

Aliás, o modo como por vezes se veicula a criança à SCML é sinal dum abandono definitivo: “Dá-se”, “Dei”, e os verbos não são inocentes. É uma ida sem regresso. Deu-se, desresponsabilizou-se, entregou-se ao destino. Nestes casos não há promessas, há entrega “No dia 23 d Abril d 1864 dei à Sta caza da Mezericordia d Lisboa hum menino que se deve chamar Mauricio, lovando vestido un coeiro de baeita encarnada ozado e Dto q beitolha e un vestido cor de roza e o emchoval veste ozado. Nasceu á 1 hóra d tarde”¹¹⁵³. Sempre se poderá alegar que o bilhete que acompanha a criança é uma forma de atenção, e preocupação com o seu futuro, porque na SCML sempre teria maiores hipóteses de sobrevivência.

O uso de recém-nascidos e o seu posterior abandono quando já não seriam necessários parece não ser uma prática tão incomum como poderia parecer à primeira vista. Encontrámos várias referências a esse procedimento: “dia 15 de março de 1844 este menino hade xamarçe Zacarias por este nome será procurado Esteve numa Caza a puxar u Leite numa S^a por esse motivo meteselhe no dia 7 de Abril de 1844”¹¹⁵⁴. Alguém “emprestou” esta criança a outro alguém. Quando já não foi necessário regressou a casa e daí remeteram-no para a SCML ou foi diretamente enviado para a SCML. Foi uma vida curta. Morreu no mês seguinte.

A facilidade com que se “transacionam” as crianças, como estas passam de mão em mão, e não estamos a falar das múltiplas amas que algumas crianças conhecem durante a sua estadia sob alçada da SCML, é surpreendente: “em 19 de Setebro de 1801 Anna Maria apresenta nesta Real Caza dos Expostos huma Menina q lhe trouxe hum home a sua Caza q dise ser da outra banda da V^a de Almada debaxo do protesto de q no seg.te Dia vinha p^a air bautizar e como são pasd.os quinze dias enão tem vindo nem a sup.e o conhese ehé pobre e não tem q.m lhe pague a criasão este o motivo porq adepoem Cuja Lembrança pode servir de Sinal p^a q no cazo de a procurar a poderem tirar. Não era ahinda Bautizada Leva p^a sinal huma med.^a roxa de N S^a da Nazaré atada nun froque roxo a sentura huma fita taobem roxa e huma roupinhas de xita xão encarnada com esterlinhas pretas esem salpicos e na cabeça huma touquinha atada com hum froque roxo e hum coeiro de raxa com riscas encarnadas e azuis”¹¹⁵⁵. Repare-se nesta “história”: uma criança é entregue em casa de uma mulher que, aparentemente, não conhece o homem que a entrega. Este promete regressar no dia

¹¹⁵² Normalmente, em caso de gémeos, são ambos entregues. Neste caso só ter sido entregue um, é um caso pouco usual.

¹¹⁵³ Ver Sinal nº 929 de 1864.

¹¹⁵⁴ Ver Sinal nº 650 de 1844.

¹¹⁵⁵ Ver Sinal nº 1183 de 1801.

seguinte para a criança ser batizada. Passam 15 dias e o homem não aparece. Como é pobre e não lhe pagam a criação da menina, envia-a para a SCML .

O mesmo aconteceu a uma criança que andava perdida, e trazia consigo dois bilhetes diferentes: “Aos 18 de Novembro de 1825 entrego à Santa Casa da Misericórdia Paulo Manoel Lopes da idade de tres annos, e por não ter ninguém se entrega à dita Casa da Misericórdia e leva este escrito p^a todo o tempo q se possa hir buscar se entregará às pessoas q o forem buscar; apresentando outro igual escrito como este. Adebertiso neste Vilhete que esta Crianca aparceu perdida com este escrito i por caridade se teve imthe hoje e como não se pode ter mais tempo Poriso seintrega Lisboa”¹¹⁵⁶.

17. Pressão para influenciar a SCML e o serviço das amas

Pelo menos alguns sectores da sociedade conheciam todos os trâmites por que passava a criança após a sua entrada na SCML: “Remetese Esta menina hoje Nascida pella manha; não vai Baptizada Esperace na formalidade do Custume seja logo baptizada e selhe porar o Nome de theodora Clara – Peixouta – esporase assim q seu asento selhe faça p^a a todo o tempo ser procurada, pagandose a meitade na forma do uso e costume (...) anno de 1803”¹¹⁵⁷.

Também eram conhecidas as consequências em termos de sobrevivência para estas crianças. Assim se compreendem os pedidos para as dar a amas possuidoras de determinadas características, ou os empenhos para influenciar a SCML, na esperança que lhes fosse ministrado um tratamento privilegiado.

Entregar uma criança na SCML e esperar que fosse bem tratada é compreensível. Afinal a SCML disponibilizava esse serviço, pago também com dinheiros da Câmara Municipal de Lisboa e com dinheiros provenientes da lotaria que fora criada inicialmente com esse objectivo (mas que simultaneamente permitiu legalizar o jogo e torná-lo monopólio da SCML).

Por isso alguns bilhetes fazem questão de assinalar a responsabilidade que a SCML tem no bom tratamento das crianças: “(...) fas-çe esta lenbrança pela rezão que se pertende hir buscar este menino q.do for conveniente i p.r isso pedeçe p.r Deos e p.r a m.ma Mezericórdia que tenham cuidado nele pois dijejaçe achar en bom istado q.do o procurar. Adivirto outra vez (...)”¹¹⁵⁸. Note-se a utilização de um verbo impositivo de modo a realçar a responsabilização da SCML na sobrevivência da criança.

Noutros casos, o modo como se enuncia o destinatário do bilhete, é sintomático duma tentativa de agradar à instituição, reforçada com a promessa de pagamento, neste caso na forma de uma gratificação: “Ill^o Snr esa Crança e arreme-te a esa Santa Caza não vai batizada estimarei q se xeme Vitorino de Oliveira por cauza de grandes couzas e q se

¹¹⁵⁶ Ver Sinal nº 831 de 1826.

¹¹⁵⁷ Ver Sinal nº 816 de 1803.

¹¹⁵⁸ Ver Sinal nº 1729 de 1820.

fas este sacrafição e por espaça de 2 anos será boscar dando a Gratificação à Santa Caza da mezerrecordia Hoje 2 de Janeiro 1842”¹¹⁵⁹.

As amas, peça fundamental nesta engrenagem, e de quem muito dependia a sobrevivência das crianças, não podiam deixar de ser alvo de promessas sendo pressionadas no sentido de prestarem um bom serviço pelo qual seriam recompensadas: “(...) mando esse Menino por Batizar adonde pesso q lhe ponhão o Nome de Manoel para a thodo o tenpo se tirar pagando as Dispezas a Rial caza, pedesse por favor a esmola q podendo ser o dar ahuma Ama capas e linpa pois o Menino omeresse pois á Ama e Mesmo a Rial caza não ade perder nada pois pouco tenpo andara por mãos q lhe não sejam pertencentes ao seu Sangue (...)”¹¹⁶⁰. Repare-se que a recompensa só seria dada “(...) à ama sua propina tendo tudo bem.”¹¹⁶¹. O que se exige a uma ama para esta obter uma recompensa é “(...) q haja de fazer as vezes de Boa Mai (...)”¹¹⁶².

Como vimos, estas recompensas exigem um grau de conhecimento só possível com a convivência dos serviços da SCML: saber onde e com quem está. Só alguém dentro desta engrenagem estaria na posse destes elementos para os transmitir aos pais, que consequentemente poderiam procurar a ama e verificar o bom andamento da criação. Aliás, por quererem estar a par da criação da criança, muitos pais pedem para saber o local para onde a criança vai ou sugerem mesmo para onde esta deve ir. Que não fique na SCML ou que seja entregue a amas da província. Em qualquer dos casos, depois destes pedidos ou destas promessas, alguém teria de ser informado e alguém deveria informar: “Hoje 27 de Julho dá emtrada esta Menina p^a dentro da Mezericordia ella Nasceo a 23 deste Mesmo Mes Porão por nome Guilhermina Maria Sabreda p^a por este Mesmo Nome se porcurar não Pacara de Lisboa até Belem (...)”¹¹⁶³.

Impressionar a SCML seria uma estratégia para obter um melhor tratamento por parte da instituição. Com esse objectivo poder-se-iam utilizar técnicas variadas. Neste bilhete datado de 1814, para além de ser escrito antes do nascimento da criança porque nem se sabe se será menino ou menina, há uma parte escrita em latim que restringe de forma significativa quem o poderia escrever tal como quem o poderia ler: “Leva três camizas de paninho duas com renda de filló de algodão e huma com renda de fora de linha e da mesma nas mangas Dois berbedoiros de paninho Hum vestido de xita cor de fougo amarela e verde e roupinhas hirmans leva dois cueiros hum de beitinha branca com salpicos verdes debruado de xita branca Ozinhos rouxos e outro de baeta amarela com huma tira de beitinha branca Liza Leva huma touca na cabesa de filó de linha com fitinha verde asetinada estreitinha Leva no sinto huma fita verde atadeira da largura de dois dedos Hum xaile de ponto de sarja cor de ganga com risca amarela já uzado e partido Leva huma fitinha verde da cor da touca atada em hum dedo piquenino da mão direita Leva mais huma camiza de paninho com rendas de linho de fora irman da q leva a outra camiza Leva mais

¹¹⁵⁹ Ver Sinal nº 3 de 1842.

¹¹⁶⁰ Ver Sinal nº 1568 de 1831.

¹¹⁶¹ Ver Sinal nº 600 de 1833.

¹¹⁶² Ver Sinal nº 1378 de 1833.

¹¹⁶³ Ver Sinal nº 1187 de 1842.

hum berbedoiro de paninho - leva mais hum vestido de paninho com refegos infiados com fita de linha estreitinha – leva humas roupinhas de paninho com o mesmo feitio leva mais dois cueiros hum de beitinha branca com sinais verdes debroado de fitinha verde atadeira outro de baeta amarelo com hum tira de beitinha branca Liza Leva mais hum touca teia de aranha com fitinha asetinada estreitinha cor de ouro Nasseo no dia 19 de Julho em dia de Sam visente de Paula no ano de 1814 entregase no dia 21 do mesmo mês de julho não esta crença sinal nenhum da natureza Querem q sua Madrinha seja Nosa S^{ra} da Conseição Leva hum fitinha verde da cor da touca atada em hum dedo piquenino da mão direita Si vir debet se apellera Michael si autem fuerit Mulier apellata erit Sinhorinha quia sie voluntates sunt Patrum; Rogo te u teuries quantum satis at bonam sustentecionem ET educacionem ex eu qui te quizivit et potuicet vivere: Com outro igual bilhete como este se hade procurar esta Crença”¹¹⁶⁴. A todos os títulos tarta-se de um bilhete único: tem 4 caligrafias diferentes, 4 tintas diferentes e um texto em latim onde constam os pedidos (nome, bom tratamento).

Se este tipo de bilhete não pode deixar de ser interpretado como uma forma de pressão sobre a SCML, este outro é muito claro: “este menino Chamace Jozé depaços já vai Batizado nasceo em dia De S. Joze tem çis Mezes e vinte dias e A todo O t^{po} q céus Pais O Procurarem a santa Caza será obriguiada a dar conta delle sendo V^o”¹¹⁶⁵. Apesar dos 6 meses de idade à entrada e de ter morrido 10 dias depois, não podendo os pais ignorar qual a sua real situação, são muito claros em enunciar as obrigações da SCML em caso de sobrevivência (“a santa Caza será obriguiada a dar conta delle”). Por vezes estes tons imperativos são uma forma encapuçada para mostrar interesse gratuito.

Se em alguns casos se opta por um registo impositivo, outros há em que a subserviência é a nota dominante. Pretende-se mostrar uma falsa humildade que esbarra nos conhecimentos: “Dirigida a quem competir neste Pio Estabelecim.to d’Expostos. Por circunstancias imperiozas se remete esta Criança à proteção d’este Pio Estabelecimento d’Expostos; com tencão porem de ser tirada devidam.te na primeira occasiã q se proporcionar. Nesta inteligencia se roga muito encarecidm.te a guarda d’este Bilhete p^a a seu tempo ser confrontado com outro identico. Nasceu no domingo ultimo p.las outo horas da amnham, dois do corr.e Fevereiro e Dia da Purificação de N. S. Vai p Baptizar, e se roga que se lhe ponha o nome de = Maria Thereza da Purificação (...) Roga-se mais e mto e mto encaricidam.te que se dê a criar a huma Ama q rezida nesta cid.e ou nos seus Seburbios, afim de assim se lhe poderem, talvez, ministrar indirectam.tealguna socorros Paternaes. Em todo o cazo o avizo do seu Destino quanto a ref^a criação será hum grato Servico a humanid.e; o qual se poderá verificar p.lo Correio com sobre-escripto em o nome q se dezi ja tenha a m^a Criança, como assim se recomenda.”¹¹⁶⁶.

Maria Thereza da Purificação morreu no fim do mês de Fevereiro desse mesmo ano, com 23 dias de vida. Neste bilhete foram utilizadas todas as estratégias para bem impressionar a SCML: adjectivação de *Pio Estabelecim.to d’Expostos*, *Roga-se mais e mto*

¹¹⁶⁴ Ver Sinal nº 995 de 1814.

¹¹⁶⁵ Ver Sinal nº 1313 de 1827.

¹¹⁶⁶ Ver Sinal nº 221 de 1823.

e mto encaricidam.te, promessa *de ser tirada devidam.te na primeira ocasião* e de prestar *indirectam.tealguna socorros Paternaes*. Para além das circunstâncias, ditas *imperiozas*, nada sabemos dos motivos do abandono. Mas sabemos que a SCML estaria, pelo menos em teoria, perante alguém que queria acompanhar a criação da criança. E isso não deixaria de ser uma forma de pressionar e submeter a escrutínio os serviços prestados.

Todas as estratégias seriam legítimas para esperar obter um tratamento privilegiado: uns alardeando conhecimentos e proximidade a círculos do poder, outros utilizando um número pouco usual de nomes: “Este Menino não vai pronto, quere se lhe ponha pornome Francisco Manoel da Fonseca Abreu Castelo branco Corte Rial – Nasceo emdia de Sta Rita – Não o dem p^a fora da terá a Criar”¹¹⁶⁷. Este menino que assim foi baptizado entrou em 22 de Maio de 1824, às 7,30. Segundo o bilhete nasceu no dia de Santa Rita. Na realidade, a festividade de Santa Rita de Cássia celebra-se a 22 de maio¹¹⁶⁸. Certamente nasceu durante a noite e foi entregue às primeiras horas da manhã do mesmo dia. Este abandono muito precoce pode ter contribuído para o desenlace fatal: morreu no mesmo dia, revelando-se o nome insuficiente para o proteger.

O mesmo aconteceu com “(...) Roza Maria Teadora Tiburca Taida de Limpo Pimentel Figueireda de Mello lhe acentaras estes nomes para a todo tempo se hir procurar (...)”¹¹⁶⁹. O pedido de assento do nome ser feito de forma tão íntima pode parecer uma aproximação à SCML, o conhecimento de quem faz o assento, ou poderá tratar-se de um fraco domínio da língua escrita, o que parece não ser o caso dado o discurso escorrido de todo o bilhete. Também *Rosa* não teve a protecção do seu longo nome porque morreu no mesmo mês em que entrou. Mas parece-nos que estes nomes extensos seriam um meio de individualizar a criança, dando-lhe nomes variados porque a serem verdadeiros, com tanta referência talvez não fosse difícil encontrar os familiares.

Apesar da rapidez com que na maioria dos casos se quer entregar a criança para não deixar rasto, principalmente se o parto ocorreu de forma oculta¹¹⁷⁰, nesses casos os bilhetes são exactamente isso: pequenos bilhetes, recados transmitidos de forma rápida e concisa. Tudo tem um objectivo, apesar de aparentemente diluído nas informações que se pensa ser necessário prestar: “Ahi vai esa menina que nação terca feira onze demarço vai por batizar quer seus pais se chame Conceição. He para se tirar sedo como já fes aduas q. tirou emvindo de fora. O sinal q. leva he só este neste escrito p^a evitar depois as duvidas (...)”¹¹⁷¹. A todos os títulos este bilhete é singular. Em primeiro lugar, verificamos que alguns pais utilizam sistematicamente a SCML para deixar os seus filhos; em segundo lugar que esses mesmos pais foram recuperar outras duas crianças que tinham sido entregues antes desta; em terceiro utilizam esse argumento para impressionar a SCML como sendo pessoas cumpridoras das promessas formuladas. É difícil acreditar que, dado

¹¹⁶⁷ Ver Sinal n° 689 de 1824.

¹¹⁶⁸ Ver *Martiológico Romano...*, p. 276.

¹¹⁶⁹ Ver Sinal n° 187 de 1818.

¹¹⁷⁰ Ver Sinal n° 269 de 1794: “Esta criança, q nasceo ocultam.te na rua Augusta, pelas tres horas da madrugada do dia 1° do mês de Março do corrente anno de 1794 (...)”. Foi entregue na SCML nesse mesmo dia, às 8 horas.

¹¹⁷¹ Ver Sinal n° 327 de 1794.

os índices de mortalidade verificados, as duas crianças tenham sobrevivido e os pais tenham tido a boa sorte de poderem recuperar as duas crianças. Mas não deixa de ser uma estratégia para impressionar a SCML e fundamentar as suas boas intenções.

Outra estratégia para procurar um melhor tratamento para a criança, será a utilização de um discurso que apela aos sentimentos paternais: “Ill.mo e Ex.mo Senhor Rogo a V. S.^a os Pais deste Menino que vai Batizado e se chama Reinaldo Augusto a V. S.^a que tenha todo o cuido como foçe seu verdadeiro, porq a seu tem hade ser Porcurado e leva p^a seu sinal hum sinto de cor azul riscado de Branco de seda Leva cozido no dito cinto hum Samcelimão de Prata duas relicas da m.ma Prata mas hum não tem nada e hum figa de taruga e o fato çaca de algodão Lisboa 14 de 7bro de 1819”¹¹⁷². Apesar deste pedido (“que tenha todo o cuido como foçe seu verdadeiro”), apesar da sinalização múltipla que conjuga elementos profanos com elementos religiosos, *Reinaldo Augusto* morreu dois meses após a sua entrada na SCML, de nada valendo o pedido, as relíquias e a figa.

Enfim, todos os meios para impressionar e pressionar a SCML eram válidos, inclusivamente nomear pessoas que testemunhariam a entrega da criança à SCML: “A 17 do Mes de Dezembro entra p.r a santa Caza da Mezericordia hum Menino q se ade chamar Joze Ferreira q hé o nome do seu pai e sua mai Bernarda Antonia leva de signal huma saia de chita azul humas roupinhas de xita incarnada A comadre q o conduz se chama Anna Maaria Viuva asistente na rua Direita dos anjos e dei por testemunhas de o targar p^a a Santa Caza = a João Manoel da Costa Cazado Morador ao Largo do Intedente e Antonio Joze de Oliv.ra, Morador na rua direita dos Anjos a Mai he filha da Freg^a de S. João da tailha”¹¹⁷³. Nada sabemos do que aconteceu a esta criança, mas não seria difícil à SCML, perante tantos dados identificativos, chegar aos seus pais. Qual o significado de tudo isto, que põe claramente em causa um dos princípios básicos do funcionamento da “Roda”, o anonimato? Dar maior credibilidade ao bilhete?

Por vezes a pressão sobre a SCML e o serviço prestado pelas amas que para ela trabalhavam, reveste-se de um tom de chantagem que roça a ameaça: “Não. Vai Bautizado ecelhepora o nome de Joaquim de jesus, e no fim de todos os mezes, contando o Dia que entrou ceade levar a Roda depois das outo oras da note hum quartinho p^a a Ama q o criar p^a o estimar, e isto todos os mezes na rroda as mesmas oras pelo mais o menos ate ceir tirar (...) e ceade ir algum Dia ver p^a ver ce esta bem criado”¹¹⁷⁴. O que está expresso neste bilhete é um pequeno suborno à ama, dado todos os meses a troco da boa criação da criança. O *quartinho* de que fala o bilhete seria a quarta parte de uma moeda de oiro, ou sejam 1200 réis, equivalentes a 12 tostões¹¹⁷⁵. Apesar desta promessa tão séria, *Joaquim de Jezus* morreu dois anos depois de ter entrado em casa da ama que dele cuidava.

A estratégia mais vulgar para pressionar a SCML, seria dar a conhecer à instituição que ambas as partes comungavam dos mesmos valores cristãos. Se se acrescentar a essa

¹¹⁷² Ver Sinal nº 1214 de 1819.

¹¹⁷³ Ver Sinal nº 1656 de 1819.

¹¹⁷⁴ Ver Sinal nº 406 de 1803. Ver Apêndice, Estampa 44.

¹¹⁷⁵ Ver *Diccionario da Lingua Portuguesa...*, vol.2, p. 500.

partilha de valores, informações sobre uma possível origem social favorável, um enxoval abundante e uma promessa de recuperação, esperar-se-ia um tratamento privilegiado por parte da instituição: “Benignos Senhores Esta menina nasceo a onze de Setembro de mil oito sentos e dezaseis três horas da manhã, evai a entregar a Santa Caza da Mezericordia no dia treze depois de noite, não sei a que horas, do m.mo dia 13 de Setembro do dito anno e ainda sem ser Baptizada, levando de vestuário o Seg.te

1 Camiza de pano de Irlanda, já uzada, com tira de caça Bordada

1 Tirazinha de Paninho no inbigo

1 Fralda de Algodão já uzada

5. Coeiros de Baeta amarella novos, debruados de chita Rouxa

1 Bolbedouro de pano de Irlanda já uzado

1 Fita rouxa na Sintura

1 Vestido de pano de Irlanda tinto cor de roza já uzado

1 Touca de caça bordada com fitas cor de roza

1 Toalha de pano de linho já uzado

(...) seu pai tem tenção de atirar em se achando nas circunstancias de a poder ter na sua companhia pois He sobrinha de hum dos principais Negociantes desta Cidade (...)”¹¹⁷⁶.

Este bilhete também coloca para uma outra questão. Como seriam os trâmites para a criança sair de casa? Este caso parece apontar a solução. Sabe-se a que horas a criança nasceu, quando sai, mas não se sabe a que horas entraria na SCML. As crianças seriam entregues a alguém que se encarregaria desse serviço (as comadres/parteiras). Na verdade, *Caetana Theodora da Conceição*, nascida às 3 horas do dia 11 de setembro de 1816, entrou na SCML dia 13 do mesmo mês às 8 horas da noite, acabando por morrer 8 dias depois na SCML, de onde nunca chegou a sair.

A partilha dos valores cristãos pode assumir múltiplas variantes: “Este menino Naceu a dois deste perzente Mes ainda não esta Batizado pedese a VEx.mo pela boa fertuna da sua caza ele fique debaixo do patrosinio de V Ex .m e pela Pureza de N Snrele VExm lhe rogo se lembre dese emnosente q ele rogaria eu pela felecidade da sua Alma (...)”¹¹⁷⁷. Neste caso, apela-se à grandeza da SCML e prometia-se empenho na salvação da alma do responsável. Às promessas materiais (pagamento de despesas) juntam-se as promessas espirituais que seriam do agrado dos responsáveis.

18. Abandonar: inclusão ou exclusão social?

As palavras carregam consigo uma história que pode transformar os seus significados conforme os contextos políticos, económicos ou sociais. As dinâmicas sociais

¹¹⁷⁶ Ver Sinal nº 1231 de 1816.

¹¹⁷⁷ Ver Sinal nº 961 de 1815.

originam novos conceitos que devem merecer aos historiadores cuidados especiais para não caírem em erros de análise e anacronismos.

Quando se trata de conceitos operativos, devemos sempre ter em conta referenciais que deveremos analisar com cuidado. Os conceitos com que operamos hoje como instrumentos de análise podem nem sequer ter existido no passado ou terem tido conotações completamente diferentes e diversas da actualidade. Com muita pertinência, Quentin Skinner chama-nos a atenção para o problema ao afirmar que “quando traçamos a genealogia de um conceito, pomos a descoberto as diferentes maneiras como poderá ter sido utilizado no passado (...)”¹¹⁷⁸.

No caso em análise, relativamente ao conceito de *exclusão*, poder-se-á dizer que o desenvolvimento económico trouxe consigo um vasto conjunto de novos excluídos, sobretudo no século XIX europeu. Embora a utilização do termo seja muito recente como conceito operativo de análise da realidade social, não está imune a constantes mutações, abrangendo na actualidade novas áreas e novos sectores, não necessariamente com a carga negativa que lhe associamos¹¹⁷⁹. No século XIX utilizava-se preferencialmente o conceito de *questão social*, sobretudo para caracterizar os sectores empobrecidos saídos da Revolução Industrial e ligados essencialmente ao mundo operário¹¹⁸⁰.

Mas do que falamos, quando falamos de *exclusão*? Se se fala de *exclusão social* há necessariamente um referencial em relação ao qual se pode comparar se esta existe ou não. Isso remete-nos obrigatoriamente para normas e valores em relação aos quais os comportamentos sociais estão ou não em conformidade. A questão é que as normas e os valores são por natureza mutáveis, tendo em conta diversificados factores culturais, religiosos, etc. Podemos definir as *normas* como regras de comportamento que incorporam e refletem os valores de uma cultura e os *valores* como ideias abstratas que orientam os seres humanos na sua interação com a comunidade¹¹⁸¹. E as normas e os valores mudaram e mudam, variaram e variam conforme as sociedades e as temporalidades.

Vejamos, por exemplo, o conceito de “infância”. Hoje, e sem querer fazer a história da mesma e da importância que as crianças têm vindo a adquirir nas sociedades ocidentais¹¹⁸², abandonar uma criança é um crime punido por lei para além da condenação

¹¹⁷⁸ Quentin Skinner, *Uma Genealogia do Estado Moderno*, ICS, 2011, p. 9.

¹¹⁷⁹ Conceitos de “infoexclusão” ou mesmo o conceito de “elite” são exemplos das novas exclusões e de setores que se auto-marginalizam de modo voluntário ou não no primeiro caso, ou por se auto-considerarem de forma exclusivista, no segundo.

¹¹⁸⁰ A este propósito ver Miriam Halpern Pereira, *Exclusão na História, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, p. X, M^a João Vaz, Eunice Relvas, Nuno Pinheiro (orgs.), Celta, Oeiras, 2000.

¹¹⁸¹ Ver Anthony Giddens, *Sociologia*, FCG, 6^a ed., 2008, p. 22.

¹¹⁸² Philippe Ariès, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Relógio d'Água, Lisboa, 1988 (embora a edição original seja de 1960). Segundo o autor a invenção da infância dá-se a partir do séc. XVII. Antes, dadas as altíssimas taxas de mortalidade, a criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. Esta tese suscitou inúmeras críticas: Linda Pollock, *Forgotten Children: Parent-Child relations from 1500 to 1900*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983, critica sobretudo as metodologias e as generalizações de Ariès e dos seus seguidores (Shorter, Stone). Segundo a autora não há um padrão de indiferença em relação às crianças. Há crueldade, sim, mas também há exemplos de cuidado e interesse sobre as mesmas; S. Shahar, *Childhood in the Middle Ages*, Londres, Routledge, 1992, defende a mesma perspectiva.

social que tal acto comporta¹¹⁸³. Os títulos dos jornais, mais ou menos sensacionalistas, aí estão para provar como são condenáveis tais actos que repugnam as consciências. Isto deriva do estatuto actual das crianças que é muito diferente nos séculos passados. Entre crianças que só representavam encargos para a família (a maioria pobre) das quais não haveria qualquer retorno dada a altíssima mortalidade (um investimento inútil mesmo a nível emocional) e as crianças à volta das quais se criou um mundo de afectos, de interesses pelo seu bem estar físico e psicológico; entre taxas de natalidade confortáveis no passado e taxas de natalidade muito baixas na actualidade, vai uma diferença abismal. No passado as crianças seriam economicamente inúteis, emocionalmente sem preço. Hoje a família organiza-se em torno das crianças. Socialmente valorizadas por serem em menor número, as práticas do abandono actual são consideradas aberrantes.

Mas como temos vindo a ver, nem sempre assim foi nas sociedades europeias do passado, nem nas novas áreas colonizadas por europeus, nomeadamente no Brasil. Fosse por pobreza, por incapacidade de sustentar mais uma boca (e abandonar a criança é uma forma de controlar o número dos membros da família), fosse por razões de honra (mulheres casadas com maridos ausentes, ou mulheres solteiras seduzidas, por exemplo), fosse por doença de um dos progenitores, fosse por degredo do pai, fosse por prisão da mãe ou do pai, ou de ambos, fosse por estratégia familiar (abandonar primeiro para recuperar depois através do sistema de contratação das amas, alijando responsabilidades e acrescentando aos poucos rendimentos familiares o salário das amas), fosse qual fosse a razão, o que é certo é que o abandono de crianças foi uma prática conhecida, executada e aceite por diversos sectores da sociedade durante séculos. Assim, se aplicarmos os conceitos de *norma* e *valores* ao caso dos expostos, não podemos falar de comportamentos e de atitudes de exclusão: o abandono de crianças era uma realidade conhecida, praticada e aceite dentro das normas e dos valores da época.

A real dimensão de tal fenómeno ainda não é conhecido a nível nacional¹¹⁸⁴. Nem é totalmente conhecida a sua dimensão quantitativa, nem o impacto que tal prática teve nas estruturas demográficas. E quando se fizer uma tentativa séria de a todos contar, deparar-nos-emos com a realidade do transporte de crianças, muitas vezes oficial, o que duplica o número de crianças abandonadas.

O que é certo é que milhares de crianças foram abandonadas nos Hospícios e nas Rodas de norte a sul do país numa prática comum, vulgar e aceite que levou à intervenção dos poderes políticos para dar resposta a um fenómeno que só irá deixar de ter expressão em finais do século XIX.

¹¹⁸³ Basta ver a primeira página do jornal *Correio da Manhã* de 12/12/2010 para perceber o impacto que tais actos ainda suscitam.

¹¹⁸⁴ Para Portugal, os estudos quantitativos estão longe de serem satisfatórios para responder à questão. Não há um conhecimento real da verdadeira dimensão quantitativa do abandono porque nem todo o território está abrangido pelo levantamento dos dados, e aqueles que existem não são coincidentes no tempo. Para a Espanha estima-se que tivessem sido expostas mais de seis milhões de crianças entre o século XVI e a segunda metade do século XX. Ver Vicente Perez Moreda, “La infancia abandonada em España, siglos XVI-XX”, Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, p. 129.

É notório que sendo uma prática inicialmente aceite, realizada sem qualquer enquadramento legal por parte do Estado, este procurou fazê-lo nos finais do século XVIII, mas dado os fracos resultados e a polémica que as “Rodas” suscitaram, o Estado que as tinha criado, legalizado e institucionalizado, mais tarde irá procurar pôr termo a esse flagelo e mesmo reprimir o abandono optando por outras soluções que salvassem o maior número de crianças.

Como vimos, só em Lisboa na “Roda” da Santa Casa da Misericórdia da cidade, foram abandonadas entre 1790 e 1870 cerca de 160.000 crianças. Mas abandonar uma criança significava o quê? Falta de interesse pela sua sorte? Pelo seu futuro? Abandonar-se-ia de ânimo leve, sem dor, pena ou qualquer outro sentimento por aquele que se abandona? Era um acto de indiferença? Um acto de desamor? Foi o último recurso? Foi um acto pensado durante a gravidez ou as circunstâncias empurraram para o abandono já depois do nascimento? Há ou não uma banalização do abandono?

As respostas a estas e a outras questões não podem ser lineares.

18.1 O abandono como mecanismo de inclusão

Vejamos em pormenor dois bilhetes de que já falámos. O primeiro datado de 1840 e o segundo de 1841.

“João Joze Rebello e D.Maria do Socorro e Neves Guerra Mil-Homens Rebello, legitima.te dispozados, expoem ao cuidado da Sta Caza da Misericordia de Lisboa a Henrique Julio do Socorro e Rebello Exposto, filho legitimo destes inconcolaveis Consortes, que por se verem ja sem recursos alguns p^a se alimentarem e a seu querido filho são obrigados a darem este passo para não sintirem a desventura de o verem em sua comp^a morrer de fome Esperão dos Ex.mos Srs Ademenistradores da m.ma Sta caza tenham nelle o cuidado que se tem visto do seu incançavel zelo pela humanidade, despondo nelle melhor sorte do que aquella que por ora pode ter em comp^a de seus autores. Foi nascido a 20 de Janeiro de 1839; precisa receber os Stos Olios; vai Molesto com inflamação no ventre procodida da má qualidade dos alimentos que tomava. Tencionamos tiralo logo que as circunstancias o permittão, e se a fome nos não matar. Lisboa 7 de Setembro de 1840. Fica em poder o tallão deste bilhete com o qual o porcuremos como titulo legal alem dos mais que forem precicos p^a se effetuar a sua entrega. Se ... (...)”¹¹⁸⁵.

Ou este outro: “Ill.mo Snr Ademenistrador

Como vejo com 5 Filhos ao Redor de Mim e não tenho gota de Leite nem Meios p^a o poder mandar criar hé rezam por q thomei a Rezuluçam de o mandar p^a a Sta Caza. Eu fico mas a minha Alma o meu coração vai com o meu terno Filho senão foçe a isprança q tenho em no tirar o qto antes Eu de serto não Podia Recestir asim peço a V S^a pella boa sorte da sua Familia q emqto eu ou não tiro p^a a minha Companhia q seja seu Pai elle naçe no dia 18 de Outubro pelas 11 oras da Manhã ainda vai por batizar peço lhe ponhão o Nome Antonio d Figueiredo d V S^a umilde Criada

¹¹⁸⁵ Ver Sinal n° 1306 de 1840.

A análise destes dois bilhetes é muito clara: abandona-se na convicção que esse facto possa trazer uma réstia de esperança e de sobrevivência a estas crianças. É certo que nem todos os bilhetes são tão claros como estes dois, mas muitos revelam que se abandona porque isso representa a última hipótese de vida: ou porque a mãe morreu, ou está doente e não tem leite, ou porque a mãe é solteira e para mais pobre e com mais filhos, ou está presa, ou o pai está ausente no estrangeiro (Brasil, por exemplo) ou é militar, as razões são múltiplas e variáveis podendo ocorrer em simultâneo diversos destes factores. Mas estamos claramente perante uma esperança de sobrevivência e inclusão do ponto de vista individual.

No primeiro caso, a criança tem à entrada na SCML uma idade que não é de todo vulgar se comparada com a larga maioria das outras crianças aí acolhidas: já tem ano e meio quando os pais consideram que a melhor opção é a sua entrega e no segundo caso, a criança tem apenas quatro dias. Ambos os casos os bilhetes são muito claros quanto à dor que tal separação acarreta mas consideram que mesmo assim será preferível essa solução, a deixar morrer as crianças: ambas de fome, uma por falta de alimentos e a outra, dada a sua tenra idade, por falta de leite da mãe.

No primeiro caso estamos perante um filho legítimo; no segundo não é claro. Pode-se supor que a mãe seja solteira, mas não passa disso mesmo, uma mera suposição. No entanto, trata-se de um bilhete escrito na primeira pessoa, no feminino, o que o torna ainda mais raro, dadas as taxas de analfabetismo, ainda para mais entre as mulheres.

Ambos os bilhetes consideram a entrega à SCML como uma etapa passageira e transitória na vida destas duas crianças, pois em ambos há a menção clara de reclamar o seu retorno à casa paterna/materna. O que de qualquer modo não significa muito, a promessa de recuperação não passou a mais das vezes exactamente disso: uma promessa. Ou porque as crianças entretanto morreram (o que aconteceu na maioria dos casos), ou mesmo que isso não tenha ocorrido, os pais raramente cumpriram o que prometeram. Ou porque também morreram, ou as condições que levaram ao abandono se mantiveram ou se agravaram, ou porque essa intenção nunca tivesse realmente existido, funcionando apenas como uma estratégia de auto-convencimento ou dentro de uma lógica social de não dar ao abandono um carácter definitivo de quem se estava a descartar de uma obrigação legal: cuidar dos filhos. A forma como termina o 1º bilhete, é todo um tratado do modo como se encara o problema: “Se...”, isto é, ir-se-á buscar se as condições mudarem, se nós sobrevivermos à fome, se ele sobreviver à voragem da “Roda” (onde as altíssimas taxas de mortalidade tornavam a morte numa realidade do quotidiano, certamente do conhecimento da generalidade da população).

As rígidas normas sociais sobre conceitos como honra e conservação dos valores tradicionais, também explicam a atitude tolerante das autoridades civis e religiosas face ao

¹¹⁸⁶ Ver Sinal nº 1650 de 1841. Esta criança baptizada com o nome de Antonio, entrou em 22 de Outubro de 1841 e morreu em poder da ama em 8 de Agosto de 1842.

fenómeno. A imensa massa de pobres que permaneciam na miséria apesar do desenvolvimento económico no séc. XIX, justifica de certo modo aberrações como o infanticídio ou abandono. Se os pecados colectivos, as misérias íntimas não se podiam remediar, podiam, ao menos, ocultar-se. A intencionalidade de “despachar” a criança através da sua eliminação física (infanticídio) era considerada um grave delito, embora a sua prática fosse “tolerada” no Antigo Regime muitas vezes praticado pelos próprios pais¹¹⁸⁷. Embora de difícil prova (como demonstrar a intencionalidade dos pais?) o que é certo é que matar era fácil e também se utilizavam métodos que podemos considerar diferidos, tais como abandonar ao mau tempo, na rua, aos animais selvagens, em locais onde dificilmente sobreviveriam.

Mandá-las para a Roda seria uma solução menos má? A Roda oferece a última oportunidade de demonstrar a sua resistência e a criança pode ter a sorte de ter uma ama boa, de ser “adoptada”. A Roda é um sistema intermédio, uma alternativa ao aborto, ao infanticídio ou à morte diferida.

18.2 Mecanismos de inclusão

Se entendermos a exclusão social como um conjunto de formas através das quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento ou desenvolvimento da sociedade onde se inserem, devemos olhar com extremo cuidado para a problemática das crianças expostas porque as crianças que sobreviviam constituíam ou engrossavam as camadas sociais de pobres, de gente que vivia nas franjas da sociedade.

Mas existem mecanismos e estratégias que permitem ou pelo menos apontam para a sua inclusão na sociedade. Enunciemos algumas delas:

1. o *batismo*, tão importante para quem abandona, como para quem acolhe, pois ser batizado significa pertencer à comunidade dos crentes e a entrada no paraíso celeste em caso de morte prematura fugindo ao limbo; todas as crianças eram batizadas à entrada da SCML, houvesse ou não informação sobre o assunto. A única excepção a esta regra era a existência de uma certidão de um padre que acompanhava a criança no momento da entrada, confirmando o seu baptismo prévio;

2. o *nome*, que lhe atribui uma identidade e conforme se avança no século XIX se torna cada vez mais complexo. De nomes simples e únicos avança-se para nomes compostos e para sobrenomes;

3. a *recuperação familiar* (rara);

4. a *adopção*, embora não havendo verdadeiras adopções em Portugal tal como hoje as entendemos, na época não recebem o nome da família, não herdaram, são, no máximo “como família”¹¹⁸⁸. A menos que houvesse uma perfilhação.

¹¹⁸⁷ As crenças populares nos meios rurais que envolviam mulheres, leite e cobras é um sinal claro de mitos para justificar a morte de muitas crianças. Cobras que enganavam as crianças e as mães e que originavam a morte daquelas por definhamento.

¹¹⁸⁸ Isabel dos Guimarães Sá, «Subalternas ou Excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico», *A Exclusão na História, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, p. 45, M^o João Vaz, Eunice Relvas, Nuno Pinheiro (orgs.), Celta, Oeiras, 2000 e *A circulação de crianças...*, p. 63.

5. o *mundo do trabalho* onde lhes estão reservadas funções subalternas, menos exigentes em termos de qualificação de aprendizes de ofícios mecânicos para os rapazes, criados ou criadas da lavoura, servidores ou servidoras domésticas, isto é, ocupações de baixas expectativas, com a certeza de que o trabalho, tal como agora, era definido como uma das componentes fundamentais de integração social;

6. a *escolarização*, porque após a criação pelas amas até aos 7 anos, ou ficavam em casa destas ou eram devolvidos à instituição de origem, que por sua vez os encaminhava para outra família com a obrigação, em ambos os casos, de lhes proporcionar condições para aprender um ofício e também a ler e escrever;

7. e o *casamento* são mecanismos promotores e favorecedores da inclusão social. Contudo, o que é certo é que não há registos de expostos célebres (o que contrasta com ilegítimos que atingiram posições sociais de relevo), certamente porque neste caso o seu ponto de partida era muito diferente em termos de oportunidades e de preparação. E se a lei os presumia legítimos e os considerava no grau zero da sua genealogia, tendo o mesmo estatuto dos orfãos a partir dos 7 anos, o que é certo é que lhes estava reservada a integração num mundo de criados (um grupo numeroso na sociedade portuguesa de oitocentos e novecentos), de subalternos, e quiçá de reprodução social no caso das expostas¹¹⁸⁹. Quantos expostos não seriam filhos de mulheres que o haviam sido? Poucos, certamente, dada a baixa taxa de sobrevivência. É uma questão que ficará insolúvel devido à característica fundamental do abandono: o anonimato. Ficam abertas as portas para análise do registo das parturientes no HRTS e HRSJ e para as actas da administração da SCML, onde eventualmente se poderão cruzar dados e obter mais informações que, de algum modo, possam esclarecer esta questão.

A própria SCML conhece este problema, o futuro dos sobreviventes, e por várias vezes se debruçou sobre a questão, tentando implantar medidas que dessem a estas crianças possibilidades de uma existência autónoma e inclusiva em termos sociais. Já em 1834 tinha sido proposto a criação de aulas para expostos, onde estes aprendessem, entre outras matérias, a ler e a “doutrina”¹¹⁹⁰. Para além destas matérias, também é proposto que os expostos maiores fossem colocados em casa de mestres de ofícios e nas “officinas do Estado e de Companhias”¹¹⁹¹.

Muito se tem escrito sobre este assunto. Abandonar uma criança na “Roda” seria um acto de esperança e de amor. Na impossibilidade de lhe dar uma criação conveniente devido a pobreza extrema, por ser uma mãe sózinha, seja porque o pai da criança desapareceu e não há a possibilidade do cumprimento da promessa de um casamento próximo, seja por abuso por parte dos patrões, (e Lisboa era no século XIX uma cidade onde pululavam criados e criadas, aliás qualquer casa nobre ou homem da Igreja tinha na sua casa um número considerável de pessoal doméstico para os servirem), que restava a uma mãe nestas condições? Que restava a uma mulher seduzida com um marido fora nas

¹¹⁸⁹ O mundo dos mendigos, vadios e prostitutas não deveria ser estranho ao mundo das crianças expostas. A falta de referências familiares, o abandono e a pobreza terão constituído uma ameaça ao tecido social que levará o Estado a intervir criando instituições capazes de actuar e enquadrar estas realidades.

¹¹⁹⁰ Ver Vitor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia...*, p. 141.

¹¹⁹¹ Idem, p. 141.

Áfricas ou no Brasil? Que outra solução para mulheres que necessitavam de trabalhar nas fábricas que se vão implantando no tecido urbano da cidade, com horários compridíssimos? A quem deixar as crianças? O salário proveniente do trabalho fabril era sinónimo de sobrevivência para as mulheres mas este era incompatível com a criação de uma criança.

Abandonar era a última esperança. Hipótese muito falível, mas mesmo assim, uma hipótese. Era entregar a outros e à sorte a sobrevivência. Era transferir responsabilidades, inclusivamente na liberdade de lhe alterarem o nome: “Nasceu este pobre pequeno, um quarto depois da meia noite, para o dia de hoje, deveria ser Januario. Mas será o q D.s quizer! (...)”¹¹⁹². É a demissão das responsabilidades parentais e a sua transferência para outros, neste caso a SCML. Até do nome, que em última análise é o único elo concreto da ligação entre os pais e o filho, se prescinde em nome de uma hipotética sobrevivência.

Muitos dos bilhetes são um pedido doloroso de ajuda: “(...) Este Menino bai ó desamparo mas não por maldade sim por extrema neççidade”¹¹⁹³ e neste caso com uma tocante franqueza. Denuncia que, eventualmente, possa haver casos em que a decisão de abandonar uma criança é fácil, ou mais fácil, um acto de maldade, o que não era o caso. É a extrema necessidade que obriga a tomar esta decisão. Entre ficar com a criança e fazer perigar a sua sobrevivência, mesmo de sorte incerta, a ida para a SCML seria uma alternativa, uma hipótese ainda que remota de escapar à morte.

Alguns revelam preocupações e conhecimentos muito específicos, chegando a formular juízos de valor sobre a qualidade das amas: “Esta Menina nasceu a quinze deste mes de janeiro de mil e oito sentos e sinquenta e seis esta p.r Batizar peço obezequio de por o nome Cremilda das Dores J M (...) Peço tenha a bondade dexare levar a menina tudo para servir e Ama q não seja de Lisboa porq são mto mal tratadas q seja de Alcobaça e de Leiria porq tem mto bom leite quando se for buscar esta Menina hade apraser hum bilhete como este”¹¹⁹⁴. Certamente por ser um bilhete que revela tantos conhecimentos e para evitar uma possível fraude, *Cremilde* foi baptizada com o nome de *Emilia*, e por se encontrar gravemente doente aquando da entrada, não saiu da SCML onde, aliás, acabou por morrer no mês seguinte¹¹⁹⁵.

Os que sobreviviam e não voltaram à família biológica teriam como futuro a vagabundagem, com alguma sorte a aprendizagem de algum ofício que lhes possibilitasse a existência, ou integrarem a massa de criadagem que abundava na cidade. Mas sem preparação, com o anátema do abandono colado à pele, apesar de perante a lei serem considerados filhos legítimos, partiam para a vida em condições muito atrás das restantes crianças e jovens. À excepção de alguns casos bem sucedidos, a maioria dos expostos engrossou a massa de pobres e desenraizados da sorte. As excepções, neste caso, confirmam a regra. De qualquer modo, só um estudo mais aprofundado que tenha em conta os números da sobrevivência e a reconstituição de percursos de famílias, particularmente

¹¹⁹² Ver Sinal nº 1375 de 1853.

¹¹⁹³ Ver Sinal nº 1374 de 1865.

¹¹⁹⁴ Ver Sinal nº 114 de 1856.

¹¹⁹⁵ Era prática da SCML não fazer deslocar as crianças para amas externas quando estas apresentavam um quadro de doença ou franca debilidade à entrada na instituição.

as das amas onde estas crianças estiveram, permitirá estabelecer com rigor o peso deste setor da população no tecido produtivo e na sociedade em geral¹¹⁹⁶.

18.3 A educação

Na análise dos bilhetes deixados com as crianças, é fascinante vermos desfilar perante os nossos olhos as preocupações individuais que refletem os valores sociais dominantes. De qualquer modo, as palavras e os conceitos evoluíram, e o seu significado no passado não é o mesmo na actualidade. Falar de educação e de educação no feminino nada tem a ver com os dias de hoje. Particularmente para as mulheres, o combate pela educação e pela instrução foi longo no mundo ocidental, ultrapassando largamente o século XIX e perdurando ainda hoje noutras regiões do globo¹¹⁹⁷.

Os bilhetes reflectem a educação como assunto familiar. A família seria o principal agente da educação das crianças e essa incapacidade é motivo suficiente para justificar a passagem da criança da esfera familiar e privada para a esfera pública. Em 1836, uma certidão do padre do Gradil informa que uma criança recém-nascida, filha de pai incógnito e de Barbara Ludovina, solteira que não tem meios alguns de subsistência “Nem ser capas de lhe dar a educação”¹¹⁹⁸. Em 1842 a situação repete-se: “Este piqueno Chamace = João Maria Filho de pais emconitos e não tem pai e çua mai está em circunstancia de não o poder ter nen do custentar nem do idocar (...)”¹¹⁹⁹.

Impõe-se um modelo de sociedade cuja unidade básica é a família nuclear, local de afectos e proteção, mas também mecanismo essencial de integração social, que deve transmitir valores, atitudes e comportamentos socialmente aceites. Os casos anteriores não seriam considerados *famílias* devido à ausência do elemento masculino. Antes pelo contrário. Eram considerados casos perigosos porque supunham uma sexualidade activa fora do sagrado laço do matrimónio e por isso condenada pela Igreja e não só.

De qualquer modo, registe-se este papel dos pais, e nestes dois casos o das mães, como educadores e da família como lugar privilegiado para a sua efectivação.

Em 1859 uma criança foi entregue na SCML a quem se pedia que esta a mandasse “(...) crear, bem como de o fazer baptizar com o nome de Leopoldo Xavier. Seos pais sendo por motivos imperiores obrigados a ocultar o mais possível este acontecimento, tomaram a decisão de o ahi entregar; desejando em um ou dois annos recebel-o para lhe darem uma boa educação (...)”¹²⁰⁰. E uma boa educação seria, certamente também, uma

¹¹⁹⁶ Ultimamente, o assunto do abandono das crianças no século XIX voltou a ter grande visibilidade nos órgãos de comunicação social. O jornal *Expresso* na revista que acompanha a sua edição de 28 de Junho de 2014, pp. 10-17, assim como o *i* e o *Público* de 22 de Outubro de 2014, pp. 22-23, voltaram a fazer um tratamento jornalístico do assunto. Partindo de familiares actuais de crianças expostas, tentou-se fazer o percurso desses antepassados “heróicos” que sobreviveram.

¹¹⁹⁷ Ver o exemplo de Malala, rapariga paquistanesa que insistiu em ir à escola e que por causa disso foi vítima de um violentíssimo ataque que lhe ia custando a vida. Por defender o direito das mulheres à educação, em 2014 foi-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz.

¹¹⁹⁸ Ver Sinal nº 486 de 1836.

¹¹⁹⁹ Ver Sinal nº 1799 de 1842.

¹²⁰⁰ Ver Sinal nº 2676 de 1859.

boa educação cristã iniciada com o batismo: “Pedese aos Snr.s y Snr.as Ademenistradores da Santa Casa da misiricordia desta Cidade de Lisvoa que no dia 9 de decemvro do ano d 1841 = Selle remete uma crianza para que a fazão Cristão (...)”¹²⁰¹.

Não será certamente por acaso que estas preocupações só tenham expressão a meio da década de 30 do século XIX quando a sociedade portuguesa oitocentista tentou institucionalizar novos valores e novas atitudes.

19. A múltipla sinalização

Como já foi referido, a mesma criança poderia ser portadora de variados tipos de sinais. Sinais de suporte em papel conjugados com sinais com outros suportes, sobretudo têxteis, mas também metal ou outros materiais. Sinais que misturavam o sagrado e o profano em perfeita convivialidade porque se um procura assegurar a vida eterna, o outro uma vida terrena sem dificuldades.

Seja qual for o tipo de sinal, todos tinham o mesmo objectivo e independentemente de uma melhor e maior sinalização, os resultados práticos não diferiram de forma significativa face a quem não era portador de tal variedade de signos: “Esta menina vai batizada chamasse Maria tem olhos azuis cabelo louro devida de dezanove mezes Leva vestido saia cor de roza seca uzada roupinhas de xita salpicos emcarnados xão branco flores azuis xiquitas de seda verde escura salpicada de amarelo xiquetos q não são irmans por soleta porq huma hede selezia asul clara e outra de Baetão escarlata e hum vai forrado de ganga eoutro vai sem forro Leva de signal hum ramo de rosas (...) abertas e hum botão pintado (...) cozido em a manga directa das Roupinhas com estes senais sehade procurar”¹²⁰². Maria morreu no mês seguinte na SCML.

O mesmo aconteceu a Antonia da Costa “(...) que se deito no primeiro de Julho do cte anno aqual a seu tenpo seade procorar aqual seade chaMar Antonia da Costa Leva os sinais seguintes huma camiza de Bertanha com Folhos no pescoso de cambraya roza, coeiros brancos de baeta manguitos de Baeta verde debroados de seda verde Bolvedeiro de pano de Algodão hum sinto de xita branca e emcarnada com huma Figua preta com tres figas brancas huma olamida de N. S. do Cabo e do Menino Jezus de Olivellas hum rozairinho de contas brancas Padres nossos pretos huma Baronica tres laços de canotilho aMarello dois lencinhos de Panoreis”¹²⁰³. Esta criança teria vários sinais: o bilhete, um rosário, quatro figas, lacinhas, uma pagela de N^a S^a do Cabo e contas brancas. De nada serviu. Até nós só chegou o bilhete, tudo o resto desapareceu (ou nem chegou a existir) e *Antonia* morreu no mês seguinte.

¹²⁰¹ Ver Sinal nº 1908 de 1841. Esta criança, para além do bilhete, trazia uma argola de ouro na orelha esquerda e que hoje está cozida no escrito.

¹²⁰² Ver Sinal nº 581 de 1793.

¹²⁰³ Ver Sinal nº 731 de 1790.

Há casos em que a múltipla sinalização só compreende objectos ligados ao sagrado: bilhetes aos quais foram apenas estampas, bentinhos¹²⁰⁴ e breves¹²⁰⁵ não são incomuns. Há santos e santas mais populares do que outros ou mais utilizados do que outros. Nossa Senhora do Carmo, da Rocha, das Dores, da Conceição, do Sobreiro, da Luz ou do Cabo encontram-se entre as imagens da Virgem mais popularizadas e utilizadas. Santa Teresa, Santa Rita de Cássia, Santo António ou S. Bento são os santos preferidos para colocar a criança sob a sua proteção. Jesus Cristo e Menino Jesus dos Atribulados também figuram entre as entidades que no domínio do sagrado são utilizadas para proteger as crianças.

Por vezes a sinalização, para além dos elementos religiosos e profanos, ainda inclui as características físicas como traços distintivos: “Esta Menina se chama Josefa está Batizada com todos os Sacram.tos em 20 de Março deste prez.te Anno seu trajo he o seg.te sinto de Melania cor de roza seca fora de tafeta emcarnado goarnecido de fita verde com hum coração de Madre perola com seu letreiro viva meu Leal amor huma pedra delorovina emcastoada em prata dois breve coberto de seda huma figa a Menina tem huma orelha mais piquena do que outra Lisboa 15 de 7brº de 1792 (...)”¹²⁰⁶. Neste caso, Josefa que a crer no escrito terá pelo menos seis meses de idade, para além dos objectos que consigo levou, ainda tinha uma outra particularidade: “(...) huma orelha mais piquena do que outra (...)”.

A sinalização múltipla foi uma modalidade que percorreu todo o período estudado, menos utilizada na primeira metade do século XIX, e mais utilizada na segunda. As crianças adquiriram uma maior importância para quem vai abandonar, e daí os sinais multiplicam-se para evitar trocas? Ou há mais e novos produtos em circulação e maior facilidade de acesso? Ou será uma moda? Ou o número elevado de crianças que passavam pela SCML inspiraria cuidados redobrados?

Na segunda metade do século parece detectar-se uma prática generalizada que é a sinalização através de cortes no vestuário.

Por vezes a sinalização múltipla só é detectada pelo cruzamento do bilhete com o assento de entrada e batismo. Em 1870 uma criança “(...) q nasceo a 9de Dezembro d 1870 leva por sinal Um Mueda Chins em cobre e chamar-se-a Adelaide (...)”¹²⁰⁷. Esta criança, que acabará por morrer em 1872, trazia um bilhete que apresentava recortes irregulares em baixo. O assento de entrada refere que a criança era portadora de fitas azuis e brancas no pescoço. A moeda chinesa a que se refere o bilhete, bem como as fitas desapareceram. Mas provavelmente trazê-la-ia porque quando há discrepâncias entre o que o bilhete diz que traz e o que de facto trazia, o secretário que procedia ao assento registava a inexistência

¹²⁰⁴ Pequeno saco de pano, com aspecto de escapulário bento que se coloca ao pescoço por baixo da camisa e onde se colocam papéis com orações, relíquias e outros objectos de carácter devocional. Ver *Inventário da Criação dos Expostos...*, p. 399.

¹²⁰⁵ Oração considerada milagrosa que normalmente é transportada num saquinho ao pescoço com a finalidade de proteger. *Idem*, p. 400.

¹²⁰⁶ Ver Sinal nº 963 de 1792.

¹²⁰⁷ Ver Sinal nº 2699 de 1870.

dos objectos referenciados. Neste caso a criança trazia um bilhete, por sua vez recortado, fitas e uma moeda.

Conforme se avança no século XIX, as fitas, os retalhos, os botões, os bordados e cortes na própria roupa passaram a ser mais utilizados. Sinais claros de descristianização da população com a opção de utilização de outro tipo de sinais? Acesso a novos consumos? Em “(...) 26 de Novembro de 1870 entrou hum menino para a Santa caza da mezericordia leva camiza de paninho com entremeiro nos ombros de linho com infeites amarelos dois coeiros hum de beivilha outro de felanela debroado de azul bebedoiro de algodão xhabre de xita roxa debroado de amarelo xaile amarelo com barra encarnada leço de casa bordado na cabeça toca de caça bordada com uma fita de seda asule branca fita na sentura cor de crão com dois botões ade se xamar pedro alexamdrino”¹²⁰⁸. Tanto a fita de seda como os botões ainda hoje existem cozidos no bilhete original.

Uma outra modalidade de sinalizar as crianças e que se tornou muito popular e utilizada, porque não tinha custos acrescidos, era cortar um pedacinho de uma peça de roupa e juntá-lo ao escrito. Foi o que aconteceu com *Jesuino*, a quem a SCML batizou com o nome de *Ponciano*, que entrou “(...) a 17 d’Outubro de 1870 com os Seguintes signaes Coeiro branco de Baetilha velho Facha branca d’Algodão Roupão de Chita branca com riscas roxas e hum bocado de menos Lenço branco com risca roxa quero que se chame Jesuino, Nasceu a 8 d’Outubro de 1870 as 3 horas da manham”¹²⁰⁹.

Ou a mesma fita ser dividida em 3 partes: “(...) leva hum bocado de fita escarlata no Braço esquerdo e outro bocado nu Bilheite ficado ca outros ermones”¹²¹⁰ tornou-se uma forma de sinalização comum.

Por vezes nada no bilhete indicava que houvesse uma sinalização dupla. Mas o secretário da SCML que elaborava o assento era cuidadoso e a um bilhete simples como este: “nasceu no dia 1º de outubro de 1870 Leba lma fralda belha o fato todo uzado pedece que se chame Janoario da Silva naseu a uma hora do dia”¹²¹¹, eram acrescentados dados importantes. Afinal *Janoario da Silva*, a quem a SCML batizou com o nome de *Nereu*, trazia uma fita de seda verde na cintura que hoje se encontra cosida no papel.

Tudo servia para sinalizar. Objectos de cariz religioso, de cariz profano, fitas, sedas, características físicas da criança, cabelos e objectos de uso quotidiano. No caso dos cabelos, ou há indicação que a criança levava o cabelo cortado ou mesmo tranças: “(...) leva por sinal huma transa de cabelo com huma fita verde de meia vara e fica igoal em meu poder (...)”¹²¹².

Os objectos de uso quotidiano utilizados como sinais revelam a sua vulgarização: “Emtra hoje 30 de Julho de 1840 p^a a Santa Caza da mezericordia este menino não esta

¹²⁰⁸ Ver Sinal nº 2596 de 1870.

¹²⁰⁹ Ver Sinal nº 2272 de 1870.

¹²¹⁰ Ver Sinal nº 2414 de 1869.

¹²¹¹ Ver Sinal nº 2156 de 1870.

¹²¹² Ver Sinal nº 1426 de 1857. Dado que esta criança entrou com 4 dias de idade, nunca a transa poderia ser do seu próprio cabelo.

batizado pedese lhe ponhão o nome de Carlos Coreia de Lacerda naseo a 20 de Julho de 1840 Leva em sinal o reszisto do menino Jezus dos atribulados e hum sinto de riscas amarelo e cor de castanhacom huma fivela em feitio de bixa amarela”¹²¹³. A “bixa” é uma cobra de metal não precioso que hoje ainda está cosida no bilhete. No entanto, a utilização deste nome para nomear uma cobra é significativo. Pela tradição cristã, as cobras estão associadas ao maligno, à tentação. Nunca foram muito populares porque associadas ao maléfico, à perdição da humanidade, ao pecado e à expulsão do paraíso. Daí a sua nomeação como “bixa”, um nome de conotações negativas de algo que nem sequer merece ser nomeado pelo seu verdadeiro nome.

Tal como as fivelas, os botões têm maior divulgação e aparecem nos bilhetes associados a cintos e outras peças de roupa: “(...) fita na sentura cor de crão com dois botões ade se xamar pedro alexamdrino”¹²¹⁴.

19.1 Onde e o seu significado

Quando uma criança entrava com sinais, haveria algum local preferencial para os colocar? Essa colocação seria fruto do acaso? Não nos parece que assim seja. Quando se tratava unicamente de um bilhete, este por norma vinha cosido na roupa da criança. Quando se tratavam de elementos têxteis (fitas, retalhos, linhas, fios), há uma preferência pela colocação nos braços, nomeadamente o esquerdo, a que se poderá associar a proximidade e a ligação ao coração, órgão vital e símbolo do amor e dos afectos. Depois dos braços, na cintura, nos pés, no peito. Estar cosido no papel ou na roupa é uma opção, mas menos utilizada. O braço, a mão ou o pulso esquerdo são sem dúvida as partes do corpo mais utilizadas: “(...) Leva por cinto huma fita branca e azul, com Laivos emcarnados e verdes, humas roupinhas de pano verde, debruados de rouxo, huma touca de casa tecida, preza com huma fita cor de flor de alecrim, e huma fita no braço esquerdo, da mesma cor (...)”¹²¹⁵, mas qualquer outra servia: “(...) Leva huma fitinha verde da cor da touca atada em hum dedo piquenino da mão direita (...)”¹²¹⁶ ou “(...) por hu miore cianal leva num dedo do pé hum fio de retro amarelo (...)”¹²¹⁷.

Quando se trata de objectos de metal ou contas, pela sua natureza (fios, rosários, fios com medalhas), o pescoço é o mais frequente: “(...) p.r Signal leva hum coheiro pardo e hum Vestido de chita azul e branca e hum lençinho de filló e huma m^a lua de cobre ao pescoço (...)”¹²¹⁸. Mas se se tratarem de pulseiras, o braço esquerdo volta a ser o mais utilizado: “(...) Leva no braço esq (...) huma Pulceira feita de Misanga, com seu feixo amarelo (...)”¹²¹⁹. No caso de trazer brinco, a orelha é o local mais conveniente “(...) por senal uma argolinha de ouro Neuma Ourelha (...)”¹²²⁰ ou nas orelhas caso se trate do par:

¹²¹³ Ver Sinal nº 1135 de 1840.

¹²¹⁴ Ver Sinal nº 2596 de 1870.

¹²¹⁵ Ver Sinal nº 1415 de 1805.

¹²¹⁶ Ver Sinal nº 995 de 1814.

¹²¹⁷ Ver Sinal nº 502 de 1814.

¹²¹⁸ Ver Sinal nº 1646 de 1830.

¹²¹⁹ Ver Sinal nº 1046 de 1831.

¹²²⁰ Ver Sinal nº 491 de 1860. O brinco ainda existe cozido no respectivo Sinal.

“(…) Leva as horelhas furadas com argolas de hoiro p^a se tirar a seu tempo se viver i fica outro escrito pela mesma Letra (…)”¹²²¹.

20. Filho de huma filha desta caza

Joaquim é o nosso primeiro registo e tem uma história curiosa: tem dois meses quando entrou na SCML e as causas do seu abandono são claras: a mãe é pobre, tinha sido exposta, certamente sozinha, e adoeceu, e “por nom ter com q o mandar criar”, resta a solução do abandono: “(…) Aqui vai hum Menino pornome Joaquim daidade de dois meses baptizado na fr^a de N. Sr^a das Mercês leva vestido dois coeiros hum de baiatam alvadio e outro de durante amarelo humas roupinhas encarnadas com hum baraço huma camisa de algodão lizo huma touca dalgodão com huma renda e hum sinto que foi sem alelique nenhum claro feicois miudas olhos pretos filho de huma filha desta caza q adoeção e foi p^a o Hospital por nom ter com q o mandar criar hoje 7 de Janr^o de 1790”¹²²².

Apesar das “Rodas” terem sido criadas com a justificação que obviariam aos infanticídios e ao abandono em locais ermos (estradas, entradas de igrejas, etc.) onde a morte das crianças seria o resultado final quase certo, a criação das “Rodas” significava dar uma oportunidade à vida, pois as crianças aí recolhidas teriam maior hipótese de sobreviver. Estando as teorias mercantilistas em voga, defendendo que população significava riqueza e poder dos reinos, era obrigação dos Estados impedir a mortalidade das crianças que no futuro seriam cidadãos válidos e produtivos, quer nas metrópoles, quer nas colónias, quando as houvesse.

Teoricamente seria um mundo ideal. Sendo a criança exposta o grau zero da sua genealogia, por lei considerada legítima, sobreviver poderia significar uma melhor vida. Não foi isso que aconteceu. Poder-se-ia dizer que o ponto de partida destas crianças sobreviventes estava muito atrás de uma imaginária linha de partida para todas as outras. Que futuro lhes estava reservado? Sem instrução, criadas por amas mercenárias, distribuídas por empregadores que as quisessem aceitar, aos rapazes estavam reservados maioritariamente funções ligadas à criadagem, às profissões artesanais e trabalhadores rurais. O futuro das raparigas não seria mais venturoso.

No entanto, alguns rapazes seguiram a carreira das armas do que bem dão conta quer os registos de casamento, quer os de batismo da freguesia de S. Pedro de Alcântara.

Quantas não tiveram o mesmo futuro que esta mãe que foi abandonada e que agora também abandona? Quantas crianças não são filhas de mães e de pais que conheceram o abandono, a quem a passagem por uma instituição não contribui para a sua mudança de estatuto de pobre? Como já vimos, há sinais evidentes de famílias que recorrem ao abandono de forma continuada, e casos de filhos sucessivos que entram e saem da instituição.

¹²²¹ Ver Sinal n^o 1469 de 1803. Neste caso os brincos desapareceram.

¹²²² Ver Sinal n^o 24 de 1790. Joaquim morreu em 28 de março desse mesmo ano.

21. Os sinais de mudança

Oitenta anos de história do país, mesmo que as mudanças tivessem sido lentas e tardias a vários níveis, dramáticas em alguns casos, não podem deixar de ter visibilidade nestes documentos que expressam valores, sentimentos e o quotidiano de populações fragilizadas pelas guerras, pelas fomes, pelas doenças e pelas condições genéricas do país.

Subtilmente e sem que os autores dos textos disso tivessem consciência, vemos desfilar perante nós riscas, bolas, pintas, ramagens, brancos, amarelos, verdes, azuis, encarnados, fitas, toucas, lenços, vestidos e cueiros feitos de baeta, baetilha, seda, algodão, chita, gaze, linho, veludo, pano patente¹²²³, numa cada vez maior quantidade e qualidade.

21.1 No vestuário e nos novos consumos

Comparemos vários enxovais. “Em 5 de Frº de 1790 nasceu huminha menina que pedecelhe ponha Agueda por ser o dia da mesma Santa, leva humas roupinhas de Baetilha de salpicos rouxos, hum orello azul claro”¹²²⁴. Conforme se avança no século XIX há uma inversão. As descrições dos enxovais são cada vez maiores e mais exaustivas: “(...) Coeiro de baietinha branca debreado de xita branca, com ramos de cor, um vestido de xita branca com raminhos amarelos e pretos; uma toca de cambraia bordada com fitas de gaze, com um silvado cor de rosa e verde; com uma fitinha p^a atar de veludo encarnado uma fita verde no sintio; um laço de fita de gaze preta e branca no braço esquerdo (...)”¹²²⁵. O enxoval que a seguir se apresenta não é comum devido à quantidade e à diversidade de peças que apresenta: “(...) Junto vai o enxoval que consta das seguintes peças a Saber

Fraldas de Linho	10
Camizas de Panno Patente	7
Saias de Pano Patente	4
Mandrião de Pano Patente	1
Mandrião de Baetilha	1
Mandrião de Xita	1
Vestidos de Xita	4
Meios Lenços	4
Tirenhas de Linho	6
Chumacinhos de Linho	6

¹²²³ O pano patente é um pano leve e fino de algodão.

¹²²⁴ Ver Sinal nº 140 de 1790.

¹²²⁵ Ver Sinal nº 604 de 1841.

Coeiros de Flanella _____	5
Toucas de Cassa _____	3
D.tas de dormir _____	3
Bebedouros _____	3
Capinha de Baetilha _____	1 (...)” ¹²²⁶ .

Estes exemplos marcam definitivamente as alterações no consumo e os novos produtos a que a população tinha acesso. Entremeios, debruns, barras, bordados e até botões passam a ser vulgares nos enxovais enviados: “(...) leva camisa de paninho com entremeiro nos ombros de linho com infeites amarelos dois coeiros hum de beitolha outro de felanela debroado de azul bebedeiro de algodão xhabre de xita roxa debroado de amarelo xaile amarelo com barra encarnada leço de casa bordado na cabeça toca de caça bordada com uma fita de seda asule branca fita na sentura cor de crão com dois botões (...)”¹²²⁷.

21.2 Na quantificação

As grandes alterações no consumo e os novos produtos que a indústria introduziu têm sido objecto de estudo porque influenciaram modas, divulgaram produtos e alteraram ritmos de vida, principalmente com as mudanças a nível dos transportes¹²²⁸. A contagem do tempo passa por uma maior precisão, de tal modo que um bilhete informa que uma menina “(...) nasceu a 18 do mez de Março ás 3 e 5 minutos da tarde de 1869 (...) Esta Menina adese xamar Laura. C. W. (...)”¹²²⁹. *Laura* foi batizada com o estranho nome de *Macrina* e das iniciais que originalmente compunham o seu nome não sabemos o significado. Mas sabemos que nasceu às “3 e 5 minutos da tarde”. No caso de uma outra criança o bilhete informa que “(...) Nasceu ás -3- horas e dez minutos da manhã”¹²³⁰. O tempo e a sua quantificação passam por um maior rigor e apuro a que não será estranha a divulgação de relógios, embora objectos caros e de consumo restrito, verdadeiras jóias, só acessíveis a muito poucos. Aliás, a posse e utilização de um relógio era um símbolo de estatuto social, de riqueza. Não é de estranhar que enquanto objecto raros fossem motivo para constar nos inventários dos bens por morte dos seus proprietários.

Este tipo de informação torna-se mais corrente na segunda metade do século XIX, embora não esteja ausente no período anterior: “Esta menina Nasceo a 17 do mês de junho da era de 1810 i hoje em 3 de julho de 1810 se vai entregar a esta Santa Caza da miziricordia pelas 7 oras da amnhã mais minuto menos minuto (...)”¹²³¹. Na realidade, a menina entrou às 7 horas e 15 minutos.

¹²²⁶ Ver Sinal nº 272 de 1864.

¹²²⁷ Ver Sinal nº 2596 de 1870.

¹²²⁸ Ver Jan de Vries, *La Revolución Industrial. Consumo y economía doméstica desde 1650 hasta el presente*, Crítica, Barcelona, 2009.

¹²²⁹ Ver Sinal nº 670 de 1869.

¹²³⁰ Ver Sinal nº 1597 de 1868.

¹²³¹ Ver Sinal nº 906 de 1810.

Na realidade, é na segunda metade do século que o tempo é dado com maior precisão e rigor, tanto na idade como na hora do nascimento: “Recomendamos q esta menina Ce chame Brizida e q seja bem tratada porq seos pais em breve a tirão não vai batizada e tem vinte dias e quatro horas”¹²³² ou “Vai para a roda da Santa Caza da mizericordia de lisboa huma menina que de idade 18 horas de nassida no dia 21 de fevereiro de 1868 as 7 horas da note (...)”¹²³³ ou ainda “Esta menina nasceu no dia 24 de Junho de 1870 pellas 8 horas e 25 minutos da manhã (...)”¹²³⁴.

Pensamos que a maior precisão da contagem do tempo e o seu registo neste tipo de documentos, deve-se, sobretudo, aos avanços que a engenharia e a industrialização viabilizaram, ao criarem aparelhos mais precisos, mais leves, transportáveis a nível pessoal (os célebres relógios de bolso), tornando estes aparelhos, apesar de tudo, acessíveis a um maior número de pessoas¹²³⁵. Nunca será demais lembrar que não estamos a falar de relógios de pulso, vulgarizados unicamente nas primeiras décadas do século XX.

Antes desta quantificação das horas, estas eram marcadas pelo toque das Avés-Marias: “Esta menina não vai batizada Porselheão Maria Joaquina, naceo hoje terça fª 12 do corente mês de Janeiro pellas aves marias (...)”¹²³⁶. Esta referência era utilizada tanto para as horas do nascimento, como para as horas de entrada: “Esta Menina Naceo aquinze doMesdeagosto dia de Nsenhora da Asumção ainda não vai baptizada eadese chamar Maria foi botada na Roda deste depois das Aves Marias (...)”¹²³⁷.

O toque das Avés-Marias soava às 6, 12 e 18 horas. Tratava-se do toque de um conjunto de três badaladas, três vezes seguidas, relembrando aos crentes o momento da Anunciação feita a Nª Senhora pelo Anjo Gabriel. Estes toques marcavam o ritmo da vida das populações, particularmente nos meios rurais.

Os dias também eram referenciados segundo o calendário católico: “Entra no 1º de Junho de 1835 huma Menina chamada Cezilia maria do Esperito Santo que Nasceo em quarta feira de Trévas (...)”¹²³⁸ ou “(...) Baptizado a 19 do m.mo mez na Freguezia de Santa Maria Maior p.r Signal, em Domingo de Ramos (...)”¹²³⁹. Vésperas de Todos os Santos, Santa Rita de Cássia são referências habituais. Há, contudo, uma data que hoje ninguém se lembraria e que aparece algumas vezes: “Do Domgº a 2ª fª 29 d’Ag.to dia da Degolação de S. João Baptistta Nascêo hum Menino (...)”¹²⁴⁰.

Se a quantificação do tempo se tornou mais precisa, a quantificação das medidas também passou pela mesma transformação. As próprias medidas, têm uma história. Depois da utilização do corpo humano como padrão (medidas antropométricas), o iluminismo, no

¹²³² Ver Sinal nº 469 de 1852.

¹²³³ Ver Sinal nº 461 de 1868.

¹²³⁴ Ver Sinal nº 1458 de 1870.

¹²³⁵ No entanto, esta divulgação deve ser vista com cuidado. Em países como Portugal, o relógio só se tornou um objecto de largo consumo na segunda metade do século XX.

¹²³⁶ Ver Sinal nº 42 de 1790.

¹²³⁷ Ver Sinal nº 881 de 1790.

¹²³⁸ Ver Sinal nº 957 de 1835.

¹²³⁹ Ver Sinal nº 507 de 1826.

¹²⁴⁰ Ver Sinais nº 1369 de 1842 e nº 1860 de 1861.

século XVIII, e a industrialização no século XIX impuseram definitivamente as medidas estandarizadas, já não baseadas em partes do corpo humano mas no sistema métrico¹²⁴¹. A passagem de um modelo para outro insere-se numa lógica de desenvolvimento das forças produtivas, na criação dos mercados internos e para maior facilidade nas exportações que o primeiro sistema dificultava.

Contudo, as medidas mais enunciadas nos bilhetes que acompanhavam as crianças são a *vara* (equivalente a um metro e dez centímetros) e a *medida* (fita da altura de um santo ou de uma escultura que representava esse mesmo santo): “Naseu hesta menina em 30 de abril de 1793. Vem por batizar e hadese xhamar Tomazia heste sinal tem 1vara de fita cor de roza e outra berde”¹²⁴² ou “Hoje 26 de Sbrº de 1793 vai pª a Santa Caza dos Expostos desta cid.e de Lx.a Hum Menino Recem nascido em 23 do dito corr.te de Sbrº pelas nove horas da noute Vai por baptizar, e rogace ao R.mo Snr q fizer esta de Ligencia oBaptize com o nome de Bemvenuto J.e de Mello.pretende tirar-se epagar a Sta Caza toda a despeza; e pª que senão troque Leva os sinais seg.tes. hum bocadinho de huma orella cortada nap.te superior da orella esquerda para seconhecer pela sicatriz. Duas pensaduras de roupa, hu sinto com hu Breve, e hua medidinha de N. Srª da Nazare, e Leva no pulso esquerdo hua fitinha roixa com hu coral, eesta relação leva também hua fitinha amarela por sima em forma de chadres eem sima della hu sello. Lisboa 26 de Sbrº do ano supra”¹²⁴³.

Dentro destas medidas a variedade é notória: *Vara e meia, meia vara, meia medida*, são nomenclaturas utilizadas para classificar o tamanho das fitas. Mais frequentes no final do século XVIII e no início do século XIX, paulatinamente irão perder peso passando a serem quase ignoradas. Nunca aparece indicação da medida relacionada com o sistema métrico. Ou mantêm-se as referências a medidas antigas: “(...) leva de signal huma fita da lardura de dois dedos branca e verde (...)”¹²⁴⁴ ou “ (...) e leva p sinal uma fita azul Clara de setim papel da Largura de um dedo atada no Braço esquerdo”¹²⁴⁵ ou ignora-se completamente o tamanho da fita: “(...) leva um bocado de fita para signal (...)”¹²⁴⁶. Todos os dedos são utilizados: “(...) e pª maior signal leva hum bocado de fita de seda cor de cana com trez dedos de largura (...)”¹²⁴⁷ ou “(...) Vai com seis coeiros de Baeta Azul eduas camizas eno braço direito hum laço de fita encarnada de largura de quatro dedos (...)”¹²⁴⁸. Por vezes nem *dedos* nem *centímetros*, só *bocado* ou *pedaço*: “(...) leva atado no braço esquerdo um pedaço de fitta lavrada cor de roza”¹²⁴⁹.

¹²⁴¹ Sobre esta problemática, ver Witold Kula, *Measures ...*, p. 114-119. Para este autor, o sistema métrico enquanto unidade de medida baseado em fenómenos astronómicos independentes do homem, tem pouco mais de cento e cinquenta anos de existência.

¹²⁴² Ver Sinal nº 526 de 1793.

¹²⁴³ Ver Sinal nº 1109 de 1793. Esta criança trazia, entre outros sinais, um “(...) hum bocadinho de huma orella cortada nap.te superior da orella esquerda para seconhecer pela sicatriz(...)”. Apesar de raro, não deixa de estar presente um tipo de sinal cuja matriz é uma intenção clara de mutilação física para diferenciar a criança. Já referimos este aspecto.

¹²⁴⁴ Ver Sinal nº 211 de 1860.

¹²⁴⁵ Ver Sinal nº 2102 de 1855.

¹²⁴⁶ Ver Sinal nº 2116 de 1870.

¹²⁴⁷ Ver Sinal nº 181 de 1847.

¹²⁴⁸ Ver Sinal nº 1007 de 1797.

¹²⁴⁹ Ver Sinal nº 2235 de 1853.

22. Verdades e mentiras

Como já foi afirmado, muitos estudiosos dão aos bilhetes uma característica única: através deles quem escreve quer construir uma verdade de modo a aliviar a dor da perda, do abandono, sabendo-se de antemão que se estava a praticar, na generalidade dos casos, um gesto definitivo e sem retorno. À partida, determinava-se o futuro de uma criança ainda que se expressasse uma esperança que nunca se iria concretizar. Isto bem entendido, não quer dizer que os afectos fossem inexistentes, mas possivelmente seriam outros, diferentes daqueles com que estamos habituados a lidar. Ainda nos anos 30 e 40 do século XX, mulheres camponesas pobres, sobretudo no norte de Portugal, falavam da “ceifa” que se tornaria necessária para “desbastar” o numeroso rancho de filhos delas dependentes e aos quais era muito difícil acudir.

Sempre nos causou uma enorme perplexidade os bilhetes, por vezes longos, contendo pedidos vários e promessas firmes que acabaram por se tornar inúteis porque a criança morreu nos dias a seguir à sua entrada. O bilhete que a seguir se apresenta é um entre muitos. A criança nasceu em 17 de Janeiro de 1839. É entregue na SCML 7 dias depois e morre em 28 de Janeiro sem ter sequer saído da instituição, certamente devido ao estado físico em que se encontrava. Mas mesmo assim, a mãe “fica emcomodada” e pretende tirá-lo quando puder: “Naceo este menino a dezaçete de Janeiro e entra p^a Santa Caza a vinte quatro do dito foi batizado em caza o seu nome é loiz de pini Soa mai fica emcomodada se elle aciuer e ella pretende tiralo quando poder ser”¹²⁵⁰.

E o que dizer de uma criança que entra na instituição porque, segundo os pais, a ama que a criava não era de qualidade, solicitando à SCML que lhe procurasse uma melhor? “(...) e elle estar em Ama de m comsiença essa he razão q se dá a Criança a criar a Santa Caza da Mizericordia p^a ver de dar com milhor ama”¹²⁵¹. Poderá ser possível? Ou estaremos perante mentiras que queriam que fossem verdades?

E as falsas intenções também se podem revelar nos materiais utilizados nos objectos entregues com as crianças. Se bem que se entenda tal estratégia para induzir uma maior atenção, querendo através deles mostrar uma origem social desafogada mas que momentaneamente havia um qualquer impedimento que impossibilitava a criança de ficar na família biológica, em alguns casos estas estratégias são desfeitas de dois modos: ou os objectos de metais preciosos não chegaram, ou os que chegaram não tinham essa qualidade: “Esta Menina Nasseu hoje 18 de Junho de 1839 Vai com os Serguintes Signais Sinto de cadeço Branco com fitas de tafeta leva no dito as Seguintes areliquas huma figa duas bronicas huma bolcinha verde huma meia lua huma medalha de prata N S do Rosario e Sant^o peço q lhe ponha o nome de amelia Agusta e q Seja tratada com toudo o coidado q a toudo o tempo se procurara..tem huma Sicatriz Ee cada Oolho”¹²⁵². No assento da criança informa que a medalha não é de prata “como dis”.

¹²⁵⁰ Ver Sinal n° 123 de 1839.

¹²⁵¹ Ver Sinal n° 744 de 1792.

¹²⁵² Ver Sinal n° 945 de 1839.

23. A honra, as honras e a desonra

É comum aceitar-se, o que aliás os textos legais consagravam, que a existência das “Rodas” e o anonimato que lhe estava associado se prendia com a manutenção do estatuto social das mulheres de modo a preservar o modelo de família, de onde estavam arredados os comportamentos menos próprios como o sexo antes do casamento. Procriação só dentro do casamento, com casais legalmente constituídos, e as “Rodas” respondiam a este problema de forma a conservar a paz familiar e não fazer recair sobre a família a reprovação social dos filhos ilegítimos, fruto de relações onde existiam grandes diferenças sociais, ou onde o casamento era de todo impossível: “MGMCF.: Nasceu pelas onze horas da noite do dia nove de Dezembro de 1863 (sessenta e três). – é filha de Euphemia d’Oliveira, e de Joaquim C. F. F. e F.: - Deve ser baptizado com o nome de Joaquim Augusto Cesar – Será o menino reclamado por seus Paes, quando appresentem um documento igual a este – Lisboa 9 de Dezembro de 1863 – (...) Deve ser guardado.”¹²⁵³. *Joaquim Augusto Cezar* foi batizado com um simples *Gregorio* e nunca foi reclamado. O nome da mãe é explícito, o do pai esconde-se por detrás de iniciais. O nome da mãe também poderia ser falso, o pai poderia ser alguém que tivesse uma posição social a defender, mas registe-se o nome explícito da mãe e o nome escondido do pai. Morreu em 1867.

Apesar de se querer fazer crer que a “Roda” vinha responder a uma questão fundamental para os padrões comportamentais do século XIX, a preservação da honra feminina, o que é certo é que os bilhetes mostram o contrário. Raramente há nomes, mas quando os há, são geralmente os da mãe. O pai resguarda-se atrás de iniciais ou da designação de pai incógnito: “Nasceo 18 de Junho de 1866 as 2 horas da Tarde Filha de Pais incógnitos Filha de Maria dos Santos (...)”¹²⁵⁴.

Mesmo os documentos oficiais não se inibem de identificar as mães e, em alguns casos, referenciar a sua morada. Num ofício da Regedoria da Paróquia de Santos o Velho, dirigido ao Ill.mo Diretor do Hospital dos Expostos, informa-se que se abandona João Maria, de cinco meses de idade, filho de Maria do Rosario Guedes, solteira, morador na rua do Machadinho, nº 34 Loja. A razão apresentada para justificar o envio da criança é o facto de a mãe estar muito doente e não ter meios para o mandar criar¹²⁵⁵. Ser pobre e estar doente é socialmente mais aceitável e até digno de compaixão; constituem motivos não vergonhosos para justificar o abandono.

Esta proteção aos homens é surpreendente. Se se pensava que era a mulher o objecto primeiro da preocupação de manter no recato, não é de todo o que os documentos comprovam. Mais uma vez, de um processo de uma criança enviada para a SCML constam duas certidões¹²⁵⁶. Uma, do prior de S. Pedro de Almargem do Bispo, Concelho de Sintra, pela qual sabemos que a criança nasceu em 30 de Maio de 1868, às 3 da tarde, filho natural

¹²⁵³ Ver Sinal nº 2485 de 1863.

¹²⁵⁴ Ver Sinal nº 1356 de 1865.

¹²⁵⁵ Ver Sinal nº 2063 de 1865.

¹²⁵⁶ Ver Sinal nº 1375 de 1868.

de M^a da Conceição, 33 anos, lavadeira, solteira e de pai incógnito. Seria neto paterno de avós incógnitos e maternos de Francisco Duarte e M^a da Conceição. A certidão do regedor dá informações suplementares, mas continuando a manter o nome do pai no anonimato. Segundo este documento, a mãe vive com o pai que é viúvo. Sendo absolutamente pobre, não tem condições para criar o filho, embora tenha uma vida honesta e recatada e se trate do primeiro filho.

24. Saber-se-ia cá fora o que se passava lá dentro?

As condições de vida das crianças expostas eram do conhecimento geral, inclusivamente de quem abandonava. Os sinais de esperança e de confiança no futuro expressos nos bilhetes são, estamos em crer, mais um aplacar de consciências pesadas, uma estratégia de auto-convencimento que permitiria um sossego moral e pensar que se tomou a decisão mais acertada. Parece querer fazer-se crer que o abandono era uma oportunidade de sobrevivência, era uma hipótese de uma vida melhor. Nalguns casos seria. Não restarão dúvidas da pobreza e das dificuldades que o país enfrentou, principalmente na primeira metade do século XIX e que terão reflexos na vida das crianças.

No entanto, o que era o mundo trágico do abandono, deveria ser conhecido de todos. Na província conhecer-se-ia a alta mortalidade das crianças entregues a estas amas mercenárias; na cidade saber-se-ia que as crianças, a maioria delas, não voltava após a criação ou porque tinham morrido, ou porque ninguém se apresentou para as recuperar, ou porque fizeram a sua vida nas localidades onde tinham sido colocadas quando estavam a cargo das amas que trabalhavam para a SCML. Necessariamente sabia-se da triste sina e do futuro incerto da maioria dos sobreviventes, de tal modo que os bilhetes o reflectem: “Melchiades Aurelio Valerio Maxemio, nasceo no dia 13 de 7brº de 1827. Foi baptizado no dia 15 do m.mo Mez, e anno. Talves algum dia vaê p^a este desgraçado, um outro mais benigno (...)”¹²⁵⁷. De *Melchiades Aurelio Valerio Maxemio* perdeu-se o rasto, mas quem o entregou não duvidava em defini-lo como um desgraçado para quem se espera um dia mais benigno e um final feliz. Isto é, eram conhecidas as dificuldades por que passavam estas crianças.

Em 1846, a mesma consciência: “João Cancio da Costa Reys. Nasceu às onze oras da manhã do dia vinte de Outubro de 1846. Rogaçe pelo Amor de Deos, e em nome da humanidade, hajão de bem tratar este innocente, o qual pelo seu infeliz destino se vê hoje obrigado a entrar na Santa Caza da Mezericordia de Lisboa.”¹²⁵⁸.

Voltando à pergunta inicial: sim. Sabia-se qual era seria o destino da maioria das crianças. Os filhos que não voltavam, as amas disseminadas por uma vasta região geográfica, onde morriam a maior parte das crianças que lhes tinham sido confiadas, por doença, por falta de cuidados, de higiene, de vigilância e de alimentação, “publicitariam” este trágico destino. A infância não seria um período fácil de superar. Para as crianças

¹²⁵⁷ Ver Sinal nº 1339 de 1827.

¹²⁵⁸ Ver Sinal nº 1865 de 1846.

expostas, todos os perigos, todos os inconvenientes seriam potenciados e tornariam a infância um período pelo qual a maioria destas crianças não passou.

25. O mundo ao contrário

Por vezes o vocabulário utilizado traiu o utilizador. Bem sabemos que as palavras têm conotações, umas que se perderam, outras adquiridas ao longo dos tempos. Mas são surpreendentes os bilhetes que colocam o abandono de uma perspectiva do avesso. Não são as circunstâncias, ditas imperiosas, que obrigam, são as circunstâncias que permitem. Não eram abandonadas porque necessitavam, eram abandonadas porque preenchiam as condições para serem admitidas na SCML: “Esta Menina vai Sem batizar, pede-se que selhe ponha o nome de Amelia ade ser procurado, pois que inperiozas circonstancias permitem que se exponha pelo emquanto”¹²⁵⁹. E não se pense que é único. No mesmo ano, “E Deitado o Menino na Santa Caza da Mezericordia por as circunstancias o permitir assim Nascendo as 10 h^a no dia 11 Do mês de abril d 1865 emtrado no mesmo Dia dezejando que tivesse o Nome de Lixandre (...)”¹²⁶⁰. Parece estarmos perante a burocratização dos serviços, como se o abandono correspondesse a uma prática para a qual havia um serviço público.

E se o modo como se entendiam os serviços prestados pela SCML parecem colocá-los ao nível da banalização, também abandonar parece ter-se tornado uma opção fácil de tomar. Esta facilidade revela-se em casos em que, aparentemente, a criança teria todas as condições para ficar na família: “hoje 19 de Novembro de 1812 Se poem hum Menino na Santa caza da mezericordia Filho de jegenteazada q por cauza da pobreza Ser grande e já não achar q.m lhe o queira suprir as esmolos de mama recore a Santa caza da mezericordia q pelo amor de D.s lhe o mandem acabar de criar q Nasceo em dia de S. Francisco de paula e por nome tera Fracisco de paula Foi Battizado e S. Izabel Vai invilto e neles Leva huma camiza de paninho hum coeiro de baeta encarnado com hum remendinho em huma ilhargaoutro coeiro de baeta amarelo disbottado bordado de lãn em huma iharga huma cintta de pano de linho huma cainha de cetim cor de oiro hum vestido de xitta azul com dados prettos huma touca de paninho gornecida de renda e de refegos com huma fita emcarnada atando com dado cor de cana no pesquoco hum cordão preto nopesquoco com hum dente de lobo emcastrado em prata hum sino de saimão e huma meia lua de prátta e huma brónica de Latão hoje posto ó Meio dia”¹²⁶¹.

Restarão poucas dúvidas que os anos imediatos às invasões francesas foram dramáticos para a maioria da população. Esta criança é legítima, já tem 8 meses quando dá entrada na SCML. Apesar de não ser abundante, o enxoval que trazia consigo era diversificado e composto de peças de materiais caros: cetim, linho e rendas. Mas o que era mais estranho era a posse de objectos de prata e a descrição correspondente que denuncia um domínio da língua que não seria universal: “hum dente de lobo emcastrado em prata”, “huma meia lua de prátta” e “huma brónica de Latão”.

¹²⁵⁹ Ver Sinal nº 781 de 1865.

¹²⁶⁰ Ver Sinal nº 817 de 1865.

¹²⁶¹ Ver Sinal nº 1525 de 1812.

Se a justificação para a entrega foi a alegada pobreza e mesmo assim trazia um enxoval que podemos considerar diversificado onde existiam materiais caros, ou estamos perante a esperança de deixar de ser pobre num curto espaço de tempo, ou não o iriam buscar, ou não eram pobres.

CONCLUSÕES

Pode parecer um pouco estranho, mas vamos terminar como começámos, evocando alguns bilhetes que encerram a(s) vida(s) de pessoas comuns, nas suas múltiplas vertentes. Ter tido o privilégio de aceder a estes testemunhos, anónimos é certo - por isso mesmo de um teor possivelmente ficcionado porque a verdade não seria o fundamental mas sim a construção de uma outra realidade que talvez se insista em querer concretizável através de promessas e de pedidos – foi uma experiência extraordinária.

Pelos nossos olhos desfilaram vidas, dramas, pobreza, esperanças e sobretudo a morte. Sobre uma menina nascida em 1790, o bilhete é parco em informações embora dele conste o que era suposto ser fundamental: batismo, nome e, neste caso, a escassa roupa que levava no momento do abandono: “Esta menina vai hoje 20 de abril ainda não vai baptizada Eadese xamar marianna leva hum coeiro de pano azul não leva sinto leva hum orelo era de 1790”¹²⁶². Enxoval paupérrimo, escrito lacónico, onde só a utilização da expressão “esta menina” dá um toque de humanidade e calor afectivo.

Já um outro de 1795 informava que “Esse Menino q nasceo no dia seis do prez.te mez de Outubro do prez.te anno de 1795 dia de S. Bruno, e por isso se quer q se lhe ponha o nome de João Bruno, qdo se baptizar pois ainda onão está. Seos pais por justos motivos o remetem à Sta Caza dos expostos, e tem tenção a seo tempo de o tirarem: Leva hum roupãozinho ou roupinhintas de seda cor de rosa desvanecida com riscas brancas com canhoens de caça de riscas e gola também de caça: hum cinto de fita cor de fogo com seos arelicários bordados de prata e huma touca de caça bordada de retroz amarelo. Este vai p^a a Sta Caza no dia sette do mesmo mez d.o de Outubro e da mesma era de 1795. E vai junto á noute e se hade hir buscar por outro escrito deste similhante q fica em poder de seos Pais”¹²⁶³. Neste caso, apesar de escasso, o enxoval apresenta uma qualidade que era alheia ao primeiro: os materiais são nobres (seda e cassa bordada), assim como os relicários, bordados a prata. Resta saber que “justos motivos” levaram os pais a entregar a criança à SCML com a promessa explícita de a ir buscar.

O que tem de fascinante este trabalho não são as certezas, mas as incertezas, a possibilidade de entrevermos as vidas ou imaginarmos as vidas, os percursos de gente que procurou na obscuridade, no anonimato e nas oportunidades que a sociedade lhes oferecia, a resolução para os seus problemas, no caso o nascimento de uma criança indesejada (ou desejada), mas que as condições concretas das suas vidas não permitiam manter.

Não se trata de inventar vidas, de refazer percursos ao nosso belo prazer, de levantar hipóteses irrealistas, trata-se de perceber dentro das conjunturas pessoais e sociais, as soluções encontradas e como essas soluções deixaram rasto. É perceber as marcas deixadas involuntariamente, perceber as contradições e as possíveis inverdades. O papel do investigador é interpretar o material que tem à sua disposição e com ele elaborar um

¹²⁶² Ver Sinal nº 451 de 1790. Sobre esta criança, nada mais sabemos. O registo é omissivo quanto à data da morte ou qualquer outra indicação que possa esclarecer qual foi o futuro desta criança.

¹²⁶³ Ver Sinal nº 1139 de 1795. Este menino, entregue na SCML no dia seguinte ao do seu nascimento, morreu no dia 29 de Outubro de 1795 com apenas 23 dias de idade.

discurso coerente que traga luz para actos clandestinos, mas não ilegais. Não se trata de mapear vidas, mas perceber vidas.

Este fundo documental é um mundo onde se cruzam verdades, meias verdades, mentiras e ficções. Escrever mentiras com objectivos determinados, tem funções variadas: construir uma história para si e sobretudo para os outros, porque acreditar no que se escreve, mesmo sendo mentira, permite “(...) recusar o facto de que são culpadas. A credulidade é uma forma de evitar o desespero, a desilusão (...)”¹²⁶⁴ e sobretudo, dizemos nós, permite a esperança.

Atente-se neste exemplo: “Para essa Real Casa vai hum Menino por baptizar hade chamarse Eduardo Evangelista, nasceo em trese de Outubro do corrente anno de 1824. Leva vestido huma Camiza de paninho dois Coeiros de baeta verde, hum vestido de chita cor de roza com riscas, huma touca de cassa com laço cor de roza, leva huma fita atadeira cor de Roza. Os Pais deste Menino rogão que tenham com elle toda a Caridade, e lhe facão todo o bom tratamento porque com muita brevidade, o hão de procurar. Entra no dia (...) 20 de Outubro de 1824”¹²⁶⁵. A muita brevidade não se cumpriu. Eduardo Evangelista ainda viveu 3 anos, morrendo na posse da ama que dele cuidava, em 1827. Os exemplos podem repetir-se mais vezes.

Depois de entrar na instituição, a promessa servia fundamentalmente para se desculpabilizarem, para se auto-representarem, não como pais descuidados, mas como pais que por motivos transitórios tinham que tomar essa decisão.

Estamos em crer que a larguíssima maioria das crianças que entrou na SCML, com ou sem sinal, o fez por razões de pobreza comum a larguíssimos sectores da sociedade portuguesa de oitocentos. Se à pobreza se juntar a ilegitimidade do nascimento, teremos duplas razões para enviar a criança à SCML. Enviar será um termo brando porque os bilhetes denunciavam quanto se tratava de um acto definitivo, sem regresso nem retorno, irreversível: deposita-se, dá-se, lança-se, entrega-se.

O que significou levar um sinal no momento do abandono? Nada ou quase nada. As promessas não foram cumpridas por impossibilidade óbvia de o poderem ser, mas também houve bilhetes que nada prometiam e a criança acabou por ser entregue aos pais: “No dia 30 de Junho de 1808 da Sta Caza da Mezericordia vai huma Menina esta tem de nome Antonia Maria já vai baptizada por nescecid.e se valle da Sta Caza e tem de idade quatro mezes que os hade de fazer a 17 de Julho leva hum coheiro de pano preto já velho outro de pano cor de vinho e huma saia de durante emcarnado humas roupinhas de tafeta cor de sinza Huma toucinha de caça tecida huma camiza com hum folho de caça Bordada e para signal leva fita de setim branco com laivos emcarnados e pretos já uzada”¹²⁶⁶.

¹²⁶⁴ Ver Umberto Eco em entrevista à *E A Revista do Expresso*, edição 2216 de 18 de Abril de 2015, p. 32.

¹²⁶⁵ Ver Sinal nº 1384 de 1824.

¹²⁶⁶ Ver Sinal nº 944 de 1808. Entrou no dia 30 de junho de 1808 pelas meio dia. A ama entregou-a viva na SCML em 28 de abril de 1809.

Podemos sempre argumentar que a existência de um sinal pressupunha a vontade de, eventualmente, recuperar a criança. Mesmo sem promessa, foi o que aconteceu a Antonia Maria¹²⁶⁷.

O fascinante destes pequenos documentos, é que apesar de tão curtos, sintéticos e enigmáticos contêm material que permite hipóteses várias, dando corpo à plasticidade das vidas quotidianas. Dramas pessoais, vidas que se complicaram, doenças, prisões, morte, tudo se entrelaça numa teia que dificilmente será desfeita deixando em aberto perguntas às quais é impossível dar resposta: “Este Menino Naeo no pimerro de Maio de 1809 Não esta batizado ade chamaçe Felipe Joze Cardozo (...) este menino foi préziso porzertas motivos demorase estes 12 dias”¹²⁶⁸. Que motivos seriam estes? Porque foi preciso esperar doze dias entre o nascimento e a entrega? Todas as respostas ficam em aberto e não podemos ter a certeza de nenhuma.

Involutariamente, os bilhetes e os outros objectos, mas sobretudo os bilhetes, deixam transparecer oitenta anos da vida colectiva do país. Funcionam como uma pequena máquina fotográfica de instantâneos, através dos quais, apesar da sua má qualidade, podemos ter uma visão nítida e quase perfeita da realidade se soubermos interpretar os “nevoeiros”.

Os bilhetes são documentos, mais curtos ou mais extensos, mais secos ou mais explicativos, que traçam o destino de uma criança, por vezes mesmo antes de esta nascer. Desde logo a entrega, a saída da família biológica para uma instituição que depois a passará para uma outra família, em princípio, desconhecida. Esta passagem da esfera privada para a pública passa por mecanismos de desculpabilização que pretendem justificar o acto a si próprio. Michel Foucault, a propósito de outro tipo de texto, mas também referente a pessoas excluídas, considera-os “(...) uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas (...), desventuras. Vidas breves (...)”¹²⁶⁹.

¹²⁶⁷ Ver *Lº 1 de Entregas*, p. 184.

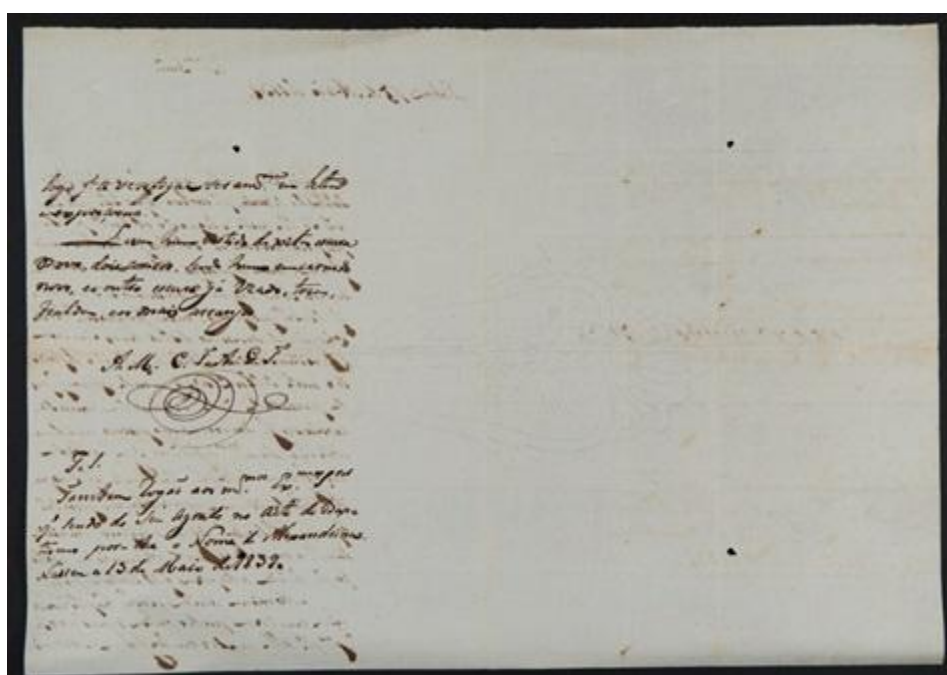
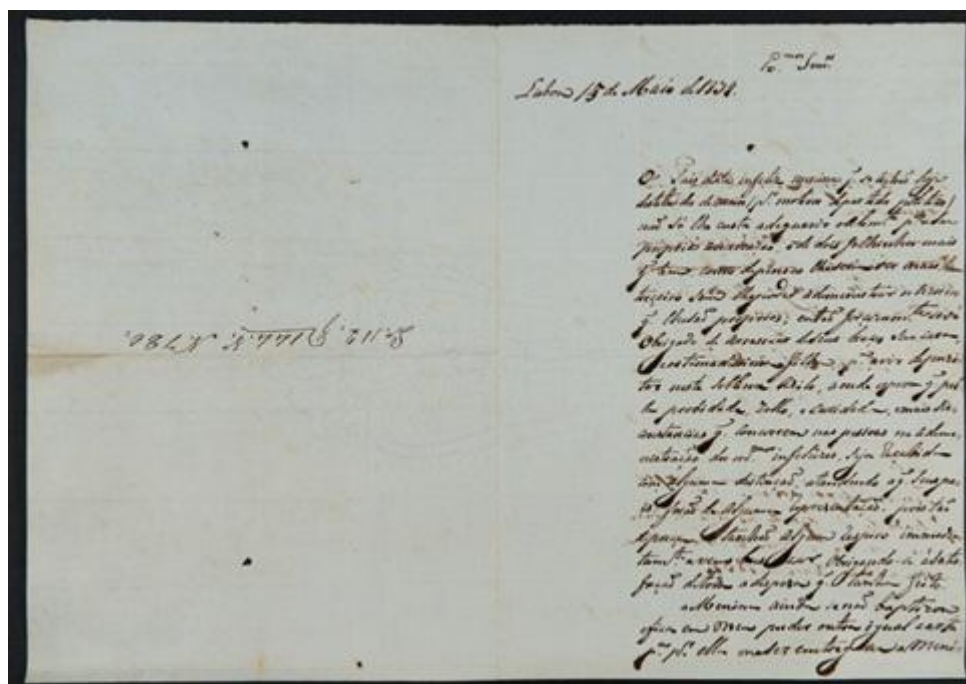
¹²⁶⁸ Ver Sinal nº 621 de 1809.

¹²⁶⁹ Ver Michel Foucault, «La vie des hommes infâmes», *Les Cahiers du Chemin*, nº 29, 1977, p. 12-29.

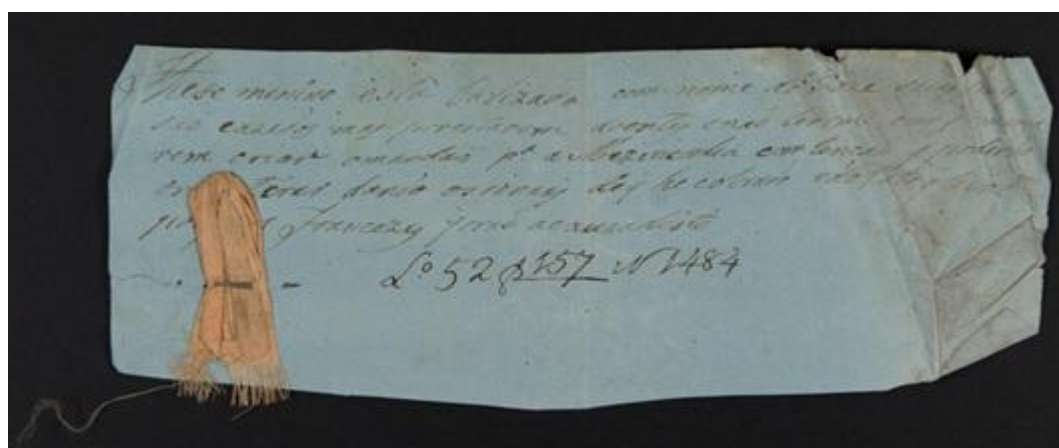
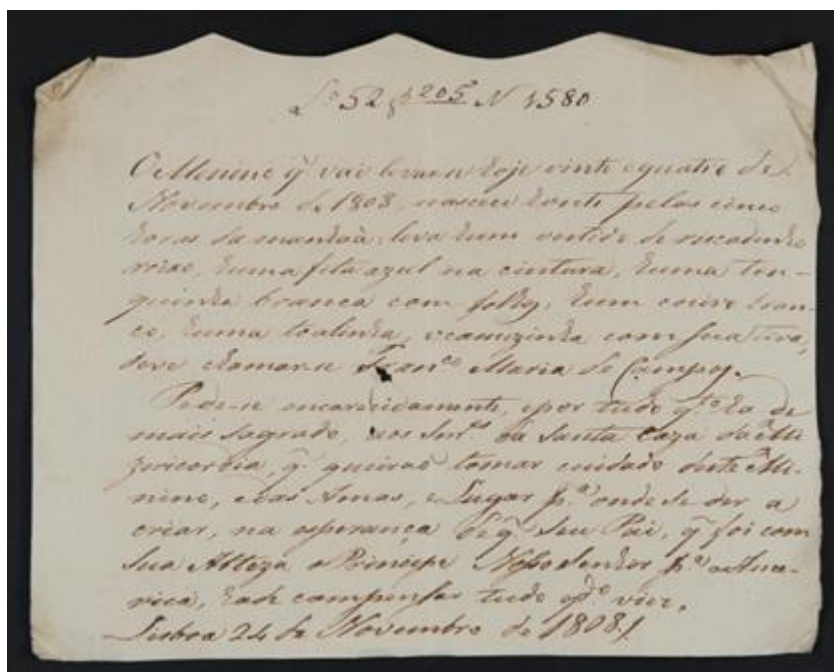
Anexos

Contra a pira a Santa Cruz do Rio Negro e da dos meninos
 gemmeiros por bati no em dia de quapuz Louq se Contao
 18 dia de bril de tor de el 824. nali doze 14 de febre
 do dito Anno naturaliz da fre quaria de lito
 bhos filhos da Maria el Mos quida Maria
 Joaquina a De Seui dos nemes ma fre quaria
 desta li da clode lis Boa pois os di tos pais por
 serem m^{te} pro uorinhos por os nao poder criar he
 a De raa por q se ualim da Santa Cruz da de dula
 nta Caba atheror se elus the meior dos poder hir
 bus Cur i pe de os di tos em fe li res pais q the po
 nhao no seu Baptismo o nome de Ant nio a hum
 idou tro Joa q para la ter como os en dem pro
 curar os di tos me ninos uao laus de m les tia
 uas magri nhos mas he de forme por q tam
 po de illo mun tan si da de hum de lis bai fe
 ri dona Caba samas he de panca das q tam apa
 nha do de outros em mo is tam bem pi que nos
 A nos porque se un dem pro curar he
 esta firma q aqui po nho Caba hade
 par tiro me io a quem sem tre yores
 te linal po dera litem tre que q a
 Poi cho falo a sinas que si a os pa
 he a m eta de da fff fff a firma

Estampa 1, Sinal nº 506 de 1824.

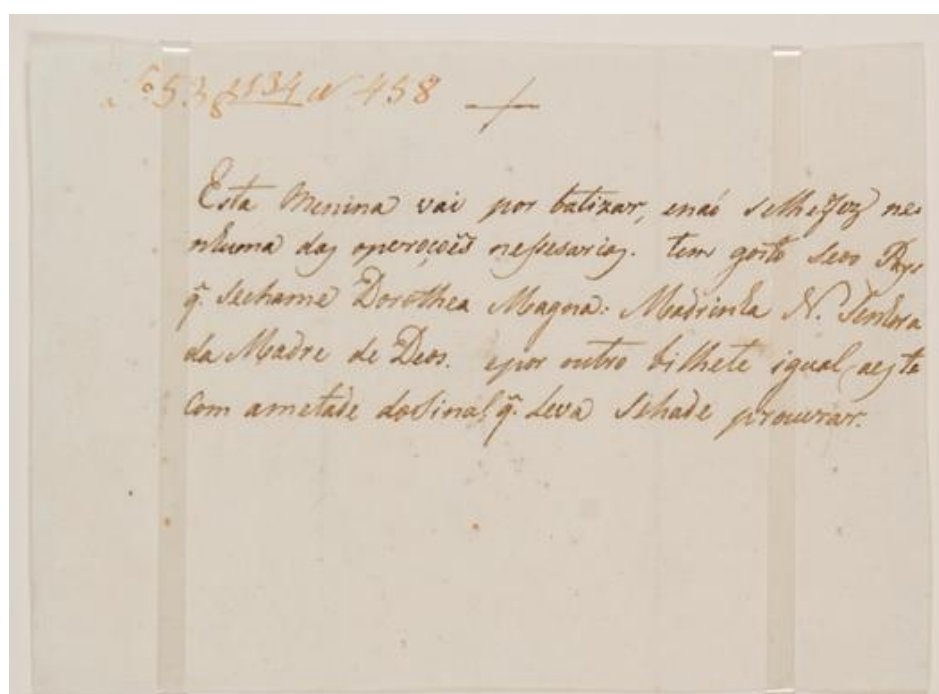


Estampa 2, Sinal n° 780 de 1839 (frente e verso).





Estampa 6, Sinal nº 802 de 1811.



Estampa 7, Sinal nº 458 de 1809.

Nº 57 p 389 p w 596

Este menino nasceu Manoel
de Balthazar Baptista de Luj dos Santos
e de sua Mother Joaquina Maria
nato pela parte do pai de Antº dos Santos
dona e do pai e nato pela parte da
Mae de Jose Antº de Luj dos Santos
nasido no dito lugar a cerca de
Fryº de São Miguel das Colmeias
de lra os Pais deste menino fugir
ao pº esta terra com elle pº amor dos
franceses Agora estão no hospital
de lra e de lra e de lra e de lra
e de lra e de lra e de lra e de lra
do Comº e de lra e de lra e de lra
ro dos Bemº e de lra e de lra e de lra
hoie 13 de março de 1811

Estampa 10, Sinal nº 596 de 1811.

Hei Hei heu Menino Chamado Manoel
 batizado na freguesia de Santo andré de Lisboa
 fidei faser 11 dias a 22 deste mes q' he de Novem-
 bro de 1932 foi batizado ha Hei pra Mes Dede-
 or ha Mai Mande prasaanta Caza por nao poder
 ha Guentár - yper estar. Muito de Cito Sobr he pã-
 to seu pai Nao Secha Com Mico de fudes Mon-
 das Criaç porque handa Nas hebras Melitares Cua
 He pagão de Serias de Palo he huma Camira
 de paninho Com folhos de Caza he fãlida he
 hum beido de Chita Encarnada Velha ha Coir-
 re he hum beido de Curbertos de pipã com
 huma Noca a Zel he beidou he hum beido de
 Caza O Lento que tua he humas fistas pretas
 he Vestido he hum beido de Chita humo Com
 humas pintas encarnadas a Dienta he tem hum
 Nomeado o qua lica (Na Cabeca he huma fãl-
 dinha) Heu torche Persono Selli Nao Mues
 O Fias he fira de 10 Meses 16

Estampa 11, Sinal nº 1619 de 1832.

Vai 1^o 5^{ta} *Cargo* hum me n^o de 1828
 Col. dos Com. Cinq. Veludo de rigua de v^o de
 rante Cosiro de Cacta Branca Gita no Antena
 De Catin Cor de gango de pontinha de v^o
 de Fransa

Estampa 12, Sinal nº 1040 de 1828.

717
 Este menino abençoado na esta baptizada: nasceu nos oito de julho
 de mil e setecentos e noventa e cinco. V^o Pais: Manuel Francisco Cal
 ra e Anna Maria e quando por exatidão consummou a p^obra
 fugiu a Santa para da H^oz^oria e sua baptizada com o nome
 do Claudio Benedicto G^ora. L^ova este signal para p^ocurar
 com a curia: metado a carta de este, igual com a mesma
 da Clarificação. L^ova e de julho de 1^o 717
 Declaro q^o he filho de Agilone Matheus de dos d^o Pais re
 cebidos na Regueria de V^o dai Incarnação

Estampa 13, Sinal nº 717 de 1791.

esta minima he incorberla mais se o pai tem
 terao de tirar pragar de p^oza pois esta minima
 nao vai batizada. saa mai i^orai dezeia q^o se a
 me agostinha pois nasce no 1^o dia q^o foi unido do
 me de 1^o 1820 do ano de mil e setecentos e
 noventa e L^ova he hum camizinha de panhino
 com sua tira bordada hum frada de xita de xita
 coheiro mavelo. hum feta preta de xita de xita
 e hum brancica de sinhora de xita de xita
 nacabizinha pois im uelta

Estampa 14, Sinal nº 1208 de 1820.

Augusto

Vas ser abandonado a alheios cuidados,
deixando coberto de magna os Cora-
ções de teu Pais; mas juro que
filho que regressaras a' Casa Pa-
terna em igual dia de 1861 / Dia
do Coração de Jesus / - 15 Junho 1860

Artigos de vestuário

Cocero de batilha branca - um
Tuto de chita, com sinais
redondo. - - - - - um
Dois leucinhos, brancos de
Cumbraia -

N. 444

[Decorative flourish]

Na Paróquia do dia 27. de Abril de 1791
nasceu na Enfermaria de Barbara hum
menino filho de Párrico e Quitó, que se re-
mete para essa Real Casa da Misericórdia, para
nella se baptizar, e virar com o nome de Pedro
Marter, por assim o pedir sua May. A qui-
tal Real era ad supra

Leonardo Joze Lopez *[Signature]*

Estampa 16, Sinal nº 444 de 1791.

Hoje 24 de Setembro da era long.
 Sete cento 24.
 Entre p^a a Santa casa hum mini
 por talleya por nome Sepora João^o
 pordinad não leva sinal
 L^o 664 3 - N. 1656

Estampa 21, Sinal nº 1656 de 1814.

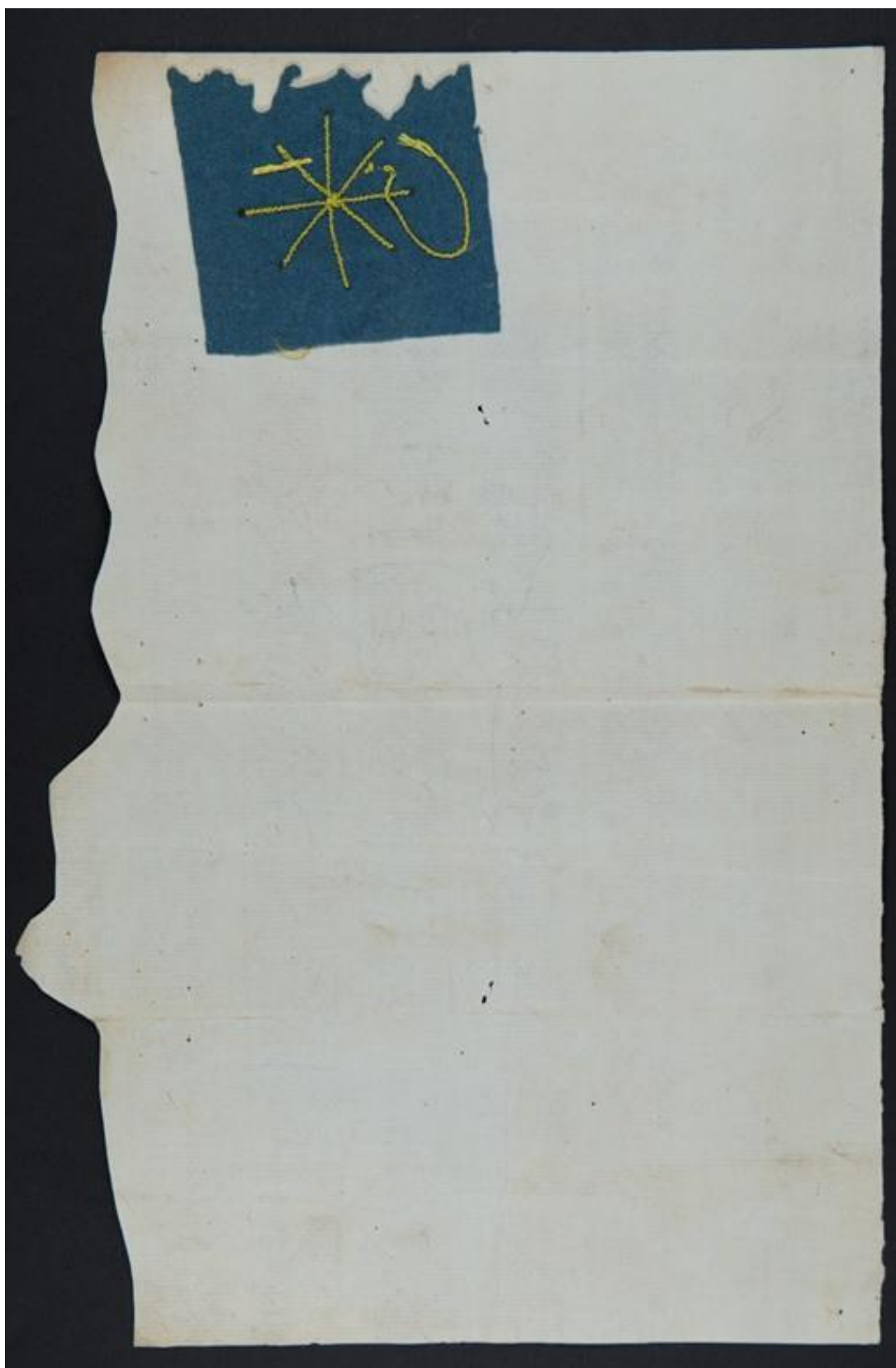
Notia de hoje 22 de May dei ser entra na
 sta casa hum menina f^{ra} vai por Ba
 ptizar, e si elle p^ora onome de Rita, u^o
 menina se uisur, se p^orouta, p^orou
 f^{ra} se me diante cauctella igual nesta
 f^{ra} atodo o tempo se p^orouta W Era
 v^o supra, e se f^{ra} claustra no offen
 to p^o constas aco al entra no fin d^o
 dia, e esta se guardar a p^o lo tijar
 com acut^o
 L. 49 p^o 4 N. 704

Estampa 22, Sinal nº 704 de 1807.

N.º 1177
 Hm. Exm. Sr.
 Era de
 Vai um Menino q. Nasci
 de Luis adernave do M. de ag
 batizou e sedeu p.ª uma Alma de
 q. Exor nele Mizaru estado Ate de
 quebrou Paga a V.ª Ex.ª por Caridade
 de Cisar Mismo dentro das P.ªs Caras
 mais oito M.ªs com toda a Caridade
 mor de D.º todo Esau Mah e fomme
 og. V.ª Ex.ª poderao Ver e No fim de
 po satisfarei Esouito M.ªs pelo
 custumado q. a Santa Caras custuma
 L.ª Eje 12 de Setembro do Anno
 Mil e sete sentos e noventa e tres
 E Pa de Mil e sete sentos e noventa
 e tres
 Leva uma estufa de Proqui e Ver
 de Claro q. Eade dizer Com outra
 ma de pano azul Claro
 Era 1793 e Vai das 8 Long
 danote p.ª as 9 pa Co mai e me
 no

allensio Xamale q. ui lancet...
 Veni a ver este escrito...
 um comento p.ª...
 dar a Santa Caras...
 com todo o honor...
 e de Jorner que brou...

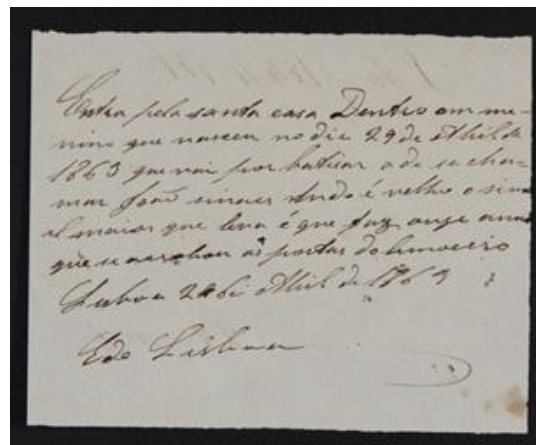
Estampa 25, Sinal nº 1177 de 1793 (frente)



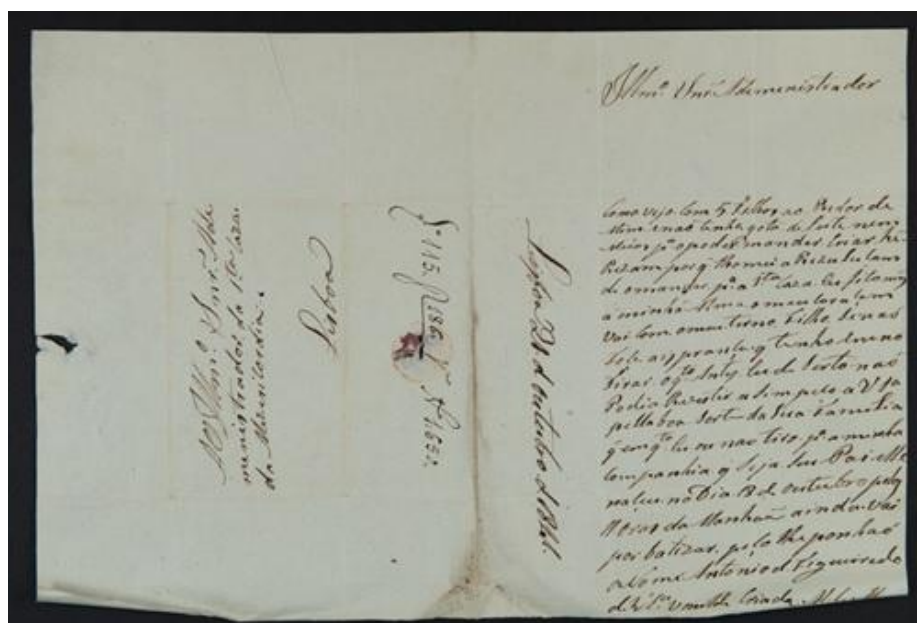
Estampa 25 A, Sinal nº 1177 de 1793 (verso)



Estampa 29, Sinal nº 570 de 1794.



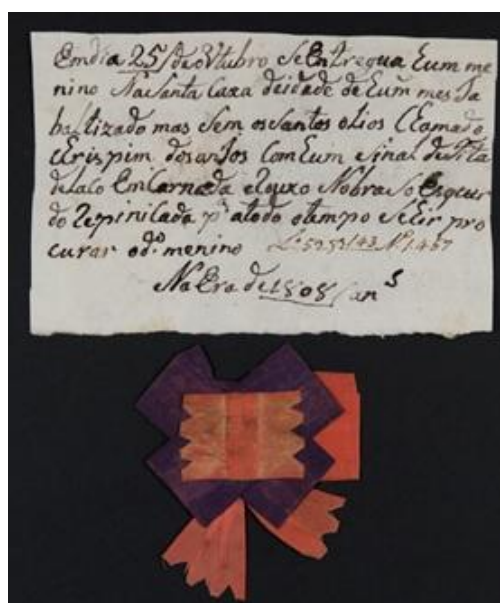
Estampa 30, Sinal nº 981 de 1863.



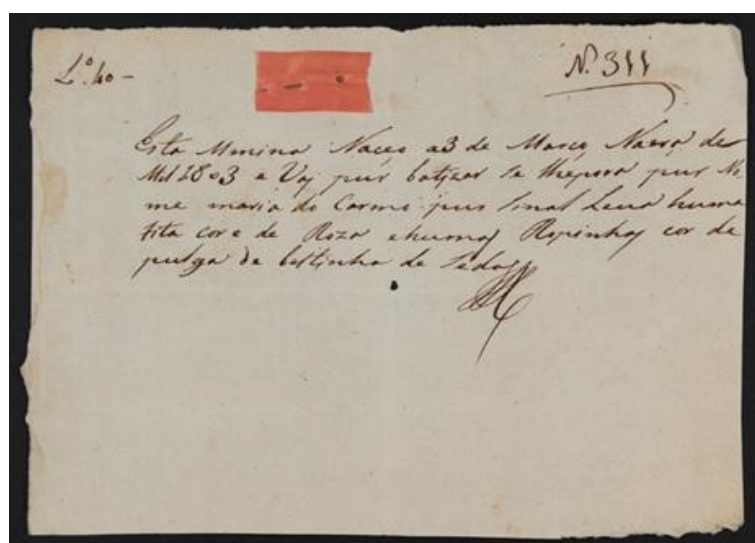
Estampa 31, Sinal nº 1650 de 1841.



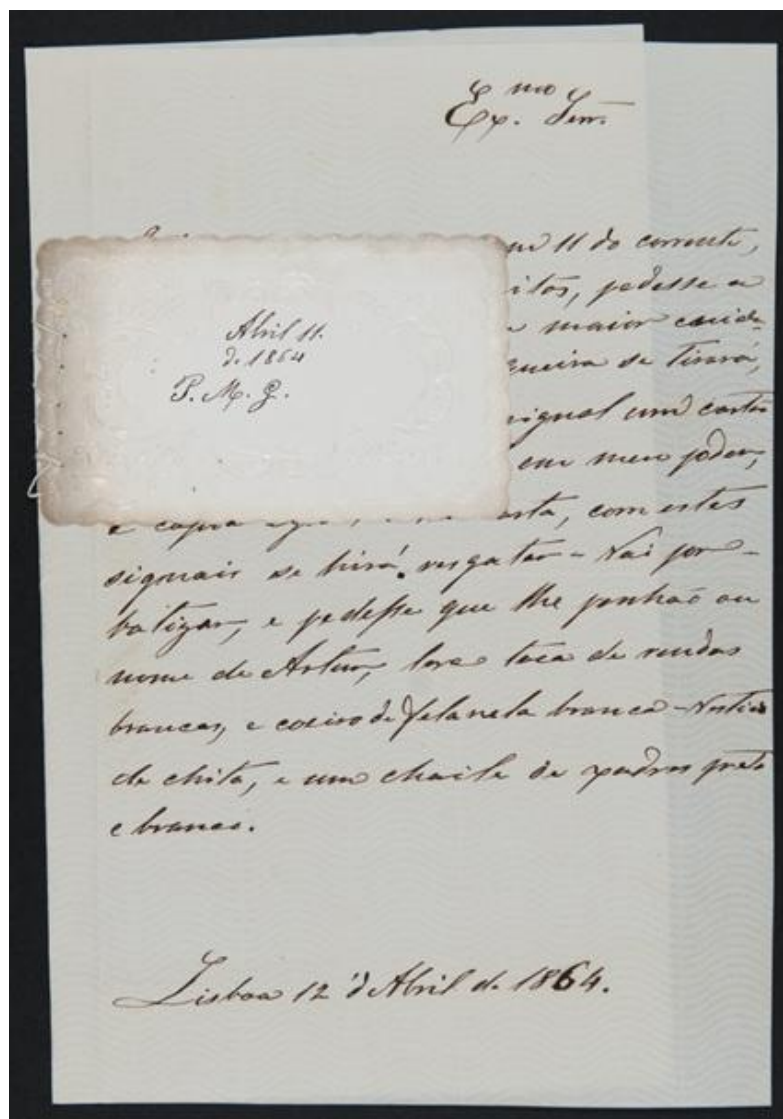
Estampa 32, Sinal nº 694 de 1849.



Estampa 33, Sinal nº 1457 de 1808



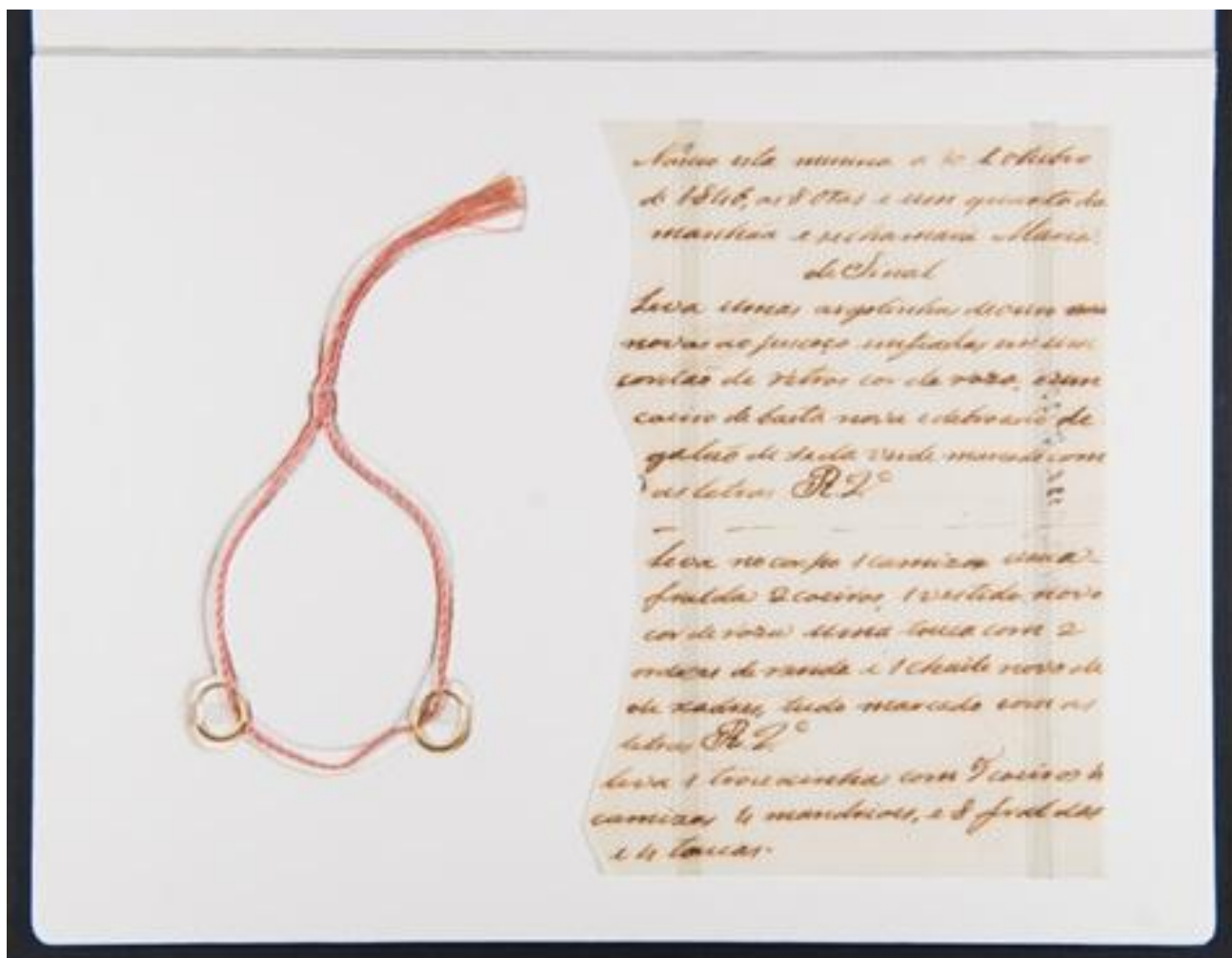
Estampa 34, Sinal nº 311 de 1803.



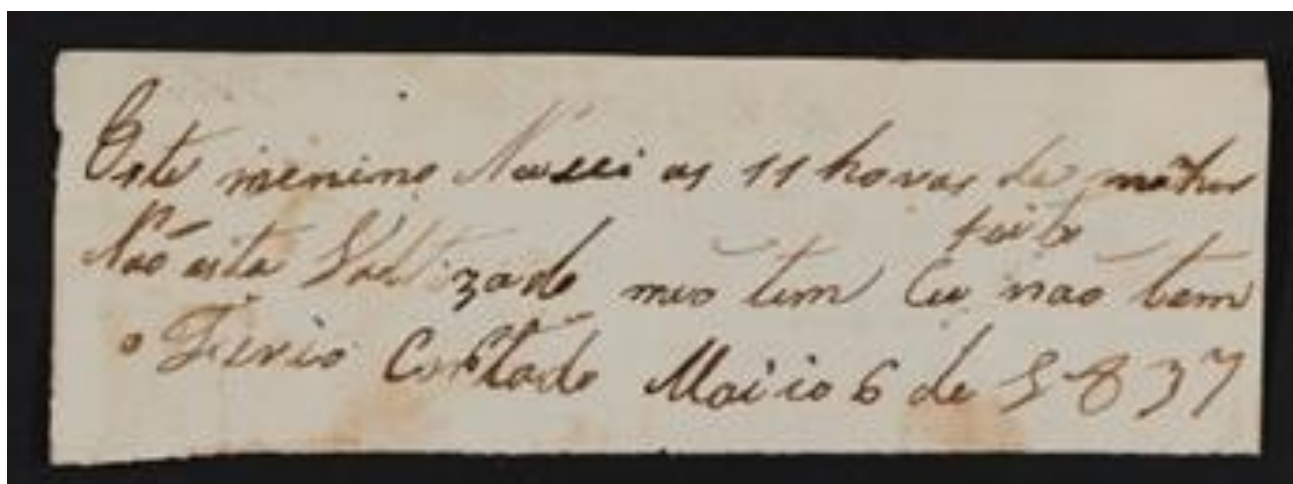
Estampa 35, Sinal nº 837 de 1864.



Estampa 36, Sinal nº 1729 de 1856.

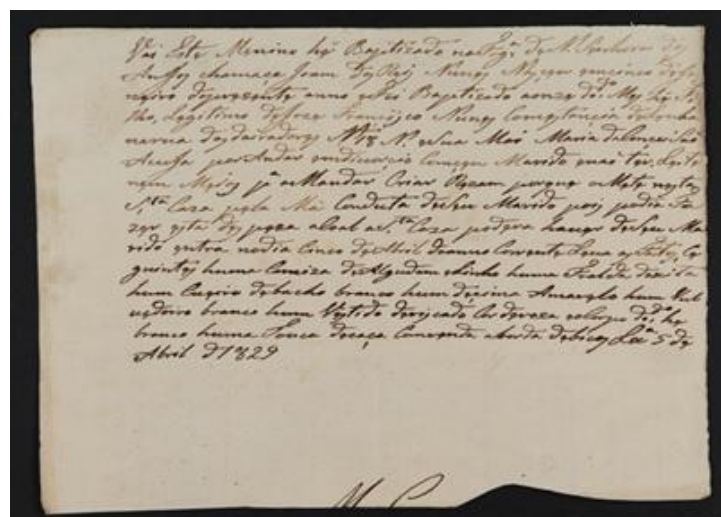


Estampa 37, Sinal nº 1997 de 1846.



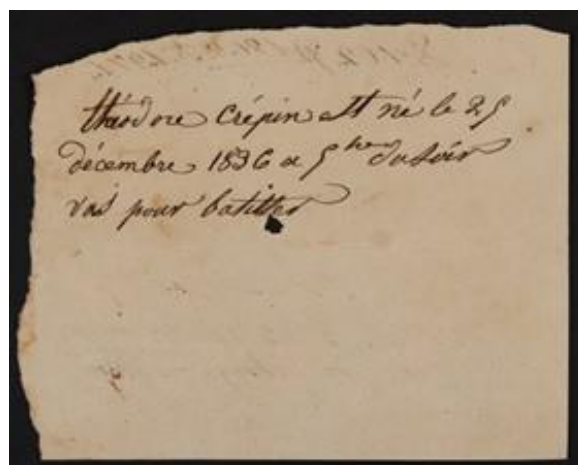
Estampa 38, Sinal nº 741 de 1837.

Hoje 26 do 1^o de 1793 a. voy p^a a Santa Casa
 do Excm^o do Sr. D. de S. S. e S. M. Mem^o Recem
 nado em 23 do 1^o de 1793. p^a o Sr. J. de S. S. e S. M.
 te. Voy p^a o Sr. J. de S. S. e S. M. e S. M. e S. M.
 ta de S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 de S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 da aduana, e p^a que tenas troque. S. S. e S. M.
 como Breve de S. S. e S. M. e S. M. e S. M.
 rella e quando para S. S. e S. M. e S. M. e S. M.
 maduro de S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 mda de S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 sua S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 em S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.
 S. S. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M. e S. M.




Estampa 40, Sinal n° 531 de 1829.

Tendo a que familia esta Minima portuga, aindaque meo deu
 q' me faz vossa habito de arch. pelo Meo
 Tendo a Minha Lu^a toda uma Crianca, e meo vnde sephor
 a esta mamamar, a Petura trouxe esta Minima para os vntos
 allmas a Minha Lu^a, e tem estado q'asse Meo sumaria no
 minha Casa, porun como ja me nao seja receitaria, e as minhas
 circunstancias nao permitem a petula, vai para o seu Petus
 Se q' nao esta a petura, e vai a custumaria a ter pela manha
 e a tarde, uma repulha de Agua Quente com cafe, um o que i
 se differencia fare la aqumir. Tendo q' digo e vinda de
 Depura me q' e Petula de Matiguan, e qua a quelli infante
 Sei, tem ja mandado p' essa Casa, mais, isto por que tem
 Se o Petus em Casa.
 Meu seja com ella
 L^a D. d' Agost 1845



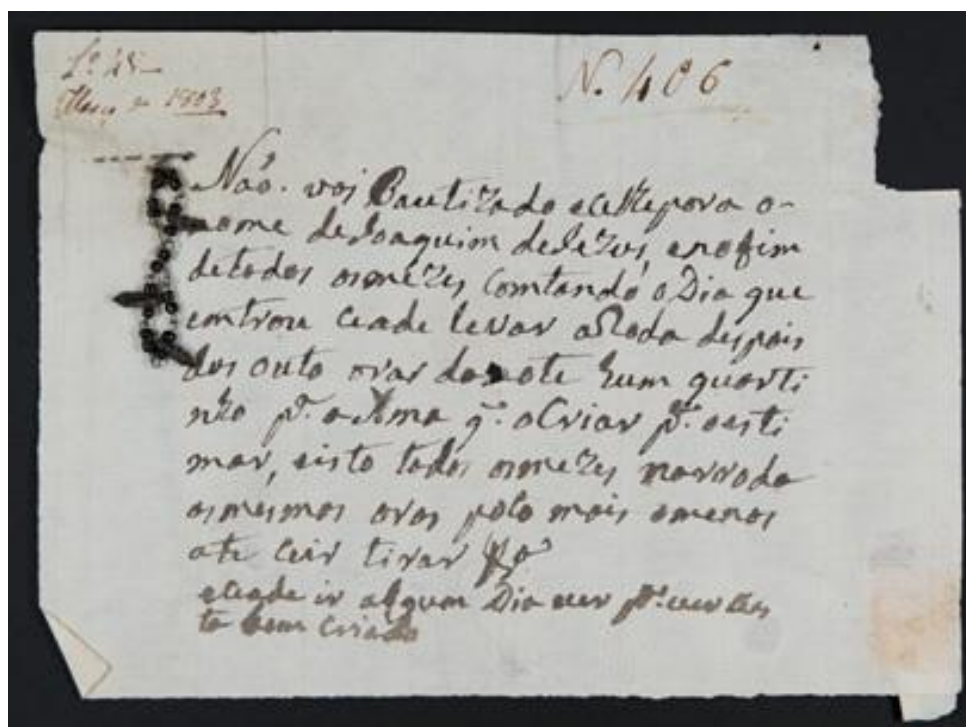
Thaddeu Cipino Att. n.º 2,º
 Dezembro 1836 a 1.º de Janeiro
 Val para batelão

Estampa 42, Sinal nº 1971 de 1836.



e nato questo
 bambino a 23 de
 maggio de 1863 dicesse
 chiamare maria del
 spirito santo

Estampa 43, Sinal nº 1145 de 1863.



2.º 28-
 1883. N.º 406

Não. vai Baudilado e apegava o-
 nome de Joaquim de Jesus, e a fim
 de todos os nomes, contando o dia que
 entrou cada leve a Roda depois
 dos oito oras do note hum quarto
 não p.º o nome q.º o Cris p.º o esti-
 mar, e isto todos os nomes, mas Roda
 os mesmos oras pelo mais, e menor
 até a vir tirar q.º
 e a de in algum dia ou p.º o cristo
 to bom criado

Estampa 44, Sinal nº 406 de 1803.

Fontes

1. Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Actas das Sessões da Mesa, Livros 7, 9
Consultas e representações, Livro 7
Livros de Entrada entre 1657 e 1775 (01.08.1657 a 28.02.1775)
Livros de Entrada e Baptismo entre 1775 e 1992 (01.03.1775 a 21.05.1992)
Livros de Entrada e Baptismo de pretos e pardos entre 1780 e 1834 (16.06.1780 a 22.04.1834)
Sinais de Expostos (1790 a 1926)
Livros de registo de *Expostos dados a Ofícios* (1777-1915)
Livros de *Termos de Criados* (1777-1943)
Livros de registo de *Expostas maiores dadas a servir* (1878-1924)
Livros de *Termos de entrega a pais* (1775-1941)
Documentos de entrega (1814-1933)
Reclamações dos Expostos para os Pais (1860-1906)
Entrega de Expostos de seco aos Pais com gratificação (1872-1874)
Registo de Emancipações (1854-1870)
Livros de *Entrega de termos de emancipação às expostas* (1861-1895)
Livros de *Termos de Vestir* (1787-1905)
Livros de *Matrícula de Fêmeas*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Livros da Intendência Geral da Polícia, números 2 a 6

2. Fontes Iconográficas

Alicate para apertar o fio com o número de identificação das crianças entradas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Figas, cartas de baralho e outros objectos de carácter pagão.

Fitas, fotografias, pulseiras.

Medalhas e outros objectos de carácter religioso.

3. Fontes Impressas

3.1 Por Autores

CARNEIRO, Manuel Borges, *Direito Civil de Portugal*, tomo II “Das Couzas”, Lisboa, Tipografia da Madre de Deus, 1859.

CARVALHO, Francisco, *A mortalidade das crianças e a assistência pública*, Lisboa, Tip. de Cristovão A. Rodrigues, 1894.

CARVALHO, Thomaz de, «Abaixo a Roda dos Expostos», *Gazeta Médica de Lisboa*, nº 7, fasc. 1, 1853, pp. 99-104.

_____, *Oração na distribuição dos prémios às amas de criação de leite*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1891.

CORREIA, Fernando da Silva, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, Ed. Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1999.

COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Os engeitados da Fortuna expostos na Roda do Tempo, obra moral e muito divertida*, Lisboa, Imp. João Nunes Esteves, 1837.

CUNHA, Manuel Caetano da, *Breves considerações sobre a roda dos expostos*, Tese de licenciatura, 1873.

CUNHA GONÇALVES, *Tratado de direito civil em comentário ao código civil português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1930.

DANTAS, Júlio, *O amor em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Lello, 1916, pp. 356-360.

GARCIA, Manuel Emygdio, *A Roda dos Expostos*, Coimbra, Imprensa Literária, 1871.

GOODOLPHIM, Costa, *As Misericórdias*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2ª ed., 1998.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das providências, que a bem da*

criação e da educação dos Expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos da legislação pátria, Lisboa, Impressão Regia, 1820.

_____, Exame crítico e historico obre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto Patria como subsidiária, e das Nações, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1828.

RAMOS, José da Silva, *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, 1931.

RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (Subsídios para a sua história), 1498-1898, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1902.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Emilio*, 2 vols., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

SECCO, Francisco Henriques de Sousa, «Relatório e projecto sobre extinção das Rodas», *Jornal Coninbricense*, Coimbra, nº 144, 1855.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOARES, José Pinheiro de Freitas, *Memoria sobre a preferênciã do leite de vaccas ao leite de cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes casas de expostos*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1812.

VAZ, Assis, *Algumas considerações sobre expostos. Fragmento da obra do Barão Gerando, dela bënëficiency publique*, Porto, 1843.

_____, *Noticia sobre o estado actual da Casa da Roda da Cidade do Porto, seguida de algumas considerações hygienicas applicaveis a este e outros semelhantes estabelecimentos*, Porto, Impr. aos Lavadouros, 1834.

_____, *Noticia sobre o estado actual na casa da Roda da cidade do Porto*, Porto, 1834.

_____, *Os Expostos. Hospício do Porto*, Porto, Typ. da Revista, 1848.

VEIGA, João Crisóstomo da, *Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos*, Coimbra, 1853.

3.2 Por Títulos

- Censo da População em 1 de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Censo da População em 1 de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- Código Administrativo Portuguez*, 3ª ed. Official, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.
- Código Administrativo de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- Código Civil Português*, Coimbra, Imp. da Universidade, 9ª ed., 1927.
- Código Penal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 4ª ed., 1867.
- Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*, Lisboa, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, 1674.
- Consulta da Junta Geral do Districto de Lisboa, Anno de 1866*.
- Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- Índice da Legislação Portuguesa, publicada de 1 de Janeiro de 1830 a 31 de Dezembro de 1897*, Lisboa, Typographia da Biblioteca Popular da Legislação, 1899.
- Mappas Estatísticos dos Baptismos, Casamentos e Óbitos que houve no Reino e Ilhas Adjacentes no ano de 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.
- Movimento da População. Estatística Especial. Primeiro Ano 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Movimento da População. Estatística Especial. Primeiro Ano 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Movimento da População. Estatística Especial. Segundo Ano 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Movimento da População. Estatística Especial. Terceiro Ano 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- «Regulamento de 31 de Janeiro de 1867», *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Regulamento Districtal sobre a Administração dos Expostos*, Lisboa, Typographia Universal, 1879.
- Regulamento Districtal para o serviço da Administração dos Expostos*, Lisboa, Typographia Universal, 1880.
- «Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados», *Legislação Portugueza, anno de 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Lisboa, apresentada na sessão Ordinária de Novembro de 1887*.
- Relatório do Governador Civil do Districto de Lisboa*, 1862.
- Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.

Bibliografia

0. História e Demografia

ARMENGAUD, André «La población europea, 1700-1914», *Historia económica de Europa (3). La Revolución industrial*, ed. de Carlo M. Cipolla, Editorial Ariel, Barcelona, 2ª ed., 1983, pp. 22-79.

BEBIANO, Rui, «Sobre a História como poética», *As oficinas da História*, coord. de José d'Encarnação, Lisboa, ed. Colibri, 2002, pp. 47-70.

BONIFÁCIO, Mª de Fátima, «A narrativa na “época pós-histórica”», *Análise Social*, vol. XXIV, 1999, pp. 11-28.

CASCÃO, Rui, «Demografia e sociedade», MATTOSO, José (dir. de), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Ed. do Círculo de Leitores, 1993, pp. 425-439.

DAUMARD, Adeline, «Paris et les archives de l'Enregistrement», *Annales. E.S.C.*, nº 2, vol. 13, 1958, pp. 289-303.

DUPÂQUIER, J., «Histoire et démographie», *Population*, nº H-S, vol. 32, 1977, pp. 299-321.

GODINHO, Anabela, «A freguesia da Sé de Lisboa: demografia e sociedade (1563-1755)», *CEM, nº 3/Cultura, Espaço&Memória*, pp. 227-249.

_____, *Lisboa pré-pombalina: a freguesia da Sé. Demografia e Sociedade (1563-1755)*, Tese de Doutoramento em História Económica e Social no Período Moderno, ISCTE-IUL, 2007, pp. 203-214.

GOUBERT, Pierre, «Em Beauvaisis: problèmes démographiques du XVIIe siècle», *Annales. E.S.C.*, nº 4, vol. 7, 1952, pp. 453-468.

_____, «História social e demografia», GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.), *A História social. Problemas, fontes e métodos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1973, pp. 261-270.

HENRY, Louis, «Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux», *Population*, nº 2, vol. 8, 1953, pp. 281-290.

_____, *Técnicas de análise em demografia histórica*, Lisboa, Gradiva, 1ª ed., 1988.

- HESPANHA, António Manuel, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), pp. 951-973.
- HOLLINGSWORTH, T. H., *Demografía histórica. Como utilizar las fuentes de la historia para construirla*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LLEDÓ, Emilio, *El silencio de la escritura*, Madrid, Espasa Libros, 3ª ed., 2011.
- MONTEIRO, Nuno, «A viragem do século (1777-1807)», *História de Portugal*, RAMOS, Rui (coord. de); MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, pp. 409-435.
- MORAES, Roque, «Análise de Conteúdo», *Revista Educação*, vol 22, nº 37, pp. 7-32, 1999.
- _____, «Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva», *Ciência e Educação*, vol. 9, nº 2, pp. 191-211, 2003.
- NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 1988.
- OLABUENAGA, José I. Ruiz; ISPIZUA, María Antonia, *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal*, 3 vol.s, Lisboa, Pallas editora, 1970.
- PEDREIRA, Jorge, «O processo económico», *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, PINTO, António da Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, dir. de, Lisboa, Fundação Mapfre e Editora Objectiva, vol. 1, pp. 123-162.
- _____, «O processo económico», *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, PINTO, António da Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, dir. de, Lisboa, Fundação Mapfre e Editora Objectiva, vol. 2, pp. 111-157.
- _____, «População e Sociedade», *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, PINTO, António da Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, dir. de, Lisboa, Fundação Mapfre e Editora Objectiva, vol. 2, pp. 186-187.
- PEREIRA, Miriam Halpern, «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX», *Análise Social*, vol. VII, nº 25-26, 1969, pp. 85-117.

- PEREIRA, Nuno Teotónio, «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930; a promoção privada do alojamento operário», *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), pp. 509-524.
- PINHEIRO, Magda, *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 3ª ed., 2014.
- PINTO, Maria Luis Rocha; RODRIGUES, Teresa, «A evolução da população ao longo do século XIX – uma perspectiva global», *Forum Sociológico*, nº 3, IEDS, Lisboa, 1993, pp. 145-172.
- RAMOS, Rui, «Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)», *História de Portugal*, RAMOS, Rui (coord. de); MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, pp. 439-446.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord. de), *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, CEPESE e Edições Afrontamento, Porto, 2008.
- _____, «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos.», *Ler História*, nº 26, 1994, pp. 45-75.
- SERRÃO, Joel, *Fontes da demografia portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- _____, DIAS, José Pedro Silva; MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno, «População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII», *Análise Social*, vol. XII, nº 47, 1976, pp. 748-762.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-194)», *Análise Social*, vol. XXXII, nº 143-144, 1997, pp. 779- 814.
- VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 441-457.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, *A população portuguesa no século XIX*, CEPESE e Edições Afrontamento, Porto, 2004.

1. História da Família e da Criança (Carácter Geral)

- ABREU, Laurinda, «Dénommer les enfants abandonnés: la Misericórdia d'Évora», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 345-360.
- ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da família ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercó, 1984.
- ARIÈS, Philippe, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1988.
- _____, *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*, Paris, Seuil, 1971.
- ARMENGAUD, A., «L'attitude de la société à l'égard de l'enfant au XIXe siècle», *Annales de Démographie Historique*, 1973, pp. 303-312.
- ARRU, Angiolina, «The distinguishing features of domestic service in Italy», *Journal of Family History*, vol. 15, n° 4, 1990, pp. 547-566.
- BADINTER, Elisabeth, *O amor incerto. História do amor maternal do séc. XVII ao séc. XX*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1ª ed., s/d.
- BALDASSARI, Vanina Irimitz, «La dénomination des enfants trouvés à Paris sous la Révolution et l'Empire», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 77-88.
- BARDET, Jean-Pierre; ROBIN-ROMERO, Isabelle, «La dénomination des enfants trouvés anonymes de Paris avant la Révolution: distinguer, insérer, respecter la personne», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 59-76.
- BAULANT, Micheline, «La famille em miettes: sur un aspect de la démographie du XVIIIe siècle», *Annales. E.S.C.*, n° 4-5, vol. 27, 1972, pp. 959-968.
- BEAUVALET, Scarlett; TRÉVISI, Marion, «Les prénoms des enfants abandonnés à Amiens pendant la Révolution», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 117-132.
- BLOCH, Marc, «Noms de personne et histoire sociale», *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, n° 4, 1932, pp. 67-69.
- BOZON, Michel, «Histoire et sociologie d'un bien symbolique, le prénom», *Population*, n° 1, 1987, pp. 83-98.

- BRUNET, Guy, «Un reflet des mentalités: La denomination des enfants recueillis par La Charité de Bourg-en-Bresse au début du XIXe siècle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 155-164.
- BURGUIÈRE, André, «Un nom pour soi», *L'Homme*, n° 4, vol. 20, 1980, pp. 25-42.
- _____, «Prénoms et parenté», DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (org. de), *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, EHESS, Paris, 1984, pp. 29-35.
- CASEY, James, *História da Família*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- CASEY, James, et al., *La familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX)*, Barcelona, Editorial Crítica, 1987.
- CHAMOUX, Antoinette, «Innovation et comportement parental en milieu urbain (XVe-XIXe siècles)», *Annales. E.S.C.*, n° 5, vol. 40, 1985, pp. 1023-1039.
- COLLOMP, Alain, «Le nom gardé», *L'Homme*, n° 4, vol. 20, 1980, pp. 43-61.
- CORSINI, Carlo A., «Sunt nomina consequentia rerum?», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 273-284.
- _____, «Prénom et classe sociale. Les enfants trouvés à Sienne, 1766-1768», DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (org. de), *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, EHESS, Paris, 1984, pp. 177-187.
- COSTA, Manuela Pinto da, «Glossário de termos têxteis e afins», *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Porto, I Série, vol. III, 2004, pp. 137-161.
- CUNNINGTON, Phillis; BUCK, Anne, *Children's Costume in England*, Londres, Adam & Charles Black, 1^a ed., 1965.
- DASEN, Véronique; LETT, Didier; MOREL, Marie-France; ROLLET, Catherine, «Dix ans de travaux sur l'enfance», *Annales de Démographie Historique*, n° 102, 2001/2, pp. 5-6.
- _____, «Dix ans de travaux sur l'enfance: Bibliographie récente sur l'Histoire de l'enfance», *Annales de Démographie Historique*, n° 102, 2001/2, pp. 47-100.
- DI BELLO, Giulia, «Les identités inventées. Noms et prénoms des enfants abandonnés à Florence au XIXe siècle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 285-294.
- ESCURIOL, Christophe, «La dénomination des enfants trouvés en Corrèze aux

- XVIIIe et XIXe siècles, entre improvisation, discrimination et respect de la règle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 165-178.
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; WALL, Richard, «Domestic servants in comparative perspective», *History of the Family*, n° 10, 2005, pp. 345-354.
- FEIJÓ, Rui, «Um exercício sobre nomes», *Boletín dela Asociación de Demografía Histórica*, n° 5, 1987, pp. 50-63.
- FLANDRIN, Jean-Louis, «Enfance et société», *Annales. E.S.C.*, n° 2, vol. 19, 1964, pp. 322-329.
- _____, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- _____, *Le sexe et l'Occident. Évolution des attitudes et des comportements*, Paris, Seuil, 1981.
- _____, *Un temps pour embrasser*, Paris, Seuil, 1983.
- _____, «Histoire de la famille et histoire des mentalités», *Historical papers/Communications historiques*, vol. 18, n° 1, 1983, pp. 136-149.
- GENOUILAC, Sophie du Verdier de, «Donner une identitéaux enfants abandonnés. L'exemple de Rouen entre 1750 et 1862», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 237-248.
- HEY, David, *The Oxford guide to family history*, Oxford, Oxford University Press, 1^a ed., 1993.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane, «Constitution et variations temporelles des stocks de prénoms», DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (org. de), *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, EHESS, Paris, 1984, pp. 37-47.
- JOIN-DIÉTERLE, Catherine, «La layette», in *La mode et l'enfant, 1780-2000*, Paris, Musée Galliera, 2001.
- LASLETT, Peter, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- LEANDRO, Maria Engrácia, «Transformações da família na história do Ocidente», *Theologica*, 2^a série, 41, 1, 2006, pp. 51-74.

- LEBRUN, François, «La place de l'enfant dans la société française depuis le XVI^e siècle», *Communications*, n° 44, vol. 44, pp. 247-257.
- LEMEUNIER, Guy, «Nommer les expósitos à Lorca (province de Murcie, Espagne) aux XVIII^e et XIX^e siècles», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 309-320.
- LUC, Jean-Noël, «Une étape importante dans la valorisation de l'enfance: la découverte du jeune enfant aux XV^e et XX^e siècles», *Enfance*, n° 1-2, vol. 43, 1990, pp. 69-73.
- _____, «A trois ans, l'enfance devient intéressant... La découverte médicale de la seconde enfance (1750-1900)», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXXVI, 1989, pp. 83-112.
- MOLIN, Giovanna da, «Family forms and domestic service in southern Italy from the seventeenth to the nineteenth centuries», *Journal of Family History*, vol. 15, n° 4, 1990, pp.503-527.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica», *Etnográfica*, vol. 12, n° 1, 2008, pp. 45-58.
- MOREAU, Évelyne, «La dénomination des enfants abandonnés à Bordeaux (1800-1850)», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 133-153.
- MOREL, Marie-France, «Dix ans de travaux sur l'enfance: Époque Moderne», *Annales de Démographie Historique*, n° 102, 2001/2, pp. 26-32.
- _____, «Images et représentations figurées du petit enfant : pour une problématique de l'histoire de l'enfance (XV^e-XIX^e siècle)», *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, n° 1, vol. 109, 1997, pp. 465-483.
- _____, «Histoire de la naissance en France (XVII^e-XX^e siècle)», *adsp*, n° 61-62, Dezembro de 2007 – Março de 2008, pp. 22-28.
- _____, L'amour maternel: Aspects historiques», *Spirale*, 2001/2, n° 18, pp. 29-55.
- MOUTON, Claire, «Les enfants trouvés de Nancy de 1774 à 1852: le problème de la dénomination», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 203-220.
- NOUET, Sophie, *Venir au monde dans la France d'autrefois, de la Renaissance à 1914*, Université de Nantes, UFR de Medecine, Ecole de Sages-Femmes, 2008.

- PARKER, David, «Les personnages d'enfants dans l'oeuvre de Dickens», *Enfance*, Tomo 43, n° 1-2, 1990, pp. 83-92.
- PELAYO, Javier Antón, «Comportamientos familiares y actitudes culturales durante la Época Moderna», *Studia Historica, Historia moderna*, n° 18, 1998, pp. 67-101.
- PINA-CABRAL, João de, «Recorrências antroponímicas lusófonas», *Etnográfica*, vol. 12, n° 1, 2008, pp. 237-262.
- _____, «Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate», *Etnográfica*, vol. 12, n° 1, 2008, pp. 5-16.
- RAOUL-CORMEIL, Gilles, «Le nom de l'enfant mineur», *CRDF*, n° 5, 2006, pp. 45-58.
- REIS, Maria de Fátima, «Les enfants abandonnés au “tour” de Lisbonne et leur reprise par les familles: Témoignages et reconstitution d'identité (XVIIIe-XIXe siècles)», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 335-344.
- ROLLET, Catherine, «Dix ans de travaux sur l'enfance: Période Contemporaine», *Annales de Démographie Historique*, n° 102, 2001/2, pp. 32-46.
- _____, *Les enfants au XIXe siècle*, Paris, Hachette Littératures, 2001.
- ROLLET-VEY, Catherine, «Enfances en difficulté», *Le Mouvement Social*, n° 209, 2004, pp. 3-7.
- ROWLAND, Robert, «Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação», *Etnográfica*, vol. 12, n° 1, 2008, pp. 17-43.
- SANCIAUD-AZANZA, Anne, «L'évolution du costume enfantin du XVIIIe siècle: un enjeu politique et social», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. 46-4, 1999, pp. 770-783.
- SANGOÏ, Jean-Claude, «La transmission d'un bien symbolique: le prénom», *Famille et parenté*, n° 4, 1985, pp. 70-76.
- SARACENO, Chiara, *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- SARASÚA, Carmen, «Understanding intra-family inequalities: The Montes de Pás, Spain, 1700-1900», *The History of the Family. An International Quarterly*, vol. 3, n° 2, 1998, pp. 173-197.

- SARTI, Raffaella, «All masters discourage the marrying of their male servants, and admit not by any means the marriage of the female: domestic service and celibacy in the western Europe from the sixteenth to the nineteenth century», *European History Quarterly*, vol. 38 (3), 2008, pp. 417-449.
- _____, «Criados, servi, domestiques, gesinde, servants: for a comparative history of domestic service in Europe (16th-19th centuries)», *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 16, 2007, pp. 9-39.
- SHORTER, Edward, «Différences de classe et sentiment depuis 1750. L'exemple de la France», *Annales. E.S.C.*, nº 4, vol. 29, 1974, pp. 1034-1057.
- _____, *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil, 1987.
- SIMON-MUSCHEID, Katharina, «Indispensable et caché. Le travail quotidien des enfants au bas Moyen Âge et à la Renaissance», *Médiévales*, nº 30, 1996, pp. 97-107.
- TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W.; COHEN, Miriam, *Women's work and european fertility patterns*, Center for research on social Organization, University of Michigan, 1974.
- VALVERDE LAMSFUS, Lola, «Discours, réglementation et pratiques relatifs à la dénomination des enfants trouvés en Espagne et à Cuba XVIIIe-Xxe siècles», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 377-386.
- VAQUINHAS, Irene, «A família, essa pátria em miniatura», MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p p. 118-151.
- _____, «Paixões funestas e prazeres proibidos», MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 323-350.
- _____; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto, MATTOSO, José (dir. de), «Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa», *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 194-221.
- ZONABEND, Françoise, «Prénom et identité», DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (org. de), *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, EHESS, Paris, 1984, pp. 23-27.

1.1. Ilegitimidade, Casamento e Contracepção

ADLER, Laure, *Segredos de alcova (histórias do casal), 1850-1930*, Lisboa, Terramar, 1990.

AIYAGARI, S. Rao; GREENWOOD, Jeremy; GUNER, Nezh, «Looking back: marriage, divorce and out-of-wedlock births», University of Rochester, Working paper nº 516, 2005.

ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P., *Historia de las mujeres: una historia propia*, vol. 2, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, pp. 279-283.

ARIÈS, Philippe, «Sur les origines de la contraception em France», *Population*, nº 3, vol. 8, 1953, pp. 465-472.

BALLESTEROS DÍEZ, José Antonio, «Natalidad, nupcialidad y fecundidad en Mérida durante el siglo XVI», *Espacio, tiempo y forma*, Serie IV, Historia Moderna, nº 15, 2002, pp. 11-34.

BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jacques, «Contraception: les français les premiers, mais pourquoi?», *Communications*, nº 44, vol. 44, 1986, pp. 3-33.

BLAYO, Yves, «La proportion de naissances illégitimes en France de 1740 à 1829», *Population*, nº 1, vol. 30, 1975, pp. 65-70.

CARVALHO, Joaquim Ramos de, «As sexualidades», MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Ed. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 96-129.

_____, «Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna», MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Ed. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 32-57.

CHASTELAND, Jean-Claude; PRESSAT, Roland, «La nuptialité des générations françaises depuis un siècle», *Population*, nº 2, vol. 17, 1962, pp. 215-240.

CORBIN, Alain, «Les prostituées du XIXe siècle et le vaste effort du néant», *Communications*, nº 44, vol. 44, 1986, pp. 259-275.

DEPAUW, Jacques, «L'amour illégitime et société à Nantes au XVIIIe siècle», *Annales. E.S.C.*, nº 4-5, vol. 27, 1972, pp. 1155-1182.

- DESAN, Suzanne, «Qu'est-ce qui fait un père? Illégitimité et paternité de l'an II au Code Civil», *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, n° 4, vol. 57, 2002, pp. 935-964.
- DUBERT, Isidro, «Los comportamientos sexuales premaritales en la sociedad gallega del Antiguo Régimen», *Studia Historica, Historia Moderna*, vol. IX, 1991, pp.117-142.
- DUPÂQUIER, Jacques, «Combien d'avortements en France avant 1914?», *Communications*, n° 44, vol. 44, 1986, pp. 3-33.
- FINE, Agnès, «Savoirs sur le corps et procédés abortifs au XIXe siècle», *Communications*, n° 44, vol. 44, 1986, pp. 107-136.
- FLANDRIN, Jean-Louis, «Contraception, mariage et relations amoureuses dans l'Occident chrétien», *Annales. E.S.C.*, n° 6, vol. 24, 1969, pp. 1370-1390.
- FOUCAULT, Michel, *et al.*, *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, 1983.
- I.N.E.D., «La limitation des naissances en France», *Population*, n° 1, vol. 11, 1956, pp. 209-234.
- LAGET, Mireille, «La naissance aux siècles classiques», *Annales. E.S.C.*, n° 5, vol. 32, 1977, pp. 958-992.
- LARA RÓDENAS, Manuel José de, «Ilegitimidad y familia durante el Antiguo Régimen: actitudes sociales y domésticas», RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Ángel, PENÁFIEL RAMÓN, Antonio (ed.), *Historia de la Familia, una nueva perspectiva sobre la sociedad europea. Familia y Mentalidades*, Universidad de Murcia, 1997, pp.113-129.
- LASLETT, Peter, *Family life and illicit love in earlier generations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- _____, *et al.*, *Bastardy and its comparative History*, Londres, Edward Arnold Publishers, 1980.
- LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, s/d.
- LEVENE, Alys; NUTT, Thomas; WILLIAMS, Samantha (eds), *Illegitimacy in Britain, 1700-1920*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005, pp. 1-17.

- LEVENE, Alys, «The mortality penalty of illegitimate children: foundlings and poor children in eighteenth-century England», LEVENE, Alys; NUTT, Thomas; WILLIAMS, Samantha (eds), *Illegitimacy in Britain, 1700-1920*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005, pp. 34-49.
- LE BRAS, Hervé, «Coût interrompu, contrainte morale et héritage préférentiel», *Communications*, n° 44, vol. 44, 1986, pp. 47-70.
- LE MÉE, René, «Une affaire de “faiseuses d’anges” à la fin du XIXe siècle», *Communications*, n° 44, vol. 44, 1986, pp. 137-174.
- LOTTIN, Alain, «Naissances illégitimes et filles-mères a Lille au XVIIIe siècle», *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XVII, 1970, pp. 278-322.
- MACFARLANE, Alan, *História do casamento e do amor*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira, «Mães solteiras – uma aborgagem geral», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, n° XVI, vol. I, pp. 79-95.
- MARINHO, Maria de Fátima, «A atracção do abismo. Relexões sobre o incesto em dois romances de Camilo Castelo Branco», *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, Porto, XI, 1994, pp. 215-227.
- MEUVRET, Jean, «Les crises de subsistances et la démographie de la France d’Ancien Régime», *Population*, n° 4, vol. 1, 1946, pp. 643-650.
- ORMIÈRES, Jean-Louis, «Natalité, fécondité et illégitimité em Anjou au XIXe siècle», *Histoire, économie et société*, n° 2, vol. 19, 2000, pp. 235-252.
- PEREIRA, Ana Luiza de Castro, «O sangue, a palavra e a lei: ilegitimidade e transmissão da herança no Mundo Atlântico português no século XVIII», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios*, 2008, [on line], Posto on line em 28 de Abril de 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/30893>.
- PERRENOUD, Alfred, «Malthusianisme et protestantisme: um modèle démographique wébérien», *Annales. E.S.C.*, n° 4, vol. 29, 1974, pp. 975-988.
- PRAZ, Anne-Françoise, «Politique conservatrice et retard catholique dans la baisse de la fécondité: l’exemple du canton de Fribourg en Suisse (1860-1930)», *Annales de Démographie Historique*, n° 2, 2003, pp. 33-55.
- SAUVY, Alfred, et al., *Historia del control de nacimientos*, Barcelona, Ediciones Península, 1ª ed., 1972.

SERRÃO, Joel, «Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista», *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio*. Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, vol. 2, 1986, pp. 325-352.

SEVEGRAND, Martine, «Limiter les naissances. Le cas de conscience des catholiques français (1880-1939)», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n° 30, 1991, pp. 40-54.

SHORTER, Edward, «L'âge des premières règles em France, 1750-1850», *Annales. E. S. C.*, n° 3, vol. 36, 1981, pp. 495-511.

TUGAULT, Yves, «Les nouveaux enfants naturels et leurs parents», *Population*, n° 1, vol. 39, 1984, pp. 178-182.

VAN DE WALLE, Etienne, «La fecondité française au XIXe siècle», *Communications*, n° 44, 1986, pp. 35-45.

1.2. Mortalidade Infantil

ARIÈS, Philippe, «Attitudes devant la vie et devant la mort du XVIIe au XIXe siècle», *Population*, n° 3, vol. 4, 1949, pp. 463-470.

_____, « Les grands étapes et le sens de l'évolution de nos attitudes devant la mort», *Archives des sciences sociales des religions*, n° 39, 1975, pp. 7-15.

BASTOS, José Gabriel Pereira, *A mulher, o leite e a cobra*, Lisboa, Edições Rolim, 1988.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett, «la mise en place des hôpitaux pour enfants maladies à Paris (fin XVIIIe-début XIXe siècle)», *Histoire, économie et société*, n° 4, 2003, pp. 487-498.

BLAYO, Yves, «La mortalité en France de 740 à 1860», *Population, Hors Série*, vol. 30, 1975, pp. 123-142.

CORBIN, Alain, *Archaisme et Modernité en Limousin au XIXe siècle, 1845-1880*, Paris, Éditions Marcel Rivière et Cie, 1975.

FIELDDES, Valerie; MARKS, Lara; MARLAND, Hilary (ed.), *Women and children first. International maternal and infant welfare 1870-1945*, London and New York, Routledge, 1^a ed., 1992.

GÉLIS, Jacques, «Sages-femmes et accoucheurs: l'obstétrique populaire aux XVIIe et XVIIIe siècles», *Annales. E.S.C.*, n° 5, vol. 32, 1977, pp. 927-957.

- GIRARD, Pierre, «Aperçus de la démographie de Sotteville-lès- Rouen vers la fin du XVIII^e siècle», *Population*, n° 3, vol. 14, 1959, pp. 485-508.
- HECHT, Jacqueline, «Le siècle des Lumières et la conservation des petits enfants», *Population*, n° 6, vol. 47, 1992, pp. 1589-1620.
- _____, «La mortalité des enfans dans la classe des pauvres et plus forte que dans la classe des riches. L'analyse de l'étiologie socio-économique de la mortalité infantile au XVIII^e siècle», *Démographie et différences. Colloque international de Montréal (7-10 Juin 1988)*, Paris, PUF, 1992, pp. 579-591.
- HOUDAILLE, Jacques, «La mortalité des enfants dans la France rurale de 1690 à 1779», *Population*, n° 1, 1984, pp. 77-106.
- LALOU, Richard, «L'infanticide devant les tribunaux français (1825-1910)», *Communications*, n° 44, 1986, pp. 175-200.
- LIVI-BACCI, Máximo, *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel, 1^a ed., 1988.
- MEUVRET, Jean, «Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime», *Population*, n° 4, vol. 1, 1946, pp. 643-650.
- MOREL, Marie-France, «Images du petit enfant mort dans l'Histoire», *Études sur la mort. Thanatologie*, n° 119, 2001/1, pp. 17-38.
- _____, «Ville et campagne dans le discours médical sur la petite enfance au XVIII^e siècle», *Annales. E.S.C.*, n° 5, vol. 32, 1977, pp. 1007-1024.
- NADAL, Jordi, *La población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1^a ed. corregida y aumentada, 1984.
- NADOT, Robert, «Évolution de la mortalité infantile endogène en France dans la deuxième moitié du XIX^e siècle», *Population*, n° 1, vol. 25, 1970, pp. 49-58.
- RODRIGUES, Teresa, «As crises de mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) – uma análise global», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII-2, 1995, pp. 45-74.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, *et al.*, *História da população portuguesa*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008.
- ROLLET, Catherine, «Allaitement, mise en nourrice et mortalité infantile en France à la

fin du XIXe siècle», *Population*, n° 6, vol. 33, 1978, pp. 1189-1203.

_____, «La santé du premier âge sous le regard de l'État», *Cahiers québécois de démographie*, vol. 23, n° 2, 1994, pp. 257-295.

VAN DE WALLE, Etienne; H. PRESTON, Samuel, «Mortalité de l'enfance au XIXe siècle à Paris et dans le département de la Seine», *Population*, n° 1, vol. 29, 1974, pp. 89-107.

VOVELLE, Michel, «Les attitudes devant la mort, front actuel de l'histoire des mentalités», *Archives des sciences sociales des religions*, n° 39, 1975, pp. 17-29.

2. Estudos internacionais sobre Expostos

AGUILAR GAVILÁN, Enrique, «La exposición en Córdoba en el siglo XIX: una aproximación cuantitativa», *Boletín de la Real Academia de Córdoba*, n° 26, 1994, pp. 261-273.

ALARCÓN MÁRQUEZ, Arián Jacinto, *Los expósitos de la Hijuela de Vera (1736-1901)*, Facultad de Ciencias de la Educación, Enfermería y Fisioterapia da Univerdidad de Almería, 2013.

ALVAREZ SANTALÓ, Leon Carlos, «Anormalidad y códigos de conducta de la familia en el Antiguo Régimen: la doctrina religiosa sobre el abandono de niños», CHACON, F. (ed.), *Familia y Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*, Murcia, Universidad de Murcia, 1987, pp. 43-68.

_____, *Marginación social y mentalidad en Andalucía Occidental: Expósitos en Sevilla (1613-1910)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1980.

AMO del AMO, María Cruz del, *La familia y el trabajo femenino en España durante la segunda mitad del siglo XIX*, Tese de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Madrid, 2008.

ANGELI, Aurora, «Caratteristiche, mortalità e destino degli esposti dell'ospedale di Imola nei sec. XVIII-XIX», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle*, *Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 123-149.

ANSÓN CALVO, Maria del Carmen, «Niños ilegítimos y niños expósitos en las Asturias del siglo XVIII», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 205-229.

ARAGON, Philippe, «L'enfant délaissé au Siècle des Lumières», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 387-398.

_____, «Saint Vicent de Paul et l'abandon», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp.151-165.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães, «Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro», *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, n° 5 (1), São João del-Rei, Janeiro/Julho, 2010, pp. 5-16.

BALDASSARI, Vanina Irimitz, «La dénomination des enfants trouvés à Paris sous la Révolution et l'Empire», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 77-88.

BARDET, Jean-Pierre, «L'enfance abandonnée au cœur des interrogations sociales», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 291-299.

_____, «La société et l'abandon», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 3-26.

_____; ROBIN-ROMERO, Isabelle, «La dénomination des enfants trouvés anonymes de Paris avant la Révolution: distinguer, insérer, respecter la personne», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 59-76.

_____; FARON, Olivier, «Des enfants sans enfance : sur les abandonnés de l'époque moderne», BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (dir. de), *Histoire de l'enfance en Occident*, vol. 2, pp. 121-156.

_____; JEORGER, Muriel, «La société face au problème de l'abandon», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 301-306.

BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé, «La crianza y educación de los expositos em España entre la Ilustración y el Romanticismo (1790-1835)», *Historia de la Educación: Revista interuniversitaria*, n° 10, 1991, pp. 33-62.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlett, «La mise en place des hôpitaux pour enfants malades à Paris (fin XVIIIe-début XIXe siècle)», *Histoire, économie et société*, n° 4, vol. 22, 2003, pp. 487-498.

_____; TRÉVISI, Marion, «Les prénoms des enfants abandonnés à Amiens pendant la

- Révolution», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 117-132.
- BERELOWITCH, Wladimir, «Les Hospices des enfants trouvés en Russie (1763-1914)», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 167-217.
- BIDEAU, Alain; BRUNET, Guy, «La mortalité des enfants trouvés dans le département de l'Ain aux XVIIIe et XIXe siècles», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 219-248.
- BLANCO CARRASCO, José Pablo, *Demografía, familia y sociedad en la Extremadura moderna 1500-1860*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999.
- BLANCO VILLEGAS, M. J., *et al.*, «Exposición y muerte de los niños acogidos en la casa cuna de Ponferrada entre los años 1850-1932 (León, España)», *Zaragoza, Revista de Demografía Histórica*, XX-II, 2002, pp. 163-184.
- BONETTI, Philippe, «Abandon d'enfants et niveaux de cultura à Bayonne au XVIIIe siècle», *Annales du Midi*, Tomo 99, n° 178, 1987, pp. 157-173.
- BORRELL I SABATER, Miquel, «Las amas de cría en el corregimiento de Girona en el siglo XVIII: una interpretación sobre las causas de la lactancia de los niños expósitos», *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, t. 8, 1995, pp. 221-240.
- BOSWELL, John, *The kindness of strangers. The abandonment of children in western Europe from late Antiquity to the Renaissance*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988.
- BOUDET, Caroline, «L'abandon: un acte, deux approches», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 361-372.
- BOUGARD, Jean-Paul, «Des enfants trouvés en Belgique au début du XIXe siècle: le cas de Bruxelles de 1797 à 1826», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 259-271.
- BRIGHT, Janette; CLARK, Gillian, *An introduction to the tokens at the Foundling Museum*, Londres, ed. The Foundling Museum, 2011.
- BRUNET, Guy; BIDEAU, Alain; GERBE, Marie-Nolwenn, «Vers une insertion

sociale? Le mariage des enfants abandonnés à Lyon au XIXe siècle», *Annales de Démographie Historique*, n° 2, 2002, pp. 161-174.

_____, «Un reflet des mentalités: La denomination des enfants recueillis par La Charité de Bourg-en-Bresse au début du XIXe siècle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 155-164.

_____, *Aux marges de la famille et de la société. Filles-mères et enfants assistés à Lyon au XIXe siècle*, Paris, L'Harmattan, 2008.

_____; BIDEAU, Alain, «Le pupille adolescent et l'inspecteur : une difficile transition vers l'âge adulte. L'exemple du département de l'Ain (1871-1914)», *Annales de Démographie Historique*, n° 114, 2007/2, pp. 99-126.

BRUZULIER, Jen-Luc, «Le problème des enfants abandonnés: l'exemple de l'hôpital général de Port-Louis (1770-1789)», *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, n° 3, vol. 96, 1989, pp. 313-322.

BUSSINI, Odoardo, «Caratteristiche e destino degli esposti all'ospedale Della Carita di Todi nei secoli XVIII e XIX», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVE-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 301-325.

CABALLOS, Esteban Mira, «Expósitos en Tierra de Barros en la Edad Moderna. Unos apuntes», *Actas de las IV jornadas de Almendralejo y Tierra de Barros*, Almendralejo, Asociación Histórica de Almendralejo, 2013, pp. 361-376.

CÂMARA DEL RIO, Manuel, *Beneficencia y asistencia social: La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1996, pp. 231-320.

CARASA SOTO, Pedro, «Perspectivas de la historiografía española en torno a los Expósitos e Ilegítimos, desde las actuales tendencias en Historia Social», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 87-105.

CAVA LÓPEZ, M^a Gema, *Infancia y sociedad en la Alta Extremadura durante el Antiguo Régimen*, Cáceres, Diputación de Cáceres, 2000.

_____, «Pobreza y marginación infantil: expósitos en la Alta-Extremadura moderna», *Comunicação ao XXVII Colóquios Históricos de Extremadura*, 1998.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; ELGARRISTA DOMEQUE, Rosa; FRESNEDA

- COLLADO, Rafael, «Mercenarismo. Mito o realidad? Análisis del comportamiento de las amas de cria en el reino de Murcia (siglos XVII-XVIII)», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 405-437.
- CHAMOUX, A., L'enfance abandonnée a Reims a la fin du XVIIIe siècle», *Annales de Démographie Historique*, 1973, pp. 263-285.
- COLAVOLPE, Isabelle, «L'enfant trouvé sous la toise», *Histoire, économie et société*, n° 6-3, vol. 6, 1987, pp. 409-420.
- CORSINI, Carlo A., «Enfance et Famille au XIXe siècle», BECCHI, Egle ; JULIA, Dominique (dir. de), *Histoire de l'enfance en Occident*, vol. 2, pp. 289-320.
- _____, «Prénom et classe sociale. Les enfants trouvés à Sienne, 1766-1768», *Le prénom, mode et histoire. Les entretiens de Malher 1980*, Paris, EHESS, 1980, pp. 177-187.
- _____, «Sunt nomina consequentia rerum?», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 273-284.
- CORTÉS CORTÉS, Fernando, «Atenciones a expósitos en la Extremadura del siglo XVIII», *Studia Historica. Historia Moderna*, n° 12, 1994, pp. 137-156.
- CRIADO ATALAYA, Juan Antonio, «Nacimientos y muertes de los expósitos em Tarifa em la primera mitad del siglo XIX (I)», *Aljaranda: revista de estudios tarifeños*, n° 51, 2003, pp. 10-15.
- _____, «Nacimientos y muertes de los expósitos em Tarifa em la primera mitad del siglo XIX (y II)», *Aljaranda: revista de estudios tarifeños*, n° 52, 2004, pp. 15-30.
- _____, «Abandono infantil em la ciudad de Tarifa en el primer tercio del siglo XIX. Aproximación al estudio del abandono infantil através de las actas de Cabildo en el reinado de Fernando VII», *Almoraina*, n° 38, 2009, pp. 149-160.
- DAILEY, Mary Ann, «The fate of innocents. Infant abandonment and the foundling wheel in 19th-century Italy», *AJN*, n° 6, vol. 111, 2011, pp. 68-71.
- DANET, Vincent, «Mise en nourrice et devenir des enfants exposésd'après les registres canoniaux de la ville d'Angers (1660-1765)», *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, n° 113-4, 2006, pp. 2-23.
- DARTIGUENAVE, Paul, «Les enfants trouvés. Une histoire immorale? L'exemple du Calvados», *Cahier des Annales de Normandie*, n° 13, 1981, pp. 117-141.

- DELASSELLE, Claude, «Les enfants abandonnés à Paris au XVIIIe siècle», *Annales. E. S. C.*, n° 1, vol. 30, 1975, pp. 187-218.
- _____, «Les enfants abandonnés de l'Hôtel-Dieu de Paris : l'année 1793», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 503-512.
- DEVOLDER, Daniel, «Ilegitimidad y matrimonio tardío», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 331-349.
- DI BELLO, Giulia, «Les identités inventées. Noms et prénoms des enfants abandonnés à Florence au XIXe siècle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 285-294.
- DIAZ-PINTADO, Juan, «Una forma de marginación: los niños expósitos de Manzanares en la Edad Moderna», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, n° 20, 1990, pp. 281-315.
- DORIGUZZI, Franca, «Vestiti e colori dei bambini: il caso degli esposti», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 513-537.
- ESCURIOL, Christophe, «La dénomination des enfants trouvés en Corrèze aux XVIIIe et XIXe siècles, entre improvisation, discrimination et respect de la règle», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 165-178.
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette, «Changing politics towards abandoned children at the end of the Ancien Regime and the responsibility of a French hospital administration on infant mortality», *ICHHD meeting*, Oslo, 2000.
- FAY-SALLOIS, Fanny, *Les nourrices à Paris au XIXe siècle*, Paris, Éditions Payot, 1997.
- FERNÁNDEZ UGARTE, María, *Expositos en Salamanca a comienzos del s. XVIII*, Salamanca, Ediciones de la Diputación de Salamanca, 1988.
- _____, «La miseria como factor desintegrador de la familia en la Salamanca del s. XVIII (1700-1725)», *Studia Historica. Historia Moderna*, n° 4, 1986, pp. 121-128.
- _____, «La mortalidad entre los niños expósitos de Salamanca (1700-1725)», *Enfance*

abandonnée et société en Europe XVe-XX siècle, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 591-608.

FLORENTY, Guy, «Les abandons d'enfants à Nevers à la veille de la Révolution et dans les années 1820», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 609-634.

FRANCO, Renato, *A piedade dos outros : o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2014.

FUCHS, Rachel, *Abandoned children. Foundlings and child welfare in nineteenth-century France*, Albany, State University of New York Press, 1984.

FUENTE GALÁN, M^a del Prado de la, «Aportación al estudio de la religiosidad en Andalucía: la preocupación por el bautismo en las cédulas de los expósitos de Granada (1775-1880)», RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador (coord.), *Religión y Cultura*, vol. 2, 1999, pp. 533-540.

_____, «Una institución para los niños expósitos de Granada: la creación de la casa-cuna (siglos XVI-XVIII)», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVII-I, 1999, pp. 115-130.

_____, «La situación de las inclusas en el siglo XVIII. La encuesta de 1790», *Chronica Nova*, n° 24, 1997, pp. 61-78.

_____, «Ilegitimidad y abandono en la Granada del siglo XVIII: un establecimiento para partos de expósitos ilegítimos», *Chronica Nova*, n° 27, 2000, pp. 9-21.

FUJITA, Sonoko, «L'abandon d'enfants illégitimes à Rennes à la fin de l'ancien Régime», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 329-342.

GALLIMORE, Amy, «*Restored to its mother*»: *reclaiming children at the London Foundling Hospital in the nineteenth century*, University of Bristol, Department of Historical Studies, Bristol, 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Patrocinio, «Una población marginada a comienzos del siglo XIX: el hospicio y casa de expósitos de León», *Tierras de León: Revista de la Deputación Provincial*, n° 81-82, vol. 31, 1990-1991, pp. 67-82.

GARCÍA-MORO, Clara, «Los expósitos de las Hurdes: consecuencias en la historia biológica de la población», *Revista de estudios extremeños*, vol. 43, n° 3, 1987, pp. 861-874.

GAVILÁN, Enrique Aguilar, «La exposición en Córdoba en el siglo XIX: una

aproximación cuantitativa», pp. 261-273.

GOSSAGE, Peter, «Les enfants abandonnés à Montréal au 19^e siècle: la Crèche d'Youville des Soeurs Grises 1820-1871», *Revue d'histoire de l'Amérique française*, n° 4, vol. 40, 1987, pp. 537-559.

GRANDI, Casimira, «L'abandono degli illegittimi nel trentino dell'Ottocento», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 653-678.

_____, «Meninos de papel. Os enjeitados nos asilos de expostos italianos», *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 7.

_____, «P come Pietà: i segni corporei dell'identità istituzionale sugli esposti di Santa Maria della Pietà di Venezia (secoli XVII-XIX)», *Benedetto chi ti porta maledetto chi ti manda. L'infanzia abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*, Treviso, Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1^a ed., 1997, pp. 242-256.

_____, «Il segno del segreto (secoli XVIII-XIX). Breve rassegna di segnali dei brefotrofi di Venezia, Padova, Vicenza, Rovigo e Verona», *Benedetto chi ti porta maledetto chi ti manda. L'infanzia abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*, Treviso, Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1^a ed., 1997, pp. 287-305.

GURRÍA GARCÍA, Pedro A.; LÁZARO RUIZ, Mercedes, «La mortalidad de expósitos en la Rioja durante el siglo XIX», Logroño, *Berceo*, n° 134, 1998, pp. 143-157.

HARRINGTON, Joel F., *The unwanted child: the fate of foundlings, orphans, and juvenile criminals in early modern Germany*, Chicago, The University of Chicago Press, 2009.

HERNANDO GARRIDO, José Luis, «Los niños expósitos en tierras de Zamora durante el Antiguo Régimen», *Revista de Folklore*, edición digital, n° 364, pp. 4-16.

HUNECKE, Volker, «Les enfants trouvés: contexte européen et cas milanais (XVIIIe-XIXe siècles)», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXXII, 1985, pp. 3-29.

JABLONKA, Ivan, «Agrarisme et État-Providence. Le travail des enfants abandonnés sous la Troisième République», *Le Mouvement Social*, n° 209, 2004, pp. 9-24.

_____, «De l'abandon à la reconquête. La résistance des familles d'origine populaire à

l'égard de l'Assistance publique de la Seine (1870-1930)», *Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »*, n° 7, 2005, pp. 229-255.

_____, «L'ascension sociale des jeunes filles de l'assistance publique», *Annales de Démographie Historique*, n° 114, 2007/2, pp. 127-141.

JASPARD, Maryse; GILLET, Michel, «Enfants abandonnés et romans-feuilletons. Fragments de lecture (France 1850-1914)», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVE-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 679-701.

JEORGER, Muriel, «Enfant trouvé, enfant object», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 373-386.

_____, «L'évolution des courbes de l'abandon de la Restauration à la première Guerre mondiale (1815-1913)», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVE-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 703-740.

_____, «L'hymen dans la neige ou sous les tropiques», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 421-426.

JORLAND, Gérard, «La difficile protection de la petite enfance en France», *La Revue du Praticien*, vol. 61, 2011, pp. 438-441.

KERTZER, David I., *Sacrificed for honor. Italian infant abandonment and politics of reproductive control*, Boston, Beacon Press, 1993.

_____; WHITE, Michael J., «Cheating the angel-makers : surviving infant abandonment in nineteenth-century Italy», *Continuity and Change*, 9 (3), 1994, pp. 451-480.

LABBÉ, Jean, «Maltraitance des enfants – Perspective historique», *Santé, Société et Solidarité*, n° 1, vol. 8, 2009, pp. 17-25.

LANGLOIS, François, «Les enfants abandonnés à Caen, 1661-1820», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 307-328.

- LAPLAIGE, Danielle, *Sans famille à Paris. Orphelins et enfants abandonnés de la Seine au XIXe siècle*, Paris, Éditions du Centurion, 1989.
- LARA RÓDENAS, Manuel José de, «El niño abandonado en la Huelva del siglo XVII : una visión de conjunto», *Huelva en su historia*, vol. 6, 1997, pp. 75-86.
- LARQUIÉ, Claude, «El niño abandonado en Madrid durante el siglo XVII : balance y perspectivas», CHACON, F. (ed.), *Familia y Sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*, Murcia, Universidad de Murcia, 1987, pp. 69-91.
- _____, «La mise en nourrice des enfants madrilènes au XVIIe siècle», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXXII, 1985, pp. 125-144.
- _____, «Les milieux nourriciers des enfants madrilènes au XVIIe siècle», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n° 1, vol. 19, 1983, pp. 221-242.
- LAUZIER, Anne-Claire, *Pratiques d'allaitement à Port-Royal et aux enfants-assistés à la fin du XIXe siècle*, Memoire apresentada na Université Paris-Descartes, Paris, 2011.
- LE BOULANGER, Isabelle, *L'abandon d'enfants, L'exemple des Côtes-du-Nord au XIXe siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2011.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, «L'allaitement mercenaire en France au XVIIIe siècle», *Communications*, vol. 31, n° 31, 1979, pp. 15-21.
- LEBRUN, François, «Naissances illégitimes et abandons d'enfants en Anjou au XVIIIe siècle», *Annales. E.S.C.*, n° 4-5, 1972, pp. 1183-1189.
- LEMEUNIER, Guy, «Nommer les expósitos à Lorca (province de Murcie, Espagne) aux XVIIIe et XIXe siècles», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 309-320.
- LOBO CABRERA, Manuel; SEILES GARCÍA, María José, «Expósitos e ilegítimos em Las Palmas em el siglo XVII», *Anuario de estudios atlánticos*, n° 34, 1988, pp. 159-204.
- _____; TORRES SANTANA, M^a Elisa, «Los “otros” a partir de la obra de Domínguez Ortiz», *Manuscrits*, n° 14, 1996, pp. 99-116.
- _____; LÓPEZ CANEDA, Ramón; TORRES SANTANA, M^a Elisa, *La “otra”*

población: expósitos, ilegítimos, esclavos. (Las Palmas de Gran Canaria. Siglo XVIII), Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Colección Monografías, Serie Humanidades, nº 4, 1993.

LÓPEZ PICHER, Mercedes, «Los primeros años de la inclusa de La Coruña, bajo el patronato de la venerable Congregación del Divino Espíritu Santo y María Santísima de los Dolores (1793-1799)», FERNÁNDEZ de SEVILLA, Francisco Javier Campos y (Coord.), *La Iglesia española y las instituciones de caridad*, 2006, pp. 597-616.

LÓPEZ VIERA, David, «Expósitos y nodrizas portuguesas en la Inclusa de Ayamonte durante el siglo XVIII», I Coloquio Internacional *Los Extranjeros en la España Moderna*, Málaga, 2003, Tomo I, pp. 443-456.

MACCELLI, Anna Maria, «Bambini abbandonati a Prato nel XIX secolo: il “segnale” come testimonianza di un’identità da perdere o da ritrovare», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 815-836.

MAKSUD, Monique; NIZARD, Alfred, «Enfants trouvés, reconnus, légitimés. Les statistiques de la filiation en France aux XIXe et XXe siècles», *Population*, nº 6, vol. 32, 1977, pp. 1159-1220.

MARCÍLIO, Maria Luiza, «A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950», *Boletim Informativo do NEPS*, Universidade do Minho, nº 15 e 16, 2000.

MARCOS MARTÍN, Alberto, «Exposición y muerte. La mortalidad de expósitos en España en el transito del siglo XVIII al XIX», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 59-86.

MARTÍN GARCÍA, Alfredo, «Marginación y educación en el León de la Edad Moderna», *Estudios Humanísticos. História*, nº 8, 2009, pp. 151-176.

_____, «Prostitutas, pobres y expósitos. Marginados y excluidos en el Ferrol de finales del Antiguo Regimen», *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, vol.16, 2004, pp. 333-355.

MARTÍNEZ, Sebastián, «Expósitos y animales filantrópicos», *Habis*, nº 33, 2002, pp. 641-655.

MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, Luis Manuel, «Función educativa de los hospitales y

- hospicios em España hasta la primera mitad del siglo XIX. La Cuna de Expósitos en las Palmas de Gran Canaria: de la repuesta socioeducativa a la lucha por la supervivencia», BERRUEZO ALBÉNIZ, María Reyes; CONEJERO LÓPEZ, Susana (coord.), *El largo camino hacia una educación inclusiva: la educación especial y social del siglo XIX a nuestros días*, XV Coloquio de Historia de la Educación, Pamplona-Iruñea, vol. 2, 2009, pp. 225-234.
- MAZZONI, Stanislao; MANFREDINI, Matteo, «Les enfants abandonnés à l'hôpital de Parme (Italie) dans la comune de Pellegrino Parmense», *Annales de Démographie Historique*, n° 2, 2007, pp. 83-98.
- MEDINA PLANA, Raquel, «Escrituras de adopción o prohijamiento de expósitos de la Inclusa de Madrid (1700-1852)», *Cuadernos de Historia del Derecho*, n° 21, 2014, pp. 189-211.
- MERIEN, Gilles, «Les enfants trouvés sous le Directoire et le Consulat», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 399-408.
- MIKELARENA, Fernando; VALVERDE, Lola, «Ilegitimidad y exposición en Navarra (Siglos XVI-XX)», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 271-302.
- MILLER, Julie, *Abandoned: foundlings in nineteenth-century New York City*, New York e Londres, New York University Press, 2008.
- _____, «Transatlantic anxieties: New York's nineteenth-century foundling asylums and the London Foundling Hospital», *Annales de Démographie Historique*, n° 114, 2007/2, pp. 37-58.
- MONTAGUT CONTRERAS, Eduardo, «Nodrizas rurales em el siglo XIX», *Historia* 16, n° 209, 1993, pp. 29-38.
- MOREAU, Évelyne, «La dénomination des enfants abandonnés à Bordeaux (1800-1850)», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 133-153.
- MOREL, Marie-France, «À quoi servent les enfants trouvés ? Les médecins et le problème de l'abandon dans la France du XVIIIe siècle», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle*, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 837-858.
- _____, «Époque Moderne», *Annales de Démographie Historique*, n° 102, 2001/2, pp. 26-32.

- MORLOT, Sophie, «Secourir les enfants en province. L'exemple du Dijon révolutionnaire et consulaire», *Annales de Démographie Historique*, n° 2, 2007, pp. 59-82.
- MOUTON, Claire, «Les enfants trouvés de Nancy de 1774 à 1852: le problème de la dénomination», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 203-220.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral do, «Frutos da castidade e da lascívia. As crianças abandonadas no Recife (1789-1832)», *Estudos Feministas*, n° 15, 2007, pp. 67-83.
- NICOLINI, «The legacy of foundlings in the countryside surrounding italian cities», *Italian Sociological Review*, 5 (1), 2015, pp. 85-103.
- PAGEOT, Pierre, *Enfants sans parents. Les enfants trouvés en Limousin-Périgord*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1995.
- PASSION, Luc, «Législation et prophylaxie de l'abandon à Paris au début du XXème siècle», *Histoire, économie et société*, n° 2-3, vol. 2, 1983, pp. 475-496.
- PERAL PACHECO, D.; ALTAMIRA ROSET, J.; FERRER AGUARELES, J. L., «La Casa de Cuna de Badajoz: aspectos históricos, sanitarios y sociales», *Revista de estudios extremeños*, n° 1, vol. 61, 2005, pp. 353-369.
- PÉREZ ÁLVAREZ, Maria José, «La exposición en la ciudad de León: la obra pía Nuestra Señora la Blanca (1700-1791)», *Revista de Historia Moderna*, n° 26, 2008, pp. 343-367.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, «Las circunstancias del abandono», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 73-80.
- _____, «La infancia abandonada en España siglos XVI-XX», ABREU, Laurinda (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 121-139.
- PEREZ SERRANO, Julio, «La Casa de Expósitos de Cádiz en la primera mitad del siglo XIX: avances y retrocesos de la reforma liberal em el sitema benéfico», *Trocadero: Revista de historia moderna y contemporanea*, n° 3, 1991, pp. 85-116.
- PEYRONNET, J. C., «Les enfants abandonnés et leurs nourrices a Limoges au XVIIIe siècle», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXIII, 1976, pp. 418-441.

- PITARQUE de la TORRE, Jesús María, «Los Patronatos de laicos em la crisis del Antiguo Régimen : el Señorío de Vizcaya», *Espacio, tiempo y forma*, série V, História contemporânea, n° 15, 2002, pp. 57-96.
- PLA ALBEROLA, Primitivo J., «Ilegítimos y espositos en Elda durante el siglo XVIII», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 231-247.
- PLOURDE, Andrée-Anne, *La circulation des enfants abandonnés en Lorraine à la fin du XVIIIe siècle*, 'Mémoire' apresentada na Université Laval, Québec, para obtenção do grau de 'Maîtrise en histoire', 2014.
- POLLET, Michelle, «Les enfants abandonnés de Grasse au XVIIIe siècle», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle*, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 897-903.
- POUPION, Olivier, «Joseph Sivel ou la figure coupée à moitié», *Les enfants du secret. Enfants trouvés de XVIIe siècle à nos jours*, Musée Flaubert et d'Histoire de la Médecine CHU- Hôpitaux de Rouen, Rouen, Magellan & Cie, 2008, pp. 85-92.
- RENZETTI, Emanuela, «Il segno degli esposti», *Benedetto chi ti porta maledetto chi ti manda. L'infanzia abbandonata nel Triveneto (secoli XV-XIX)*, Treviso, Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 1ª ed., 1997, pp. 23-32.
- REVUELTA EUGERCIOS, Bárbara A., *Los usos de la inclusa de Madrid, mortalidad y retorno a principios del siglo XX (1890-1935)*, Tese de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Contemporánea, Madrid, 2011.
- ROBIN, Isabelle; WALCH, Agnès, «Les billets trouvés sur les enfants abandonnés à Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle*, Actes du colloque, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 981-991.
- ROBIN-ROMERO, Isabelle, «Les établissements pour orphelins à Paris aux XVIIe-XVIIIe siècles», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 17, 1998, pp. 441-453.
- _____, «Géographie des enfants trouvés de Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles», *Histoire, économie et société*, n° 3, vol. 6, 1987, pp. 343-360.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Ana María, «Uma estratégia de supervivência familiar em Barcelona, em la segunda mitad del siglo XIX», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008, [on line], Posto on line em 1 de Fevereiro de 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/22322>.

- _____, «La Inclusa de Pontevedra (1872-1903)», [on line]:
<http://pdf.depontevedra.es/ga/103/fiuFVERaOV.pdf>
- _____, «El destino de los niños de la inclusa de Pontevedra, 1872-1903»,
Cuadernos de Estudios Gallegos, nº 121, pp. 353-388.
- ROLLET, Catherine, «Les enfants abandonnés: d'une histoire institutionnelle aux trajectoires individuelles», *Annales de Démographie Historique*, nº 114, 2007/2, pp. 7-12.
- _____, «Nourrices et nourrissons dans le département de la Seine et en France de 1880 à 1940», *Population*, nº 3, vol. 37, 1982, pp. 573-604.
- RUBIO VELA, Agustín, «La asistencia infantil em la Valencia del siglo XIV : pobres, huérfanos y expósitos», *Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, vol. 2, 1982, pp. 159-191.
- SÁNCHEZ BAREA, Rafael Fermín, «La Casa de niños expósitos en la Algeciras decimonónica: de la Misericordia a la Junta Municipal de Beneficencia», BERRUEZO ALBÉNIZ, María Reys; CONEJERO LÓPEZ, Susana (coord.) *El largo camino hacia una educación inclusiva: la educación especial y social del siglo XIX a nuestros días: XV Coloquio de Historia de la Educación*, vol. 2, 2009, pp. 349-355.
- SÁNCHEZ GARCÍA, Miguel Ángel, «Ilegítimos y expósitos en Hellín durante el siglo XVIII», *Al-Basit: Revista de estudios albacetenses*, nº 46, 2002, pp. 57-75.
- SÁNCHEZ LECHA, Alicia, «El archivo de la Maternidad e Inclusa provincial de Zaragoza. Problemas de acceso», *Boletín de la ANABAD*, tomo 41, nº 3-4, 1991, pp. 183-194.
- SÁNCHEZ LEONATO, Leticia, «Hacia una historia de la Casa Cuna y el Hospicio de Plasencia», *Comunicação ao XXVII Colóquios Históricos de Extremadura*, 1998.
- SANDRIN, Jean, *Enfants trouvés, enfants ouvriers, XVIIe –XXe siècle*, Paris, Aubier, 1982.
- SARASÚA, Carmen, *Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación de mercado de trabajo madrileño, 1758-1868*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1994.
- SCHEETZ-NGUYEN, Jessica A., «Calculus of respectability: defining the world of foundling hospital women and children in Victorian London», *Annales de Démographie Historique*, nº 114, 2007/2, pp. 13-36.

- SCHNEIDER, Dona; MACEY, Susan M., «Foundlings, asylums, almshouses and orphanages: early roots of child protection», *Middle States Geographer*, nº 35, 2002, pp. 92-100.
- SETH, Catriona, «L'enfant de papier», *Les enfants du secret. Enfants trouvés de XVIIe siècle à nos jours*, Musée Flaubert et d'Histoire de la Médecine CHU- Hôpitaux de Rouen, Rouen, Magellan & Cie, 2008, pp. 53-73.
- SOBALER SECO, M^a de los Ángeles, «La obra asistencial de Expósitos de Soria y el Patronato de los "Linajes"», *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, nº 21, 2001, pp. 47-102.
- STYLES, John, *Threads of feeling. The London Foundling Hospital's textile tokens, 1740-1770*, The Foundling Museum, Londres, 2013.
- SVOBODNY, Petr, «Les enfants abandonnés de l'hôpital italien de Prague», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 1097-1102.
- TARIFA FERNÁNDEZ, Adela, «Aproximación a la práctica del prohijamiento en la casa-cuna de Úbeda (1665-1788) los otros hijos?», RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Ángel, PENÁFIEL RAMÓN, Antonio (ed.), *Historia de la Familia, una nueva perspectiva sobre la sociedad europea. Familia y Mentalidades*, Universidad de Murcia, 1997, pp. 81-91.
- _____, «Distribución de las amas externas de la Casa-Cuna de Úbeda por calles y parroquias entre 1665-1788. Crisis de la ciudad y cambios en su perímetro urbano», Jaén, *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, nº 144, 1991, pp. 129-145.
- _____, «Los niños expósitos de Úbeda (Jaén) y Sepúlveda (Segovia) en el Antiguo Régimen: las obras pías de San José y San Cristóbal», CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier (Coord.), *La Iglesia española y las instituciones de caridad*, Ediciones Escorialenses: Real Centro Universitario Escorial-Maria Cristina, 2006, pp. 191-216.
- _____, *Marginación, pobreza y mentalidad social en el Antiguo Régimen: Los niños expósitos de Úbeda (1665-1778)*, Granada, Universidad de Granada, 1994.
- _____, «Mortalidad catastrófica y crisis de subsistencia en Úbeda en la Edad Moderna: los niños expósito (1665-1788)», *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, nº 198, 2008, pp. 373-401.
- _____, *Pobreza y asistencia social en la España Moderna. La confradía de San José y*

niños expósitos de Úbeda (Siglos XVII y XVIII), Jaén, Diputación Provincial de Jaén, 1994.

TORRUBIA BALAGUÉ, Eulalia, *Marginación y Pobreza. Expósitos en Salamanca (1794-1825)*, Ediciones de la Diputación de Salamanca, Serie Humanidades, nº 24, 2004.

UNDA MALCORRA, Pilar, «Le exposición en Vizcaya en el siglo XIX: nacimiento y problemática financiera de la Casa de Expósitos de Bilbao», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 1153-1167.

VALLECILLO CAPILLA, Manuel ; OLAGUE DE ROS, Guillermo, «Política demográfica y realidad social en la España del siglo XVIII : la asistencia al niño expósito em Granada (1753-1808)», *DYNAMIS, Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, vol. 2, 1982, pp. 221-240.

_____, «La repercusión de la invasión francesa em la aistencia al niño expósito em Granada : actitudes reformistas y crisis político-social (1808-1814)», *DYNAMIS, Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, vol. 5-6, 1985-86, pp. 187-199.

VALVERDE, Lola, « Los niños expósitos guipuzcoanos en la inclusa de Pamplona en el siglo XVIII», [www. errenteria.net/es/ficheros/40_9797 es.pdf](http://www.errenteria.net/es/ficheros/40_9797.es.pdf)

VALVERDE LAMSFUS, Lola, *Entre el deshonor y la miseria. Infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra, siglos XVIII y XIX*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1994.

_____, «Legitimidad e ilegitimidad. Evolución de las modalidades de ingreso en la Inclusa de Pamplona, 1740-1934», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 1169-1197.

_____, «Los niños expositos y sus nodrizas en el Pais Vasco (Siglos XVIII y XIX)», *Cuadernos de Sección Historia-Geografía*, San Sebastián, nº 17, pp. 231-262.

_____, «Discours, réglementation et pratiques relatifs à la dénomination des enfants trouvés en Espagne et à Cuba XVIIIe-Xxe siècles», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 377-386.

VERDIER DE GENOUILLAC, Sophie du, «La dénomination des enfants trouvés à

Rouen (1750-1862)», *Les enfants du secret. Enfants trouvés de XVIIe siècle à nos jours*, Musée Flaubert et d'Histoire de la Médecine CHU- Hôpitaux de Rouen, Rouen, Magellan & Cie, 2008, pp. 75-82.

_____, «Donner une identitéaux enfants abandonnés. L'exemple de Rouen entre 1750 et 1862», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 237-248.

VIDAL GALACHE, Florentina; VIDAL GALACHE, Benicia, *Bordes y Bastardos. Una Historia de la Inclusa de Madrid*, Madrid, Compañía Literaria, 1994.

WINTER, Anne, «Abandoned in Brussels, delivered in Paris: long-distance transports of unwanted children in the eighteenth century», *Journal of Family History*, n° 35, 2010, pp. 232-248.

3. Estudos sobre Expostos em Portugal

ABREU, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

_____, «Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650-1837)», *Annales de Démographie Historique*, n° 2, 2005, pp. 165-183.

_____, «The Évora foundlings between the 16th and the 19th century : The Portuguese public welfare system under analysis», *Dynamis*, vol. 23, 2003, pp. 37-60.

_____, «Dénommer les enfants abandonnés: la Misericórdia d'Évora», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 345-360.

_____, «As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI», *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Maria Marta Lobo de Araújo e Fátima Moura Ferreira (Orgs.), ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2008, pp. 31-49.

ALVES, Milene Loirinho Gonçalves, *A Real Casa dos Expostos de Lisboa e a aprendizagem de ofícios (1777-1812)*, Tese de Mestrado em História (História Moderna e Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e, *Alguns aspectos da assistência às crianças*

expostas e abandonadas na cidade do Porto, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1987, pp. 15-23.

_____, «Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do Concelho de Valongo, no Séc. XIX», Porto, Separata da *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, 1987, pp. 261-267.

_____, «Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas», Porto, Separata da *Revista de História*, vol. I, 1984, pp. 5-24.

_____, «Notas à margem de um livro de termos de Grávidas», Porto, Separata da *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, 1987, pp. 293-324 .

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

ANJO, A. César, «Assistência às crianças expostas em Portugal», Lisboa, *Amatus Lusitanus. Revista de Medicina e Cirurgia*, vol. VII, 1950, pp. 423-445.

BORGES, Augusto Moutinho, «Assistência e apoio à criança na Beira: a Casa da Roda dos expostos em Almeida no séc. XIX», *Cadernos de Cultura*, nº XXII, 2008, pp. 72-85.

BRETTELL, Caroline ; FEIJÓ, Rui, «Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal : public welfare and family strategies», *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 273-300.

CARDOSO, Rogério Seabra, «A questão dos expostos – uma abordagem pela legislação», Lisboa, *Cidade Solidária*, nº 2, Ano II, 1999, pp. 50-57.

CASCÃO, Rui, «Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX», Lisboa, *Revista de História Económica e Social*, 1985, Janeiro-Junho, pp. 83-122.

CORTES, Nuno Osório de Nóbrega, «O sistema liberal da Roda dos Expostos. O exemplo da administração algarvia», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 127-138.

COSME, João, «Olivença (1640-1715). População e Sociedade», [on line]
http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_2_2006/estudios_14_rcex_2_2006.pdf

COSTA, António Luís Pinto da, «A Roda Municipal dos expostos de Murça», Separata

de *Brigantina – Revista de Cultura*, nº 1, vol. 9, Janeiro-Março, 1989, pp. 73-82.

DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha, *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

FERREIRA, Jorge M. Rodrigues; FERREIRA, Olegário A. Vieira, «O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848. Notas para o seu estudo», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 139-157.

FONTE, Teodoro Afonso da, «Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 187-203.

_____, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Ponte de Lima, Câmara Municipal, 1996.

_____, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, ICS, Universidade do Minho, 2004.

_____, «Rituais, encenações e estratégias familiares no Alto Minho. As crianças expostas nas Rodas/Hospícios ao longo do século XIX», *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães – do Absolutismo ao Liberalismo*, Guimarães, 2006.

_____, «Honra, património e abandono de crianças no noroeste peninsular. A (re)integração de expostos em famílias biológicas e adoptivas no século XIX», *I Encontro do CITCEM*, Guimarães, 26-27 de Novembro de 2010.

_____, «A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas Rodas à dispersão rural pelas amas», *Cidade Moderna*, pp. 241-258.

GOUVEIA, M^a da Luz Ferreira, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa, 1786-1790: aspectos sociais e demográficos*, dissertação de mestrado, 2001.

GUEDES, Ana Isabel Marques, *Os colégios dos meninos órfãos (sécs. XVII-XIX)*, Évora, Porto e Braga, Lisboa, ICS, 2006, 1^a ed.

LEANDRO, Joana Maria Fernandes, *Os expostos da Póvoa do Varzim (1792-1836)*, dissertação de Mestrado, Lisboa, 2008.

- LOPES, Maria Antónia, «Os expostos do Concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)», Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXI, 1984, pp. 119-176.
- MANOEL, Francisco d'Orey, «A voz dos sinais», Lisboa, *Cidade Solidária*, nº 15, Ano IX, 2006, pp. 76-85.
- _____; COLEN, Maria Luísa Barbosa, «Os expostos e desamparados na Misericórdia de Lisboa», Lisboa, *Cidade Solidária*, nº 2, Ano II, 1999, pp. 38-49.
- _____; MORNA, Teresa Freitas, «Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: uma exposição com catálogo», Lisboa, *Cidade Solidária*, nº 7, Ano IV, 2001, pp. 108-115.
- MATOS, Sebastião, «Os expostos da Roda em Esposende», Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 1983, pp. 39-90.
- MORAIS, Maria da Graça de, «Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da vila de Montemor-o-Novo no início do séc. XIX (1806-1830)», *Almansor*, 1987, pp. 45-87.
- MORNA, Teresa Freitas, *et al.*, «O acolhimento de crianças enjeitadas na Misericórdia de Lisboa», *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 11.
- NEIVA, Manuel Albino Penteado, «A administração de Barcelos no século XIX face ao problema dos enjeitados», Barcelos, Separata de *Barcellos-Revista*, 1985, pp. 1-10.
- PÁSCOA, Marta, *Os expostos em Castro Verde entre 1887 e 1889*, Castro Verde, Edição da Câmara Municipal de Castro Verde, 1998.
- PAULINO, Joana Catarina Vieira, «Os expostos em números. Uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)», *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, eBook, pp. 185-215.
- PAXECO, Óscar, «Já não há expostos na Misericórdia», Lisboa, *Cidade Solidária*, nº 2, Ano II, 1999, pp. 34-37.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, «Infancia abandonada e ilegitimidad en la Historia de las

- poblaciones ibéricas», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 7-35.
- PILOTO, Adelina, *Os expostos da Roda de Vila do Conde 1835-1854*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 1998.
- PINA, Luís de, «Da Roda dos Expostos à Carta dos Direitos da Criança», Porto, *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, Separata do volume XXVII, fasc. 3-4, 1964.
- REIS, Maria de Fátima Dias dos, «A Misericórdia de Santarém e a assistência aos enjeitados no século XVIII: problemas e metodologia», *Primeiras Jornadas de História Moderna, Actas*, vol. I, Lisboa, AEFL, 1989, pp. 593-603.
- REIS, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.
- _____, «Les enfants abandonnés au “tour” de Lisbonne et leur reprise par les familles: Témoignages et reconstitution d’identité (XVIIIe-XIXe siècles)», BARDET, Jean-Pierre; BRUNET, Guy (dir. de), *Nons et destin des sans famille*, Paris, PUPS, 2007, pp. 335-344.
- _____, REIS, Maria José, *Crianças abandonadas e expostas no Concelho de Alenquer (1866-1871)*, Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto fotocopiado, 1993.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes, «Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 107-126.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário», *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, pp. IX-XXII.
- _____, «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal», PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 37-58.
- _____, «Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa

tradicional através das fontes jurídicas», Lisboa, *Penélope*, nº 8, Edições Cosmos, 1992, pp. 75-89.

_____, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

_____, «A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)», Separata da *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, Série II, vol. 2, 1985, pp. 161-199.

_____, «The Casa da Roda do Porto: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century», *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 539-572.

_____, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, F.C.G. e JNICT, 1995.

_____, «A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: O exemplo da “Casa da Roda» do Porto”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X-3, 1992, pp. 115-123.

_____, «As crianças e as idades da vida», MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.

_____, «Expostos, História das populações e informática», *II Encontro sobre História e Informática*, Braga, 1989.

_____, «Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção de memória», *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 9.

_____, «Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico», VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno (org.), *Exclusão na História, Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 41-51.

_____, «Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da Roda do Porto no século XVIII», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII 2-3, 1994, pp. 233-250.

_____, «Assistance to children in north-west Portugal: the case of pre-industrial Braga», *Cadernos do Noroeste*, vol. 6 (1-2), 1993, pp. 95-116.

- _____; CORTES, Nuno Osório, «A Assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados», *Cadernos do Noroeste*, vol. 5 (1-2), 1992, pp. 179-190.
- _____; LOPES, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas, 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- _____; «As idades da Misericórdia de Lisboa: velhos e novos pobres», *Visitação. O arquivo: memória e promessa*, ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014, pp. 149-160.
- _____; «Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care», *Continuity and Change*, nº 9, Cambridge University Press, 1994, pp. 69-89.
- _____, «Up and out. Children in Portugal and the Empire (1500-1800)», *Raising an Empire. Children in early modern Iberia and colonial Latin America*, GONZÁLEZ, Ondina E.; PREMO, Bianca, ed. de, University of New Mexico Press, pp. 17-40.
- SAMPAIO, José Rosa, *Os expostos ou enjeitados no Concelho de Monchique*, Monchique, Edição do autor, 2008.
- SANTOS, Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos, *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os expostos. 1799-1823*, Tomar, edição da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 1ª ed., 2002.
- SILVA, Ana Maria Pires da, *O casamento dos expostos na freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa (1736-1887)*, dissertação de doutoramento, 2002.
- SIMÕES, João Alves, *Os expostos da Roda de Góis, 1784-1841*, dissertação de Mestrado, 1999.
- SMITH, Malcolm; LIMA, Manuela, «Historical abandonment of children in the Azores, Portugal», *Antropologie et Préhistoire*, nº 104, 1993, pp. 111-117.
- TIAGO, Sílvia Maria Bandeira Rodrigues, «Subsídios para o estudo dos expostos em Viana – século XIX», *Cadernos Vianenses*, nº 23, 1998, pp. 171-206.

4. Políticas assistenciais

- ABREU, Laurinda, «Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades», *VARIA HISTORIA*, vol. 26, nº 44, pp. 347-371, 2010.

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008, [on line], Posto on line em 18 de Fevereiro de 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/23482>.
- _____, «Festas e rituais de caridade nas Misericórdias», *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades-Representações –Espiritualidades*, Terramar, Lisboa, 1999, pp. 501-516.
- CARASA, Pedro, «Límites de la historia social clásica de la pobreza y la asistencia en España», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, tomo II, 2010, pp. 569-591.
- CARMONA, Mário, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, Imprensa portuguesa, Porto, 1954.
- FRANCO, Renato, *Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas da Misericórdia na América portuguesa*, tese de doutoramento de 2011 apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência da Universidade de S. Paulo.
- LOPES, Maria Antónia, «A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820», *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 131-176.
- _____, «Pobreza, asistencia y política social em Portugal em los siglos XIX y XX. Perspectivas historiográficas», *Ayer*, nº 25, 1997, pp. 211-240.
- _____, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- _____, «Os pobres e a assistência pública», MATTOSO, José (dir. de), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Ed. do Círculo de Leitores, 1993, pp. 503-507.
- _____, «Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência», *Estudos do Século XX*, vol.13, Coimbra, 2013, pp. 257-280.
- _____, «As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839», *Caderno Espaço Feminino – Uberlândia – MG*, vol. 26, nº 2, 2013, pp. 290-322.
- LÓPEZ TERRADA, María Luz, «El hospital como objecto histórico: los acercamientos a la historia hospitalaria», *Revista d'Història Medieval*, nº 7, 1996, pp. 192-204.

- LOUSADA, Maria Alexandre, «Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime», *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidades-Representações-Espiritualidades*, Terramar, Lisboa, 1999, pp. 537-558.
- MOITA, Irisalva, *V Centenário do Hospital Real de Todos os Santos*, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, Lisboa, 1992.
- RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1998.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «Catholic charity in perspective: the social life of devotion in Portugal and its Empire (1450-1700)», *e-JPH*, vol. 2, nº 1, 2004, pp. 1-19.
- _____, «Shaping social space in the centre and periphery of the Portuguese empire: the example of the Misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century», *Portuguese Studies*, vol. 13, 1997, pp. 210-221.
- _____, «Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime», *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, 2002, pp. 303-334.
- _____, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- _____, «Igreja e assistência em Portugal no século XV», Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. LIII, 1995, pp. 219-236.
- _____, «Justiça e Misericórdia(s). Devoção, Caridade e Construção do Estado no tempo de D. Manuel I», *Penélope*, nº 29, 2003, pp. 7-31.
- _____, «Devoção, Caridade e Construção do Estado no tempo de D. Manuel I: o exemplo das Misericórdias», *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D.Manuel e a sua época*, Câmara Municipal de Guimarães, Vol. II, 2004, pp. 317-329.
- _____, «As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno», *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 2001, pp. 337-358.
- _____; LOPES, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa, Quinhentos Anos de História*, Ed. Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998.

SOUSA, Germano de, *História da medicina portuguesa durante a expansão*, Lisboa, Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 1ª edição, 2013.

VEGA, Mariano Esteban de, «Pobreza y beneficencia en la reciente historiografía española», *Ayer*, nº 25, 1997, pp. 15-34.

5. Cultura material

ATTFIELD, Judy, *Wildthings: the material culture of everyday life*, Nova York, Oxford International Publishers, 2000.

BRAUDEL, Fernand, *Civilização material e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Tomo I, Edições Cosmos, Lisboa - Rio de Janeiro, 1970.

DELAPORTE, Yves, «O vestuário nas sociedades tradicionais», POIRIER, Jean (dir. de), *História dos Costumes. O Homem e o objecto*, vol. 3, Editorial Estampa, Lisboa, 1999, 1ª ed., pp. 53-97.

DEREVENSKI, Joanna Sofaer, *Children and material culture*, Londres-Nova York, Routledge, 2000.

DESLANDRES, Yvonne, «As modas vestimentares na sociedade ocidental», POIRIER, Jean (dir. de), *História dos Costumes. O Homem e o objecto*, vol. 3, Editorial Estampa, Lisboa, 1999, 1ª ed., pp. 99-126.

HALLAM, Elisabeth; HOCKEY, Jenny, *Death, memory and material culture*, Oxford-Nova York, Berg, 2001.

JONES, Andrew, *Memory and material culture*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

POMIAN, Krzysztof, «Colecção», *Enciclopédia Einaudi, Memória-História*, vol. 1, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 3ª tiragem, 1985, pp. 51-86.

POIRIER, Jean, «O homem, o objecto e a coisa», POIRIER, Jean (dir. de), *História dos Costumes. O Homem e o objecto*, vol. 3, Editorial Estampa, Lisboa, 1999, 1ª ed., pp. 13-51.

SANZ YAGÜE, Ana Isabel, «Patrimonio, cultura material y diferenciación social em la ciudad de Soria durante el siglo XVIII», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008, [on line], Posto on line em 5 de Fevereiro de 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/22902>.

VRIES, Jan de, *La Revolución Industrial. Consumo y economía doméstica desde 1650*

hasta el presente, Crítica, Barcelona, 2009.

WOODWARD, Ian, *Understanding material culture*, SAGE Publications, 2007.

6. História das emoções

BOQUET, Damien; NAGY, Piroška, «Une histoire des émotions incarnées», *Médiévales*, n° 61, 2011, pp. 5-24.

FEBVRE, Lucien, «Pour l'histoire d'un sentiment: le besoin de sécurité», *Annales. E.S.C.*, n° 2, 1956, pp. 244-247.

FREVERT, Ute, *Emotions in History – lost and found*, Central European University Press, Budapest, 2011.

IKEGAMI, Eiko, «Emotions», *A concise companion to History*, RUBBLACK, Ulinka ed. de, Oxford University Press, 2011, pp. 333-353.

MATT, Susan J.; STEARNS Peter N., ed. de, *Doing emotions history*, University of Illinois Press, 2014.

PLAMPER, Jan, «The History of Emotions: an interview with William Reddy, Barbara Rosenwein, and Peter Stearns», *History and Theory*, n° 49, 2010, pp. 237-265.

_____, *The History of Emotions: an introduction*, Oxford University Press, 1ª ed., 2015.

_____, «Historia de las emociones: caminos y retos», *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 36, 2014, pp. 17-29.

REDDY, William M., *The navigation of feeling. A framework for the history of emotions*, Cambridge University Press, Cambridge, 1ª ed., 2001.

ROSENWEIN, Barbara H., «Worrying about Emotions in History», *The American Historical Review*, vol. 107, n° 3, 2002, pp. 821-845.

_____; DEBIÈS, Marie-Hélène; DEJOIS, Catalina, «Histoire de l'émotion: méthodes et approches», *Cahiers de civilisation médiéval*, n° 193, 2006, pp. 33-48.

_____, «Problems and methods in the History of Emotions», *Passions in Context I*, n° 1, 2010, pp. 1-32.